



Adilson Tadeu Basquerote Silva
Andréa Cristina Marques de Araújo
Roger Goulart Mello
Organizadores

Geopolítica e debates emergentes em

POLÍTICA, ECONOMIA,

RELIGIÃO E CULTURA

2



2022



Adilson Tadeu Basquerote Silva
Andréa Cristina Marques de Araújo
Roger Goulart Mello
Organizadores

Geopolítica e debates emergentes em

POLÍTICA, ECONOMIA,

RELIGIÃO E CULTURA

2



2022



2022 by Editora e-Publicar
Copyright © Editora e-Publicar
Copyright do Texto © 2022 Os autores
Copyright da Edição © 2022 Editora e-Publicar
Direitos para esta edição cedidos
à Editora e-Publicar pelos autores

Editora Chefe

Patrícia Gonçalves de Freitas

Editor

Roger Goulart Mello

Diagramação

Dandara Goulart Mello

Lidiane Bilchez Jordão

Roger Goulart Mello

Projeto gráfico e Edição de Arte

Patrícia Gonçalves de Freitas

Revisão

Os autores

**GEOPOLÍTICA E DEBATES EMERGENTES EM POLÍTICA, ECONOMIA,
RELIGIÃO E CULTURA, VOLUME 2.**

Todo o conteúdo dos capítulos desta obra, dados, informações e correções são de responsabilidade exclusiva dos autores. O download e compartilhamento da obra são permitidos desde que os créditos sejam devidamente atribuídos aos autores. É vedada a realização de alterações na obra, assim como sua utilização para fins comerciais. A Editora e-Publicar não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade Federal de Santa Catarina
Alessandra Dale Giacomini Terra – Universidade Federal Fluminense
Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Andrelize Schabo Ferreira de Assis – Universidade Federal de Rondônia
Bianca Gabriely Ferreira Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Cristiana Barcelos da Silva – Universidade do Estado de Minas Gerais
Cristiane Elisa Ribas Batista – Universidade Federal de Santa Catarina
Daniel Ordane da Costa Vale – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Danyelle Andrade Mota – Universidade Tiradentes
Dayanne Tomaz Casimiro da Silva - Universidade Federal de Pernambuco
Deivid Alex dos Santos - Universidade Estadual de Londrina
Diogo Luiz Lima Augusto – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Edilene Dias Santos - Universidade Federal de Campina Grande
Edwaldo Costa – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Elis Regina Barbosa Angelo – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Érica de Melo Azevedo - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Ernane Rosa Martins - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Fábio Pereira Cerdera – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Francisco Oricelio da Silva Brindeiro – Universidade Estadual do Ceará
Glauco Martins da Silva Bandeira – Universidade Federal Fluminense
Helio Fernando Lobo Nogueira da Gama - Universidade Estadual De Santa Cruz
Inaldo Kley do Nascimento Moraes – Universidade CEUMA





Jaisa Klauss - Instituto de Ensino Superior e Formação Avançada de Vitória
Jesus Rodrigues Lemos - Universidade Federal do Delta do Parnaíba
João Paulo Hergesel - Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Jordany Gomes da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Jucilene Oliveira de Sousa – Universidade Estadual de Campinas
Luana Lima Guimarães – Universidade Federal do Ceará
Luma Mirely de Souza Brandão – Universidade Tiradentes
Marcos Pereira dos Santos - Faculdade Eugênio Gomes
Mateus Dias Antunes – Universidade de São Paulo
Milson dos Santos Barbosa – Universidade Tiradentes
Naiola Paiva de Miranda - Universidade Federal do Ceará
Rafael Leal da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Rita Rodrigues de Souza - Universidade Estadual Paulista
Rodrigo Lema Del Rio Martins - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Willian Douglas Guilherme - Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G345 Geopolítica e debates emergentes em política, economia, religião e cultura [livro eletrônico] : volume 2 / Organizadores Adilson Tadeu Basquerote Silva, Andréa Cristina Marques de Araújo, Roger Goulart Mello. – Rio de Janeiro, RJ: e-Publicar, 2022.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5364-124-2

1. Geopolítica. I. Silva, Adilson Tadeu Basquerote. II. Araújo, Andréa Cristina Marques de. III. Mello, Roger Goulart.

CDD 320.12

Elaborado por Ana Carolina Silva de Souza Jorge – CRB6/2610

Editora e-Publicar

Rio de Janeiro, Brasil

contato@editorapublicar.com.br

www.editorapublicar.com.br



2022



APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que a Editora e-Publicar vem apresentar a obra intitulada "Geopolítica e Debates emergentes em política, economia, religião e cultura, Volume 2". Neste livro engajados pesquisadores contribuíram com suas pesquisas. Esta obra é composta por capítulos que abordam múltiplos temas da área.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Editora e-Publicar

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	11
A TEORIA SOCIAL CRÍTICA EM MARX: DESAFIOS ATUAIS	11
	Adriana Benedita Azevedo da Silva
CAPÍTULO 2	28
O SERVIÇO SOCIAL NO TRABALHO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA AS PESSOAS IDOSAS REALIZADO EM TEMPOS DE PANDEMIA NOS CRAS DO MUNICÍPIO DE LAGES/SC	28
	Camila Chaves de Freitas Juciane Aparecida Godoi Figueiredo da Silva
CAPÍTULO 3	48
O PERFIL DO MIGRANTE VENEZUELANO E HAITIANO EM PONTA GROSSA - PR	48
DOI 10.47402/ed.ep.c202222833242	Gislaine da Rosa Camila Sopko
CAPÍTULO 4	63
NOTAS HISTÓRICO-EPISTEMOLÓGICAS SOBRE TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA	63
	Emilio Romanini Netto
CAPÍTULO 5	81
A PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ ACERCA DE SEUS DIREITOS E AS POLÍTICAS SOCIAIS EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE LAGES/SC	81
	Audrilara Arruda Rodrigues Campos Felipe José Muniz Matos
CAPÍTULO 6	101
O CINEMA NEORREALISTA COMO DOCUMENTAÇÃO DA CIDADE	101
	Fernando dos Santos Calvetti Sofia Bueno da Silva
CAPÍTULO 7	108
ARQUITETURA BARROCA NO CEARÁ: ANÁLISE ARQUITETÔNICA DA IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA EXPECTAÇÃO EM ICÓ-CE.....	108
	Elisandra Bezerra da Silva Jefferson Aleff Bezerra Batista Raquel Ynaliv Lopes de Almeida Rayanne Matos Marques Beserra
CAPÍTULO 8	118
VIOLAÇÃO DE DIREITO À PESSOA IDOSA: PRINCIPAIS DEMANDAS IDENTIFICADAS NA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS DE LAGES - SANTA CATARINA.....	118
	Juliete Aparacida Manchein Odorizzi Audrilara Arruda Rodrigues Campos

CAPÍTULO 9	131
FATORES QUE CONTRIBUEM E/OU INFLUENCIAM A INFORMALIDADE E AS CONDIÇÕES DOS TRABALHADORES NESSA REALIDADE.....	131
	Juliete Aparacida Manchein Odorizzi Audrilara Arruda Rodrigues Campos
CAPÍTULO 10.....	154
DIREITO DE GUERRA E DIREITO NA GUERRA: A INVASÃO DO IRAQUE EM 2003 SOB O PRISMA DO DIREITO DOS CONFLITOS E DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO	154
	Thiago Brito Steckelberg Lucas Martins Miranda Thátilla Luana Faria
CAPÍTULO 11	171
INICIATIVAS PARA À PROMOÇÃO DO IDEÁRIO DAS CIDADES INTELIGENTES E HUMANAS NO BRASIL.....	171
	Victor Sthéfano de Moura Queiroz
CAPÍTULO 12.....	179
O DIREITO AO <i>COMUM</i> EM TEMPOS DE PÓS-VERDADE E DISCURSOS DE ÓDIO	179
	Volmir Cardoso Pereira
CAPÍTULO 13	194
CAMPANHAS DIGITAIS EM TEMPOS DE INSTABILIDADE POLÍTICA	194
DOI 10.47402/ed.ep.c2022195213242	Diego Cavalcanti de Santana Wallace Ferreira
CAPÍTULO 14.....	212
O MONGE SÃO JOÃO MARIA E OS CAMPOS GERAIS DO PARANÁ: DEVOÇÃO E TRADICIONALIDADE	212
DOI 10.47402/ed.ep.c2022229414242	Gustavo Conceição Bahr Antonio Marques de Castro
CAPÍTULO 15	221
“MULHERES COMO ECONOMIA INTELIGENTE”: ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E O PROTAGONISMO EMPRESARIAL	221
DOI 10.47402/ed.ep.c2022229515242	Carolina Gallo Garcia
CAPÍTULO 16.....	241
TRANSIÇÃO CAPITALISTA E QUESTÃO REGIONAL NO MÉXICO	241
DOI 10.47402/ed.ep.c2022229616242	João Vitor Sandri Coelho José Messias Bastos Edson de Moraes Machado

CAPÍTULO 17	263
REINSERÇÃO TERRITORIAL DA PESSOA COM TRANSTORNO MENTAL EM CONFLITO COM A LEI NO PIAUÍ: RELATO DE EXPERIÊNCIA	263
DOI 10.47402/ed.ep.c2022229717242	Francisca Maria Soares
CAPÍTULO 18	282
DESAFIOS DA PANDEMIA NA VIDA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA	282
DOI 10.47402/ed.ep.c2022229818242	Alessandra Gomes Conessa da Silva Gisele Aparecida Bovolenta
CAPÍTULO 19	299
OS MARCADORES DE RAÇA E GÊNERO EM PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: APONTAMENTOS PARA O DEBATE	299
DOI 10.47402/ed.ep.c2022229919242	Georgia Souza Matos Gisele Aparecida Bovolenta
CAPÍTULO 20	315
A PROBLEMÁTICA DO ASSÉDIO SEXUAL COMO FORMA DE IMPEDIMENTO A MOBILIDADE URBANA DO GÊNERO FEMININO	315
DOI 10.47402/ed.ep.c2022230020242	Kevin Bezerra Ibiapina Maria da conceição Araújo Pereira José Rodrigo Alves de Lima Caylanne Mendes de Souza
CAPÍTULO 21	328
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: ATUAIS IMPACTOS ECONÔMICOS GERADOS PELA UNIPAMPA NO MUNICÍPIO DE BAGÉ.....	328
DOI 10.47402/ed.ep.c2022230121242	Leandro Blass Guilherme Goergen Anderson Luis Jeske Bihain Claudio Sonaglio Albano
CAPÍTULO 22	347
COLETIVOS DE JORNALISTAS CULTURAIS E O SENTIDO DE COMUNIDADE	347
DOI 10.47402/ed.ep.c2022230222242	Mariana Reis
CAPÍTULO 23	358
A GEOPOLÍTICA NA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO A PARTIR DAS DRAG QUEENS E DA COMUNIDADE LGBTQIA+.....	358
DOI 10.47402/ed.ep.c2022230323242	Matheus Soares Ferreira
CAPÍTULO 24	376
O PROCESSO DE DESDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA E A (DES)MATERIALIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	376
DOI 10.47402/ed.ep.c2022230424242	Priscilla Silva Fernanda Rodrigues Nina Trícia Disconzi Rodrigues

CAPÍTULO 25	392
ENTRAVES PARA UMA COOPERAÇÃO MILITAR ENTRE NAÇÕES EMERGENTES DA AMÉRICA DO SUL: DA IMPORTÂNCIA AOS IMPEDIMENTOS	392
DOI 10.47402/ed.ep.c2022230525242	Willian Borges Vieira

CAPÍTULO 26	401
GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA ASPIRANTE DA UNESCO: ALGUNS APONTAMENTOS	401
	Luciana de Aguiar Belizio Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad

CAPÍTULO 1

A TEORIA SOCIAL CRÍTICA EM MARX: DESAFIOS ATUAIS¹

Adriana Benedita Azevedo da Silva

RESUMO

Este texto traz uma abordagem conceitual da pós-modernidade, emergência e avanço desta vertente na contemporaneidade. Em contraponto, debate-se as desqualificações e distorções que as reflexões dos pós-modernos fazem a despeito da teoria social de Marx, as quais ancoradas em um irracionalismo e reducionismo colocam em questão a validade da teoria marxiana em dar conta de apreender as determinações da sociedade burguesa. O estudo se baseia em revisão bibliográfica e demonstra que mesmo diante do reducionismo e a-historicismo pós-moderno a teoria marxiana se mostra válida e atual e seu método de investigação se constitui em caminho para apreensão das determinações históricas que levam as diferentes formas de opressão na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria Marxiana. Pós-Modernidade. Capitalismo.

INTRODUÇÃO

Os escritos provenientes do pensamento marxiano propiciaram um vasto legado para análise e compreensão do real. A teoria social crítica em Marx busca entender a produção e reprodução da vida humana, ou seja, compreender como os homens se produzem e reproduzem, materialmente e espiritualmente, em determinados momentos históricos, o que implica dizer que em qualquer tempo histórico os homens precisam satisfazer as suas necessidades individuais.

O legado marxiano é a teoria do ser social na ordem burguesa e o método para prosseguir a investigação desta ordem enquanto ela se mantiver como tal; a consequente implementação deste método, como instrumento de conhecimento, é a condição tanto para desvelar o desenvolvimento da ordem burguesa quanto para atualizar os resultados alcançados por Marx [...]” (NETTO, 2007, p. 38).

A teoria social de Marx e seu método de investigação, o materialismo histórico e dialético, se constitui em um “[...] laborioso esforço de interpretação/transformação no campo específico (e central) da produção material humana [...]” (FERREIRA & SANTANA, 2018, p. 73) o qual possibilita revelar as contradições inerentes das correlações de força em dado modo de produção, em especial no capitalismo.

¹ Este artigo conta com incentivo da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas.

No entanto, a teoria social marxiana e seu método encontra desafios atuais os quais estão permeados de análises reducionistas e a-historicistas que são, em especial, oriundos do avanço da chamada pós-modernidade.

Assim, ante estas premissas, este artigo está baseado em revisão bibliográfica que traz para a discussão elementos que possibilitaram a emergência da pós-modernidade e como esta vertente de pensamento avança a nível mundial no cenário atual. Por outro lado, busca-se debater os impactos das análises pós-modernas sobre a teoria social marxiana, uma vez que são proferidas distorções e análises vagas sobre a referida teoria por intelectuais adeptos ao pensamento pós-moderno.

As argumentações aqui apresentadas, estão divididas em duas seções. Em um primeiro momento se discute a emergência da pós-modernidade buscando trazer para a discussão fatores que propiciaram tal processo, bem como traz alguns elementos conceituais sobre esta vertente. Em seguida foi traçada uma discussão sobre a teoria social marxiana e seu método de investigação, visando demonstrar que mesmo ante o avanço da pós-modernidade e das análises reducionistas que seus intelectuais traçam sobre a teoria marxiana, ela ainda se mostra atual mesmo tendo sido escrita a mais de um século, e que seu método ainda se mostra válido para análise do real na sociedade capitalista.

AS CONFIGURAÇÕES DA PÓS-MODERNIDADE: ELEMENTOS DE GÊNESE E CONCEITUAIS

A pós-modernidade se constitui em um fenômeno que vem avançando na sociedade e se mostra de forma mais incisiva, em especial, a partir de finais da década de 1960. Contudo, antes desse período já haviam discussões que sinalizavam um período pós-moderno.

Considerando aspectos gerais, o que fica evidente de maneira mais latente é que a pós-modernidade nega a razão moderna, bem como possui o reducionismo e o a-historicismo como característica, assim como é em parte progressista, evidenciando que seus ideais ora reproduzem e ou reafirmam os interesses da classe dominante, a burguesia.

A pós-modernidade é uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação (EAGLETON, 1998, p. 7).

Essa corrente de pensamento vai na contramão do projeto trazido pela modernidade de racionalização humana, sendo que a sua ascensão e seu típico irracionalismo contribui para a reatualização do conservadorismo. De tal forma, “a pós-modernidade opera a negação

performática do programa de emancipação racional do gênero humano, herdado do século XIX [...]” (COELHO, 2005 apud SILVEIRA JÚNIOR, 2016, p. 170).

A compreensão da racionalidade humana necessita considerar os processos históricos que permitiram transições na sociedade e de entender que a humanidade se produz a partir de rupturas e continuidades. Considerando o período feudal, no qual a orientação era dada pela Igreja Católica, se tinha uma cultura teocêntrica, onde Deus era o centro de tudo, nesse período o homem não era distinto da natureza e essa orientação dada pelo divino não possibilitava aos indivíduos desenvolverem suas potencialidades retirando-lhes a capacidade de se entenderem no processo histórico.

Na passagem do feudalismo ao capitalismo, a cultura teocêntrica é questionada pelo Renascimento e pela Ilustração, tem-se o desenvolvimento da razão moderna, passa-se a uma cultura antropocêntrica com a valorização do homem, estando este no centro, sendo o objeto mais importante e que levou ao afastamento do pensamento teocêntrico. Este processo evidencia a transformação do pensamento medieval, começa-se a investigar o mundo, a natureza, a sociedade e suas leis, ou seja, o homem começa a interpretar a natureza e a si mesmo, fora do âmbito religioso, pela via da racionalidade humana, da ciência a qual tensiona a explicação dos fenômenos pela via divina.

Conforme chama atenção a literatura a respeito, a razão moderna se divide em razão instrumental e razão emancipatória. A razão instrumental dialoga com os interesses da burguesia, ela é objetiva, se preocupa com o desenvolvimento da ciência, com os meios e com a manipulação da natureza. A razão emancipatória considera o ser humano genérico, ela é subjetiva, se preocupa com os fins com a liberdade dos indivíduos em todas as suas potencialidades.

A modernidade se constituiu em um programa sociocultural que considerava a potencialização da produção social e o livre desenvolvimento dos indivíduos em todas suas potencialidades, sendo tal liberdade a dimensão emancipatória do homem e foi considerada “[...] até a primeira metade do século XX, fonte de inspiração da luta democrática e socialista [...]” (SILVEIRA JÚNIOR, 2016, p. 170). O referido século tem um cenário bastante controverso sendo marcado por constantes mudanças do sistema capitalista, em que se observaram desde guerras, depressões a momentos áureos do capitalismo, todo esse cenário contribuiu para que o pensamento moderno começasse a ser enfraquecido e levasse a emergência da chamada pós-modernidade.

Ao se considerar os estudos de Wood (1999) e Eagleton (1999) pode-se observar autores que destacam o “suposto” fim da modernidade e o início da era pós-moderna em momentos distintos. Wood (1999, p. 7) indica que em 1918, Oswald Spengler, ao escrever o livro “A decadência do Ocidente” anunciava que a civilização ocidental e os valores, assim como os ideais iluministas chegavam ao fim, figurando assim, um novo período histórico. Já em 1959, foi a vez de C. Wright Mills anunciar o fim do que se chamou de Era Moderna.

“Estamos no fim do que é denominado de A Era Moderna”, que “está sendo sucedida pelo período pós-moderno”, no qual todas as expectativas históricas que caracterizavam a “cultura ocidental” perderam a relevância. A fé do Iluminismo no avanço unificado da razão e da liberdade, juntamente com as duas principais ideologias fundamentais nessa fé – o liberalismo e o socialismo – “entrou em colapso como explicação adequada do mundo e de nós mesmos”. J.S. Mill e Karl Marx estavam igualmente ultrapassados (WOOD, 1999, p. 7, grifos da autora).

Observa-se que começou a se instaurar um sentimento de impossibilidade em relação ao projeto de emancipação humana trazido pela modernidade. Assim, se começa a ter intelectuais que passam a criticar teorias, que segundo eles, não conseguiram encontrar respostas para os problemas sociais, bem como afirmavam que a dimensão emancipatória do homem não pode se concretizar na sociedade capitalista, neste sentido a teoria social de Marx passa a ser questionada.

Contudo, há que ressaltar que estes intelectuais não consideravam que o próprio sistema capitalista é em si destrutivo e que as alterações ocorridas na sociedade não jazem na razão, mas no próprio capitalismo como sinaliza Eagleton (1999, p. 25) “esta linha de pensamento abandonou qualquer idéia de um sistema internamente contraditório – que traz em si aquilo que pode destruí-lo”. Diante disso, acabavam por creditar aos ideais iluministas e modernos as atrocidades que acometeram a sociedade, ou seja, o “[...] o pós-modernismo [...] aceita o capitalismo – ou pelo menos a ele se rende -, rejeita o “projeto iluminista”, responsabilizando-o por crimes que seriam mais justamente creditados ao capitalismo” (WOOD, 1999, p. 18, grifo da autora).

Segundo Eagleton (1999) muitos intelectuais se deixaram levar, o que culminou no abandono de intelectuais da esquerda que se voltaram para a pós-modernidade. Além do mais, por acreditarem que os ideais trazidos com a Ilustração – Modernidade – não conseguiram ser firmados na sociedade capitalista; a crítica a este voltou de maneira mais incisiva, de acordo com Silveira Júnior (2016) à tradição marxista, ou seja, se teve o rompimento de intelectuais que eram adeptos das postulações marxistas e que se tornaram pós-modernos. Contudo, se tratava de intelectuais que faziam uma leitura rasa e distorcida da teoria social de Marx.

O que está em causa, basicamente, é a tradição marxista como tal, ou seja: como um eixo desenvolvido específica e diferencialmente a partir da obra marxiana; mais exatamente, a tradição marxista como uma matriz teórico-metodológica explorada e potenciada diversamente pelas várias vertentes que se remetem a Marx (NETTO, 2007, p. 31).

Neste caso, a difusão de muitas ideias pelos intelectuais também se refletia nos muitos marxismos encontrados no pensamento de Marx e seus seguidores. Isso contribuiu para o clima de desilusão em parte da esquerda marxista, a qual não via mais possibilidade de transformação da ordem burguesa e nem de superação do sistema capitalista. Por esta razão, Eagleton (1999, p. 25) indica que “qualquer coisa que negasse o sistema em teoria seria logicamente incapaz de assim o fazer na prática”.

A crítica de fundo da pós-modernidade a razão moderna, diz que a razão trouxe atrocidades no século XX, no entanto os intelectuais pós-modernos não fazem uma análise das contradições do capitalismo, uma vez que o que vetou a promessa da modernidade não foi a razão, mas o próprio sistema que é em sua essência destrutivo e no embate da luta de classe, a classe dominante percebeu que a liberdade não era possível. Nesse sentido, Silveira Júnior (2016) recuperando Lukács (1968) diz que:

Tratavam-se [...] de falsas soluções para problemas em si legítimos, já que colocados pela própria realidade. O que fica de imediato, evidente, na argumentação pós-moderna é a confusão estabelecida entre aquele programa sociocultural (a ilustração) e as legalidades destrutivas e desumanizadoras do sistema do capital, cujas resultantes obstaculizavam a concreção do programa sociocultural referido. Tal leitura ignorava que os complicadores não jaziam na “ideia da razão” ou na “perspectiva da emancipação”, mas no próprio desenvolvimento do mundo capitalista (LUCKACS, 1968 apud SILVEIRA JÚNIOR, 2016, p. 172).

Pela leitura pós-moderna a racionalidade é impotente, eles negam a linguagem universal. Além do mais, tem como consequências, segundo Silveira Júnior (2016) a análise do imediato, recusa da totalidade, ecletismo (pluralidade metodológica), aumento do relativismo, prioriza as dimensões simbólicas da vida social, análise do presente. Logo, um de seus principais traços é a negação da objetividade do real, ou seja, nega a possibilidade de apreendê-lo, nega a totalidade da vida social, oculta as contradições de classe e exalta a subjetividade no campo do saber.

[...] a cultura pós-moderna funciona como um “positivismo ao avesso”. Ou seja, se, para o positivismo, a busca da objetividade conduz à negação dos valores na produção do conhecimento, no campo pós-moderno, isso se inverte drasticamente: a afirmação da interferência dos valores e da subjetividade na constituição do saber leva a negação da subjetividade do real (RODRIGUES, 2006 apud SILVEIRA JÚNIOR, 2016, P. 173).

Desta forma, quando a pós-modernidade não trata de entender as objetividades históricas o que fica intocável é a lógica da sociedade burguesa. Dentre os intelectuais pós-

modernos há certo desencontro de ideias já que se evidencia peculiaridades e distinções, denotando um movimento diferenciado. De um lado se tem aqueles de *celebração*, os quais acreditam que o capitalismo seja a etapa final da história e; os de *oposição* estes, por sua vez, fazem críticas ao capitalismo e suas consequências à sociedade, no entanto, neste último caso “[...] o que se manifesta é uma combinação, talvez original entre irracionalismo e prática política transgressora (SILVEIRA JUNIOR, 2016, p. 171, grifos do autor).

No campo dos que sustentam a exaustão do ‘paradigma da Modernidade’, Souza Santos distingue [...] duas concepções diferentes: de um lado, há aqueles para os quais o exaurimento da Modernidade significa o colapso final de suas promessas, de quaisquer objetivos transistóricos, com as práticas sociais das sociedades contemporâneas não tendo mais qualquer alternativa – está aqui o pós-modernismo reconfortante ou de celebração [...] doutro, localizam-se os que arguem a Modernidade seja cultural, seja sociopoliticamente, verificando ‘que as promessas da Modernidade, depois que essa deixou reduzir suas possibilidades às do capitalismo, não foram nem podem ser cumpridas’ [...], porém, demandando uma nova epistemologia e uma nova sociabilidade – tem-se aí ‘o pós-modernismo inquietante ou de oposição’ [...] (SOUSA SANTOS apud NETTO, 2004, p. 230-231, grifos do autor).

Diante disso, o que se identifica é “[...] que não existe nem uma nem a teoria da pós-modernidade: o que existe são ‘teorias pós-modernas’” (SILVEIRA JUNIOR, 2016, p. 171). O referido autor também buscou demonstrar as principais características da pós-modernidade.

Primeiro [...] renúncia ao programa sociocultural da modernidade [...]. Segundo [...] ‘abandonar a emancipação’, alardear a ‘impossibilidade da linguagem universal’, e anunciar a ‘impotência da racionalidade’ [...]. Terceiro, no que se refere ao plano epistemológico, é exequível extrair seis consequências da modalidade de razão ora discutida: 1) a aceitação da imediaticidade dos fenômenos sociais [...]; 2) a recusa da categoria da totalidade [...]; 3) a entronização do ecletismo como cânon metodológico [...]; 4) a elevação do peso do relativismo [...]; 5) a semiologização da realidade social [...]; 6) a capitulação ao presente [...]. Em quarto lugar, encontra-se [...] a combinação de um ‘positivismo ao avesso’ com um procedimento que consiste na ‘entificação da razão moderna’ [...] (SILVEIRA JÚNIOR, 2016, p. 171-173, grifos do autor).

A sistematização feita pelo autor permite identificar que: trata-se de teorias que buscam desconstruir a teoria social de Marx, suas análises não levam em consideração a linguagem universal, uma vez que são discussões que partem do imediato e não buscam as determinações históricas da realidade em sua essência, ou seja, numa perspectiva de totalidade, há a negação da própria história e a busca da subjetividade no âmbito do saber evidenciando uma negação da objetividade.

Além do mais, a pós-modernidade nega as questões objetivas relativas à realidade social, se centra no subjetivismo e no distanciamento das explicações de causa, evidenciando oposição aos ideais iluministas, de emancipação humana. Refere-se a um “[...] conjunto de determinadas atitudes culturais, um repertório determinado de atitudes perante a cultura e a

política ou um movimento intelectual que se sustenta numa referência crítica ao legado da modernidade [...]” (SILVEIRA JÚNIOR, 2016, p. 169-170).

Não obstante, é interessante mencionar que a época áurea do capitalismo levou ao convencimento de parte dos intelectuais de que os problemas sociais do capitalismo haviam sido solucionados, a geração da década de 50 é legatária dessa fase do capitalismo em que as perspectivas de progresso material eram boas.

A convicção de que a prosperidade chegara para ficar e representava a normalidade capitalista tornou-se um fator determinante no desenvolvimento da teoria social da esquerda. Vários críticos sociais da esquerda – Marcuse entre os principais – tinham certeza de que esse novo tipo de capitalismo lançara um feitiço irrevogável sobre as “massas”, e sobre a classe operária em particular (WOOD, 1999, p. 9).

Ao que parece o pessimismo político que se instalava, levou parte dos intelectuais da esquerda, a exemplo de Wright Mills, a acreditar no fim da classe operária como força política de oposição.

[...] a classe operária não existia mais como força de oposição. Havia mesmo indivíduos que, embora se considerassem marxistas, aceitavam em parte essa opinião – a qual, aliás, se tornaria tema dominante nas “revoluções” da década de 1960, no radicalismo dos estudantes, em versões da teoria marxista que atribuíam crescente importância aos estudantes e intelectuais como principais agentes da resistência e à “revolução cultural”, em substituição à luta da classe operária (WOOD, 1999, p. 9).

Na onda do radicalismo ocorrido durante a década de 60, destaca-se o movimento de “maio de 68”, que foi um movimento de estudantes que teve a adesão de trabalhadores, mas que, no entanto, se tratava de um movimento que não tinha uma estratégia revolucionária e nem estava pautado na luta de classes sociais, mas que resgatou vários intelectuais críticos e fomentou as lutas. Não por acaso Eagleton (1999, p. 28) indica que “se as questões mais abstratas de Estado, modo de produção e sociedade civil parecem no momento difíceis demais de resolver, pode-se, neste caso, deslocar a atenção política para alguma coisa mais íntima e imediata [...]”.

Neste sentido, começou-se a refletir sobre os problemas que afetavam os grupos sociais da época, como: estudantes, operários, mulheres, negros etc., com isso várias temáticas começam a ser valorizadas, mas não em uma perspectiva de totalidade.

No período que estamos imaginando, portanto, sem dúvida encontraríamos indivíduos clamando contra o que consideravam como a tirania de uma totalidade social, real, enquanto outros estariam muito ocupados demolindo toda idéia de totalidade e afirmando que ela existia apenas em nossa mente (EAGLETON, 1999, p. 25).

Para Wood (1999) se tem uma corrente de pensamento que rejeita não apenas as “histórias grandiosas” – metanarrativas – mas, também a própria concepção de processo

histórico e causalidade, o que evidencia um traço marcante da pós-modernidade, o seu a-historicismo.

[...] a negação da história em que se baseia está ligada a uma espécie de pessimismo político. Uma vez que não há sistemas ou história suscetíveis a análise causal, não podemos chegar à origem dos muitos poderes que nos oprimem. Nem tampouco, certamente, aspirar a algum tipo de oposição unificada, de emancipação humana geral, ou mesmo a uma contestação geral do capitalismo, como os socialistas costumavam acreditar; o máximo que podemos esperar é um bom número de resistências particulares e separadas (WOOD, 1999, p. 15)

Fica claro que a pós-modernidade nasceu como uma reação cultural a razão moderna, incorporando às suas análises temáticas particulares, de maneira despolitizadas e fragmentadas sem relação com a totalidade das relações sociais. Assim, se tem uma valorização das micro esferas do real não considerando as análises totalizantes sobre as relações entre as classes sociais e suas lutas emancipatórias na sociedade capitalista

Os pós-modernistas rejeitam o universalismo iluminista alegando que ele nega a diversidade de experiências, culturas, valores e identidades humanas. Porém, essa rejeição do universalismo em nome de um pluralismo libertador é contraditória e auto-anuladora. Um respeito sadio pela diferença e a diversidade, e pela pluralidade das lutas contra os vários tipos de opressão, não nos obriga a descartar todos os valores universalistas aos quais o marxismo, em sua melhor expressão, sempre esteve ligado, ou a abandonar a ideia de uma emancipação humana universal (WOOD, 199, p. 18)

Para Wood (1999) as reflexões dos intelectuais pós-modernos se mostram inconscientes de sua própria história, no entanto é complexo pensar nas lutas que permeiam o universo pós-moderno sem relacionar com os temidos valores trazidos com a Modernidade e o Iluminismo, a despeito a “democracia, igualdade, justiça social, etc.” (p. 18).

[...] Mesmo o ceticismo epistemológico, o ataque às verdades e valores universais, o questionamento da identidade própria, partes tão importantes dos modismos intelectuais correntes, têm uma história tão antiga quanto a filosofia. Em especial o sentido pós-moderno de novidade que marca uma época depende de ignorarmos, ou negarmos, uma realidade histórica esmagadora: a unidade “totalizante” do capitalismo que costurou todas as rupturas memoráveis ocorridas neste século (WOOD, 1999, p. 14, grifo da autora).

Logo, para Ferreira e Santana (2018) é fato que as discussões pós-modernas evidenciaram no âmbito das lutas políticas as dimensões das opressões que historicamente permeiam a sociedade, quais sejam, de gênero, raça, etnia, geração, sexualidade. Os avanços e ganhos dos movimentos de grupos minoritários, a exemplo de mulheres, negros, LGBT e indígenas que marcam o campo da luta contra a opressão, são notórios. Contudo, é importante a inclusão das “[...] lutas organizadas em torno do campo das opressões, porém no interior de um projeto anticapitalista, referenciado na centralidade das lutas contra a exploração de classe” (p. 80).

Portanto, ante um cenário de avanço do pensamento pós-moderno e de despolitização das lutas sociais, torna-se imprescindível a discussão e fundamentação na racionalidade dialética, a fim de buscar as contradições do sistema capitalista.

A TEORIA SOCIAL CRÍTICA EM MARX E O PENSAMENTO PÓS-MODERNO: ELEMENTOS PARA O DEBATE

Conforme se observou a pós-modernidade surge como uma recusa aos ideais modernos, assim como tece críticas a teoria social de Marx no que diz respeito a suficiência desta em dar conta de apreender os fenômenos postos pela ordem burguesa, neste sentido “[...] a pós-modernidade se choca com a herança teórico-metodológica de origem marxiana (e engelsiana), e com o grosso da tradição marxista [...]” (SILVEIRA JÚNIOR, 2016, p. 176). Logo, o resgate do pensamento crítico se faz cada vez mais necessário, uma vez que a superação das várias formas de opressão postas pela sociabilidade do capital só podem ocorrer ante a apreensão dos diversos fenômenos que permeiam a sociedade numa perspectiva histórica e de totalidade e, neste processo o pensamento que se utiliza da dialética marxiana se constitui em elemento central, pois leva a possibilidade de chegar à essência dos fenômenos que determinam o real (SILVA, 2018).

O método dialético em Marx contribui para o crescimento e desenvolvimento de um pensamento crítico que dê conta de apreender a realidade em sua essência. Logo, se faz necessária a compreensão de que Marx buscava apreender as contradições existentes na ordem burguesa as quais levam a opressões dos indivíduos. Deste modo, “as elaborações de Marx e Engels, sempre articuladas às lutas coletivas contra a opressão, estabeleceram, com essa síntese, nada menos do que uma nova concepção de mundo que incorporava a contradição como elemento da materialidade histórica (GRAMSCI apud FERREIRA & SANTANA, 2018, p. 73).

A ordem burguesa foi o objeto de estudo de Karl Marx e a apreensão desta e de suas contradições necessitava um esforço do pensamento, já que o estudo da realidade é complexo. Como diz Ianni (2011, p. 397) “a realidade é complexa, é heterogênea, é contraditória; apresenta diversas facetas, diversas particularidades”.

A realidade se apresenta em sua forma aparente, caótica, para Ianni (2011) “ela não se dá a conhecer imediatamente”, o que requer um esforço do pensamento para apreender as determinações que permeiam a sociedade capitalista. Diante disso, o método dialético em Marx desenvolve bases teóricas para a compreensão das possibilidades, das formas organizativas, um norte para a construção de um projeto político de superação do capital (FERREIRA &

SANTANA, 2018). Marx nos deixou um método, o materialismo histórico e dialético o qual nos oferece caminhos para apreensão do real e sua transformação.

O marxismo recupera a dialética e busca pensar o indivíduo a partir da realidade. Neste sentido, as teorias que não criticam a realidade, que não buscam apreender os fenômenos sob os processos históricos, e que buscam conservar a ordem não incomodam a ordem a burguesia. A dialética marxiana, busca assim as suscetivas indagações do que está posto, uma vez que “a questão se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é teórica, mas prática. É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, a saber, a efetividade e o poder, a criteriosidade de seu pensamento” (MARX, p.52, 1978).

Para Ianni (2011) “a realidade, os fatos, os acontecimentos precisam ser desmascarados, desvendados; daí esse percurso contínuo entre o que é a aparência e a essência, entre a parte e o todo, entre o singular e o universal” (p. 399). Ianni pontua ainda que a perspectiva crítica encontrada no pensamento de Marx é necessária, já que não toma a realidade como evidente ou os seus fatos em sua manifestação mais imediata, mas a questiona. Assim, se faz necessário compreender a realidade para depois explicá-la.

Além disso, é preciso refletir que em Marx teoria e método se complementam. A teoria vai reproduzir no plano do pensamento, ou seja, idealmente, a realidade. O que quer dizer que o pensamento não cria a realidade, mas a reproduz a partir do movimento do pensar.

Deste modo, a partir dos pressupostos marxianos, entende-se que a superação do imediato por meio do pensamento implica no movimento dialético e nos incômodos que essa apreensão pode causar, pois na medida que a realidade vai sendo desvelada, as contradições dos processos históricos revelam a sua essência o que não é interessante a ordem burguesa. Para Ianni (2011, p. 399) “todo o pensamento de Marx está posto na perspectiva crítica, isto é, crítica no sentido de que a realidade social não é aceita como ela é dada, ela é questionada, interrogada de modo impiedoso”, o que quer dizer que Marx busca as determinações históricas da produção.

Assim, Marx buscou desvendar as determinações do capitalismo, da ordem burguesa se diferenciando dos economistas políticos que explicam a burguesia em sua imediatez, em sua forma aparente. Por isso o pensamento crítico, dialético, na perspectiva de Marx é incômodo, porque ele põe em questão a realidade, permite que se possa conhecê-la, apreendê-la.

[...] a dialética [...] em sua configuração racional, é um incômodo e um horror para a burguesia e para os seus porta-vozes doutrinários, porque, no entendimento positivo do existente, ela inclui ao mesmo tempo o entendimento da sua negação, da sua desaparecimento inevitável; porque apreende cada forma existente no fluxo do movimento,

portanto também com seu lado transitório; porque não se deixa impressionar por nada e é, em sua essência, crítica e revolucionária (MARX, 1996, p. 141).

A dialética marxiana incomoda porque o seu movimento permite uma análise para além do imediato, das causas fenomênicas, assim, ele ultrapassa a aparência e permite o desvelamento da realidade suas determinações, sua forma objetiva.

Logo, o materialismo histórico busca apreender as determinações históricas dos fenômenos que permeiam a sociedade. Por isso, a relevância de uma análise e apreensão do real ser feita a partir de um esforço racional que ultrapasse o imediato, uma vez que, a realidade é muito mais complexa que a nossa capacidade de apreensão, ou seja, o concreto esconde as muitas determinações da ordem burguesa.

Todo este processo evidencia que Marx nos deixou meios para se chegar à essência dos fenômenos, e não ficar presos nas imediatezidades, tal apreensão necessita que sejam desveladas as causas que contribuíram para o desenvolvimento do sistema capitalista e da burguesia, já que as determinações do capitalismo não se mostram em sua essência sendo necessário revelar o processo histórico e social deste sistema.

Contudo, a perspectiva crítica e revolucionária trazida com o pensamento de Marx, na atualidade, vem sofrendo grandes desafios, mesmo que se mostre válida e atual - considerando o período em que foi escrita - sua teoria vem sendo distorcida e reduzida a análises rasas.

Como parte do atual desafio histórico, assiste-se, na atualidade, a uma clara fragmentação das lutas sociais e das manifestações de resistência dentro do denominado campo da esquerda e/ou do campo progressista. Parte dessa fragmentação deve-se à expansão do irracionalismo pós-moderno que, dentre outras discussões, questiona o sujeito revolucionário anunciado pela teoria marxiana – o proletariado – e para isso, no quadro de uma recusa geral a qualquer abordagem totalizante, dirige pesadas críticas à centralidade das categorias trabalho e luta de classes, essenciais para o marxismo (FERREIRA & SANTANA, 2018, p. 80).

Diante disso, o legado marxiano vem sofrendo ataques, deturpações e análises vagas da teoria social crítica, por parte de intelectuais, em especial os pós-modernos, que acabam por não considerar a riqueza e densidade de seus escritos, evidenciando os desafios colocados ao pensamento de Marx.

[...] os desafios postos (ou repostos) à tradição marxista, no limiar do século XXI, exigem, para a sua resolução, um gigantesco esforço teórico-crítico. O acúmulo realizado até hoje pela tradição marxista não oferece, a priori, nenhuma garantia de êxito no trato das problemáticas colocada à sociedade [...] – mas está claro, para todos aqueles que se atêm às questões centrais do tempo presente, que o seu enfrentamento não pode dispensar o aporte desta tradição (NETTO, 2007, p. 30)

Deste modo, verifica-se que o resgate teórico crítico presente no pensamento de Marx se faz necessário para o enfrentamento dos desafios colocados a sua teoria na

contemporaneidade, em especial, no que diz respeito as análises reducionistas em que se pautam intelectuais pós-modernos. Dentre estes intelectuais, pode-se citar Sousa Santos, o qual discute a teoria marxiana de maneira frágil, como bem sinalizou Netto (2004).

Segundo Netto (2004, p. 226) Souza Santos em um de seus trabalhos traz “uma sinopse crítica do desenvolvimento do marxismo, do final do século XIX à década de 80 do século XX”. Para Netto há uma fragilidade no tratamento teórico crítico voltado ao pensamento de Marx, isso porque Souza Santos debate Marx de forma frágil e grosseira com o intuito de desconstruir o pensamento marxiano. Assim, para Netto “[...] o que é débil e frágil é o tratamento teórico-crítico que conferiu ao objeto desse excuro – do qual resulta uma leitura vulgar e muito simplória da tradição marxista” (NETTO, 2004, p. 230).

Um dos pontos fundamentais em que Souza Santos tenta esclarecer o pensamento de Marx, está posto na seguinte passagem:

Marx demonstrou uma fé incondicional na ciência moderna e no progresso e racionalidade que ela poderia gerar. Pensou mesmo que o governo e a evolução da sociedade podiam estar sujeitos a leis tão rigorosas quanto as que supostamente regem a natureza, numa antecipação do sonho, mais tarde articulado, pelo positivismo da ciência unificada (SOUSA SANTOS apud NETTO, 2004, p. 232).

O que se pode perceber é que Souza Santos faz uma mistura do pensamento de Marx. E mais, segundo Netto (2004) a análise de Souza Santos é sociológica e não teórica, o que acaba por empobrecer a teoria marxiana, evidenciando uma análise reducionista desta teoria.

A pós-modernidade trata de não apreender os elementos históricos se diferindo do pensamento de Marx em que estudar a história é compreender a totalidade. Logo, os teóricos da pós-modernidade não enfrentam Marx em seu caráter totalizante. Além disso, ao negar a totalidade na apreensão dos elementos históricos impedem a crítica radical a ordem burguesa, bem como contribuem para a continuidade do capital.

Alguns aspectos fundamentais do marxismo, como o método de produção do conhecimento, ainda são atravessados por interpretações redutoras, uma vez que pensar segundo a lógica dialética exige a ruptura com uma tradição secularmente arraigada da lógica formal, típica da tradição positivista, que exclui a contradição (FERREIRA & SANTANA, 20180, p. 74)

A negação da totalidade do real é característica do irracionalismo. Assim, Lukács (2010) diz que “o irracionalismo como concepção do mundo fixa este esvaziamento da alma humana de qualquer conteúdo social, contrapondo-o rígida e exclusivamente ao esvaziamento, igualmente mistificado, do mundo do intelecto” (p. 68).

[...] o pós-modernismo implica uma rejeição categórica do conhecimento “totalizante” e de valores “universalistas” – incluindo as concepções ocidentais de “racionalidade”,

ideias gerais de igualdade (sejam elas liberais ou socialistas) e a concepção marxista de emancipação humana geral (WOOD, 1999, p. 12)

Lukács (2010) diz ainda que o irracionalismo não é limitado apenas a expressão filosófica da barbárie, mas ele contribui diretamente para a sua promoção. Assim, ele afirma que em paralelo à decadência do capitalismo e ao acirramento da luta de classes o irracionalismo leva ou apela sempre aos instintos mais animais e bestiais dos indivíduos, os quais são necessariamente acumulados por eles no regime capitalista. Evidenciando que a razão acaba sendo um campo de disputas e desqualificações, conforme se pode observar no irracionalismo pós-moderno que pode ser tido como expressão do pensamento ideológico da burguesia contemporânea.

Ao tornar-se uma classe conservadora, interessada na perpetuação e na justificação teórica do existente, a burguesia estreita cada vez mais a margem para uma apreensão objetiva e global da realidade; a razão é encarada como um ceticismo cada vez maior, ou renegada como instrumento do conhecimento ou limitada a esferas progressivamente menores ou menos significativas da realidade (COUTINHO, 2010, p. 22).

Deste modo, a burguesia dentro do próprio pensamento progressista vai construindo um modo de pensar que atenda os seus interesses, ela o estreita, o fragmenta. Com isso, a racionalidade pelo viés burguês não nos ensina ou permite pensar como elemento de totalidade, além disso essa fragmentação do pensamento, que se torna traço marcante na pós-modernidade tem raiz histórica.

[a] característica mais notável dos novos pós-modernistas: a despeito de sua insistência em diferenças e especificidades que marcam épocas, a despeito de sua reivindicação de terem denunciado a historicidade de todos os valores e conhecimentos (ou precisamente devido à sua insistência na “diferença” e na natureza fragmentada da realidade e do conhecimento humano), eles são impressionantemente insensíveis à história. Essa insensibilidade revela-se também na surdez aos ecos reacionários de seus ataques aos valores do “Iluminismo” e ao irracionalismo básico que demonstram (WOOD, 1999, p. 14).

Logo, pode-se inferir que a pós-modernidade se mostra insensível a história, bem como vem contribuindo para a desqualificação da razão, isso quando se considera a racionalidade dialética, a qual faz parte de uma disputa histórica de interesses. Além do mais, as características próprias da pós-modernidade colocam em evidência a validade da teoria marxiana no século XXI, tendo como argumentação a crença na insuficiência desta teoria para apreensão da realidade social no capitalismo numa perspectiva de totalidade, mas sem considerar as transformações e as mutações que acontecem dentro do sistema capitalista quando profere suas críticas ao marxismo.

Compreender uma totalidade complexa envolve certo volume de uma análise rigorosa. Por isso mesmo, não é de surpreender que um pensamento sistemático e árduo como este esteja fora de moda e seja ignorado como fático, cientificista ou qualquer outra

coisa no tipo de período que estamos imaginando. Se não há nada em particular que nos indique onde estamos [...] podemos nos dar o luxo de sermos ambíguos, evasivos, deliciosamente vagos (EAGLETON, 1999, p. 26).

Logo, pode-se dizer que os intelectuais pós-modernos não enfrentam Marx em seu caráter totalizante, são evasivos e desviam a atenção de categorias centrais no pensamento de Marx, como a contradição e a totalidade e ao negar a totalidade acabam por impedir a crítica radical à ordem burguesa, assim “mesmo em suas manifestações menos extremas o pós-modernismo insiste na impossibilidade de qualquer política libertadora baseada em algum tipo de conhecimento ou visão “totalizantes”” (WOOD, 1999, p. 13, grifos da autora).

Ante tal cenário, se faz necessário segundo Netto (2007) buscar cada vez mais relacionar a teoria com a realidade social, neste sentido o resgate do pensamento de Marx torna-se fundamental isso quando se considera o “[...] desenvolvimento teórico-ideal mais recente de setores intelectuais de ponta, onde vicejam traços de novos agnosticismo e irracionalismo” (p. 35).

Neste sentido, Netto (2007) coloca em evidência a suficiência ou não das postulações marxianas em apreender as determinações do capitalismo e da ordem burguesa no século XXI. O autor traz para a reflexão o fato de que a sociedade burguesa madura trouxe novos problemas que não foram vislumbrados por Marx, já que o capitalismo vive sofrendo mutações. Por essa razão, antes de apontar a teoria marxiana como falha, há a necessidade de revisar o que é atual e o que já foi superado na obra de Marx, pois é evidente que uma obra a “[...] mais de um século depois de construída, ela não dá plena conta do seu mutante e cambiável objeto. Em poucas, e óbvias, palavras: há o “vivo” e o “morto” na obra marxiana e ela é insuficiente para esclarecer a realidade da ordem burguesa [...] do século XXI” (p. 35-36), uma vez que a sociedade capitalista vive sofrendo constantes transformações.

Este debate é necessário quando se pensa no a-historicismo e reducionismo pós-moderno que rebatem diretamente na teoria social de Marx, com suas “[...] noções caricaturais e grosseiras acerca da teoria social marxiana [...]” desferindo noções distorcidas levando ao empobrecimento desta obra (SILVEIRA JÚNIOR, 2016, p. 172).

Entretanto, mesmo as análises vagas oriundas de intelectuais pós-modernos sobre a validade da teoria marxiana, não diminuem a sua importância, uma vez que a “[...] validade da teoria marxiana não pode se reduzir a um levantamento, a um balanço do que resistiu e/ou envelheceu das colocações de Marx no confronto com o capitalismo tardio e a ordem burguesa contemporânea” (NETTO, 2007, p. 36), sendo assim importante considerar o que é essencial

na obra de Marx, sua articulação teórico-metodológica para a apreensão dos novos fenômenos postos pela sociedade capitalista.

Além do mais, é interessante ressaltar que mesmo em face das transformações e mutações que vem sofrendo o sistema capitalista e a sociedade burguesa, elas não deram conta de anular “[...] nenhuma ‘das tendências estruturais de desenvolvimento’ que Marx nela descobriu – ao contrário comprovou-as largamente [...]” (NETTO, 2007, p. 36, grifo do autor).

A concentração e a centralização do capital; o caráter anárquico da produção capitalista; a reiteração das crises periódicas; as dificuldades crescentes para a valorização; os problemas referentes à manutenção dos patamares das taxas de lucros; a contínua reprodução da pobreza relativa e crescentes emersões de pobreza absoluta; os processos alienantes e reificantes (NETTO, 2007, p. 36 -37).

Diante disso, verifica-se que a obra marxiana ainda se mostra válida e atual mesmo em face da desvalorização pós-moderna. Para Netto (2007, p. 37, grifo do autor) “o desenvolvimento da ordem burguesa, neste limiar do século XXI, vem *repondo* as determinações estruturais que a teoria marxiana apreendeu nela”. A obra marxiana continua atual e se mostra capaz de apreender as objetivações históricas que jazem no capitalismo, contudo a mesma vem encontrando desafios que ora a desqualificam, diante disso, é preciso incorporar “[...] aqueles elementos que mantém sua validade, avançar em relação ao pensamento marxiano, notadamente naqueles aspectos limitados pelo que estava posto no seu tempo de vida” (FERREIRA & SANTANA, 2018, p. 80).

Assim, ante ao reducionismo pós-moderno se faz necessário refletir sobre a validade da obra marxiana para esclarecer as problemáticas da ordem burguesa neste século XXI, neste sentido, observa-se que mesmo sendo escrita há mais de cem anos, ela consegue dar respostas as determinações fundamentais que a sociedade burguesa colocou. Talvez em razão de ter sido escrita em dado momento histórico, esta teoria hoje segundo Netto (2007, p. 38, grifo do autor) “[...] mostra-se necessariamente incompleta quando o seu objeto real se modifica noutra tempo (histórico-social) dado; o que importa na investigação marxiana não são apenas os seus resultados, mas o seu ‘método’”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa breve abordagem chama atenção para os desafios colocados pela sociedade burguesa a teoria social de Marx, evidenciando a necessidade de resgatar aquilo que é essencial na obra de Marx e avançar ante as críticas pós-modernas.

[...] a recuperação [...] põe em questão a relação da teoria com a realidade social (da qual são elementos efetivos quer as representações que dela fazem os homens, quer os movimentos nos quais se envolvem). Trata-se, essencialmente, de resgatar o estilo de Marx para ‘desvelar e decifrar o movimento histórico-social contemporâneo da ordem burguesa’ – sua estrutura, sua dinâmica, suas tendências; o que importa é empenhar a razão teórica como iluminadora dos processos constituintes desta sociabilidade determinada [...] (NETTO, 2007, p. 33, grifo do autor).

Frente a resolução e apreensão dos desafios atuais, a recuperação da obra marxiana torna-se fundamental, isso quando se considera a matriz teórico-metodológica de Marx na apreensão da realidade em uma perspectiva de totalidade.

Retomando-se a formulação de Lênin acerca da necessidade da “análise concreta da realidade concreta”, tem-se que a exploração de classe e as opressões (que incluem a questão das identidades) não são dissociadas, como muitas vezes aparentam estar, no interior das lutas sociais. Ao contrário, estão articuladas na vida concreta, dada a existência e a continuidade das contradições fundadas na desigualdade econômica e social, que tem por base a divisão do trabalho e ganha expressões inéditas na ordem burguesa pela grave expansão da barbárie em todos os níveis da vida social (FERREIRA & SANTANA, 2018, p. 80).

Portanto, verifica-se que mesmo ante o reducionismo e irracionalismo característicos da pós-modernidade a teoria social marxiana ainda se mostra válida, sendo que os expoentes da pós-modernidade apesar de tentar invalidar ou desconstruir a obra de Marx não deram conta de o fazer e mais, para Netto (2007) a inteira desqualificação de Marx não poderá ser sustentada nos meios intelectuais por muito tempo.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. Posfácio de José Paulo Neto. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Tradução de Elisabeth Barbosa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

EAGLETON, Terry. De onde vêm os pós-modernistas? **In: Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo**. Ellen Meiksins Wood e John Bellamy Foster (Organizadores); Ruy Jungmann (Tradução). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

FERREIRA, Benedito de Jesus Pinheiro; SANTANA, Joana Valente. A dialética conhecimento/transformação do mundo no legado marxista. **In: Argum..** Vitória, v. 10, n. 2, p. 70-83, maio/ago.2018.

LUKÁCS, Georgy. Marx e o problema da decadência ideológica. **In: LUKÁCS, G. Marxismo e teoria da Literatura**. Seleção, apresentação e tradução de Carlos Nelson Coutinho, 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos**. Seleção de Textos de José Arthur Gianotti; traduções de José Carlos Bruni (et al). 2.ed - São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl. Posfácio da 2ª edição. **In: O capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital**. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

NETTO, José Paulo. **Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal**. 4.ed – São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. Marxismo impenitente: contribuição à história das idéias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004.

NETTO, José Paulo. Razão, ontologia e práxis. **In: Revista Serviço e Sociedade**. Ano XV, n. 44. São Paulo: Cortez, 2004.

NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. 1. ed – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SILVEIRA JÚNIOR, Adilson Aquino. A cultura pós-moderna no serviço social em tempos de crise. **In: Temporalis**. Ano 16, n. 31, jan/jun. Brasília (DF), 2016.

WOOD, Ellen Meikisins. O que é a agenda pós-moderna? **In: Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo**. Ellen Meiksins Wood e John Bellamy Foster (Organizadores); Ruy Jungmann (Tradução). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

CAPÍTULO 2

O SERVIÇO SOCIAL NO TRABALHO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA AS PESSOAS IDOSAS REALIZADO EM TEMPOS DE PANDEMIA NOS CRAS DO MUNICÍPIO DE LAGES/SC

Camila Chaves de Freitas
Juciane Aparecida Godoi Figueiredo da Silva

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso buscou analisar a importância do exercício profissional dos(as) Assistentes Sociais nas políticas públicas, especialmente na Política de Assistência Social Básica através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para as Pessoas Idosas ofertados especificamente nos Centro de Referência da Assistência Social – CRAS do município de Lages/SC no período de pandemia da Covid-19, com a finalidade de fornecer uma discussão sobre a garantia dos direitos da população idosa frente às demandas apresentadas neste âmbito nos Cras do município, tendo como temática: “O Serviço Social no trabalho do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para as Pessoas Idosas realizado em tempos de pandemia nos Cras do Município de Lages/SC”. A metodologia utilizada nesse estudo foi a corrente marxista, a partir do materialismo Histórico Dialético, o estudo realizado foi de caráter qualitativo, os tipos de pesquisa foram: exploratória, de campo e bibliográfica. A pesquisa foi aplicada com 4 (quatro) profissionais assistentes sociais que atuaram no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para as Pessoas Idosas nos Cras do município de Lages/SC no período de pandemia no ano de 2020 a 2021. Os instrumentos utilizados foram o questionário com perguntas abertas e o Termo de Esclarecimento Livre e Esclarecido – TCLE no qual foram enviados por e-mail e/ou WhatsApp. A interpretação e análise dos dados foram feitas a partir da análise de conteúdo de Bardin. A realização desse estudo foi aprovada pelo CEP - Comitê de Ética e Pesquisa com N° do Parecer: 5.186.840. Esse estudo foi relevante para discorrer sobre a atuação profissional dos/as assistentes sociais nesse período pandêmico e fazer reflexão acerca do atendimento das demandas das pessoas idosas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos realizados em tempos de pandemia como provedor de bem-estar social e garantidor de direitos para essa parte da população, o estudo apresentou informações relevante que enfatizam a importância da atuação do Serviço Social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para as Pessoas Idosas, apresentando dados que demonstram que a pandemia é um problema social que interfere diretamente no cotidiano de trabalho dos(as) assistentes sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Idosos. SUAS. Pandemia.

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é oriundo da experiência no campo de estágio supervisionado obrigatório, realizados nos semestres 2020/1 e 2020/2, no Centro de Referência da Assistência Social CRASVI do município de Lages/SC, no qual possibilitou um contato direto com a atuação do(a) profissional de Serviço Social, permitindo uma reflexão

crítica sobre o exercício profissional do(a)assistente social na instituição frente ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para as Pessoas Idosas (SCFVI) um serviço que faz parte da Política de Assistência Social Básica.

A partir das categorias de pesquisa nesse projeto foram escolhidas: Serviço Social; Trabalho; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Idoso; SUAS; Pandemia.

Este trabalho de conclusão de curso se propõe a trazer o conhecimento da importância da atuação dos/as profissionais de Serviço Social na defesa da cidadania das pessoas idosas e como garantidor de direitos nos serviços de Proteção Social Básica na política de Assistência Social, sobretudo no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, refletindo sobre as implicações, limites e possibilidades no cotidiano profissional diante do cenário contemporâneo de pandemia da Covid-19, e, sobretudo tem o intuito de contribuir com debates e discussões sobre a temática no presente e no futuro.

Sobretudo, a pesquisa proporciona reflexões que enfatiza a importância da atuação do Serviço Social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para as Pessoas Idosas, como provedor de bem-estar social para essa parte da população. Essa pesquisa contribui para o reconhecimento do trabalho dos(as) assistentes sociais nas políticas públicas intensificando a sua valorização como garantidor dos direitos da população idosa.

O presente projeto foi submetido à Plataforma Brasil - UNIPLAC, sendo avaliado e aprovado pelo CEP – Comitê de Ética e Pesquisa, no qual se gerou o Número do Parecer 5.186.840.

REFERENCIAL TEÓRICO

BREVE HISTÓRICO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Historicamente a Assistência Social no Brasil era firmada na caridade e tinha ênfase religiosa. Segundo Boscari e Silva (2015) foi através de lutas sociais que ocorreram ao longo dos anos que houve o reconhecimento e ampliação das políticas públicas de Assistência Social definindo elementos fundamentais para a garantia de direitos sociais, as lutas no campo social foram elevadas para tornar a Assistência Social em uma política de Estado com o objetivo de combater as desigualdades sociais e contribuir para a construção de um sistema amplo de proteção social.

Nesse sentido, a Política Nacional de Assistência Social foi criada em 2004 como uma nova base para a prática profissional do Serviço Social para desenvolver coletivamente a

implementação do Sistema Único de política de Assistência Social visando a universalização e a igualdade de direitos, concebendo a assistência social como um compromisso do Estado com a sociedade. E com o avanço constitucional do LOAS de 1993 que essa Lei foi regulamentada na constituição do Sistema Único de Assistência Social em 2004 (PNAS, 2004, p. 31).

A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a Assistência Social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS em dezembro de 1993, como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal (PNAS, 2004, p. 31).

TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, através de conquistas foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, dessa forma proporcionou a efetivação de seu pleno desenvolvimento em todo território nacional visando os serviços de proteção social básica e especial, onde traz o esclarecimento de seus objetivos na garantia dos direitos socioassistenciais e as normativas para a sua regulamentação (BRASIL, 2014, p. 4).

De acordo com o Art. 1º a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais é estruturada por níveis de complexidade, ofertando diversos serviços de atendimento em diferentes equipamentos públicos sendo eles: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade (BRASIL, 2014, p. 5).

O SERVIÇO SOCIAL NO SUAS

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi criado para normatizar a Lei de Assistência Social no Brasil e é um sistema de caráter público no qual constitui o modelo de gestão da rede socioassistencial, e organiza os serviços e benefícios de forma descentralizada, foi um avanço importante na área de Assistência Social, onde possibilitou a institucionalização do serviço social em formação profissional constituindo as áreas de atuação dos Assistentes Sociais (FERREIRA, 2011).

Com base em Boschetti (2005), a política de Assistência Social deve ser entendida como uma política universal e descentralizada que articula com as demais políticas sociais para estabelecer um amplo sistema de proteção social desenvolvendo um conjunto de ações multiprofissional, nesse sentido Raichelis (2010) elenca que o SUAS abre espaços e

possibilidades de atuação, estabelece os espaços ocupacionais da profissão e dos demais profissionais que atuam nas políticas sociais e públicas.

Nesse sentido o CFESS (2011) destaca os parâmetros para atuação dos(as) Assistentes Sociais, elencando que o(a) profissional ao fazer parte da equipe de trabalhadores na política de Assistência social atua de acordo com as atribuições e competências do projeto ético e sociopolítico, contribuindo de forma coletiva no enfrentamento das expressões da questão social, visando responder as necessidades sociais no processo de valorização e transformação do ser social (CFESS, 2011).

Contudo Iamamoto (2000) pontua que para atuação do Serviço social “exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade” (IAMAMOTO, 2000, p. 49). Nesse sentido a autora discorre que o trabalho profissional se realiza através das competências críticas, executando ações e/ou serviços de forma ampla com foco em atender as demandas e necessidades de cada indivíduo.

Albuquerque (2011) aponta que o SUAS se insere na Assistência Social com caráter preventivo tendo como foco a prevenção das situações de risco, as suas práticas são voltadas para o desenvolvimento de habilidades e potencialidades, contudo conta com o sistema de vigilância e defesa social para das respostas concretas as demandas e possam enfrentar os desafios, nesse sentido, seu objetivo é garantir o direito à convivência familiar e comunitária dos indivíduos.

AS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO SERVIÇO SOCIAL – LEI 8.662/93 - LEI QUE REGULAMENTA A PROFISSÃO

O exercício profissional assegura se com base na Lei Nº 8.662, de 7 de junho de 1993 lei que regulamenta a profissão do Serviço Social e estabelece os critérios para a atuação, conforme trás o artigo 2ª onde destaca que para o exercício da profissão o(a) assistente social deve possuir graduação em Serviço Social sendo de nível superior ou equivalente, ter diploma em curso de Serviço Social, estar inteiramente inscrito seguindo todas as condições estabelecidas nessa Lei para exercer suas funções (CFESS, 2012).

Compreendido que o/a profissional somente poderá exercer a profissão de Assistência Social se estiver inscrito no Conselho e seguir todos os princípios e normativas que rege esta lei de regulamentação, nesse sentido, os Artigos 4º e 5º descrevem as competências e atribuições

pautando o pleno exercício profissional nas leis vigentes que descrevem como deve ser a atuação dos(as) assistentes sociais cumprindo seus princípios legais (CFESS, 2012).

PROJETO ÉTICO POLÍTICO

O Projeto Ético Político elenca a qualidade dos serviços e a competência atribuídas no fazer profissional, trazendo elementos constitutivos no campo do exercício e da formação profissional para a execução do trabalho, assim como deveres e proibições através de conjuntos de normas, que são pautadas nas três dimensões da profissão Lei de regulamentação 8.662/93, Código de Ética do/a Assistente Social, e nas diretrizes curriculares, trazendo os princípios fundamentais direcionando a prática profissional, formação e o compromisso com os serviços prestados à população.

Contudo de acordo com a ABEPSS (1996), a formação profissão é pautada no projeto profissional capaz de compreender a realidade enfrentando as tensões e contradições na contemporaneidade e na qualidade do ensino no Curso de Serviço Social reafirmando o projeto ético político através de uma capacitação teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativa, dispondo de princípios e elementos para a formação em Serviço Social.

O SERVIÇO SOCIAL NA PERSPECTIVA DO TRABALHO

O Serviço Social se constituiu no Brasil como profissão de acordo com o Código de Ética do/a Assistente Social, onde através da Lei 8.662/1993 estabelece as normativas da profissão elencando as suas atribuições e competências (CFESS, 2011).

Nesse sentido Raichelis (2011) explica que o Serviço social se insere como profissão na divisão social e técnica do trabalho vendendo sua força de trabalho realizando ações de cunho coletivas para diversas instituições empregadoras, entre elas, o Estado, as organizações privadas empresariais, não governamentais ou patronais, nesse âmbito atuam diante das condições de vida da classe trabalhadora que é gerada pela dimensão do capital.

Segundo Iamamoto (2006), os serviços sociais para os capitalistas são de caráter complementar para a reprodução da força de trabalho tendo o menor custo e elevando as taxas de lucro do capital, na perspectiva dos trabalhadores assalariados esses serviços são complementares para a sua reprodução física, intelectual e espiritual da sua família, sendo ela a base de sua sobrevivência na qual depende da venda de sua força de trabalho para a produção de suas necessidades básicas para a reprodução da família trabalhadora, essa tendência afeta a vida da classe trabalhadora em diversas dimensões pondo em xeque suas condições de vida.

Sousa (2008) aborda que o Assistente Social ocupa um lugar privilegiado no mercado de trabalho, pois atua diretamente no cotidiano das classes e grupos sociais menos favorecidos e dessa forma obtém conhecimento dessa realidade, sendo ela seu principal instrumento de trabalho onde pode realizar sua ação profissional para intervir nessa realidade.

A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA GARANTIA DE DIREITO AS PESSOAS IDOSAS

As contribuições do Serviço Social na garantia de direitos das pessoas idosas atendidos no âmbito da Assistência Social, contudo ao longo da história perpassa por diversos fatores de atenção visando a garantia de direitos, emancipação e protagonismo da pessoa idosa nas políticas públicas e sociais. O Estatuto do idoso destaca que toda pessoa com 60 anos ou mais é considerada idosa(o), já a Política Nacional de Saúde da pessoa idosa (2006) apresenta o conceito de envelhecimento trazendo aspectos biológicos e psíquicos no qual apresenta fatores positivos e negativos dessa dimensão na vida da população idosa.

Para Sousa e Marquette (2018), o envelhecimento na sociedade atual vem ganhando grande proporção o aumento da população idosa está em constante desenvolvimento, diante dessa realidade exige se novas formas de intervenção para a garantia dos direitos desses indivíduos.

Carvalho (2011) enfatiza que o serviço social está associado aos direitos do homem e define estratégias de atuação diante de determinada realidade, no caso da pessoa idosa seus cuidados são direcionados ao bem-estar, proteção e qualidade de vida enfatizando os direitos e a justiça social através de um processo de sociabilidade.

Nesse contexto Iamamoto (2012) ressalta que os(as) assistentes sociais realizam suas ações de cunho socioeducativo na prestação de serviços sociais, tendo como foco a garantia do acesso aos direitos e sobre tudo dispendo de meios para exercê-los, atendo as necessidades e interesses dos sujeitos dentro das políticas públicas. Assim, como realiza suas ações voltadas com o compromisso de melhorar a prestação dos serviços aos usuários, viabilizando a qualidade dos serviços sociais na defesa e ampliação dos direitos dos usuários.

LEGISLAÇÃO VIGENTE DE PROTEÇÃO AS PESSOAS IDOSAS - ESTATUTO DO IDOSO

O Estatuto do Idoso surge para o fortalecimento e promoção dos direitos das pessoas idosas, onde se apresenta no seu Art. 2º os direitos fundamentais inerentes a pessoa idosa “O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da

proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” (BRASIL, 2003, p. 3).

O Estatuto do Idoso é um marco regulatório de fundamental importância no que tange aos direitos da pessoa idosa contribuí para a valorização social e a autonomia conforme destacados nos artigos 9º e 10º sobre a garantia de proteção à vida e à saúde, através da efetivação de políticas sociais contribuindo par um envelhecimento saudável e em condições de dignas para sua vivência. Ressalta-se como uma obrigação do Estado e da sociedade no que condiz assegurar a pessoa idosas a liberdade, o respeito e a dignidade (BRASIL, 2003, p. 5).

Dessa forma o processo de envelhecimento ativo deve ser considerado conforme constitui a Lei para o desenvolvimento humano, social e de autonomia da pessoa idosa exercendo seu direito como cidadão e usufruindo de todos os benefícios conforme elencados no Art. 20º “O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversão, espetáculo, produtos e serviços que respeitem suas particularidades de idade” (BRASIL, 2003, p. 9).

O PAPEL DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA AS PESSOAS IDOSAS

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é um serviço da Proteção Social Básica possui caráter preventivo e proativo, relacionado a afirmação e defesa de direitos dos usuários e tem como objetivo desenvolver suas capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social, foi regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009) (BRASIL, 2014, p. 16).

Esse serviço é ofertado de forma complementar através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI), com o objetivo de promover o atendimento das famílias dos usuários destes serviços, garantindo a matricialidade, sociofamiliar da política de assistência social (BRASIL, 2014, p. 16).

O trabalho desenvolvido por meio desse serviço se dá através de grupos no qual é dividido por faixas etárias de idade, organizado de acordo com o processo de vida, experiências culturais e vivências pessoais de cada um, sempre visando estimular a troca de conhecimentos

para desenvolver o sentimento de pertença e de identidade; fortalecer os vínculos familiares e sociais dos indivíduos (BRASIL, 2014).

O PERÍODO DE PANDEMIA COVID-19

De acordo com Manual de Orientações da COVID-19 (vírus sars-cov-2) a COVID-19 é uma doença causada pelo corona-vírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos ou oligossintomáticos (poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório (GOVERNO DE SANTA CATARINA, 2020). Sua transmissão acontece principalmente pelo contato direto ou por gotículas espalhadas através da tosse ou espirro.

Segundo Greco *et al.*, (2021), a pandemia apresentou aspectos negativos na vida das famílias, principalmente nas mais vulneráveis afetando toda a sua dimensão de vida, apresentando no seu contexto a saúde, educação e atividade econômica, a pandemia inviabiliza ainda mais o direito da população que se encontram em vulnerabilidade e necessitam da ação do Estado para sobreviver.

Do ponto de vista de Souza *et al.*, (2020), o isolamento social gera um impacto direto na economia e afeta de forma desigual os indivíduos em situação de pobreza, entre tanto inviabiliza ainda mais o direito daquelas/daqueles que dependem do trabalho para sobreviver em ter que optar entre trabalhar perante aos riscos, para manter as necessidades diárias, básicas, sendo esse um grande desafio para toda a população.

Raichelis (2013) coloca que nesse cenário, as políticas sociais brasileiras vêm enfrentando grandes contradições, sendo afetada em particular a Seguridade Social o sistema de proteção social gerida pelo Estado que visa o acesso aos direitos básicos da população, mas devido às mudanças na estrutura capitalista internacional os direitos e a cidadania vêm sofrendo ameaças e retrocessos na sua configuração.

Silva (2014) traz que o Serviço social se insere no espaço de trabalho desenvolvendo ações e intervindo nas inúmeras manifestações e tensões existentes na relação entre o capital e trabalho humano, e na desigualdade social produzida pela força intransigente do capital, nesse meio encontra desafios para a efetividade dos direitos da população.

De acordo com Alencar *et al.*, (2020), o trabalho do(a)assistente social nesse contexto da pandemia do COVID-19 tem ficado mais visível e a procura por serviços socioassistenciais são cada vez maiores, o trabalho tornou-se mais complexo, e os(as) profissional precisaram se adequar a uma nova forma de trabalho e buscar novas estratégias e requisições de enfrentamento das expressões da questão social¹, diante da nova conjuntura política e de trabalho diante da realidade contemporânea.

Loiola e Cavalcante (2021) destacam que diante da conjuntura real causada pela Covid-19, que o trabalho dos(as) assistentes sociais necessitou de uma reorganização criando novas estratégias para atender as demandas da população e manter o contato direto, contudo a criação dos canais de comunicação virtuais potencializou o trabalho dos(as) profissionais proporcionando contato virtual, disponibilizando o conhecimento e garantindo o acesso à informação e orientações aos(as) usuários(as) dos serviços disponíveis nas políticas públicas.

Nesse contexto de pandemia Covid-19, o trabalho dos(as) assistentes sociais sofreu impactos em diversos fatores, pois enquanto trabalhadores/as, também tiveram suas condições de trabalhos afetadas devido as mudanças geradas nesse período pandêmico.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados para esta pesquisa possibilitarão investigar sobre o trabalho do Serviço Social no âmbito da proteção social básica nos Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), atualmente dentro do trabalho do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para as Pessoas Idosas realizado em tempos de pandemia no município de Lages/SC.

Para a presente pesquisa utilizou-se a pesquisa bibliográfica, de campo e exploratória. Como pano de fundo teórico e metodológico foi utilizado o materialismo histórico dialético, corrente Marxista um elemento indispensável para a produção de conhecimento.

¹A questão social, cuja gênese é o conflito capital-trabalho, possui atualmente expressões múltiplas (pobreza, desemprego, violência, discriminação de gênero, raça, etnia e orientação sexual, trabalho precário, dificuldade de acesso à saúde, à educação e ao trabalho, falta de moradia, violação dos direitos das crianças e idosos), e como tal, carece da articulação de ações diversificadas capazes de inserir no jogo social e garantir direitos aos invalidados não só pela 'desfiliação', mas pela própria conjuntura histórica do país (BADARÓ, 2013, p. 168).

Sendo as categorias de pesquisa nesse projeto: Serviço Social; Trabalho; Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos; Idoso; SUAS; Pandemia. O estudo realizado teve como objetivo identificar o trabalho do Serviço Social no trabalho do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para as Pessoas Idosas realizado em tempos de pandemia nos Cras do município de Lages/SC, e para atingir o objetivo proposto utilizou-se a pesquisa qualitativa, buscando uma maior compreensão aos significados e as características apresentados pelos entrevistados.

A escolha para a aplicação da pesquisa aconteceu com 4 (quatro) profissionais dos Centro de Referência da Assistência Social – CRAS do Município de Lages/SC que atuaram no ano de 2020 à 2021 no período de pandemia, sendo eles profissionais de Serviço Social. No entanto a aplicação da pesquisa foi realizada com os quatros Cras, no qual teve a participação de quatro profissionais Assistentes Sociais, contabilizando 50% do que se tinha enquanto meta.

A pesquisa foi realizada obedecendo todos os critérios de pesquisa descritos na Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. A coleta dos dados foi realizada através de formulário eletrônico sendo disponibilizado o link de acesso, no qual os(as) participantes receberam os documentos que foram enviados por e-mail ou WhatsApp.

A análise de dados foi baseado na análise de conteúdo de Bardin (1977) a análise de conteúdo denomina-se através do conhecimento das variáveis que são interpretadas por meio de indicadores escolhidos pelo(a) próprio(a) pesquisador(a).

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir das questões elencadas no estudo, com relação as mudanças ocorridas na vida social da pessoa idosa, compreendeu-se que o isolamento social e a Covid-19 trouxe inúmeras consequências para a vida da população idosa, nesse sentido aponta as carências sofridas nesse período devido ao afastamento dos(as) mesmos(as) do convívio social e familiar afetando sua vida ativa.

Areosa et al., (2012) coloca que as relações sociais e a convivência familiar proporcionam efeitos benéficos para a vida da população idosa, sendo fundamental para o “envelhecimento ativo, satisfatório e com qualidade de vida, sem tantos efeitos negativos”.

No entanto, em relação a essa modificação na rotina social Malta et al., (2020) ressaltam que o isolamento social foi aderido como uma forma de proteção a vida, mas sobre tudo a sua adesão trouxe para a vida da população consequências psicológicas e no seu estilo de vida,

despertando sentimento de ansiedade, estresse e tristeza, afetando negativamente a qualidade de vida.

Compreende-se que na velhice a privação e a falta de autonomia prejudicam a qualidade de vida dos idosos, na maioria das vezes se sente desvalorizado e esquecido onde surgem sentimentos negativos sobre si e sobre seu ciclo social. Dessa forma, vale ressaltar a importância da autonomia para o cuidado e valorização da pessoa idosa nesse período de isolamento social.

Para Diogo (1997), a autonomia representa muita coisa na vida das pessoas idosas, tendo como capacidade a tomada de suas próprias decisões sobre sua vida, ter liberdade de escolha, ser responsável pelas suas ações e autocontrole diante das suas atividades diárias e fundamentais sem orientação ou supervisão mantendo-se ativos e independentes.

O estudo buscou saber sobre as ações/atividades e oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para as Pessoas Idosas em tempo pandemia no município de Lages/SC, no qual a execução do referido serviço, refere-se as ações e atividades nesse período pandêmico, os(as) profissionais entrevistados(as) trouxeram suas colocações, na qual afirmaram que as atividades foram realizadas através de entrega em domicílio, através de visitas domiciliares, sendo elaborados e propostos conteúdos de acordo com as particularidades e condições de cada um. Por isso, é importante citar a Portaria nº 100, de 14 de Julho de 2020, que dispõe das orientações necessárias para o atendimento e acompanhamento, apresentando alternativas para cada situação, sendo possível o atendimento utilizando de recursos remotos com auxílio da tecnologia e meios de comunicação, para demandas que exigem um pouco mais de atenção e pode ser resolvidas remotamente, recomenda-se o atendimento presencial nas unidades ou por meio de visitas domiciliares, seguindo todas as recomendações sugeridas.

Para tanto, os(as) entrevistados trouxeram a importância do serviço para a valorização e garantia dos direitos sociais das pessoas idosas, em que apresentam a importância da execução dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, trazendo aspectos primordiais sobre os direitos sociais, através da análise em estudo, todos(as) consideram o serviço de suma importante, pois o funcionamento aproxima os usuários do pleno acesso a cidadania e direitos.

Os direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988 visam a segurança e o bem-estar social de todos os indivíduos e sua execução deve ser igual para todos. Conforme ressalta Telles (1998, p. 36) “Todos esses são considerados direitos que devem caber a todos os indivíduos igualmente, sem distinção de raça, religião, credo político, idade ou sexo”. Dessa

forma os direitos previstos na Constituição protegem o ser humano em todas as suas particularidades.

Também ressaltam a importância da execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, visto que ele fornece meios para prevenir situações de vulnerabilidade, risco social, e promove o fortalecimento de vínculos das famílias e comunidade. Desse modo, a Orientação Técnica (2012) destaca, que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos executado nas políticas de assistência social deve ser capaz de garantir, “a segurança de acolhida; a segurança do desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social; e a segurança do convívio ou vivência familiar, comunitária e social” (BRASIL, 2012, p. 18).

Quando mencionado sobre a atuação profissional diante do atual contexto de pandemia, os(as) entrevistados(as) apresentaram aspectos do cotidiano de trabalho, com base, nas colocações referem-se sobre a importância de tecer breves considerações acerca da atuação dos(as) Assistente Sociais nas políticas públicas² dentro da Proteção Social Básica. Nesse sentido Loiola e Cavalcante (2021), discorrem que devido a conjuntura causada pela Covid-19, foi necessário o redesenho das estratégias de trabalho dos/das assistentes sociais no qual foram necessárias e fundamentais para garantir o atendimento das demandas dos usuários, sobretudo, manter o contato direto, mesmo que de forma virtual em um contexto complexo.

No contexto da pandemia da Covid-19 muitas profissões tiveram que ser readequar e no serviço social isso não é diferente, contudo o trabalho do Serviço Social no enfrentamento ao Covid-19 proporciona novas estratégias de atuação conforme destaca, Pereira e estratégias e ações que contribua de forma significativa para o enfrentamento, visando o acesso e a garantia de direitos à população usuárias das políticas públicas e sociais, avaliar e rever as formas de trabalho e sua atuação eleva a eficácia no atendimento à população.

²[...] políticas públicas são conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pelos governos (nacionais, estaduais ou municipais) com a participação, direta ou indireta, de entes públicos ou privados que visam assegurar determinado direito de cidadania para vários grupos da sociedade ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico. Ou seja, correspondem a direitos assegurados na constituição. (ANDRADE, 2016).

Diante disso, a partir dos argumentos os(as) profissionais esclarecem, sobre o trabalho realizado no período de pandemia, é fundamental trazer sobre quais perspectivas é possível se avançar para a continuidade dos atendimentos e acompanhamentos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para as Pessoas Idosas.

Um dos aspectos do isolamento e da pandemia é as incertezas, nesse sentido o trabalho do(a) assistente social é complexo e nessa conjuntura exige maior capacidade e desenvolvimento das suas forças produtivas para uma práxis inovadora capaz de transformar a realidade. Conforme, Silva (2006) coloca o/a assistente social trabalha em prol do fortalecimento dos direitos sociais e no combate das diversas expressões da questão social encontradas no cotidiano, o/a profissional de Serviço social é a base de apoio a qual os/as usuários/as procuram para buscar resposta para o enfrentamento das adversidades encontradas na realidade vivenciada.

Diante dos fatos abordados no estudo, e após a análise de dados concluída, acredita-se que os resultados e objetivo deste trabalho foram alcançados, de forma que a temática venha a contribuir para a reflexão sobre o trabalho e as ações do Serviço social, no qual respalda que a atuação e trabalho como garantidor dos direitos das pessoas idosas dentro do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é relevante e essencial promovendo o bem-estar social para essa parte da população diante do contexto pandêmico.

Segundo os(as) profissionais, confirma-se a importância da relação entre profissional, sujeito, comunidade, e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, no qual proporciona aos idosos essa interação, pois conforme expresso na Tipificação Nacional dos Sócioassistenciais (2014), esse serviço tem como foco o fortalecimento dos vínculos, através de ações e atividades que visa melhorar as relações na vida social, familiar e comunitária.

No que se refere ao convívio Leite et al., (2008) coloca que é através da família, amigos e comunidade que os indivíduos interagem e se relacionam, e sobre tudo buscam suporte para enfrentar as dificuldades da vida cotidiana, o autor também acrescenta que as relações e laços sociais auxiliam na qualidade de vida, trazendo benefícios a saúde e ao bem-estar.

No entanto, a partir das colocações dos(as) profissionais confirma-se que apesar do atual contexto é importante manter a execução do serviço, pois na medida em que o serviço é realizado, através de atendimento, ações e atividades, assume em seu papel potencialidades para o desenvolvimento humano, tendo em vista estratégica de aproximação da população idosa que necessita da política de assistência social. Referente a avaliação da atuação profissional no

contexto de pandemia e isolamento social, em resposta a essa questão os(as) entrevistados(as) abordam os desafios e a satisfação de realizar o trabalho.

Para Iamamoto (2009), no exercício da profissão existem situações que necessitaram de competências e múltiplas capacidades para transformar o cotidiano de trabalho do(a) Assistente Social, conforme as questões que vão sendo postas de acordo com a realidade, a forma de atuação vai se adequando e se transformando para intensificar o atendimento das demandas, sobretudo, compreender a realidade para adequar novas estratégias de intervenção e reconhecimento profissional é essencial.

Adentrando na centralidade da questão, dentro das perspectivas dos(as) entrevistados(as), na qual demonstram as inquietações vivenciadas nesse momento, para a maioria a atuação profissional é importante, sendo um período desafiador, porém gratificante, houve também aquele(a) que expressou seu sentimento, dizendo que foi difícil realizar o trabalho nesse período.

Ao responderem sobre as perspectivas para a prática profissional os(as) entrevistados apresentaram respostas que vem de encontro com as questões anteriores, de forma que promova o atendimento das pessoas idosas potencializando as ações protetivas e interventivas quebrando as barreiras vivenciadas nesse período.

Um dos aspectos do isolamento e da pandemia é as incertezas, nesse sentido o trabalho do(a) assistente social é complexo e nessa conjuntura exige maior capacidade e desenvolvimento das suas forças produtivas para uma práxis inovadora capaz de transformar a realidade. Nesse sentido, Silva (2006), coloca que o/a assistente social trabalha em prol do fortalecimento dos direitos sociais e no combate das diversas expressões da questão social encontradas no cotidiano, o/a profissional de Serviço social é a base de apoio a qual os/as usuários/as procuram para buscar resposta para o enfrentamento das adversidades encontradas na realidade vivenciada.

No tocante, Iamamoto (2018) acrescenta que para o exercício profissional exige um sujeito com competências capaz de propor, negociar defendendo seu campo de trabalho e que vá além das rotinas criadas pelas instituições, criando tendências e possibilidade a serem incorporadas como projeto profissionais que lhe traga auxílio para o enfrentamento da realidade.

Portanto nesse contexto apresentado através das perspectivas dos(as) profissionais entrevistados(as), a continuidade dos trabalhos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para as Pessoas Idosas é indispensável, pois através de atendimento, visitas, acolhidas

e acompanhamentos pode se agir para identificar possíveis situações de violações de direitos e realizar intervenção e ações focadas na particularidade de cada demanda.

Para Moura (2006), a intervenção no exercício profissional possui sua identidade de forma que contribua para reduzir tensões e necessidades sociais visando o bem-estar dos indivíduos, pensando em políticas sociais e culturais que possibilite ao profissional estratégias e ações criativas para sua intervenção. De acordo com a autora essa prática interfere diretamente nas demandas sociais e tem um papel fundamental nas práticas emancipatórias dos indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da Covid-19 afetou a rotina de trabalho em diversas áreas, e o trabalho dos(as) profissionais de Serviço Social também sofreu impactos e precisou ser transformado e remodelado para atender as demandas da população usuária da política pública de Proteção Social Básica, especialmente falando do trabalho do serviço social voltado para as pessoas idosas pertencentes aos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos nos Cras do município.

Em resposta para entender o processo das ações executadas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para as Pessoas Idosas no período pandêmico, os(as) entrevistados(as) pontuaram que as atividades permaneceram sendo executadas, visando atender as necessidades e particularidades de cada um, foram entregues na residências, e também utilizaram de recursos tecnológicos (WhatsApp) e visitas domiciliares, para manter a participação da(o) idosa(o) no serviço para que a(o) mesma(o) não seja prejudicada(a) e não fique desassistida(a), contudo percebe-se ainda que as atividades ofertadas nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos possibilitam alcançar não somente a pessoa idosa, mas toda a comunidade.

Portanto, no que se refere a execução do serviço, ações e atividades realizadas pelos(as) profissionais foram adaptadas, mas sobretudo mantendo os cuidados necessários para a proteção e segurança das pessoas idosas, nesse sentido os atendimentos foram focalizados em viabilizar os direitos afim de lhes proporcionar melhor qualidade de vida como sujeitos ativos na sociedade para o enfrentamento das adversidades encontradas na realidade vivenciada.

Ressalta-se que o trabalho e as atividades realizadas pelos(as) profissionais do serviço foram adaptadas acompanhando a realidade que se apresenta, buscando estratégias para manter os atendimentos e acompanhamentos para não perder os vínculos com os usuários. O(a) assistente social diante de uma realidade complexa precisa estar preparado para buscar

alternativas inovadoras para a realização do seu trabalho de forma que atenda as necessidades e demandas da população no espaço em que está inserido.

Entretanto, destaca-se a importância do trabalho dos(as) assistentes sociais no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos realizados para as pessoas idosas, valorizando o conhecimento acerca dos direitos sociais desse segmento, no qual busca-se primar pela continuidade do serviço executado e pela qualidade do mesmo para promover o bem-estar social e o empoderamento desses sujeitos diante do contexto pandêmico.

Nesse contexto, percebe-se que trabalho dos(as) assistentes sociais no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos realizados em tempos de pandemia visa a efetivação e o fortalecimento dos direitos das pessoas idosas, gerando aspectos positivos na vida desses sujeitos.

REFERÊNCIAS

AREOSA, Sílvia Virginia Coutinho; BENITEZ, Lisianne Brittes; WICHMANN, Francisca Maria Assmann. **Relações familiares e o convívio social entre idosos**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 11, n. 1, p. 184 - 192, jan./jul. 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS. **Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996)**. Rio de Janeiro Novembro de 1996.

ALBUQUERQUE, Simone. **MESA-REDONDA Balanço Crítico do SUAS e o Trabalho do Assistente Social**. In: O trabalho do/a Assistente Social no Suas: seminário nacional/Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. Brasília: CFESS, 2011. 312 p.

ALENCAR, Bárbara Cristina Sousa de; OLIVEIRA, Francilene Brito de; SILVA, Mikaelle Lima da; CUNHA, Rubens Barbosa da; COSTA Sarah Raquel Martins da. **Serviço social e educação permanente frente ao Covid-19**. Cadernos Esp. Ceará, 2020.

ANDRADE, Danilo. **Políticas Públicas: O que são e para que existe**. Politize! 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/politicas-publicas/> Acesso em: 16 mai., 2022.

BADARÓ, Lúbia. **Múltiplas expressões da questão social ecoam sobre a Infância e Juventudes** / Multiple expressions of social issues affect the Children and Youth. SER Social. Brasília, v. 15, n. 32, p. 167-183, jan./jun., 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOSCARI, Marilene; SILVA, Fátima Noely da. **A trajetória da assistência social até se efetivar como política social pública**. RIES, ISSN 2238-832X, Caçador, v. 4, n. 1, p. 108-127, 2015.

BOSCHETTI, Ivanete. **O SUAS e a seguridade social. Os alcances e limites da seguridade social brasileira**. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. n. 2, Suplemento. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005.

BRASIL. Estatuto do Idoso. **Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. **Resolução n.º 1, de 21 de fevereiro de 2013**. Dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, pactua os critérios de partilha do cofinanciamento federal, metas de atendimento do público prioritário e, dá outras providências.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**– Brasília – DF, Reimpressão 2014.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília- DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Portaria nº 100, de 14 de julho de 2020**. Publicado em: 16 jul., 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Assistência Social – Sistema Único de Assistência Social. **Orientações Técnicas Sobre o PAIF: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF**. Brasília, v. 2, 1. ed., 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 2.528 de 19 de outubro de 2006: Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa**. Brasília. DF. Diário Oficial da União, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE – CNS. **Resolução n.º 510 de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução.

CARVALHO, Maria Irene Lopes B. de. **Ética, Serviço Social e “responsabilidade social”: o caso das pessoas idosas**. R. Katál., Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 239-245, jul./dez. 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Parâmetros para atuação de Assistentes sociais na política de assistência social**. Trabalho e Projeto profissional nas Políticas Sociais. Brasília (DF), 2011.

DIOGO, Maria José D'Elboux. **A dinâmica dependência-autonomia em idosos submetidos à amputação de membros inferiores.** Rev. Latino-Am. Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 5, n. 1, p. 59-64, jan., 1997.

FERREIRA, Stela da Silva. **NOB-RH Anotada e Comentada** – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. 144 p. 23.

FERNANDES, Janaína da Silva Gonçalves; COSTA, Beethoven Hortencio Rodrigues da; ANDRADE, Márcia Siqueira de. **Representações sociais de idosos sobre família.** Centro Universitário FIEO, UNIFIEO. CAPES. Brasil. Ciências Psicológicas, v. 11, n. 1, p. 41-48, 2017.

GOVERNO DE SANTA CATARINA, Secretária de Estado da Saúde Sistema Único de Saúde Superintendência de Vigilância em Saúde. **Diretoria de Vigilância Epidemiológica de Santa Catarina. Manual de Orientações da Covid-19 (vírus SARS-CoV-2).** Atualizado em: 23 out., 2020.

GRECO, Ana Luiza Righetto; SILVA, Carolina Fioroni Ribeiro da; MORAES, Murilo Mageste de; MENEGUSSI, Juliana Moraes; TUDELLA, Eloisa. **Impacto da pandemia da COVID-19 na qualidade de vida, saúde e renda nas famílias com e sem risco socioeconômico: estudo transversal.** Research, Society and Development, v. 10, n. 4, e29410414094, 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no serviço social contemporâneo. Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional.** 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social, “Questão Social” e trabalho em tempos de capital fetiche.** A nova morfologia do trabalho no serviço social / Organização Raquel Raichelis, Damares Vicente, Valéria Albuquerque. – São Paulo: Cortez, 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Trabalho e Indivíduo Social.** 2. ed. São Paulo: Cortez editora, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na cena contemporânea. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO Marilda Villela. **O Serviço Social na cena contemporânea. Serviço Social: Direitos sociais e Competências Profissionais,** 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 22. ed. São Paulo, Cortez, 2012.

LEITE, Marinês Tambara; BATTISTI, Iara Denise Endruweit; BERLEZI, Evelise Moraes; SCHEUER, Ângela Inês. **Idosos residentes no meio urbano e sua rede de suporte familiar e social.** elderly urban residents and their family and social support networks red de apoyo familiar y social de ancianos residentes en el medio urbano. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, v. 17, n. 2, 250-7, abr./jun., 2008.

LOIOLA, Edna Mota; CAVALCANTE, Nara Cesar. **Os impactos do coronavírus no trabalho do/a assistente social: desafios e impasses.** Cadernos ESP, Ceará., v. 15, 110-121, jan./abr., 2021.

MALTA, Deborah Carvalho; et al. **Distanciamento social, sentimento de tristeza e estilos de vida da população brasileira durante a pandemia de Covid-19.** Saúde Debate, v. 44, n. esp., 177-190, 2020.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004.** Brasília, 2005.

MOURA, Maria Helena Fernandes. **Serviço Social e Modelos de Intervenção: da sociedade industrial à sociedade do risco.** Universidade do Porto Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar. 2006.

PEREIRA, Sofia Laurentino Barbosa; CRONEMBERGER, Izabel Herika Gomes Matias.

Serviço social em tempos de pandemia: provocações ao debate. Teresina: EDUFPI, 2020.

RAICHELIS, Raquel. Artigos. **Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial.** São Paulo, oct./dec., 2013.

RAICHELIS, Raquel. **Intervenção profissional do assistente social as condições de trabalho no Suas.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

SILVA, Maria do Rosário de Fátima e; YAZBEK, Maria Carmelita. **Proteção social aos idosos: concepções, diretrizes e reconhecimento de direitos na América Latina e no Brasil.** Revista Katálysis, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 102-110, jan./jun., 2014.

SILVA, Maria Geusina da. **O local e o global na atenção das necessidades de saúde dos brasiguaios: análise da intervenção profissional do assistente social em foz do Iguaçu.** Florianópolis – SC, dez., 2006.

SILVA, Solange dos Santos. **Transformações nos processos de trabalho e configurações do trabalho do serviço social: contribuições a partir da região Noroeste do Rio Grande do Sul/ Brasil.** Porto Alegre -2014.

SOUSA, Ana Maria Viola de; MARQUETTE, Felipe Rotta. **Envelhecimento da população brasileira: avanço legislativo e o compromisso social.** Revista Univap, São José dos Campos SP-Brasil, v. 24, n. 45, ed. esp., 2018.

SOUSA, Charles Toniolo de. **A prática do Assistente Social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional - Ponta Grossa/PR,** 2008.

SOUZA, Daniela Badia de; THEILACKER, Giulia; HORST, Wagner; SILVA, Jean Carl. **Covid-19: distanciamento social e seus desafios no contextobrasileiro.** Arq. Catarin. Med., v. 49, n. 3, p. 144-153, jul./set., 2020.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais: Afinal do que se trata?** Revista USP, São Paulo, v. 37, p. 34-45, mar./ma., 1998.

TORRES, Mabel Mascarenhas. **As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho sócio-educativo.** Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 12, n. 1, p. 202-227, jul./dez., 2009.

TORRES, Mabel Mascarenhas; SÁ, Maria Auxiliadora Ávila dos Santos. **Inclusão social de idosos: um longo caminho a percorrer.** Revista Ciências Humanas, v. 1. 1, n. 2, 2008.

VALENÇA, Tatiane Dias Casimiro; REIS, Luciana Araújo dos. **Memória e história de vida: dando voz às pessoas idosas.** Revista Kairós Gerontologia, v. 18, n. 2, p. 265-281, 2015.

VALENTIM, Erika Cordeiro do Rêgo Barros; PAZ, Fernanda Alves Ribeiro. **Serviço Social e TICs: a prática profissional no contexto da Covid-19.** R. Katál., Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 114-124, jan./abr., 2022.

VERAS, Renato Peixoto; OLIVEIRA Martha. **Envelhecer no Brasil: a construção de um modelo de cuidado.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 23, n. 6, p. 1929-1936, 2018.

VIEIRA, Paulo. **O poder da autorresponsabilidade: a ferramenta comprovada que gera alta performance e resultados em pouco tempo.** São Paulo: Editora Gente, 2017.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio-histórico da profissão, Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais.** 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço Social brasileiro na contemporaneidade.** Faculdade de Serviço Social da UNLP/Argentina e da PUC/ São Paulo, 2009.

ZIMERMAN, Guite, I. **Velhice: aspectos biopsicossociais.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul. Artmed, 2007.

CAPÍTULO 3

O PERFIL DO MIGRANTE VENEZUELANO E HAITIANO EM PONTA GROSSA - PR

Gislaine da Rosa
Camila Sopko

RESUMO

A seguinte pesquisa abordará o perfil dos migrantes haitianos e venezuelanos que chegam e residem na cidade de Ponta Grossa - PR e são atendidos pela Caritas Diocesana de Ponta Grossa (CDPG), e tem o intuito de mostrar as dificuldades que os migrantes passam para conseguir um emprego formal na cidade de Ponta Grossa - PR. O objetivo dessa pesquisa é analisar o perfil dos migrantes oriundos da Venezuela e do Haiti que aqui residem, pois foi observado que estes são tratados de forma diferente no mercado de trabalho local e entender esse reconhecimento social e trabalhista de determinada etnia.

PALAVRAS-CHAVE: Migrantes; Migração; Xenofobia; Trabalho; Brasil.

INTRODUÇÃO

Devido as crises humanitárias como guerras, conflitos, perseguição, violência generalizada, catástrofes naturais e busca de melhores condições econômicas, o Brasil está sendo o destino de diversos migrantes e refugiados. Segundo o OBMigra, estes se veem obrigados a saírem dos seus países de origem, essa população que chega ao Brasil, são de diferentes origens sociais e culturais (Cavalcanti e Oliveira, 2020). As crises humanitárias que ocorre em diversos países, implicam na vulnerabilidade de milhares de pessoas e no deslocamento forçado em massa. Essas pessoas fogem da fome, da desnutrição, dos conflitos armados, da violência, das perseguições, dos desastres climáticos, crises sanitárias e de diversas outras crises que possam surgir.

Atualmente uma das crises humanitárias que está em evidência, é o conflito armado entre Ucrânia e Rússia. A Ucrânia sofre com os ataques armamentistas, já a Rússia, sofre com as sanções generalizadas impostas pelos países da Europa e pelos Estados Unidos que apoiam a Ucrânia. Esse conflito não é isolado, vai gerar uma crise mundial. Segundo a matéria da BBC News Brasil, (2022), o presidente da Rússia Vladimir Putin, quer impedir que a Ucrânia

crie uma aliança militar com a Otan¹, e contesta “o direito da Ucrânia de soberania independente da Rússia”, é uma tentativa de reestabelecer o controle militar naquela região.

Nesse caso, a população é a que mais sofre, pois são obrigados a migrar para outros territórios ou para outros países, fugindo da violência, da fome, da sede e da falta de segurança.

De acordo com Oliveira (OBMigra, 2021), entre 2011 e 2020 ocorreu uma diversidade de origens de migrantes para a América do Sul. Nos últimos anos o Brasil vem recebendo migrantes de diversos países, migrantes da Alemanha, Itália, Estados Unidos, Coreia do Sul, Venezuela, Haiti, Síria, Bangladesh, Argentina, Senegal, China, Paraguai, Índia, México e outros países.

A identificação das diversas origens dos migrantes se faz necessário. Segundo Pauli et al. (2021) o reconhecimento como sujeitos iguais é uma luta que visa a igualdade de direitos e uma melhor condição de vida em sociedade. “Embora ainda estejamos discutindo a questão da aceitação e tolerância, movimentos em diferentes países incentivam os imigrantes a ingressar em sociedades com objetivos específicos de trabalho” (PAULI; COMIN; RUFFATTO; OLTRAMARI, 2021, p. 247).

Há uma urgência de um projeto de “reconhecimento”: “O reconhecimento social é fundamental para o entendimento da situação dos migrantes tanto no mundo do trabalho quanto nas relações cotidianas” (FARIA et al., 2021, p. 280) e vínculo comum para os migrantes serem inseridos, e o trabalho é o início dessa inserção e desse reconhecimento. Os migrantes têm dificuldade de relacionamento com os brasileiros, dificuldade no processo de reconhecimento social (FARIA et al., 2021). Sendo assim, é preciso mostrar as dificuldades que os migrantes passam para conseguir um emprego na cidade de Ponta Grossa (PR).

¹Otan é uma **aliança militar intergovernamental** criada após o final da Segunda Guerra Mundial no contexto da bipolaridade formada entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, no período da Guerra Fria. O objetivo da aliança é baseado em três pilares: a **defesa coletiva dos Estados membros [...], impedir o revigoramento do militarismo nacionalista na Europa [...]** e **encorajar a integração política europeia. [...]**. Em 2001, a OTAN anunciou de forma inédita a aplicação do princípio da segurança coletiva, que afirma que um ataque feito a um país membro seria um ataque contra todos os demais. É a **cláusula de solidariedade militar.**”

Depois que os migrantes estão no território brasileiro, para eles é muito importante estar documentado e regularizado, pois, a partir da regularização documental, os migrantes têm acesso aos seus direitos conforme a nova Lei de Migração N° 13.445, de 24 de maio de 2017, e conseqüentemente conhecem os seus deveres. Após esse processo, conseguir um trabalho digno é algo imprescindível para buscar uma melhor qualidade de vida, pois o trabalho traz dignidade humana, segurança pessoal, segurança familiar, e uma forma de enviar parte das suas economias para ajudar os familiares que ficaram no país de origem.

Porém, mesmo o trabalho sendo imprescindível na vida desses sujeitos, as dificuldades com o idioma, cultura, religião, estar longe da família, a validação do diploma, a exploração, a xenofobia e o preconceito, tornam essa possibilidade de trabalho digno mais difícil. De acordo com Albuquerque Jr. (2016, p. 10, apud SILVA, 2020) “[...] a xenofobia pode levar ao extermínio do estrangeiro, entendido, em muitos casos, como “um invasor do território e predador dos recursos naturais, das oportunidades de trabalho e riqueza [...]”.

Os migrantes que chegam na cidade de Ponta Grossa são atendidos pela Caritas Diocesana de Ponta Grossa (CDPG). A CDPG é a principal instituição de apoio e de acolhimento dos migrantes, e auxilia no atendimento de regularização documental na cidade. Desde que a Caritas foi fundada, ela ouve “respeitosamente o sofrimento dos empobrecidos, os que estão em situação de vulnerabilidade e favorece ferramentas para transformar as suas vidas” (CARITAS). A Instituição faz parte da Igreja Católica e está presente em mais de duzentos países e territórios. A CDPG foi fundada em 05 de agosto de 2007 e atua em dezessete municípios que forma a Diocese de Ponta Grossa.

Na elaboração deste trabalho, será discutido sobre o perfil das nacionalidades venezuelanas e haitianas, pois são elas que registram o maior fluxo migratório na cidade de Ponta Grossa-PR e nos atendimentos na instituição.

Os atendimentos que a Caritas realiza são presenciais e online², e durante esse momento os migrantes relatam as dificuldades que enfrentam para conseguir um trabalho e pedem ajuda aos agentes da instituição para se inserir no mercado de trabalho. Através dos atendimentos, os agentes perceberam que os haitianos têm mais facilidade que os venezuelanos para conseguir um trabalho formal.

² Muitos atendimentos na CDPG são realizados de forma online, pelo WhatsApp. Esses atendimentos são variados, como informações, orientações, auxílio na emissão de documentos, pedido de ajuda para conseguir um emprego, doação de cesta básica, de roupas, móveis etc.

Majoritariamente os haitianos que chegam em Ponta Grossa têm o ensino médio, já os venezuelanos são pessoas com formação acadêmica e experiência na sua área de formação. Com os cadastros e os atendimentos realizados, será possível analisar essa diferença trabalhista entre os venezuelanos e os haitianos.

Nas conversas com os migrantes, foi percebido que eles são tratados de forma diferente no mercado de trabalho local, já que o migrante haitiano consegue se colocar no mercado de trabalho formal e o migrante venezuelano, mesmo com formação acadêmica tem dificuldade de colocação profissional. Ademais, essa pesquisa tem como objetivo analisar o perfil do migrante haitiano e venezuelano que residem na cidade de Ponta Grossa - PR.

Será abordado o gênero, a idade, o grau de instrução, os meios de subsistência, os atendimentos que os migrantes recebem e qualquer outra informação que possa enriquecer o presente trabalho. As metodologias aplicadas serão bibliográfica e documental.

Como embasamento teórico, foi usado a base de dados de observatórios, periódicos, revistas nacionais e livros, com conteúdo científico relacionado a migração internacional, utilizando as palavras-chave: migrantes, migração, xenofobia, trabalho e Brasil. Milhares de pessoas são forçadas a sair dos seus países de origem por conta das crises humanitárias, se tornando migrantes, e enfrentado a rejeição e a desconfiança dos países de destino. No seu livro *Estranhos à nossa porta*, Bauman, Zigmund (2017) aborda a migração na Europa, e chama atenção para esse contexto da atualidade. Para essa pesquisa é necessário estudos teóricos e empíricos que tragam informações e dados relevantes para a pesquisa, o portal da OBMigra, traz relatórios anuais sobre os fluxos migratórios internacionais no Brasil.

As migrações vem de diferentes países, os venezuelanos e os haitianos são a população com o maior índice migratório no Brasil na atualidade, e nesse contexto, o Brasil tem o desafio de acolher esses migrantes e refugiados reconhecendo os seus direitos legais conforme o artigo 4º da Lei n. 13.445/2017 que prevê “ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”.

Os migrantes internacionais são pessoas que se deslocam para outros países por inúmeros motivos como trabalho e estudo, mas neste trabalho abordaremos as migrações forçadas pelas crises humanitárias. Segundo Cavalcanti e Oliveira (OBMigra, 2020, pag. 12),

“os motivos da mobilidade humana na atualidade são diversos. Porém, uma das formas mais dramáticas e dolorosas são os deslocamentos forçados que vêm crescendo nas últimas décadas”.

Conforme Cavalcanti e Oliveira (OBMigra, 2020), no final do século XIX até 1930, os fluxos migratórios eram provenientes do Norte Global, compostos principalmente por europeus, mas atualmente esse fluxo migratório é oriundo do Sul Global, como os senegaleses, haitianos, venezuelanos e outros.

Entre 2011 e 2019 o Brasil registrou a entrada de “1.085.673 imigrantes” nos “termos legais”, e o principal fluxo migratório no Brasil está sendo da América Latina, destacando-se principalmente os haitianos e os venezuelanos (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020).

Houve uma mudança no perfil migratório, de empresários com grande poder econômico mundial, para uma população de países em desenvolvimento (COSTA; ALBERTINI; NETO, 2018). Sendo assim, destaca-se a importância de identificar a origem dos migrantes que aqui chegam e buscam à garantia de direitos, uma melhor condição de vida na sociedade, valorização como sujeitos iguais, ocupação dos espaços, inserção no mercado de trabalho formal, na “vida social e cotidiana do Brasil” (FARIA et al., 2021).

Quando os migrantes chegam no Brasil, eles já procuram se colocar no mercado de trabalho, mas o idioma, o preconceito e a xenofobia são as maiores barreiras que eles enfrentam. Como muitos migrantes estão em situação de vulnerabilidade, eles precisam urgentemente de um trabalho digno para ter segurança e recomeçar as suas vidas.

A partir da década de 2010, devido ao progresso da economia, o Brasil teve o seu movimento migratório modificado, no qual começou a receber mais migrantes do que enviar cidadãos para outros países (COSTA; ALBERTINI; NETO, 2018).

Uma série de eventos, como a paulatina flexibilização na regularização migratória, a assinatura do Acordo de Residência dos Países Membros e Associados ao Mercosul, o momento econômico e político do país, a corrente migratória de haitianos, o acolhimento humanitário dos sírios e os fluxos migratórios de venezuelanos, são a marca dessa mudança qualitativa e quantitativa da migração internacional no Brasil (OLIVEIRA, 2021, pag. 24).

Em 1980, na ditadura militar, foi sancionada a Lei do Estrangeiro nº 6.815/1980, uma lei discriminatória e com um olhar ao imigrante como uma ameaça nacional e um criminoso (SPRANDEL, 2015; GUERRA, 2017). Com a sua revogação, entra em vigência a nova Lei de Migração nº 13.445/2017, trazendo uma nova perspectiva e estabelecendo aos migrantes os mesmos direitos de igualdade com os brasileiros (GUERRA, 2017).

Segundo Oliveira (OBMigra, 2020, p. 76), “[...] quando a nova Lei de Migração é aprovada e regulamentada, várias foram as medidas de caráter progressista que buscavam contornar as restrições vigentes no sentido de acolher imigrantes e refugiados [...]”. Dessa forma, essa nova lei trouxe um avanço no acolhimento, reconhecimento e nos direitos do migrante no território brasileiro.

É de comum acordo que após as crises humanitárias do Haiti e da Venezuela, milhares de pessoas se viram obrigadas a migrar para recomeçar as suas vidas. Segundo Oliveira (OBMigra, 2021), houve uma mudança no fluxo migratório com origem no Hemisfério Sul, destacando a América Latina.

A chegada inesperada dos chamados novos fluxos migratórios no Brasil, primeiramente procedentes de diferentes regiões do Sul Global, especialmente no primeiro quinquênio da década, e, nos últimos anos, com a forte consolidação dos imigrantes latino-americanos, liderados por haitianos e venezuelanos, mudou completamente o panorama das migrações no Brasil (OLIVEIRA; CAVALCANTI, 2020, p. 14).

Segundo Lara (CNNBRASIL, 2021), o Haiti é o país com o maior índice de pobreza das Américas e no ano de 2010 sofreu uma terrível catástrofe ambiental, um terremoto que matou mais de 200 mil pessoas, após o terremoto, o número de mortos chegou a 300 mil. No mesmo ano com a crise sanitária, o país sofreu uma epidemia de cólera, resultando em mais mortes. Conforme Fernandes et al (2014), após o terremoto a situação governamental e humanitária piorou, aumentando a vulnerabilidade e pobreza dessa população.

Com a grave crise político-econômica e humanitária que a Venezuela está enfrentando, diversos venezuelanos estão migrando para vários países, incluindo o Brasil, buscando trabalho e melhores condições de vida. Segundo Milesi et al. (2018), os venezuelanos têm os seus direitos violados, enfrentam a falta de comida, de segurança, de atendimento médico e seus protestos são contidos pelo governo da Venezuela. O Estado não protege a sua população.

A migração internacional enfrenta vários desafios, além do medo de chegar em um país desconhecido, existe a diferença na cultura, no idioma, a falta de oportunidades e a xenofobia. Chegar em um novo território traz novos desafios, além dos citados, o migrante busca a aceitação e o reconhecimento do povo local, que muitas vezes se sente ameaçado e tenta mostrar ao migrante que aquele território não lhe pertence e que ele não é bem-vindo. Sobre o direito e a hospitalidade:

Significa aqui o direito de um estrangeiro a não ser tratado com hostilidade em virtude da sua vinda ao território de outro. [...], mas enquanto o estrangeiro se comportar amistosamente no seu lugar, o outro não o deve confrontar com hostilidade. Não existe nenhum direito de hóspede sobre o qual se possa basear esta pretensão (para tal seria

preciso um contrato especialmente generoso para dele fazer um hóspede por certo tempo), mas um direito de visita, que assiste todos os homens para se apresentarem à sociedade, em virtude do direito da propriedade comum da superfície da Terra, sobre a qual, enquanto superfície esférica, os homens não se podem estender até ao infinito, mas devem finalmente suportar-se uns aos outros, pois originariamente ninguém tem mais direito do que outro a estar num determinado lugar da Terra (KANT, 2008, p. 20, tradução).

O imigrante tem o direito de se deslocar, assim como viver dignamente no país de destino, e as “nações comprometidas” com o “conjunto dos Direitos Humanos”, tem que procurar garantir esses direitos (FERNANDES et al., 2014).

Como já foi citado, quando os migrantes chegam no município de Ponta Grossa - PR, eles procuram o atendimento e o suporte da CDPG. No momento do atendimento, a Caritas realiza um cadastro desses migrantes, esse cadastro tem o objetivo de armazenar informações sobre aqueles migrantes que aqui chegam e queiram residir. A Caritas é vista por essas pessoas como uma instituição de respeito e confiança, e esses migrantes atendidos, relatam as suas demandas e problemas.

A pesquisa será realizada através das informações do cadastro dos migrantes da CDPG, e dos relatos que os próprios haitianos e venezuelanos passam para os agentes e voluntários da instituição. O cadastro é interno, e foi criado no ano de 2021, antes desse ano, as informações eram armazenadas através do formulário³ impresso da Polícia Federal (PF).

O cadastro contém as informações de gênero, idade, formação educacional, data de entrada no Brasil e no Paraná, a quantidade de familiares que o/a acompanha, profissão e outras informações que são importantes para o acompanhamento desses migrantes, além de todas as formas de atendimentos que os migrantes recebem.

Para essa pesquisa também será utilizado o Portal da OBMigra que fornece relatórios anuais sobre os fluxos migratórios internacionais no Brasil. Esses relatórios são formados através de estudos teóricos e empíricos sobre as migrações. Durante a pesquisa no portal foi escolhido o “Relatório Anual 2020 - Dimensões da Migração Internacional: Desigualdades, Formalização no Mercado de Trabalho e Status Migratório” que traz oito artigos científicos, nos quais, os autores trazem os principais pontos sobre o fenômeno migratório internacional no Brasil entre os anos de 2010-2019.

³ O formulário da Polícia Federal (PF) é preenchido para obter a autorização de residência para os imigrantes que querem residir no Brasil ou precisam permanecer um tempo maior do que o permitido.

Os migrantes relatam que os empregadores usam o pretexto do idioma ou da formação acadêmica para não os contratar, pois afirmam que o idioma vai atrapalhar a execução do trabalho, porque os migrantes não vão entender o que terá que ser feito, ou que ele é muito qualificado para a vaga que está sendo disponibilizada. Mas mesmo com esses relatos, é visto que os migrantes haitianos têm mais facilidade de conseguir um trabalho formal do que os migrantes venezuelanos.

Essa pesquisa vai analisar o perfil dos migrantes que foram atendidos pela CDPG no ano de 2020 e 2021, e como já foi mencionado, antes do ano de 2021, a Caritas não possuía um cadastro.

A partir de 2021, a Caritas Regional do Paraná criou um cadastro para todas as Caritas do estado, dessa forma, foi criado um questionário mais completo cujo link é enviado para os migrantes responderem quando recebem o primeiro atendimento da instituição.

No ano de 2020 a Caritas realizou aproximadamente 1511 atendimentos aos migrantes, e no ano de 2021, foi realizado aproximadamente 1668 atendimentos aos migrantes (CDPG, 2020; 2021), visto que no atual momento devido à crise econômica, a maioria dos migrantes que chegam e são atendidos pela CDPG são de venezuelanos.

Os migrantes atendidos pela CDPG vêm de diversos países como Haiti, Venezuela, Bangladesh, Síria, Colômbia, entre outros, mas o presente trabalho irá abordar e discutir somente sobre os venezuelanos e os haitianos. Será discutido sobre o perfil dessas duas nacionalidades, pois com os atendimentos realizados na CDPG foi visto que os haitianos conseguem se colocar no mercado de trabalho formal e os venezuelanos tem essa dificuldade. Como já foi mencionado, majoritariamente os haitianos que chegam em Ponta Grossa tem no máximo o ensino médio, e os venezuelanos já são pessoas com formação acadêmica e experiências nas suas áreas de formação.

No mês de janeiro de 2022, os agentes da CDPG criaram um questionário com o objetivo de obter informações atualizadas sobre os migrantes. Esse questionário foi aplicado de forma online (WhatsApp) para os migrantes de todas as idades atendidos pela instituição e será realizado no início dos anos subsequentes.

Durante a realização dessa pesquisa, entre os meses de janeiro e março, foi obtido 134 respostas que foram avaliadas pelos agentes da instituição. Essas respostas facilitaram o reconhecimento de algumas das principais demandas e dificuldades desses migrantes, e vão auxiliar na implantação dos projetos para o ano de 2022. A maioria das respostas desse

questionário foram fechadas, com resposta única, e dependendo da pergunta a resposta era de múltipla escolha. O questionário abordou vários temas como gênero, escolaridade, financeiro, cursos de interesse, dentre outros temas.

Algumas dessas informações serão usadas nesse trabalho, essa amostra tem o intuito de enriquecer e obter mais informações sobre os migrantes do Haiti e da Venezuela que residem em Ponta Grossa – PR, pois é importante reconhecer essas pessoas e as suas dificuldades. As duas primeiras tabelas trazem informações de todas as nacionalidades que responderam a pesquisa, as demais tabelas só trabalham com as informações dos haitianos e dos venezuelanos. Abaixo, segue as tabelas com as respostas do questionário.

Tabela 1 – nos dados da tabela 1 é possível observar que majoritariamente os atendimentos realizados pela Caritas são para os venezuelanos.

TABELA 1: NACIONALIDADE DOS SUJEITOS.

PAÍS	NÚMERO DE MIGRANTES	PORCENTAGEM
Venezuela	107	79,9
Haiti	11	8,2
Colômbia	6	4,5
Cuba	6	4,5
Outras	4	2,9

Fonte: Caritas.

Dados: Trabalhados pelas autoras.

Tabela 2 - consta informações referentes ao gênero por nacionalidade dos sujeitos atendidos pela Caritas, predominando o gênero feminino e venezuelano.

TABELA 2: GÊNERO POR NACIONALIDADE DOS SUJEITOS.

PAÍS	FEMININO	MASCULINO
Venezuela	66	41
Haiti	3	8
Colômbia	2	4
Cuba	2	4
Outras	2	2

Fonte: Caritas.

Dados: Trabalhados pelas autoras.

Tabela 3 - traz uma amostra das nacionalidades com maior fluxo migratório em Ponta Grossa. A abordagem referiu-se sobre a idade por nacionalidade e gênero desses migrantes.

TABELA 3: IDADE POR NACIONALIDADE E POR GÊNERO.

Idade	Venezuela		Haiti	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Até 14 anos	1	5	0	0
De 15 a 17 anos	3	1	0	0
De 18 a 29 anos	13	9	2	1
De 30 a 39 anos	24	12	1	6
De 40 a 49 anos	19	11	0	1
50 anos ou mais	6	3	0	0

Fonte: Caritas.

Dados: Trabalhados pelas autoras.

Tabela 4 - apresenta informações sobre a escolaridade dos migrantes por nacionalidade e gênero, trazendo informações até que nível eles conseguiram estudar em seus países de origem.

TABELA 4: NÍVEL DE ESCOLARIDADE POR NACIONALIDADE E GÊNERO.

Nível Escolar	Venezuela		Haiti	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Analfabeto	2	0	0	0
Ensino Fundamental	4	4	0	0
Ensino Fundamental Incompleto	2	3	0	2
Ensino Médio Completo	19	11	1	1
Ensino Médio Incompleto	7	4	1	2
Ensino Superior Completo	26	13	0	0
Ensino Superior Incompleto	3	3	1	1
Pós- Graduação/Mestrado/Doutorado	2	1	1	1

Fonte: Caritas.

Dados: Trabalhados pelas autoras.

Tabela 5 - nessa amostra, tem-se informações sobre o curso da formação acadêmica, sendo completa ou incompleta por nacionalidade e gênero desses sujeitos, e a tabela 5 apresenta elementos que mostram que maioritariamente os venezuelanos possuem formação acadêmica.

TABELA 5: CURSO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA POR NACIONALIDADE E GÊNERO.

Curso de Formação	Venezuela		Haiti	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Ciências Agrárias	1	0	0	0
Ciências da Saúde	3	3	0	0
Ciências Exatas e da Terra	2	1	0	1
Ciências Humanas	8	2	0	0
Ciências sociais	12	5	1	0
Engenharias	2	6	0	2
Linguísticas, Letras e Artes	3	1	0	0
Não responderam	1	1	0	0

Fonte: Caritas.

Dados: Trabalhados pelas autoras.

Tabela 6 - essa pesquisa buscou informações sobre a atual situação financeira dos migrantes e pelos quais meios eles estavam obtendo uma renda. A tabela 6 traz essas informações, pois era de extrema importância saber o meio de subsistência desses sujeitos.

TABELA 6: SITUAÇÃO DE TRABALHO POR NACIONALIDADE E GÊNERO.

	Venezuela		Haiti	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Estou trabalhando	5	12	2	5
Sem emprego	26	6	0	0
Recebo benefício social	3	1	0	0
Ajuda familiar/amigos	1	4	0	0

Fonte: Caritas.

Dados: Trabalhados pelas autoras.

Tabela 7 - traz informações sobre a renda familiar por nacionalidade, pois além de obter o conhecimento sobre a situação financeira dessas pessoas, também é necessário saber o valor da renda desses sujeitos.

TABELA 7: RENDA FINANCEIRA POR FAMÍLIA E POR NACIONALIDADE.

Renda Financeira	Venezuela	Haiti
Menos de um salário-mínimo	36	2
Entre um e dois salários-mínimos	21	5
Entre três e quatro salários-mínimos	1	0
Acima de cinco salários-mínimos	0	0

Fonte: Caritas.

Dados: Trabalhados pelas autoras.

Com os dados expostos acima, consegue-se traçar inicialmente um perfil do migrante da cidade de Ponta Grossa - PR, mas também indaga-se mais questões referente aos mesmos.

Percebe-se que o perfil está em mulheres venezuelanas, majoritariamente entre 30 e 39 anos com o ensino superior completo, a questão preocupante se dá também por suas remunerações, a qual maioria dessas pessoas sobrevivem com menos de um salário mínimo, trazendo assim uma questão social e econômica preocupante frente a desigualdade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho pode-se perceber as situações de desigualdade e exclusões que os migrantes sofrem em suas trajetórias. Os migrantes se deslocam em busca de segurança e um novo recomeço de vida, mas ao longo desse caminho enfrentam vários desafios e obstáculos

Houve uma mudança no perfil migratório, no qual o Brasil começou a receber uma massa migratória, principalmente da América Latina, sendo a maioria haitianos e venezuelanos, e essa mudança reflete na questão econômica e na regularização migratória, sendo assim, há a necessidade de uma capacitação dos agentes dos órgãos públicos para prestar serviços adequados para o recebimento e a integração dessas pessoas.

Os migrantes, buscam o reconhecimento, que é fundamental para a integração e inclusão social. Quando chegam no território brasileiro, procuram ingressar no mercado profissional, mas enfrentam problemas de idioma, validação do diploma, desconfiança, exploração do seu trabalho e xenofobia.

As empresas precisam conhecer as competências e habilidades desses indivíduos e, para isso, são necessárias políticas públicas que promovam os direitos e o respeito, simplifiquem a validação do diploma e incentivem a valorização de suas experiências e o emprego formal.

É importante conhecer os espaços que os migrantes estão se inserindo, ou se estão conseguindo se inserir, pois devido as diversas dificuldades que enfrentam acabam limitando essa ocupação.

Sendo assim, é importante discussões que promovam conectar as empresas com esses migrantes, pois dessa forma as empresas percebam a vantagem dessa integração laboral e consequentemente social.

Nos últimos anos o Brasil vem recebendo uma massa migratória do Sul Global, essas pessoas vem com o intuito de trabalhar e colaborar com a economia brasileira, mas para isso, é necessário a identificação e a valorização desses migrantes, e a valorização das habilidades que eles trazem consigo, pois o Brasil poderá agregar inúmeros profissionais no seu mercado de

trabalho.

Desta forma, conclui-se a importância desta pesquisa para ciência brasileira, uma vez que compreende-se a necessidade de estudar grupos em vulnerabilidade, para que assim tenha-se dados e embasamento teórico para futuras políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ANNONI, D.; SILVA, J. de A. G. Os Direitos Trabalhistas dos Refugiados no Brasil: desafios para a aplicação da norma mais favorável ao indivíduo na Era da terceirização. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 4, n. 8, p. 63-80, nov. 2015. ISSN 2316-8323. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/4253>>. Acesso em: 30 set. 2021.

BAUMAN, Z. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BBC NEWS BRASIL. **Porque motivos a Rússia Invadiu a Ucrânia**: resumo. 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60606340>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. **Presidência da República**. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm>. Acesso em 15 mar. 2022.

CARITAS. Disponível em: <<https://caritas.org.br/>>. Acesso em: 04 abr. 2022.

CARITAS. **MISSÃO**. Disponível em: <<https://caritas.org.br/missao>>. Acesso em: 04 abr. 2022.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020. Série Migrações. **Observatório das Migrações Internacionais**; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Série Migrações. **Observatório das Migrações Internacionais**; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, W. De F. Um panorama da imigração e do refúgio no Brasil. Reflexões à guisa de introdução. In Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Macedo, M., **Imigração e Refúgio no Brasil**. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

COSTA, L. E. da; ALBERTINI, L. P.; NETO, D. D. **A IMIGRAÇÃO RECENTE À LUZ DA LEI Nº 13.445/2017: OS HAITIANOS E VENEZUELANOS NO BRASIL**. 2018. 19 F. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Direito) – Universidade Salgado de Oliveira. 2018.

FARIA, J. H de; RAGNINI, E. C. S.; BRUNING, C. Deslocamento humano e reconhecimento social; relações e condições de trabalho de refugiados e migrantes no Brasil. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 19, n° 2, p. 278 - 291, abr./jun. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cebape/a/DSGRfHWBxBkNjjnDLqNKh7j/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 03 set. 2021.

FERNANDES, D; MILESI, R.; FARIAS, A. Do Haiti para o Brasil: o novo fluxo migratório. **Instituto Migrações e Direitos Humanos**. América (SP), jan. 2014. Disponível em: <<https://www.migrante.org.br/migracoes/migracao-haitiana/do-haiti-para-o-brasil-o-novo-fluxo-migratorio/>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

GOMES, M. A. Os impactos subjetivos dos fluxos migratórios: os haitianos em Florianópolis (SC). **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis (SC), v. 29, e162484, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/GrDRSXxGZLLqDthNFY9Wpqt/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 03 set. 2021.

GUERRA, S. ALGUNS ASPECTOS SOBRE A SITUAÇÃO JURÍDICA DO NÃO NACIONAL NO BRASIL: DA LEI DO ESTRANGEIRO À NOVA LEI DE MIGRAÇÃO. **Revista Direito Em Debate**, v. 26, n. 47, p. 90–112. Disponível em: <<https://doi.org/10.21527/2176-6622.2017.47.90-112>>. Acesso em 16 abr. 2022.

KANT, E. A paz perpétua. Um projeto filosófico. Tradução de Artur Morão. **Biblioteca Online de Filosofia e Cultura**, v. VIII. 2008. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/kant_immanuel_paz_perpetua.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2022.

KIM, S. OTAN: explicamos a aliança militar em 5 pontos. 2017. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/otan-o-que-e/>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

LARA, R. Em 2010, terremoto de magnitude similar matou mais de 200 mil pessoas no Haiti. **CNN BRASIL**, São Paulo, 14 ago.2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/em-2010-terremoto-de-magnitude-similar-matou-mais-de-200-mil-pessoas-no-haiti/>>. Acesso em 10 mar. 2022.

MARTINO, A. A.; MOREIRA, J. B. A política migratória brasileira para venezuelanos: do “rótulo” da autorização de residência temporária ao do refúgio (2017-2019). **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**. 2020, v. 28, n° 60, p. 151 - 166. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/remhu/a/y9fvzvb4ZHptYRRqSqPgKsz/?lang=pt#>>. Acesso em: 05 set. 2021.

MILESI, R. et al. Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual. **Revista Aedos**. Porto Alegre, v. 10, n. 22, p. 53 - 70, ago. 2018. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/83376>>. Acesso em: 03 out. 2021.

OLIVEIRA, A. T. R. de. A TRANSIÇÃO NA LEGISLAÇÃO MIGRATÓRIA: UM ESTUDO EMPÍRICO PARA O PERÍODO 1980-2019. In Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Macedo, M., **Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2020**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

OLIVEIRA, A. T. R. de. 2. FONTES DE DADOS SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E REFÚGIO NO BRASIL. In Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Silva, B. G. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

PAULI, J. et al. Relação entre trabalho precário e racismo para migrantes no Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 234 - 251, abr./jun. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cebape/a/yZDxzfV8CD3VYJ63FRbPrLF/?lang=pt#>>. Acesso em 06 set. 2021.

QUINTUNDA, E. A. **O processo da imigração no estado de Santa Catarina e em Florianópolis: desafios para o serviço social**. 2017. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SILVA, I. da. “BOTA FOGO NESSES VAGABUNDOS!”: ENTEXTUALIZAÇÕES DE XENOFOBIA NA TRAJETÓRIA TEXTUAL DE UMA FAKE NEWS. **Trabalhos em Linguística Aplicada**. 2020, v. 59, nº 3, p. 2123 - 2161. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tla/a/kGnXrvkc4fwqQbRmg7gxBmD/?lang=pt#>>. Acesso em: 05 set. 2021.

SPRANDEL, M. A. Migração e crime: a Lei 6.815, de 1980. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana [online]**. 2015, v. 23, n. 45, p. 145-168. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/remhu/a/JLLDbKy5pHPYTLMVpb8R8vf/#>>. Acesso em: 16 abr. 2022.

CAPÍTULO 4

NOTAS HISTÓRICO-EPISTEMOLÓGICAS SOBRE TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA¹

Emilio Romanini Netto

RESUMO

Neste artigo é realizada uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de identificar os pontos de intersecção e oposição entre as teorias do desenvolvimento, a fim de obter um panorama esclarecedor, histórica e teoricamente, das distintas perspectivas mais influentes do pensamento latino-americano sobre o desenvolvimento neste território. Da metade final do séc. XX foi possível destacar que, apesar da oposição epistemológica e programática, as teorias cepalinas e da dependência convergem na crítica ao imperialismo e a subserviência dos países latino-americanos no sistema-mundo capitalista. Agudizado os problemas socioeconômicos do período neoliberal, a América Latina foi palco de um “giro à esquerda” na entrada dos anos 2000, quando o papel do desenvolvimento proporcionou a emergência analítica de conceitos como *neodesenvolvimentismo*, *neoextrativismo* e *neocolonialismo*. Impulsionados pela questão ambiental, se delineiam as teorias do desenvolvimento alternativo. De outra maneira, se aglutinam as teorias de alternativas ao desenvolvimento. Estes dois campos teóricos se intersectam na busca pelo reestabelecimento da dicotomia entre as relações sociedade e natureza como método, como teoria e como política e se opõem radicalmente à noção de desenvolvimento como síntese necessária ao crescimento econômico e ao progresso humano. Ambas correntes se opõem desde suas questões primordiais: se um campo teórico questiona “qual desenvolvimento é possível? ”, o outro questiona “seria o próprio desenvolvimento possível? ”. Em síntese, espera-se que os pontos de intersecção e oposição entre as teorias levantadas neste trabalho, colabore não somente com uma visão crítica e acurada, mas que também colabore com a criatividade necessária às análises da realidade atual.

PALAVRAS-CHAVES: desenvolvimento e meio ambiente; relação sociedade natureza; ecologia política; pensamento latino-americano; epistemologias do sul.

INTRODUÇÃO

As contradições encontradas nas experiências de importação de modelos de desenvolvimento dos países centrais para a América Latina e suas inevitáveis deficiências, criaram as condições para a produção local de novos conhecimentos que dessem conta de compreender a metáfora desenvolvimento/crescimento econômico que se desdobrava, essencialmente, em vantagens desiguais aos países periféricos.

¹ Uma primeira versão deste texto foi apresentada no 3º SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMÉRICA LATINA, POLÍTICAS E CONFLITOS CONTEMPORÂNEOS: Democracia, Natureza e Epistemologias para pensar o amanhã, em Belém-PA, no ano de 2021.

A literatura que aqui será descrita retoma a raiz do processo de desenvolvimento, tratando das formulações teóricas atentas às realidades e especificidades latino-americanas. Serão destacados conceitos problematizadores e analíticos próprios do pensamento latino-americano que irão tratar desde a questão do subdesenvolvimento, passando pela questão ambiental até a problemática do processo de organização do conhecimento na perspectiva colonizadora para compreender o desenvolvimento como relações de exploração no sistema mundial. As diferentes abordagens possuem maior ou menor afinidade entre si, dependendo do contexto histórico e da base epistemológica, resultando, conseqüentemente, em distintas posições políticas. Tais diferenças podem desaparecer na superfície dos estudos sobre teoria do desenvolvimento tornando caro a elaboração de um mapa analítico que evidencie a profundidade das nuances.

Com isto, quer-se com este trabalho identificar os pontos de intersecção e oposição entre as teorias do desenvolvimento a fim de obter um panorama esclarecedor, histórica e teoricamente, das distintas perspectivas mais influentes do pensamento latino-americano sobre o desenvolvimento neste território. Para tal, será realizado uma pesquisa bibliográfica sobre as temáticas envolvidas, as quais fomentarão o choque reflexivo entre as abordagens.

Levar-se-á em consideração a relação cambiante e dialógica entre a produção do conhecimento científico e os fenômenos da realidade ao longo do tempo. Isto significa reconhecer que as teorias não podem ser compreendidas fora de seu contexto sócio-histórico mesmo quando em processos de ruptura epistemológica derivam de um diálogo opositor historicamente e socialmente contextualizado. Resulta assim o critério de seleção se dar por reunir autores e materiais a partir da capacidade de fornecer definições analíticas e conceituais que possibilitam evidenciar os posicionamentos epistemológicos frente a contextos específicos da América Latina, como Prebisch ([1949]2012), Frank (1967), Aráoz (2016) e Escobar (2014), entre outros, assim como, textos que possibilitam o estudo sobre a gênese e contexto das teorias, como Esteva (2000), Gudynas (2011), Dias (2012) e Pierri (2005), entre outros.

Além desta breve introdução, este trabalho soma mais quatro partes. Primeiro, será abordado as teorias do desenvolvimento advindas da Cepal e a teoria da dependência. Em seguida, a transição do período neoliberal para os governos progressistas na América Latina e a emergência analítica de novos conceitos como *neodesenvolvimentismo*, *neoextrativismo* e

neocolonialismo. Posteriormente tem-se as condições de tratar das teorias que assumem a questão ambiental em si, o que será chamado de teorias do desenvolvimento alternativo e teorias de alternativas ao desenvolvimento. Enfim, será discorrido considerações finais.

UMA ABORDAGEM LATINO-AMERICANA DE TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO. DA CEPAL À TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Esteva (2000) interpreta o conceito de desenvolvimento em uma miríade poderosa de significados, que, ao mesmo tempo, e por isso mesmo, é tão frágil. O uso metafórico do desenvolvimento foi primeiramente bem utilizado na biologia para explicar o crescimento das plantas e dos animais. Mas foi principalmente após as descobertas de Darwin que o desenvolvimento passou de uma concepção da “transformação de um movimento na direção da forma apropriada” para a “transformação em direção a uma forma sempre mais perfeita” daquele ser. Assim os cientistas começaram a utilizar a evolução como sinônimo de desenvolvimento. Havia ainda nesse período a associação do desenvolvimento natural como um plano divino.

No campo da economia política o desenvolvimento passa a ser utilizado por Adam Smith e David Ricardo, mas ganha maior projeção com a crítica de Karl Marx quando se refere ao desenvolvimento das forças produtivas de um modo de produção em seu período histórico. Então, segundo Esteva, já no século XIX o conceito de desenvolvimento se popularizou e eram utilizados por quase todas áreas do conhecimento moderno.

No entanto, é na segunda metade do século XX que a ideia de desenvolvimento toma seu signo mais depreciativo e ao mesmo tempo passa dar novo sentido a divisão internacional do trabalho a partir de sua antítese: o subdesenvolvimento. Esteva (2000) remonta ao contexto: a posse do presidente americano Truman no ano de 1949, onde os vitoriosos da Segunda Guerra Mundial colocavam suas cartas na mesa, o plano de expansão e perpetuação da hegemonia global dos Estados Unidos da América. Não obstante, segundo o autor, o conceito de desenvolvimento, que já lhe tinha sido esmaecido nas palavras de Truman, teria se empobrecido ainda mais na mão de seus primeiros defensores passando a constituir um simples índice de/crescimento da renda per capita nas áreas economicamente subdesenvolvidas.

O autor acrescenta que posteriormente gerou-se um conflito dentro das Nações Unidas entre os quantificadores econômicos e os especialistas em serviços sociais. A título de exemplo, como consequência se deu a criação do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) em 1962 e posteriormente em 1963 a criação do Instituto de Pesquisa das Nações

Unidas para o Desenvolvimento Social (UNIRISD). Todavia, segundo Esteva, este debate esteve presente em todo período posterior no interior da ONU e suas agências sem resoluções que dessem verdadeiramente conta de equacionar crescimento econômico com questões sociais.

Mais que isso, os intelectuais do “Sul” estavam atentos às incongruências na aplicação dos modelos de desenvolvimento dos países industrializados para os países subdesenvolvidos, sob a égide da teoria rostowniana, de que os países subdesenvolvidos sairiam de sua condição cumprindo a trajetória de modernização dos países do “Norte”. Em outras palavras, havia necessidade de se compreender os motivos que levavam aos países, em especial os latino-americanos, a não colher os mesmos frutos do crescimento econômico em relação as economias de primeiro mundo.

As formulações mais expressivas sobre o contexto econômico latino-americano e sobretudo as teorias sobre o subdesenvolvimento foram gestadas no seio da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), órgão ligado a ONU. A pedra de toque foi formulada na década de 1940 pelo então diretor da CEPAL Raúl Prebisch. Apoiado no esquema centro-periferia, Prebisch, defendia que os países periféricos não adquirem as mesmas vantagens econômicas que os países centrais durante a abertura comercial em função das vocações expostas na divisão internacional do trabalho. Ou seja, segundo a “lei das vantagens comparativas” de David Ricardo à medida que os países industrializados aumentavam a produtividade técnica dos bens transformados haveria a baixa dos preços na importação dos países periféricos, que por consequência, poderiam aumentar a qualidade de vida das massas a medida que também aumentassem a produtividade técnica da exploração das matérias primas exportadas. No entanto, nas palavras do próprio Prebisch:

Se isso tivesse acontecido, esse fenômeno teria um significado profundo. Os países periféricos teriam aproveitado, com a mesma intensidade que os países centrais, a queda dos preços dos produtos finais da indústria. Portanto, os frutos do progresso técnico teriam sido compartilhados igualmente em todo o mundo, de acordo com a suposição implícita no esquema da divisão internacional do trabalho, e a América Latina não teria vantagem econômica em sua industrialização. Pelo contrário, haveria uma perda efetiva, desde que a eficiência produtiva não seja alcançada nos países industrializados. (PREBISCH, [1949] 2012, p.14)

Prebisch, contrariando Ricardo, compreendia este fenômeno através do efeito cíclico da relação econômica centro-periferia. Na fase ascendente do ciclo os preços dos produtos primários tendem a subir com mais intensidade que o preço dos bens manufaturados transferindo o lucro do centro para a periferia. Contudo, na fase descendente os preços dos produtos primários descem também com intensidade, muito em função do próprio aumento da oferta, e os preços dos bens manufaturados se distanciam dos bens primários concentrando os

lucros nos países centrais e gerando a escassez de produtos industrializados essenciais aos países periféricos.

Essa é a chave do fenômeno, segundo o qual os grandes centros industriais não só retêm para si os frutos da aplicação de inovações técnicas à sua própria economia, mas também estão em uma posição favorável para capturar uma parte do que emerge o progresso técnico da periferia. (Prebisch, [1949] 2012, p.20)

Desta forma, para Prebisch, a industrialização foi, para os países da América Latina, o único meio disponível para se apropriar dos frutos do progresso técnico e elevar progressivamente o nível de vida das massas. Com efeito, pouco a pouco foi se diversificando o antigo esquema da divisão internacional do trabalho, onde a América Latina, como parte da periferia do sistema econômico mundial, tinha o papel único de produzir alimentos e matérias primas para os grandes centros industriais. Na ideia do cepalino, a industrialização não era incompatível com o desenvolvimento eficaz da produção primária. Pelo contrário, a modernização da agricultura seria fundamental para dispor do progresso da técnica. Pois se impõe uma necessidade considerável de importações de bens de capital e, conseqüentemente, a exportação de produtos primários para conseguir tanto o progresso técnico na agricultura quanto durante a formação de polos industriais.

Tão importante quanto as contribuições de Prebisch, está o brasileiro Celso Furtado, muito em função de sua passagem pela CEPAL entre a década de 1950. Furtado iria construir uma análise original a partir de sua teoria do subdesenvolvimento. O brasileiro fazia leitura de que industrialização na América Latina, que se dava majoritariamente substituindo as importações, logo encontraria a estagnação em função da exigência cada vez mais elaborada em tecnologia e capital e à medida que as indústrias atendiam setores cada vez mais complexos. Ainda, a industrialização, em especial no Brasil, teria sido pouco diversificada e pouco heterogênea acentuando o subdesenvolvimento e a dependência. Daí que Furtado, também apoiado no esquema centro-periferia, iria compreender o subdesenvolvimento como uma condição estrutural dos países latino-americanos, em decorrência da adoção dos estilos de vida modernos não acompanharem a adoção de métodos produtivos mais eficazes (CASSOL; NIEDERLE, 2016).

Outra característica do pensamento de Celso Furtado é a dimensão cultural. Furtado acreditava que as oligarquias agrárias representavam o atraso de um Brasil pré-capitalista e que um crescimento econômico que servisse somente para responder ao consumo da elite não representava a ideia de desenvolvimento. Desenvolvimento para Celso Furtado se caracteriza pelo seu projeto social. Neste bojo, para Furtado era essencial que se aplicassem uma ampla

reforma agrária e uma industrialização com base nas tecnologias de vanguarda (FURTADO, 2004).

Os estudos fundantes de Prebisch e Furtado permaneciam estimulando o debate sobre as especificidades latino-americanas nos anos 1960 o que fomentou o surgimento da teoria marxista da dependência aos fins da década de 1960 início de 1970. Intelectuais como Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra, entre outros, iriam abrir um campo explicativo do subdesenvolvimento na América Latina em paralelo ao CEPAL. Se para Celso Furtado o subdesenvolvimento era uma condição estrutural dos países periféricos, para André Gunder Frank o subdesenvolvimento era um produto do desenvolvimento dos países industrializados sem o qual estes não o seriam. Diferentemente de Prebisch, Frank faz uso do par metrópole-satélite para compreender as relações de exploração entre as regiões no sistema capitalista mundial. Se por um lado Frank (1967) não provoca muitas rupturas com Prebisch ([1949] 2012) ao levar em consideração a fase ascendente do ciclo econômico, onde as regiões satélites logram êxito ao exportar produtos primários e durante a fase descendente somente as metrópoles permanecem com as vantagens comerciais, por outro lado André Gunder Frank defende o subdesenvolvimento como produto do abandono da metrópole que permite o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” e não por falta de um setor industrializado com “tecnologias de vanguarda” como diria Furtado.

Ao levar em conta o Brasil, o autor dependentista sugere que esse é determinadamente o caso dos estados do Nordeste produtores de cana de açúcar, que foram abandonados ao subdesenvolvimento após a elevação da produtividade técnica da extração de açúcar da beterraba. O mesmo teria acontecido após o ciclo do café no interior de São Paulo e Paraná. A respeito da industrialização nas regiões satélites, Frank (1967) afirma se dar, majoritariamente em regiões que não são produtoras de produtos primários à metrópole. Mais ainda, o autor sugere que:

O desenvolvimento da indústria em São Paulo não produziu grande riqueza para as outras regiões do Brasil. Pelo contrário, converteu-os em satélites coloniais internos, decapitou-os ainda mais e consolidou-os e aprofundou ainda mais o seu subdesenvolvimento. (FRANK, 1967, p.164, tradução dos autores)

Em linhas gerais, pode-se afirmar que o acúmulo intelectual entre os pensadores da CEPAL e os pensadores da teoria da dependência se convergem em uma forte crítica ao imperialismo dos países centrais e sobre as vantagens desiguais da importação de modelos econômicos e de desenvolvimento aplicadas nos países do norte. No entanto, estas abordagens divergem radicalmente no que se refere o papel do desenvolvimento para tais nações. Se para

os cepalinos a formação de uma indústria de base sólida e um mercado consumidor interno fosse suficiente para um arrefecimento de sua condição de periferia, para os dependentistas seria necessário a socialização dos meios de produção (DIAS, 2012). Sobretudo, cabe ressaltar o papel destas correntes, mesmo que a partir de abordagens estruturalistas, como pioneiros em destacar o caminho das especificidades e peculiaridades do território latino-americano, suas mazelas e riquezas, envolvidos nos jogos de poder geopolítico.

Desde o trabalho intelectual de tais pensadores, a América Latina assistiu a ascensão e queda do desenvolvimentismo, dando lugar às políticas neoliberais e a entrada do século XXI com o seu “giro à esquerda” possibilitou novos caminhos reflexivos aos teóricos do desenvolvimento, assunto que será tratado a seguir.

NEODESENVOLVIMENTISMO, NEOEXTRATIVISMO E NEOCOLONIALISMO: NOVOS CONCEITOS PARA VELHAS PRÁTICAS

O modelo de desenvolvimento promotor do crescimento econômico via industrialização apoiado no pressuposto de substituir as importações vigorou em grande parte dos países da América Latina dos anos 1930 a 1970, período chamado de desenvolvimentista. Em que pese dizer, a característica geral do desenvolvimentismo é a presença forte do Estado, mais ou menos intervencionista dependendo sua fase. Os governos que adotaram uma estratégia nacional de desenvolvimento, ou o nacional-desenvolvimentismo, foram influenciados pela teoria econômica do desenvolvimento, uma abordagem majoritariamente keynesiana, mas também teoria estruturalista latino-americana, sobretudo o pensamento cepalino (BRESSER-PEREIRA, 2011).

Niederle, et al (2016) fazem uma análise de que no caso brasileiro, o desenvolvimentismo não foi alterado em essência econômica entre os governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, João Goulart e o Golpe Militar de 1964, porém foi a partir dos governos militares em que o papel do Estado teve seu auge, inclusive a despeito das liberdades individuais e do mercado. Outra característica do desenvolvimentismo na América Latina é a ideologia nacionalista (por vezes de esquerda, por vezes de direita) que andava de braços dados com o desenvolvimentismo, criavam as condições de conciliação de classe, grupos sociais e partidos com a meta de deixar o passado arcaico para trás. (NIEDERLE et al, 2016)

Bem como Celso Furtado já haviam prognosticado, a ausência de um projeto social adjacente ao crescimento econômico levou a estagnação do velho modelo desenvolvimentista a fins dos 1970. Aliados ao alto endividamento dos Estados latino-americanos e o desgaste

político dos governos militares, à medida que havia a redemocratização se criavam as condições para implantação do projeto neoliberal. Então, ao fim dos anos 1980 iniciavam as políticas de reformas institucionais orientadas a abertura ao mercado internacional aliadas a um conjunto de políticas macroeconômicas ortodoxas que imobilizavam o balanço de pagamentos do Estado e retraíam sua capacidade de investimento. A solução dada foi a valorização da moeda estrangeira a fim de atrair a entrada de capitais e promover investimentos privados (NIEDERLE et al, 2016).

Como consequência, os anos 1990 foram marcados pela falência do Estado, privatizações das agências públicas, aumento da concentração de renda e a incapacidade da oferta de políticas sociais só aumentavam o abismo social (NIEDERLE et al, 2016). Este período foi palco de enormes mobilizações sociais que deram força às eleições de governos progressistas em toda a América Latina, a partir dos anos 2000.

Este fenômeno que Gudynas (2011) irá chamar de “giro à esquerda” é representado pelo grupo de governos que se autodefinem como esquerda ou progressistas, como a era Kichner na Argentina, Evo Morales na Bolívia, o Lula e Dilma no Brasil, Rafael Correa no Equador, Mujica no Uruguai, Hugo Chávez e Nicolas Maduro na Venezuela, com ressalvas à Bachelet no Chile e Lugo no Paraguai.

Estes governos tiveram em comum a reversão das reformas neoliberais e a implantação de distintas regulações e controles em um processo de fortalecimento do Estado. Ainda que cada país preservasse uma grande diversidade de trajetórias, neste período foram criadas as condições para a fase neodesenvolvimentista na América Latina. Segundo Bresser-Pereira (2011), o neodesenvolvimentismo, ou “novo desenvolvimentismo”, mantém a característica macroeconômica e keynesiana do período desenvolvimentista, porém, a industrialização passa a ocupar papel periférico, em contrapartida, as exportações assumem como projeto central de crescimento econômico, juntamente ao mercado interno, baseado no comércio e nos serviços, forte. Caberia, assim, ao Estado, o papel de criar oportunidades de investimentos e de reduzir as desigualdades econômicas (BRESSER-PEREIRA, 2011).

Entre as peculiaridades locais, Gudynas (2011) chama atenção para o contexto boliviano, equatoriano e venezuelano terem tido uma intensificação à crítica ao capitalismo e o surgimento de propostas para construir um “socialismo do século XXI”. Já caracteristicamente na Argentina e no Brasil se dá o retorno do desenvolvimentismo com uma nova característica, o diálogo com a economia de mercado. Em síntese, nestes casos reproduz-se a ideia de

crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, e estes governos os fazem aumentando as exportações e maximizando os investimentos. Isto explica o forte apoio dos governos progressistas aos setores extrativistas, o que Gudynas vai chamar de “neoextrativismo progressista”:

Os governos progressistas dão um papel maior ao Estado nesses setores, sejam empresas nacionais ou via royalties e impostos mais altos; e apresentam a coleta desses fundos como um componente essencial para o financiamento de planos de assistência social e redução da pobreza. Dessa forma, o extrativismo progressista fecha um novo tipo de vínculo, que promove e legitima projetos de mineração ou petróleo como necessários para sustentar planos de ajuda, como títulos diferentes ou pagamentos em dinheiro para os setores mais pobres. (GUDYNAS, 2011, p.36)

O neoextrativismo como política constitutiva do neodesenvolvimentismo revela o arrefecimento crítico à subordinação dos países latino-americanos dentro da geopolítica da globalização, assim como, à influência das corporações transnacionais, mantendo a América Latina com papel de países primário-exportadores dentro da divisão internacional do trabalho, já preconizado pelas ortodoxias convencionais do liberalismo e neoliberalismo. Ainda, o neoextrativismo expõe o papel utilitarista dos recursos naturais, o mito de uma natureza abundante ainda não explorada, revela um projeto assistencialista de redução das desigualdades sociais a despeito das injustiças socioambientais consequentes da voracidade acumulativa dos empreendimentos extrativos (GUDYNAS, 2011, ARÁOZ, 2016).

Sob a égide do crescimento, os governos progressistas fomentaram a expansão do consumo, ascensão das classes médias, como caminho para superação da pobreza, e encobriram a condição subordinada frente as economias centrais e a contínua exploração do meio natural, ao custo da alteração das subjetividades das densas camadas populares que adentraram a zona de consumo fetichista da mercadoria. Como consequência os governos progressistas enfrentaram a estagnação dos “efeitos anestésicos do consumismo” até se encontrarem em um cenário de crises e de efervescência dos conflitos sociais e políticos (ARÁOZ, 2016).

Para a desgraça do rumo presente e futuro dos processos sociopolíticos, os tão ponderados “êxitos alcançados em matéria social e econômica” não foram comprometidos pela eficácia das resistências “antiextrativistas”, mas sim, como era elementar, pelo esgotamento do ciclo de alta das commodities. Isso altera drasticamente as condições do diálogo, mas não o cerne da questão. É que, quando iniciamos esses debates, vivíamos imersos ainda em um clima marcado pela embriaguez do crescimento. (...). Hoje, o cenário mudou radicalmente. Agora, o corpo social latino-americano está atravessando o tempo da ressaca. Como tantas outras vezes na história econômica da região, o momento cíclico de auge durou pouco – e, depois, vieram à tona os efeitos e sintomas das expropriações e devastações. (MACHADO ARÁOZ, 2016, p.449)

Aráoz remonta a compreensão do extrativismo como um fenômeno constitutivo da natureza colonial do capitalismo. O autor defende basicamente que o extrativismo não é uma

fase do desenvolvimento capitalista exclusivo do período colonial, mas sim um aspecto inerente e contínuo do capitalismo ao longo de suas diversas fases históricas. Por isso irá defender que o estudo sobre a evolução histórica do capitalismo só pode ser compreendido estudando as geografias industrializadas e as coloniais conjuntamente. Em outras palavras, o autor nos traz a existência fundante do vínculo orgânico entre as economias industrializadas e as regiões coloniais onde o extrativismo é o dispositivo colonial do *geometabolismo* do capital.

No sentido epistêmico, a natureza americana foi (e ainda é) fundamental para o exercício de separação entre o homem e a natureza herdeiro de uma perspectiva de natureza como objeto de conquista, uma concepção mecanicista e utilitária da natureza. Assim, leva-se em conta como a separação homem e natureza foi fundamental para compreensão do *modus operandi* do conquistador e da importância da natureza de “Nossa América” (Abya Ayala) para o desenvolvimento das economias europeias, e por fim, do capitalismo globalizado, sem a qual não existiria da forma que é. Neste sentido, pode-se reforçar o extrativismo como a face neocolonial do desenvolvimento das forças produtivas das elites capitalistas que reproduzem o aspecto de subordinação de grupos sociais marginalizados assim como reproduzem o aspecto utilitarista da natureza.

DO DESENVOLVIMENTO ALTERNATIVO ÀS ALTERNATIVAS AO DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA

A ausência dos debates sobre o espaço natural e das formas de exploração da natureza nas teorias do desenvolvimento cepalinas, assim como, na crítica da teoria da dependência, revelam a centralidade de tais abordagens nos problemas socioeconômicos e geopolíticos, que persistem no dualismo epistemológico entre sociedade e natureza, em uma visão predominantemente antropocêntrica. Como comentado anteriormente, mesmo os governos progressistas que se espalharam no início do séc. XXI na América Latina, objetificaram a natureza americana como a saída para redução das desigualdades sociais e elevação da capacidade de consumo das classes médias.

No entanto, o desenvolvimento como metáfora para o progresso e o crescimento econômico ilimitado, do ponto de vista dos recursos naturais, foi contraposto pelos alertas ambientais que se tornaram evidentes, à exemplo da publicação da Primavera Silenciosa de Rachel Carson, em 1962, seguido por diversos outros estudos, com destaque para o mundialmente influente *Limiths to Growth*, elaborado pelo MIT (Massachussets Institute of

Technology) em 1972, a pedido do grupo de empresários reunidos no Club de Roma (PIERRI, 2005).

Com o crescente alarme dos estudos e suas evidências ocorre um posicionamento da ONU em direção à uma política internacional para conciliar o desenvolvimento e a proteção da natureza, da qual o marco histórico é a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, 1972, e a posterior criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Em 1983 foi criada uma comissão independente de trabalho, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) que mais tarde, em 1987, viria a publicar o documento *Our common future* (Brutland inform), a primeira vez que se apresenta a noção de desenvolvimento sustentável, o qual interconectava a ideia de desenvolvimento ao meio ambiente de forma interdependente. Já na conferência CMMAD Rio 92, realizada para instrumentalizar globalmente o desenvolvimento sustentável, o que houve, na realidade, foi um retrocesso à Estocolmo 1972, demonstrando a influência política dos países centrais, os limites sociais e políticos para construção da sustentabilidade, e a pequena margem de manobra dos países pobres e dependentes (PIERRI, 2005).

Se por um lado, o movimento global de preocupação com os limites ambientais fez, tanto cristalizar a noção de crise ambiental e colocar na agenda global a questão ambiental como um importante fator no desenvolvimento, quanto criar as condições para que distintas formas de mobilizações e movimentos sociais ambientalistas viessem à tona. Por outro, os limites de mediação das instituições internacionais e o enfraquecimento e esvaziamento da noção de desenvolvimento sustentável, tencionaram os intelectuais a refletir e organizar correntes críticas às propostas de desenvolvimento criadas nos ambientes governamentais.

Na América Latina, as correntes de *desenvolvimento alternativo* mais influentes que levam em consideração a noção interdependente entre desenvolvimento e meio ambiente podem ser elencadas, primeiramente, com a influência da *economia ecológica* disseminada por Herman Daly, assim como, a noção de *desenvolvimento à escala humana*, de Max-Neef, o *ecodesenvolvimento* de Ignacy Sachs e a noção de *decrescimento* de Latouche. Também importante, mas menos influente, foi a noção de *desenvolvimento endógeno*, de Johan Galtung (GUDYNAS, 2011, PIERRI, 2005).

Tais correntes possuem como pontos de intersecção a crítica aos modelos (neo)desenvolvimentistas e (neo)liberais e a descrença de que o desenvolvimento sustentável

venha conter os mecanismos analíticos e políticos para superação da crise ambiental que leve em consideração as desigualdades sociais, políticas e econômicas.

De outra maneira, vem se disseminando entre os intelectuais latino-americanos distintas abordagens críticas ao desenvolvimento como projeto de vida e de organização dos Estados-nação, isto é, o que vêm se reivindicando como *alternativas ao desenvolvimento*. Para estes, há um consenso de que a noção de desenvolvimento é predominantemente etnocêntrica, advinda de países que fizeram sua transição de sistemas de produção feudais para capitalistas industriais e financeirizados, mas que, sobretudo, não foram objetos da colonização como elemento constituinte do capitalismo moderno.

Cada vez mais influente, a noção de *colonialidade* tem corroborado distintos campos analíticos sobre a realidade, não somente latino-americana, como africana e asiática. A noção de colonialidade como conceito analítico cria as condições para interpretar como o aparato de dominação, subordinação e legitimação das estruturas de poder se transformaram desde o fim do colonialismo. É com base nesta visão em que os *pós-colonialistas* negam com mais veemência as teorias evolucionistas e suas consequentes “receitas” etapistas para o desenvolvimento.

Para Quijano (2005), “o processo de independência dos Estados na América Latina sem a descolonização da sociedade não pôde ser, não foi, um processo em direção ao desenvolvimento dos Estados-nação modernos, mas uma rearticulação da colonialidade do poder sobre novas bases institucionais” (p.124). Desta forma, a crítica pós-colonialista parte da colonialidade do poder, do saber e do ser em que os latino-americanos estão imersos. Desta interpretação deriva a crítica ao *eurocentrismo* entre as abordagens do desenvolvimento, as quais ignoram à linha abissal (SANTOS, 2019) que divide a experiência colonial dos seus colonizadores.

O eurocentrismo, para Quijano (2005) é uma característica constitutiva do padrão mundial de poder. Inclusive, parte de uma relação direta e imbricada entre a colonização da América e o estabelecimento de um poder mundial, sem a qual deixariam de haver os meios para o desenvolvimento do capitalismo mundial. Contudo, esse movimento de dominação não se deu somente na forma de espoliação do capital natural e social latino-americano. Para o autor peruano:

Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as

dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo (QUIJANO, 2005, p.107).

Outro elemento defendido por Quijano (2005), produto deste debate, é a reconstrução do imaginário latino-americano, a influência do poder colonial nas subjetividades, na constituição do eu, na construção de uma auto-identidade distorcida. O autor ressalta que a conquista europeia do continente americano abriu um precedente inédito, a primeira identidade *geocultural* moderna: a América; a segunda foi a Europa, como consequência da primeira. A própria ideia de Oriente teria o mesmo fundamento. A implicação posterior seria um processo de *re-identificação* histórica, a formação de uma nova intersubjetividade mundial.

Entre diferenças e semelhanças das políticas de desenvolvimento, Escobar (2006) ressalta todas estarem moldadas pelo mito da universalidade e da superioridade cultural, que desde a modernidade (neste caso a conquista ibérica sobre a América) permitiu o ocidente definir a identidade dos outros. O que faz da globalidade etnocêntrica, no caso, eurocêntrica, conter uma característica sistemática de encobrimento do outro, uma espécie de colonialidade global.

Escobar (2006) vê a colonialidade como uma noção que assinala dois processos: a supressão sistemática dos conhecimentos e das culturas subordinadas por uma modernidade dominante, e, o surgimento de conhecimentos moldados por esta experiência, que tem, ao menos, potencial de converter os lugares em projetos alternativos e permitir uma pluralidade de configurações sócio naturais. Deste último processo, tem sido acompanhado por uma produção contínua de diferentes conhecimentos sobre a natureza, a economia, o sujeito e do mundo em geral, conhecimentos estes que vivem nos limites epistêmicos do sistema mundial. Não raro, estes conhecimentos são extrapolados do local pelos ativistas dos movimentos sociais em interconexão ente universalidade/pluriversalidade, o que Escobar entende por uma luta desde a diferença colonial.

Neste bojo teórico, surge uma vertente crítica às noções de desenvolvimento autodenominada de pós-estruturalismo. Esta corrente, que passou a ser influente na América Latina após os anos 1990, traz uma abordagem foucaultiana do desenvolvimento, onde o desenvolvimento opera especificamente como discursos e práticas de origem ocidental capaz de orientar a produção cultural, social e econômica das nações ainda não desenvolvidas. Em particular, a abordagem pós-estruturalista destaca as redes de exclusões geradas por processos de desenvolvimento, sobretudo, a exclusão dos conhecimentos, das vozes e preocupações daqueles quem seriam os grupos “beneficiados” pelo desenvolvimento (ESCOBAR, 2014).

Desde esta crítica, foram criadas as condições para proposição da noção de pós-desenvolvimento, isto é, um programa teórico e político capaz de abrir espaço para as vozes dos diferentes grupos sociais disputar suas próprias formas de reprodução e soberania que não as baseadas nas normas e regras do desenvolvimento. Uma vez aberto este espaço, pode-se suspender a noção de “verdade” contida no conhecimento científico proferido pelos discursos do desenvolvimento, em detrimento as trajetórias de vida dos grupos sociais definidos em sua experiência de viver entre si e com a natureza, de maneira que a verdade somente pode ser considerada desta forma. Assim, abrem-se as portas dos imaginários ao fim do desenvolvimento (ESCOBAR, 2014).

Ainda que, as abordagens pós-estruturalistas sejam um reduto acadêmico e político crítico ao desenvolvimento, as alternativas ao desenvolvimento derivam, majoritariamente, de mobilizações e movimentos sociais que lutam contra os diferentes tipos de exclusões que os padrões e normas de desenvolvimento produzem. Daí a importância da epistemologia e da ontologia como campo de disputa. Em outras palavras, implica em favorecer o protagonismo político dos grupos sociais marginalizados desde suas diferenças constitutivas, de suas relações sociais e com a natureza, onde a produção do conhecimento científico é realizada por intelectuais de retaguarda, tradutores e divulgadores das experiências marginalizadas e mediadores do diálogo de saberes (SANTOS, 2019).

O Bem viver se materializa como um dos discursos e práticas mais sólidos de alternativas ao desenvolvimento na América Latina. O Bem viver, originalmente na língua castelhana *Buen vivir* ou *Vivir bien*, se origina nos conhecimentos dos povos nativos americanos, possui herança no significado *sumak kawsay*, da cultura kichwa, ou *suma qamaña* na cultura aymara, ou mesmo *nhandereko*, da cultura guarani. O Bem viver traduz a relação comunitária dos povos em conexão com a natureza (ACOSTA, 2016).

A crítica radical do Bem viver ao desenvolvimento parte dos saberes indígenas nem ao menos possuírem concepção análoga ao processo linear e dual do qual se baseia o desenvolvimento, isto é, as noções de desenvolvido e subdesenvolvido, como se fosse um ponto de partida a outro ponto de chegada. Por isto mesmo, estas culturas que partem de uma noção outra de reprodução da vida que não a baseada no progresso material, foram marginalizadas, consideradas atrasadas. Desde uma abordagem holística, o Bem viver reivindica a soberania dos povos poderem decidir seus modos de produção e reprodução da vida desde seu grau de satisfação. Neste sentido, a noção de Bem viver foi fundamental para a defesa do direito dos

povos originários e da natureza nas constituições do Equador e da Bolívia e a formação de Estados Plurinacionais (ACOSTA, 2016).

O sentido do Bem viver latino-americano, assim como de Ubuntu africano (SANTOS, 2019), sugerem caminhos outros para o *dever humano* que certamente extrapolam as racionalidades instrumentais presas à noção ocidental de desenvolvimento. Uma vez reconhecido tais contribuições, revitaliza-se a noção de soberania e democracia, sinalizando a urgência da efetiva participação e empoderamento dos grupos sociais que estiveram sempre a margem do desenvolvimento nas decisões e direções tanto dos Estado-nações quanto de sua própria reprodução material e simbólica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim desta trajetória pode-se afirmar, como ressaltado no início com auxílio de Esteve (2000), o desenvolvimento reúne uma miríade de significados. Estes significados são operados por atores, individuais ou coletivos, da sociedade civil ou governamentais, desde o conhecimento científico e os saberes populares, sendo que cada grupo de atores sociais produzem diferentes sentidos.

Sem dúvida, é difícil analisar a América Latina do século XX sem o aporte dos significados possíveis do desenvolvimento. Isto se dá porque neste período a América Latina descobre-se subdesenvolvida. Ou seja, a resposta para as mazelas deste território, predominantemente rural, não escolarizado, e extremamente desigual, advinha do fato de não termos organizado, como Estados-nação, nosso projeto de desenvolvimento nacional, composto por uma classe empresarial interna, urbana, capaz de aceitar os riscos do mercado, assim como, uma classe proletária, também urbana, que ofertasse trabalho e que fossem capazes de conquistar níveis satisfatórios de consumo.

Com todo “apoio” dos países já desenvolvidos, bancos internacionais, e governos comprometidos, grande parte dos países latino-americanos, cada um ao seu modo, aplicou as diversas “receitas” ao desenvolvimento. As consequências econômicas, sociais, ecológicas, epistemológicas e ontológicas foram das mais diversas, sobretudo as pejorativas.

Assim emergem as teorias do desenvolvimento na América Latina, preocupadas em responder, primeiramente, porque os países não obtinham as mesmas vantagens econômico-políticas nas relações comerciais internacionais que os países centrais do capitalismo. Dentre as respostas mais satisfatórias, destacam-se os trabalhos da CEPAL, que entre suas investigações no campo da economia política e da teoria econômica estruturalista, conseguiram

destacar as vantagens desiguais dos países latino-americanos ao aplicarem as mesmas “receitas” ao desenvolvimento as quais tinham sido elaboradas pelos países centrais. A teoria cepalina se tornou influente entre os governos, ao adentrar o período desenvolvimentista, principalmente no que se referia a estratégia de diminuir as importações fortalecendo o setor industrial interno. Infelizmente, a colheita desta estratégia foi amarga, levando-se em consideração a dificuldade de manter as indústrias nacionais competitivas internacionalmente.

Posteriormente, a conjuntura favoreceu o surgimento da teoria marxista da dependência, uma abordagem também de influência da economia política, mas que procurava investigar mais precisamente a subordinação latino-americana aos países desenvolvidos. Emerge assim uma crítica radical aos processos de desenvolvimento, capaz de explicar a necessidade constitutiva da acumulação capitalista se dar por meio do empobrecimento das regiões periféricas. No entanto, esta abordagem visualizava em seu horizonte a saída para tais problemas com a revolução, saída que se tornou cada vez mais distante com a queda do muro de Berlim. Ainda assim, o maior ponto de intersecção entre as teorias cepalinas e da dependência é a crítica ao imperialismo e a subserviência dos países latino-americanos no sistema-mundo capitalista.

Agudizado os problemas socioeconômicos do período neoliberal, a América Latina foi palco de um “giro à esquerda” na entrada dos anos 2000, isto é, a ascensão de governos progressistas e de esquerda. Com o projeto de diminuir as desigualdades sociais, aumentar o Estado nas áreas de carência, tais governos não somente coexistiram e se beneficiaram com a classe empresarial interna, como se basearam fortemente na exploração dos recursos naturais para exportação, com intuito de garantir as medidas sociais propostas.

Tal período, que passou a ser reconhecido como neodesenvolvimentismo, exacerbou algumas características da posição subalterna dos países latino-americanos na geopolítica global. O que favoreceu as análises teóricas a interpretação de que o colonialismo e o extrativismo não seriam uma fase primitiva do capitalismo, mas sim elementos constituintes, sem as quais as nações centrais não poderiam exercer seu poder global.

Desta perspectiva há dois desdobramentos. Primeiramente, impulsionados pela emergente questão ambiental, se delineia as teorias do desenvolvimento alternativo. Estas teorias, em suas diferenças, se interseccionam ao se posicionarem de forma crítica à noção de desenvolvimento sustentável, assim como, em destacarem os limites sociais e ecológicos ao crescimento econômico ilimitado. De forma oposta, se aglutinam as teorias de alternativas ao desenvolvimento. Tais intelectuais fazem uma análise a partir da raiz discursiva, semântica e

semiótica do desenvolvimento como estratégia de dominação intersubjetiva dos povos e grupos sociais. Esta perspectiva possui a característica de situar ao lado das mobilizações e movimentos sociais, descartando a noção de desenvolvimento como orientação sócio, econômico e ecológica, mas sim, formulando teorias por meio de um diálogo de saberes entre o conhecimento científico e a experiência de vida dos grupos sociais

Estes dois campos do desenvolvimento se intersectam no reestabelecimento da dicotomia entre as relações sociedade e natureza como método, como teoria e como política e se opõem radicalmente à noção de desenvolvimento como síntese necessária ao crescimento econômico e ao progresso humano. Ambas correntes, apesar de reconhecerem o trabalho pioneiro das teorias cepalinas e da dependência, as criticam, sobretudo, por não levarem as questões de sociedade e natureza em consideração. Entretanto, se posicionam de forma oposta entre si desde suas questões primordiais, se um campo teórico questiona “qual desenvolvimento é possível? ”, o outro questiona “seria o próprio desenvolvimento possível? ”.

Em síntese, foi buscado aqui identificar os traços teóricos e históricos das abordagens que acompanham os processos de desenvolvimento na América Latina, e que de forma específica, procuram produzir conhecimentos a partir deste território. É possível observar que a novidade teórica acompanha também os fatos socioeconômicos, o que se fez necessário abordar as teorias do desenvolvimento desta perspectiva. Com isto, espera-se que os pontos de intersecção e oposição entre as teorias levantadas neste trabalho, colabore não somente com uma visão crítica e acurada, mas que também colabore com a criatividade necessária às análises da realidade atual, pós crise de 2008, em especial, sobre os fenômenos de (re)emergência do conservadorismo social e moral aliado às políticas neoliberais, as quais se não estão vigentes agora nos países latino-americanos, assombram diariamente sua soberania.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

ARÁOZ, H. M. O debate sobre o “extrativismo” em tempos de ressaca. A Natureza americana e a ordem colonial. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. **Descolonizar o imaginário. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 444-468.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. **Texto para Discussão**. FGV: São Paulo, n. 275, nov. 2010.

CASSOL, A.; NIEDERLE, P. A. Celso Furtado e a economia política do desenvolvimento latino-americano. In: NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. (Orgs.). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2016.

DIAS, M. F. **Do Estruturalismo da Cepal à teoria da dependência: continuidades e rupturas no estudo do desenvolvimento periférico**. Tese de Doutorado (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas). Universidade de São Paulo. 2012.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. (ed.) **Dicionário do Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 59-83.

ESCOBAR, A. Ecología política de la globalidad y la diferencia. In: ALIMONDA, H. (comp.): **Los tormentos de la materia. Aportes para una ecología política latinoamericana**, Clacso, Buenos Aires, 2006.

_____. **La invención del desarrollo**. 2ª Ed. Popayán: Universidad del Cauca, 2014.

FRANK, A. G. El desarrollo del subdesarrollo. **Pensamiento Crítico**, nº 7, 1967.

FURTADO, C. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política** 24(4): p.483-486. 2004.

GUDYNAS, E. Desarrollo, extractivismo y buenvivir. Debates sobre el desarrollo y sus alternativas en América Latina: Una breve guía heterodoxa. In: LANG, M.; MOKRANI, D. (comp.) **Más allá del desarrollo**. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo/Abya Yala, 2011, p. 21-53.

NIEDERLE, P. A., et al. Estado, desenvolvimento e neodesenvolvimentismo. Introdução às teorias do desenvolvimento In: In: NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. (Orgs.). **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2016.

PIERRI, N. “Historia del concepto de desarrollo sostenible”. In: FOLADORI, G.; PIERRI, N. (coord), **¿Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable**, México: Miguel Ángel Porrúa, 2005, p.27-82.

PREBISCH, R. **El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas**. Santiago: Cepal, 2012. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40010/prebisch_desarrollo_problemas.pdf?sequence=4&isAllowed=y Acesso em: 24 abr. 2021.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección SurSur. Buenos Aires: CLACSO. 2005

SANTOS, B. de S. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CAPÍTULO 5

A PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO LGBTQIA+ ACERCA DE SEUS DIREITOS E AS POLÍTICAS SOCIAIS EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE LAGES/SC

Audrilara Arruda Rodrigues Campos
Felipe José Muniz Matos

RESUMO

O presente estudo justifica-se no âmbito do cenário das Políticas Públicas, mais especificamente nas Políticas Sociais com ênfase na atuação do Serviço Social na efetivação dos direitos das pessoas LGBTQIA+ e no desenvolvimento de programas, projetos e serviços. Propondo a reflexão sobre o direito da diversidade sexual, e os contributos que o Serviço Social pode oferecer a essa luta social. A pesquisa aqui situada, partiu de experiências do pesquisador na Rede de Proteção, onde os profissionais que prestam serviços à comunidade LGBTQIA+ não possuem conhecimento das variações de orientação sexual e identidades de gênero que existem nas relações sociais. Há dúvidas referente à diversidade sexual entre os Assistentes Sociais e entre os acadêmicos de Serviço Social que estão em espaços de formação e que futuramente trabalharão com o público LGBTQIA+. É colocado como pressuposto a atuação do Serviço Social como de grande relevância para subsidiar a população LGBTQIA+ na efetivação dos seus direitos e buscar soluções para as situações de vulnerabilidade, garantindo uma melhor qualidade de vida e prevenir situações de opressão e desigualdade que podem se desenvolver nas relações sociais. Desta forma, esse projeto visou identificar a percepção da população LGBTQIA+ acerca de seus direitos e as políticas sociais existentes no município de Lages/SC. Este estudo teve como referência a teoria social crítica marxista, de forma a compreender o objeto de estudo, optou-se pela abordagem qualitativa, do ponto de vista dos objetivos, elegeu-se a pesquisa exploratória. Já, no que tange aos procedimentos técnicos utilizou-se a pesquisa bibliográfica e de campo. O instrumento utilizado na pesquisa foi questionário online construído pelo *Google Forms* e divulgado nas redes sociais para aqueles que tivessem interesse em participar da pesquisa. O universo da pesquisa foi a comunidade LGBTQIA+ de Lages, totalizando 38 participantes. O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade do Planalto Catarinense sob o parecer nº 5.269.706. Através da pesquisa, pode-se potencializar as contribuições do Serviço Social na efetivação dos direitos da Comunidade LGBTQIA+, reconhecendo as Políticas Sociais voltadas para a população LGBTQIA+, além de evidenciar a atuação do profissional do Serviço Social na efetivação dessas políticas e o processo de inclusão e efetivação da comunidade LGBTQIA+ no acesso aos direitos fundamentais como pessoa humana.

PALAVRAS-CHAVE: População LGBTQIA+; Políticas Sociais; Serviço Social.

INTRODUÇÃO

O presente estudo justifica-se no âmbito do cenário das Políticas Públicas, mais especificamente nas Políticas Sociais com ênfase na atuação do Serviço Social na efetivação dos direitos das pessoas LGBTQIA+ e no desenvolvimento de programas, projetos e serviços.

Propondo a reflexão sobre o direito da diversidade sexual, e os contributos que o Serviço Social pode oferecer a essa luta social.

Como profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho, o Serviço Social tem se empenhado na garantia de direitos humanos, justiça social e cidadania. Portanto, ao estudar a reprodução das relações sociais, o Serviço Social passa a refletir sobre questões referentes a esfera política, social, ideológica e cultural, ou seja, sobre as várias determinações da questão social (IAMAMOTO, 1982).

O Serviço Social e as Políticas Públicas possuem um caminho de diálogo que vem sendo percorrido desde a gênese da profissão, mas, apesar disso, é um diálogo que precisa ser construído e reconstruído na direção da garantia de direitos. É nessa relação que ao descobrir a contribuição do Serviço Social na garantia de direitos, possibilita que tenhamos o conhecimento das atribuições que os profissionais do Serviço Social podem e, ou poderão realizar para a efetivação desses direitos e para o desenvolvimento de Políticas Sociais.

O trabalho do assistente social na garantia de direitos ainda encontra um desafio que é o de construir uma prática de qualidade com a comunidade LGBTQIA+ em favor da igualdade e da justiça social. O Serviço Social no âmbito das Políticas Sociais é aquela inserida no campo dos direitos, da universalização dos acessos, das ações pró-permanência de qualidade, e da responsabilidade estatal, agindo em favor da democratização das Políticas Públicas de qualidade e viabilizando a igualdade de condições para promover a prevenção e a efetivação dos direitos da comunidade LGBTQIA+.

É exposto a necessidade dos assistentes sociais que atuam na Proteção Social um conhecimento mais aprofundado referente aos direitos da população LGBTQIA+ e conseqüentemente, como efetivar esses direitos. Muitas das pessoas que pertencem à comunidade LGBTQIA+ sofrem com as desigualdades e com os preconceitos de uma sociedade homofóbica e machista, portanto, é de profunda relevância conhecer e identificar essa população, e suas demandas.

É colocado como pressuposto a atuação do Serviço Social como de grande relevância para subsidiar a população LGBTQIA+ na efetivação dos seus direitos e buscar soluções para as situações de vulnerabilidade, garantindo uma melhor qualidade de vida e prevenir situações de opressão e desigualdade que podem se desenvolver nas relações sociais.

Enfatiza-se a importância da defesa pela pluralidade sexual nos espaços de trabalho onde o assistente social está inserido e na comunidade acadêmica, para assim, amenizar as

discriminações, o senso comum, o preconceito e o uso de termos linguísticos pejorativos destinados à comunidade LGBTQIA+.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse tópico, serão apresentadas teorias que estão relacionados ao tema proposto pela pesquisa, sendo a contextualização da comunidade LGBTQIA+ e os direitos sociais e o trabalho do assistente social junto a esse público.

ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA DE PROTEÇÃO SOCIAL

A Assistência Social como política de proteção social, configura-se como uma nova situação para o Brasil. Ela significa garantir a todos, que dela necessitam, e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção. Esta perspectiva significaria aportar quem, quantos, quais e onde estão os brasileiros demandatários de serviços e atenções de assistência social (MDS, 2005).

A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a Assistência Social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS em dezembro de 1993, como política pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. A LOAS cria uma nova matriz para a política de assistência social, inserindo-a no sistema do bem-estar social brasileiro concebido como campo da Seguridade Social, configurando o triângulo juntamente com a saúde e a previdência social.

A criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) pela resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004 proposta pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – PNAS, incorpora as demandas advindas da sociedade brasileira e objetiva tornar claro aquilo que é de direito dos usuários e responsabilidade do Estado na efetivação da Assistência Social como Política Pública.

A NOB/SUAS disciplina a gestão pública da Política de Assistência Social no território brasileiro, exercida de modo sistêmico pelos entes federativos, em consonância com a Constituição Federal de 1988, a LOAS e as legislações complementares e ela aplicáveis (NOB, 2005).

Em sua complementação, a NOB/SUAS assegura unidade de concepção da Assistência Social em todo território brasileiro, assegurando o direito à proteção social pública e à defesa

da cidadania do usuário e prevê a participação da população na formulação e controle da Política de Assistência Social.

A aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) representou uma importante conquista para a Assistência Social brasileira alcançando um novo patamar, estabelecendo tipologias que sem dúvidas, corroboram para ressignificar a oferta e a garantia do direito socioassistencial. Os serviços socioassistenciais estão organizados por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, seguindo as diretrizes do Conselho Nacional de Assistência Social (BRASIL, 1993).

De acordo com as considerações do Ministério do Desenvolvimento Social (2016), é considerado que a Política Nacional de Assistência Social tem como um de seus princípios a garantia da igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, e que a rede de assistência social deve trabalhar buscando tanto a prevenção, por meio da Proteção Social Básica, quanto à defesa dos direitos violados, através da Proteção Social Especial, torna-se de importância imprescindível o conhecimento do tratamento adequado à população LGBT e suas especificidades (BRASIL, 2016).

SERVIÇO SOCIAL E A PRÁTICA PROFISSIONAL COM A COMUNIDADE LGBTQIA+

Nestas décadas, o Serviço Social experimentou no Brasil, um profundo processo de renovação. Na intercorrência de mudanças ocorridas na sociedade brasileira com o próprio acúmulo profissional, o Serviço Social se desenvolveu teórica e praticamente, laicizou-se, diferenciou-se e, na entrada dos anos 90, apresenta-se como profissão reconhecida academicamente e legitimada socialmente (CFESS, 1993).

O Serviço Social como profissão regulamentada e respaldada pelo código de ética conecta-se ao seu projeto social, norteando-se pelos princípios ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo a partir de uma visão crítica.

A Resolução CFESS nº 615, de 8 de setembro de 2011, dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do (a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional. Com a normativa, será permitida também a utilização do nome social nas assinaturas decorrentes do trabalho desenvolvido pelo/a assistente social, juntamente com o número do registro profissional.

Segundo o Conselho Regional de Serviço Social da 21ª Região do Mato Grosso, o Serviço Social foi a primeira categoria profissional no Brasil a garantir a utilização do nome

social no exercício profissional às/os profissionais travestis e transexuais e, posteriormente, a assegurar o nome social no documento de identidade profissional.

De acordo com Silva (2015), a homofobia é um fenômeno psicológico e social e para combatê-lo são necessários instrumentos de atuação profissional capazes de trabalhar os sujeitos em sua totalidade. O Serviço Social, através de entidades representativas e de diversos outros fragmentos da categoria profissional, tem realizado várias iniciativas a favor dos direitos da população LGBTQIA+ e do combate à homofobia no Brasil.

BRASIL SEM HOMOFOBIA

A criação do programa Brasil sem Homofobia, lançado em 2004, a partir de uma série de discussões entre o Governo Federal e a sociedade civil organizada (Organizações Não-Governamentais, entre outras), com o objetivo de promover a cidadania e os direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação (BRASIL, 2004).

O Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB (Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais) e de Promoção da Cidadania de Homossexuais “Brasil sem Homofobia”, é uma das bases fundamentais para ampliação e fortalecimento do exercício da cidadania no Brasil. Um verdadeiro marco histórico na luta pelo direito à dignidade e pelo respeito à diferença. É o reflexo da consolidação de avanços políticos, sociais e legais tão duramente conquistados (BRASIL, 2004).

No ano de 2008, seguindo a Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.652/2002, o Ministério da Saúde editou a portaria que torna o Processo Transexualizador um serviço oferecido pela rede pública de saúde, o SUS (Portaria nº 457/2008). O procedimento inclui o tratamento hormonal pré-operatório, o acompanhamento terapêutico, cirurgia de transgenitalização ou redefinição de sexo. A portaria também dispõe sobre o cadastro e a habilitação de centros de saúde e hospitais para realizarem os procedimentos.

De acordo com Arán (2009), o objetivo é atender as pessoas que sofrem com a incompatibilidade de gênero, quando não há reconhecimento do próprio corpo em relação à identidade de gênero (masculino ou feminino). A condição transexual, em nossa sociedade, gera um intenso sofrimento ao não se reconhecerem no corpo biológico. Esta situação leva a diversos distúrbios de ordem psicológica acompanhados de tendências à automutilação e ao suicídio.

A implementação do Processo Transexualizador no SUS, que regulamenta os procedimentos para a readequação sexual, se insere no contexto da Política Nacional de Saúde Integral LGBT e o desafio subsequente é a garantia do acesso a todas as pessoas que necessitam desta forma de cuidado (BRASIL, 2018).

PLANO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS (PNDH)

Por meio do Decreto nº 7.03/2009 o PNDH-3 traz no terceiro eixo orientador “Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades” e contempla na “Diretriz 10: Garantia de igualdade na diversidade” a temática dos direitos LGBT, propondo no quinto objetivo a “garantia do respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero”.

O Conselho Nacional Contra à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2010) criado pelo decreto nº 7.388/2010 e integra a estrutura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, garantindo a participação social da Sociedade Civil organizada. A finalidade desse conselho é a elaboração de diretrizes para a ação governamental nacional em matéria de direitos da população LGBT, o acompanhamento das políticas públicas e a sensibilização dos órgãos federais para a defesa e garantia desses direitos.

Segundo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos o CNCD/LGBT atende uma demanda histórica do movimento LGBT brasileiro e com a finalidade de potencializar as políticas públicas para a população LGBT, e passa a ter como finalidade formular e propor diretrizes de ação governamental, em âmbito nacional, voltadas para o combate à discriminação e para a promoção e defesa dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (BRASIL, 2010).

A Política Nacional de Saúde Integral de LGBT (2013), por meio da PNLGBT – Portaria GM/MS nº 2.386/2011, traz a história da luta do Movimento LGBT pelo direito à saúde, além de fornecer subsídios para a formação dos agentes de saúde a respeito do grupo populacional em questão. Atenção especial é dada para as consequências que o preconceito e o estigma social causam na saúde dessas pessoas (BRASIL, 2013).

A Política Nacional de Saúde LGBT (2011) é um divisor de águas para as políticas públicas de saúde no Brasil e um marco histórico de reconhecimento das demandas desta população em condição de vulnerabilidade. É também um documento norteador e legitimador das suas necessidades e especificidades, em conformidade aos postulados de equidade previstos na Constituição Federal e na Carta dos Usuários do Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2011).

O Decreto nº 8.727/2016 de 28 de abril de 2016 que trata do uso do nome social no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, assinado pela Presidenta Dilma Rousseff versa sobre a utilização do nome social na Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, sempre que solicitado pela pessoa.

O nome social, no decreto, é entendido como “a designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida”. Além disso, fica vedado, segundo o Art. 2º, parágrafo único, o uso de expressões pejorativas ou discriminatórias para referir-se a pessoas travestis ou transexuais (BRASIL, 2016). Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (2017) nome social se refere à designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida.

O Superior Tribunal Federal (STF) considera que a homofobia é crime, equiparando as penas por ofensas a homossexuais e a transexuais às previstas na lei contra o racismo. O Projeto de Lei PL 672/2019 aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, prevê incluir na Lei de Racismo a discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

No campo teórico-metodológico foi utilizado o materialismo histórico dialético, sendo trabalhado o estudo de caso dentro da abordagem qualitativa.

Em termos definidores, do ponto de vista da sua natureza, o estudo se caracterizou como uma pesquisa aplicada. Os tipos de pesquisa utilizados foram bibliográfica, exploratória e de campo.

Para tanto, o instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário para realizar a análise dos dados da comunidade LGBTQIA+ que reside no município de Lages. O questionário apresentou conhecimentos pontuais que juntamente com o referencial teórico proporcionaram reflexões e conhecimentos ante o assunto abordado.

Considerando a resolução 510/2016 que regulamenta o desenvolvimento de pesquisa com seres humanos no Brasil, a coleta de dados foi realizada por meio de um roteiro pronto, dividido em seções.

O questionário foi construído pelo *Google Forms* e divulgado nas redes sociais (*Facebook, Whatsapp e Instagram*) para aqueles que tivessem interesse em participar da pesquisa. A pessoa disposta a responder, foi encaminhado o formulário por e-mail ou *Whatsapp*.

Foi utilizado a técnica *snowball*, bola de neve, sendo um instrumento metodológico que utiliza a amostragem dos dados coletados em forma de rede utilizada em pesquisas qualitativas.

Com o intuito de responder os objetivos propostos, os participantes da pesquisa foram 38 indivíduos da comunidade LGBTQIA + que residem no município de Lages/SC.

A análise dos dados foi realizada através do estudo de conteúdo e foram analisadas todas as informações respondidas.

Foi disponibilizado junto ao formulário online o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, cada participante teve que concordar com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme a Resolução nº 510/2016, o pesquisador foi o responsável pela coleta de dados e também pela aplicação do mesmo.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Neste item, abordar-se-á o perfil dos entrevistados, trazendo relevância aos aspectos de sexualidade, idade e escolaridade, conforme dispostos a tabela abaixo.

Tabela 1: Perfil dos Entrevistados.

FAIXA ETÁRIA	%
Até 17 anos	7,9
De 18 a 24 anos	50
De 25 a 35 anos	39,5
De 36 a 50 anos	2,6
A partir de 51 anos	0
ESCOLARIDADE	%
Fundamental Incompleto	2,6
Médio Incompleto	5,3
Médio Completo	7,9
Técnico Completo	2,6
Superior Incompleto	63,2
Superior Completo	15,8
Pós-graduação	2,6
ORIENTAÇÃO SEXUAL	%
Gay	52,6
Bissexual	23,7
Lésbica	15,8
Pansexual	7,9
IDENTIDADE DE GÊNERO	%
Cisgênero	92,1
Não Binário	2,6
Não souberam responder	5,2

Fonte: Dados do Autor (2022).

Em relação aos dados apresentados na tabela acima, pode-se perceber que a faixa etária entre 18 a 24 anos representa 50% dos entrevistados, bem como 39,5% estão concentrados na

faixa etária entre 25 a 35 anos. Referente a escolaridade, pode-se perceber que 63,2% dos entrevistados, sendo maioria, possui o Ensino Superior incompleto e 15,8% com o ensino superior completo.

Dos 52,6% dos participantes identificam-se como gay, bem como 23,7% são bissexuais e 15,8% se constituem em lésbicas.

Contextualizando com os dados coletados, deve ser destacado que a sexualidade está presente em todas as faixas etárias, pois o indivíduo é um ser biológico e social permeado por relações sociais que desencadeiam sensações, emoções e sentimentos que causam impulsos sexuais e emocionais.

Segundo o Ministério da Educação (2018), a sexualidade infantil se desenvolve desde os primeiros dias de vida e segue se manifestando de forma diferente em cada momento da infância, e assim como a inteligência, será construída a partir das possibilidades individuais e de sua interação com o meio e a cultura.

Já na adolescência, caracteriza-se como a fase das descobertas e experimentações em relação à atração e às fantasias sexuais. A experimentação dos vínculos tem relação com a rapidez e a intensidade da formação e da separação de pares amorosos entre os adolescentes.

Agora sobre os adultos e idosos, a sexualidade é tratada como um tabu. Segundo o Ministério da Saúde:

A sexualidade na terceira idade é permeada por muitos tabus e preconceitos. Mas o assunto deve ser tratado com normalidade, para evitar transtornos de vários aspectos, inclusive aumentando comportamentos de risco e a exposição de infecções sexualmente transmissíveis. Por isso, é essencial entender as mudanças no corpo e tomar os devidos cuidados com a saúde sexual nessa fase da vida (BRASIL, 2018).

A sexualidade corresponde a uma função vital humana, na qual intervém múltiplos fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais transmitidos de geração em geração. A prática sexual não se extingue com o envelhecimento, desmistificando a ideia de que o idoso é um ser assexual.

Desta forma, podemos perceber que a diversidade sexual não possui um perfil etário padronizado e que deve se relacionar apenas com o período da adolescência. A sexualidade perpassa por todas as faixas etárias e coloca-se como fundamental contra a discriminação às pessoas LGBTQIA+ idosas que podem se sentir excluídas da comunidade a qual pertencem.

Sendo assim, para o trabalho do assistente social com a comunidade LGBTQIA+ deve-se levar sempre em conta a faixa etária com a qual se está trabalhando, pois, em geral, as questões da sexualidade são muito diversas a cada etapa do desenvolvimento.

A sociedade deve ser construída de forma plural e democrática, desta forma, é preciso que se reconheça a educação e a diversidade sexual como um direito fundamental, o qual deve ser assegurado a todos/as sem qualquer distinção, conforme o que se caracteriza na Constituição Federal de 1988:

Art. 205 a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

O ambiente educacional pode se tornar o que mais resulta em discriminação e preconceito para a comunidade LGBTQIA+. Diante desta situação, em relação à educação, a Conferência Nacional de Educação Básica de 2008 e as Conferências Nacionais de Educação de 2010 e 2014 aprovaram deliberações voltadas para a promoção do respeito à diversidade sexual na educação, tanto é que a versão preliminar do Plano Nacional de Educação 2014-2024 continha uma disposição específica a este respeito.

Como já citado, os princípios fundamentais da Constituição Federal, em especial a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, bem como os preceitos da igualdade, da dignidade humana, da liberdade de expressão e do direito à educação.

Desta forma, a busca por uma educação que respeite as diferenças e promova a paz e a convivência harmônica, encontra-se respaldada em décadas de decisões consensuadas, compactuadas e regulamentadas no âmbito nacional.

No que tange a identidade de gênero e orientação sexual, pode-se perceber a partir dos dados coletados que 92,1% dos participantes se identificam como Cisgênero; 2,6% identificou-se como não binário; enquanto que 5,2% estavam incertos quanto à sua identidade.

No entanto, alguns participantes se mostraram em dúvida, ou estão em uma fase do seu autodescobrimento, sendo um período marcado por questionamentos sobre sua identidade e orientação. Neste ponto, a *Entrevistada A* contribuiu referindo sua dubiedade “*me identifico socialmente como uma mulher cis, mas nunca me senti totalmente confortável ao afirmar que*

"sou uma mulher", talvez eu esteja me descobrindo ou apenas passando por uma fase complicada devido a alguns traumas".

Para tanto, a identidade de gênero e orientação sexual não apresentam o mesmo significado. A primeira se refere a como o indivíduo se reconhece (homem, mulher, nenhum, os dois); a segunda diz respeito à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva e/ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou por mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas.

Ainda, podemos diferenciar o termo **Sexo Biológico**, sendo utilizado biologicamente para definir uma pessoa de acordo com suas características físicas (genitálias) ou genéticas (cromossomos). Desta forma, ao nascer, o gênero é imposto de acordo com suas características biológicas.

De acordo com ABGLT (2010) existe a diferença entre a identidade de gênero, sendo assim, se faz necessário a compreensão de cada terminologia para que se possa identificar os indivíduos na perspectiva de garantia de seus direitos.

Sendo assim, significa dizer que **Cisgênero** é um termo utilizado para descrever pessoas que não são transgênero. Refere-se ao indivíduo que se identifica, em todos os aspectos, com o gênero atribuído ao nascer: homem ou mulher.

O/a **Transexual**, é a pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. Homens e mulheres transexuais podem manifestar o desejo - ou não - de se submeterem a intervenções médico-cirúrgicas para realizarem a adequação dos seus atributos físicos de nascença (inclusive genitais) a sua identidade de gênero constituída.

As pessoas **Transgêneros** transitam entre os gêneros, cuja identidade de gênero transcende as definições convencionais de sexualidade (ABGLT, 2010, p. 17).

Os/as **Travestis** são pessoas que nascem do sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daquele imposto pela sociedade (ABGLT, 2010, p. 18).

O termo Travestis foi muito carregado de preconceito e repulsa pela sociedade e geralmente utilizado para referir-se aos profissionais do sexo transexuais. No entanto, devido ao forte estigma sobre as Travestis, a comunidade LGBTQIA+ submeteu um sentido de luta e resistência ao termo, expressando orgulho em Ser Travesti.

A pessoa **Não Binário**, é aquela cuja identidade de gênero não se conecta com as elencadas, ou seja, é uma pessoa que não se identifica com o masculino ou com o feminino, e sim, expressa sua identidade entre esses gêneros ou de uma maneira totalmente diferente, possuindo características próprias.

Para pessoa **Bissexual**, se relaciona afetiva e sexualmente com pessoas de ambos os sexos (masculino e feminino). Bi é uma forma reduzida de falar de pessoas Bissexuais (ABGLT, 2010, p. 11). As pessoas Bissexuais são estigmatizadas no sentido de possuírem dúvidas sobre sua orientação sexual, pois, ao senso comum, uma pessoa deve biologicamente se sentir atraída por apenas um sexo. Desta forma, as pessoas Bissexuais lutam por reconhecimento e respeito à sua orientação sexual.

A pessoa **Homossexual** se sente atraída sexual, emocional ou afetivamente por pessoas do mesmo sexo. A pessoa Homossexual pode ser **Gay**, sendo o homem que sente atração por outro homem; ou poder **Lésbica**, que são mulheres que se sentem atraídas por outras mulheres. No entanto, não precisam ter tido, necessariamente, experiências sexuais com pessoas do mesmo sexo para se identificarem como Homossexuais (ABGLT, 2010, p. 14).

O termo **Pansexual** se refere a pessoa cujo desejo sexual é abrangente, não se limitando ao sexo e ao gênero da pessoa que se sente atraída, podendo se dirigir inclusive a objetos (ABGLT, 2010, p. 15).

Diante o exposto, pode-se dizer que sexo é biológico, gênero é social e construído pelas diferentes culturas. E o gênero vai além do sexo, o que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto percepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente.

A sociedade em que vivemos dissemina a crença de que os órgãos genitais definem se uma pessoa é homem ou mulher, porém, a construção da identificação como homens ou como mulheres não é um fato biológico, é social.

POLÍTICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

Adentrando no item que trata de Políticas de Proteção Social para pessoas LGBTQIA+, buscou-se identificar o conhecimento dos entrevistados sobre essas políticas no município, conforme a tabela a seguir.

Tabela 2: Políticas de Proteção Social.

GRUPOS, OSC, REDE DE APOIO, REDES ETC., QUE REALIZAM TRABALHOS COM A COMUNIDADE LGBTQIA+ NO MUNICÍPIO	%
Conheço	44,7
Desconheço	55,3
PROGRAMAS PARA A COMUNIDADE LGBTQIA+ NO MUNICÍPIO	%
Desconheço	100

Fonte: Dados do Autor (2022).

Dos 38 participantes, 55,3% responderam que desconhecem qualquer grupo, rede de apoio, Organização da Sociedade Civil, redes etc., que realizam trabalhos com a comunidade LGBTQIA+ em Lages/SC, e 44,7% responderam que possuem conhecimento sobre instituições que realizam trabalhos com a comunidade no município

Porém, questionados sobre se conhecem algum serviço, programa, projeto etc., para a comunidade LGBTQIA+ implementado pela Prefeitura Municipal de Lages ou órgão conveniado, 100% dos entrevistados responderam que desconhecem.

Diante dos dados, pode-se perceber a inexistência de políticas setoriais voltadas ao atendimento da comunidade LGBTQIA+ em Lages. Mesmo que haja programas, projetos, instituições que forneçam atendimentos específicos para esse público não há a divulgação ampla dos mesmos, pois, como elencado na tabulação dos dados, é unânime entre os entrevistados o desconhecimento de qualquer política social.

Com relação as instituições não governamentais no município, identificou-se a partir da pesquisa a existência da Casa de Apoio para a comunidade LGBTQIA+ em Lages, que teve suas atividades iniciadas em 2015 denominado Rede de Desenvolvimento Comunitário Casa de Gente.

O projeto atua diretamente na comunidade, capacitando e instrumentalizando os indivíduos por meio de educação popular e autogestão. Assim, a Rede Casa da Gente busca defender a vida e os direitos da população LGBT, trazendo políticas afirmativas e visibilidade para a causa, além de acolher temporariamente pessoas LGBT em situação de risco, e ao mesmo tempo desenvolve projetos de empoderamento desse público.

Em 2017, a comunidade LGBTQIA+ deu um outro passo importante. Foi aprovado por unanimidade pela Câmara Legislativa de Lages, a moção legislativa 245/2017, que repudia a decisão do juiz Waldemar Cláudio de Carvalho, do Distrito Federal, que autoriza os psicólogos a tratar a homossexualidade como doença, conhecida popularmente como "Cura Gay".

Em 2019, aconteceu a 1ª edição da Feira Cultural da Diversidade em Lages, com o objetivo de promover a diversidade LGBTQIA+, e a produção cultural de coletivos, artesãos e artistas locais. Segundo matéria realizada pelo Jornal local Correio Lageano (2019), o coordenador do evento, Mateus Andrade (2019), relata que:

Tendo em vista a atual conjuntura política, a Feira vem para reafirmar os direitos da população LGBTQI+, e contra todas as formas de opressão, levando, inclusive, a importância do acesso ao trabalho, pois LGBTQI+, principalmente pessoas trans e travestis, enfrentam muita dificuldade para conseguir um trabalho formal (CORREIO LAGEANO, 2019).

O município de Lages é visto como uma entre as cidades mais machistas e patriarcais do Estado de Santa Catarina. Segundo um artigo retirado da Revista Gepesvida (2016) referente a constituição de Lages, as autoras contribuem que:

Isso nos leva para a questão da territorialidade, aspecto importante a ser observado na constituição do patriarcado no Planalto Catarinense, em especial em Lages, e como as relações entre os diferentes atores sociais foi sendo engendrado sob o domínio das elites e oligarquias que dominaram e, de certo modo, ainda dominam esse espaço (FARRA e col. 2016).

Atrelado a isso, a comunidade LGBTQIA+ em Lages obriga-se a conviver (jamais, oprimir-se) com essa historicidade e cultura marcante da região. A realidade do município aos poucos vem mudando, visibilizando essa comunidade, porém com muita luta e resistência da população LGBTQIA+.

Ressalta-se que ainda há muito a ser trabalhado no município dada às suas origens quando se fala em comunidade LGBTQIA+. O município de Lages possui muitos aspectos retrógrados e preconceituosos devido a sua historicidade patriarcal advindo das oligarquias. É através de passos lentos que a comunidade LGBTQIA+ vai tomando seu espaço e visibilizando sua bandeira de luta e resistência nesse município.

LEIS DE PROTEÇÃO À COMUNIDADE LGBTQIA+ E A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Neste item, foi questionado aos participantes sobre o trabalho realizado pelo assistente social, e o conhecimento sobre as Legislações que garantem direitos à essa comunidade. Os resultados ficaram dispostos conforme a tabela abaixo.

Tabela 3: Leis de proteção e atuação do Serviço Social.

ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL	%
Conheço totalmente	26,3
Conheço pouco	73,7
PROCESSO TRANSEXUALIZADOR DO SUS	%
Conheço totalmente	2,6
Conheço pouco	52,6
Desconheço	44,7
LEI MARIA DA PENHA PARA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS	%
Conheço totalmente	23,7
Conheço pouco	60,5
Desconheço	15,8
LEI CRIME DE RACISMO E LGBTFOBIA	%
Conheço totalmente	34,2
Conheço pouco	52,6
Desconheço	13,2
POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL LGBT	%
Conheço totalmente	10,5
Conheço pouco	52,6
Desconheço	36,8

Fonte: Dados do Autor (2022).

De acordo com a pesquisa, 73,7% dos participantes conhecem pouco o trabalho realizado por esse profissional, e 26,3% conhecem totalmente o trabalho do assistente social.

De acordo com Lacerda (2014), o exercício profissional do assistente social ocorre no seio do Estado burguês, as políticas sociais são desenhadas para viabilizar direitos de modo a manter o status quo — contribuir para a naturalização do trabalho assalariado e sua exploração implícita, pré-requisito para a reprodução dessa sociedade. Por outro lado, o compromisso ético-político assumido tenciona para outro polo: a emancipação humana.

A ação do assistente social requer a leitura da realidade que quanto mais concreta e rica de determinações acerca da situação em pauta, mais possível se torna a construção do objetivo de intervenção.

Após a leitura da realidade, vem a intervenção na realidade, que se dá por meio de orientações sociais, planejamentos, relatórios, encaminhamentos, reuniões e busca materializar na realidade o objetivo a que se propõe o assistente social (garantia de direito, autonomia, cidadania, entre outros). Assim, perceber a natureza do conjunto causal que constitui o cotidiano do assistente social é fundamental para, no âmbito de sua prática profissional, conseguir perceber à realidade, os limites e possibilidades para a garantia do direito na vida do usuário.

O Código de Ética do Assistente Social, traz como Princípio Fundamental, no inciso VI, o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”.

(CFESS, 1993) Ele representa e regula a atuação do Assistente Social, denunciando condutas discriminatórias e enaltecendo as diferenças e diversidades.

A partir desta formulação, entendemos o Serviço Social como uma profissão inserida na divisão sócio técnica do trabalho que ao longo do tempo construiu um projeto profissional crítico, com fundamentos históricos e teórico-metodológicos extraídos do materialismo histórico dialético, além de princípios éticos reiterando o compromisso com a classe trabalhadora. Este projeto profissional tem o profissional como ser prático-social dotado de liberdade, capaz de projetar coletivamente seu trabalho, buscando sua implementação por meio de sua atividade (IAMAMOTO, 1982).

Referente ao Processo Transexualizador, 52,6% dos participantes conhecem pouco sobre a referida legislação e 44,7% desconhecem sobre o programa.

Através da Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS).

Entre a população de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTs), a população trans possui maior dificuldade em acessar o sistema público de saúde ao solicitarem serviços especializados, já que muitas vezes são vítimas preferenciais da trans/travestifobia institucionalizada nos serviços de saúde. A criação do processo transexualizador do SUS sinaliza-se como importante avanço na universalização desta à população trans brasileira.

O objetivo do processo transexualizador é atender as pessoas que sofrem com a incompatibilidade de gênero, quando não há reconhecimento do próprio corpo em relação à identidade de gênero (masculino ou feminino). A condição transexual, em nossa sociedade, gera um intenso sofrimento ao não se reconhecerem no corpo biológico.

A implementação do Processo Transexualizador no SUS, regulamenta os procedimentos para a readequação sexual, se insere no contexto da Política Nacional de Saúde Integral LGBT e o desafio subsequente é a garantia do acesso a todas as pessoas que necessitam desta forma de cuidado.

Com relação a Lei Maria da Penha e sua aplicabilidade para pessoas Transgêneros, 23,7% dos entrevistados conhecem sobre a lei; 60,5% reconhecem a lei e sua aplicabilidade e 15,8% desconhecem sobre a aplicação da lei para transexuais e travestis.

Os elevados índices de violência contra travestis e transexuais, muitas das vezes tendo a morte como desfecho, evidencia a necessidade de maior proteção a essas mulheres, de modo

que a sociedade e o âmbito jurídico as reconheça a partir de seu gênero, equiparando a proteção dada as mulheres biologicamente declaradas.

No que tange a Lei de Racismo e sua aplicabilidade ao crime de LGBTfobia, 34,2% das pessoas participantes conhecem sobre essa lei; 52,6% conhecem pouco sobre a aplicabilidade e 13,2% desconhecem totalmente.

Em 2019, o Supremo Tribunal Federal – STF, aprovou que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero passe a ser considerado um crime, e a conduta passe a ser punida pela Lei de Racismo nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que hoje prevê no Art. 1 crimes de discriminação ou preconceito por "raça, cor, etnia, religião e procedência nacional".

Em 2017, a travesti Dandara dos Santos foi agredida com chutes e golpes de pedra e pau. Durante as agressões, os assassinos fizeram imagens divulgadas covardemente nas redes sociais. Tais imagens retrataram a tortura por ela sofrida. Em seguida, a vítima foi assassinada com disparo de arma de fogo na face, como ocorrem em 82% dos crimes contra as pessoas travestis e transexuais, sendo característica a desfiguração, segundo dados da ABGLT.

A Constituição Federal de 1988 estabelece no art. 3 como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, trata da promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Seguindo a mesma lógica dos dados coletados, apenas 10,5% conhecem sobre a Política Nacional de Saúde Integral LGBT; 52,6% relataram que conhecem pouco sobre o programa; e 36,8% das pessoas desconhecem sobre a referida Política.

O Ministério da Saúde apresenta em 2011 a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), instituída pela Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011, e pactuada pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT), conforme Resolução nº 2 de 6 de dezembro de 2011, que orienta o Plano Operativo de Saúde Integral LGBT.

O direito à saúde no Brasil é fruto da luta do Movimento da Reforma Sanitária e está garantido na Constituição de 1988. Nesta concepção, saúde é decorrente do acesso das pessoas e coletividades aos bens e serviços públicos oferecidos pelas políticas sociais universais. A Saúde, a Previdência e a Assistência Social integram o Sistema de Seguridade Social e esta conquista representa o compromisso e a responsabilidade do Estado com o bem-estar da população (BRASIL, 1988).

A Política LGBTQIA+ tem como marca o reconhecimento dos efeitos da discriminação e da exclusão no processo de saúde doença da população LGBTQIA+. Suas diretrizes e seus objetivos estão, portanto, voltados para mudanças na determinação social da saúde, com vistas à redução das desigualdades relacionadas à saúde destes grupos sociais.

Esta Política reafirma o compromisso do SUS com a universalidade, a integralidade e com a efetiva participação da comunidade. Por isso, ela contempla ações voltadas para a promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, além do incentivo à produção de conhecimento e o fortalecimento da representação do segmento nas instâncias de participação popular.

A discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero incide na determinação social da saúde, no processo de sofrimento e adoecimento decorrente do preconceito e do estigma social reservado às populações de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Assim a Política de Saúde LGBTQIA+ objetiva-se em promover a saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, eliminando a discriminação e o preconceito institucional, bem como contribuindo para a redução das desigualdades e a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo (BRASIL, 2013).

Diante disso, percebe-se a falta do repasse de informações acerca dos direitos destinados às pessoas LGBTQIA+, sobretudo, reflete-se a redução da divulgação das legislações pertinentes, bem como o desconhecimento sobre o trabalho do assistente social, sendo um profissional que trabalha na efetivação dos direitos sociais e na garantia de acesso às políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante salientar que a comunidade LGBTQIA+ esperam dos assistentes sociais que favoreçam seu acesso a direitos e serviços, que possam fortalecê-los com informações pertinentes às suas diferentes trajetórias de vida e na perspectiva da emancipação humana.

A comunidade LGBTQIA+ espera não ser julgada pelos profissionais do serviço social, nem tentem enquadrá-los nos seus critérios pessoais de moralidade, além de estimulá-los e apoiá-los na sua constituição como sujeitos políticos, e que possam coletivamente ampliar o tamanho da frágil esfera pública brasileira.

Percebe-se que muito se tem a discutir sobre esta temática, para que se possa ter não só a desconstrução de uma sexualidade padrão, mas também para que os direitos da comunidade LGBTQIA+ não sejam violados por aqueles que deveriam contribuir na sua defesa.

É através de tais discussões que aos poucos haverá a inclusão de fato da população LGBTQIA+ no contexto societário, enquanto sujeitos de direitos.

Como nota final, esse estudo oferece dados sistemáticos relevantes para pensar, desenhar, planejar e desenvolver políticas públicas e medidas legislativas que promovam adequadamente uma maior igualdade, e que sejam catalisadoras de atitudes sociais mais inclusivas face à diversidade sexual.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Manual de Comunicação LGBT**. Curitiba. 2010.

ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela; LIONÇO, Tatiana. **Transexualidade e Saúde Pública no Brasil**. Cienc. Saude Colet., v.14, n.4, p.1141-9, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília. 1993.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual**. Brasília. 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília. 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**. Brasília. 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Garantia da Utilização do Nome Social para Pessoas Travestis e Transexuais**. Brasília. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientação Sexual**. Brasília. 2018.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNDC/LGBT)**. Brasília. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sexualidade na Terceira Idade**. Brasília. 2018.

CONSELHO Federal de Serviço Social. **Código de Ética do Assistente Social**. Brasília. 1993.

IAMAMOTO, Marilda Vilela.; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*/Marilda. 1ª ed. São Paulo, Cortez, [Lima, Peru]: CELATS, 1982.

LACERDA, Lélica Elis Pereira de. **Exercício Profissional do Assistente Social: da imediatividade às possibilidades históricas**. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 117, p. 22-44, jan./mar. 2014.

NETO, Francisco dos Santos; MEDEIROS, Mônica de Melo; PAIXÃO, David William Queiroz. **Serviço Social e Direitos da Comunidade LGBT: notas introdutórias sobre as possibilidades interventivas de combate à violência de gênero nas escolas**. VIII Jornada Internacional Políticas Públicas. Maranhão, 2017.

ORGANIZAÇÃO Internacional do Trabalho. **Promoção dos Direitos Humanos de Pessoas LGBT no Mundo do Trabalho**. Brasil. 2015.

RONCON, Pablo Cardozo; SODRÉ, Francis; RODRIGUES, Alexsandro; BARROS, Maria Elizabeth Barros de; WANDEKOKEN, Kallen Dettmann. **Desafios enfrentados por pessoas trans para acessar o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde**. 2019.

SILVA, Leonidas Leal da. **Avaliação da Atuação do Serviço Social na ONG Movimento Gay Leões do Norte e Centro de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia Leões do Norte**. 2015.

VIANNA, Cláudia Pereira. **O Movimento LGBT e as Políticas de Educação de Gênero e Diversidade Sexual: perdas, ganhos e desafios**. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 791-806, jul./set. 2015.

CAPÍTULO 6

O CINEMA NEORREALISTA COMO DOCUMENTAÇÃO DA CIDADE

Fernando dos Santos Calvetti
Sofia Bueno da Silva

RESUMO

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa maior em andamento e analisa relações entre a importância e o papel das paisagens na produção dos cinemas de vanguarda no Pós II Guerra europeu. Restringimos nossa análise a partir de exemplos de um dos seus principais exportadores cinematográficos, a saber, o neorealismo italiano, principalmente a partir da obra de Federico Fellini. Para tanto, estrutura-se uma revisão discutindo o cinema como documentação histórica e cultural, e sua relação com a produção do espaço. O interesse converge especialmente na questão ideológica desse movimento, inserido num contexto de modernidade artística e social típica das vanguardas dos séculos XIX e XX. Ainda se pretende uma discussão, de forma complementar, à representação da arquitetura e da cidade, formadores das paisagens utilizadas nessas obras. Ao fim, se estabelecerão paralelos entre a produção italiana, a reconstrução daquela sociedade pós-guerra, e o ideário moderno.

PALAVRAS-CHAVE: Cinema, Paisagem, Arquitetura, Modernismo.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute as relações desde o cinema como documento para a análise da paisagem e, conseqüentemente, da representação e produção do espaço urbano, até seu impacto na percepção e entendimento deste mesmo espaço. O estopim da presente discussão parte do pressuposto da construção da atual conjuntura, onde o audiovisual vem cada vez mais se tornando, além de entretenimento, um meio de transmissão de informação e conhecimento mais acessível, de maior alcance para todos os grupos sociais, de maneira geral. Assim, as produções cinematográficas aparecem como alternativa para entender a paisagem e sua relação com a organização e construção da sociedade.

Do ponto de vista puramente ideológico, há de se ressaltar a transformação do viés do cinema italiano a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Se, como afirma Sabadin (2018, p.35), o cinema europeu no segundo quarto do século XX se configura como uma máquina de propaganda poderosa para as ideologias então presentes (vide a frase estruturada no estúdio CineCittà em Roma, “O cinema é a arma mais poderosa”), o fim da Guerra representa também uma ruptura ideológica naquelas sociedades. Dos filmes com estética maniqueísta e heróis como representação extrema dos valores da sociedade, se parte com os novos cineastas para representações mais cruas da sociedade que tenta emergir dos escombros do conflito.

Mudanças de representação da cidade e da sociedade não são restritas à produção audiovisual. Em sua obra, Coelho (2014, p.50) discorre que, ao decorrer da história da arquitetura, inúmeros estudiosos tentaram estabelecer sua conceituação e a padronização de seu objeto de estudo, no caso, a cidade. Considera-se igualmente o entendimento de Perretó sobre um sentido mais amplo da arquitetura, como "a arte de organizar o espaço que se exprime através da construção" (PERRETÓ, 2000, p.19). A partir dessa colocação, torna-se relevante a compreensão de como esse espaço é construído, configurado e representado.

É pertinente reforçar que o espaço discutido no presente trabalho é o urbano, em potencial no contexto do movimento moderno no século XX. Portanto, propõe-se uma discussão mais pontual, dada a complexidade da conjuntura escolhida, descrita por Charney; Scawarts como "A era que institui o movimento, a velocidade, a fugacidade da experiência" (CHARNEY;SCAWRTS, 1995, p.449).

Um dos objetivos desta pesquisa é verificar como se dá a representação desse recorte da paisagem através das produções cinematográficas - que coincidentemente nasce no período moderno – com ênfase no Neorealismo Italiano e nas produções cinematográficas de Frederico Fellini, o qual busca em suas obras retratar a experiência urbana como protagonista, evidenciando ainda mais o objetivo de reafirmar o cinema como meio de produção de documento histórico e sociocultural.

Ainda se evidencia a pertinência deste trabalho ao almejar compreender, o cinema visto como um meio de aprendizagem, atentando-se ao que é visto no filme e a interpretação do cenário – considerado aqui como a paisagem - feita pelo telespectador e quais informações, como repertório cultural, ele(a) pode absorver dessa interpretação ao decorrer do filme.

A partir da metodologia da revisão teórica, finalmente se buscará estabelecer o entendimento do cinema e suas produções como documento histórico e cultural válido, já que vem se tornando cada vez mais comumente a utilização desses em sala de aula, como veículo de informação audiovisual, com o intuito de enriquecer o aprendizado de uma determinada conjuntura, um recorte da paisagem e o foco deste trabalho, a construção e modificação do espaço a partir de ações antropológicas.

CONTEXTO HISTÓRICO ITALIANO

No estopim da Segunda Grande Guerra mundial – onde o governo já pertencia a Mussolini – as produções cinematográficas que de fato ganhavam espaço na sociedade e instigavam os telespectadores, eram em sua maioria norte-americanas, conhecidas

popularmente como filmes de Hollywood. Nessas produções o enredo, na grande maioria das vezes, era direcionado para finais agradáveis e com solução para o conflito posto em cena, o que era muito contraditório com a realidade da vida dos italianos. Kreutz (2018, n.p)

O contexto cinematográfico passou a mudar já no final da Segunda Grande Guerra junto ao fim do governo Mussolini com a chegada do Neorealismo. O episódio da morte violenta do ditador fascista italiano em 1945 é um dos indícios do que levou a mudança temática dos filmes para algo mais voltado a realidade cotidiana. Kreutz (2018,n.p)

A decadência desse fazer cinematográfico mais próximo à vida real do telespectador foi bem precoce, já em 1950, uma vez que a demonstração dessa vida real, enfatizando muitas vezes a o declínio principalmente econômico do país, causava uma enorme ansiedade nos cidadãos por uma rápida mudança, gerando todo um descontentamento. Portanto, o entretenimento voltou a dirigido as produções de Hollywood. Kreutz (2018, n.p)

É válido ressaltar que o neorealismo, mesmo que de forma indireta foi reprimido pelas autoridades, que por sua vez, acreditavam que a situação desfavorável a qual se encontrava o país, não deveria ser tida como um entretenimento de acesso público. Kreutz (2018, n.p)

O SURIMENTO DO CINEMA SIMULTÂNEO AO DO ESPAÇO URBANO

VELOSO (2007) cita em seu artigo que “para o cineasta Wim Wenders (1992) o cinema é uma arte urbana, que se expandiu com as grandes metrópoles do mundo do século XIX” (p.448), como reflexo da velocidade e intensidade do crescimento das cidades. Com isso, pode-se dizer que ambos foram ganhando espaço simultaneamente, sendo a produção cinematográfica uma forma de contar a formação e transformação do espaço urbano. Veloso; Murad (2007, p.448))

Nos primórdios da invenção dos primeiros filmes, o enredo não era, na sua grande maioria, sobre contar histórias, mas segundo (COSTA, 1995, p.449)), se tratava de “uma mostra de série de vistas não lineares e de trazer para o espectador um certo tipo experimentação e aprendizagem da movimentada modernidade”. Veloso; Murad (2007, p.449)

A REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO URBANO A PARTIR DO CINEMA

Em sua obra “A construção do sentido da arquitetura”, COELHO (2014) coloca que ao longo da história da arquitetura e do urbanismo, tentou-se por várias vertentes definir sua conceituação e seu objeto de estudo. Durante essa caminhada, a arquitetura foi associada a união

de estrutura, funcionalidade e significado, também a construção do belo e ainda como estuda da forma. Coelho (2014, p.17)

Depois de tentar ser conceituada por grandes nomes de estudiosos como Vitruvius, Alberti, Blondel, Nervi e até mesmo a Society of Historians of Architecture e a Société Centrale des Architectes, é com Augusto Perretó que a arquitetura é entendida a partir do Espaço – seu agora objeto de estudo – como a organização do espaço através da construção e a criação dele para que possa ser inserida a arquitetura. Coelho (2014, p.18)

CINEMA NO CONTEXTO DO MODERNISMO

Charney (2004) coloca que o cinema na era da modernidade como “um formador de uma nova experiência estética para um novo tipo de sociedade, se tornando um novo paradigma, relacionadas a uma sociedade que vivia intensamente as transformações da modernidade” (VELOSO; MURAD, 2007, p.449).

Charney (2004) também partilha da ideia de o cinema moderno ser um reflexo da rapidez com que a sociedade se mostrava a partir de fatores como o as revoluções industriais, crescimento do espaço urbano desordenado correlacionado com o aumento da população das cidades, o que impactava numa veiculação visual muito mais rápida e instantânea, levando o autor a conceituar o cinema como “a arte urbana que trata o movimento desse instante” (VELOSO; MURAD, 2007, p.449).

O NEORREALISMO ITALIANO

Com seu estopim a partir de 1940, o movimento do Neorealismo Italiano no contexto do cinema, tem como atributo o olhar direcionado à classe trabalhadora, além de suas filmagens terem sido feitas com recurso limitado. Dentro dessa esfera maior da classe trabalhadora, retratava-se o reflexo do pós-Segunda Guerra mundial – década de 40- nos âmbitos sociais e econômicos. Com um olhar mais cuidadoso, as produções buscavam retratar a real condição de vida e a situações de desigualdade que os italianos vinham enfrentando. Kreutz (2018, n.p)

É oportuno entender que a característica das filmagens transmitirem uma sensação de proximidade à realidade, é justamente por elas terem sido capturadas não em cenários fictícios, mas de fato no espaço urbano, em ruas, sob iluminação natural e algumas vezes até mesmo com atores amadores que estavam por perto, ressaltando a tentativa de mirar para a população italiana marginalizada. E toda essa dinâmica da produção das imagens se deu a partir de um episódio onde o “Cinecittà”, estúdio cinematográfico italiano sofreu um ataque por autoria

daqueles que neste contexto histórico se posicionavam contra Benito Mussolini. Kreutz (2018, n.p)

FELLINI

Como exemplo de uma produção cinematográfica que tem como personagem principal a cidade e seus componentes, a presente análise se direciona para “Roma de Fellini” (1972) de Frederico Fellini. O longa-metragem, segundo (COSTA, 1995, p.448), é uma “experimentação descontínua dos espaços”, ainda chamada pela mesma de “cidade-fílmica de Felliniana”. Veloso; Murad (2007, p.448)

No enredo, o cineasta observa de maneira quase que sempre subjetiva – segundo Fellini, a subjetividade permite que o relato que a cidade seja mais verdadeiro e universal, desde os moradores até os elementos arquitetônicos da cidade de Roma, portanto, a Roma retratada, diferente da que geralmente se conhece nos cartões-postais os quais dão valor apenas a lugares e visuais pontuais consideradas mais belos e atrativos, é uma Roma mais humanizada, às vezes crítica, às vezes poética, mas que abrange toda sua extensão, sem aceção de zonas periféricas e até mesmo subterrâneas, propondo uma experimentação muito rica para o conhecimento do espaço da capital italiana, sua compreensão, disposição e funcionamento. Diante disso, há a indicação de que o Neorrealismo foi uma espécie de pilar para o cinema moderno. Veloso; Murad (2007, p.449)

ANÁLISE DAS PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS COMO DOCUMENTO HISTÓRICO E COMPREENSÃO DO ESPAÇO

“O cinema é o espelho adequado das cidades do século XX e dos homens que aí vivem. Mais que outras artes, o cinema é um documento histórico do nosso tempo. Esta que chamamos de sétima arte é capaz, como nenhuma outra arte, de apreender a essência das coisas, de captar a ambiência e os fatos do seu tempo, de exprimir suas esperanças, suas angústias e seus desejos numa linguagem universalmente compreensível. O cinema é também diversão, e a “diversão” é, por excelência, uma necessidade do cidadão: a cidade teve que inventar o cinema para não morrer de tédio.” (WENDERS, 1992, p.131)

Isto posto, é possível considerar o cinema como um meio de produção artístico que não se limita apenas ao entretenimento de massas. Principalmente no recorte contextual do presente trabalho, o cinema aparece como uma forma de registro não só da realidade da conjuntura do pós-guerra europeu, mas da construção do espaço a partir do movimento modernista que tomava conta do cenário urbano.

Com ênfase no estudo da arquitetura e do urbanismo, onde o espaço é o objeto de estudo, em algumas situações o recurso bibliográfico não é suficiente para transmitir o conhecimento

necessário acerca de alguma linguagem arquitetônica, por exemplo. Por conseguinte, faz-se necessário algo visual, que conecte informações escritas com o campo dos sentidos humanos – neste caso a visão- para o entendimento completo daquilo que se pretende em sala de aula tanto para aprendizagem, quanto para conscientização social dos estudantes a respeito de certo contexto.

Quando se observa as obras cinematográficas do período Neorrealista, é intrínseco sua associação a uma documentação histórica e cultural de um período crucial para o entendimento do hoje, da modernidade e do que foi a gênese da organização do espaço urbano. Isso justamente pelo seu caráter tão fiel a realidade, que passeia pela cidade registrando de maneira tão humanizada as ruas, edificações, trânsito de pessoas e assim, e finalmente, como se dava a paisagem de quem vivenciou esse período da história.

A produção cinematográfica com o recurso audiovisual que apresenta, instiga o expectador a inconscientemente “estar” num espaço e “ver” uma paisagem que não é aquela que ele ocupa no presente momento. Por esses e tantas mais características do cinema, faz-se possível enxergá-lo como uma documentação de riqueza ímpar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho foi se percebendo a relevância das produções cinematográficas não só para o entendimento da construção do espaço, da paisagem, mas também como um meio de absorção de informações para repertório e que pode ser entendida como mais uma ferramenta eficiente no processo de aprendizagem. Também pela amplitude que essa análise gera, a pesquisa não se encerra neste presente texto. Ademais, é desejável que ela prossiga para o entendimento de novas áreas do conhecimento, dadas os benefícios histórico-culturais nela contidos.

REFERÊNCIAS

COELHO, Teixeira. *A construção do sentido na arquitetura*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 2014.

CHARNEY, Leo; SCAWARTS, R. Vanessa. *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, 1995.

COSTA, Flavia Cesário. *O primeiro cinema*. São Paulo, Ed. Scritta, 1995.

KREUTZ, Katia. *Neorrealismo Italiano*. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.aicinema.com.br/neorrealismo-italiano/>. Acesso em: 12 jul. 2022.

SABADIN, Celso. A história do cinema. São Paulo, Valenti, 2018.

VELOSO, Claudia; MURAD, Carlos. O Filme enquanto experiência urbana: A Roma fragmentária de Fellini, Universidade Federal do Rio de Janeiro – PROURB/UFRJ - 2007.

CAPÍTULO 7

ARQUITETURA BARROCA NO CEARÁ: ANÁLISE ARQUITETÔNICA DA IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DA EXPECTAÇÃO EM ICÓ-CE

Elisandra Bezerra da Silva
Jefferson Aleff Bezerra Batista
Raquel Ynaliv Lopes de Almeida
Rayanne Matos Marques Beserra

RESUMO

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Expectação, localizada no município de Icó, Ceará, Brasil, datada do século XVIII, ano de 1709, é considerada a construção mais antiga de Icó. A Igreja Matriz da Expectação integra um dos únicos conjuntos de obras no estilo barroco no Estado do Ceará, servindo como um exemplar de conservação histórica desse estilo no Brasil. O objetivo desta pesquisa é realizar a análise da temática arquitetônica desta edificação religiosa a partir do estudo de seus elementos arquitetônicos internos e externos, sejam esses decorativos ou estruturais. A metodologia consistiu em pesquisas bibliográficas com o intuito de familiarização com a temática, bem como registros fotográficos da igreja em questão, utilizando o método descritivo com ênfase nos métodos construtivos e elementos arquitetônicos das fachadas externas para o detalhamento do estudo de caso. Quanto à forma de abordagem dos dados coletados, a pesquisa se classifica como qualitativa, tendo os ambientes estudados como base para análise de dados e elaboração de conhecimentos. Com os resultados desta pesquisa pode-se verificar que a Igreja Matriz da Expectação apresenta, em sua maioria, elementos da arquitetura barroca do período colonial brasileiro. Essa obra conserva o relato de uma sociedade, refletindo a história do período colonial e a cultura dos povos colonizadores, que contribuiu para o atual desenvolvimento local e faz parte do acervo das obras históricas mais antigas do Estado do Ceará. Dessa forma, acredita-se que este trabalho contribui para preservação do valor histórico da Igreja da Expectação.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura Barroca. Análise Arquitetônica. Igreja Matriz da Expectação.

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende analisar a aplicação da arte e arquitetura barroca no interior do estado do Ceará, mais precisamente na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Expectação em Icó-Ce. Enquanto parte integrante das pesquisas desenvolvidas no Grupo de Estudo em Arquitetura Sacra (GEAS) do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade São Francisco do Ceará (FASC), este trabalho se constitui como etapa inicial de uma pesquisa que visa o melhor entendimento acerca do estilo barroco encontrado em edificações religiosas a partir do estudo de seus elementos arquitetônicos, sejam esses decorativos ou estruturais.

O significado original de “barroco” deriva de “irregular, grotesco”, há um consenso geral que seu surgimento aconteceu em Roma em torno dos anos 1600. Entretanto, encontram-se contradições quanto ao impulso gerador de sua formação, visto que são observadas em obras barrocas nuances do período anterior denominado contrarreforma, ocorrida principalmente na Inglaterra. Porém, por volta de 1600 a contrarreforma já havia encerrado o seu trabalho, deixando assim o título de percussora da arquitetura barroca a Roma (JANSON, 2009, p.61).

Ao mesmo tempo em que a arquitetura barroca tomava o impulso de seu desenvolvimento em Roma, o mundo era cercado por uma mudança, na qual a religião se tornou uma necessidade mercantil, através de interesses de comércio por colonizadores e colonizados. Quando o processo do barroco estava chegando ao fim na Itália, a fé católica conduziu o movimento ao Brasil no início do século XVIII. Portanto, o movimento barroco no Brasil está diretamente relacionado à religião, fato que faz com que a maioria das edificações construídas no período sejam igrejas (BAETA, 2010, p.74).

O templo religioso tornou-se a construção mais importante das cidades brasileiras, sendo quase sempre localizado no centro e servindo como ponto de apoio para a população e para as outras edificações. Portanto, é possível notar a importância da influência das ordens religiosas no processo de surgimento dos primeiros núcleos urbanos, onde a implantação de uma capela em um terreno qualquer, na grande maioria das vezes, deu origem às aldeias e vilas e que com o crescimento da população, tornaram-se cidades. Essas antigas capelas, com o passar do tempo, transformaram-se em igrejas matriz (JANSON, 2009, p.61).

Posto isto, o objetivo geral estabelecido para esta pesquisa foi analisar o estilo barroco presente na arquitetura da igreja matriz de Nossa Senhora da Expectação localizada no conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Icó-Ce. Para tanto, os procedimentos metodológicos adotados consistem em pesquisas bibliográficas com o intuito de familiarização com a temática, bem como registros fotográficos da igreja em questão, utilizando o método descritivo com ênfase nos métodos construtivos e elementos arquitetônicos das fachadas externas para o detalhamento do estudo de caso. Quanto à forma de abordagem dos dados coletados, a pesquisa se classifica como qualitativa, tendo os ambientes estudados como base para análise de dados e elaboração de conhecimentos.

OS PRIMÓRDIOS DO BARROCO EUROPEU

Chamamos de barroco o período cultural que vai desde o fim do século XVI, próximo ao encerramento do Concílio de Trento, até meados do século XVIII na Europa (com a eclosão

de eventos gestados pela Revolução Francesa). Na América Latina, a fase final do barroco funde-se ao Rococó, quando ocorre a retomada dos ideais clássicos (CONTI, 1986, p.19).

A arte barroca manteve um vínculo mais estreito com países católicos e com características feudais e rurais (Espanha e Alemanha Meridional). Aqueles que eram protestantes ou até mesmo católicos, no entanto, com uma política religiosa mais independente (França), ou que apresentavam indícios de serem mais industrializados (Inglaterra) tiveram um vínculo menor com o barroco (GOMES, 2013, p.21).

Portanto, um dos motivos para o barroco religioso ser mais forte nos países alinhados a Roma seja o fato de eles terem assumido a empreitada pela defesa da fé católica e irem contra a ação da reforma protestante.

A arte barroca que primeiramente se supõe ser religiosa tomou também dimensões claramente políticas, urbanas e sociais, dando destaque não apenas às igrejas, mas também nos palácios da realeza e da aristocracia, símbolos da nobreza francesa.

Nesse sentido, o barroco nasce como estilo caracterizado pela exuberância das formas e pela pompa ornamental. Este estilo artístico serviu para a reafirmação do poder da Igreja no mundo, bem como para a consolidação das monarquias europeias. É importante destacar que o barroco surgiu com uma motivação religiosa, com o propósito de encantar os fiéis e reconquistá-los para a fé católica. Posteriormente, o barroco tornou-se uma arte urbana, um instrumento das monarquias para a consolidação de seu poder. Desse modo, compreendemos o barroco como uma arte política e religiosa. (BARBOZA FILHO, 2006, p.34).

O barroco foi o meio pelo qual se evidenciou a valorização do espiritual em detrimento do efêmero e do fugaz. A ostentação dourada do barroco era um anúncio dos bens celestes que não se corrompiam. A pobreza religiosa das ordens mendicantes, especialmente a franciscana, desse modo, não se chocava com tal fausto decorativo, pois o seu fim era a glória de Deus e a salvação do homem. E as ordens seculares foram patrocinadoras de muitas igrejas. (GOMES, 2013, p.21).

A INFLUÊNCIA DO ESTILO BARROCO NAS CONSTRUÇÕES RELIGIOSAS

O barroco era bem acolhido e propagava rapidamente os aspectos culturais, religiosos e políticos, gerando construções bastante complexas, principalmente os edifícios religiosos. Há uma abundância de imagens, de cores, de detalhes e de movimentos, na qual o brilho ofuscante do ouro e o excesso inebriante de imagens de Cristo, da Virgem e dos santos prevalecem. Isto faz com que a contemplação de um prédio religioso no estilo barroco possa parecer uma

atividade fatigante, pois todos os sentidos são utilizados para apreender a mensagem transmitida (GOMES, 2013, p.21).

Há uma busca da profundidade por meio da aparência, existe um movimento do interior ao exterior. O interesse do barroco é mostrar que há uma harmonia superior que integra a desarmonia e a dor. Integrar a dor em nosso entendimento é: legitimar que é possível conhecer as leis da natureza sem profanar o mistério da divindade e ser racionalista sem suplantar a fé. Bem como defender a estabilidade da política, sem identificá-la com uma panaceia miraculosa, além de denunciar a fugacidade do tempo e da vida sem renegar a necessidade de viver bem e de criar valores (MAFFESOLI, 1996, p.23).

Uma das características intrínsecas da alma barroca é a conjunção dos componentes plásticos com o espaço e com a luz, serviçal de uma ideia, com o escopo de transmitir uma mensagem. Propicia-se um encontro do espírito com a divindade por meio da arquitetura, da expressividade das imagens, do fausto da decoração, do estarrecimento cenográfico e da sublimidade musical, principalmente a do órgão (GOMES, 2013, p.22).

A arquitetura barroca se impunha pela suntuosidade, perceptível tanto no interior como no exterior das edificações. As pequenas igrejas concentram essa magnificência em aspectos experimentais, emocionais e simbólicos. Os edifícios destacam-se pela sua expressão ornamental, pela combinação e profusão da decoração plástica e arquitetônica e pela cor (CAMACHO, 1997, p.15).

Os entabulamentos, remate da estrutura mural, em vez de continuarem retos, curvam-se, deslocam-se ou degeneram em formas contrárias a sua própria forma e os frontões abrem-se oferecendo as maiores fantasias. A parede adquire significado dinâmico, através de um rico repertório de formas côncavo-convexas (CAMACHO, 1997, p.15).

A ideia de “contínuo espacial” é fundamental na cenografia teatral, onde se procura a união entre espaço em perspectiva do cenário e o espaço real do auditório. De um modo geral, é evidente a ligação da cultura barroca ao teatro; a Igreja reforça a teatralidade das funções litúrgicas, e as celebrações, religiosas e profanas, requerem montagens espetaculares, com grandiosas decorações onde apesar do caráter efêmero, colaboravam os artistas de maior destaque (GOMES, 2013, p.22).

Nesse sentido, é possível perceber como as características da arquitetura barroca modificaram a forma de construção dos templos religiosos, sejam eles nas grandes capitais ou nos pequenos vilarejos.

ARQUITETURA BARROCA NO CEARÁ

Na Europa, o barroco é conhecido tanto pelas obras religiosas e sacras, quanto pelas construções de palácios e pelos projetos urbanísticos. Em terras brasileiras, peculiarmente, não se deu destaque a nenhuma obra barroca profana, mas aqui esta é uma arte eminentemente religiosa e monumental.

O estilo barroco desenvolveu-se no Brasil durante o século XVIII, quando artistas europeus já tinham abandonado esse estilo e retornado aos modelos clássicos. A religiosidade teve papel fundamental nesse estilo em outros lugares do mundo, e no Brasil não foi diferente. São inúmeras igrejas construídas com características barrocas. As realizações barrocas brasileiras encontraram na arquitetura religiosa sua expressão maior. Os primeiros edifícios sagrados em solo brasileiro foram erguidos em aldeias nas quais o tamanho da população já era suficiente para justificar a presença da obra. Esses foram os casos de Olinda e Salvador. No início, os missionários se preocupavam com a durabilidade e solidez dos prédios, preferindo construir em alvenaria. Porém, quando não era possível, utilizavam a lama e o adobe (PROENÇA, 2003, p.28).

O barroco brasileiro se desenvolveu de formas diversas em algumas regiões. Aquelas que detinham riquezas em consequência do comércio de açúcar e mineração possuíam uma arquitetura trabalhada em madeira e as talhas recobertas por finas camadas de ouro, com uma decoração intensa. São exemplos dessa marca construções no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Bahia (PROENÇA, 2003, p.28).

O “barroquismo” das igrejas cearenses sempre se cingiu ao eventual emprego de restrito vocabulário convencional específico nos exteriores das igrejas, ornatos epidérmicos (volutas, coruchéus, óculos e arcos abatidos), muitos deles de ascendência rococó, transcritos de igrejas pernambucanas ou, mais raro, baianas, posto que acolhidos em pleno século XIX. Os retábulos são simplíssimos e poucos, muito poucos aqueles dourados a ouro. Compostos segundo sentimento oitocentista, mostram colunas, nicho e trono que valorizam a linearidade decorativa, na verdade, refletindo ecos populares embutidos em mensagens já neoclássicas (MELLO JÚNIOR, 1988, p. 28).

Salvo algumas referências pontuais, não se podem, entretanto, rigorosamente filiar todas as igrejas cearenses às obras barrocas, quer pela concepção geral, quer pela forma exterior e, menos ainda, por seus interiores, seja nos espaços, seja na decoração, já condizentes com o posterior ciclo artístico em que foram concluídas (MELLO JÚNIOR, 1988, p. 28).

Quase todas as igrejas cearenses iniciadas no século XVIII permaneceram inacabadas durante aquele período, tendo sido concluídas durante a centúria seguinte, quando sopravam novos ventos estéticos. Além do mais, embora guardassem nas fachadas traços de um barroco sertanejo, muitas delas tiveram seus espaços alterados por introdução de arcaria interna, por influência do plano da matriz da Capital, elevada em 1854 à alta posição de Sé Diocesana (MELLO JÚNIOR, 1988, p. 30).

Filiam-se a essas expressões formais mistas a Sé sobralense de Nossa Senhora da Conceição da Caiçara, cujo frontispício é o mais elegante do Ceará, e a igreja do Menino Deus, na mesma cidade; as igrejas icoenses (Matriz da Expectação, Bonfim, Rosário e Conceição do Monte); as igrejas do Rosário e dos Prazeres, no Aracati; as matrizes do Rosário, no Tauá (com nave coberta por uma abóbada de berço), de São José, na Granja e no Aquirás (esta com a fachada de frente em ressaltado poligonal), da Palma, em Baturité, de Santo Antônio, no Quixeramobim (MELLO JÚNIOR, 1988, p. 30).

CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÔNICA

A igreja Matriz da Expectação integra um dos únicos conjuntos de obras no estilo barroco no estado do Ceará, servindo como um exemplar de conservação histórica desse estilo no Brasil. Outros exemplos que podem ser citados, quando se observam as igrejas cearenses, são as igrejas de Nossa Senhora da Conceição e de Nosso Senhor do Bonfim, também localizadas em Icó. Todas essas igrejas citadas possuem a mesma assimetria de composição nas fachadas, proporção do escalonamento formado pelo campanário e frontões centrais e laterais bastante próximos (MONTEIRO, 2015, p.20).

Quase todas as igrejas no Ceará construídas no século XVIII não foram concluídas até o século seguinte. Apesar das fachadas dessas igrejas apresentarem características barrocas, muitas tiveram aberturas em formato de arco em seu interior, seguindo a influência da Igreja da Sé, em Fortaleza. A igreja da Expectação é umas das que apresentam tais características (CASTRO, 2013, p. 61).

A fachada principal da Igreja Matriz da Expectação é composta por uma única torre à sua esquerda, com sino, base octogonal e terminação piramidal, também octogonal. As três portas principais, correspondentes à nave central, são almofadadas e as superiores são guarnecidas por balcões de ferro e os vãos das portas principais possuem arco abatido (Figura 1). Os frontões do corpo central e da área correspondente à circulação lateral direita são

triangulares, com cimalkhas encurvadas e alteadas, volutas e coruchéus diversos. Na verga da porta principal há uma inscrição datada de 1785 (Figura 2) (JUCÁ NETO, 2012, p.26).

Figura 1: Fachada principal da igreja.



Fonte: Autoria própria, 2022.

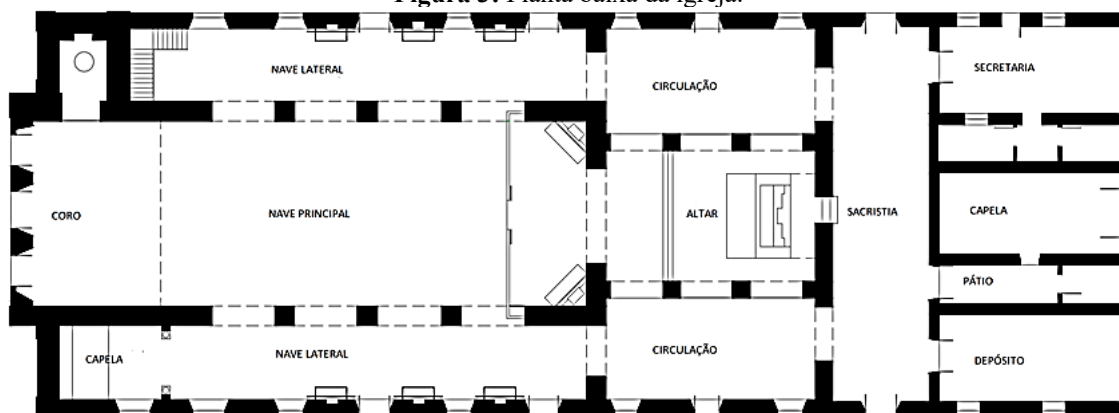
Figura 2: Detalhe da porta principal.



Fonte: Autoria própria, 2022.

A disposição interna dos ambientes da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Expectação acontece de maneira linear, na parte inicial do templo religioso encontramos uma nave principal, com bancos de madeira voltados para o altar-mor, uma área elevada onde geralmente ficam os músicos do coral e uma capela lateral destinada ao batismo dos fiéis, denominada de batistério. As duas naves laterais são separadas da nave principal por quatro aberturas em arco, além de portas e janelas que dão acesso ao exterior. Nas extensões da Igreja localiza-se o altar-mor. Por trás do altar-mor tem-se a sacristia, por onde são acessados internamente outros ambientes da igreja, como a secretaria, onde são agendados batizados e casamentos, a capela e um depósito que guarda utensílios históricos utilizados nas celebrações (Figura 3).

Figura 3: Planta baixa da igreja.



Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2018.

O coro, construído em madeira, fica localizado logo na entrada da nave principal (Figura 4), com acesso por meio de uma escada, também em madeira, na nave lateral esquerda, onde

também fica localizada a torre sineira, com quatro sinos, um em cada face, além de um relógio em algarismos romanos (Figura 5).

Figura 4: Localização do Coro.



Fonte: Autoria própria, 2022.

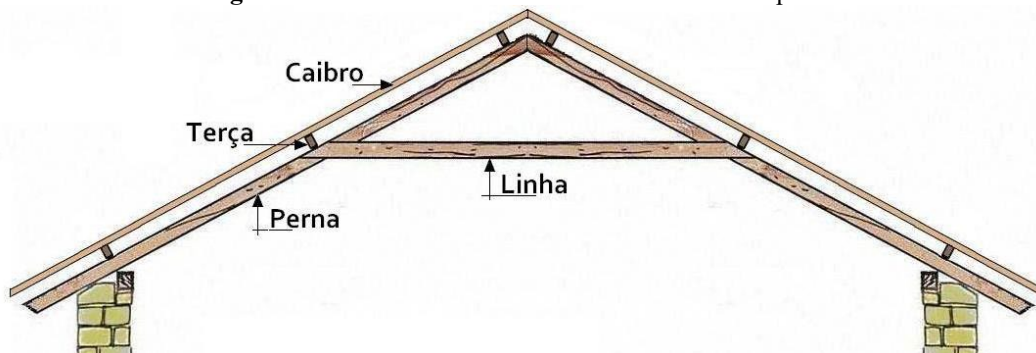
Figura 5: Torre sineira com relógio.



Fonte: Autoria própria, 2022.

Na estrutura da cobertura foi identificada a utilização da madeira, com função estrutural de sustentar o peso das telhas, que por sua vez são de cerâmica de capa e canal, também podendo adotar a denominação telha colonial (COLIN, 2010.), apresentam formato irregular, variando o seu tamanho. Ao analisar o local, chegou-se à conclusão de que as tesouras utilizadas são do tipo linha suspensa (Figura 6).

Figura 6: Detalhe construtivo da tesoura de linha suspensa.



Fonte: Colin, 2010.

A Igreja da Expectação tem um dos mais ricos exemplares da arte sacra barroca do estado do Ceará, podendo ser considerado como raridade. As imagens são originais do século XVIII e encontram-se distribuídas em nichos nas paredes (Figura 7). Todo o seu altar-mor foi feito com madeira, constituindo-se uma verdadeira obra de arte, datada do século XIX (Figura 8).

Figura 7: Imagem barroca do século XVIII.



Fonte: Autoria própria, 2022.

Figura 8: Detalhes do altar-mor.



Fonte: Autoria própria, 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os itens apresentados sobre a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Expectação em Icó-Ce, verifica-se que a obra faz parte do estilo arquitetônico barroco, apresentando elementos arquitetônicos que correspondem à época e ao estilo desenvolvido em território brasileiro. A fachada homogênea, portada principal encimada por frontões, e o uso de uma torre sineira com relógio são alguns dos elementos que refletem a influência que a colonização açoriana trouxe dos estilos arquitetônicos da Ilha dos Açores e de Portugal, mas aplicadas ao contexto brasileiro.

Para uma edificação com mais de 300 (trezentos) anos de história, pode-se considerar que a Igreja Nossa Senhora da Expectação está em excelente estado de conservação, prova de que o processo de tombamento de um bem histórico pelo IPHAN traz resultados concretos no tocante a preservação da memória e cultura de toda uma comunidade. Assim, pode-se afirmar que a história desse bem tão valioso para a população icoense será transmitida as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

BAETA, R. E. *O Barroco, a arquitetura e a cidade nos séculos XVII e XVIII*. online. Salvador: EDUFBA: SciELO Books, 2010. 368 p.

BARBOZA FILHO, R. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1-2 jan./dez. 2006.

CAMACHO, R. **O melhor da arte Barroca**. Lisboa: G&Z Edições, 1997.

CASTRO, J. L. de. **Arquitetura no Ceará: O século XIX e algumas antecedências**. Instituto do Ceará, Fortaleza, p.1-62, 2013.

COLIN, S. **Técnicas Construtivas do Período Colonial**. IMPHIC – Instituto Histórico. 46 p.

CONTI, F. **Como reconhecer a arte barroca**. São Paulo: Empresa Gráfica Feirense, 1986.

GOMES, E. S. L. **A Catástrofe e o Imaginário dos sobreviventes: quando a imaginação molda o social**. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2013.

JANSON, H. W.; JANSON, A. F. **Iniciação à história da arte**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. 475 p.

JUCÁ NETO, C. R. **A urbanização do Ceara setecentista - As vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati**. Salvador: UFBA, 2012. 531 p.

MAFFESOLI, M. **No fundo das aparências**. Petrópolis: Vozes, 1996.

MELLO JÚNIOR, D. **Arquitetura imperial brasileira**. In: Rio Imperial. São Paulo: Sanbra, 1988.

MONTEIRO, L. **A Igreja de Almofala: aspetos históricos e de conservação**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, p.20-33, 2015.

PROENÇA, G. **História da Arte**. 16. ed. São Paulo: Ática, 2003. 270 p.

CAPÍTULO 8

VIOLAÇÃO DE DIREITO À PESSOA IDOSA: PRINCIPAIS DEMANDAS IDENTIFICADAS NA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS DE LAGES - SANTA CATARINA

Juliete Aparacida Manchein Odorizzi
Audrilara Arruda Rodrigues Campos

RESUMO

O referido artigo é proveniente da pesquisa que aconteceu no âmbito do Ministério Público de Santa Catarina, especificamente na Promotoria de Justiça de Cidadania e Direitos Fundamentais de Lages, com o objetivo de identificar as demandas registradas em relação às violações de direitos à pessoa idosa, tendo como recorte temporal de março de 2019 a fevereiro de 2021, período anterior e subsequente à pandemia do Novo Coronavírus. Faz-se necessário abordar que as violações de direitos aos idosos é um problema social agravante, dado isso, é indispensável a discussão e reflexão em torno deste, com o propósito de fundamentar e problematizar as demandas sociais desse público na sociedade. Trata-se de uma pesquisa documental, bibliográfica, exploratória e qualitativa. A pesquisa levantou dados de 100% dos procedimentos registrados de acordo com o recorte temporal, totalizando 138 procedimentos. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva e análise de conteúdo. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos-CEP sob o parecer nº 4.950.681. Através deste estudo contata-se que a violação de direito vivida por idosos por convivência com familiar usuário de substâncias psicoativas, por vezes a família foi negligenciada pelo Estado, mediante as desigualdades sociais que são naturalizadas nas manifestações de pobreza, miséria e discriminação, por consequência o acesso as drogas lícitas e ilícitas e diversos outros âmbitos que levam a família não prover em seu meio os cuidados necessários a pessoa idosa. Desta forma, o Ministério Público é o impulsionador da adequação das diretrizes legais, na busca da efetivação dos direitos e rompimento com as diversas violações que os idosos vivenciam constantemente.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoa Idosa; Violação de Direitos; Promotoria de Justiça.

INTRODUÇÃO

Abordar sobre as violações de direitos a pessoa idosa, é de suma importância e necessária, pois trata-se de um problema social agravante. Portanto, é indispensável a produção de informações que possam proporcionar debates e reflexões críticas que contribuam para o desenvolvimento de práticas cujo objetivo seja a transformação social desse contexto.

A população idosa apresenta gradativo crescimento, de acordo com Prizé *et al* (2019) em 2043 aproximadamente um quarto da população brasileira será desse público. Diante do elevado envelhecimento da população, espera-se que a pessoa idosa possa viver em condições de vida digna. Se por um lado o crescimento no envelhecimento da população pode ser

considerado um êxito, também, torna-se um desafio em virtude das possíveis demandas sociais, econômicas e políticas.

Diante dessas possíveis demandas, são necessárias ferramentas que garantam a proteção da pessoa idosa. Conforme a Lei 10.741 que se refere ao Estatuto do Idoso, de acordo com o art. 2º, “o idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral [...]” (BRASIL, 2003). Sendo assim, assegura-se por meio desta legislação todos os direitos constitucionais.

A violação de direitos em relação a esse público é um fenômeno persistente devido ao envelhecimento ser acompanhado por situação de risco e negligência. Dado isso, quando a estrutura social e familiar, a qual a pessoa idosa está inserida não lhe garantem e/ou violam o acesso aos direitos fundamentais, é dever também do Estado promover a proteção em todos os âmbitos.

Como entidade pública, o Ministério Público atua na efetivação dos direitos garantidos nas legislações. Ante o exposto, a pesquisa teve como objeto de estudo, a partir da Promotoria de Justiça de Direitos Humanos e Fundamentais da Comarca de Lages/SC, coletar informações de modo a propiciar dados quantitativos e qualitativos relacionados às demandas destinadas a esse órgão relativas ao direito de cidadania da pessoa idosa.

Devido a pandemia do Novo Coronavírus expressa-se agravantes nas questões sociais e econômicas, identifica-se a oportunidade e relevância de aprofundar por meio da pesquisa documental, os dados da situação anterior a pandemia em comparativo com o contexto atual, delimitando as três violações e maior incidência, nos respectivos períodos.

A relevância social deste estudo se associa ao fato de ampliar a discussão a partir das demandas identificadas neste estudo, com a formulação de programas, projetos e/ou políticas públicas que visam oportunizar a promoção de cuidados e condições que garantam qualidade de vida da pessoa idosa no gozo de seus direitos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse tópico, serão apresentadas teorias que estão relacionados ao tema proposto pela pesquisa, sendo as concepções da perspectiva de proteção social, contextualizando o processo de envelhecimento e a garantia de direito dos idosos.

CONCEPÇÕES DA PERSPECTIVA DE PROTEÇÃO SOCIAL

O processo histórico nas garantias de direitos da pessoa idosa começa a ser considerado por volta dos anos 40 partindo da era Vargas, com a introdução da legislação social trabalhista e previdenciária que ocorreu mediante lutas de classe, a fim de regulamentação e garantias aos trabalhadores. (SILVA, YASBECK, 2014)

A partir de então, também se volta o olhar para o futuro desses trabalhadores. Pode-se considerar que, a partir dessa perspectiva de ‘preocupar-se’ com o futuro desses trabalhadores, fala-se de ‘preocupar-se’ com o envelhecimento.

Desde a década de 30, em relação as políticas sociais, a Constituição Federal de 1988, foi o grande marco no processo de estruturação de Proteção Social, dela advém os princípios norteadores das Políticas Públicas e Sociais, incluindo as Políticas de Proteção à pessoa idosa.

IDOSOS E A GARANTIA DE DIREITOS

Ao abordar sobre Direitos garantidos, logo entende-se que se submete às leis. Para a compreensão dos direitos da pessoa idosa que visam a proteção integral para as condições de uma vida digna, fundamenta-se nas legislações da Política Nacional do Idoso, através da Lei nº 8. 842, de 4 de janeiro de 1994, que tem por “objetivo assegurar os direitos sociais do idoso” e pondera que é pessoa idosa maior de sessenta anos de idade (BRASIL, 1994).

Também, o Estatuto do Idoso, pela Lei nº 10. 741, de 1 de outubro de 2003, que é “destinado a regular os direitos assegurados” (BRASIL, 2003). Ou seja, assegurar os direitos fundamentais à pessoa idosa para a sobrevivência. Para isso, é atribuído no Estatuto do Idoso a quem compete as responsabilidades para a efetivação dos direitos, dentre os responsáveis está o Poder Público, o qual discorre-se a partir da instituição Pública – Ministério Público.

De acordo com a CF/88 em seu art. 127 o Ministério Público é uma “instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”, atuando como órgão de autoridade legal e responsável pela aplicação das leis, atua na garantia e efetivação de direitos de cidadania, sendo uma delas a proteção à pessoa idosa.

No Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003) o art. 2º refere que a pessoa idosa goza de todos os direitos fundamentais inerentes à qualquer outra pessoa humana, não havendo prejuízo da sua condição de proteção integral de que trata esta Lei, em condições de liberdade e dignidade.

Ainda, nessa legislação, está atribuído responsabilidades, ou seja, de quem deve assegurar esses direitos, o qual explana-se o porquê da intervenção do MP, pois se trata de uma das representações públicas que deve atuar no cumprimento da garantia dos direitos fundamentais a pessoa idosa. O art. 3º do Estatuto do Idoso aponta que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos fundamentais tais como “à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 2003).

Portanto, quando há indícios de e/ou violações de direitos, de acordo com o art. 74 do Estatuto do Idoso (BRASIL 2003), compete ao MP instaurar o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos e interesses difusos ou coletivos, individuais indisponíveis e individuais homogêneos do idoso; promover e acompanhar as ações de alimentos, de interdição total ou parcial, de designação de curador especial, em circunstâncias que justifiquem a medida e officiar em todos os feitos em que se discutam os direitos de idosos em condições de risco; atuar como substituto processual do idoso em situação de risco.

Ainda conforme o disposto no art. 43 desta lei; promover a revogação de instrumento procuratório do idoso, quando necessário ou o interesse público justificar; instaurar procedimento administrativo e, para instruí-lo: a) expedir notificações, colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado da pessoa notificada, requisitar condução coercitiva, inclusive pela Polícia Civil ou Militar; b) requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades municipais, estaduais e federais, da administração direta e indireta, bem como promover inspeções e diligências investigatórias; c) requisitar informações e documentos particulares de instituições privadas; instaurar sindicâncias, requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, para a apuração de ilícitos ou infrações às normas de proteção ao idoso; zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados ao idoso, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis e inspecionar as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas de que trata esta lei, adotando de pronto as medidas administrativas ou judiciais necessárias à remoção de irregularidades porventura verificadas.

Assim, o Ministério Público atua tanto judicial, quanto extrajudicialmente, de forma a proteger os direitos e interesses da pessoa idosa.

O ENVELHECIMENTO: CONTEXTUALIZANDO ESSA REALIDADE SOCIAL

Para refletir e compreender a importância e necessidade de intervenções institucionais – aqui tem-se o foco no Ministério Público, especificamente na Promotoria de Justiça de Direitos Humanos e Fundamentais da comarca de Lages/SC.

Ao abordar uma percepção mais ampla da realidade da pessoa idosa, Berzins; Giacomim; Camarano (2016) pontuam a preocupação contínua em relação ao envelhecimento e a necessidade de quando chega nessa fase da vida da garantia dos direitos fundamentais, pois é uma realidade social presente na sociedade brasileira na qual os idosos sofrem com o abandono causando consequências como a solidão, o adoecimento, e em consequência disso, afetando a saúde, a fragilização e em casos até mesmo sem vínculos familiares, o que acaba por ter um número expressivo da busca por inseri-los nas instituições de longa permanência “asilos”.

Para além dessa questão, Keske; Santos (2019) descrevem o envelhecimento como uma questão social, problematizam apontando a exclusão social nesse processo da vida. No contexto familiar, estes mesmos autores colocam que as violações de direitos à pessoa idosa ocorrem principalmente no ambiente familiar.

Os autores Paz; Melo; Soriano (2012) também discorrem sobre a não responsabilização da família com a pessoa idosa e como isso aponta para um número crescente da violação de direitos. Ainda, "estudos realizados nos últimos anos têm demonstrado que os maiores índices de violência e maus tratos se dão nas famílias" (2012, p. 59).

É importante destacar e refletir que, para além do âmbito familiar, a complexidade que envolve as violações está diretamente ligada a questões sociais, econômicas e políticas. De acordo com Silva *et al.* (2007) é necessário ter um olhar para todas as expressões da questão social manifestadas pelo envelhecimento, sendo estas de natureza socioeconômica, previdenciária, familiar e outras, também no contexto de violência e os maus-tratos. No caso da violência, este tem sido desafiador para o poder público, uma vez que envolve diversas condicionantes, relacionando-se com a estrutura e conjuntura social.

Por meio dessas discrepâncias, é essencial colocar a pessoa idosa ao seu lugar social, de modo que sejam superados os estigmas sociais e familiares, a fim de repensar o ‘modelo’ da inutilidade da pessoa idosa. Assim, os sistemas de proteção social são chamados a propiciar mecanismos legais que visem assegurar o bem-estar e a qualidade de vida na velhice.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A trajetória metodológica de estudos científicos requer, inicialmente, uma revisão de literatura. A extensa busca por fontes confiáveis possibilitou a determinação das perspectivas norteadoras do estudo.

Em termos definidores, do ponto de vista da sua natureza, o estudo se caracteriza como uma pesquisa aplicada. Quanto à forma de abordagem do problema, o estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, pois analisa informações a partir de dados quantificáveis.

Como pano de fundo teórico e metodológico utilizou-se o materialismo histórico dialético. Os tipos de pesquisa utilizados são a bibliográfica, exploratória, campo e documental.

Os participantes do estudo foram idosos com procedimento registrado na Promotoria de Justiça no período de março de 2019 a fevereiro de 2021. Foram acessados 100% dos procedimentos registrados totalizando 138. Considerando a Resolução nº 510/2016 que regulamenta o desenvolvimento de pesquisa com seres humanos no Brasil, o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos-CEP sob o parecer nº 4.950.681.

Os dados foram organizados em planilhas Excel e analisados por meio de estatística descritiva. Os resultados estão apresentados em formato de tabelas de modo a possibilitar melhor visualização dos elementos e categorias de análise.

Para uma melhor compreensão do tema pesquisado foi necessário realizar a análise dos dados coletados, e diante disto, aprimorar o conhecimento adquirido. Para tal compreensão é preciso refletir sobre a análise de conteúdo enquanto um conjunto de técnicas.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir dos resultados coletados na pesquisa, realizou-se a análise e problematização dos mesmos onde se elenca dados importantes e fundamentais para se refletir e debater em torno dessa temática, e em consequência disso, ponderar pautas necessárias e urgentes sob perspectiva de trabalhar a proteção desse público.

A tratativa dos dados realiza-se através de estatística descritiva e da análise de conteúdo. De março de 2019 a fevereiro de 2020, foram identificados, na Promotoria de Justiça de Cidadania e Direitos Fundamentais de Lages, 96 procedimentos que se referiam a violação de direito da pessoa idosa. Desse total, está em evidência na Tabela 1, que 75% se refere ao sexo feminino e 25% em relação ao masculino, já entre março de 2020 a fevereiro de 2021, ainda

percebe-se maior incidência em relação ao sexo feminino com 57,15%, mas também um aumento nas demandas em relação ao sexo masculino com 42,85%.

Tabela 1: Sexo.

Sexo	Março de 2019 a Fevereiro 2020	Março de 2020 a Fevereiro de 2021
	%	%
Feminino	75	57,15
Masculino	25	42,85

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Essa realidade não ocorre de forma isolada, está posta a conjuntura social e cultural que desencadeia a desigualdade de gênero presente em nossa sociedade.

Com a desigualdade de gênero entre homens e mulheres, produz e reproduz a exclusão social da mulher-idosa, pois, está intrinsecamente relacionado a atribuições de papéis na sociedade onde a concepção cultural patriarcal tem como prática a figura feminina como a provedora dos cuidados, da família, da casa, ou seja, vinculada a questão doméstica (DIAS *et al*, 2018).

A violação contra a mulher-idosa está fundamentada nas informações pautadas acima, é nessa premissa em que exprime a realidade onde se é para a mulher que é atribuído essa “tarefa” de cuidar, dos afazeres domésticos e demais responsabilidades da família, quando a mesma está em seu processo de envelhecimento, na fase idosa, que demanda de cuidados específicos, muitas vezes, pelas fragilidades de vínculos familiares, de saúde, entre outras que venham acarretar na sua independência física e emocional, quem cuida e protege a cuidadora? Isto é uma das questões permeadas no contexto das violações de direitos da pessoa idosa-mulher (DIAS *et al*, 2018).

Obviamente que aborda-se aqui os direitos da pessoa idosa na perspectiva de totalidade da demanda desse público, mas não pode-se deixar de apreender em torno de indicadores – como o sexo, o qual apresenta um debate relevante sobre a questão de gênero.

Com isso, destaca-se as três maiores violações identificadas nos dados coletados, inseridos no contexto da judicialização da violação de direito da pessoa idosa.

Tabela 2: Violações de Direitos.

Violações	Março 2019 a Fevereiro 2020 %
Negligência nos cuidados e/ou abandono familiar	16,6
Abuso financeiro	16,6
Idoso/a em risco pelo uso de substâncias psicoativas e/ou por transtorno psicológico por familiar (es) que residem no mesmo espaço.	15,6

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Na tabela 2, está elencado as três violações com maiores demandas nos respectivos anos de análise. Identifica-se que de março de 2019 a fevereiro de 2020, 16,6% refere-se à Negligência nos cuidados e/ou abandono familiar; 16,6% Abuso financeiro e 15,6% Idoso/a em risco devido ao uso de substâncias psicoativas e/ou por transtorno psicológico por familiar (es) que residem no mesmo espaço.

De acordo com os dados obtidos através dos atendimentos realizados pela Promotoria de Justiça de Direitos Humanos e Fundamentais da comarca de Lages/SC, em primeiro lugar tem-se a seguinte violação de direito: negligência nos cuidados e/ou abandono familiar. Esta não é uma realidade incomum no que concerne ao público alvo deste estudo, são violações que sempre fizeram parte do desrespeito com o direito à vida da pessoa idosa, e o que chama mais atenção e fomenta a necessidade de providências e responsabilização daqueles que contemplam o conjunto de responsáveis para a proteção integral desse público, conforme o art. 3º do Estatuto do Idoso, é que aumentou expressivamente essa violação.

O abandono é uma negligência bastante presente na vida dos idosos causando sofrimento pela falta de afeto e está relacionado as seguintes violações de direitos fundamentais à vida humana como, por exemplo, “condições precárias de sobrevivência, faltando, inclusive, higiene e alimentação” (ALARCON, *et al*, 2021, p. 8).

A segunda violação com maior demanda é o abuso financeiro, tem sido cada vez mais frequente essa violência contra a pessoa idosa, acometendo todas as classes sociais, onde em concordância com Santos (2019) “[...] consiste na exploração imprópria [...] ao uso não consentido por eles de seus recursos financeiros [...] sendo que esse tipo de violência ocorre, sobretudo, no âmbito familiar”.

A terceira violação é idoso/a em risco pelo uso de substâncias psicoativas (SPA) e/ou por transtorno psicológico de familiar (es) que reside junto.

As violações de direitos da pessoa idosa que ocorre a partir da situação de risco que estes são expostos devido ao uso de SPA de algum familiar que está cotidianamente no mesmo espaço, é uma das questões que tem aumentado consideravelmente e assim sendo uma das violações mais presente no contexto de vida da população idosa, segundo Witczak *et al* (2016).

A problemática em torno dessa violação é preocupante e apresenta, conforme Witczak *et al* (2016) um debate em torno da violência familiar que passa a ter contra a pessoa idosa quando esta enfrenta sofrimentos e conflitos que ocorrem dentro do seu lar e seus vínculos.

A conjuntura a que se submete essa violação por uso de SPA é complexa e elenca fatores que diz respeito não somente a pessoa idosa e ao seu familiar, apresenta um amplo debate sociocultural como bem descreve Witczak *et al* (2016), pois se trata também de uma questão de saúde o uso e abuso de SPA, e quando um familiar sendo um filho, neto, irmão, etc., acaba sendo o motivo de ameaça e risco para pessoa idosa pelo uso das substâncias psicoativas, a/o idosa/o está sendo violado.

Porém, tem a questão dos vínculos afetivos desses idosos que é onde se caracteriza o aumento desse dado. A análise deste estudo tem base já na judicialização dessas violações, e aqui podem-se ponderar que pelo fato de haver a contextualização do vínculo familiar, anterior a processos judicializados, a pessoa idosa “[...] muitas vezes, pela sua vulnerabilidade, por necessidades afetivas, por vergonha, ou pela própria invisibilidade, estes se submetem a esta lógica perversa” (WITCZAK, *et al*, 2016).

Tabela 3: Violações de Direitos.

Violações	Março 2020 a Fevereiro 2021
	%
Solicitação de medicamentos	28,5
Idoso/a em risco pelo uso de substâncias psicoativas e/ou por transtorno psicológico por familiar (es) que residem no mesmo espaço.	16,6
Negligência nos cuidados e/ou abandono familiar	9,5

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

No período que se refere ao subsequente à pandemia, ocorreu diminuição considerável nos procedimentos registrados na Promotoria de Justiça, com aproximadamente metade dos procedimentos registrados no período anterior, totalizando 42.

Apesar da diminuição de procedimentos cadastrados, as violações de direitos contra a pessoa idosa continuaram acontecendo no período pandêmico, inclusive com mais intensidade,

conforme Moraes *et al* (2020) o distanciamento e isolamento social fizeram com que essas violações ficassem mais difíceis de serem identificadas, bem como, o acesso dos idosos a serviços do sistema de saúde e de proteção social.

Das três violações com maiores demandas registradas no período subsequente à pandemia, a tabela 3 elenca que de março de 2020 a fevereiro de 2021 foram, 28,5% Solicitação de medicamentos judicialmente; 16,6% Idoso/a em risco devido ao uso de substâncias psicoativas e/ou por transtorno psicológico por familiar (es) que residem no mesmo espaço e 9,5% refere-se à negligência nos cuidados e/ou abandono familiar.

A primeira violação em destaque foi a solicitação de medicamentos judicialmente, segundo Oliveira *et al.* (2019) a disponibilidade de medicamentos essenciais no setor público, ainda é considerada baixa, partindo da premissa de que o acesso à assistência terapêutica integral deveria ser direito de todo cidadão incluindo o público idoso conforme art. 6º da Lei nº 8.080/90.

Para Oliveira *et al.* (2019, p288) “o acesso a medicamentos no Brasil por meio do SUS se dá de duas formas, seja pela via de direito ou extrajudicial, seja pela via judicial, na circunstância do direito vir a ser negado ao cidadão”. A necessidade de solicitação judicial indica falhas na Política Nacional de Medicamentos e de Assistência Farmacêutica, incidindo e comprometendo o acesso da pessoa idosa a esse direito, dessa forma, busca judicial ocorre quando o direito é negado por via administrativa.

Frente a uma sociedade em processo de envelhecimento, conforme já mencionado anteriormente, e diante das fragilidades no sistema de saúde no fornecimento de medicamentos, ainda conforme Poltronierie *et al* (2013) com consequente aumento dos casos de doenças crônicas e de comorbidades que requerem cuidados de saúde mais complexos. A judicialização para fornecimento de medicamentos como indicador, tende a aumentar.

As seguintes violações com acentuação permaneceram em ambos os períodos, afirmando a necessidade de programas de proteção social que possam responder ao contínuo processo de negligência dos cuidados à pessoa idosa, segundo Minayo (2009) as negligências e privações de cuidados a esse público estão relacionadas ao aumento da população de idosos, sendo que, essas situações tendem a ocorrer quando os idosos não apresentam renda suficiente para seu sustento ou quando são dependentes de cuidados dos familiares por problemas de saúde.

De acordo com Soares *et al* (2018, p. 9), “as dificuldades da família para com o cuidado de seus membros, [...] estão cada vez maiores com todas as mudanças sociais e tecnológicas e descaso de proteção social pelo Estado neoliberal.” Resultando em negligência dos cuidados à pessoa idosa, e em caso mais gravoso o risco físico e social, quando um familiar é usuário de substâncias psicoativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As violações de direitos contra os idosos podem se apresentar de forma sutil ou óbvia. Óbvia quando se é exposto e tornado público conhecimento de violências em casos mais graves, sendo necessária intervenção do Estado para proteção do idoso por meio de institucionalização. Já, as formas sutis ocorrem silenciosamente quase que imperceptíveis, contudo, de forma constante no cotidiano do idoso, sejam em não acessar um direito fundamental como alimentação adequada, ou no acesso à saúde integral e dentre negligências cotidianas por parte do núcleo familiar ou da rede de proteção.

Diante dos resultados obtidos, na violação de direito que tange o risco vivido pelos idosos por convivência com familiar usuário de substâncias psicoativas, é importante compreender que por vezes a família do idoso também passou por um processo de negligência por parte do Estado, mediante as desigualdades sociais que são naturalizadas nas manifestações de pobreza, miséria e discriminação, por consequência o acesso as drogas lícitas e ilícitas e diversos outros âmbitos que levaram a família não prover em seu seio os cuidados necessários a pessoa idosa.

A atenção e proteção da pessoa idosa precisa andar em conjunto com a luta pela garantia de direitos gerais do idoso, e nesse cenário insere-se os serviços responsáveis pelo atendimento dessa parcela da população que está em situação de vulnerabilidade devido a sua idade.

Os idosos com direitos violados não podem ficar desamparados pelos Órgãos Públicos ou sem uma resposta Estatal, uma vez que, gozam da garantia da prioridade absoluta. O Ministério Público pode ser um grande impulsionador da adequação das diretrizes legais, na busca da efetivação dos direitos e rompimento com as diversas violações que os idosos vivenciam constantemente.

REFERÊNCIAS

- ALARCON, M. F. S. *et al.* Violência contra a pessoa idosa: Percepções das equipes da Atenção básica à saúde. **Texto & Contexto Enfermagem** [Internet], v. 30, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/9FS8Kv3HmxRk65YprH4bp9P/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 27 de jun. de 2022.
- BERZINS, M. A. V. da S.; GIACOMIN, K. G.; CAMARANO, A. A. **A assistência social na política nacional do idoso.** (Org.) ALCANTARA, Alexandre. de. O.; CAMARANO, Ana. A.; Karla, G. Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.
- BRASIL. **Estatuto do Idoso.** Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm. Acesso em: 06 de março de 2021.
- BRASIL. **Política Nacional do Idoso.** Lei nº 8. 842, de 04 de janeiro de 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8842.htm. Acesso em: 07 de março de 2021.
- DIAS, M. de. J. S. *et al.* Violência simbólica contra mulher idosa nas relações de gênero. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade (RICS).** São Luís - Vol. 4 - Número Especial - Jul./Dez. 2018.
- KESKE, H.; SANTOS, E. R. O envelhecer digno como direito fundamental da vida humana. **Rev. Bio y Der.** 2019; 45: 163-178.
- MINAYO, M. C. S. Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde individual e coletiva. In: NJAINE, K. (Org.). Impactos da violência na saúde. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, 2009, p. 21-42.
- MORAES, C. L. de *et al.* Violência contra idosos durante a pandemia de Covid-19 no Brasil: contribuições para seu enfrentamento. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2020, v. 25, suppl 2 [Acessado 27 Junho 2022] , pp. 4177-4184. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.2.27662020>>. Epub 30 Set 2020. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.2.27662020>.
- OLIVEIRA, L. C. F. de. N *et al.* O acesso a medicamentos em sistemas universais de saúde – perspectivas e desafios. **Saúde em Debate** [online]. v. 43, n. spe5. 2019.
- PAZ, S. F.; MELO, C. A. de.; SORIANO, F. da. M. A violência e a violação de direitos da pessoa idosa em diferentes níveis: individual, institucional e estatal. **Rev. O Social em Questão**, Ano XV - nº 28 – 2012.
- POLTRONIERI, B. C. S *et al.* Violência e direito ao cuidado nas políticas públicas sobre instituições de longa permanência para idosos. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação** [online]. v. 23. 2013.
- PRIZÉ, C *et al.* **Caminhos para uma melhor idade.** Retratos: a revista do ibge. Fev 2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/d4581e6bc87ad8768073f974c0a1102b.pdf. Acesso em 06 de março de 2021.

SANTOS, L. da. S. Caracterização do perfil da pessoa idosa vítima de violência financeira em Belém. **Revista de Direito FIBRA Lex**, Ano 4, nº 5, 2019. Disponível em: <https://fibrapara.edu.br/periodicos/index.php/fibralex/article/view/125/96>. Acesso em: 27 de jun. de 2022.

SILVA, E. A. de. O *et al.* A violência e os maus-tratos contra a pessoa idosa. **Rev. Fragmentos de Cultura.**, Goiânia, v. 17, n. 3/4, p. 239-255, mar./abr. 2007.

SILVA, M. do R. de F; YAZBEK, M. C. Proteção social aos idosos: concepções, diretrizes e reconhecimento de direitos na América Latina e no Brasil. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 102-110, jun. 2014.

SOARES, E. S *et al.* As Drogas na família que tem o idoso como provedor e familiar de referência na rede. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 2018.

WITCZAK, I. V. *et al.* Perdoar verdadeiramente ou agredir novamente: dilemas da violência familiar contra idosos. **Revista Kairós Gerontologia**, 19 (1), p. 211 - 225, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/30055/20843>. Acesso em: 26 de jun. de 2022.

CAPÍTULO 9

FATORES QUE CONTRIBUEM E/OU INFLUENCIAM A INFORMALIDADE E AS CONDIÇÕES DOS TRABALHADORES NESSA REALIDADE

Juliete Aparacida Manchein Odorizzi
Audrilara Arruda Rodrigues Campos

RESUMO

O presente artigo parte faz parte da pesquisa realizada com o tema as faces do trabalho informal, oriundo do trabalho de conclusão de curso, tendo como objetivo identificar quais elementos contribuem e/ou influenciam a prática do trabalho informal, bem como, traçar o perfil desses trabalhadores, além de identificar quais vulnerabilidades e/ou precarizações os trabalhadores estão submetidos no contexto da informalidade. Trata-se de uma pesquisa com pressuposto teórico o materialismo histórico dialético, de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, de campo e exploratória. A pesquisa contou com a participação de 22 usuários do CRAS X e 29 usuários do CRAS Y, totalizando 51 participantes. A coleta dos dados aconteceu por meio de aplicação de entrevista com os usuários nos espaços de CRAS. O referido projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa, sob o parecer nº 5.302.551. Por meio da pesquisa foi possível identificar que a informalidade no geral é marcada por atividades que não exigem formação escolar, que oferecem baixos rendimentos e sem proteção social alguma.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Informalidade. Precarização.

INTRODUÇÃO

Faz-se necessário abordar que o trabalho segundo Carvalho (2019) antes de tudo é uma atividade que está ligada à sobrevivência humana, às necessidades orgânicas e fisiológicas da vida. O trabalho se estabelece desde a origem da espécie humana, sendo aprimorado de acordo com a evolução da humanidade, criando sua representação social. Para Carvalho *et al.*, (2020, p. 34) “o trabalho guarda uma riqueza que não pode ser confundida com o emprego”. Dessa forma, o valor do trabalho passou a ser desconfigurado com as formas de produção capitalista.

Diante disso, as formas de trabalho sufocam a população, que acaba sujeitando-se as condições de mais-valia, pode-se identificar esta afirmativa, a partir de Yamamoto (2008) que refere o acúmulo de função, jornadas extras, em troca de “garantia” de direitos trabalhistas. Para Sampaio (2020), os trabalhadores que não entram no pequeno grupo do âmbito do trabalho protegido, sujeitam-se as relações de trabalho informal, essas vêm se ampliando em grande proporção, principalmente após a pandemia do Novo Coronavírus que ocasionou um grande número de fechamento de empresas, desemprego e perda de direitos trabalhistas.

A problemática da pesquisa partiu do questionamento acerca de quais elementos contribuem e/ou influenciam a prática do trabalho informal dos usuários dos serviços de CRAS? Além disto, a pesquisa buscou traçar o perfil dos trabalhadores informais atendidos nestes espaços sócio ocupacionais, bem como identificar quais vulnerabilidades e/ou precarizações os trabalhadores estão submetidos no contexto da informalidade.

A partir dos dados apresentados neste estudo, foi possível identificar que a informalidade constitui um grande marcador de desigualdades, por meio de um elevado contingente de trabalhadores sem acesso à proteção social e direitos trabalhistas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse tópico, serão apresentadas teorias que estão relacionados ao tema proposto pela pesquisa, sendo a contextualização do trabalho, precarização do trabalho e trabalho informal junto a esse público.

TRABALHO: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO (ORIGEM E CONCEITO)

Faz-se necessário em um primeiro momento, compreender que o trabalho vai para além de vínculos empregatícios. Ele se desenvolveu no decorrer da evolução do ser humano.

De acordo com Carvalho (2019), o trabalho no seu formato primitivo, surgiu principalmente para subsistência da espécie humana “o trabalho é uma atividade que está ligada à sobrevivência humana, às necessidades orgânicas e fisiológicas da vida” (CARVALHO, 2019, p. 37).

No processo de desenvolvimento da espécie humana, a categoria trabalho foi reconfigurando-se, no que tange seu sentido.

O aprimoramento do trabalho está de acordo com as necessidades fundamentais do ser humano, conforme aponta Carvalho (2019) a espécie humana foi evoluindo e sua vida se tornou mais complexa. A partir de então passam a existir novas formas de trabalho, como a necessidade de vestimentas para sobrevivência em condições climáticas severas, tornando-se uma nova modalidade de trabalho, também agricultura, que trouxe ao ser humano a possibilidade de permanecer no mesmo lugar, não sendo necessária peregrinação para encontrar comida.

No decorrer desse processo de evolução, o trabalho foi se desenvolvendo em ações planejadas e idealizadas, provindas da consciência humana.

Na perspectiva marxista, o trabalho antes de tudo, age como um processo de relação entre o homem e a natureza, onde este extraí recursos para sobrevivência, contudo, não somente para seu proveito individual, mas também no sentido coletivo.

Marx (2013), afirma que o trabalho é antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, e com o intuito de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, o homem se põe em movimento utilizando as forças da sua corporeidade (braços, pernas, cabeça e mãos).

Com esses recursos age sobre a natureza e a modifica, modificando ao mesmo tempo, sua própria natureza. Marx aponta que, o processo de trabalho além de alterar o ciclo da natureza, altera também as relações humanas, desenvolvendo potencialidades, no domínio de novos conhecimentos.

O autor Neves (2018), vem afirmar que a concepção de trabalho faz parte de uma construção histórica “[...] as concepções de trabalho resultam de um processo de criação histórica, no qual o desenvolvimento e a propagação de cada uma são concomitantes à evolução dos modos e relações de produção, da organização da sociedade [...]” (NEVES, 2018, p. 319).

Conforme já elencado anteriormente, o trabalho se reproduz de acordo com evolução das relações humanas, uma vez que estas vão mudando, as formas de trabalho também mudam.

Após o fortalecimento do modo de produção capitalista, o autor Araújo (2017, p. 3) refere que “difundi-se a ideia de que a riqueza de um país dependia do trabalho. Desse modo, o trabalho é deslocado de um âmbito relativamente secundário [...] e passa a ocupar um papel de fundamental importância”. Mesmo sofrendo alterações no decorrer dos tempos, o trabalho permanece sendo relevante.

Ainda de acordo com Neves (2018, p. 320) “na sociedade capitalista o trabalho passa a ser visto como meio pelo qual uma parte da sociedade sobrevive e a outra parte acumula bens”. Como ferramenta fundamental, o trabalho passa ser utilizado como sustento pelo capital.

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

No dicionário, Ferreira (1999), o sentido da palavra precarização está definido como tornar precário, diminuindo sua qualidade e eficiência; ineficiente, inseguro.

Na categoria trabalho, a precarização é oriunda da busca incessante do acúmulo de capital, conforme aponta (CARVALHO *et al.*, 2020, p. 29) “a partir desse processo ocorre a intensificação das formas de expropriação do trabalho que se expressam, notadamente por meio

das práticas de precarização”. As “formas de expropriação” em que o autor se refere, são as relações capitalistas, as quais sempre capazes de criar novas formas de exploração da força de trabalho.

As formas de exploração do trabalho vêm se reconfigurando no decorrer dos séculos, para tanto, faz-se necessário recordar o processo de produção capitalista anterior a modernidade para compreender sua reestruturação produtiva.

Após a Revolução Industrial, iniciada no século XVIII, Araújo (2017), o trabalho começou a ser notado de modo mais direto e metódico, se no passado, era visto como meio de subsistência do ser humano, a partir da criação e crescimento das indústrias, houve a necessidade de sustentar um padrão de produção.

Conforme Feitosa (2016), com o surgimento das máquinas no processo de trabalho, as tarefas realizadas pelos trabalhadores contribuíram para que ficassem distanciados frente ao controle no processo de produção. Além disso, os trabalhadores de “chão de fábrica” eram de maior facilidade para supervisão de uma “chefia” durante a execução de seu trabalho, determinando assim, o ritmo da produção. Resultando em rotinas aceleradas de trabalho, implicando em condições de precariedade.

Já na modernidade, a precarização ocorre também com a diminuição de postos de trabalho, conforme Araújo (2017, p. 2), “com a globalização dos mercados e do capital e o acirramento da concorrência internacional entre empresas, a pressão para a minimização do custo do trabalho leva à compressão do número de trabalhadores efetivos”, ou seja, com objetivo de competitividade no mercado e aumento dos lucros, as empresas optam pela redução de custos por meio da diminuição do número de trabalhadores, resultando em crescente acúmulo de tarefas, bem como, “zonas com salários mais baixos”. (ARAÚJO, 2017, p. 2).

De acordo com Iamamoto (2008), esse aumento de tarefas imposta aos trabalhadores, chamando de “mais-valia”, a qual possui suas consequências. Em um primeiro momento implica na redução do emprego estável e o aumento de uma força de trabalho flexível, que se encontra em condições precárias e pouco ou nada protegidas.

A mais-valia vem se configurando, ultrapassando o chão das empresas, conforme Carvalho, (2020), na atualidade os trabalhadores, não veem outra saída a não ser, a ocupação do tempo a pós a jornada de trabalho, para utilização de outras atividades remuneradas, com objetivo de complementar a renda.

Para o exército industrial de reserva, Marx (1989), apontava como reflexo de um sistema de produção voltado ao capital, onde a mão de obra excedente é necessária na manutenção “a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente” (MARX, 1989, p. 731).

A população trabalhadora excedente citada por Marx (1989), é necessária para contribuir com a dinâmica do capital, a qual consiste em não ofertar trabalho a todos os trabalhadores com a pretensão de manter uma grande massa com salários baixos, sujeitando-se as condições precarizadas.

De acordo com Araújo (2017, p. 5) “os trabalhadores transformam-se em seres descartáveis, que podem ser substituídos a qualquer momento e sem garantia alguma de retorno quando não atendem ao ritmo do processo produtivo que lhes é exigido”.

Para Souza (2021, p. 3) “a falácia da modernização emula a subjetividade do trabalhador [...] sob a pecha da ascensão econômica prometida pelo empreendedorismo, mesmo que isso signifique trabalhar mais, sem direitos trabalhistas e proteção social”. Assim, o empreendedorismo possui uma crescente quanto a ocupação na informalidade.

Para Carvalho *et al.*, (2020, p. 40) “[...] há mais pessoas sem carteira assinada e por conta própria, que não tem garantias trabalhistas e escoam do acesso ao direito previdenciário para os benefícios da política socioassistencial (está também seriamente comprometida)”. Também Carvalho *et al.*, (2020), reafirma as consequências da precarização do trabalho, que refletem na classe trabalhadora, a qual vem sofrendo os efeitos colaterais frente a busca incessante do acúmulo de capital pela classe hegemônica, conforme mencionado no início desta categoria, as consequências são: “[...] aumento das taxas de desemprego estrutural, fechamento de postos de trabalho, aumento do trabalho informal, terceirização, trabalho precarizado etc.” (CARVALHO *et al.*, 2020, p. 37).

Dessa forma, Araújo (2017) se refere a diminuição da oferta de empregos estáveis, que impõe ao trabalhador fora do mercado formal, acessar o informal, estando fadado a permanecer sem acesso a benefícios e direitos versados pela lei.

TRABALHO INFORMAL

Para Durães (2020, p. 2), cabe destacar o enorme volume de trabalhadores/as informais existentes no mundo, “o trabalho informal representa cerca de 2 bilhões de pessoas, ou 06 a

cada 10 pessoas ocupadas a depender do país, ou ainda 60% do total de trabalhadores”, conforme a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A informalidade tem conceito muito amplo e envolve inúmeras atividades. De acordo com IBGE (2021), pode estar atrelada a prestação de serviços, a comercialização e até mesmo os chamados “empreendedores”, como já citado anteriormente.

Por outro lado, o direito ao trabalho é uma garantia constitucional, conforme Art. 7º da Constituição Federal de 1988, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais “relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.”

Ao declarar-se como direito fundamental a “relação de emprego protegida”, logo percebe-se que a informalidade não se enquadra nesse contexto, pois não é capaz de ofertar direitos trabalhistas. Direitos esses que o mercado de trabalho no Brasil já havia regulamentado desde a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943 (BRASIL, 1943).

Conforme Pereira (2018, p. 2), a assinatura da carteira de trabalho, significa que o trabalhador terá (ou deveria ter) benefícios, como jornada máxima de trabalho semanal, férias pagas, licença maternidade, aviso prévio no caso de demissão, horas extras, entre outros, ou seja, o trabalho sem registro não assegurado em legislação não é capaz de ofertar estes princípios.

No que tange, a informalidade, Pereira (2018) descreve sobre os motivos que levam os trabalhadores adentrarem a esse mercado, como a escassez de empregos formais, e/ou ausência de empregos assalariados, e também de políticas públicas compensatórias. Outra questão relevante trazida pelo autor é que no mercado informal, existe a possibilidade de ganhos médios superiores aos dos trabalhadores assalariados. Sendo essa uma das condições que levam a classe trabalhadora a arriscar-se no mundo da informalidade.

Para Torres (2018), o que de fato deve-se levar em consideração, não seria então o quantitativo de renda de um trabalhador informal, mas as condições de trabalho em que ele se encontra. Apontando sobre as dificuldades de conceituação e categorização do trabalho informal.

Para Durães (2020), o trabalho informal, adentra em questões para além das condições de trabalho ofertadas, mas também como meio de expropriação da mão de obra, no acúmulo de lucros da classe hegemônica, sendo uma mola propulsora do capital, “acarreta as condições de

inserção no processo de acumulação é o próprio movimento do capital que cria determinadas possibilidades de produção, de reprodução” (DURÃES, 2020, p. 10).

Também, Tavares (2004), já havia descrito sobre essa relação do informal com o capital, quando elenca sobre a necessidade do trabalho competitivo, uma vez que, o atual nível de desenvolvimento capitalista, sujeita o trabalhador direta, indiretamente, formal ou informalmente as exigências da competição, da necessidade da super produtividade ascendente.

Um agravante ocorrido no contexto informal, foi a pandemia do Novo Coronavírus, iniciada em março de 2020, causando impacto nas primeiras semanas com isolamentos sociais, e fechamento de serviços não essenciais, atingindo diretamente os trabalhadores informais.

Como pode-se constatar na fala do autor (MATTEI, 2020, p. 667) “com isso, cerca da metade dos postos de trabalho do início de 2020 eram ocupações informais. Essa é a parcela dos trabalhadores brasileiros sob risco de ter ficado imediatamente sem renda na nova conjuntura”.

A falta de proteção trabalhista ou qualquer proteção social, em caso de adoecimento ou perda do vínculo de trabalho, refletiu diretamente na vida desses trabalhadores mediante o contexto pandêmico,

De acordo com Sampaio (2020), os trabalhadores que obtinham como forma de sobrevivência o trabalho informal, no contexto da pandemia aumentaram o público da assistência demandando dessa política, com eles somam-se os considerados microempreendedores que viram seus negócios arruinarem.

Conforme o mesmo autor, os trabalhadores se viram completamente sem renda nos primeiros meses de pandemia, recorreram aos recursos socioassistenciais, que por sua vez, transbordaram no aumento de demandas.

Em relação ao desemprego gerado pela pandemia em diversas categorias de trabalho, Mattei (2020), através de um levantamento dessas informações, identificou que boa parte da população desempregada, migrou para a realidade informal “a redução dessas categorias de emprego obrigou parte da população desempregada a assumir ocupações informais” (MATTEI, 2020, p. 655). O autor ainda, conclui que “a maioria dos trabalhadores brasileiros se encontra desprotegida pela legislação trabalhista [...]” (MATTEI, 2020, p. 655).

Conforme Neves (2018) “[...] com a propagação do capitalismo flexível e das ideias neoliberais, a visão de uma estrada reta da carreira passa a ser “bloqueada”, transferindo para o

trabalhador toda a responsabilidade de se manter ou conseguir um emprego”. (NEVES, 2018, p. 322). Sendo a condição de empregabilidade única e exclusivamente “problema” do trabalhador, que precisa adequar-se as condições impostas pelas empresas, ou caso contrário buscar alternativas fora da proteção.

PROCESSO METODOLÓGICO

O presente estudo, possui caráter qualitativo e descritivo, trata-se de uma pesquisa descritiva, bibliográfica, de campo e exploratória.

No campo teórico-metodológico utilizou-se o materialismo histórico dialético, conforme Yasbek (s/d, p. 10) “trata-se de um conhecimento que não é manipulador e que apreende dialeticamente a realidade em seu movimento contraditório”. Assim, o Materialismo Histórico Dialético compreende o ser social a partir da sua totalidade.

Os participantes da pesquisa foram os usuários cadastrados em dois Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que possuem como fonte de renda o trabalho informal nos diversos segmentos profissionais, escolhidos de forma aleatória por adesão dos participantes nas unidades de CRAS, com participação de 22 usuários do CRAS X e 29 do CRAS Y, totalizando 51 participantes. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e pesquisa – CEP sob o Parecer n.º 5.302.55.

Considerando a Resolução n.º 510/2016 que regulamenta o desenvolvimento de pesquisa com seres humanos no Brasil, a coleta de dados realizou-se por meio de entrevista estruturada com perguntas abertas e fechadas aos participantes da pesquisa.

Para análise dos dados foram utilizadas as respostas das entrevistas aplicadas, como forma de identificar os elementos que contribuem e/ou influenciam a prática do trabalho informal. Para tal compreensão é preciso refletir sobre a análise de conteúdo enquanto um conjunto de técnicas.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir dos resultados coletados na pesquisa, houve a análise e a problematização destes. A tratativa dos dados realizou-se através do estudo de conteúdo e analisadas as informações apresentadas pelos participantes da pesquisa.

No que tange ao perfil dos participantes, constatou-se através da pesquisa que 56,9% destes são mulheres e 43,1% homens. Conforme Sousa *et al.*, (2020), a Política Nacional de Assistência Social – PNAS foi se constituindo sobretudo como um espaço de atuação

principalmente feminino, no que diz respeito aos profissionais atuantes e aos usuários, que na sua maioria são mulheres. Essa predominância feminina está ligada ao papel protetor da mulher na família, o qual, a própria política reafirma responsabilizando a mulher como sendo referência familiar nos serviços e programas.

Segundo Campos *et al.*, (2019), um estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE, 2008), concluiu que homens titulares do Programa Bolsa Família - PBF são vulneráveis tanto quanto as mulheres titulares, no que diz respeito à renda e a escolaridade. Esta informação também condiz com dados obtidos na pesquisa, elucidando o aumento de homens na procura pelos serviços socioassistenciais, refletindo o sexo como não sendo o único fator determinante para a informalidade.

O índice levantado de semelhança entre os sexos, segundo Pereira (2018, p. 13) “[...] pode ser um reflexo das características da informalidade no sentido de que é composta por empregos intensivos em mão de obra, que privilegiam tanto o trabalho masculino quanto o feminino”. Em consonância com o autor, percebe-se nos dados obtidos que a prática do trabalho informal ocorre para ambos os sexos.

A faixa etária levantada dos trabalhadores em condição de trabalho informal foi de 27,5% entre 18 a 29 anos, 17,6% entre 30 a 39 anos, 27,5% entre 40 a 49 anos, 21,6% entre 50 a 59 anos, e 5,9% acima de 60 anos de idade.

A evidência na taxa de informalidade entre jovens de 18 a 29 anos do que para os trabalhadores de outras faixas etárias, tende a apresentar características da falta de oportunidade no mercado de trabalho formal.

De acordo com Corseuil (2020), a falta de oportunidades está relativamente relacionada a ausência de experiências profissionais. Em razão disso, o jovem passa a considerar oportunidades de emprego em postos de pior qualidade, resultando uma alta concentração de jovens no setor informal, no intuito de adquirir as experiências que faltam para uma melhor posição no mercado de trabalho formal.

Já entre adultos com faixa etária de 40 a 59 anos, espera-se que detenham de certa forma estabilidade profissional para adentrarem no mercado formal, porém em decorrência da deterioração do mercado de trabalho, caracteriza-se uma elevada taxa na informalidade que apresenta instabilidade profissional para os trabalhadores.

Acerca da instabilidade na informalidade Neves (2022, p. 17) afirma que “o que mais caracteriza o trabalho informal no Brasil são as atividades com baixa formação, rendimentos insignificantes e instáveis”.

Referente a escolaridade pode-se constatar que 54,9% dos participantes da pesquisa possuem o ensino fundamental incompleto, esse indicador somado ao nível fundamental completo e médio incompleto, resultam em 82,3% dos entrevistados que não completaram o nível básico de ensino, o que segundo Rosso *et al.*, (2019, p. 4) “[...] a baixa escolaridade que levam à ausência de qualificação profissional e ao trabalho informal”.

Dessa forma, a escolaridade representa um indicador relevante frente ao exercício do trabalho informal, uma vez que a falta de escolarização interfere nas contratações trabalhistas.

De acordo com dados do IBGE (2020a) dos trabalhadores com ensino fundamental incompleto no ano de 2019, grande parte está ocupado em atividades informais, confirmando os dados obtidos na presente pesquisa.

Segundo Salvato (2010), a falta de escolaridade também está diretamente ligada ao quesito renda “de fato, observa-se que a renda é diretamente proporcional à escolaridade, o que vem reforçar a hipótese de que o diferencial de renda pode ser explicado pela diferença de escolaridade” (SALVATO, 2010, p. 762).

A falta de formação escolar impede os trabalhadores de acessarem o mercado de trabalho formal, dessa forma, ingressam por outras vias incapazes de garantia de renda e sustento.

Os dados referentes a renda familiar dos trabalhadores informais participantes da pesquisa, apresentam que 74,5% possuem ganho mensal com valor inferior a um salário-mínimo nacional e em 80,4% dos casos, a renda mensal não contempla todas as despesas do grupo familiar.

Nota-se, portanto, que o exercício do trabalho informal, não é capaz de suprir ganho mínimo para sobrevivência.

Coutinho *et al.* (2020) contextualiza que o índice no Brasil é de milhões de desempregados sem renda alguma, este índice soma-se aos do grupo informal, que embora tenham alguma renda, encontram-se em condições de baixa remuneração, como o trabalho em regime de diárias e os “bicos”.

As informações apresentadas vêm de encontro com a narrativa da autora, em relação a remuneração variável, baixa e incapaz de prover direitos fundamentais como a alimentação, uma vez que, a maioria dos participantes da pesquisa procuraram a unidade de CRAS para a solicitação de benefício eventual (cesta básica).

Segundo Oliveira *et al.*, (2011, p. 1523) a baixa renda é decorrente da desigualdade “[...] a concentração de renda seria decorrente da grande disparidade de salários existente entre trabalhadores — mesmo com capacidades produtivas semelhantes — em função da existência de dois mercados: um formal e outro informal [...], ou seja, ainda para os trabalhadores que apresentaram escolaridade básica completa ou até mesmo nível superior, a informalidade escancara a discrepância no quesito renda.

Importante mencionar que segundo IBGE (2020a) são considerados trabalhadores informais, aqueles que exercem atividades sem registro em carteira de trabalho, os trabalhadores não remunerados e os trabalhadores por conta própria e/ou empregadores que não contribuem com a Previdência Social.

Indagou-se aos entrevistados se estes já trabalharam em outros momentos formalmente, 82,4% responderam que sim, esse dado demonstra a redução de postos de trabalho no decorrer dos últimos anos.

De acordo com Araújo (2016, p. 313) “[...] a diminuição de novos empregos gerados como a demissão de indivíduos empregados, comumente, desencadeia outros problemas para a sociedade [...]”, esses problemas estão ligados a redução dos direitos trabalhistas, a informalidade e a precarização das condições de vida em geral.

Segundo Barreto (2021, p. 5870) “[...] o desemprego é um desfecho que se tem verificado permanentemente em virtude da crise global do sistema capitalista, tendo surgido como o aspecto necessário e cada vez mais acentuado de uma crise estrutural”. Essa crise estrutural, está ligada ao sistema capitalista e refletida na precarização e mercantilização da força de trabalho.

Os dados em relação ao período na informalidade revelam que 43,1% dos entrevistados exercem atividade informal a menos de três anos, esse número demonstra os reflexos do desemprego na pandemia da Covid-19.

Para Itaouil *et al.*, (2021, p. 125), o aumento do desemprego já vinha acontecendo nos anos anteriores à pandemia, o agravamento durante o período pandêmico é apenas um reflexo das políticas neoliberais “[...] a classe trabalhadora para além de passar por um grande aumento

de desemprego e da pobreza, passa por diversos problemas decorrentes do modo de produção capitalista somado com a pandemia”.

Em consonância com o autor, as taxas de desemprego já existentes, tiveram detrimento e a classe trabalhadora sofre consequências em virtude da pandemia, tendo do Estado resposta mínima aos problemas decorrentes da crise ocasionada nos últimos anos.

A margem de tempo na informalidade revela ainda que 37,2% estão em situação informal entre 04 a 10 anos e sofreram impacto ainda maior com a pandemia, de acordo com Costa (2020, p. 971) “[...] a pandemia, nesse contexto, atinge com maior intensidade a população que vive na informalidade”. Nos primeiros meses de pandemia os trabalhadores informais foram atingidos diretamente com o isolamento social ficando sem remuneração alguma.

Referente as ocupações informadas pelos entrevistados, 36,4% são mulheres que trabalham com atividades domésticas em regime de diária, Mattei *et al.*, (2020) contextualiza que por consequência dos efeitos da pandemia, as mulheres no serviço doméstico foram uma das primeiras a serem atingidas, pois, ainda permanecem com elevado grau de informalidade, ficando sem renda alguma nos períodos de isolamento social.

Partindo da fala do autor e por meio dos dados obtidos, identifica-se que grande parte do vínculo trabalhista para mulheres permanecem sendo as atividades domésticas, e apesar da Lei Complementar n.º 150 de 2015, que regulamentou os direitos trabalhistas dos trabalhadores domésticos, na prática a realidade é de informalidade nas relações de trabalho.

Segundo Araújo *et al.*, (2021, p. 162) “a alta taxa de informalidade tanto das trabalhadoras domésticas quanto das cuidadoras sugere uma falta de cumprimento da lei, mantendo essas trabalhadoras em situação de vulnerabilidade”. Isso revela a dificuldade vivenciada no cotidiano das trabalhadoras, que se encontram totalmente desprotegidas.

Para os homens, a situação não é diferente, uma vez que 33,6% realizam atividades na construção civil e serviços gerais como jardinagem, dentre outros.

Sobre a construção civil, Gonzaga (2021, p. 268) afirma que este setor se torna de fácil acesso na modalidade informal, pois no geral demanda trabalho mais braçal, sem exigir níveis de escolaridade “[...] a construção civil é um setor produtivo que não exige um alto nível de escolaridade para os trabalhadores braçais, ele atua como um campo que abre as portas para emprego [...]”.

A autora elenca também que a construção civil é marcada pela volatilidade nos serviços, que se apresentam de forma inconstante aos trabalhadores, estes por sua vez precisam ir em busca de novos locais para trabalho, onde as obras são marcadas por tensão e periculosidades. Assim como o trabalho doméstico, a construção civil é um setor de desproteção.

Segundo Souza (2018, p. 4) “[...] vinculam informalidade, ou melhor, o subemprego a atividades periféricas, precárias, quase não rentáveis, não registradas em carteira de trabalho [...]”.

No geral, identifica-se que nas ocupações relatadas pelos entrevistados, foram retratadas atividades relacionadas ao predomínio da força física para sua realização, esporádicas, marcadas por baixa remuneração, que não exigem currículo escolar e não oferecem garantia alguma ao trabalhador.

Referente aos elementos que contribuem e/ou influenciam a prática do trabalho informal, questões relacionadas a saúde apontam que 24,5% dos trabalhadores entrevistados não acessam o mercado de trabalho formal devido a condições de adoecimento, inclusive este sendo um fator de saírem do mercado de trabalho formal.

O fato de os trabalhadores terem deixado seus empregos formais (ou terem sido desligados) por questões relativas a saúde, revelam a precarização nas relações trabalhistas, de acordo com Borsoi (2011, p. 15), “é notório que a precarização laboral, nos seus moldes atuais, tem impactado de forma brutal a vida e a saúde dos trabalhadores”.

A precarização laboral a qual a autora se refere, pode estar relacionada as respostas de alguns dos trabalhadores que relatam terem trabalhado por muito tempo em determinadas atividades desenvolvendo patologias no decorrer dos anos.

Segundo Lira *et al.*, (2020, p. 2), os processos de reestruturação produtiva contribuem no desenvolvimento de patologias dos trabalhadores com a crescente incidência de “lesões por esforço repetitivo (LER), distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) e transtornos mentais causados pela forma de organização do trabalho, pela instabilidade”.

Ainda sobre os transtornos mentais, a autora menciona que a perda de direitos e a intensificação do trabalho, além de serem formas de exploração da força de trabalho, influenciam diretamente na saúde dos trabalhadores.

Conforme a autora, as condições de adoecimento estão associadas a expropriação do trabalho. Por consequência, o afastamento do mercado trabalho formal gera a falta de cobertura

por seguro social, causando mais empobrecimento e piorando ainda mais as condições de saúde dos trabalhadores.

A falta de oportunidade e experiência no mercado de trabalho formal, foi relatada por 20,7% dos entrevistados, e 12% indicaram a baixa escolaridade como sendo uma condicional da situação informal.

Observa-se que a falta de oportunidade possui probabilidade de estar vinculada a baixa escolaridade, uma vez que 82,3% dos entrevistados não completou o ensino básico.

Relacionando a informalidade e baixa escolaridade, Pereira (2018) aponta que existe diferença na média escolar entre trabalhadores de atividades formais (possuem maior nível) e os trabalhadores informais (possuem menor nível), por esse motivo existe uma forma de segmentação no mercado de trabalho, onde trabalhadores com baixa escolaridade ou sem nenhuma escolaridade acabam se inserindo em empregos informais, pois não se enquadram nas exigências escolares para ingressarem no mercado de trabalho formal.

Reflete-se que os processos produtivos inseridos na sociedade, tendem a um reconhecimento de que escolaridade e a formação profissional são condições necessárias para acesso ao mercado de trabalho formal. Partindo da realidade de que as empresas exigem mínima qualificação profissional mesmo para funções consideradas sem conhecimento técnico.

Ainda referente aos motivos da condição informal, 13,8% informaram ser opção, e afirmam não estarem procurando emprego com carteira assinada. A ideia de trabalhar para “si próprio” leva o trabalhador a situação de desproteção, a partir da falácia de autonomia.

A ideia de trabalhar para “si próprio” leva o trabalhador a situação de desproteção, a partir da falácia de autonomia, para Lira (2020, p. 18) este discurso de “autonomia” está relacionado fortemente a questão ideológica, “caracterizando uma relação assalariada “disfarçada” sob a ideologia do “empreendedorismo””. Contudo, o sistema possui controle sobre a produção dos trabalhadores, se expropriando dela da mesma forma que expropria dos trabalhadores assalariados, e ainda negando direitos.

A classe trabalhadora guiada pela ideologia capitalista, se torna, cada vez mais participante do mercado informal com o princípio de empreendedorismo e/ou autonomia, gerados na ilusão de crescimento profissional e econômico, contudo, vivenciam condições instáveis e precárias.

Outro indicador referente a situação de informalidade elencado pelos entrevistados, está relacionado a idade, onde 10,3% relataram o fator “idade avançada” como sendo um impeditivo de voltar ao mercado de trabalho formal.

Para tanto, se para os jovens sem experiência profissional iniciar no mercado de trabalho é um desafio, para os trabalhadores acima de 40 anos mesmo que com experiência, retornar, não é diferente.

Segundo Oliveira *et al.*, (2012) a flexibilização das relações trabalhistas e o avanço da globalização repercutem fortemente no mercado de trabalho, por meio da precarização da mão-de-obra, transformando posições antes de segurança e estabilidade em relação informal de trabalho e o trabalho autônomo. Os trabalhadores com mais de 40 anos que antes obtinham posições formais em empresas e/ou indústria pelo fator experiência no trabalho operacional, sentem dificuldade generalizada na conquista de um emprego neste novo cenário do mercado de trabalho no Brasil.

Ao serem indagados sobre as precarizações, vulnerabilidades e dificuldades nas relações de trabalho informal, os trabalhadores relataram diversas questões que identificam como sendo negativas na realização das suas atividades trabalhistas, inclusive mencionando mais de uma. Contudo, cabe salientar que ao serem questionados sobre “precarizações”, grande parte desconhecia o termo, e em um primeiro momento não souberam refletir sobre tal ponto.

A precarização das relações de trabalho torna-se naturalizada pela classe trabalhadora, que não possui base legal suficiente para identificar as fragilidades e perdas de direitos que vem enfrentando com as políticas neoliberais intensificadas pelo capitalismo.

Conforme cita Borsoi (2011) o capitalismo fomenta a existência de trabalho precarizado e até mesmo degradado, ou seja, para além de precarizado, pois ao dispensar os empregadores dos encargos sociais e trabalhistas, o trabalhador é quem acaba assumindo sozinho as consequências da condição de trabalho a qual está submetido, uma vez que, com as perdas de garantias de direitos sociais e trabalhistas, “o trabalhador não tem suporte legal para reivindicar o reconhecimento de seu adoecimento ou de um acidente sofrido no local de trabalho” (BORSOI, 2011, p. 128).

Das dificuldades, vulnerabilidades e precarizações informadas, 31,9% dos entrevistados elencaram o ganho baixo e as fragilidades nas formas de pagamento como sendo a principal questão vulnerável, seguidos de 30% que informaram a situação de serviços apenas por diárias.

Diante as respostas apresentadas, no geral percebe-se que as precarizações relatadas pelos entrevistados, na maioria envolvem situações relacionadas ao trabalho por diária, em locais distintos, com fragilidade nas formas de recebimento, que afetam diretamente o rendimento do trabalhador.

Neves (2022) contextualiza o que mais caracteriza o trabalho informal são as atividades com baixa escolaridade, com rendimentos insignificantes e instáveis. Sendo esses traços fortes da informalidade, inclusive, a informalidade como objeto de estudo por alguns pesquisadores, reconhecem que muitos trabalhadores informais devem ser considerados desempregados, principalmente pelo fato de não possuírem um salário básico, e ainda nenhuma foram de proteção trabalhista

De acordo com Alcântara (2019, p. 267) “[...] a desproteção social está intimamente relacionada à questão social, a insuficiência do acesso a bens e serviços, violação de direitos e as compreensões e vivências neste contexto desprotetivo [...]”.

O retrocesso dos direitos sociais e a violação dos existentes, segundo Sposati (2018) encontra-se naturalizado pelas políticas neoliberais e vêm perdendo o seu valor de direito humano, uma vez que, a proteção social acaba sendo transformada em mercadoria, e direcionada a interesses cuja a finalidade amplia as desigualdades sociais.

Ainda referente as dificuldades, vulnerabilidades e precarizações mencionadas, 12,2% dos entrevistados relataram a realização de trabalhos pesados e 10% mencionaram realizar atividades com riscos físicos.

Conforme as respostas dos entrevistados, estes trabalhadores ficam expostos a riscos físicos durante a realização de certas atividades. Se no lado formal do mercado de trabalho, o trabalhador está respaldado por legislação que exige das empresas o fornecimento de Equipamentos de Segurança Individual – EPI, condições de segurança, instrução e capacitação aos trabalhadores.

Em situação informal o cenário é agravante, segundo Araújo (2017, p. 1-2) aponta que além de toda flexibilização e desproteção “o trabalho também pode ser prejudicial, seja pela exposição a riscos físicos, químicos e/ou psicológicos”.

De acordo com Borsoi (2011, p. 127) “atividades laborais nas quais o salário é pago por produção e cujas condições são de extrema agressividade podem levar determinadas categorias de trabalhadores a situações muito mais do que precárias”. A autora considera as atividades que

apresentam riscos físicos aos trabalhadores, como sendo situações para além de precárias, uma vez que violam direitos fundamentais, como o direito à vida e a segurança.

Dos entrevistados 7,2% elencaram questões vexatórias como sendo um indicador de precarização, vulnerabilidade e dificuldade. A desconsideração das trabalhadoras domésticas nas relações de trabalho, geram sentimento de desdém, atingindo sua moral, tudo isso, reflete na própria consideração do seu valor pessoal.

Iriart (2008) afirma que a trabalhadora doméstica sofre calcada, no sentido moral, “se articula ao seu sentir subjetivo, ao mesmo tempo em que reflete a forma como a sociedade (des) valoriza e concebe esta ocupação” (IRIART, 2008, p. 171).

A desvalorização social deste trabalho e o desrespeito voltado à trabalhadora, à expõe em situações vexatórias, constrangedoras e humilhantes durante o exercício de sua função. Segundo Gonzaga (2021, p. 272) “o trabalhador vê-se, então, numa situação de inferioridade e, para não perder seu emprego, submete-se às pressões dos contratantes, às humilhações [...]”.

Esse tipo de situação, segundo o Iriart (2008) pode atrelar a situação de sentir-se rebaixado, desvalorizado, inútil e com a baixa autoestima, podendo representar uma série de riscos, tanto à sua saúde física quanto à sua saúde mental.

Por fim, foi questionado aos entrevistados se gostariam de trabalhar em regime celetista, onde 90,2% responderam que sim, os principais motivos foram: para fins de benefícios previdenciários, segurança, salário fixo e direitos trabalhistas.

De acordo com Cunha (2021), ao desconfigurar o vínculo empregatício que em outrora formalizado pela CLT, desresponsabiliza os contratantes de serviços, de possíveis acidentes de trabalho, problemas e riscos oferecidos ao trabalhador e ainda de recolher FGTS e contribuir com a Previdência, possibilitando a eliminação de diversos pagamentos, como horas extras, vale-transporte, entre outros.

A informalidade caracteriza uma via estratégica do neoliberalismo, uma vez que interrompe a garantia de direitos aos trabalhadores, violando princípios constitucionais, conforme Jesus (2015, p. 215) estar na “informalidade tira do trabalhador o status de cidadão, condição diretamente associada à forma de inserção no mercado de trabalho, o local que se ocupa no espaço produtivo.” Pois, rompendo o vínculo empregatício legalizado, o trabalhador não acessa direitos e benefícios sociais, inclusive os garantidos na Constituição Federal, dentre eles estão o acesso à política de Previdência Social, que sob regime contributivo, exclui os trabalhadores que não possuem condições de recolher as contribuições.

De acordo com as respostas dos entrevistados, um dos principais motivos em que gostariam de entrar no mercado de trabalho formal, é por motivos previdenciários, para direito a aposentadoria e até mesmo segurança em caso de acidentes ou doenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As circunstâncias que contribuem e/ou influenciam para prática do trabalho informal, partem das questões estruturais marcadas pela acumulação capitalista, na expropriação da mão de obra da classe trabalhadora, que na informalidade permanece produzindo para o capital, porém fora da ação protetiva. Ou seja, a informalidade não é sinônimo da ausência de crescimento econômico, muito pelo contrário, ela constitui-se um importante marcador de desigualdades no Brasil.

Os trabalhadores em situação informal no geral, pertencem a um grupo vulnerável, vivendo a margem da proteção social. Transparecendo as fragilidades do sistema, uma vez que não acessam políticas sociais que deveriam ser do alcance de todos como as de Seguridade Social.

Os resultados obtidos com a pesquisa mostraram que apesar das desigualdades marcadas historicamente entre gênero, a informalidade ocorre para ambos os sexos. Tanto para homens, quanto para mulheres esta condição está imposta. O perfil desses trabalhadores se apresenta de forma linear, no conjunto de que a grande maioria não teve acesso à educação. Ainda, a informalidade não escolhe idade, se estendendo por todas as faixas etárias, com acentuação na juventude.

As vulnerabilidades econômicas apresentadas pelos trabalhadores, evidenciaram que os rendimentos no trabalho informal são insuficientes para o acesso as necessidades básicas no sustento da família, como a alimentação, a educação, a saúde e também os direitos previdenciários.

Os motivos palpáveis para prática da informalidade relatos pelos trabalhadores informais, confirmam as hipóteses de que as condições de saúde frente ao adoecimento e a baixa escolaridade são impeditivos de acesso ao mercado de trabalho formal, reforçando a ideia das fragilidades do sistema no acesso as políticas públicas.

A questão do adoecimento reflete como o mercado extrai a saúde física e mental da classe trabalhadora e depois simplesmente exclui aqueles que não são mais capazes de produzir na velocidade e constância para o acúmulo de lucros.

As relações no trabalho informal apontam condições vulneráveis e precárias na sua realização. É como se a informalidade fosse “a poeira em baixo do tapete” – o chão que está a mostra (formalidade) é visto, e por isso limpo (direitos), o chão em baixo do tapete (informalidade) não – ela escancara as conjunturas desiguais.

Os trabalhadores informais se veem expostos a situações de riscos sem uso de qualquer tipo de proteção, se submetem a atividades pesadas, insalubres e perigosas sem receber qualquer adicional previsto por lei para tal, sem falar, que recebem o montante que o contratante se dispõe a pagar, sem ter ao que recorrer, pois, não pertencem ao grupo regido por legislação.

Os vínculos de trabalho informal são extremamente fragilizados, em relação a falta de constância, com atividades por diárias e empreitadas, passando por situações vexatórias, por vezes os trabalhadores acabam sendo vistos como “desocupados”, “preguiçosos”, ou que não procuram trabalho, no entanto, os desafios em manter-se no mercado de trabalho informal também são imensos, pois, uma população excessiva encontra-se nessa realidade.

Apesar das situações relatadas pelos entrevistados, observou-se que os mesmos não detêm conhecimentos de seus direitos enquanto classe trabalhadora, sentem-se por vezes culpabilizados por estarem nesta condição, normalizando a mesma.

Os trabalhadores informais não acessam os direitos trabalhistas e previdenciários, trabalhando sem proteção alguma em casos de acidentes, doenças, maternidade e paternidade, sem acesso a férias, 13º salário, FGTS, seguro-desemprego e aposentadoria. E apesar de reconhecerem ser importante o acesso a esses direitos, não identificam claramente as consequências de se encontrarem fora do sistema de proteção social.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, L. M. E.; DUARTE, F. G. Manifestações das desproteções sociais: relações entre o neoliberalismo e a (des) proteção social. *O Social em Questão*, a. XXII, n. 45, 2019.

ARAUJO, A. B.; MONTICELLI, T.; ACCIARI, L. Trabalho doméstico e de cuidado: Um campo de debate. *Tempo Social*, v. 33, 2021.

ARAÚJO, J. P. F.; ANTIGO, M. F. Desemprego e qualificação da mão de obra no Brasil. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 20, n. 2, 2016.

ARAUJO, M. R.; MORAIS, K. R. S. Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador. *Cad. Psicol. Soc. Trab.*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 1-13, 2017.

ARAUJO, M. R. M. de; MORAIS, K. R. S. de. Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador. *Cad. Psicol. Soc. Trab.*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 1-13, 2017.

BARRETO, A. A. M.; SOUZA, L. E. P. F. Desemprego e suicídio na população brasileira em um cenário de crise do capitalismo. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 12, 2021.

BORSOI, I. C. F. Vivendo para trabalhar: do trabalho degradado ao trabalho precarizado. *Convergencia*, Toluca, v. 18, n. 55, p. 113-133, 2011.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 2003.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto - Lei 5.452 de 1º de maio de 1943. Consolidação das Leis do trabalho, Brasília, DF.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis n 8.212, de 24 de julho de 1991, n8.213, de 24 de julho de 1991, e n11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3da Lei n8.009, de 29 de março de 1990, o art.1 de jun. de 2015. Brasília, 1. de junho de 2015; 194o da Independência e 127o da República.

CAMPOS, D. S.; CAVALCANTI, L. F.; NASCIMENTO, M. A. F. Homens e proteção social: desafios para a Política Nacional de Assistência Social. *O Social em Questão*, a. XXII, n. 43, 2019.

CARVALHO, et al. Pesquisa em serviço social e temas contemporâneos. Precarização social do trabalho no Brasil contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2020.

CARVALHO, M. B. Trabalho e sociabilidade [livro eletrônico]/ Marcio Bernardes de Carvalho, Carla Andréia Alves da Silva Marcelino. Curitiba: InterSaberes, 2019.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução n.º 510/2016. Regulamenta o desenvolvimento de pesquisa com seres humanos no Brasil.

CORSEUIL, C. H. L.; FRANCA, M. P.; POLOPONSKY, K. A inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho num contexto de recessão. *Novos estudos CEBRAP*, v. 39, n. 3, 2020.

COSTA, S. S. Pandemia e desemprego no Brasil. *Revista de Administração Pública*, v. 54, n. 4, 2020.

COUTINHO, D. C. M.; ALVES, G. F.; SANTOS, R. S. Trabalho e desemprego no capitalismo: reflexões para o Serviço Social. *O Social em Questão - Ano XXIII – n. 47*, p. 129-150, 2020.

CUNHA, S. F. da; *et al.* Reforma trabalhista e relações de trabalho no Brasil: por quem os sinos dobram? *Cad. Psicol. Soc. Trab.*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 103-117, jun. 2021.

DURÃES, B. J. R. O trabalho informal de rua reconfigurado: sua função como agente da acumulação. *Caderno C R H*, Salvador, v. 33, p. 1-14, e020023, 2020.

FEITOSA, S. Da Revolução Francesa até os nossos dias: um olhar histórico. Samara Feitosa. Curitiba: Intersaberes, 2016.

FERREIRA, A. B. H. Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Lexikon Informática, 1999.

GONZAGA, M. N. Experiências De Homens Trabalhadores Braçais Do Setor Da Construção Civil Que Migram Do Interior Para A Capital Baiana. Revista do PPGCS – UFRB – Novos Olhares Sociais, v. 4, n. 2021.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço social em tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social*. Cortez Editora. São Paulo. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das famílias beneficiadas. Rio de Janeiro: jun. 2008. (Relatório).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população Brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. PNAD Contínua Trimestral: desocupação recua em cinco das 27 UFs no 4º trimestre de 2020. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30236-pnad-continua-trimestral-desocupacao-recua-em-cinco-das-27-ufs-no-4-trimestre-de-2020>. Acesso em: 20 out., 2021.

IRIART, J. A. B.; *et al.* Representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 13, n. 1, p. 165-174, 2008.

ITAOUIL, B. F.; SILVA, L. A. M.; GOMES, D. P. A pobreza e o aumento do desemprego durante a pandemia: impactos da crise pós Covid-19. Revista Serviço Social em Debate, v. 4, n.1, 2021.

JESUS, E. A previdência social e o trabalhador: entre o acesso ao direito e a contribuição. Revista Katálysis, v. 18, n. 2, 2015.

LIRA, P. V. R. A.; GURGEL, I. G. D.; AMARAL, A. S. Superexploração da força de trabalho e saúde do trabalhador: o trabalho precário na confecção. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 30, n. 1. 2020.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, Livro I: O processo de produção do capital, 2013.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. Tradução Reginaldo Sant’Anna. 13. ed. Livro 1, v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. Brazilian Journal of Political Economy, v. 40, n. 4, 2020.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. Ciência e Saúde Coletiva., v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

NEVES, D. N. A exploração do trabalho no Brasil contemporâneo. R. Katál., Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 11-21, jan./abr., 2022.

NEVES, D. R.; *et al.* Sentido e significado do trabalho: uma análise dos artigos publicados em periódicos associados à Scientific Periodicals Electronic Library. Cadernos EBAPE.BR, v. 16, n. 2, 2018.

OLIVEIRA, J. V.; SOUZA, P. S. S. Empregabilidade após os 40 anos / Jaqueline Vieira de Oliveira; Patrícia Silva Santana de Souza / Pindamonhangaba-SP: FAPI Faculdade de Pindamonhangaba, 2012.

OLIVEIRA, S. R.; PICCININI, V. C. Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos. Revista de Administração Pública, v. 45, n. 5, 2011.

PEREIRA, R. M.; GALVÃO, M. C.; MAXIR, H. S. Determinantes do emprego secundário e informalidade: evidências adicionais para o mercado de trabalho brasileiro. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 35, n. 3, 2018.

ROSSO, A. J.; SILVA, B. E.; OLIVEIRA, V. de; MORO, P. R.; SANTOS, F. R. dos. Representações sociais de trabalhadores com baixa escolaridade, informais e desempregados sobre a escolarização. Educação, [S. l.], v. 44, p. e69/ 1–30, 2019.

SALVATO, M. A.; FERREIRA, P. C. G.; DUARTE, A. J. M. O impacto da escolaridade sobre a distribuição de renda. Est. Econ., São Paulo, v. 40, n. 4, p. 753-791, 2010.

SAMPAIO, S. S.; FARIA, N.; GARCIA, F. B. S.; GOMES, F. M. T. O que disseram as/os Assistentes Sociais sobre: “Que Desafios a Conjuntura da Covid-19 apresenta ao seu Cotidiano Profissional?” Texto enviado ao Comitê Estadual SUAS-SC COVID-19: em defesa da vida 2020. 2020.

SPOSATI, A. Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 23, n. 7, 2018.

SOUSA, T. R.; GONÇALVES, A. M.; SANTOS, A. B. B.; VIEIRA, B. M. S.; DANTAS, L. S.; ALVES, M. B. Família, mulher e política de assistência social: reflexões necessárias. Temporalis, Brasília (DF), a. 20, n. 39, p. 86-101, jan./jun. 2020.

SOUZA, C. C. B. Degradação do trabalho - precarização social: trabalho informal do Brasil a Belém/Pará. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Vitória-ES, 2018.

SOUZA, D. O. As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de Covid-19. Trabalho, Educação e Saúde, v. 19, 2021.

SPOSATI, A. Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 23, n. 7, 2018.

TAVARES, M. A. Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

TORRES, T. L.; *et al.* Representações sociais do trabalho informal para trabalhadores por conta própria. Rev. Subj., Fortaleza, v. 18, n. 3, p. 26-38, dez., 2018.

TRINDADE, H. Crise do capital, exército industrial de reserva e precariado no Brasil contemporâneo. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 129, p. 225-244, ago., 2017.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos histórico e teórico-metodológico do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. Faculdade de Serviço Social da UNLP/ Argentina e da PUC/ São Paulo.

CAPÍTULO 10

DIREITO DE GUERRA E DIREITO NA GUERRA: A INVASÃO DO IRAQUE EM 2003 SOB O PRISMA DO DIREITO DOS CONFLITOS E DO DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

Thiago Brito Steckelberg
Lucas Martins Miranda
Thátilla Luana Faria

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo principal analisar a Guerra dos Estados Unidos contra o Iraque de Saddam Hussein em 2003 sob a ótica do Direito dos Conflitos e do Direito Internacional Humanitário. A metodologia empregada é a pesquisa bibliográfica e documental para consulta dos autores e doutrinadores que abordam a guerra e o Direito Internacional, bem como as normas das referidas esferas do Direito Internacional Público que regulamentam o direito dos Estados de fazer a guerra e as restrições de condutas e parâmetros legais que devem ser observados durante um conflito. Inicialmente se aborda algumas concepções de guerra em autores clássicos e contemporâneos para situar a definição e natureza do conflito na chamada Sociedade Internacional. Em seguida são apresentadas as fontes de Direito Internacional Público que compõem o Direito dos Conflitos e o Direito Internacional Humanitário, além de versarem sobre a legitimidade e legalidade da iniciativa de guerra. Também se aborda o papel de instituições como a ONU e o TPI e os institutos da Responsabilidade dos Estados e do Direito Internacional Penal e a respectiva responsabilização de Estados e indivíduos. A seguir se comenta as distinções entre *jus in bellum* e *jus ad bellum*. Por fim se analisa o caso específico da invasão do Iraque pela coalizão liderada pelos Estados Unidos dentro da Guerra ao Terror empreendida pelo então presidente George Bush no que ficou conhecido como a Doutrina Bush. Diante das justificativas apresentadas para a invasão do país do Oriente Médio, em comparação com os resultados e consequências desse ato, mais o reporte de várias práticas de abuso e contrárias às Convenções de Genebra se concluiu que a referida guerra consiste em violação das normas e acordos do Direito Internacional Público. Também se chega à conclusão de que a conduta das forças de ocupação do Iraque por ocasião da invasão também devem ser objeto de perscrutação com base no Direito Humanitário e no Direito Internacional Penal, porém a posição de força dos Estados Unidos e outros ainda constituem em sério obstáculo para a erradicação de conflitos e mesmo para a prevenção de atos desumanos e excessos praticados durante a guerra quando os beligerantes são grandes potências agredindo países mais fracos.

PALAVRAS-CHAVE: Direito dos Conflitos; Direito Humanitário; Guerra do Iraque.

INTRODUÇÃO

Quando se pensa na palavra “guerra”, o medo e a incerteza rondam a mente humana, e por mais que seja assustador pensar em um grande conflito entre determinadas nações, fica difícil visualizar por trás de todo o atrito, uma certa organização. Acontece que, todo conflito armado que ultrapasse a barreira nacional/internacional, atrai para si a atenção da ONU, que visa sempre manter o equilíbrio de harmonia mundial.

Os seres humanos, tal como assinalou Hobbes (*apud* RIBEIRO, 2011, p, 120) sempre tiveram os conflitos como parte de sua realidade cotidiana. Como atesta o intelectual e historiador contemporâneo Yuval Noah Harari:

Alguns acadêmicos imaginam as antigas sociedades de caçadores-coletores e argumentam que a guerra e a violência só surgiram com a Revolução Agrícola, quando as pessoas começaram a acumular propriedade privada. Outros estudiosos sustentam que o mundo dos antigos caçadores-coletores era excepcionalmente cruel e violento (HARARI, 2020, p. 66).

Nesse sentido, as condições socioeconômicas, alimentares, ideológicas e culturais sempre foram determinantes ora para a eclosão da guerra, ora para o estabelecimento da paz. Se para alguns historiadores a Revolução Agrícola foi o princípio de uma era beligerante entre os seres humanos devido às disputas pelos melhores locais de caça e colheita, a Guerra Fria (1947-1991) marcou a divisão do mundo entre os capitalistas e os socialistas, com inúmeros conflitos armados em locais disputados, seja pela riqueza econômica, seja pela zona de influência geopolítica.

Entretanto, retornando a uma recapitulação histórica, o período denominado Idade Média, que compreende os séculos V a XV, foi fundamental na construção de uma base legal para a guerra. Consoante o destaque do doutor Harari (2020, p. 65), o ser humano sempre buscou pelo conflito, mas esse, em tempos mais recentes, recebeu um revestimento normativo que delimita sua legalidade. A depender do arcabouço regimental, uma guerra pode ser tanto justa como injusta.

Pode-se afirmar que a guerra estava pautada quase que totalmente no sentido de poder – o que mudaria a partir dos séculos XVII e XVIII. O Tratado de Westfália instituindo em 1648 a igualdade jurídica dos Estados soberanos, imprimindo assim mais juridicidade às relações internacionais e lançando as bases da legalidade da guerra pode ser considerado o marco inicial do direito de guerra moderno. Por sua vez os conceitos de dignidade humana e direitos universais germinados no iluminismo e na Declaração dos Direitos do Homem em 1789, que continuaram sua evolução no século seguinte e se consolidaram com as declarações de Genebra e o Direito Humanitário Internacional lançam as bases do *jus in bellum*, ou direito da guerra (MAZZUOLI, 2015, pp. 1188 e 1189).

O século XIX foi marcado por uma relativa redução de conflitos em larga escala na Europa, ao menos em comparação com os séculos anteriores. O século seguinte radicalmente mudou esse quadro com dois conflitos sem precedentes tanto pela abrangência e pelo poder destrutivo. A Primeira Guerra Mundial, travada entre 1914 e 1918 e a Segunda Guerra Mundial,

de 1939 a 1945, certamente são os mais mortíferos conflitos registrados na História, além de deixarem como legado grave devastação socioeconômica que perseverou após o fim das hostilidades, foi neste período que emergiram os principais acordos do Direito Internacional Humanitário e dos arranjos institucionais para a prevenção dos conflitos sobretudo em larga escala (CICV, 2010, *online*).

A tentativa de evitar um conflito em larga escala como havia acabado de acontecer através da criação da Liga das Nações, a antecessora da Organização das Nações Unidas (ONU), após o Tratado de Versalhes, que pôs fim à Primeira Guerra falhou, mas após as atrocidades e poder destrutivo demonstrado no grande conflito que se seguiu viu-se a necessidade de um sistema e mecanismos mais eficientes na manutenção da paz e que realmente contribuíssem para evitar conflitos entre as potências (MAZZUOLI, 2015, pp. 682 e 683).

A criação da ONU e os tratados e acordos posteriores à Segunda Guerra Mundial tem aparentemente funcionado para resolver as divergências por meio do direito e da política ao invés das relações de força e dos conflitos generalizados que se sucediam a mudanças no equilíbrio de poder. Por outro lado, conflitos menores, muitos inclusive opondo grandes potências a países menores e persistentes guerras civis ou dominações de povos ou grupos por outros ainda são recorrentes e em algumas regiões, constante realidade.

Nesse contexto, a Guerra do Iraque iniciada pelos Estados Unidos e seus aliados em 2003 consiste em ilustrativo caso para se analisar o impacto da realidade política na aplicação das normas de Direito Internacional Público concernentes aos conflitos. A análise desse e outros exemplos pode se dar em duas perspectivas: a legitimidade do ato de invasão pelo que se conhece como o direito de fazer a guerra e a condução do conflito e ações praticadas pelos beligerantes.

A justificativa para a invasão do Iraque foi a ameaça representada pelas armas de destruição em massa e pela suposta ligação do ditador iraquiano Saddam Hussein com a rede terrorista Al Qaeda, fatora dos atentados de Nova York em 11 de setembro de 2001. Como ambas se revelaram infundadas, tanto a existência de arsenal de destruição em massa como relação entre o Iraque e a Al Qaeda, a justificativa passou para o campo moral assumindo o discurso da proteção do povo iraquiano da brutalidade ditatorial e implementação da democracia e autogoverno da população no Iraque (ASSIS e SILVEIRA, 2018, *online*).

As barbaridades ocorridas durante e depois o conflito, com a situação caótica e a instabilidade política que se seguiu tanto joga por terra a justificativa em defesa da população

iraquiana como coloca a ação de Washington e dos demais governos envolvidos, com os indivíduos que os representam, em perspectiva igualmente desfavorável sob a ótica do Direito Humanitário e das normas que regulamentam a conduta na guerra.

A análise da Guerra do Iraque sob a ótica do Direito dos Conflitos e do Direito Internacional Humanitário proporciona importantes reflexões sobre a prevenção de conflitos entre Estados como meta de longo prazo e a prevenção de práticas desumanas, cruéis e abusivas nos conflitos em curso ou que porventura não puderem ser evitados.

REFERENCIAL TEÓRICO

O jurista holandês Hugo Grócio, conhecido como o pai do Direito Internacional Público, conceitua guerra como "o estado de indivíduos, considerados como tais, que resolvem suas controvérsias pela força". Desta feita, guerra não é simplesmente o combate propriamente dito, mas, como acrescenta o filósofo italiano Sérvio Mário Honorato na obra *De Legibus Specialibus*, de Fílon de Alexandria, "é todo o tempo durante o qual se faz os preparativos para entrar em combate ou durante o qual se leva a efeito a luta". (GROTIUS, 2004, pp. 69 e 70)

Assim, classificar apenas os enfrentamentos de armas como guerra, da forma como fez Cícero em sua obra *De Officiis*, é descaracterizar uma série de períodos da humanidade onde inexistiram a violência entre duas ou mais nações, em que pese sê-la na realidade. Para além desses enfrentamentos, os dois sujeitos da guerra, que se entendem como tais, devem intentar a condição beligerante. (GROTIUS, 2004, pp. 69 e 70)

O raciocínio de Sérvio, corroborado por Grócio, encontra semelhança na obra *O Leviatã*, do célebre contratualista Thomas Hobbes. Membro de um conceituado rol de filósofos que entre o século XVI e o XVIII defenderam a origem do Estado a partir de um contrato, o escritor trazia à baila a igualdade natural dos indivíduos:

[...] a diferença entre um e outro homem não é suficientemente considerável para que qualquer um possa com base nela reclamar qualquer benefício a que outro não possa também aspirar, tal como ele. Porque quanto à força corporal o mais fraco tem força suficiente para matar o mais forte, quer por secreta maquinação, quer aliando-se com outros que se encontrem ameaçados pelo mesmo perigo. (RIBEIRO, 2011, p. 119)

Nesse diapasão, Hobbes não afirma utopicamente que todos os indivíduos são iguais, mas, conforme síntese de Renato Janine Ribeiro, "que são 'tão iguais que...': iguais o bastante para que nenhum possa triunfar de maneira total sobre o outro" (RIBEIRO, 2011, pp. 119 e 120). Dessa forma, se todo sujeito é opaco aos olhos de seu semelhante, haja vista a impossibilidade de saber o que o próximo deseja ou pretende, o que resta é a antecipação de um

mal que o outro poderia causar, restando atacá-lo para evitar ser atacado. Daí a consagrada máxima: o indivíduo é o lobo do próprio indivíduo.

Como forma de exemplificar a supra mencionada condição bélica do indivíduo, a escritora bielorrussa Svetlana Alexijevich cita, em seu livro *A guerra não tem rosto de mulher*, o relato de Liubov Ivánovna Lyubchik, comandante do pelotão de fuzileiros do Exército Vermelho soviético que lutou durante a Segunda Guerra Mundial:

[...] na guerra você é metade humano, metade animal... É assim. De outra forma não se sobrevive. Se você for só humano, não sai vivo. Queima a cachola! Na guerra é preciso lembrar de algo a respeito de si. Algo... Lembrar de algo dos tempos em que o ser humano ainda não era completamente humano. (ALEXIJEVICH, 2011, p. 1153)

Hedley Bull (2002) define a guerra como violência organizada promovida por unidades políticas entre si. Portanto, é possível inferir que para este pensador o conceito de guerra está diretamente ligado ao de soberania. Paralelamente, segue Hobbes que estando os seres desprovidos de legislações, códigos ou sanções,

[...] quando um invasor nada mais tem a recear do que o poder de um único homem, [...] é provavelmente de esperar que outros venham preparados com forças conjugadas, para desapossá-lo e privá-lo [...] de sua vida e de sua liberdade. Por sua vez, o invasor ficará no mesmo perigo em relação aos outros. (RIBEIRO, 2011, p. 122)

O raciocínio converge na importância de um tratado capaz de frear os impulsos da discórdia, causadas, segundo o autor, pela competição, desconfiança e glória, e que provocam a guerra generalizada. Essa última deve ser entendida como um estado, e não uma ação, porque

tal como a natureza do mau tempo não consiste em dois ou três chuviscos, mas numa tendência para chover que dura vários dias, assim também a natureza não consiste na luta real, mas na conhecida disposição para tal, durante todo o tempo em que não há garantia do contrário. Todo o tempo restante é de paz. (RIBEIRO, 2011, p. 124)

Portanto, há a necessidade de uma constituinte capaz de regular a vida em sociedade. Hobbes argumenta que as atitudes humanas não violam nenhum preceito até que "se tome conhecimento de uma lei que as proíba [...] e nenhuma lei pode ser feita antes de se ter determinado qual a pessoa que deverá fazê-la". Daí a importância do Estado, senão, "enquanto cada homem detiver seu direito de fazer tudo quanto queira todos os homens se encontrarão numa condição de guerra". (RIBEIRO, 2011, p. 140)

Situação análoga ocorreu em meados do século XVII, na assinatura de um tratado internacional conhecido como Paz de Westfália, que pôs fim à Guerra dos Trinta Anos (MAZZUOLI, 2015, p 1188). Naquele período, a Europa enfrentava décadas de disputas religiosas entre os reinos, centralizada na onipotente Igreja Católica. A Reforma Protestante

ameaçou o domínio absoluto do cristianismo romano, intrinsecamente ligado aos governos da época, levando a competição entre ramificações do cristianismo ao contexto geopolítico.

Para encerrar, então, a beligerância, os países da Europa ocidental concordaram em estabelecer a diplomacia nas suas respectivas políticas, evitando novas batalhas. A importância dessa ideia geral é o reconhecimento de igualdade entre essas nações, aquilo que Grócio menciona em *O direito da guerra e da paz*, respaldado por Hobbes em *O Leviatã*.

Em suma, se todos os sujeitos (ou países) se reconhecem como iguais, ou haverá a guerra – uma vez que não há o que perder –, ou haverá a paz – sobejando uma comunidade organizada, com leis e princípios a serem seguidos, bem como sanções se descumpridos. Na lacuna de uma organização internacional capaz de penalizar o beligerante, a única resposta daquelas nações naquele momento era o confronto *de facto*. Entretanto, esse cenário mudou com a Paz de Westfália (MAZZUOLI, 2015, pp. 71 e 72).

Em 1648 os Estados reconheceram suas soberanias em seus respectivos territórios, o dever de não interferir nos assuntos internos, suas igualdades em direitos e deveres – que dizem respeito inclusive às suas personalidades jurídicas internacionais – e o respeito em cumprir os compromissos firmados, conhecido como *pacta sunt servanda*.

Desta feita, os Estados são os sujeitos originários do Direito Internacional Público, responsáveis por centralizar os atos da comunidade internacional. Para sua concretização, a ciência política elenca a necessidade de um território independente, um governo autônomo e um povo. Esse conceito é frequentemente nomeado de *territorial*, haja vista a necessidade de que o sujeito estatal faça valer a sua autoridade sobre as pessoas e as coisas situadas dentro das respectivas fronteiras. (MAZZUOLI, 2010, p. 472)

A evolução desse entendimento trouxe outras características como basilares de um ente estatal. A Convenção de Montevideo sobre os Direitos e Deveres dos Estados, de 1933, cita a capacidade de se relacionar com demais Estados como o quarto fundamento, uma visão de mundo que se aperfeiçoou a partir da expansão da globalização e do multilateralismo.

Contudo, a formação dos Estados, apesar de se concretizar através da compilação de normas constitucionais, se trata de uma reunião por vezes gradual desses elementos, motivo pelo qual o célebre professor Erich caracteriza esse movimento como um fato histórico, e não propriamente jurídico. (ERICH *apud* MAZZUOLI, 2010, p. 473)

Portanto, a responsabilidade internacional em caso de guerra recai, em regra geral, sobre o Estado, e não necessariamente sobre seus indivíduos, apesar dessa postura ter-se alterado

quase que absolutamente após a Segunda Guerra Mundial, onde os tribunais de exceção de Nuremberg e de Tóquio condenaram diversos líderes nazistas e simpatizantes ao nazismo pelos crimes cometidos pelos países do "Eixo". (DEL PRETI e LÉPORE, 2020, p. 242)

Por fim, a partir da ótica anarquista do sistema internacional, bem como da lente de mundo *hobbesiana* que enxerga a beligerância como pré-condição inerente do ser humano, a guerra é um elemento histórico de transformações sociais. Contudo, como lição do relato da terceiro-sargento da guarda soviética Tamara Stiepánovna Umniáguina, reunido por Alexijevich em sua obra, a guerra, apesar de todo o sofrimento, continua sendo algo intrinsecamente humano:

Os combates mais terríveis. Mais terríveis de todos. Meu bem... não pode existir um coração para odiar e outro para amar. O ser humano só tem um, e eu sempre pensei em como salvar meu coração. Depois da guerra, passei muito tempo com medo do céu, até de levantar a cabeça para o céu. Tinha medo de ver a terra arada. E as gralhas já estavam passando por ela tranquilamente. Os pássaros logo se esqueceram da guerra. (ALEXIJEVICH, 2016, p. 5354)

A guerra é uma situação recorrente na história humana desde tempos imemoriais. É possível inferir que uma das maiores razões de ser do direito e da sociedade civil institucionalizada é prevenir os conflitos e assegurar a harmonia e que o Direito Internacional tem evoluído com a finalidade de prevenir os conflitos entre Estados e assegurar o máximo de proteção aos indivíduos e comunidades assoladas pela violência da guerra.

A GUERRA E AS FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

No Direito Internacional Público, as regras são criadas de acordo com as necessidades que surgem entre os estados e as organizações internacionais, regras estas, resolver os conflitos de forma pacífica e através manter uma relação de reciprocidade e convergência de interesses entre as nações, sempre olhando para o bem comum da humanidade. No direito interno dos Estados, há uma divisão das fontes em primárias e secundárias e as mais conhecidas são, a Constituição (se o País conta com uma), as leis elaboradas pelo legislativo, o costume, jurisprudência entre outros. Por outro lado não existe no direito externo uma autoridade soberana no prisma decisório, ou seja, tudo que é decidido no plano internacional depende da cooperação organizada entre os Estados. (MAZZUOLI, 2010, p.32)

Existe um rol mais específico, sobre as fontes primárias do Direito Internacional Público, previsto no art. 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, vale salientar que, se trata de um rol meramente exemplificativo, assim, podem existir outras fontes do direito internacional, que não estejam elencados nele.

O art.38 do Estatuto da CIJ, como se vê, elenca como sendo fontes do direito internacional os tratados internacionais, o costume internacional e os princípios gerais de direito. Estas são as fontes primárias do direito internacional, de sorte que qualquer regra que pretenda ser considerada como norma de direito das gentes não pode derivar de outro lugar senão de uma delas (MAZZUOLI, 2010, p. 33).

A Carta de São Francisco, o tratado constitutivo da ONU é o tratado de maior abrangência em número de estados e mais do que vincular os países na organização interestatal os integra no Sistema das Nações Unidas, que de forma inusitada na História cria um espaço comum de defesa dos direitos e garantias aos povos e indivíduos e promoção da paz e cooperação para se atingir objetivos comuns na comunidade internacional.

Sob a ótica da Carta da ONU, os litígios devem ser resolvidos de forma pacífica e os conflitos são praticamente o último recurso, sendo que para ocorrer uma situação de guerra muito frequentemente uma das partes incorreu no crime de agressão ou persistiu em alguma injustiça ou estado de coisas similar que levou à outra parte a recorrer ao extremo da reação armada (MAZZUOLI, 2015, pp. 686 e 687). Segundo o artigo 33 da Carta:

1. As partes numa controvérsia, que possa vir a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais, procurarão, antes de tudo, chegar a uma solução por **negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, via judicial, recurso a organizações ou acordos regionais**, ou qualquer outro meio pacífico à sua escolha.
2. O Conselho de Segurança convidará, se o julgar necessário, as referidas partes a resolver por tais meios as suas controvérsias. (Grifos acrescentados) (ONU, 1945, *online*)

Portanto, sob a perspectiva do Direito Internacional Público em consonância com o tratado constitutivo da ONU apenas o Conselho de Segurança pode, através de suas resoluções, ameaçar uso da força e declaração de guerra em caso de violação de norma que coloque em risco a segurança ou represente ameaça grave para humanidade e o Direito das Gentes.

Além de buscar a regulamentação do ato ou iniciativa de principiar uma guerra, as normas de Direito Internacional Público também visam a proteção dos indivíduos e minimização dos efeitos das beligerâncias para as populações afetadas, tanto para os militares e agentes oficiais envolvidos como, e mais notadamente, para a população civil. Nessa seara, as Convenções de Genebra e seus Protocolos Convencionais formam o arcabouço normativo do Direito Internacional Humanitário e servem como base legal para definição e tipificação dos crimes de guerra.

Importante destacar que, se de um lado, instituições ligadas à ONU como o Conselho de Segurança e a Corte Internacional de Justiça, além dos instrumentos regionais de proteção aos Direitos Humanos atuam para responsabilizar os Estados, tem-se a esfera do Direito

Internacional Penal para punir os indivíduos por crimes de guerra e graves violações de direitos humanos.

A prática de penalizar os indivíduos por aspectos relacionados ao início ou à própria condução dos conflitos teve como marco os tribunais de Nuremberg e Tóquio, que julgaram indivíduos apontados como criminosos de guerra nazistas e japoneses após a Segunda Guerra Mundial. Apesar do aspecto político desses tribunais, que colocaram no banco de réus apenas indivíduos pertencentes às nações derrotadas no conflito, a responsabilização de indivíduos por atos cometidos em nome dos Estados e governos perseverou e se materializou em tribunais *ad hoc* como o Tribunal de Ruanda de 1994 e o Tribunal da Iugoslávia em 1997 (MAZZUOLI, 2015, pp. 1042 e 1043).

Em 1998, a penalização de indivíduos dentro do rol normativo dos conflitos ganhou nova proporção com o Estatuto de Roma, que criou o Tribunal Penal Internacional (TPI), em caráter permanente, que entrou em vigor em 2002. Com a criação do TPI o Direito Internacional Penal se consolida como instrumentação complementar na prevenção de conflitos e proteção dos indivíduos vítimas de conflitos ou mesmo de atos de repressão realizadas na esfera interna dos Estados. No Estatuto de Roma (1998, *online*) estão elencados os crimes sob jurisdição do TPI:

A competência do Tribunal restringir-se-á aos crimes mais graves, que afetam a comunidade internacional no seu conjunto. Nos termos do presente Estatuto, o Tribunal terá competência para julgar os seguintes crimes:

- a) O crime de genocídio;
- b) Crimes contra a humanidade;
- c) Crimes de guerra;
- d) O crime de agressão.

(ESTATUTO DE ROMA, 1998, *online*)

O Direito Internacional Penal está intimamente ligado ao Direito Humanitário, uma vez que busca prevenir contra crimes de guerra e contra a humanidade e punir indivíduos por estes crimes em todo o espaço mundial. Desta maneira, têm-se no escopo do Direito Internacional Público o escopo normativo que inibe os atos de agressão e condutas que violam a dignidade humana nos conflitos abertos tanto por parte dos Estados como unidades soberanas como dos indivíduos como sujeitos de Direito Internacional.

As Convenções de Genebra e seus Protocolos Adicionais compõem o núcleo do Direito Internacional Humanitário, o ramo do Direito Internacional que regula a condução dos conflitos armados, buscando limitar seus efeitos. É importante notar que Direito Humanitário possui caráter universalizante (SWINARSKI, 2003, p. 39 e 40).

As Convenções e seus Protocolos estipulam medidas a serem tomadas para evitar ou colocar um fim em todas as violações. Contêm normas estritas para lidar com as chamadas “infrações graves”. Os indivíduos responsáveis pelas infrações graves devem ser encontrados, julgados ou extraditados, seja qual for sua nacionalidade (CICV, 2010, *online*).

JUS AD BELLUM E JUS IN BELLUM E O DIREITO DA GUERRA

Conforme mencionado, até mesmo para a situação de confronto aberto existem parâmetros no atual contexto da sociedade global. Nessa perspectiva, a guerra é regida pelo direito de guerra (*jus ad bellum*) e direito da guerra (*jus in bellum*) pelos princípios do Direito Internacional Humanitário, somente normatizados na década antecedente à Segunda Guerra Mundial, mas que já vigoravam no direito internacional. (CICV, 2010, *online*)

Segundo Bobbio (2002, pp. 117 e 118), é possível considerar a relação entre guerra e direito sob 4 perspectivas: 1. a guerra como antítese do direito, ou seja, uma situação em que o direito deixa de ser aplicado justamente pelo estado de guerra; 2. como um meio para realizar o direito, o que se traduz em uma situação injusta cuja reparação só é possível mediante o uso da força; 3. como objeto de direito, no caso um estado de coisas que deve ser regulamentado pelo direito ainda que caracterizado pelo conflito e uso da força; 4. e, por fim, como fonte de direito, perspectiva a qual se associa a Teoria da Guerra Justa.

Foi na transição do período medieval para a Idade Moderna que principiou a se desenhar as concepções da guerra justa e da legalidade nas situações de beligerância. Anteriormente a esse contexto é possível observar os esforços dos romanos para imprimir legitimidade a suas ações de agressão por meio de ritos formais de declaração de guerra e exposição de motivos que os obrigava a recorrer ao uso da força – os *casus belli* – como se pode verificar na narrativa dos antigos historiadores romanos (SWINARSKI. 2003 p. 33).

A percepção da justiça da guerra como algo inerente à esfera jurídica e não à propaganda política está associada ao jusnaturalismo e ganhou força no século XVII, passando das concepções filosóficas aos paradigmas políticos com o Tratado de Westfália em 1648. Em fins de século XIX e início do XX e sobretudo com o fim da Segunda Guerra Mundial e o surgimento da ONU a questão da guerra legítima e, por extensão, a concepção teórica e prática do direito de guerra passou a ser cada vez mais institucionalizada (MAZZUOLI, 2015, p. 685).

O *jus in bellum* busca fiscalizar e limitar a força aplicada entres os Estados em uma situação de beligerância. Diante da falta de uma autoridade central na sociedade internacional anárquica (BULL, 2002), os próprios Estados se comprometem em evitar o uso da força física

entre si. Assim, caso se faça necessário o confronto, esse deve ser travado apenas se houver motivo justo dentro dos limites humanitários. (CICV, 2010, *online*). Segundo entendimento de Hedley Bull (2002, p. 215):

A sociedade internacional é compelida a restringir o direito dos estados de fazer a guerra. Admitir que os estados têm o direito de fazer a guerra uns contra os outros por qualquer motivo, e sem limites, significaria negar que eles são regidos por regras e instituições comuns [...] procurou-se restringir as razões legítimas para se recorrer à guerra - um processo que remonta ao início do sistema de estados - com a influência da doutrina de que a guerra só podia ser iniciada havendo uma causa justa e, modernamente, por meio de instrumentos legais como a Carta da Liga das Nações, o Pacto Kellogg-Briand ou a Carta das Nações Unidas (BULL, 2002, p. 215).

Embora o *jus ad bellum* como era concebido na Idade Moderna, como o direito de guerra baseado mais em princípios que em acordos, característico do período em que os Estados eram únicos sujeitos de Direito Internacional como entes soberanamente iguais esteja defasado na Sociedade Internacional contemporânea, muitos dos seus conceitos são utilizados pelos agentes políticos para justificar iniciativas de guerra ou atos de agressão (BOBBIO, 2002, p. 130). No contexto do pós-Segunda Guerra, no entanto, as instituições políticas e organizações interestatais figuram como instrumentos mais efetivos para manutenção da paz e qualquer ação bélica sem o aval destas instituições é considerada ilegítima. Segundo a Carta da ONU:

Os Estados devem abster-se de ameaçar ou usar a força contra a integridade territorial ou a independência política de outro estado (Art. 2º, para. 4º). As exceções a esse princípio são previstas para os casos de autodefesa ou conforme a decisão adotada pelo Conselho de Segurança da ONU no capítulo VII da Carta da ONU. (ONU, 1945, *online*)

O Direito Internacional Humanitário surgiu com o objetivo de proteger as vítimas dos conflitos e limitar os efeitos dos atritos entre os povos para o cidadão comum e as diversas coletividades, sem quaisquer tipos de distinção étnica, cultural, de crença e opinião ou política. Para sua efetividade é aplicado o princípio do *jus in bellum* abrangendo o máximo das guerras que envolvam aspectos de preocupação humanitária. Sobretudo regula suas realidades desconsiderando os motivos que deram início ao conflito, haja vista que o objeto não é o motivo da guerra, e sim suas consequências (CICV, 2010, *online*).

DISCUSSÃO

O CASO DO IRAQUE E A GUERRA AO TERROR DE GEORGE BUSH

A invasão do Iraque em 2003 pela coalizão liderada pelos Estados Unidos para conter e eventualmente eliminar a ameaça de Saddam Hussein, que comandava o país de forma autocrática, é excelente caso de estudo para análise do direito de guerra e do direito da guerra nos conflitos atuais. O ato de agressão ao Iraque e suas consequências para a população local e

impactos na crise humanitária mundial foi amparado por fracos argumentos na esfera da legitimidade da guerra (PINHEIRO, 2009, *online*).

O ditador iraquiano chegara ao poder em 1979 liderando seu partido *Ba'ath* de cunho nacionalista e panarabista, modernizador e laico, com o discurso de transformar o país em uma potência econômica e um grande poder militar regional. A Revolução Islâmica que depôs o governo aliado de Washington no Irã e se declarou abertamente inimigo dos Estados Unidos tornou Saddam Hussein um promissor aliado. Pensando que este poderia ser uma peça-chave no contrabalanço ao poder do Irã e, como figura secular e modernizadora, baluarte de oposição ao islamismo político, a Casa Branca chegou a apoiar o Iraque de Saddam na Guerra Irã-Iraque, de 1980 a 1988 (GILBERT, 2005, pp. 296 e 297).

O expansionismo militar e as pretensões de grandeza de Saddam Hussein acabaram por torna-lo ameaça ao status quo no Oriente Médio e inimigo dos Estados Unidos. A tensão entre Washington e Bagdá evoluiu a ponto de conflito no que ficou conhecido como Guerra do Golfo, na qual os Estados Unidos, com aval da ONU realizou uma intervenção militar em território iraquiano, derrotando e enfraquecendo Saddam, mas ainda o deixando que este se conservasse no poder.

A intervenção militar de 1991 se baseou na Resolução 687 do Conselho de Segurança da ONU e na proteção à integridade territorial do Kuwait, país soberano, membro das Nações Unidas e com relações diplomáticas com os países da coalizão. No entanto, a invasão de 2003, liderada pelo presidente norte americano George Bush, ladeado pelo premier britânico Tony Blair, invocou como pretexto a ameaça de armas de destruição em massa e uma suposta relação entre os terroristas da Al Qaeda e o *mukhabarat*, serviço secreto iraquiano (PINHEIRO, 2009, *online*).

O próprio *casus belli* foi insuficiente para o Conselho de Segurança e a maior parte das nações, que não apoiaram e muito menos participaram da ação militar. Após a invasão não se encontrou as armas que se alegaram estar em posse do ditador iraquiano e a conclusão da Central de Inteligência Americana (CIA) foi que não havia indícios de ligação entre Saddam Hussein e o *ba'ath* com o mentor dos atentados do 11 de setembro, Osama Bin Laden, e a poderosa rede terrorista comandada pelo saudita (PINHEIRO, 2009, *online*).

Apenas quatro países participaram da ação, sendo eles: Estados Unidos, Reino Unido, Austrália e Polônia. Outros países participaram com apoio logístico ou enviando efetivos para integrar as forças de ocupação. Porém, o insucesso em comprovar a ameaça do poderio militar

do déspota iraquiano e sua culpabilidade nos eventos do 11 de setembro, somado às mortes de militares e as repercussões do desastre humanitário da invasão minguraram o apoio à guerra de George Bush entre os próprios cidadãos estadunidenses (GILBERT, 2005, p. 297).

Sob a ótica do direito de guerra, portanto, a invasão do Iraque em 2003 carece de amparo tanto institucional como ético-moral para ser considerada legítima e consoante às normas estabelecidas pelos principais sujeitos de Direito Internacional. Além de não representar uma ameaça direta ou qualquer outro quesito previsto nas normas do Direito dos Conflitos, a ação dos Estados Unidos também não contou com o apoio e muito menos autorização do Conselho de Segurança da ONU para se realizar, o que revela na verdade a ação unilateral de um Estado em flagrante desacordo com o Direito Internacional (PINHEIRO, 2009 *online*).

Passando para a discussão do direito na guerra e as normas que regulamentam as condutas em situações de conflito e tipificam os crimes que podem ser cometidos por indivíduos em tais situações. Além do Estatuto de Roma (1998), que tipifica e especifica os crimes de guerra, contra a humanidade e de genocídio, é importante mencionar o Artigo 3º, comum às quatro convenções de Genebra:

Em caso de conflito armado de caráter não internacional que ocorra em território de uma das Altas Partes Contratantes, cada uma das Partes em conflito deverá aplicar, pelo menos, as seguintes disposições:

1) As pessoas que não participarem diretamente do conflito, incluindo membros das forças armadas que tenham deposto as armas e pessoas que tenham sido postas fora de combate por enfermidade, ferimento, detenção ou qualquer outra razão, devem em todas as circunstâncias ser tratadas com humanidade, sem qualquer discriminação desfavorável baseada em raça, cor, religião ou crença, sexo, nascimento ou fortuna, ou qualquer outro critério análogo.

Para esse efeito, são e permanecem proibidos, sempre e em toda parte, em relação às pessoas acima mencionadas:

- a) os atentados à vida e à integridade física, em particular o homicídio sob todas as formas, as mutilações, os tratamentos cruéis, torturas e suplícios;
- b) as tomadas de reféns;
- c) as ofensas à dignidade das pessoas, especialmente os tratamentos humilhantes e degradantes;
- d) as condenações proferidas e as execuções efetuadas sem julgamento prévio por um tribunal regularmente constituído, que ofereça todas as garantias judiciais reconhecidas como indispensáveis pelos povos civilizados (CICV, 1949, *online*).

Durante a ocupação ocorreram episódios de violações ao Direito dos Conflitos como as torturas e abusos na prisão de Abu Ghraib, que ocorriam de forma sistemática e só foram revelados ao público norte americano em fins de abril de 2004. Embora tenha sido classificado pela Casa Branca como episódios isolados bom outros outras Fontes revelam que a tortura era considerada parte do processo da Guerra ao Terror sendo inclusive recomendada pelo departamento de justiça dos Estados Unidos no caso de terrorismo (MEMO, 2019, *online*).

Embora após a divulgação dos abusos o governo tenha reagido com a prisão de alguns militares apontados como responsáveis ou flagrados cometendo abusos, a falta de responsabilização tanto dos Estados Unidos como unidade soberana como de indivíduos de maior escalão no governo pelos atos desumanos e pela crise humanitária desencadeada pela operação militar no Iraque não contribuem para o fortalecimento da proteção internacional da pessoa humana e para a erradicação da agressão e ação militar desprovida de amparo legal e moral segundo a ótica do Direito dos Conflitos (ASSIS e SILVEIRA, 2018, *online*).

O fato de os Estados Unidos não integrarem o Estatuto de Roma e portanto não serem abrangidos pela jurisdição do TPI consiste em sério entrave para a prevenção de violações ao Direito Humanitário e ao *jus ad bellum* e ao *jus in bellum* levando em conta o elevado potencial de atuação militar deste país em diferentes regiões de todo o planeta. Sem o temor de penalização por sua conduta individual por uma corte internacional certamente os militares e agentes de Estado ficam menos propensos a evitar incorrer no que poderia ser taxado como crime de genocídio, de agressão. De guerra ou contra a humanidade .

A possibilidade de jurisdição no TPI no caso da Guerra do Iraque poderia se dar tanto pela nacionalidade dos possíveis infratores das normas de direito humanitário e dos conflitos abrangidas pelo Estatuto de Roma como se os possíveis crimes fossem perpetrados no território de um estado-parte deste tratado. Como nem Iraque nem Estados Unidos reconhecem a jurisdição do TPI essa alternativa de julgamento dos criminosos de guerra fica inviabilizada. Por outro lado, a presença do Reino Unido, que assinou e ratificou o Estatuto de Roma, na coalizão invasora facultaria o indiciamento de Tony Blair, o primeiro-ministro britânico à época da invasão, pelo crime de agressão, previsto no referido estatuto (ASSIS e SILVEIRA, 2018, *online*).

Do ponto de vista da responsabilidade Internacional dos estados as perspectivas de imputabilidade do estado norte americano por eventos como a Guerra do Iraque são igualmente pouco promissoras na prevenção da violação da soberania alheia e do Direito dos Conflitos de modo geral. Como ocupa um assento permanente no Conselho de Segurança com poder de veto, os Estados Unidos podem bloquear qualquer iniciativa política contra si no âmbito dessa instituição.

A questão da legitimidade da invasão do Iraque em 2003, portanto, está mais amparada na força política que na consonância aos princípios e normas que regem o Direito dos Conflitos na esfera do Direito Internacional Público. Por mais que existam claros indícios de que tal ato

contraria o direito de guerra e o direito da guerra na atual configuração jurídica do Sistema Internacional, a posição de força dos Estados Unidos no Conselho de Segurança da ONU e a não adesão deste país ao Estatuto de Roma e, portanto, à jurisdição do TPI, constituem obstáculos para a responsabilização do país como ente soberano na sociedade internacional e ao julgamento de seus agentes como indivíduos culpados de crimes de guerra, agressão ou contra a humanidade pelo maior instituto do Direito Internacional Penal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi apresentar uma breve análise da legalidade da Guerra do Iraque, promovida pelo governo George Bush em 2003 sob a ótica do direito de guerra e do direito da guerra. A pesquisa teve como base levantamento documental e revisão bibliográfica. A consulta documental abrangeu as normas do Direito Internacional Público atual e tratados constitutivos de instituições e mecanismos como a ONU e o TPI ou as convenções que tratam do Direito Humanitário. Por sua vez a pesquisa bibliográfica teve como foco material impresso e digital de autores como Norberto Bobbio (2002), Valério Mazzuoli (2010; 2015), Adrian Gilbert (2005), dentre outros. Também foram buscados artigos e material de pesquisa na internet em sites de busca especializados como o *Google Scholar* e portais como o Monitor do Oriente Médio (MEMO), o site do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e sites oficiais do governo, onde estão dispostas as legislações e tratados de que o Brasil faz parte e também de organizações internacionais como a ONU. A primeira etapa do estudo trata da concepção de guerra e relações de conflito entre Estados segundo a visão de autores clássicos e contemporâneos. Em seguida abordou-se as fontes de Direito Internacional Público e o Direito Humanitário no que se refere à legitimidade e às normas que regulamentam a conduta na guerra. Finalmente procedeu-se à análise propriamente dita do conflito segundo as fontes e entendimentos doutrinários apontados e trabalhados ao longo do estudo. Segundo tais normas e as perspectivas apresentadas chegou-se à conclusão de que a invasão do Iraque pela coalizão liderada pelos Estados Unidos de George Bush em 2003 foi ilegítima pois não atendeu aos critérios de legítima defesa e outros atenuantes considerados válidos para que Estados recorram à força e nem contou com o aval do Conselho de Segurança da ONU, que no atual Sistema Internacional consiste na maior autoridade em questões de paz e segurança mundial. Dentro da perspectiva do Direito Humanitário e das normas que regulamentam a conduta no conflito já em curso, existem indícios de que houve práticas de violência, abusos e tortura que violam essas normas e são passíveis de inquérito pelo Direito Internacional Penal. A não adesão dos Estados Unidos ao TPI e o poder deste país no âmbito do Sistema-ONU, notadamente como membro

permanente do Conselho de Segurança com direito a veto inviabilizam a pressão das instituições e mecanismos que buscam coibir o uso da força e limitar ou evitar os excessos e abusos em situações de guerra sobre este país. Tal realidade infelizmente se configura como uma limitação do potencial do Direito Internacional contemporâneo de evitar o uso da força bélica e assegurar o mínimo de sofrimento e prejuízos para a população em situações em que o conflito não pode ser evitado.

REFERÊNCIAS

ALEXIJEVICH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 1153

ASSIS, Larissa Fernandes Ribeiro de.; SILVEIRA, Nádyá Carolline. **Invasão do Iraque: quinze anos de crimes de guerra sem julgamento**. Conjuntura Internacional – PUC-MG, Publicado em: 07/05/2018. Disponível em: <https://pucminasconjuntura.wordpress.com/>. Acesso em: 21 de maio de 2022.

BOBBIO, Norberto. **O Problema da guerra e as vias da paz**. 4. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2002. P. 181

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica: Um estudo da ordem política mundial**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.

CICV. **O DIH e outros regimes legais - jus ad bellum e jus in bellum**, 2010. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/doc/war-and-law/ihl-other-legal-regmies/jus-in-bello-jus-ad-bellum/overview-jus-ad-bellum-jus-in-bello.htm>. Acesso em: 15 de abril de 2022.

CICV. **Artigo 3º comum às quatro Convenções de Genebra**, 1949. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/doc/resources/documents/treaty/treaty-gc-0-art3-5tdlrm.htm>. Acesso em: 12 de maio de 2022.

DEL PRETI, Bruno. LÉPORE, Paulo. **Manual de Direitos Humanos**. Salvador: Juspodivm, 2020.

ESTATUTO DE ROMA. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm. Acesso em: 12 de maio de 2022.

GROTIUS, Hugo. **O direito da guerra e da paz**. Tradução: Ciro Mioranza. Ijuí: Editora Unijuí, 2004.

GILBERT, Adrian. **Enciclopédia das Guerras**. 1. ed. São Paulo: MBooks, 2005.

HARARI, Yuval Noah **Sapiens: Uma breve história da humanidade**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direito Internacional Público** Parte Geral. 5. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 2010.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MEMO. Monitor do Oriente Médio. **Lembranças das revelações de torturas americanas em Abu Ghraib**. Publicado em: 4 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.monitordooriente.com/20190504-lebrancas-das-revelacoes-de-torturas-americanas-em-abu-ghraib/> Acesso em: 19 de maio de 2022.

ONU. **Carta das Nações Unidas**. 1945. Disponível em: <http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/documentos/>. Acesso em: 18 de março de 2022

PINHEIRO, Leandro Guerreiro. **Guerra do Iraque: análise de sua legalidade frente ao Direito Internacional contemporâneo**. Soleis, Rio de Janeiro, 23 mai. 2009.

RIBEIRO, Renato Janine. **Hobbes: o medo e a esperança**. Em: WEFFORT, Francisco. (Ed.). Os clássicos da política. São Paulo: Editora Ática, 2011. p. 121–176.

SWINARSKI, Christophe. O Direito Internacional Humanitário como Sistema de Proteção Internacional da Pessoa Humana. **Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos**, n. 4, p. 33-48, dez. 2003. ISSN 1677-1419. Disponível em: <http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/5>. Acesso em: 13 de maio de. 2022.

CAPÍTULO 11

INICIATIVAS PARA À PROMOÇÃO DO IDEÁRIO DAS CIDADES INTELIGENTES E HUMANAS NO BRASIL

Victor Sthéfano de Moura Queiroz

RESUMO

O crescimento populacional incide diretamente no aumento de pessoas vivendo nas cidades, observando-se assim uma tendência mundial. Da mesma forma que o número de pessoas que vivem em áreas urbanas cresce, o número de problemas urbanos cresce em igual medida e com isso, cada vez mais gestores públicos buscam alternativas de resolver estes problemas. Nesse sentido, o ideário das cidades inteligentes surge como uma alternativa para mitigar e resolver problemas urbanos e o Brasil, assim como outros países, tenta estimular práticas de uma cidade inteligente em suas políticas urbanas. O objetivo deste artigo é refletir sobre algumas iniciativas que ocorrem no Brasil e que estão diretamente ligadas com a materialização dos pressupostos de uma cidade inteligente e humana. Cita-se como exemplo a criação da Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas, o desenvolvimento do Programa de Desenvolvimento Urbano PRÓ-CIDADES e a implantação do plano intitulado Internet das Coisas: Um plano de ação para o Brasil. Constatou-se que somente após a efetivação das ações formuladas por estas iniciativas é que problemas urbanos poderão ser mitigados ou resolvidos, oferecendo assim melhores condições de qualidade de vida urbana para os cidadãos.

PALAVRAS-CHAVE: Cidades Inteligentes e Humanas; RBCIH; Pró-cidades; Internet das coisas; Brasil.

INTRODUÇÃO

O futuro das cidades é pauta de discussão na academia, na política e nos movimentos populares visto que a crescente de problemas urbanos acaba por exigir demandas estratégicas para a sua resolução (SOUZA, 2003). A reflexão e as iniciativas criadas pelos gestores públicos e as soluções tecnológicas apresentadas pelas empresas (ALVES et al 2019) têm se configurado ao longo dos últimos anos como apostas para tornar as cidades lugares mais justos, saudáveis, criativos e sustentáveis. Desse modo, as tecnologias da informação e comunicação, associadas à política do Estado que correlacionadas a uma política das empresas (SANTOS, 1997) produzem efeitos dinâmicos, transformando cidades em cidades inteligentes.

A materialização de uma “cidade inteligente” pressupõe uma relação entre o avanço de tecnologias e a apropriação destas pelos cidadãos e pode se apresentar como uma possibilidade de oportunizar aos cidadãos um ambiente com acesso equânime à saúde, educação, segurança, recreação, moradia digna, energia, água tratada, saneamento básico, transportes, economia, destinação adequada de resíduos sólidos e governança participativa (RBCIH, 2017). Além disto

pode ser também uma alternativa para às cidades tendo em vista as projeções realizadas pela Organização das Nações Unidas cuja quais estimam que até 2060, a população da Terra seja da ordem dos nove bilhões de habitantes e destes, 65% viverão em cidades (ONU, 2012).

Mas, o que é uma cidade inteligente? É importante ressaltar que existem diversas definições devido a amplitude do seu termo originário (*smart city*). Contudo, de acordo com os estudos desenvolvidos por Alves et al (2019), uma cidade inteligente é aquela que

Cria as condições de governança, infraestruturas e tecnologia para produzir inovação social capaz de resolver problemas de crescimento, inclusão, sustentabilidade ambiental e qualidade de vida através da escuta e do envolvimento dos vários atores locais: cidadãos, governos, universidades, empresas e associações (ALVES et al 2019).

As cidades inteligentes são realidade em algumas partes da América Anglo- Saxônica (Estados Unidos e Canadá), Europa e Ásia. Vancouver (Canadá), Barcelona (Espanha) e Tóquio (Japão) são exemplos consolidados de cidades inteligentes pelo mundo. Contudo é importante ressaltar que é imprudente importar copiosamente os modelos de sucesso destas cidades para a realidade latino-americanas como Cisco, IBM, Siemens e outras grandes corporações tentam fazer através da ideia *any-space-whatever cities* (GREENFIELD, 2013). Além disto, devido a heterogeneidade dos espaços urbanos, soluções apresentadas como bem-sucedidas não necessariamente poderão ser aplicadas em qualquer lugar e a maioria delas poderia ser considerada “*smart*” antes mesmo da incorporação das TIC’s (MENDES, 2020). Nesse sentido, o estudo buscou evidenciar iniciativas e ações promovidas no Brasil que representam o ideário e os pressupostos de uma cidade inteligente e humana.

ATUAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO PARA A PROMOÇÃO DO SUPORTE TÉCNICO-CIENTÍFICO

Quando o caso brasileiro é analisado, pode-se afirmar que Estado tem buscado ofertar o suporte técnico-científico para promover formas de inovação em seu território. Cita-se como exemplos deste suporte técnico-científico, a criação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (1985), a promulgação da Lei nº 10.973 de 2014 que institui medidas de incentivo à inovação e pesquisa tecnológica no ambiente produtivo, a publicação da Portaria nº 440 de 2010 que discorre sobre a criação do Grupo de Trabalho de Redes Elétricas Inteligentes vinculado ao Ministério de Minas e Energia.

Em 2019 foi criado o Programa Minha Cidade Inteligente e no ano subsequente foi publicada a portaria nº 1329 que inseriu a temática das cidades inteligentes e sustentáveis como prioritárias para o financiamento de projetos de pesquisa. Entretanto, a atual política de governo

se apresenta como um dificultador no que diz respeito aos investimentos federais para a área de Ciência e Tecnologia. De acordo com a Agência Senado (2020), a proposta orçamentária de 2021, elaborada pelo governo federal apresentou diminuição de investimentos na pasta.

Ressalta-se que embora haja investimentos privados em pesquisas científicas, o “grosso” do setorcientífico no Brasil é custeado pelo governo por meio de agências como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (AGÊNCIA SENADO, 2020; IPEA, 2020).

INICIATIVAS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO DE CIDADES INTELIGENTES E HUMANAS NO BRASIL

De acordo com estudos organizados por Balbin e Contel (2013) pode-se afirmar que cabe à União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social, mas isto não impede que outros atores possam intervir, sugerir e contribuir para a agenda brasileira, de maneira direta ou indireta. Reforça-se que a formação de uma agenda é o primeiro passo para a formulação de uma política pública onde através da identificação de um problema específico são pensadas as possíveis políticas, atores envolvidos e possíveis formas de resolução deste problema (KINGDON, 2007).

Observamos em nosso país, políticas públicas que levem em conta as especificidades do território e regiões onde o que acontece é justamente o contrário, conforme explicitado por Feitosa e Aranha (2020)

evidenciou que o planejamento governamental realizado no país está assentado em compreensões e operacionalizações difusas do que sejam o território e a região em suas estratégias de mitigação dos desequilíbrios e desigualdades regionais que se verificam em múltiplas escalas, pois a cultura do conflito que ainda impera nas instituições governamentais se reflete em políticas públicas fragmentadas e desarticuladas, que usam como subterfúgio o rebatimento das políticas públicas no território para justificar seus orçamentos (ARANHA E FEITOSA, 2020).

As iniciativas e políticas públicas apresentadas a seguir são respostas do Estado e de outros segmentos da sociedade aos problemas da urbanização no Brasil viram na tecnologia uma oportunidade/meio para se obter uma melhor qualidade de vida urbana.

REDE BRASILEIRA DE CIDADES INTELIGENTES E HUMANAS

Um evento importante no Brasil para o avanço das discussões a respeito das cidades inteligentes foi a criação da Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas (RBCIH) em 2013. Esta rede tem como seu principal objetivo discutir os avanços necessários em termos de

legislação, para que se possa facilitar o desenvolvimento das cidades como humanas, inteligentes, criativas e sustentáveis. Para a RBCIH (2016), as cidades inteligentes

são aquelas que sustentam sua própria evolução contínua tendo como metas obem-estar, a qualidade de vida e o empoderamento do cidadão e das comunidades locais, sustentando seu desenvolvimento em ações, projetos e políticas públicas que promovam de modo igualitário a colaboração entre comunidade, poder público e sociedade civil para a mediação e solução de conflitos e promoção da criatividade local, utilizando para isso tecnologias avançadas de interação social e uma infraestrutura tecnológica resiliente, interoperável e transparente de geração e gestão de dados de modo aberto e acessível em constante aprimoramento e evolução, permitindo melhorar, incrementar e automatizar as funções da cidade de modo eficiente, integrado, sustentável e relevante para a população (RBCIH, 2016).

A iniciativa organizada pela Frente Nacional de Prefeitos começou com a adesão de apenas seis municípios em 2022 já conta com a adesão de 199 municípios, dentre os quais 6 municípios estão situados na região norte, 26 estão situados na região sul, 32 situados na região nordeste, 40 situados na região centro-oeste e 94 situados na região sudeste.

A adesão de municípios brasileiros à Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas não significa dizer que necessariamente estes já podem ser considerados Cidades Inteligentes. Pelo contrário, o que se percebe até então é que estas cidades têm de superar diversos desafios para aplicar em seus territórios os fundamentos de uma cidade inteligente onde a adesão à Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas pode indicar uma aposta para resolver problemas estruturais destas cidades (BARBOSA E SÁNCHEZ-GENDRIZ, 2021).

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO PRÓ-CIDADES

O Programa de Desenvolvimento Urbano Pró-cidades é uma iniciativa do governo federal, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional que tem como objetivo

proporcionar aos entes federados brasileiros condições para a formulação e implantação de política de desenvolvimento urbano local a partir do financiamento de investimentos apresentados na forma de projetos integrados de melhoria de um perímetro urbano, previamente definido, e, assim, garantir maior efetividade da função social da cidade e da propriedade urbana, priorizando a ocupação democrática de áreas urbanas consolidadas. Trata-se do financiamento de intervenções estruturantes, a partir da qualificação do espaço público; da democratização do acesso aos equipamentos e mobiliários urbanos; do estímulo à utilização de imóveis vazios e ociosos prioritariamente para habitação de interesse social; e do uso de tecnologias para cidades inteligentes, revertendo o processo de esvaziamento e degradação urbana, além de promover a ampliação da oferta de habitações bem localizadas (BRASIL, 2020).

Ressalta-se ainda que de acordo com Brasil (2020), além dos entes federativos, órgãos das administrações direta ou indireta, consórcios públicos, órgãos públicos gestores e as respectivas concessionárias ou permissionárias, empresas participantes de consórcios que desempenhem funções de desenvolvimento urbano local ou regional, bem como sociedades de

propósito específico, além de entes privados que possuam projetos ou investimentos na área de desenvolvimento urbano podem participar do programa, desde que estejam autorizadas pelo respectivo poder público.

Quando se analisa o conteúdo apresentado no manual técnico do Programa de Desenvolvimento Urbano Pró-cidades, percebe-se que ao longo de sua organização foram feitas menções à temática das cidades inteligentes ou a pressupostos que uma cidade inteligente deveria adotar como prática urbana. O manual orienta que sejam financiáveis ações que visem melhorar a mobilidade e o tráfego urbano como a adoção de semaforização inteligente, geração de energia renovável com medidas de iluminação pública inteligente e sistemas automatizados para aprimorar a distribuição de energia ao longo do território além do abastecimento de água priorizando ações que proporcionem sistemas de irrigação inteligente (BRASIL, 2019).

INTERNET DAS COISAS: UM PLANO DE AÇÃO PARA O BRASIL

A internet das coisas (tradução de Internet of things) é uma tecnologia que tem como objetivo integrar objetos que são utilizados no dia a dia das pessoas à internet. De acordo com estudos desenvolvidos por Santos (2016), a internet das coisas é uma extensão da internet atual, que proporciona aos objetos do dia a dia (quaisquer que sejam), mas com capacidade computacional e de comunicação, se conectarem à Internet. Sendo assim ressalta-se que a ideia de cidades inteligentes e internet das coisas se conectam, pois, uma cidade inteligente precisa desta articulação por meio das tecnologias que a internet das coisas proporciona.

É neste sentido que no Brasil, no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) em parceria com o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, apresentou uma iniciativa chamada Internet das Coisas: Um plano de ação para o Brasil. Trata-se de um estudo que visa propor um plano de ação estratégico para o país em Internet das coisas e que está dividido em quatro grandes fases sendo elas Diagnóstico Geral e Aspiração para o Brasil, Seleção de Verticais e Horizontais, Aprofundamento e Elaboração de um Plano de Ação (2018-2022) e Suporte à Implementação (BRASIL, 2017). Destaca-se que todas as atividades apresentadas pela Declaração da Internet das coisas estão de acordo com os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU (BRASIL, 2017).

Este documento apresenta dois pontos importantes que relacionam às cidades inteligentes com a Internet das coisas. O primeiro deles diz respeito a Infraestrutura de Conectividade e Interoperabilidade onde possui uma clara estratégia de criar mecanismos de incentivos para modelos de negócios em internet das coisas articulados com planos de governo

para conectividade para Cidades (BRASIL, 2017) e a sugestão para que as cidades iniciem o seu processo de transformação pela internet das coisas, saindo de uma gestão tradicional para uma gestão de cidade inteligente (BRASIL, 2017).

Por fim ressalta-se ainda que o projeto em questão tem, dentre outros, um eixo específico para a promoção da Internet das Coisas nas cidades versando principalmente sobre mobilidade urbana, segurança pública, eficiência energética, saneamento e inovação (BRASIL, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discursão aqui apresentada incita a reflexões, pois ao mesmo tempo que a cidade inteligente pode parecer um discurso retórico sobre a instrumentação tecnológica do tecido urbano e a quantificação dos processos municipais dentro de um espaço muito maior (BERARDI, 2017), pode ser também uma possibilidade de uma materialização de uma visão otimista de futuro em várias vertentes como economia, pessoas, governança, mobilidade, meio ambiente e qualidade de vida (GIFFINFER E GUDRUM, 2010).

Frisa-se aqui que somente com a materialização e implantação de ações e iniciativas previstas pela Rede Brasileira de Cidades Inteligentes e Humanas, pelo Pró-cidades e pelo plano Internet das coisas é que serão percebidas as mudanças na configuração territorial destes espaços assim como também na qualidade de vida urbana.

Ressalta-se que o discurso inteligente deve acompanhar a prática inteligente, onde os cidadãos devem ser incentivados a se apropriarem do processo de co-criação das cidades, sendo também protagonistas do processo de transformação das cidades em espaços cada vez mais humanos, inteligentes, criativos e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. A *et al.* **Smart Cities no Brasil e em Portugal: o estado da arte.** Revista Brasileira de Gestão Urbana, Curitiba, v. 11, p.1-15, 2019;

BALBIM, R.; CONTEL, F.B. **Região e Regionalização: subsídios teóricos para o ordenamento territorial.** BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasil em Desenvolvimento 2013: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2013;

BARBOSA, J. R. A. SÁNCHEZ-GENDRIZ, I. **Análise de dados aplicada às cidades inteligentes: reflexões sobre a Região Nordeste do Brasil.** Revista Confins, São Paulo, v. 49, 2021;

BERARDI, A. **Against the smart city**. Revista Eco-pós. Rio de Janeiro, v. 20(3), p. 277-283, 2017;

BRASIL. Senado Federal. **Corte de verbas da ciência prejudica reação a pandemia e desenvolvimento do país**. 25 set 2020. Disponível em < <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/09/corte-de-verbas-da-ciencia-prejudica-reacao-a-pandemia-e-desenvolvimento-do-pais>>. Acesso em 30 mar 2021;

BRASIL. **Instrução Normativa n.29**. 01 out 2020. Disponível em < <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=01/10/2020&jornal=515&pagina=24>>. Acesso em 14 maio 2021;

BRASIL. **Manual Programa de Desenvolvimento Urbano Pró-cidades**. [s.d] ago 2019. Disponível em < https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/MANUAL_DO_PROGRAMA_PR_CIDADES_00000002.pdf>. Acesso em 14 maio 2021;

BRASIL. **Obter financiamento para urbanização tecnológica no Pró-cidades**. 09 jul 2022. Disponível em <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-financiamento-para-modernizacao-tecnologica-urbana-no-pro-cidades>>. Acesso em 13 jul 2022;

BRASIL. **Produto 08: Relatório e plano de ação - iniciativas e projetos mobilizadores**. [s.d] Disponível em < <http://www.abinee.org.br/informac/arquivos/pniot.pdf> > Acesso em 14 de maio 2022;

FEITOSA, L.C.; ARANHA, P.R. A “**cegueira geográfica**” nas políticas públicas territoriais e regionais brasileiras. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Rio de Janeiro, v. 22, p. 1-25, 2020;

GIFFINGER R.; GUNDRUN, H. **Smarts Cities Ranking: an effective instrument for the positioning of cities?** Architecture, City and Environment. Barcelona, v. 12, p. 7-25, 2010;

GREENFIELD, A. **Against the smart city: the city is here for you to use**. Nova Iorque: Do Projects, 2013;

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Investimentos federais em pesquisa e desenvolvimento: estimativas para o período de 2000-2020**. 20 maio 2020. Disponível em < <https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/todas-as-publicacoes/publicacoes/171-investimentos-federais-em-pesquisa-e-desenvolvimento-estimativas-para-o-periodo-2000-2020>>. Acesso em 30 mar 2021;

KINGDON, J.W. **Como chega a hora de uma ideia?** Agendas, Alternatives, and Public Policies. Harper Collins College Publishers. In: SARAVIA, E; FERRAREZI, E. Políticas Públicas: coletânea v.1, 2007

MENDES, T. C. **Smarts Cities: solução para as cidades ou aprofundamento das desigualdades sociais?** Observatório das Metrôpoles. Rio de Janeiro, 2020;

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **World Urbanization Prospects: the 2011 revision**. 07 abr 2012. Disponível em < <https://www.un.org/en/development/desa/publications/world-urbanization-prospects-the-2011-revision.html> >. Acesso em 14 maio 2021;

REDE BRASILEIRA DE CIDADES INTELIGENTES E HUMANAS. **Brasil 2030:** indicadores brasileiros para cidades inteligentes e humanas. 2016. Disponível em <<https://docplayer.com.br/14312972-Brasil-2030-cidades-inteligentes-e-humanas.html>> Acesso em 14 maio 2021;

SANTOS, B. et al. **Internet das coisas:** da teoria a prática. In: Livro-texto minicursos – SBRC, p.15, 2016;

SANTOS, M. **Da política dos estados à política das empresas.** In: Caderno da Escola do Legislativo. Minas Gerais, v. 6, 1997;

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade:** uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CAPÍTULO 12

O DIREITO AO *COMUM* EM TEMPOS DE PÓS-VERDADE E DISCURSOS DE ÓDIO

Volmir Cardoso Pereira

RESUMO

Este ensaio busca tecer algumas considerações sobre a crise ideológico-discursiva dos direitos humanos e da social-democracia no contexto atual, observando sua relação direta com o paradigma neoliberal e a globalização financeira. Nesse sentido, observa-se o questionamento dos consensos democráticos que foram estabelecidos após a Segunda Grande Guerra, cuja expressão jurídica era simbolizada pela *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, em 1948. De modo mais específico, percorreremos o contexto brasileiro atual para compreender como os discursos de ódio se relacionam com a produção da pós-verdade, especialmente no ambiente das redes sociais. Em nossa perspectiva, os discursos de ódio e a pós-verdade expressam, no contexto comunicacional e cultural vigente, o desamparo do indivíduo em uma sociedade atomizada, excitada pelo consumo e pela hiper-informação, com graves dificuldades em produzir espaços mais amplos para a emergência de uma *cultura do comum* na vida social. Para tanto, lançaremos mão das reflexões de Türcke (2010), Negri e Hardt (2014; 2016), Santos (1997), Jameson (2006), Safatle (2015; 2017), Arendt (1989), entre outros, articulando-os na perspectiva da crítica cultural materialista, empenhada em ler as relações dialéticas entre base e superestrutura, focalizando os processos de comunicação linguística e os fenômenos culturais.

PALAVRAS-CHAVES: Crítica cultural materialista; discurso; direitos humanos; pós-verdade; neoliberalismo.

*“Vamos fazer o Brasil para as majorias.
As minorias têm que se curvar às majorias.
As minorias se adequam ou simplesmente desaparecem.”*
Jair Bolsonaro

INTRODUÇÃO

Este ensaio busca compreender a crise político-discursiva do Estado social e dos direitos humanos, apontando seu condicionamento ao avanço do neoliberalismo como paradigma ideológico que representa fundamentalmente os interesses do sistema financeiro globalizado. Percorreremos aspectos da situação brasileira, analisando como os discursos de ódio e a produção política da pós-verdade têm configurado a tendência a se constituir um modelo antidemocrático de governança, capaz de legitimar a espoliação do *comum* a partir do rebaixamento das vias democráticas de debate político na esfera pública. Por fim, apresentaremos uma breve reflexão sobre as demandas sociais pelo direito ao *comum* nos dias de hoje, o que relança uma perspectiva utópica frente ao estado de coisas. Nesse sentido, a utopia, tal qual a entendemos, não é somente um “não-lugar”, via abstrata e ilusória, mas sim um princípio humano que é também fruto da observação atenta às possibilidades de

transformação que surgem com o acirramento de contradições na estrutura social. Recuperando Ernst Bloch:

(...) a categoria do utópico possui, além do sentido habitual, justificadamente depreciativo, também um outro que de modo algum é necessariamente abstrato ou alheio ao mundo, mas sim inteiramente voltado para o mundo: o sentido de ultrapassar o curso natural dos acontecimentos. (BLOCH, 2005, p 22)

Portanto, a luta por direitos sempre coloca, em uma perspectiva utópica, as demandas concretas que as contradições materiais geram na superestrutura, tensionando o aparato legal, as instituições e a ideologia dominante. Logo, a possibilidade da democracia depende inevitavelmente da comunhão de utopias que circulam pela multidão e que, por vezes, podem construir o que chamamos “povo”.

CRISE DO ESTADO SOCIAL, CRISE DOS DIREITOS HUMANOS

Os direitos humanos passaram ao centro do debate político logo após o fim da Segunda Grande Guerra, especialmente com a criação da Organização das Nações Unidas em 1945 e o marco da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, em 1948. Naquele momento, era evidente sua conexão com a ideologia liberal-reformista que, com a catástrofe de duas grandes guerras na primeira metade do século XX, necessitava se rearticular discursivamente para defender o capitalismo como modo de produção capaz de ainda ser legitimado por valores democráticos. O horror totalitário do nazi-fascismo havia sido financiado por grandes monopólios empresariais e bancos, em um contexto de expansão e disputa imperialista iniciado no final do século XIX¹. Sendo assim, era preciso reconstituir a hegemonia capitalista, em um contexto cujo confronto ideológico com o socialismo soviético se desenhava como guerra cultural a ser travada. Portanto, o universalismo liberal constituiu a matriz ideológica dos direitos humanos, apesar do esforço da ONU em articular o diálogo com o bloco soviético. Como pondera Boaventura de Sousa Santos:

A marca ocidental, ou melhor, ocidental-liberal do discurso dominante dos direitos humanos pode ser facilmente identificada em muitos outros exemplos: na Declaração Universal de 1948, elaborada sem a participação da maioria dos povos do mundo; no reconhecimento exclusivo de direitos individuais, com a única exceção do direito colectivo à autodeterminação, o qual, no entanto, foi restringido aos povos subjugados pelo colonialismo europeu; na prioridade concedida aos direitos cívicos e políticos sobre os direitos econômicos, sociais e culturais e no reconhecimento do direito de propriedade como o primeiro e, durante muitos anos, o único direito econômico. (SANTOS, 1997, p 20).

¹ Sobre a relação entre o capitalismo monopolista e a ideologia fascista, fundada na intervenção estatal autoritária, ver *Fascismo e ditadura* (1978), de Nicos Poulantzas.

Por outro lado, com a configuração paulatina da social-democracia europeia após 1945 e a reascensão econômica norte-americana após a Grande Depressão, foram geradas condições objetivas para a implementação dos direitos humanos nos países do chamado “primeiro mundo”. Em seguida, explodem as demandas por direitos civis nos EUA, o Maio de 68, movimentos feministas, pacifistas e anticolonialistas, sobretudo entre os anos 1950-1970. De modo geral, conforme a utopia socialista se reduzia ao modelo burocrático e autoritário herdado do stalinismo (“socialismo real”) e os países capitalistas desenvolvidos experimentavam um período de significativa elevação da qualidade de vida da classe trabalhadora, os próprios partidos de esquerda e os grupos marginalizados pelo sistema (minorias) passaram a valorizar os direitos humanos como um dos fundamentos da via reformista (ibid., p 12). Com a queda do Muro de Berlim e a desagregação da URSS no início dos anos 1990, o contexto apoteótico da globalização viria ratificar esta percepção: a via emancipatória a partir da revolução classista cedera lugar ao reformismo culturalista, mantendo os direitos humanos no centro do debate político, embora sujeito a críticas.

A defesa da democracia liberal, seguindo os modelos norte-americano e europeu, tornou-se consenso até mesmo em países que haviam atravessado longas ditaduras, como o Brasil, o Paraguai, o Chile, entre outros. No contexto latino-americano, a superação das ditaduras significava, ao menos desde os anos 1990, a inserção nos mercados globais a partir de uma alardeada “liberdade de mercado”, supostamente correspondente à defesa de liberdades e garantias individuais contra as formas de censura e repressão violenta do Estado. O propalado “fim da história”² reproduzia o mantra ideológico de que a democracia liberal tornara-se a forma política dominante no processo irreversível de globalização, restando a tarefa de estendê-la a todos os cantos do planeta.

Ora, é justamente este consenso ideológico que está em crise nos tempos atuais, com a revitalização de forças políticas neofascistas em um contexto de acentuada crise das políticas reformistas, reprimidas pelo modelo neoliberal de gestão global do capital financeiro. Se a luta emancipatória-socialista segue desacreditada, há agora também o cerceamento da regulação estatal (reformismo), na medida em que as políticas de austeridade são impostas pelo mercado financeiro internacional contra os interesses nacionais (SANTOS, 1997, p 12). Assim, num

² Ver as teses de FUKUYAMA (1992) que consolidaram este viés ideológico neoliberal nos anos 1990.

contexto de agravamento de crises econômicas em escala global³, inclusive nos países desenvolvidos, os tratados e pactos internacionais em torno dos direitos humanos passam a representar, cada vez mais, peças ideológicas desprovidas de condições objetivas de implementação, na medida em que os direitos civis e políticos são indissociáveis dos direitos econômicos. Logo, se o “cerne da democracia é a criação de direitos”, como ressalta CHAUI (2012, p 150), a recente ojeriza social aos direitos humanos, às reivindicações das minorias e aos grupos sociais mais vulneráveis, passa a expressar claramente o sintoma de que estamos começando a viver em sociedades pós-democráticas. No caso brasileiro, pior ainda, podemos reconhecer uma nação cujas aspirações democráticas não duraram mais que breves intervalos históricos, o que agrava ainda mais a nossa situação presente.

O Brasil, nação moldada a partir de quase quatro séculos de escravidão, nunca conseguiu constituir um consenso social democrático que tivesse por objetivo um projeto nacional de desenvolvimento de longo prazo. Quando esse projeto ganhou corpo, estava sob a tutela do financiamento norte-americano e de governos militares (1964-1985), dispostos a modernizar e industrializar o país à custa da exploração de mão de obra barata, reprimindo a classe trabalhadora com violência sempre que se organizasse para reclamar direitos. Cabe lembrar Octavio Ianni:

Foi assim que a doutrina de “segurança e desenvolvimento” chegou, inúmeras vezes, ao cotidiano da classe operária, nas fábricas, casas, sindicatos, ruas, campos e construções: desde a militarização da disciplina das relações de produção na fábrica até as intervenções nos sindicatos, federações e confederações. (IANNI, 1981, p 70)

Passadas duas décadas de ditadura civil-militar, em que o projeto nacional-desenvolvimentista conservador ainda podia conviver com os interesses imperialistas norte-americanos, a redemocratização trouxe consigo sobretudo a ideia de liberdade econômica, atrelada às liberdades políticas e civis, conforme já apontamos. Todavia, quando o neoliberalismo se consolidou no Brasil a partir dos anos 1990, o pacto democrático e conciliador expresso na Constituição Federal de 1988 não foi suficiente para frear os interesses da elite financeira em detrimento das expectativas populares e dos movimentos sociais:

A elite escravocrata é a elite da rapina selvagem e de curto prazo. Vigora a mesma lei do Brasil atual, com uma elite sem projeto para o país, mas querendo assaltá-lo – por meio de mecanismos de mercado e de Estado – e privatizar suas

³ Sobre as causas e consequências da crise econômica internacional pós-2008 e sua conexão direta com a expansão do capital financeiro em detrimento do capital produtivo, recomendamos a leitura de *O capital no século XXI* (PIKETTY, 2014).

riquezas – para botar no bolso de meia dúzia. (...) Existe um vínculo de continuidade real e institucionalizado que faz com que qualquer tentativa – mesmo parcial e frágil, como as que ocorreram até agora – de romper nosso apartheid de classes desaboque em golpes de Estado e reação violenta das elites de rapina selvagem. (SOUZA, 2016, p.42-43)

Em 2016, com o *impeachment* de Dilma – um golpe de estado organizado pelo parlamento brasileiro e chancelado pelos grandes grupos de mídia e pelo judiciário⁴ –, ficou ainda mais evidente essa recorrência histórica: governos populares podem ser tolerados por um certo tempo pela elite brasileira, mas quando passam a ser obstáculos à espoliação, logo são destituídos. Nesse sentido, só se permitem governos populares/populistas que estabeleçam um pacto conservador com as elites, preocupadas em acalmar a população em períodos de crise, desde que seus interesses não sejam afetados. No caso específico do lulismo, forma de governo iniciada em 2002 e prolongada nos dois mandatos presidenciais de Rousseff, a sua estratégia conservadora de conciliação com a elite financeira, a incapacidade de promover mudanças estruturais, os escândalos de corrupção e a inabilidade em lidar com os reflexos da crise econômica de 2008, apresentaram os limites da centro-esquerda brasileira, em seu reformismo fraco. Fomentou-se apenas uma cidadania pelo consumo, propagada entre as camadas populares, a partir das políticas efetivas de valorização do salário mínimo, renda mínima e expansão de crédito (o que não é pouco, obviamente). Contudo, não se conseguiu implementar uma efetiva cidadania de direitos e ampliar a participação democrática.

Nos dias atuais, o Brasil se apresenta como uma sociedade visivelmente cindida, com tensões sociais mobilizadas especialmente por discursos de ódio que, embora sempre tenham existido por aqui – especialmente o ódio de classe⁵ –, assumem um vulto inaudito no presente. Em nossa hipótese, a *discursividade*⁶ das mensagens de ódio se amplifica, antes de

⁴ Para compreender as dimensões da crise política e econômica que levou ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016, recomendamos a leitura de *Por que gritamos golpe?* (2016), organizado por Ivana Jenkins, Kim Doria e Murilo Cleto.

⁵ Para Jessé Souza, o ódio de classe no Brasil transfere o “ódio ao escravo”, que marcava a estrutura social até o final do século XIX, para o “ódio ao pobre” na sociedade contemporânea, vista como ralé sem direitos pelas classes abastadas e médias (op. cit. SOUZA, 2017).

⁶ O conceito bakhtiniano, apropriado pela Análise do Discurso de linha francesa, pode ser compreendido como a “(...) maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele” (ORLANDI, 2003, p. 43). Ou seja, a discursividade é o que gera as condições de significado do texto a partir de seu contexto histórico-ideológico.

tudo, pelo descontentamento popular com o desemprego, a diminuição da renda, a violência urbana, a corrupção, convertendo-se em repúdio generalizado às instituições políticas e ao pacto social que, apesar das contradições, ainda vigorava a partir da Nova República. Mesmo com a traumática renúncia e impedimento de Collor em 1992, com a permanência de um dos índices mais altos de desigualdade social do mundo, com expressões violentas de racismo, homofobia e misoginia, havia ainda certo consenso social⁷ em torno da democracia liberal representativa, o que, no momento atual, parece estar em xeque.

Em suma, a crise do consenso, a partir desses elementos, ajuda-nos a reconhecer as condições objetivas em que a disputa pela hegemonia se coloca hoje na cultura e na linguagem. Mas, por si só, tais fatores objetivos não explicam completamente a escalada do ódio que atravessa a sociedade brasileira contemporânea. Há uma circulação de afetos na sociedade que são produzidos pelas novas formas de comunicação e sociabilidade geradas em redes sociais, em uma íntima relação com o problema da pós-verdade e do esmaecimento da política, em nível local e nacional, em face da globalização financeira.

A PÓS-VERDADE, OS DISCURSOS DE ÓDIO E OS LIMITES DA POLÍTICA

Como vimos, pensar a exacerbação do ódio no cotidiano brasileiro significa compreendê-la como resposta ao desamparo social que assola as massas contemporâneas. Pensemos como, nesse processo, o esfacelamento dos laços comunitários, a perda da identificação classista a partir das novas e precárias relações de trabalho e a superficialidade e liquidez dos contatos virtuais se somam às frustrações diante de crises políticas e econômicas seguidas. As formas de identificação coletiva, incapazes de produzir novos consensos, passam a assumir, então, um viés reducionista de aglutinação por oposição:

O sentimento social que alterna o desamparo e a solidão com o medo pela guerra de todos contra todos cria um tipo de laço que não é mais baseado no risco da palavra, mas na garantia da proteção por identificação. Para criar algum sentimento de pertencimento, é preciso participar de um grupo codificado, e para isso é preciso responder de forma homogênea. Porém, os grupos horizontais, definidos pela partilha de um traço comum, rapidamente foram substituídos por grupos de guerra, muito mais fáceis de constituir, baseados no ódio contra um inimigo comum. (DUNKER, 2017, p. 35).

⁷ Compreendemos o conceito de “consenso”, aqui, à maneira de Antonio Gramsci: uma “direção intelectual e moral” que um grupo social estabelece, ao elevar-se como dirigente na construção do governo (GRAMSCI, C 19, p. 2010-1/v. 5, p. 62).

O sujeito-que-odeia é, portanto, interpelado a assumir essa posição a partir de novas identificações geradas em rede, em que o traço unificador tem se tornado, cada vez mais, o reconhecimento e a fabricação do inimigo comum, aquele que deve ser silenciado ou destruído, seguindo uma lógica militarista. Destarte, criam-se, em rede, formulações discursivas contra o Estado Democrático de Direito, pois a essência do discurso de ódio é o “não reconhecimento do outro como merecedor de igual respeito” (POTIGUAR, 2015, p 56). Obviamente, não se trata aqui de criminalizar a internet, mas é fundamental compreender que o seu potencial democrático tem sido represado por interesses monopolistas (*Google, Facebook, Microsoft, Apple, etc.*) que buscam estruturar o conteúdo da comunicação virtual – por mais diverso e polissêmico que seja – em uma forma reificada.

No entanto – insistimos –, é fundamental compreender que o cidadão desamparado, disparando mensagens em rede, é aquele que já não espera ser ouvido pelo Estado, pois não se sente mais *representado*. E tem, cada vez mais, razões para sentir-se assim: a globalização financeira tem colocado as grandes decisões políticas em um nível transnacional, nos acordos comerciais entre as grandes potências que focalizam apenas os interesses das multinacionais, *holdings* e bancos, visando à espoliação dos estados nacionais mediante pacotes de austeridade fiscal e privatizações. Assim, pode-se concluir que:

Como os sistemas de representação foram construídos principalmente sobre o nível nacional, a emergência de uma estrutura de poder global solapa-os de maneira dramática. As instituições globais emergentes mal fingem que representam a vontade das populações. Os acordos políticos são fechados e os contratos comerciais são firmados e garantidos no interior das estruturas de governança global, fora de qualquer capacidade representativa dos Estados-nação. (HARDT, NEGRI, 2014, p 45)

No caso brasileiro, basta observar como, após a queda de Dilma, foram aprovadas a toque de caixa a Emenda Constitucional 95/2016, que criminalizou a expansão do gasto público e de políticas contracíclicas, congelando investimentos por vinte anos, assim como a Reforma Trabalhista (Lei Nº 13.467/2017), que precarizou ainda mais as relações de trabalho e diminuiu encargos patronais com mão de obra⁸.

⁸ O que não nos impede de reconhecer o segundo mandato de Dilma como um momento em que as pressões da elite financeira já se fizeram sentir, exigindo uma conversão mais radical ao neoliberalismo por parte da equipe econômica do governo. O que de fato aconteceu, com a indicação de Joaquim Levy para a Fazenda, traído compromissos que o Partido dos Trabalhadores havia assumido durante a campanha eleitoral em 2014 (cf. BASTOS, 2017).

Ora, falar sobre direitos humanos, nesse contexto, passou a ser quase um despautério para trabalhadores empobrecidos ou desempregados, lançados na selva urbana de uma economia desindustrializada e de empregos precários, em que as miragens de consumo se confundem com a sombra do endividamento constante. Mesmo assim, poderíamos perguntar: e não seriam justamente os direitos humanos o que se deveria evocar pelo cidadão espoliado? Nesse ponto, podemos considerar os limites do universalismo liberal que está na base do discurso sobre direitos humanos, em que se evidenciam muito mais as garantias de propriedade e liberdades políticas e civis, enquanto os direitos econômicos, apesar de referendados⁹, não configuram efeitos vinculantes imediatos, como, por exemplo, a urgência em se instituir uma renda mínima universal.

Assim, do desamparo, surge a indignação com o “sistema”, cuja face reconhecível é o Estado, e nunca o mercado, sempre blindado pela mídia hegemônica. Sem encontrar respostas institucionais ou vislumbrar utopias coletivas, o indivíduo tem o seu ser social reduzido ao que resta de seus laços familiares, aos grupos religiosos e às redes sociais, marcadas pela superficialidade das relações *connect and cut*¹⁰. Em conclusão, podemos dizer que a atrofiação identitária nas redes é também fomentada pela arquitetura das bolhas e algoritmos, mas a sua condição objetiva é a decepção com o Estado e a incapacidade de se restituir o *comum* na esfera pública.

Sendo a sociedade um *circuito de afetos* (SAFATLE, 2015), é fundamental reconhecer a *mediatização* dos sujeitos contemporâneos como a técnica mais efetiva de poder no controle biopolítico dos corpos e subjetividades. Na cibercultura, cada vez mais gerenciada pelos interesses de mercado, produz-se um ambiente vigiado, onde o internauta-consumidor se torna fonte de dados a serem coletados, na medida em que se exige dele uma posição e uma reação frente à torrente informacional. As mercadorias não são apenas os produtos que se quer vender ao internauta. Elas são também os seus desejos, medos e utopias, radiografados a todo instante. Nesse ambiente, a excitação dos sentidos e das emoções primárias é o fundamento para mercantilizar a própria subjetividade:

⁹ Como no *Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais* (PIDESC), ratificado em 1976 pela maioria dos países-membros da ONU.

¹⁰ Relações em que “há igual facilidade de acesso e desligamento no contato com o outro. Isso gera um estado de falas interrompidas, demandas cruzadas, palavras sem destinatário, entonações indeterminadas.” (DUNKER, 2018, p. 30)

Desde que surgiu o *on-line shopping*, é fácil registrar precisamente o comportamento de compra de alguém, organizar um perfil de seus hábitos e inclinações pessoais, mantendo-o consumindo por meio de ofertas idiossincraticamente selecionadas. O perfil individual obtido pelo cálculo de dados de consumo — que, por sinal, tanto mais fiel à realidade fica quanto menos a individualidade se diferencia de padrões de consumo — representa sem dúvida um caso-limite. Deve-se temê-lo ou ansiar por ele? Por um lado, corresponde a uma invasão na vida privada, com meios que na polícia são chamados de rastreamento. Por outro, é sinal de atenção. Ter um perfil consumidor digno de nota significa *ser alguém*. Quem nem mesmo consegue fazer-se percebido para ter um tal perfil simplesmente não conta: não é *ninguém*. (TÜRCKE, 2010, p. 41)

Destarte, a nova indústria cultural já não constitui uma estandardização de cima para baixo, como na era do rádio, da TV e do cinema, em que os padrões de consumo e comportamento eram impostos às massas a partir do consumo uniformizado de produtos culturais. Agora são os consumidores que voluntariamente ajudam a arquitetar os próprios padrões que estabelecerão, depois, os mecanismos de controle irradiados. Aparentemente mais democrático, esse novo processo de *mediatização* produz a sugestão ideológica de que o indivíduo contemporâneo pode ter voz mais ativa e maior liberdade de escolha, ocultando o fato de que ele, esvaziado de cidadania e de convívio comunitário, passa a replicar esquemas abstratos e simplórios de comunicação e expressão, derivados da pobreza de sua experiência no/do mundo. Como veremos a seguir, este é o fermento para a proliferação dos discursos de ódio e das ideologias totalitárias.

Quando Hannah Arendt analisou a estrutura ideológica dos regimes totalitários, observando especificamente o nazismo e o stalinismo, compreendeu muito bem os abalos que a democracia sofrera quando o esvaziamento da experiência comunitária e do debate público produziu o homem-massa, desprovido de *sensu comum*:

Até mesmo a experiência do mundo, que nos é dado material e sensorialmente, depende do nosso contato com os outros homens, do nosso *sensu comum* que regula e controla todos os outros sentidos, sem o qual cada um de nós permaneceria enclausurado em sua própria particularidade de dados sensoriais, que, em si mesmos, são traiçoeiros e indignos de fé. Somente por termos um *sensu comum*, isto é, somente porque a terra é habitada, não por um homem, mas por homens no plural, podemos confiar em nossa experiência sensorial imediata. (ARENDR, 1989, p 526)

Compreendendo, de modo peculiar, ideologia como “a lógica de uma ideia” (ibid., p. 521), a filósofa destaca a correlação entre a hipertrofia do sujeito moderno e o discurso totalitário. Destarte, o que atrai o indivíduo à ideologia totalitária é sua forma acabada, lógica, capaz de simplificar radicalmente a complexidade da experiência em esquemas abstratos de

pensamento. Portanto, a ideologia totalitária tenta constituir uma *lei do movimento*, gerando artificialmente uma finalidade que transcende os próprios indivíduos, suas idiossincrasias e contradições:

O terror é a legalidade quando a lei é a lei do movimento de alguma força sobre-humana, seja a Natureza ou a História. O terror, como execução de um movimento cujo fim ulterior não é o bem-estar dos homens nem o interesse de um homem, mas a fabricação da humanidade, elimina os indivíduos pelo bem da espécie, sacrifica as 'partes' em benefício do 'todo'. (ARENDDT, 1989, p. 517)

Para Arendt, a *lei do movimento* produz o rompimento com a tradição do direito positivo; nela, cada ação arbitrária pode ser justificada por um fim que ultrapassa o nível individual, como etapa necessária de um processo supra-humano que não pode ser barrado. Enquanto no stalinismo, isso se constituía pela mistificação do conceito de *história*, capaz de justificar todas as ações do partido bolchevique a partir da luta agonística entre as classes até a inevitável realização do comunismo, no nazismo é o conceito de *natureza* que justificava toda a violência da “purificação” racial e do domínio dos supostamente mais aptos à sobrevivência. Para a realização do terror totalitário, é fundamental, portanto, que as contradições sociais da sociedade civil sejam recalçadas em função de um esquema ideológico simplificador. Quanto mais o homem-massa estiver alienado de suas relações sociais, sobretudo do sentido de seu trabalho, mais estará sujeito a aderir a este esquema.

Alguns anos atrás, à esteira do multiculturalismo neoliberal, supunha-se que o terror totalitário fosse coisa do passado, na medida em que a globalização e a rede mundial de computadores levassem o esclarecimento e a pluralidade de informação aos quatro cantos do mundo. Pensava-se que ditaduras e governos totalitários só seriam possíveis onde a restrição da informação fosse condição *sine qua non* para o controle governamental. No entanto, a sociedade da hiper-informação não parece ter se livrado dos discursos fascistas e, mais recentemente, parece inflá-los nas redes. Apesar da apologia à diversidade cultural e à tolerância nas democracias liberais, observamos o retorno de várias formas de fundamentalismo e de ideologias obscurantistas e negacionistas. Se o multiculturalismo questionava a possibilidade de haver uma verdade universal, marcando o tom do relativismo pós-moderno, podemos perceber que a pós-verdade, atrelada a fundamentalismos religiosos e mistificações nacionalistas, surge como espelho invertido do próprio multiculturalismo.

Mas, afinal, o que é a pós-verdade? Em que medida os discursos de ódio se relacionam com ela nos dias de hoje?

Um primeiro ponto a se considerar sobre a pós-verdade é que, na sociedade da hiperinformação, demarcar a mensagem e sua fonte, o texto e seu autor, o fato e a ficção, tornou-se uma tarefa cada vez mais difícil. Nesse sentido, o internauta, consumindo informações como entretenimento, passa a valorizar sobretudo aquilo que lhe *afeta*, que lhe produz alguma forma de excitação sensorial e emocional:

Na web, onde cliques são tudo e entretenimento e notícia estão cada vez mais misturados, o material sensacionalista, bizarro ou revoltante sobe para o topo, com posts que apelam cinicamente para a parte rudimentar de nossos cérebros – para emoções primitivas como medo, ódio e raiva. (KAKUTANI, 2018, p. 151)

Notícias sensacionalistas, *memes* raivosos, mensagens que ridicularizam minorias, partidos ou personalidades, *fake news*, são aquilo que geram reações viscerais no destinatário. O internauta, num consumo acelerado de informações, facilmente age pelo ímpeto desta reação, compartilhando e disseminando a mensagem em um clique. Logo, a verdade se resume ao que é mais compartilhado, àquilo que viraliza (nesse sentido metafórico, o que mais *afeta* o corpo social). E, como tem se tornado óbvio, fazer uma determinada informação viralizar usando nossas emoções primitivas transformou-se não só em estratégia de mercado, mas também na essência da comunicação política, cada vez mais configurada como discurso publicitário. No fim, a pós-verdade, a estetização publicitária da política e a manipulação dos afetos se tornaram condições fundamentais para os novos modos de organização social e também de mobilização/reivindicação. Sem estimular o pensamento crítico – pois a fadiga diante da torrente informacional gera também a indiferença –, os novos padrões de comunicação restringem o *senso comum* à adesão emocional e afetiva a discursos maniqueístas e prescritivos, algo semelhante ao sentir-se *tocado* por uma experiência religiosa, cuja convicção não depende, *a priori*, do debate:

A “pós-verdade” não é, portanto, o regime das opiniões desenfreadas e do relativismo nihilista, tal como se anunciava no pós-modernismo liberal. Sua estrutura cognitiva, propriamente regressiva, depende do mito da unidade da ciência, da força de sua autoridade normativa, justamente para que ela possa se aliar com as piores formas de metafísica. Por isso, Lacan dizia que, quando a ciência se aliar com a religião, aí sim, encontraremos o pior. (DUNKER, 2017, p 39)

É claro que separar razão e emoção, ciência e religião, fato e ficção, sugere a produção artificial de antíteses que não correspondem à estrutura do discurso político, em qualquer tempo. A retórica política, muito além da *Aufklärung* sonhada na Modernidade, sempre foi um problema da constituição de estratégias eficazes de persuasão, dependentes de identificação emocional, de investimento libidinal, de adesão afetiva à figura de um líder, etc. Nossa sociedade, mais do que um xadrez discursivo que se configura no embate racional, é um jogo comunicacional que corresponde à circulação de afetos que constituem “modos de estruturação

de formas de vida” (SAFATLE, 2017, p 135). E aqui, a questão crucial deste breve ensaio pode ser, enfim, colocada: em um momento em que o desamparo, a solidão e o medo se espalham pelo tecido social, tendo como resposta mais frequente o ódio às instituições, às minorias, ao conhecimento acadêmico-científico, como recuperar um circuito de afetos que recoloca a possibilidade de reconstruirmos uma cultura do *comum*, na qual os direitos humanos, dentre outras conquistas democráticas, possam readquirir alguma concretude na vida social?

CONCLUSÃO

Nossa última reflexão, por fim, é sobre as possibilidades de se reinstaurar o debate democrático por direitos a partir de uma cultura do *comum* que possa se opor à privatização da vida pelo capitalismo, em sua fase tardia, em que a economia coloniza radicalmente a cultura. Em nossa leitura, as utopias ainda são possíveis, apesar da anestesia consumista e do consequente “enfraquecimento do senso histórico” (JAMESON, 2006, p 160) nas sociedades contemporâneas. Focalizando as condições objetivas, cabe indagar se as novas relações de produção, marcadas pela precarização e pela intensa mistura entre tempo de vida e tempo do trabalho, podem gerar um excedente produtivo que escape ao controle do capital. Se sim, como devemos agir para reconstruir um processo político em que o *comum* possa ser colocado como direito humano inderrogável no exercício da cidadania?

Pensar o direito ao *comum* conceitualmente significa reconhecê-lo não só como o direito a habitar um lugar comum e usufruir de seus bens materiais, mas sobretudo pertencer a uma comunidade de símbolos, bens imateriais, tidos como patrimônio humano não expropriável: “Este comum é não só a terra que compartilhamos como também as linguagens que criamos, as práticas sociais que estabelecemos, os modos de sociabilidade que definem nossas relações e assim por diante” (HARDT; NEGRI, 2016, p. 162). Assim, na “metrópole biopolítica” (ibid., p 177), sucessora da antiga metrópole industrial, os sem-teto, os estudantes, os ambientalistas, os coletivos de artistas, músicos e poetas, os ecologistas, os movimentos feminista, negro e LGBTI+, efetuam ao mesmo tempo uma luta por direitos civis e econômicos, pois é também o sentido produtivo de sua existência biopolítica que está em disputa. Logo, podemos dizer que hoje o neoliberalismo, cada vez mais despido de seu verniz democrático, trabalha intensamente pela expropriação de uma *base comum* (educação, saúde, previdência, segurança) e também de uma *produção comum* que, em boa medida, ainda lhe escapa (inteligência coletiva, coletivos urbanos, cultura *hacker*, arte de rua, música alternativa, etc.). Há, portanto, uma produtividade biopolítica que ultrapassa o capital como única relação social possível. Nesse sentido, há uma explosão de singularidades que, apesar da vigilância do sistema, ainda podem constituir formas

de êxodo em relação ao fundamento do capitalismo: a propriedade (LAVAL; DARDOT, 2015). Portanto, as novas formas de resistência política passam mais pela possibilidade de constituir encontros de multidão e processos constituintes, do que por uma aposta conservadora no puro retorno a um centro político democrático-representativo, cuja tensão dicotômica entre propriedade estatal (esquerda) e propriedade privada (direita) deixam de fazer sentido, na medida em que o Estado passa a ser, cada vez mais, colonizado pelo sistema financeiro em suas estruturas. Em outras palavras, o *comum*, hoje, deve também ultrapassar o sentido de público:

O princípio do comum que emerge hoje dentro de todos os movimentos sociais deve tornar possível essa articulação: ele não se opõe em nada ao público, mas não se define mais em termos de “propriedade”. Mais precisamente, ele retém aquilo que, no que é público, destaca a destinação social e não apenas a forma jurídica de propriedade. (LAVAL, DARDOT, 2015, p 270)

Por fim, o desafio político dos nossos tempos é a abertura de processos constituintes ininterruptos, como assembleias permanentes, hoje facilitadas pelas novas tecnologias e pelo excedente de produtividade biopolítica nas redes e ruas. As lições da Primavera Árabe, do 15-M espanhol, das ocupações estudantis no Brasil em 2015, do ativismo *hacker*, apontam nessa direção. Mas certamente, no caso brasileiro, ao menos, a disputa ainda há de passar provisoriamente pelo que resta do populismo de esquerda latino-americano, face às investidas da ditadura corporativa global e dos discursos neofascistas que, dados os limites do neoliberalismo democrático, cada vez mais se enlaçam.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. “Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia”. In: **Revista de Economia Contemporânea**, Número Especial, 2017, p. 1-63.

BLOCH, Ernst. **O princípio esperança I**. Tradução de Nélio Schneider. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2005.

CHAUÍ, Marilena. “Democracia e sociedade autoritária”. **Comunicação & Informação**, n. 2, v. 15, p. 149-161, 2012.

CLETO, Murilo; DORIA, Kim; JINKINGS, Ivana (Orgs). **Por que gritamos Golpe?** Para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil. São Paulo: Ed. Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre, LAVAL, Christian. “Propriedade, apropriação social e instituição do comum”. **Tempo Social**, Revista de sociologia da USP, v. 27, n. 1, 2015, p. 261-273.

DUNKER, Christian. “Subjetividade em tempos de pós-verdade”. In: DUNKER, Christian et al. **Ética e pós-verdade**. Porto Alegre/São Paulo: Dublinense, 2017.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Trad. Aulyde S. Rodrigues. São Paulo: Rocco, 1992.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v. 5.

HARDT, Thomas; NEGRI, Antonio. **Declaração** – isto não é um manifesto. Trad. Carlos Zlak. São Paulo: N-1 Edições, 2014.

_____. **Bem-estar comum**. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2016.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

JAMESON, Fredric. “A Política da Utopia”. In: SADER, Emir (org.). **Contragolpes**. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 159-176.

KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade**: notas sobre a mentira na era Trump. Trad. André Czarnobai; Marcela Duarte. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

NEGRI, Antonio. **O Poder Constituinte** – ensaio sobre as alternativas da modernidade. Trad. Adriano Pilatti – Rio de Janeiro: Ed. 1, DP&A, 2002.

ORLANDI, Eni. **Análise do Discurso**: Princípios e Procedimentos. 5.ed. São Paulo: Ed. Pontes, 2003.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. Trad. Mônica Baumgarten de Bolle.1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POTIGUAR, Alex Lobato. **Discurso do ódio no Estado Democrático de Direito**: o uso da liberdade de expressão como forma de violência. 2015. 196f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, DF.

POULANTZAS, Nicos. **Fascismo e ditadura**. Trad. João G.P. Quintela e M. E. 5 Cranado. São Paulo: M. Fontes, 1978.

SAFATLE, Vladimir. “É racional parar de argumentar”. In: DUNKER, Christian et al. **Ética e pós-verdade**. Porto Alegre/São Paulo: Dublinense, 2017.

_____. **O circuito dos afetos**: Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. 2ª edição. São Paulo. Autêntica. 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Por uma Concepção Multicultural dos Direitos Humanos”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, vol. 48, 1997, pp.11-32.

TÜRCKE, Christoph. **Sociedade excitada**: filosofia da sensação. Trad. Fábio A. Durão et al. Campinas: UNICAMP, 2010.

CAPÍTULO 13

CAMPANHAS DIGITAIS EM TEMPOS DE INSTABILIDADE POLÍTICA

Diego Cavalcanti de Santana
Walace Ferreira

RESUMO

O presente artigo busca desenvolver reflexões em torno das duas últimas eleições presidenciais: a de 2014, quando desenvolveu-se a tendência da utilização maciça da internet nas campanhas eleitorais; e, principalmente, a de 2018, marcada por uma série de acontecimentos inéditos que envolveram a forte mobilização por parte dos eleitores nas redes. O objetivo é revisar as principais alterações ocorridas nestas duas experiências em comparação ao que se observou no país no período entre 1988 e 2010. Para isso, serão levados em consideração a transição do modelo midiático anterior, centralizado na grande mídia e com os representados na condição de consumidores de informação, para o modelo atual, descentralizado e com a possibilidade de os cidadãos produzirem e divulgarem informações e conteúdo de campanha política. Em um contexto de revolução tecnológica, atores, por meio dos novos recursos gerados pela popularização da internet e smartphones, alargaram suas possibilidades de mobilização e organização, empoderando grupos com diferentes demandas a participarem mais ativamente da vida pública, ampliando suas vozes no mercado dos discursos. Serão analisadas também as tônicas das campanhas eleitorais, assim como os discursos dos candidatos, sobretudo em 2018, em meio a um cenário de instabilidade do sistema político nacional, principalmente considerando os impactos das Jornadas de Junho de 2013.

PALAVRAS-CHAVE: Campanhas eleitorais; Eleições presidenciais; Mercado dos discursos; Redes sociais.

INTRODUÇÃO

Na última década, observou-se no contexto brasileiro uma série de transformações tecnológicas que exerceram impacto no modelo tradicional de mídia. A facilitação do acesso à internet, aliada à massificação do uso de smartphones, juntamente com a expansão das redes sociais, representam os pilares desta nova conjuntura, que trouxe como principal consequência a diminuição da influência da chamada grande mídia. Consequentemente, estas alterações afetaram também as campanhas eleitorais no que diz respeito à comunicação e à interação com os eleitores.

Se por um lado tais ferramentas podem ser vistas como essenciais para o fortalecimento de uma democracia deliberativa, com maior participação popular e ampliação da possibilidade de articulação e organização dos sujeitos, por outra perspectiva é possível observar campanhas marcadas pela radicalização dos discursos e difamação dos adversários políticos, além da proliferação de notícias falsas. Essa tendência é amplificada num contexto de crise de

representatividade, descrença das instituições e a consequente insatisfação dos cidadãos em relação ao sistema político, tal como observado no país a partir das Jornadas de Junho de 2013, fenômeno que gerou uma série de outros acontecimentos que impactaram fortemente a agenda pública.

Tendo em vista este cenário, o presente artigo busca desenvolver reflexões importantes em torno das duas últimas eleições presidenciais: a de 2014, quando desenvolveu-se a tendência da utilização maciça da internet nas campanhas eleitorais (BRAGA; CARLOMAGNO, 2018); e a de 2018, marcada por uma série de acontecimentos inéditos que envolveram a forte mobilização por parte dos eleitores nas redes, realizada principalmente nos espaços virtuais, o que fez com que a campanha vencedora tivesse tido um menor volume de recursos financeiros. Os candidatos à presidência em 2018 tiveram nos dois turnos uma receita somada de R\$ 221 milhões, com concentrados em apenas três nomes: Henrique Meirelles (R\$ 57 milhões), Fernando Haddad (R\$ 56 milhões) e Geraldo Alckmin (R\$ 54 milhões). Bolsonaro teve uma receita de apenas R\$ 4,4 milhões (R\$ 1,2 milhão no primeiro turno e R\$ 3,2 milhões no segundo turno). O candidato, à época do PSL, saiu vitorioso do pleito com uma receita inimaginável para se vencer uma eleição presidencial, tendo em vista as experiências ocorridas desde 1989. A nível de exemplo, sua campanha foi 87 vezes mais barata que a de Dilma Rousseff, no ano de 2014 (NICOLAU, 2020). Além disso, 2018 revelou uma queda da influência dos meios midiáticos televisivos, que outrora exerceram impacto substancial no período eleitoral.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é revisar as principais alterações ocorridas nestas duas experiências em comparação ao que se observou no país no período entre 1988-2010. Para isso, serão levados em consideração a transição do modelo midiático anterior, centralizado e com os representados na condição de consumidores de informação, para o modelo atual, descentralizado e com a possibilidade de os cidadãos produzirem e divulgarem informações e conteúdo de campanha. Serão analisadas também as tônicas das campanhas eleitorais, assim como os discursos dos candidatos, sobretudo em 2018, em meio a um cenário de instabilidade do sistema político nacional.

Por fim, serão examinados os efeitos da ampliação das vozes do eleitorado, a relação dos candidatos com seus apoiadores e adversários políticos, as lacunas de uma legislação eleitoral ainda incipiente no que diz respeito aos espaços virtuais, assim como a relevância que as redes ganharam no período pós-2014. Este será, portanto, o pano de fundo de um esforço inicial para se compreender quais avanços e riscos foram observados nestas duas últimas

eleições para presidente, inseridas no contexto das mudanças tecnológicas ocorridas na última década.

DA GRANDE MÍDIA À MASSIFICAÇÃO DAS REDES

O Brasil experimentou, ao longo dos anos, uma série de transições em relação aos principais meios de comunicação de massa. Se em meados da década de 1950 era possível destacar o rádio e os jornais como os veículos comunicacionais de maior alcance, nas décadas seguintes, 1960, 1970 e 1980, observou-se a expansão da televisão. As mudanças tecnológicas e a popularização dos aparelhos de TV na moradia dos brasileiros fizeram da televisão o principal meio de comunicação, afetando diretamente o sistema político nacional (LATTMAN-WELTMAN, 2003).

As eleições de 1982 representam o início do predomínio da TV como o principal veículo de propaganda eleitoral do Brasil, tendo em vista a audiência dos debates, nos quais Leonel Brizola obteve bom desempenho, fato que, segundo os especialistas, exerceu influência em sua vitoriosa campanha para governador do estado do Rio de Janeiro (LATTMAN-WELTMAN, 2003; NICOLAU, 2020). Talvez o pleito mais ilustrativo seja o da eleição presidencial de 1989, vencida por Fernando Collor. Esta foi a primeira corrida eleitoral da nossa história em que a propaganda dos candidatos à presidência foi “simultaneamente assistida e ouvida em todo o território nacional. Dessa vez, os candidatos puderam falar e as campanhas tiveram a liberdade de criar diversos formatos de propaganda política” (NICOLAU, 2020, p. 80).

Durante quase trinta anos observou-se a reprodução deste formato comunicacional, baseado em um modelo monopolizado pelos principais veículos midiáticos no que diz respeito à cobertura das eleições. Juntos, as campanhas no horário eleitoral e os debates televisivos possuíam uma importância considerável nas disputas eleitorais. Tal modelo de comunicação é denominado *broadcasting*, na qual se pressupõe “a existência de uma minoria de emissores que em condição privilegiada e/ou dominante transmitem unidirecionalmente a informação para uma enorme maioria de receptores” (LATTMAN-WELTMAN, 2021, p. 5).

Data de 1998 as primeiras experiências de utilização da internet e das tecnologias digitais no âmbito eleitoral brasileiro. Estudo realizado por Fernandez (2005) analisou estes aspectos nas eleições de 1998, 2000 e 2002, onde o autor concluiu que a “pouca presença de ferramentas de participação e interatividade mais sofisticadas na web”, além da “predominância de mecanismos *top down* de comunicação política virtual entre os candidatos e os eleitores”, criavam uma tendência de reprodução dos conteúdos utilizados na propaganda impressa e

audiovisual, transparecendo assim, a centralidade que a mídia tradicional possuía no início do século XXI (FERNANDEZ, 2005, p. 79).

Esse formato foi predominante até o ano de 2010, quando foi possível observar as primeiras mudanças que desencadearam no modelo comunicacional de redes. Braga e Carlomagno (2018, p. 18) atribuem tais mudanças a dois motivos principais: a) a queda das restrições dos tribunais eleitorais ao amplo uso da internet pelos candidatos; b) em segundo lugar, “a influência do bem-sucedido exemplo da campanha presidencial de Barack Obama no pleito de novembro de 2008, que provocou euforia no campo do marketing político eleitoral e, também, entre os analistas políticos e candidatos pelo mundo afora”. Outro fator diz respeito a massificação da internet, fundamental para o aumento do uso das redes sociais no Brasil ao longo da última década.

Braga e Carlomagno (2018) destacam que nas eleições presidenciais de 2010 os websites se tornaram as plataformas digitais mais importantes, apesar das poucas tentativas de integrar as informações divulgadas nos sites com ações de mobilização articuladas a partir das mídias sociais, o que caracteriza um estágio web de campanha com baixo grau de interatividade, segundo a tipologia acima adotada. Entretanto, “duas inovações podem ser detectadas nessas eleições: o surgimento das propostas de governo colaborativo por meio dos websites e o uso intenso do Twitter pelos candidatos presidenciais” (p. 19). O estudo destaca ainda uma série de pesquisas desenvolvidas no começo da década passada que busca examinar as principais mudanças da adesão das redes sociais em campanhas eleitorais.

Entre os principais achados dos estudos dessa nova geração, os autores apontam quatro características centrais (BRAGA; CARLOMAGNO, 2018, p. 22-23): 1) A forte mobilização ocorrida durante as manifestações de junho de 2013, assim como o quadro eleitoral de 2014, com grande parte das páginas que “lideraram” as manifestações do ano anterior se opondo à candidatura de Dilma Rousseff; 2) O nascimento das redes de apoiadores online que se formam por ocasião dos pleitos eleitorais, servindo como um importante espaço de expressão e organização dos setores mais conservadores da opinião pública brasileira; 3) O aumento de interações nas *timelines* dos órgãos de mídia por ocasião das campanhas, uma tendência a campanhas negativas e a consolidação do webjornalismo durante as eleições; 4) Por fim, e não menos importante, o surgimento de novas estratégias discursivas elaboradas pelos candidatos por meio daquilo que se convencionou chamar de memes. Este formato comunicacional foi inaugurado nas eleições presidenciais de 2014, ano em que se consolidou a hegemonia do

Facebook como mídia preferida dos candidatos, sendo fortemente ampliado na disputa eleitoral de 2018.

Em suma, várias pesquisas evidenciaram um movimento geral em direção a um padrão cada vez mais interativo de e-campanha, marcado pelo uso e disseminação dos mais variados formatos de mídias digitais. Tal modelo se difere em diversos aspectos do formato mais centralizado das mídias tradicionais, sendo possível apontar como principal diferença a capacidade de produção de informação por parte dos receptores, assim como novas possibilidades de interação, gerada pelas redes digitais, dando fim ao modelo de *broadcasting* onde existia uma separação radical entre dispositivos transmissores e receptores de informação e a impossibilidade de intervenção ou feedback dos sujeitos que consomem a informação (LATTMAN-WELTMAN, 2003; 2021).

Lattman-Weltman (2003) destaca o papel da mídia e da informação como fator fundamental à participação dos representados nas democracias. Em sua interpretação, destaca os representados em duas situações distintas: 1) na posição de consumidores de informação; 2) na condição de produtores de informação (investidores do mercado de discursos públicos). Desse modo, a participação dos representados enquanto consumidores deve levar em consideração as características da oferta de subsídios informacionais para os seus cálculos sobre o desempenho dos representantes e ou candidatos. Enquanto na situação de investidores/produtores de discursos políticos, deve-se investigar as suas capacidades de se fazerem ouvir, ou de repercutir discursos e versões de seu interesse, influenciando assim representantes e/ou a percepção de outros representados, de obter voz naquilo que se convencionou chamar de opinião pública.

Segundo Nicolau (2020), mesmo que nas eleições presidenciais de 2014 as redes sociais, sobretudo Twitter e Facebook, tenham sido amplamente utilizadas por Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB), a aposta dos estudiosos para o pleito de 2018 era de que a televisão e o rádio continuassem sendo os veículos dominantes, com as mídias sociais tendo um lugar complementar. No entanto, como se viu, as redes sociais tiveram papel central na disputa eleitoral, alterando uma tradição de décadas.

DA ESTABILIDADE INSTITUCIONAL À POLARIZAÇÃO NAS REDES: BREVE PANORAMA DO BRASIL NO PERÍODO 2013-2018

Existiu no país, pelo menos até 2008, considerando o período de redemocratização, uma tendência de estabilidade e consolidação das bases de representação política, via eleições, que

terminou invertida nos últimos anos. Dados do Latinobarômetro mostram que no ano de 2006, 45% dos brasileiros avaliavam “bem” e “muito bem” os parlamentares. Esse número chegou a 52% no ano de 2008. Entre os anos 2008 e 2015 houve, porém, uma queda drástica desta avaliação positiva, chegando a 11% no período entre 2015 e 2017.

Os estudos especializados apontam as passeatas de junho de 2013 como um marco importante de clima de humor da opinião pública no país. As manifestações que, inicialmente, visavam à redução do preço das passagens do transporte público em São Paulo, rapidamente se viram tomadas por cidadãos com pautas abrangentes e indefinidas. O resultado foi a alteração de um movimento alinhado às pautas ideológicas de esquerda para uma guinada à direita, com a adesão de setores de classe média próximos a um sentimento anticorrupção, que permaneceria no centro dos debates públicos até os dias atuais. Ainda neste contexto, observou-se a partir de 2014 o avanço da Operação Lava Jato, envolvendo políticos dos principais partidos brasileiros. Além disso, o período foi marcado por forte retração de crescimento econômico, aumentando as taxas de desemprego.

Chaloub e Lynch (2018) realizam um exame deste mesmo contexto enfatizando outros fatores, como o colapso do presidencialismo de coalizão, a revolução judicialista e o retorno do conservadorismo, observados no período de 2013 a 2017. Como elementos centrais desta conjuntura, os autores destacam o papel questionador da mídia e da opinião pública em relação ao presidencialismo de coalizão, devido aos inúmeros escândalos de corrupção e proliferação dos partidos fisiológicos. Como destacado por Lattman-Weltman (2003), no contexto pós-1988 a mídia se consolidou no sistema político brasileiro como uma das forças de maior influência no exercício da cidadania, presente em diferentes esferas como defesa do consumidor, julgamento da justiça, denúncias de corrupção, exercendo também peso sobre as disputas eleitorais. O autor faz uso das ideias de Jeremy Bentham e Michel Foucault a fim de constituir uma metáfora entre a ideia de panóptico e a constante vigilância dos meios de comunicação no Brasil. A metáfora está presente no poder vigilante da mídia e a possibilidade de potencializar a onda de denunciamentos frente a uma ausência de controle institucional mais bem delimitada.

Neste sentido, nos encontramos em uma situação dúbia, uma vez que a possibilidade de estar sendo vigiado, faz com que os sujeitos ajam de acordo com as normas, influenciando os representantes a adotarem posturas mais cautelosas em relação ao trato com a coisa pública, evitando desvios de conduta. Por outro lado, cria-se um ambiente completamente instável onde todos podem vigiar-se e denunciar-se uns aos outros. O problema está justamente nesse poder exacerbado da mídia em fazer uso das práticas denunciadoras em um país onde há uma ausência

de mecanismos adequados de controles institucionais, abrindo margem para ações predatórias (LATTMAN-WELTMAN, 2003). Desse modo, o noticiário político nacional seguiu durante todos esses anos uma conduta focada no combate à corrupção, inserindo os escândalos políticos como pautas centrais e contribuindo para o fortalecimento do sentimento de descrença na política por grande parte da população.

Outro ponto fundamental, destacado por Chaloub e Lynch (2018), se refere ao campo do Direito, onde observou-se uma perspectiva crescente que levava em consideração o papel do Poder Judiciário na cena política nacional, denominada neoconstitucionalismo, defendida a partir da década de 1990 pelo jurista fluminense Luís Roberto Barroso. Tal abordagem pode ser sintetizada pela ideia de judicialização da política, onde o Judiciário assumiria determinadas funções tradicionalmente relacionadas ao Executivo e Legislativo. Os autores demonstram como a centralidade adquirida pelo Judiciário, em especial pelo STF, foi saudada como positiva e saudável nas últimas décadas. A judicialização da política preencheu um espaço gerado pela perda de protagonismo da arena Legislativa, decorrente da insatisfação de parte da população com o poder público, fruto da decadência geral da representação tradicional. Os principais desdobramentos deste fenômeno foram as severas baixas no establishment político, prejudicando todos os partidos, independente de seus perfis ideológicos.

O resultado destes acontecimentos aparece refletido nos dados mais recentes do levantamento realizado pelo Latinobarômetro, onde os brasileiros aparecem como os mais descontentes com a democracia entre os 18 países da América Latina pesquisados no ano de 2017. Este cenário nos fornece alguns subsídios para compreender o contexto eleitoral do pleito presidencial do ano de 2018, sintetizado por Soares (2020, p. 38): “Destaquei os temas insegurança, ansiedade e fobias. Poderia ter dito: o império do medo estremece os pilares do mundo que os brasileiros (e não só) habitam. É comum definir nosso tempo como a era da incerteza”.

É possível aproximar tanto o contexto de insatisfação pós 2013, quanto o panorama elaborado por Soares, referente ao contexto das eleições de 2018, com as ideias presentes no artigo de Santos (1993). Em sua análise é enfatizado que em contextos de acelerada transformação social prevalece um sentimento de incerteza que atinge os diferentes grupos da sociedade. Esse tipo de cenário leva a uma erosão das normas de convivência social, a tendências de isolacionismo e ao retorno do estado de natureza. Em síntese, cria-se um sentimento de anomia, que desencadeia no que chamou de hobbesianismo social. Tais fenômenos geram o enfraquecimento das normas, pois os cidadãos passam a duvidar de que os

demais indivíduos da sociedade também se pautarão pelas regras sociais previstas na legislação. O autor aponta ainda para a possibilidade de o poder político atenuar ou potencializar tal cenário, fortalecendo ou enfraquecendo os laços de solidariedade presentes na sociedade. Por fim, a análise caracteriza nossa sociedade como uma sociedade descentralizadamente mafiosa com uma cultura cívica predatória, onde prevalecem a aleatoriedade da punição e a privatização do espaço público (SANTOS, 1993).

Além dos fatores mencionados, é possível ainda destacar a análise de Bolognesi e Codato (2018) em que os autores observam um aumento dos partidos de direita no espectro político ideológico brasileiro, tendo em vista a ascensão de pequenos partidos confessionais e personalistas surgidos nos últimos anos. O crescimento das legendas pouco programáticas ou que representam opções ideológicas pouco evidentes desencadeou um contexto de ampla fragmentação, criando um cenário perfeito para a manifestação do personalismo eleitoral e da estratégia eleitoreira de partidos oportunistas.

A breve contextualização do turbulento período 2013-2018 contou ainda com o processo de impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, decretada durante a corrida eleitoral de 2018. Essa conjuntura se faz necessária para compreender como se deram as últimas eleições presidenciais, marcadas por uma forte radicalização dos discursos, principalmente a partir de 2014. A insatisfação dos brasileiros com a política nacional deu brecha para uma série de fenômenos sociais advindos de um contexto altamente polarizado, como será aprofundado nas páginas seguintes.

O USO DAS REDES NAS CAMPANHAS PRESIDENCIAIS DE 2018

O desenvolvimento das mídias digitais e sua inserção nas campanhas eleitorais “provocaram um aumento na quantidade de informação política, maior oferta de mecanismos de participação e aumento da transparência das ações dos candidatos em escala inédita em eleições brasileiras até então” (BRAGA; CARLOMAGNO, 2018, p. 19). Se antes da popularização das redes os candidatos possuíam uma equipe responsável pela administração de suas imagens, nos dias atuais esta preocupação é ainda mais evidente, tendo em vista o aumento da exposição dos concorrentes no ciberespaço.

Ao analisar as eleições de 2018, observou-se uma radicalização da distinção entre nós/eles, repleto de acusações entre os candidatos, que optaram por estratégias políticas diferenciadas: Jair Bolsonaro mobilizou seu eleitorado por meio das redes sociais, fazendo uso de uma linguagem menos formal, em muitas situações agindo de forma agressiva, o que até

2018 era considerado algo incomum no âmbito político, fato que poderia aproximar o candidato de uma imagem de incivilidade. Fernando Haddad, por sua vez, optou por se comunicar de maneira mais “protocolar”, fazendo uso dos meios convencionais para interagir com seu público, tentando se aproximar de uma imagem associada à civilidade.

Um dos aspectos mais interessantes dessas eleições foi a sobreposição das performances dos candidatos em comparação às propostas dos presidenciáveis, o que fez com que o debate de ideias, em muitas ocasiões, ficasse em segundo plano. Essa estratégia foi amplamente utilizada por Bolsonaro, como destacado por Soares:

Nesse contexto, destacam-se não só palavras, mas também as performances que viraram a assinatura de Bolsonaro desde a campanha eleitoral, como a coreografia mimetizando o uso de arma, e as mais sutis, imediatamente adotadas por blogueiros e adeptos, como bebericar o copo de leite em suas lives na internet, o que alude à supremacia branca e é cópia assumida do perverso repertório de Trump. (...) Note-se que os inimigos são chamados de “bandidos” ou “vagabundos”, e que este último termo propicia automática transição semântica para a esfera política, não importando que haja ou não alguma denúncia específica de corrupção ou de transgressão à legalidade, pois ser de esquerda, ou de oposição, imediatamente imerge o personagem acusado no universo da desqualificação moral (SOARES, 2020, p. 13-14).

Nesse sentido, a tônica das campanhas acabou alimentando disputas de narrativas, marcadas mais por acusações do que por propostas, além da promoção de uma autodefesa em relação às críticas dos opositores. Esses antagonismos acabaram extrapolando as campanhas dos presidenciáveis, afetando diretamente o ambiente das redes, onde verificou-se uma profusão de contrastes discursivos que continham memes, piadas, informações falsas e discursos de ódio. Pinto Neto (2020, p. 145), analisa as consequências deste tipo de conduta na esfera pública. Para o autor, o problema central é como responder a isso: “não porque seja difícil realmente contrapor afirmações absurdas ou refutar seus erros, mas formular a resposta de modo que não repita o mecanismo de feedback que alimenta o troll¹, ou seja, a forma repressiva (“você não pode dizer isso”)”. Desse modo, afirma Pinto Neto, o debate público se caracteriza por um “não-diálogo que vai contaminando a esfera pública e tornando os polos cada vez menos comunicantes, aumentando o fosso na medida em que a estratégia chauvinista vai funcionando.

¹ Mesmo que o *establishment* liberal já tenha consolidado, ao reconhecer as lutas dos movimentos pelos direitos civis, a consciência de que racismo, machismo, xenofobia e outras formas de violência simbólica são fenômenos negativos, de modo a proibir sua enunciação na esfera pública, o discurso troll viraliza na medida em que se coloca como um humor brutal, jogando na zona cinza entre o sério e a piada.

A contradição das eleições presidenciais de 2018 está justamente no contraste entre a ampliação da possibilidade de comunicação, devido a expansão da internet e redes sociais, e o “empobrecimento” das discussões e propostas na esfera pública. Não seria exagero afirmar que as campanhas eleitorais do último pleito para o governo federal ficaram marcadas por seu caráter *ad hominem*, onde as ideias, propostas e projetos dão lugar a acusações pessoais entre os candidatos com o objetivo de desqualificar seus adversários no plano eleitoral. Ou seja, as discussões de projetos de país inexistem ou são desqualificadas, dando lugar a questionamentos de caráter, moralidade, integridade, etc.

Em tempos em que tanto se fala sobre os riscos da “cultura do ódio” para o processo democrático, é de grande relevância voltar a atenção das ciências sociais para o papel das emoções na política, resgatando-as do registro instrumental que ocupam nas estratégias do marketing político e fazendo, do próprio marketing das emoções, ainda mais um objeto de sua reflexão. Como destacado por Dourado e Gomes (2019, p. 2), em uma eleição, disputa-se, por definição, mandatos públicos, “mas também se disputam os corações e as mentes dos eleitores, único caminho democraticamente legítimo para mandatos populares, e, como é cada vez mais claro, disputam-se narrativas, interpretações de fatos e histórias”. Para fins meramente analíticos, é possível ressaltar três tipos de sentimentos que foram instrumentalizados nas campanhas e que tiveram forte impacto nas discussões travadas pelo eleitorado nas redes sociais: insatisfação/revolta, medo e esperança.

A literatura enfatiza a instrumentalização destes sentimentos em campanhas recentes, como nos EUA no ano de 2016 e no Brasil em 2018. O sentimento de esperança atua nestes contextos dentro de ideias que fazem emergir valores nostálgicos, de um passado imaginado. Tanto nos EUA quanto no Brasil o que se buscava era uma sociedade devolvida a si mesma, que “se libertaria do Estado – da corrupção, dos impostos, dos direitos trabalhistas, das regulações ambientais – e seria, finalmente, purificada e modernizada (sim, aqui um paradoxo ruidoso) pelo dinamismo do mercado” (SOARES, 2020, p. 43).

Mouffe (2003) chama a atenção para a temática das paixões dentro do ambiente político, especificamente nas democracias liberais. A pensadora defende a ideia de uma democracia mais radicalizada, que admita a existência de relações de poder e a necessidade de transformá-las, uma vez que reconhece a inerradicabilidade do poder e do antagonismo. Assim sendo, propõe uma democracia que compreenda “a política” como um conjunto de práticas que consista em “domar a hostilidade e tentar neutralizar o antagonismo que existe nas relações humanas”, uma

vez que acreditar que as paixões estão ausentes do âmbito político consiste em uma ilusão (MOUFFE, 2003, p. 15).

Um dos objetivos da proposta de Mouffe é combater manifestações de caráter autoritário que se proliferaram nos últimos anos em diversas democracias pelo mundo. A autora argumenta que a ética e a moralidade ganharam centralidade nos contextos onde há uma hegemonia neoliberal. Segundo Mouffe, em diversos países há também uma debilidade em relação as distinções entre esquerda e direita que acaba por favorecer o fortalecimento de partidos antidemocráticos, com viés autoritário, manifestos nas figuras do populismo de direita. Simboliza esse fenômeno o editorial do Estadão divulgado no dia 08/10/2018, durante o segundo turno das eleições presidenciais de 2018, intitulado “Uma escolha muito difícil”, onde ambos os candidatos eram classificados como radicais.

OS REPRESENTADOS ENQUANTO PRODUTORES DE INFORMAÇÃO: AMPLIAÇÃO DA DEMOCRACIA OU FACA DE DOIS GUMES?

De 2014 até as eleições de 2018 observou-se uma ampliação da capacidade de compartilhamento de informações em rede por parte dos usuários. Tal fato está inserido no contexto de mudanças tecnológicas dos últimos anos, como a popularização dos smartphones e a maior acessibilidade dos planos das operadoras, fazendo com que cada vez mais pessoas utilizem aplicativos como Whatsapp e as diferentes redes sociais como fonte de informação e divertimento (NICOLAU, 2020). Seguindo essa linha de raciocínio, é possível destacar as eleições de 2018 como um marco da atuação do âmbito comunicacional, em que a campanha de Jair Bolsonaro se construiu à margem dos horários de propaganda eleitoral televisiva, tendo o Whatsapp como um dos principais meios de disseminação de conteúdos. Como observado por Paia e Alves (2019, p. 2), “durante o período eleitoral, milhares de grupos funcionaram como comitês de campanha, circulando ideias, promovendo debates e organizando ações coletivas, como carreatas e manifestações”.

Estas mudanças podem ser observadas à luz das ideias de Castells, que denominou este novo fenômeno como *autocomunicação de massa*:

Nos últimos anos, a mudança fundamental no domínio da comunicação foi a emergência do que chamei de autocomunicação - o uso da internet e das redes sem fio como plataformas da comunicação digital. É comunicação de massa porque processa mensagens de muitos para muitos, com o potencial de alcançar uma multiplicidade de receptores e de se conectar a um número infindável de redes que transmitem informações digitalizadas pela vizinhança ou pelo mundo. É autocomunicação porque a produção da mensagem é decidida de modo autônomo pelo remetente, a designação do receptor é autodirecionada e a recuperação de mensagens das redes de comunicação é auto selecionada. A comunicação de massa baseia-se em redes

horizontais de comunicação interativa que, geralmente, são difíceis de controlar por parte de governos ou empresas. (...) A autocomunicação de massa fornece a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, seja ele individual ou coletivo, em relação às instituições da sociedade (CASTELLS, 2013, p. 9-10).

Desse modo, com sua arquitetura aberta, a internet favoreceu a entrada de novos atores no jogo, reduziu barreiras à produção de conteúdo e reformulou o papel da audiência. Se, anteriormente, a comunicação era mediada pelos meios de comunicação de massa, com as posições de produtor e consumidor claramente demarcadas, com a internet e a entrada das novas mídias sociais, qualquer indivíduo conectado pode se tornar potencialmente um emissor de “autocomunicação de massa” (BRITO CRUZ et al 2019).

Se em um modelo comunicativo de mídia mais centralizado, as críticas se direcionavam, muitas vezes, as versões unilaterais ou de menor variedade de pontos de vista dos veículos mais tradicionais, no modelo de mídia atual, é possível observar uma “ampliação exponencial da oportunidade para a produção, fixação e difusão de visões, versões, interpretações e enquadramentos alternativos para qualquer fato, narrativa ou argumento” (LATTMAN-WELTMAN, 2017, p. 52), representando um grande avanço no que diz respeito à democratização do acesso à informação em um cenário mais plural dentro de uma perspectiva de mercado de discursos.

Desse modo, há uma maior capacidade de reverberação política dos discursos de inúmeros novos atores, coletivos ou individuais, se caracterizando como um efeito democratizante inegável. Com isso, criam-se novas possibilidades de que os recursos tecnológicos favoreçam a mobilização de grupos que antes se viam submetidos ao regime informacional da grande mídia, conectando indivíduos dispersos e isolados no espaço, ampliando sua força e capacidade política (LATTMAN-WELTMAN, 2017).

Do ponto de vista mais geral, é possível fazer uso do modelo construído por Cesarino (2019), onde a autora realiza uma importante diversificação dos grupos bolsonaristas atuantes no Whatsapp no período das eleições, classificados em cinco camadas: (1) Oficial: são os círculos mais exclusivos que possuem a presença de Bolsonaro, seus filhos, candidatos e gestores de campanha mais próximos; (2) Oficioso: conteúdo divulgado de forma vertical e unilateralmente pelos gestores; (3) Militância: são grupos mais populosos e com trocas horizontais entre os membros; (4) Redes pessoais: são criadas pelas ligações de proximidade pessoal dos usuários; e (5) Ecossistema de mídias: referente a circulação de conteúdos e links de outras plataformas da web. Tais categorias ilustram o que foi apontado por um estudo que avalia o impacto das *fake news* no contexto político das últimas eleições presidenciais

(DOURADO; GOMES, 2019, p. 10), em que os autores enfatizam que em um contexto de “guerrilha informativa participam os mais diversos atores como cidadãos anônimos, jornalistas, políticos, partidos, militantes e influenciadores”.

Este panorama parece suficiente para evidenciar a complexidade das redes e, principalmente, para mostrar a dificuldade de detectar a influência das novas mídias digitais na abalada democracia brasileira. Apesar desta pluralidade e das diferenças já mencionadas, uma tendência dos espaços cibernéticos vem chamando atenção: o enclausuramento nas bolhas digitais, acirradas pela mecânica dos algoritmos, onde prevalecem perspectivas unilaterais, dificultando ainda mais a realização do debate no espaço público. Algumas das consequências que podem ser apontadas, tendo em vista esta nova realidade, é a perda de credibilidade da imprensa tradicional com parte da população, devido principalmente, a uma “auto identificação excludente e maniqueísta”. Os espaços digitais estimulam o consumo e a reprodução de informações que fortaleçam as narrativas condizentes com nossos próprios pontos de vista, descartando tudo aquilo que é contrário, sobretudo “o que possa colocar em cheque ou gerar dúvidas sobre a consistência e exclusividade moral de nossas posições”² (LATTMAN-WELTMAN, 2017, p. 55). A noção de tribalismo nos oferece algumas pistas no que diz respeito a esta faca de dois gumes que tem se mostrado a popularização da internet para a democracia brasileira em seus diversos aspectos.

Desse modo, podemos nos ver diante de um fenômeno que possui um efeito agregador, no que diz respeito às novas possibilidades de comunicação e desagregador, no que se refere a radicalização das disputas de narrativas verificadas nos últimos anos:

O ativismo de internet, parece ser particularmente bem adaptado à propagação de maniqueísmos proto-fascistoides, que demonizam grupos, partidos e correntes ideológicas legítimas e inevitáveis. Graças, porém, aos recursos inéditos de interação customizada, mas, simultaneamente, massificável, propiciados pela Rede, é possível, agora, converter vínculos “comunitários” em mobilizações “societárias”, em escala e velocidade inimagináveis há até bem pouco tempo. Ou seja, as redes sociais conectam indivíduos pelas mais diferentes razões ou motivos iniciais: de vínculos afetivos, mais ou menos superficiais, originados no passado, a interesses profissionais dos mais específicos, incluindo nesse continuum desde a pura e simples curiosidade momentânea, passando, por exemplo, ao lazer e ao esporte, e indo até o mais intenso engajamento político e ideológico, etc. Chegada, contudo,

² Importante ressaltar que parte da perda de credibilidade da Rede Globo de televisão está associada às acusações de maniqueísmo e parcialidade, principalmente pelos apoiadores de Bolsonaro nas últimas eleições. Com isso, se popularizou o termo “Globolixo”, muito utilizado inclusive por políticos conhecidos da população, como por exemplo, o ex-prefeito do Rio de Janeiro Marcelo Crivella. A ascensão da TV Record também faz parte desse fenômeno, uma vez que boa parte do eleitorado que votou em Bolsonaro, assim como muitas das lideranças religiosas do país, atribuem uma posição de legitimidade à emissora, devido à maneira como são abordados os assuntos em seus noticiários, em uma perspectiva mais alinhada ao público conservador.

a devida oportunidade, todos e quaisquer laços como os citados acima podem servir à mobilização coletiva imediata, em prol de seja qual for a causa ou bandeira (LATTMAN-WELTMAN, 2017, p. 57).

O cenário se torna ainda mais complexo se levar em consideração assuntos que estiveram em alta durante as eleições de 2018, como a propagação de *fake news* e a ausência de um aparato legislativo efetivo que possa inibir ações ilegais durante as campanhas eleitorais. A legislação eleitoral sobre o uso da internet e dos espaços virtuais nas campanhas de 2018 contemplava uma série de questões caras aos pleitos, as quais pode-se destacar o controle de gastos nas campanhas feitas pela Internet, a proibição do uso de perfis falsos e robôs, a responsabilização pela remoção de conteúdo e o direito de resposta pelo mesmo meio utilizado para divulgar o conteúdo infringente.

Com base nas eleições daquele ano, entretanto, é possível apontar uma série de obstáculos ao cumprimento efetivo destas normas: 1) há uma dificuldade em se obter dados mais transparentes em relação aos gastos reais de impulsionamento de campanhas; 2) a proibição de uso de perfis falsos e robôs, como visto, não impediu a proliferação desta estratégia durante a corrida eleitoral, uma vez que foram verificadas uma série de denúncias nesse sentido, mas sem nenhum efeito investigativo ou punitivo notável; 3) por fim, pode-se destacar também a produção e o compartilhamento de conteúdos de “desconstrução de candidatura”, já que nas campanhas predominaram os ataques aos adversários. Mesmo que exista a possibilidade de retratação e direito de resposta, os efeitos negativos de uma notícia divulgada em ampla escala são na maioria das vezes irreversíveis. Abaixo destacamos a pertinente análise de Campinho (2019) sobre as possibilidades que se apresentam em relação a nova era do mundo digital:

Dificuldades hermenêuticas tornam-se ainda mais perigosas para o debate democrático quando as notícias eleitorais falsas também assumem a forma de discurso de ódio. Nesse caso, excessivo auto controle judicial em favor da liberdade de expressão pode se configurar na consagração da liberdade dos mais fortes, deixando certas minorias e grupos sociais vulneráveis, criando tensões políticas que desequilibram o processo eleitoral. As súmulas do Tribunal Superior Eleitoral também demonstram dificuldades para a aplicação de normas de regulação do uso eleitoral da Internet para falsificação de notícias. A combinação de funções judiciais e não judiciais nos processos eleitorais cria um sobrecarga de trabalho, que projeta a resolução dos conflitos judiciais eleitorais após o término das eleições, quando o escopo dos julgamentos é limitado, e quando o resultado eleitoral já foi consolidado. Nesse cenário, uma visão do futuro da internet democrática deve incluir o enfrentamento às notícias falsas como forma de preservar o ideal da ágora digital (CAMPINHO, 2019, p. 253-254).

Assim sendo, Campinho (2019) alerta que a internet como uma nova fronteira da democracia pode se desdobrar em diversas possibilidades: a) uma fábula, uma narrativa idílica da aldeia digital global; b) uma perversidade, traduzida por falsificação eleitoral a notícia como máquina de difusão do ódio e da assimetria do poder econômico e social que explora a internet; c) ser contaminada pela sombra da censura e paternalismo; d) além de uma alternativa, uma esperança, um ideal a ser perseguido, que pode continuar sendo buscado. Apesar da mobilização das instituições brasileiras para se obter pleitos eleitorais com menor influência de notícias falsas, há um consenso na literatura que aponta uma necessidade de elaboração de medidas que possam controlar da melhor forma as campanhas digitais, tendo em vista a tendência que se afirmou nas últimas eleições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme observado neste artigo, a sociedade brasileira, na última década, passou por uma série de instabilidades institucionais, econômicas, políticas e sociais. Em um contexto de revolução tecnológica, atores, por meio dos novos recursos gerados pela popularização da internet e smartphones, alargaram suas possibilidades de mobilização e organização, empoderando grupos com diferentes demandas a participarem mais ativamente da vida pública, ampliando suas vozes no mercado dos discursos.

Apesar dos benefícios democratizantes de tais mudanças, o mundo digital tornou-se também palco de desdobramentos perversos, como verificado, por exemplo, nas eleições de 2018. Em um cenário de crise de representatividade e ampla polarização, verificou-se uma radicalização dos embates públicos, onde adversários políticos se viram muitas vezes como inimigos, afetando tanto as campanhas presidenciais quanto a relação entre apoiadores. O resultado foi uma tendência à intolerância no mundo cibernético e uma dificuldade de diálogo entre diferentes perspectivas, consequência de uma lógica de discurso *ad hominem*, marcada pela ausência de propostas e forte presença de acusações e tentativas de deslegitimação do adversário político.

Desse modo, é possível apontar algumas reflexões sobre os modelos de e-campanhas utilizadas nas duas últimas eleições presidenciais, sobretudo no ano de 2018. O novo cenário implicou em uma crise do atual modelo regulatório eleitoral, consolidado entre os anos 1990 até 2010, em que conteúdos ilícitos acarretavam em uma responsabilização imediata de seus atores, uma vez que o formato de campanhas mais centralizado, focado principalmente na

televisão, facilitava o diagnóstico e a elaboração de medidas que inibissem ações não contempladas pela lei eleitoral.

Apesar do tema das *fake news* ser amplamente debatido pela opinião pública e também pelo Judiciário brasileiro no contexto das eleições, constatou-se que o aparato institucional brasileiro ainda é incipiente no que diz respeito a uma regulamentação que assegure que as e-campanhas ocorram sem ampla interferência de medidas ilegais ou grande propagação de calúnias por parte dos candidatos e seu eleitorado. O micro direcionamento de anúncios, vídeos e propagandas para nichos de audiência específicos, assim como a construção de redes de apoio com base em listas de contatos divididas por interesses, e disparos em massa de conteúdos em aplicações de mensagens privadas, se tornaram um fenômeno de difícil regulação, visto que ocorre no mundo “subterrâneo” das redes, esbarrando em questões referentes ao uso de dados pessoais da população. Em um cenário com amplo compartilhamento de informações e notícias, tal controle se torna mais complexo.

Importante ressaltar que um desdobramento perverso da revolução tecnológica não envolve somente o eleitorado, uma vez que políticos e figuras públicas se engajaram na divulgação de conteúdos inverídicos. A questão da visibilidade ganha centralidade nas campanhas, uma vez que desferir ataques pessoais a adversários políticos pode ser uma estratégia de promoção de imagem no espaço cibernético. Nesse sentido, desconstruir a imagem dos adversários e potencializar a própria imagem no meio virtual, torna-se uma oportunidade de adquirir mais votos.

A presença de robôs nas campanhas pode ser um agravante desta atual conjuntura. Do ponto de vista das regras eleitorais, há uma dificuldade em captar os recursos utilizados para ações desta natureza, assim como as fontes produtoras de *fake news* que podem se propagar rapidamente nas redes, instigando uma ampliação da radicalização dos espaços cibernéticos já tão marcados pela forte polarização.

Conforme enfatizado por Brito Cruz et al 2019, as propostas sobre como lidar com campanhas em rede necessitam da inclusão de novas abordagens que atualizem os valores que devem ser levados em conta nas regras do jogo democrático: pluralismo, liberdade de expressão, igualdade de chances, acesso à informação e autonomia e privacidade dos cidadãos, não se limitando, portanto, ao mero controle dos conteúdos.

Verificou-se também o enfraquecimento das mídias tradicionais no que diz respeito a sua capacidade de impactar as campanhas eleitorais e no próprio resultado dos pleitos, uma vez

que as novas tecnologias ampliaram as possibilidades de fonte de informação, favorecendo um movimento de deslegitimação de emissoras mais tradicionais. Apesar disso, destaca-se que o descrédito dos veículos tradicionais não representa necessariamente o fim de sua influência, apenas uma atenuação.

Outro fenômeno constatado no ano de 2018 foi a disputa de narrativas entre duas das maiores emissoras do país: Rede Globo, que durante décadas figurou como a emissora mais influente na sociedade brasileira; e Rede Record, canal televisivo pertencente ao Bispo Macedo, um dos maiores apoiadores da campanha de Bolsonaro nas últimas eleições presidenciais.

O novo contexto das campanhas eleitorais trouxe consigo novas técnicas de marketing político, favorecendo os candidatos de pequenos partidos, com menores recursos de campanhas. O exemplo mais notável desta alteração foi a campanha de Jair Bolsonaro em 2018, visto que o candidato construiu sua campanha principalmente nas redes, gastando muito menos que seus adversários e contrariando uma tendência que vinha desde as eleições de 1989, em que os candidatos que mais gastavam se sagraram vencedores dos pleitos. No que diz respeito ao sistema político brasileiro, por fim, é possível afirmar que tal tendência pode estar relacionada ao fenômeno de fragmentação político partidária mencionada no artigo, visto que os candidatos que contam com menores recursos financeiros possuem novas alternativas de campanha por valores mais acessíveis.

REFERÊNCIAS

BRAGA, S.; CARLOMAGNO, M. Eleições como de costume? Uma análise longitudinal das mudanças provocadas nas campanhas eleitorais brasileiras pelas tecnologias digitais (1998-2016). **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 26, p. 7-62, 2018.

BRITO CRUZ, F.; MASSARO, H.; OLIVA, T.; BORGES, E. Internet e eleições no Brasil: diagnósticos e recomendações. **InternetLab**, São Paulo, 2019.

BOLOGNESI, B.; CODATO, A. Sociologia política dos políticos do Brasil: um estudo da competição eleitoral sob o regime da Constituição de 1988. In: HOLANDA, C. B.; VEIGA, L. F.; AMARAL, O. E. (Org.). **A Constituição de 88: Trinta anos depois**. 1. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2018.

CAMPINHO, B. B. Constitution, democracy, regulation of the Internet and electoral fake news in the Brazilian elections. **Revista Publicum**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 232-256, 2019.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2013.

CESARINO, L. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo neoliberalismo e pessoa fractal. **Revista de Antropologia**. São Paulo, v. 62, n. 3, p. 530-557, 2019.

CHALOUB, J.; LYNCH, C. O pensamento político-constitucional da República de 1988: um balanço preliminar (1988-2017). In: HOLANDA, C. B. et al. (Orgs.). **A Constituição de 1988 trinta anos depois**. Curitiba: Ed. UFPR, 2018, p. 251-280.

DOURADO, T.; GOMES, W. O que são, afinal, as fake news, enquanto fenômeno de comunicação política? **VIII Compolítica**, Universidade de Brasília, maio de 2019.

FERNANDEZ, R. G. **Campanhas eleitorais na internet**. 136f. Dissertação. Mestrado em Ciência Política. Campinas: IFCH Unicamp, 2005.

LATTMAN-WELTMAN, F. Comunicação, opacidade e crise política (ou, Mitologias: eu quero uma pra viver!). In: NAPOLITANO, C. J.; VICENTE, M. M.; SOARES, M. C. (Orgs.). **Comunicação e cidadania política**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2017, p. 33-59.

LATTMAN-WELTMAN, F. Do Broadcasting ao Tribalismo: Notas para um diagnóstico do lugar (ou lugares) das mídias na crise da democracia. **9ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política**, 2021.

LATTMAN-WELTMAN, F. Mídia e transição democrática: A (des)institucionalização do pan-óptico no Brasil. In: ABREU, A. A.; LATTMAN-WELTMAN, F.; KORNIS, M. A. (Orgs.). **Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

MOUFFE, C. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Revista Política e Sociedade**, v. 2, n. 3, 2003.

NICOLAU, J. **O Brasil dobrou à direita**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PIAIA, V.; ALVES, M. Análise exploratória da rede bolsonarista no Whatsapp. **VIII COMPOLÍTICA**. Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política. Universidade de Brasília (UnB), maio de 2019.

PINTO NETO, M. Política na era da visibilidade total: observações conjunturais a partir do episódio The Waldo Moment, de Black Mirror. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 45, p. 139-152, 2020.

SANTOS, W. G. Fronteiras do Estado Mínimo. In: SANTOS, W. G. (Org.). **Razões da desordem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

SOARES, L. E. **Dentro da noite feroz: o fascismo no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial. 2020.

CAPÍTULO 14

O MONGE SÃO JOÃO MARIA E OS CAMPOS GERAIS DO PARANÁ: DEVOÇÃO E TRADICIONALIDADE

Gustavo Conceição Bahr
Antonio Marques de Castro

RESUMO

O presente texto tem como objetivo demonstrar a forma como dois diferentes grupos sociais dos Campos Gerais do Paraná se relacionam com o Monge São João Maria, figura religiosa cultuada por muitos devotos dos estados do Paraná e Santa Catarina. O Monge São João Maria andou pelos Campos Gerais no início do século XX, realizando rezas, batizados e curas com a utilização de plantas medicinais, e com isso se tornou uma grande liderança regional. Muitos locais por onde andou e promoveu seus ritos, são considerados sagrados e alvo de peregrinações por parte de seus admiradores/seguidores, locais esses espalhados por diversas cidades da região do Campos Gerais do Paraná – recorte geográfico deste estudo. A metodologia adotada no trabalho se pautou na técnica etnográfica, através da observação por parte dos pesquisadores, com a inserção nos grupos a serem observados/estudados. Sendo observados/pesquisados os moradores do Faxinal Charqueada dos Betim, localizado no município de Imbaú, ao longo do ano de 2021, e, devotos que participaram da “Peregrinação do Monge São João Maria”, ocorrida em Tibagi, em 2019. Com uma convivência mais prolongada dos pesquisadores para com o primeiro grupo. Os principais resultados identificados na pesquisa foram que o monge exerce grande influência simbólica sobre diversas pessoas desses grupos, que através da fé realizam suas preces, pedidos e agradecimentos. O mesmo ainda é um personagem presente nos trabalhos realizados pelas detentoras de ofícios tradicionais de cura, demonstrando, portanto, ser uma figura religiosa muito emblemática na comunidade (e região). Mesmo diante de uma série de preconceitos existentes.

PALAVRAS-CHAVE: religião; monge; catolicismo rudimentar; faxinais do Paraná; messianismo.

INTRODUÇÃO

Os Campos Gerais do Paraná são descritos como uma região caracterizada como fitogeográfica, formada predominantemente por campos nativos, que integram o Bioma Mata Atlântica, assentados sobre embasamento rochoso sedimentar e solos rasos. Esses campos, que são exemplares de clima pretérito mais seco, se estendem do município de Rio Negro, na divisa com Santa Catarina, até Sengés, na divisa com o estado de São Paulo.

Em função dessas características físicas supracitadas, a região possui riquíssima biodiversidade. Além de exuberantes belezas naturais, também possui diversas singularidades culturais, que se devem, sobretudo, ao processo de ocupação territorial, por deveras também diversificado. Esses aspectos culturais estão presentes nas diversas simbologias relacionadas à

religião. Como é o caso da devoção ao Monge São João Maria – objeto das observações etnográficas dos pesquisadores que deu origem a este trabalho. Comprovando, nas opiniões dos mesmos, esse caráter devocional de origem cabocla, sobre esse personagem que exerce influência religiosa em outras localidades do Estado do Paraná, assim como na Região do Contestado, no oeste do Estado de Santa Catarina.

Em relação à região catarinense “A presença de monges, benzedores, curandeiros e eremitas fazia parte do universo mágico e religioso da população que vivia na região do Contestado” (VALENTINI *et al.*, 2015, p. 111), sobretudo durante o conflito territorial, que envolveu Paraná e Santa Catarina, entre 1912 e 191. Onde o monge assume um papel além do religioso, sendo, também uma liderança no conflito. Já com relação a sua presença no Campos Gerais, Bennate, Campigoto e Carvalho (2011) destacam que o monge teria percorrido a região no início do século XX, realizando práticas de curas, rezas e batizados. Como resultado dessa peregrinação, diversos municípios da região contam com a presença de fontes d’água, chamadas por muitos de olhos d’água, que teriam sido benzidas pelo monge, como as encontradas em Ventania, Tibagi, Ponta Grossa e São João do Triunfo, além de uma gruta que historicamente está relacionada a passagem do messiânico, no Parque Estadual do Monge, no município da Lapa, locais esses alvos de peregrinações e que são considerados sagrados pelos devotos – tendo as vertentes de água sido batizadas como “olho d’água de São João Maria”.

Também se destacam como locais que se relacionam simbolicamente ao monge, os faxinais do Paran. Comunidades que possuem uma territorialidade específica, envolta por questões culturais e de identidade, ligadas a vivência coletiva e a um catolicismo rudimentar (BAHR, 2021). Esse catolicismo possui “certo dissenso entre as instâncias da Igreja Católica, [seguindo] orientação e dinâmica diversa daquela preconizada pelo catolicismo oficial” (BENATTE; CAMPIGOTO; CARVALHO, 2011, p. 144). Essa discrepância existente entre o catolicismo rudimentar adotado pelas comunidades tradicionais e o clássico, ocorre principalmente pela adoção de santos que não são reconhecidos pela vertente oficial da religião, como é o caso do Monge São João Maria, o que também resulta em preconceitos de comunidades vizinhas, por membros da própria comunidade e por seguimentos da própria Igreja Católica – Conquanto, a fé no Monge vem resistindo e persistindo no tempo.

Diante do exposto, vê-se que os territórios tradicionais são dotados de uma cosmologia, sobretudo, devido a existência de outras narrativas de natureza, ou seja, distintas conexões que esses povos possuem com a natureza (FLORIANI *et al.*, 2016). Benatte, Campigoto e Carvalho (2011, p. 143) destacam que a devoção ao Monge São João Maria, “também é a busca de

proteção e de soluções para certas dificuldades enfrentadas no cotidiano dos faxinais, [...] é um aspecto dessa religiosidade que pode ser traduzida como uma espécie de culto doméstico”.

OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICO

OBJETIVO GERAL

O presente texto tem como objetivo geral demonstrar a resistente fé no monge, por parte de grupos distintos dos Campos Gerais do Paraná.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Observar o comportamento de grupos sociais distintos, da região estudada, em relação à sua fé no monge São João Maria;
- Testemunhar comportamentos individuais e em grupos em sua prática de fé no monge;
- Perceber presencial e naturalmente o culto a figura religiosa do monge por muitos devotos dos grupos observados;
- Elaborar material resultante dessas percepções dentro de um processo etnográfico.

METODOLOGIA

O estudo pautou-se em observações naturais/etnográficas por parte dos observadores.

Conquanto, o presente trabalho possui dois recortes, sendo o Faxinal Charqueada dos Betim, localizado no município de Imbaú, e o evento “Peregrinação do Monge João Maria”, no município de Tibagi. Na perspectiva de demonstrar as relações que os integrantes desses grupos estabelecem com o sobrenatural, utilizando-se do método etnográfico, “composto de técnicas e procedimentos de coleta de dados associados a uma prática do trabalho de campo, a partir de uma convivência mais ou menos prolongada do pesquisador junto ao grupo a ser estudado” (ROCHA, ECKERT, 2008, p. 98).

Sendo assim, o trabalho foi realizado a partir da observação direta, conversas informais e entrevistas não diretas. No que tange ao Faxinal Charqueada dos Betim, foram realizadas várias incursões à comunidade durante o ano de 2021, e com relação a “Peregrinação do Monge João Maria”, ocorreu a participação no evento realizado no ano de 2019.

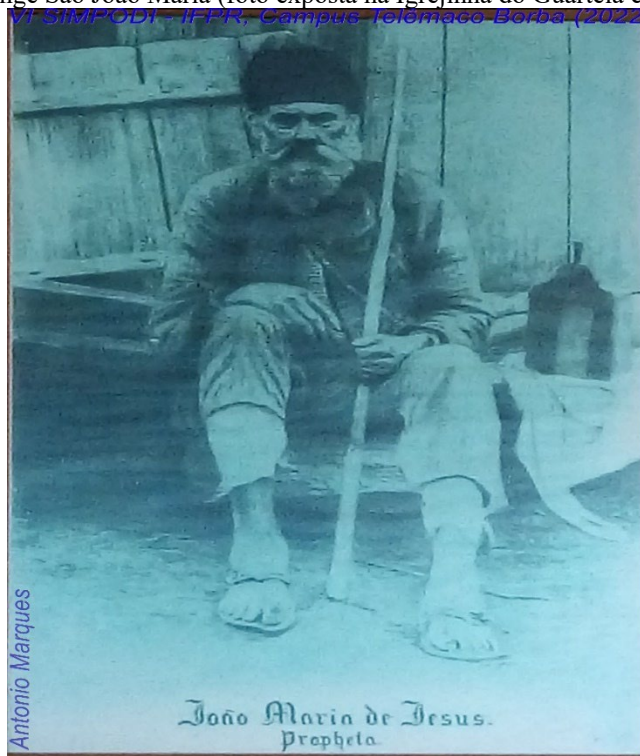
Em função do método utilizado, entende-se como por deveras importante frisar que, as participações dos observadores se deram de duas formas, a saber:

- Observador não participante: Quando o observador não se integra à comunidade observada – Caso do professor a observar a comunidade faxinalense, onde o mesmo fez várias visitas à

comunidade, em dias esporádicos, sem integrar-se à mesma, onde é perfeitamente identificado, como elemento não comunitário. Participa por alguns momentos da vida da comunidade a observar a mesma;

- Observador participante: Caso em que o mesmo se incorpora ao grupo e confunde-se com ele – Prática realizada pelo observador junto ao grupo de peregrinos de Tibagi, ocorrendo a participação no evento como um peregrino normal sem qualquer identificação, misturando-se ao grupo de interagindo com integrantes do mesmo (na prática de seu processo de observação).

Figura 1: Monge São João Maria (foto exposta na Igrejinha do Guartelá em Tibagi / PR).



Fonte: Acervo pessoal do Pesquisador (Castro). Foto tirada em 19/04/2019.

OBSERVAÇÕES E RESULTADOS

FAXINAL CHARQUEADA DOS BETIM

O Faxinal Charqueada dos Betim está localizado no município de Imbaú, centro-leste do estado do Paraná, e possui 50 (cinquenta) famílias de faxinalenses residentes na comunidade. No faxinal ocorre a existência do criadouro comunitário, sendo essa a principal característica dessas comunidades tradicionais, que atualmente só ocorrem no Paraná, sendo que já existiram em todos os estados do sul do Brasil, assim como na Argentina e também no Paraguai (BAHR *et al.*, 2021).

No criadouro comunitário ocorre a criação de animais em meio a Floresta de Araucárias, onde “a paisagem do território faxinalense apresenta também um espaço sagrado cultuado com práticas materiais e simbólicas” (FLORIANI, *et al.*, 2016, p. 116). Bahr e Pelissaro (2020) destacam diversos aspectos culturais presente nos Betim referentes ao catolicismo rudimentar, como as danças, rezas e festividades, os rezadores da dança de São Gonçalo, sendo essa um misto de oração, crença e devoção, além do credo direcionado as divindades locais, com a presença sempre marcante da música.

Durante os trabalhos de campo realizados na comunidade, constatou-se a presença de detentoras de ofício tradicional de cura, como benzedeiros e curandeiras, que possuem conhecimento sobre o uso de plantas com finalidade medicinal, e realizam seus trabalhos com as preces voltadas ao Monge São João Maria. Ainda, uma dessas benzedeiros também é responsável por ministrar as aulas de catequese, assim como a celebração das missas dominicais na ausência do padre, que vai à comunidade um domingo por mês.

Também, foi identificado a presença de capelão, o qual é responsável por diversas atividades religiosas na comunidade, sendo esse (também) devoto do monge João de Maria. Os capelães assumem diversas funções e atividades religiosas, como coordenar e capitanear as rezas nos dias santos, assim como ser o responsável por diversas atribuições fúnebres. (BENATTE; CAMPIGOTO; CARVALHO, 2011).

As atividades religiosas ocorrem na Igreja Católica central da comunidade, que recentemente foi reformada com fundos derivados das festas sempre direcionadas aos santos, como ocorre com o santo oficial, São Francisco de Assis, ou também as demais divindades locais. Essas festas são realizadas com ajuda dos membros da comunidade, em um sistema de mutirão, atividade essa que também ocorre nos demais serviços do faxinal, como a manutenção de cercas, mata burros ou outras necessidades. Esse caráter coletivo é uma importante característica dos faxinais, e está associado intrinsecamente ao catolicismo rudimentar, contrário a lógica fundamentada no individualismo, inserido pelas igrejas neopentecostais, que conforme aponta Floriani e Floriani (2020) é umas das principais causas de desagregação dos sistemas faxinais.

Figura 1: Vista do Faxinal dos Betim em Imbaú (PR).



Fonte: <https://gpinterconexoes2.blogspot.com/p/galeria-faxinal-charqueada-dos-betim.html>. Acesso em 10/07/2022.

PEREGRINAÇÃO DO MONGE SÃO JOÃO MARIA

No Município de Tibagi (vizinho de Imbaú) é realizada anualmente a “Peregrinação do Monge São João Maria”, evento que ocorre nas madrugadas da Sexta-feira Santa (Sexta-feira Maior), importante data para o catolicismo. Em 2019, como acontece desde 2015 (primeiro ano de organização oficial pela Prefeitura local), o evento teve início às 04h30min, tendo como ponto encontro dos peregrinos a SeTur (Secretaria de Turismo), local de início da peregrinação, a qual tem como destino o Olho d’água São João Maria, localizado a 12 (doze) quilômetros da área urbana. Nesse ano (2019), a peregrinação contou com a presença de aproximadamente 200 (duzentas) pessoas.

Apesar do evento possuir um caráter religioso, foi possível observar e perceber que nem todos os participantes que estavam presentes possuíam a finalidade religiosa. Identificação essa presumida através das observações realizadas junto aos integrantes da peregrinação. E assim, para efeitos de análise, classificou-se os participantes em dois grupos, a saber:

- Grupo do sagrado – Composto em sua maioria por pessoas de perceptível idade mais avançadas, acima dos 30 (anos); e
- Grupo do lazer – Composto por jovens com idade até 29 (vinte e nove) anos.

O grupo do lazer compusera-se, sobretudo, por indivíduos mais jovens, que buscavam realizar uma caminhada, observar a paisagem e/ou fazer amizades.

Já o grupo do sagrado, constituía-se pelas pessoas mais velhas, sendo formado por cerca de cem (ou mais) pessoas, onde a presença no evento percebia-se a finalidade religiosa, atraídos pela fé e a devoção ao Monge São João Maria. Durante o trajeto, as conversas dos integrantes desse grupo deram-se sobre milagres e histórias relacionadas ao monge, intercaladas com rezas e agradecimentos. Enquanto o grupo mais jovem conversava sobre assuntos variados, riam bastante.

Durante o trajeto, de início todos juntos, era possível observar todos. Com o decorrer da caminhada, pequenos grupinhos foram se dispersando, e, para melhor observa-los, fez-se necessários acelerar ou desacelerar o passo, para poder observar/interagir com os mais variados integrantes possíveis.

Por vezes se ouvia um ou outro comentar incentivando quem reclamava de estar cansado, dizendo: “Fé no Monge”!

O fim da procissão ocorreu no famoso olho d’água batizado com o nome do monge (olho d’água de São João Maria), local considerado sagrado, principalmente pelo grupo mais velho, dotado de toda uma simbologia, onde os mesmos realizaram rezas e fizeram a coleta da água, julgada como sagrada pela maioria dos caminhantes/peregrinos/devotos que andaram os 12 Kms de uma madrugada fria de outono para ali se fazerem presentes.

Contudo, os comentários que se ouvia entre os caminhantes/peregrinos era de que tinha valido a pena – a partir de 2015, como responsável oficial pelo evento, a Prefeitura de Tibagi oferece transporte de volta à cidadezinha.

Figura 2: Peregrinos do Monge João de Maria em Tibagi (PR).



Fonte: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2609345925765810&set=a.2609343632432706>. Acesso em 21/06/2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dois grupos analisados, faxinalenses da Charqueada dos Betim e peregrinos do evento realizado em Tibagi, mantêm a devoção ao Monge São João Maria, sendo evidenciada pelas manifestações observadas durante os momentos em que os pesquisadores estiveram junto aos grupos analisados.

Com relação aos moradores do faxinal, o culto ao sobrenatural e a relação com o cosmos é parte da cultura e identidade faxinalense. A atuação das benzedeadas e curandeiras é de extrema relevância para comunidade, visto que são elas que dão o suporte ao primeiro atendimento diante das enfermidades, e essas tem resistido, mesmo diante de uma série de preconceitos que sofrem, pelos órgãos oficiais de saúde, por parte da comunidade do entorno e por segmentos do catolicismo oficial.

No que diz respeito aos peregrinos, conclui-se que as marcas deixadas pelo monge no imaginário da população, resulta numa fé que está presente em seus devotos, na crença da cura e no conforto espiritual. Nos dois casos analisados, a fé relacionada ao Monge São João Maria é forte e presente, mesmo considerando que sua passagem pela região já faz mais de um século, e de todo um preconceito sofrido, os devotos mantêm suas crenças e devoções a essa importante figura religiosa dos Campos Gerais do Paraná.

REFERÊNCIAS

BAHR, G. C.; PELISSARO, M. Faxinal Charqueada dos Betim e a legislação: relato de experiência. In: SEMANA DE GEOGRAFIA UEPG, 2020. **Decolonidade, posicionalidade e ensino remoto**, Ponta Grossa: UEPG, 2020. p. 26–29.

BAHR, G. C.; PRESTE, B. L. F. Elaboração de catálogo de plantas medicinais tradicionais: o saber tradicional das comunidades faxinais. In: Um olhar para os faxinais: cultura e ambiente, 2021. Chapecó. **Anais eletrônicos...** Chapecó: Unochapecó, 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=q26c4553-xc>>. Acesso em: 07 mai. 2022.

BAHR, G. C. População tradicional e a preservação dos recursos naturais: os Faxinais do Paraná. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 2021. Edição *on line*. **Anais eletrônicos...** Campina Grande: ANPEGE, 2021. p. 1 – 12.

BAHR, G. C.; CASTRO, A. M. O Monge São João Maria e os Campos Gerais do Paraná: Devoção e tradicionalidade. In: VI SIMPODI. Religião no Brasil: Em busca do reconhecimento e do respeito às diversidades. Evento *online*. **Anais eletrônicos...** IFPR. Telêmaco Borba, 2022.

BENATTE, A. P.; CAMPIGOTO, J. A.; CAVALHO, R. Os santos no faxinais: religiosidade e povos tradicionais. **Topoi**. v. 12, n. 23, p. 14 – 160, jul./dez. 2011.

CASTRO, A. M. Peregrinação João de Maria - Tibagi (2019). **AmarTB**, Telêmaco Borba, 07/05/2022. Disponível em: <https://amartb.blogspot.com/2022/05/peregrinacao-joao-de-maria-tibagi-2019.html>. Acesso em 22 jun. 2022.

FLORIANI, N.; VEIGA, A. M., CUNHA, L. H. de O.; GALDINO, J. R. de V. A floresta e a territorialidade faxinalense: espaço sagrado, espaço de lutas. In: BARRERA-BASSOLS, N.; FLORIANI, N. **Saberes, Paisagens e Territórios Rurais da América Latina**. Curitiba: UFPR, 2016, p. 199 – 217.

FLORIANI, D.; FLORIANI, N. Ecologia das práticas e dos saberes para o desenvolvimento local: territórios de autonomia socioambiental em algumas comunidades tradicionais do centro-sul do estado do Paraná, Brasil. **Polis Revista Latino Americana**. n. 56, p. 1 – 23, 2020.

PEREGRINÇÃO DE SÃO JOÃO DE MARIA ATRAI CERCA DE 200 FIÉIS EM TIBAGI. **Correio dos Campos**. Região dos Campos Gerais, Paraná. 22/04/2022. Tibagi. Disponível em: <https://correiodoscamos.com.br/tibagi/2019/04/22/peregrinacao-de-sao-joao-de-maria-atrai-cerca-de-200-fieis-em-tibagi>. Acesso em 22 jun. 2022.

ROCHA, A. L. C da.; ECKERT, C. Etonografia: saberes e práticas. In: PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C. A. B. (Orgs.). **Ciências humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

TIBAGI, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Turismo. **Peregrinação de São João de Maria**. Tibagi, 2019. Disponível em: <https://tibagi.pr.gov.br/agenda/peregrinacao-de-sao-joao-de-maria>. Acesso em 11 jul. 2022.

TIBAGI, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Turismo. **Peregrinação do Monge João Maria 2019**. Tibagi, 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2609346995765703&set=a.2609343632432706>. Acesso em 22 jun. 2022.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **O que é observação?**. [s.d.]. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=107452>. Acesso em 15 mai. 2022.

VALENTINI, D. J.; WITTE, G.; CARBONERA, M.; SALINI, A. M.; ONGHERO, A. L. (Orgs.). **Revelando o Contestado: as fotografias na história do centenário da guerra**. Chapecó: Argos, 2015.

CAPÍTULO 15

“MULHERES COMO ECONOMIA INTELIGENTE”: ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E O PROTAGONISMO EMPRESARIAL¹

Carolina Gallo Garcia

RESUMO

O objetivo deste capítulo é analisar a emergência de uma intensa preocupação transnacional acerca da inclusão financeira das mulheres, especialmente aquelas oriundas do dito “terceiro mundo”, às economias de mercado como solução para as diversas crises nacionais e globais. Propõe-se uma breve reflexão e historicização das articulações entre setores corporativo, organizações internacionais e críticas feministas que pautaram uma nova convergência de diretrizes e uma profusão de relatórios das organizações de desenvolvimento globais que dão centralidade aos investimentos empresariais para promoção da autonomia econômica das mulheres, retratadas como novo paradigma do desenvolvimento das nações. Assim, analisa-se como os relatórios passaram a dar ênfase às questões de gênero, ao mesmo tempo em que estabelecem uma autoridade por meio de pesquisas, dados e estatísticas que operam para atestar os impactos sobre a inclusão das mulheres no mercado de trabalho, criando uma arena de participação do setor privado por meio de um novo regime de verdade, sobretudo a partir dos anos 2000. Por fim, apresenta-se dois casos emblemáticos de responsabilidade social corporativa alinhados com as novas demandas de participação voltados a fomentar o desenvolvimento econômico de mulheres em países em desenvolvimento, a fim de demonstrar algumas limitações encontradas nas intervenções de projetos que se dedicam à formação de um capital humano feminino empreendedor e redução de pobreza.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; Organizações Internacionais; Empoderamento econômico; Desenvolvimento; Responsabilidade Social Corporativa.

INTRODUÇÃO

O mundo está uma bagunça. Pobreza. AIDS. Fome. Guerra. Então, o que há de novo? E se houvesse uma solução inesperada? Que pudesse puxar esse barco afundando? Você saberia se você visse? Não é a internet. Não é a ciência. Não é o governo. Não é dinheiro. É (pausa dramática) uma garota. (Nike Girl Effect, 2008. Tradução nossa).

O mundo corporativo tem voltado sua atenção a meninas e mulheres como novo posicionamento de marca para promover mercados de sucesso para o futuro. Na forma de ações de responsabilidade social corporativa (RSC), investimentos empresariais despontam como resolutivo meio de abordar e solucionar as desigualdades, particularmente ao promover o empoderamento de mulheres por meio da sua inclusão nos mercados laborais e

¹ Esta pesquisa é financiada com bolsa de pesquisa de doutorado CAPES.

empreendedores. Compreender o contexto da crescente participação da iniciativa privada nas diretrizes das organizações internacionais será o ponto de partida deste trabalho.

Na primeira sessão, apresenta-se o fenômeno historicamente situado de atenção crescente à equidade de gênero nos regimes discursivos das organizações internacionais, bem como a importância que os entes corporativos assumem para esta construção ao preconizar o imperativo de investimento privado em mulheres como nova forma de desenvolvimento das nações. Busca-se evidenciar o caminho da construção e propagação de um *business case*² para a igualdade de gênero, iniciado por um relatório do Banco Mundial de 1994, e a partir do qual o mundo corporativo passa à posição de agente social de transformação por excelência, convocado a atuar no centro dos esforços para alcançar as metas de desenvolvimento e de provimento de bens públicos. Desde o estabelecimento de parcerias, o setor privado assume papel articulador e financiador, operando conjuntamente com ONGs, organizações internacionais e estados para legitimar seu alcance em novos espaços potencialmente lucrativos definidos pela inclusão das mulheres nos setores produtivos e nos mercados de consumo.

A análise da transformação da governança global por meio do recente (e crescente) envolvimento do setor privado se dará especialmente à luz da literatura produzida sobre a “economia inteligente³” e se propõe a dialogar com correntes da economia política feminista que contestam o estabelecimento de uma noção particular de igualdade proposta nos relatórios. Em última instância, sugere-se que os relatórios são materialidades que prescrevem conjuntos de práticas e de técnicas consideradas eficientes como modos de gestão de populações que levam em conta o gênero enquanto um problema a ser gerido a partir de um receituário de medidas que visam atingir a igualdade.

A atenção às mulheres como objeto de intervenção para o desenvolvimento passa a despontar como tema prioritário nas agendas das organizações internacionais, tais quais os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e nas políticas financeiras do Banco Mundial (2006), que lançam a premissa de 'Igualdade de

² O termo, oriundo dos campos de conhecimento da administração e do marketing, consiste na elaboração de documentos e planos que desenvolvem um argumento com a proposição de ideias e soluções para problemas identificados por uma empresa ou instituição.

³ A noção remete a conjunto argumentativo que visa comprovar e evidenciar o valor agregado que as práticas de inclusão de mulheres resultam nas empresas, nas economias nacionais e nas políticas governamentais.

gênero como economia inteligente'. Os planos de investimento em mulheres por parte da iniciativa privada alçaram destaque nas narrativas desenvolvimentistas que imaginam o empoderamento econômico de mulheres como solução às crises mundiais e estabilizam a narrativa de um suposto excepcionalismo feminino como "chave" para erradicar a pobreza global, promover o crescimento econômico e assegurar os direitos humanos de mulheres e crianças (SWITZER et al., 2016; MOELLER, 2018). O convite a tais investimentos se justifica instrumentalmente ao considerar que as mulheres constituem mais de 50% da população mundial, de modo que integrá-las à força de trabalho remunerada e, conseqüentemente à ampliação do poder consumo, levaria ao crescimento econômico e social mais eficiente. Apoiada na ideia de que as “mulheres” constituem uma fonte subutilizada de recursos humanos e de trabalho produtivo, tal abordagem hierarquiza trabalhos produtivo-reprodutivo e reifica a desvalorização do trabalho de cuidado, já largamente desempenhado por mulheres. Aqui, é preciso destacar que a associação entre empoderamento e eliminação da pobreza se traduz na forma de benefícios generalizados para empresas, nações, mulheres e suas famílias que, portanto, permitem formar um imaginário no qual as mulheres são retratadas como um grupo homogêneo, configuradas como um potencial até então negligenciado pelas políticas de desenvolvimento internacional. Assim, relatórios, dados estatísticos, a proliferação de ONGs, projetos de capacitação, palestras e *experts* tramam redes que habilitam a circulação de capitais simbólicos e econômicos, estabelecendo um novo senso comum sobre o investimento em mulheres, que passou a funcionar presumidamente como uma solução natural e irrefutável (KHONJE, 2020).

Crescentemente, empresas multinacionais como Avon, Coca-Cola, Walmart, Bradesco, Goldman Sachs, Unilever, engajam-se em projetos dedicados ao empoderamento econômico de mulheres - especialmente àquelas localizadas no “sul global⁴” - como parte de seus esforços de responsabilidade social corporativa que buscam impactar suas cadeias de valor (ICWR, 2016). Se a noção de “investir em mulheres” tem sido defendida como a maneira mais eficiente de erradicar a pobreza mundial e promover o desenvolvimento das nações tal noção também amplia, conseqüentemente, o poder e influência corporativa nessas arenas, como mostraram autoras como Moeller (2018) e Tornhill (2019).

⁴ Utilizo expressões como “terceiro mundo” e “sul global” entre aspas a fim de marcar o emprego crítico de tais categorias. Seguindo Chandra Mohanty (1986) defendo que tais expressões sugerem tanto semelhanças simplistas entre as nações assim categorizadas quanto reforçam hierarquias socioeconômicas, ideológicas e culturais.

Importante destacar o papel que o setor corporativo desempenha frente ao Estado: a intervenção das empresas se torna desejável, sobretudo frente às crenças de que seus modos de implementação e organização seriam mais eficientes e efetivos do que as intervenções estatais as tornando, portanto, agentes institucionais mais adequados a promover políticas para mulheres. É na seara de um novo fato discursivo global (FOUCAULT, 2004) que enquadra mulheres como um recurso ainda inexplorado que estas se configuram como objetos ambíguos tanto merecedoras quanto em necessidade de intervenção para melhorar a adaptação às engrenagens dos mercados capitalistas.

Como será apresentado na primeira sessão, os relatórios das organizações internacionais estabelecem um regime de verdade altamente persuasivo, nos quais uma série de indicadores e estudos científicos produzem evidências (KANTOLA, SQUIRES, 2012) que cancelam a aderência de racionalidades centradas no mercado como solução para "explorar" o potencial econômico das mulheres e conferem às grandes corporações um lugar privilegiado no estabelecimento de um saber/poder (MOELLER, 2018) para superação das desigualdades de gênero e da pobreza mundial. O empoderamento econômico de mulheres por meio de investimentos corporativos se tornou um vetor do desenvolvimento internacional por meio de uma variedade de formas, como redes de governança híbridas, *advocacy*, parcerias corporativas com ONGs locais e agências internacionais (KHONJE, 2020; CALKIN, 2016; CORNWALL, 2018; ROBERTS, 2012). Sob o termo de *business case* para a igualdade de gênero (WORLD BANK, 2006), o argumento de investir em mulheres para aumentar seu acesso ao setor formal, ao crédito e aprimoramento do capital humano afirma a sinergia de um cenário ganha-ganha. A circulação do ideal ganha-ganha tomou força sobretudo na esteira da crise financeira global de 2008, na qual atributos essencialistas associados às mulheres – como a aversão ao risco, responsabilidade, cuidado com a família e uma disposição inata para nutrir relacionamentos – são acionados como a solução estabilizadora para as crises do capitalismo contemporâneo. Logo, por meio dessas redes discursivas, as mulheres passam a ser representantes de uma categoria homogênea de agentes racionais e prudentes, cuja atuação nos mercados deve ser cada vez mais incentivada, desejada e necessária ao futuro das economias globais.

ARTICULAÇÕES ENTRE SETOR EMPRESARIAL E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

[...] para alcançar a expansão econômica que todos buscamos, precisamos *desbloquear uma fonte vital de crescimento* que pode impulsionar nossas economias nas próximas décadas. E essa fonte vital de crescimento são as mulheres. [...] nenhum de nós pode se dar ao luxo de perpetuar as barreiras que as mulheres enfrentam na força de trabalho. Porque, ao aumentar a participação das mulheres na economia e

melhorar sua eficiência e produtividade, *podemos causar um impacto dramático na competitividade e no crescimento de nossas economias*. Porque quando todos têm a chance de participar da vida econômica de uma nação, todos podemos ser mais ricos. [...] E a lacuna entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento diminuiria significativamente à medida que a produtividade aumentasse nas economias do Haiti à Papua-Nova Guiné. (CLINTON, 2011, tradução e grifos meus)

A associação entre expansão econômica a uma “força vital” que necessita ser destravada – as mulheres – é apresentada na fala da ex-secretária de Estado norte-americana Hillary Clinton, como a solução para reduzir a lacuna que separa os países “desenvolvidos” daqueles “em desenvolvimento”. Mobilizando o paradigma da modernização, a noção de desenvolvimento está compreendida tanto como um processo de acumulação, no qual todos países podem “ser mais ricos” quanto um processo linear, no qual os Estados nacionais se movem das práticas sociais e econômicas ditas tradicionais e atrasadas para formas mais modernizadas e ocidentalizadas de conduzir suas populações, propondo uma relação entre países do “norte” em relação de ajuda aos países do “sul” na promoção desses avanços (KHONJE, 2020; KUNRATH, 2017).

O discurso de Clinton tem base em uma intensa movimentação das organizações internacionais, sobretudo a partir da década de 1990, que passa a compreender as mulheres como sujeitos esquecidos pelo desenvolvimento econômico internacional, mas também profundamente influenciado pela emergência de demandas feministas liberais que pautaram as diretrizes desenvolvimentistas - como o acesso a trabalho digno, remunerado e igualdade salarial – argumentos que têm adquirido valor nas narrativas corporativas, expressas na ideia de igualdade como bom negócio (PRUGL e TRUE, 2014). Assim, em 1994, o Banco Mundial lançou a publicação “*Enhancing Women’s Participation in Economic Development*” que trazia em seu bojo um tema que se tornaria central à Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher de Pequim de 1995: o argumento da economia inteligente.

Investir nas mulheres é fundamental para a redução da pobreza. Acelera economicamente o desenvolvimento, aumentando a produtividade e promovendo os mais eficientes usos de recursos; produz retornos sociais significativos, melhorando a sobrevivência infantil e a redução da fertilidade; e tem consideráveis recompensas intergeracionais (WORLD BANK, 1994: 22, tradução nossa)

Com base nesse relatório pioneiro, o espaço para o tema da economia inteligente, que define a inclusão das mulheres em termos de investimento, produtividade e eficiência, passou a ser garantido na agenda do desenvolvimento internacional, ainda que o termo *smart economics* propriamente só apareça no primeiro *Gender Action Plan* (GAP) de 2006.

Miller e Razavi (1995) mostraram que o tema das mulheres já aparecia na agenda do desenvolvimento como objeto de intervenção política desde meados da década de 1970,

resultante de esforços de economistas feministas liberais na promoção de uma abordagem organizada como *Women in Development* (WID). O enquadramento do WID defendia que as mulheres teriam ficado de fora dos projetos de desenvolvimento econômico internacional por conta de sua marginalização em formas de trabalhos predominantemente pouco qualificados, advogando, portanto, a integração feminina nas políticas de desenvolvimento, defendendo que a inserção promoveria processos mais eficientes como um todo. Desde sua organização, o WID foi prontamente criticado por feministas socialistas e pós-coloniais que questionavam a abordagem liberal de igualdade em termos de mera ampliação de acesso a mercados e direitos, enfatizando a ausência de uma crítica estrutural dos desenvolvimentos capitalistas e das relações geopolíticas de poder e sua participação na reprodução das desigualdades de gênero (CALKIN, 2015). Mais ainda, questionavam a abordagem desenvolvimentista que se voltava a tratar uma “Mulher do Terceiro Mundo” monolítica e indiferenciada, compartilhando das mesmas necessidades, desejos e desigualdades de modo homogêneo. No entanto, tais críticas permaneceram pouco visibilizadas, seja no meio acadêmico ou nas práticas das organizações internacionais, que mantiveram seus discursos majoritariamente vinculados aos ideais liberais de empoderamento e desenvolvimento.

Em 2006, o Banco Mundial publicou o seu primeiro Plano de Ação, o *Gender Action Plan* (GAP) 2007-2010 intitulado *Gender Equality as Smart Economics*, cunhando o conceito da economia inteligente, que se torna, então, uma nova bandeira das políticas do desenvolvimento. Neste Plano, o Banco visava integrar a questão de gênero transversalmente em suas estratégias nos países que eram foco de assistências, no qual o Brasil não aparece mencionado. O Plano marca, no entanto, uma mudança no trabalho da instituição sobre a igualdade de gênero, com foco antes direcionado para atuar na educação e saúde das mulheres para uma nova abordagem voltada ao tema do crescimento econômico e redução da pobreza. O objetivo geral do Plano de Ação declarava e enfatizava a necessidade de promover o empoderamento econômico das mulheres, aumentando suas capacidades de participar nos mercados de trabalho, financeiro, de recursos, de acesso à propriedade de terra de maneira a atingir um “crescimento compartilhado” e acelerar a implementação do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM) número 3, que consistia em viabilizar a igualdade de oportunidades para homens e mulheres.

O Plano preconizava 4 ações centrais: 1) intensificar as operações de integração da pauta de gênero no Banco Mundial e na *International Finance Corporation* (IFC) bem como nas atividades econômicas consideradas chaves de cada região; 2) Mobilizar recursos para

implementar Iniciativas Baseadas em Resultados (RBIs) que empoderem as mulheres economicamente; 3) Melhorar os conhecimentos e as estatísticas sobre a participação econômica das mulheres e a relação entre igualdade de gênero, crescimento e redução da pobreza e 4) Realizar uma campanha de comunicação direcionada para promover parcerias e melhorar a execução do projeto, enfatizando a centralidade das mulheres como atores econômicos para o crescimento e a redução da pobreza (GAP, 2006, p. 13-14). A ação 2 coloca em evidência a premissa de que o empoderamento das mulheres deverá ser mensurado economicamente, de maneira a garantir a ação 3 para documentar esse empoderamento. Assim, cria-se um ciclo de investimento e medição de impacto que resulta na necessidade de produção de argumentos comprobatórios da narrativa ganha-ganha que se busca estabilizar. Ao mesmo tempo, a indicação de promover parcerias sugere que o engajamento da sociedade civil, setor privado e estados devem assumir responsabilidade compartilhada pelo avanço: o início do envolvimento privado fica evidente a partir do próprio financiamento do GAP, que foi realizado em conjunto de estados nacionais como Canadá, Reino Unido, Espanha e a Fundação Nike.

Voltando alguns anos no tempo, foi a partir de 1997 que as organizações internacionais passaram a uma atitude abertamente favorável à participação do setor privado em seus projetos, que deverá então ser encorajado ao engajamento na promoção e financiamento indicados pelas instituições de desenvolvimento. Naquele ano, Kofi Annan, então secretário-geral da ONU, proferiu um discurso no qual afirmava: “Existe um novo entendimento universal de que as forças de mercado são essenciais para o desenvolvimento sustentável” (ANNAN *apud* KHONJE, 2020, tradução nossa). Em 1999, Annan falava no Fórum Econômico Mundial em Davos, anunciando o lançamento do Pacto Global, uma iniciativa da ONU pelo comprometimento empresarial voluntário com os princípios universais de sustentabilidade, que ainda hoje representa a principal articulação para responsabilidade social corporativa do mundo. Novamente, afirmava que os líderes empresariais e as Nações Unidas estariam unidos em um pacto de valores e princípios compartilhados para dar “um rosto humano ao mercado global” (*ibid.*).

É importante destacar que a nova abertura para os investimentos privados, sobretudo no sistema ONU, ocorre no contexto de um novo balanço entre os investimentos de governos e de empresas nas organizações internacionais, no que Bull e McNeill (2007) identificaram como um grande ponto de viragem de uma abordagem anti-negócios para uma postura pró-negócios. Embora o envolvimento empresarial na formação da agenda política da Organização das Nações Unidas não fosse de todo inédito, foi somente a partir de 1997 que empresas passaram

a ser abertamente convocadas a firmar colaborações na forma de parcerias público-privadas, abrindo um novo espaço privilegiado a ser ocupado pelo setor corporativo. De acordo com a entrevista concedida por um oficial de alto escalão da ONU à tese de Eleanor Khonje (2020), trata-se de um processo de “oferta e demanda” no qual os objetivos “mutuamente acordados” pelas partes devem ser atingidos, evidenciando um novo papel de participação integral da iniciativa privada, que mais uma vez evoca a figura do ganha-ganha em termos de beneficiamentos recíprocos.

Em julho de 2010, ONU Mulheres é fundada com a finalidade de ser uma “nova entidade para acelerar o progresso e o atendimento das demandas das mulheres e meninas em todo o mundo” (ONU Mulheres, s.d.), unindo quatro organizações previamente existentes – o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), a Divisão para o Avanço das Mulheres, o Escritório de Assessoria Especial em Questões de Gênero e o Instituto Internacional de Treinamento e Pesquisa para a Promoção da Mulher. Desde a fundação, seis áreas de atuação prioritárias foram estabelecidas: liderança e participação política das mulheres; empoderamento econômico; fim da violência contra mulheres e meninas; paz e segurança e emergências humanitárias; governança e planejamento; e normas globais e regionais. É interessante notar a estreita definição de empoderamento como primordialmente econômico na conformação deste que será o principal órgão supranacional das agendas voltadas às mulheres. Junto ao estabelecimento da ONU Mulheres, as relações entre setor privado e investimento em mulheres são formalizadas por meio da criação dos Princípios do Empoderamento das Mulheres (*Women Empowerment Principles - WEPs*). Os WEPs⁵ incluem sete princípios propondo políticas que incentivem a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres no setor privado e na responsabilidade social corporativa (RSC), de maneira a garantir a plena participação em todos os níveis da vida econômica e social, ponto considerado essencial à construção de economias “fortes” e “sociedades mais justas”. Calcados na premissa de “Igualdade Significa Negócios”, os WEPs resultam da parceria entre o Pacto Global da ONU, a ONU Mulheres e o setor privado. Representam,

⁵ Os Princípios são: 1) Estabelecer liderança corporativa de alto nível para a igualdade de gênero; 2) Tratar todos os homens e mulheres de forma justa no trabalho – respeitar e apoiar os direitos humanos e a não discriminação; 3) Garantir a saúde, a segurança e o bem-estar de todos os trabalhadores e as trabalhadoras; 4) Promover a educação, a formação e o desenvolvimento profissional das mulheres; 5) Implementar o desenvolvimento empresarial e as práticas da cadeia de suprimentos e de marketing que empoderem as mulheres; 6) Promover a igualdade através de iniciativas e defesa comunitária; 7) Mediar e publicar os progressos para alcançar a igualdade de gênero

em última instância, a consolidação da estabilização da noção de empoderamento como sinônimo da participação nas economias de mercado. Assim, a enunciação discursiva alinhavada pelas organizações internacionais chama a participação corporativa ao mesmo tempo em que as empresas aderem aos preceitos das instâncias transnacionais, operando uma transferência de legitimidades na qual diferentes capitais circulam e se reforçam.

NARRATIVAS EM DISPUTA

A nova produção de consenso, no entanto, não foi recebida de maneira acrítica por setores da teoria feminista, conforme mencionado acima. Nas leituras desses planos de ações, Bergeron (2003) apontou como estes construíam as mulheres como seres empreendedores e racionais, mas ao mesmo tempo pobres, vulneráveis e marginalizadas. Na ausência de perspectivas mais interseccionais, há uma acepção profundamente essencialista das vivências das mulheres, além da completa ausência de reconhecimento da relação entre o aprofundamento da pobreza global e os ajustes estruturais (PRUGL, 2016). Em sua crítica ao modelo desenvolvimentista, Eisenstein (2017) destaca como nenhum país considerado “desenvolvido” na atualidade o fez sem uma forte presença do Estado, mencionando os exemplos da China e dos EUA no pós-guerra – ao passo que a prescrição ocidental para “desenvolver” o resto do mundo deve se dar a partir do fomento de formação de uma massa trabalhadora feminina pouco qualificada. Assim, o que é importante ter em vista aqui é como as organizações internacionais lograram construir discursivamente mulheres como solução para a pobreza e para o “subdesenvolvimento” por meio de uma narrativa de resgate por meio microcrédito, treinamentos e trabalho remunerado.

Não obstante as críticas, o Banco Mundial produziu para si uma *expertise* de autoridade no tema, que pode ser compreendida como uma forma de conhecimento que definia as desigualdades de gênero em termos de um problema a ser solucionado por meio de políticas público-privadas, ao mesmo tempo que identifica causas e aponta soluções no seio das racionalidades de mercado, passíveis de gestão por meio das novas parcerias público-privadas. Ao produzir uma gama de evidências que atestam à eficácia das intervenções, uma narrativa bastante contundente associa o crescimento econômico à igualdade de gênero baseada na evidência de que países “mais ricos” dispunham de maiores graus de equidade do que países “mais pobres” (PRUGL 2016; KHONJE, 2020). O investimento em pesquisas e a produção de dados revelam que tais relações positivas foram,

portanto, categóricas para a construção de um *business case*. No entanto, como mostra um estudo do *World Bank Institute*, realizado por Nallari e Griffith (2011), as conexões positivas sobre igualdade de gênero e crescimento econômico demonstram tanto cenários ganha-ganha quanto cenários ganha-perde, no qual o aprofundamento de disparidades de gênero também estiveram conectados ao crescimento econômico desigual. Ainda assim, a narrativa dominante e hegemônica dos relatórios ao longo das últimas duas décadas caminhou para produzir efeito comprobatório sobre o aumento das mulheres nos mercados de trabalho como um indicador da produção de igualdade entre os sexos, mesmo quando a realidade social se mostra mais complexa e menos determinista do que as narrativas buscam construir. Como se verifica no relatório “*Gender at Work*” (WORLD BANK, 2013) são mencionados estudos que desafiam as evidências entre crescimento econômico e igualdade de gênero como efeito assegurado:

Duas revisões globais recentes investigaram as direções de influência entre o crescimento econômico e a igualdade de gênero. Duflo (2011) descobriu que, embora o desenvolvimento econômico e o empoderamento das mulheres estão intimamente correlacionados, as conexões entre ambos são muito fracas para esperar que um alavancará automaticamente o outro. Kabeer e Natali (2013) descobriram que o aumento da igualdade de gênero, especialmente na educação e na situação de emprego, contribui significativamente para o crescimento econômico, mas as evidências sobre os efeitos do crescimento econômico na igualdade de gênero foram menos consistentes. (WORLD BANK, 2013, p. 11, tradução nossa)

A aplicação de causalidade reversa – na qual igualdade de gênero resultaria em crescimento econômico – mostrou-se igualmente inconclusiva. Todavia, é possível constatar que as propostas do Banco Mundial sobre crescimento econômico são predominante e inequivocamente tratadas em associações positivas: “Em locais onde o trabalho pago das mulheres cresceu, como na América Latina e Caribe, estes ganhos foram significativos para a redução geral da pobreza” (WORLD BANK, 2013, p. 1). Tais elementos são trazidos para evidenciar como a “economia inteligente” se estabeleceu enquanto um regime de verdade nas gramáticas das organizações internacionais de maneira não consensual: há uma disputa discursiva no seio das próprias organizações que selecionam, visibilizam e invisibilizam as diferentes possibilidades de abordagens às questões de solução de pobreza e desigualdades atravessadas por gênero.

Os problemas decorrentes do sistema capitalista, que tende cada vez mais à concentração de renda podem, de acordo com esse regime de verdade, ser corrigidos pela incorporação das mulheres às suas engrenagens: para tal linha argumentativa, a pobreza não estaria relacionada à concentração de riqueza e estruturas sócio-históricas racializadas de

exploração entre norte e sul global, mas à falta de cultivo dos talentos individuais de meninas e mulheres. É preciso notar que esse regime de verdade situa, de certa maneira, os problemas das desigualdades fora do mercado. A partir do Plano de Ação de 2006, o argumento se volta para tratar a discriminação nas leis e instituições, que passam a ser identificados como obstáculos à eficiência econômica. Nessa leitura, fica implícito que determinados países têm suas culturas consideradas “atrasadas” no que tange às relações entre homens e mulheres e, portanto, devem modernizar suas leis, normas e instituições sociais restritivas, tais como a família para que “libertem” suas mulheres para a plena participação na economia nacional. A partir da constatação de que os mercados não funcionam perfeitamente e de que o crescimento não resulta automaticamente na eliminação de desigualdades de gênero, há uma atribuição das imperfeições dos mercados a fatores a eles externos. Logo, as diferenças entre homens e mulheres não estariam fundamentadas nos mercados, ou seja, nas relações capitalistas, mas antes nas distintas formas de uso do tempo, falta de acesso a ativos, crédito e tratamentos desiguais pelas instituições, que operam em última instância como barreiras ao funcionamento ideal dos mercados (ROBERTS, SOEDERBERG, 2012).

Tais associações são bastante claras no relatório da consultoria privada Ernst & Young, “*Women: The next Emerging Market*” (2013), que afirma que em muitos “mercados emergentes” as mulheres ainda enfrentam a ausência de direito à propriedade, falta ou escasso acesso à educação, enfrentando severas restrições sociais e culturais que as mantêm fora da força de trabalho. Mais uma vez, a noção de que determinados locais ainda necessitam melhorar as condições das mulheres, sobretudo em termos de acesso à propriedade e recursos, parece colocar os diferentes países em uma linha evolutiva na qual desponta um reforço da superioridade ocidental. “Propriedade”, “educação” e “restrições culturais” lançam luz àquilo que se constrói como barreiras à plena produtividade feminina, ou seja, aspectos que impedem os mercados de funcionarem perfeitamente. Ao analisar 34 relatórios do Banco Mundial sobre o tema de gênero entre 2001 e 2016, Prugl (2016) mostrou a construção das “mulheres” de maneira determinante: as mulheres têm lacunas de habilidades e aptidões que precisam ser superadas/corrigidas para que possam competir nos mercados. Uma vez corrigidas, entra em cena a abordagem de direitos e agência individual, para que possam usufruir de suas oportunidades. Trata-se, assim, de produzir sujeitos plenamente capazes de participar nos mercados de maneira mais equitativa, formulando igualdade e empoderamento em termos sobretudo econômicos.

É possível sugerir que os relatórios se tornam um espaço de construção de consenso hegemônico das políticas neoliberais, que enquadram as “mulheres” em uma narrativa de múltiplas faltas – termo que tem 91 ocorrências em 9 documentos – de recursos, acesso à crédito, trabalho remunerado e à educação. A noção de carência é tratada como aquilo que produz as “armadilhas” de desigualdades de gênero, e se tornam foco de atenção governamental ao mesmo tempo em constroem a figura “mulher” em termos de necessidade de intervenção de desenvolvimento. Logo, o investimento desponta como tecnologia de intervenção a fim de cultivar o capital humano para geração de renda:

A linguagem do capital humano, portanto, constrói as mulheres como deficientes, sujeitos que merecem investimento. A justificativa para melhorar a educação e saúde para as mulheres é estritamente instrumental e enquadra as mulheres como objetos de intervenção. (PRUGL, 2016, p. 14 tradução nossa)

Por fim, destaca-se como as principais consultorias mundiais em estratégia e auditoria empresarial como Deloitte, Ernst & Young e McKinsey também são veículos influentes na conformação da narrativa do círculo virtuoso de que a igualdade de gênero é boa para o mercado e o mercado é bom para a igualdade (POCHIC, 2019). No relatório “O Negócio de Empoderar Mulheres”, a McKinsey (2010) elenca três fatores centrais para as empresas levarem em consideração: 1) mulheres economicamente empoderadas são clientes potenciais e quanto mais delas houver, maiores serão os mercados; 2) mulheres qualificadas representam talentos a serem adquiridos pelas empresas e; 3) investir em melhorar a vida das mulheres nos países “em desenvolvimento” pode ser uma maneira eficaz de melhorar a reputação das empresas. Enquanto estratégia de criação de valor de marca, o investimento em mulheres complexifica as imbricações entre deveres morais e racionalidade do mercado, no qual “fazer o bem” está intersectado ao bom negócio e auferindo autoridade moral às corporações (CALKIN, 2017). A despeito das profundas contradições que muitas empresas multinacionais estão inseridas, é crescente o protagonismo assumido pelo mundo corporativo para intervir sobre as desigualdades de gênero. Um exemplo emblemático é a Nike, marca global de artigos esportivos: desde a década de 1990, a empresa atravessou crises de imagem ao ser associada a diversos escândalos de exploração de trabalho análogo à escravidão nas suas fábricas terceirizadas, empregando, sobretudo, mão de obra de jovens mulheres “do terceiro mundo”. Apesar disso, por meio de sólidos investimentos em programas de responsabilidade social, a empresa logrou se estabelecer como uma das principais vozes corporativas de investimento no desenvolvimento de meninas e mulheres como projeto *Nike Girl Effect*, que é apresentado na próxima seção.

A PARTICIPAÇÃO CORPORATIVA

A profusão de programas corporativos de responsabilidade social voltados a empoderar mulheres economicamente se tornou uma prática empresarial contemporânea recorrente. Com isso em vista, apresenta-se brevemente dois programas que ofertam treinamentos em habilidades para o trabalho e empreendedorismo. Os casos se configuram como programas exemplares de reconhecimento internacional e, a despeito de que as empresas retratadas tenham atravessado consideráveis crises jurídicas e/ou controvérsias sobre suas práticas, nenhuma delas faz referências públicas a estas questões e suas estratégias de investimento. Corroboram, assim, com as teses de que projetos filantrópicos e de responsabilidade social corporativa frequentemente operam como respostas táticas de desvio de atenção para as crises.

a) 10.000 MULHERES DA GOLDMAN SACHS

O programa 10.000 Mulheres da Goldman Sachs guarda uma série de particularidades: lançado na esteira da crise financeira em março de 2008, trata-se de um programa global do grupo financeiro Goldman Sachs que tem por finalidade ajudar a melhorar a qualidade da educação empresarial de mulheres “carentes” localizadas no “sul global”. No entanto, ainda que a justificativa da carência presumidamente indique o amplo acesso das mulheres localizadas em tais áreas, a possibilidade de participação no programa é altamente competitiva com uma taxa de aceitação de apenas 14% das inscritas (PRUGL; TRUE, 2014). Desde a implementação, a empresa realiza parcerias com algumas das principais escolas de negócios dos EUA e da Europa para produzir conteúdos e disseminá-los por meio de organizações privadas e sem fins lucrativos, que realizam os cursos ao redor do mundo com especial atenção aos “mercados emergentes”.

Os cursos têm por finalidade oferecer técnicas de gestão de negócios, capacitação, mentoria, possibilitar o networking entre mulheres e promover modos de acesso a crédito. Os cursos foram realizados em 100 países e a meta de atingir 10.000 mulheres foi atingida em 2012. Atualmente, o site da instituição afirma 53.000 empreendedoras alcançadas. Uma pesquisa independente da *International Center for Research for Women* (ICRW) realizada na Índia, faz eco à narrativa ganha-ganha, evidenciando dados como metade das beneficiárias dobraram suas receitas em 18 meses, cresceram seus quadros de funcionários de 6 para 10 contratados e aumentaram a “autoconfiança”.

Em tese intitulada “Neoliberalização do Feminismo na Nigéria: “Desenvolvendo” a Mulher Empreendedora Global” (tradução nossa), Eleanor Khonje (2020) analisou a

implementação do programa 10.000 Mulheres na Nigéria, tendo como foco compreender a produção de novas subjetividades e experiências das mulheres participantes do programa. A autora identificou que, a partir da inclusão do setor privado nas questões de igualdade de gênero e de empoderamento, emerge uma nova categoria de “mulher do terceiro mundo empreendedora”, merecedora, elitista e transnacional, cujo empoderamento está enraizado na auto-responsabilização. Com base nas entrevistas realizadas com egressas do programa, a autora sugeriu que o curso reverbera uma releitura do sujeito feminino monolítico ao qual criticava Mohanty (1986), baseado em novas suposições e representações da mulher do “terceiro mundo” como recurso inexplorado e subutilizado, agora enredada entre uma ambígua outorga de agência e em necessidade de salvação corporativa.

Na análise empreendida por Khonje (2020) no contexto nigeriano por meio de entrevistas com diretores da instituição de ensino local e egressas do programa, surgem-se algumas questões importantes para compreensão do projeto. Debatendo a categoria *underserved* (carente), que justifica a intervenção da multinacional, a autora identifica algumas peculiaridades e arbitrariedades no processo seletivo, desde a necessidade de que as empreendedoras inscritas tivessem ao menos 5 funcionários no momento da inscrição, até a cobrança de uma taxa de US\$ 500 para efetivar a matrícula sob a justificativa de assegurar o comprometimento das selecionadas. Conforme o relato de um dos coordenadores do programa em Lagos, capital nigeriana, o perfil desejado das participantes era de líderes de empresas de pequeno e médio porte com potencial de expansão, afastando-se do conceito de empreendedorismo de sobrevivência que o termo “carente” pode sugerir. Khonje (2020) demonstrou, a partir do relato dos coordenadores que entrevistou, que as tentativas de distinguir quem seriam as mulheres “carentes” daquelas que teriam condições de fazer um curso por conta própria foi por vezes frustrada, citando o exemplo da esposa de um alto comissário do governo que compareceu à entrevista modestamente vestida e foi selecionada para o programa. Na análise do perfil demográfico, a pesquisadora identificou que as participantes estavam situadas em uma camada socioeconômica superior à média do país, por vezes utilizando suas rendas individuais ao invés da renda total familiar para acessar o curso.

Ao conduzir entrevistas com as egressas, a autora confirmou sua hipótese quando encontrou interlocutoras consideradas de classe média para o contexto nigeriano, evidenciando que o programa instaurava um processo seletivo precisamente buscando um perfil específico e não tão carente, conforme anunciado nas divulgações. Em contato com as empreendedoras, a autora constatou como o curso, ainda que repousando sobre a justificativa de garantir o avanço

de mulheres, não havia abordado questões particulares sobre desigualdades de gênero na sociedade ou no empreendedorismo, tratando tão somente de questões sobre gestão de negócios, tratando o debate de gênero como uma questão de menor à relevância frente ao campo de conhecimento da gestão e da administração.

Embora a Goldman Sachs esteja envolvida desde 1999 com o avanço das mulheres a partir da publicação de uma série de relatórios com o conceito de *womenomics* – que apresentava um estudo seminal mostrando as possibilidades de avanço do PIB do Japão com o aumento da força de trabalho feminina no mercado – o surgimento desse programa específico não é fortuito. À medida em que a crise global de 2008 resultou na recessão dos mercados mundiais, a desconfiança recaiu pesadamente sobre os segmentos financeiro e bancário. A Goldman Sachs foi uma das instituições financeiras que teve sua imagem profundamente abalada: entre 2005 e 2007, sua receita subiu de US\$ 24 bilhões para mais de US\$ 45 bilhões na esteira da bolha do mercado imobiliário por meio de títulos lastreados em hipotecas e obrigações de dívidas colateralizadas (MOELLER, 2018). Segundo o jornal inglês *The Guardian* (ADAMS, 2010), a empresa chegou a ser investigada pelo Congresso norte-americano por suas práticas no período anterior à crise financeira. Imersa em controvérsias em decorrência da crise, a empresa implementou uma série de medidas para mitigar esses efeitos na imagem da marca e, dentre eles, o investimento inicial de US\$ 100 milhões no programa *10.000 Women*. Apesar das intensas críticas recebidas no contexto da crise financeira de 2008, a empresa logrou se tornar uma referência na responsabilidade social corporativa para mulheres a partir do programa. Pesquisas existentes, como a do ICRW acima mencionada, corroboram à conformação da narrativa de sucesso do programa, que ocupa um lugar paradigmático no investimento corporativo global em mulheres.

NIKE GIRL EFFECT

No livro *“The Gender Effect: Capitalism, Feminism, and the Corporate Politics of Development”*, Kathryn Moeller (2018) explorou o programa *Girl Effect* iniciado pela multinacional Nike Inc. Lançado, em 2005, o programa se voltava para investir no “capital humano” de meninas adolescentes localizadas no “terceiro mundo”. A partir de uma etnografia multissituada com entrevistas com executivos da Nike, da Fundação Nike e observação em cursos de formação oferecidos por ONGs locais para meninas de 18 a 24 anos em periferias do Rio de Janeiro, a pesquisa conceitualiza o “efeito garota” como um novo aparato global desenvolvimento que se produz precisamente nos desencaixes da circulação da autora entre espaços de poder e de marginalização.

Ao longo do livro, Moeller identificou como os cursos de formação oferecidos às jovens na área de assistência administrativa permitiu, efetivamente, pouca inserção no mercado de trabalho para as alunas e, quando possibilitou, se deu prioritariamente em trabalhos temporários, precários e de baixa remuneração. Com frequência, as jovens, que ao início do curso almejavam se tornar médicas ou arquitetas, chegavam ao fim do treinamento afirmando que aspiravam cargos de assistentes administrativas e secretárias, evidenciando como o currículo do curso operava para moldar os interesses e aspirações das meninas de acordo com o que era ensinado. Verificou, ainda, uma determinada natureza constitutiva da categoria “meninas adolescentes” para quem o programa se destinava, na qual algumas jovens não conseguiam acessar ao programa educacional por serem percebidas como carentes do perfil necessário para participar do projeto. Mais especificamente, Moeller mostra como elas não eram percebidas como detentoras do potencial do Terceiro Mundo imaginado pela Fundação Nike em termos mercadológicos: não eram consideradas inerentemente gestoras de recursos e investidoras proativas, evidenciando como o projeto criava, em última instância, uma categoria imaginada de “potencial” intrínseco às jovens a ser por elas preenchido.

O processo de recrutamento de determinados perfis de meninas operava, portanto, a fim de atender às expectativas da corporação a fim de traduzi-las em dados quantificáveis produzidos por meio de seus processos de monitoramento e avaliação. As métricas passavam a construir a narrativa de sucesso do programa, ao mesmo tempo em que representava uma ferramenta influente e persuasiva sobre as instituições internacionais de desenvolvimento, de modo que coletar e divulgar evidências quantitativas se converteu no principal objetivo da Fundação Nike. Assim, a autora conclui que as representações “desencarnadas” de sucesso operava para provar a teoria de mudança social, ao passo que as intervenções estudadas tendiam a reproduzir uma série de relações de poder e desigualdades existentes ao invés de transformá-las.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intensificação dos investimentos no desenvolvimento das mulheres é direcionada a determinados sujeitos explicitamente marcados por gênero, e implicitamente racializados, localizados geográfica e socialmente (MAHLER, PESSAR, 2001) em determinadas regiões do mundo: os países “em desenvolvimento”. A profusão discursiva que compreende as mulheres como um recurso a ser explorado em termos de capital humano e salvadoras das econômicas do futuro se evidencia em uma atualizada forma de relações

geopolíticas historicamente hierárquicas, agora recuperadas em termos de promoção lógicas de mercado e sob a insígnia da promoção da igualdade de gênero.

A partir dos casos apresentados e da breve recuperação histórica da aproximação entre organizações internacionais e financiamento privado das tecnologias de desenvolvimento por meio das mulheres, buscou-se evidenciar um movimento de confluência de parcerias público e privadas hoje predominantes na abordagem sobre empoderamento. Considerando as limitações do escopo da revisão apresentada e que um curto capítulo dispõe, apontou-se para uma literatura ainda pouco explorada sobre estudos críticos das abordagens de gênero para o desenvolvimento a fim de auxiliar na ampliação deste debate no contexto brasileiro, que atualmente é um destacado receptor de programas corporativos e atenção das organizações internacionais para o desenvolvimento econômico e social das mulheres.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Richard. Goldman Sachs Senate hearing: as it happened. **The Guardian**. 27 de abril, 2010. Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/richard-adams-blog/2010/apr/27/goldman-sachs-senate-hearing-live-blog> acesso em 22 de abril, 2022.

BERGERON, Suzanne. “The Post-Washington Consensus and Economic Representations of Women in Development at the World Bank.” **International Feminist Journal of Politics** 5(3): p. 397–419, 2003.

CALKIN, Sydney. 'Feminism, interrupted? Gender and development in the era of 'Smart Economics'!', **Progress in development studies**, 15 (4). p. 295-307, 2015.

CALKIN, Sydney. 'Globalizing 'girl power' : corporate social responsibility and transnational business initiatives for gender equality.', **Globalizations**, 13 (2). p. 158-172, 2016.

CALKIN, Sydney. Disrupting disempowerment: feminism, co-optation, and the privatised governance of gender and development. **New Formations**, 91, p. 69-86, 2017.

CLINTON, Hillary. Keynote Speech APEC Summit on Women and the Economy. 2011. Disponível em: <https://www.americanrhetoric.com/speeches/hillaryclintonwomeneconomysummit.htm> acesso em 11 de julho, 2022.

CORNWALL, Andrea. Além do “Empoderamento Light”: empoderamento feminino, desenvolvimento neoliberal e justiça global. **Cadernos Pagu** n.52. 2018.

EINSENSTEIN, Hester. "Hegemonic feminism, neoliberalism and womenomics: 'empowerment' instead of liberation?" **new formations: a journal of culture/theory/politics** 91. P. 35-49, 2017.

ERNST & YOUNG. **Groundbreakers: Using the Strength of Women to Rebuild the World Economy**. London: EYGM Limited, 2009.

FOUCAULT, Michel. **The Birth of Biopolitics: Lectures at the College de France, 1978 – 1979**, trans. Graham Burchell, Palgrave Macmillan, New York, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GIRL EFFECT. The Girl Effect: The Clock Is Ticking, Girl Effect, 2008. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WIVmE4_KMNw acesso em 21 Janeiro, 2021.

ICRW. **The business case for women's economic empowerment: An integrated approach**. Washington, D.C.: ICRW, 2016.

KHONJE, Eleanor. **Neoliberalized Feminism in Nigeria: “Developing” the Global Entrepreneurial Woman**. 2020. Tese (doutorado). University of Lausanne, Genebra. Disponível em: https://serval.unil.ch/resource/serval:BIB_236038C1620C.P001/REF, acesso em 20 fevereiro, 2022.

KUNRATH, Patrícia. **Filantropia e Investimento Social Privado nos Estados Unidos e no Brasil: redes transnacionais de governança econômica**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, 2017.

MAHLER, Sarah; PESSAR, Patricia. “Gendered Geographies of Power: Analyzing Gender across Transnational Spaces.” **Identities** 7 (4): p. 441–459, 2001.

McKINSEY. **The Business of Empowering Women**. London: McKinsey & Company - Social Sector Office. 2010. Disponível em: http://www.gbchealth.org/system/documents/category_1/346/The%20Business%20of%20Empowering%20Women-McKinsey%202010.pdf?1345062174 acesso em 11 de julho, 2022.

MILLER, Carol; RAZAVI, Shahra. From WID to GAD: Conceptual shifts in the women and development discourse, **UNRISD Occasional Paper**, No. 1, United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD), Geneva, 1995.

MOELLER, Kathryn. **The Gender Effect: Capitalism, Feminism, and the Corporate Politics of Development**. Oakland: University of California Press, 2018.

MOHANTY, Chandra. Under western eyes: feminist scholarship and colonial discourses. **Boundary 2**, Vol. 12, No. 3, On Humanism and the University I: The Discourse of Humanism, p. 333-358, 1986.

NALLARI, Raj; BREDA Griffith. **Gender and Macroeconomic Policy**. Washington, DC: World Bank, 2011.

POCHIC, Sophie. Feminismo de mercado e igualdade elitista? In: **Trabalho, Logo Existo**. Perspectivas Feministas. FGV Editora, p. 53-65, 2019.

PRUGL, Elizabeth. Neoliberalism with a Feminist Face: Crafting a new Hegemony at the World Bank, **Feminist Economics**, 2016. DOI: 10.1080/13545701.2016.1198043

PRUGL, Elisabeth; TRUE, Jacqui. Equality means business? Governing gender through transnational public-private partnerships, **Review of International Political Economy**, 21:6, p. 1137-1169, 2014.

PRUGL, Elisabeth. Neoliberalising Feminism, **New Political Economy**, 20:4, p. 614-631, 2015.

PRUGL, Elisabeth. “If Lehman Brothers Had Been Lehman Sisters...”: Gender and Myth in the Aftermath of the Financial Crisis. **International Political Sociology**, 2012.

ROBERTS, Adrienne; SOEDERBERG, Susanne. Gender Equality as Smart Economics? A critique of the 2012 World Development Report, **Third World Quarterly**, 33:5, p. 949-968, 2012.

ROBERTS, Adrienne. Financial Crisis, Financial Firms...And Financial Feminism? The Rise of “Transnational Business Feminism” and the Necessity of Marxist Feminist IPE. **Socialist Studies/Études Socialistes**, 8(2), p. 85-108, 2012.

SWITZER, Heather; BENT, Emily; ENDSLEY, Crystal L. Precarious Politics and Girl Effects: Exploring the Limits of the Girl Gone Global. **Feminist Formations** 28(1), p. 33-59, 2016.

TORNHILL, Sofie. **The business of women’s empowerment**: corporate gender politics in the Global South. London; New York: Rowman & Littlefield International, 2019.

WORLD BANK. Gender Equality as Smart Economics, Washington, DC: Gender Action, 2007, Disponível em: http://www.genderaction.org/images/04.22.08_EZ-GAPlan%20Critique.pdf acesso em: 21 jan, 2021.

UN Global Compact and UN Women. **Women’s Empowerment Principles**: Equality Means Business. 2nd ed. Geneva: United Nations Global Compact and UN Women, 2011.

WORLD BANK. Enhancing Women’s Participation in Economic Development, 1994. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/pt/publication/documents-reports/documentdetail/764641468135599885/enhancing-womens-participation-in-economic-development> acesso em 23 de abril, 2021.

WORLD BANK. **Gender at Work**: A Companion to the World Development Report on Jobs. World Bank, 2013.

WORLD BANK. **Gender equality as smart economics**: A work in progress (gender action plan, overview). Washington, DC: World Bank, 2011.

CAPÍTULO 16

TRANSIÇÃO CAPITALISTA E QUESTÃO REGIONAL NO MÉXICO¹

João Vitor Sandri Coelho
José Messias Bastos
Edson de Moraes Machado

RESUMO

Através da categoria miltoniana de formação socioespacial e da concepção das vias de transição ao capitalismo de Lênin, o presente artigo busca investigar a transição ao capitalismo no México e a dinâmica territorial que envolveu o processo de industrialização do país. O método empregado para isso foi o da revisão bibliográfica acerca da historiografia e da economia mexicana. Os principais resultados apontam para três grandes períodos de industrialização, marcados por um padrão de transição particular: o primeiro sendo uma via norte-americana; o segundo, uma via prussiana clássica; e o terceiro, uma via prussiana com novo conteúdo de classe. Cada período identificado foi marcado por uma dinâmica regional cujo centro dinâmico oscilou, ora na região central, ora na região norte do país.

PALAVRAS-CHAVE: Transição ao capitalismo, dinâmica regional, México.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo investigar a transição ao capitalismo no México e a dinâmica territorial que envolveu o processo de industrialização do país, que se inicia no século XIX e ganha força a partir da década de 1930. Para isso, utilizou-se de revisão bibliográfica da historiografia e da economia mexicana como método de investigação. Como fundamentação teórico-metodológica, embasou-se na categoria de formação socioespacial, de Milton Santos, e nas vias de transição leninianas.

A formação socioespacial permite analisar a combinação concreta de modos de produção de um espaço particular em meio ao seu desenvolvimento desigual e combinado, atendo-se às relações de produção e as forças produtivas, bem como a esfera da produção e a esfera da circulação, rejeitando qualquer explicação generalista que se atenha a primazia do capital comercial na transição ao capitalismo, como criticado em trabalho anterior (BASTOS, COELHO, 2022).

¹ Os autores agradecem ao financiamento do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), através de bolsa de mestrado, que possibilitou a produção deste artigo.

Em Lênin, têm-se as duas vias de transição ao capitalismo, a saber: 1) a via norte-americana, aquela em que o desenvolvimento da pequena produção mercantil e sua gradual diferenciação social acaba por formar, de um lado, uma classe de pequeno-burgueses, e de outro, uma massa de trabalhadores assalariados; e 2) a via prussiana, que se caracteriza por uma transição “de cima para baixo”, ou uma “transição pelo alto”, em que os latifundiários feudais coordenam o processo de “modernização conservadora”, tornando-se burgueses, isto é, modernizam a estrutura econômica e conservam a superestrutura política (LENIN, 1977).

A primeira parte do artigo aborda a lenta industrialização da primeira metade do século XIX, a qual os conflitos internos e externos impossibilitaram qualquer estabilidade jurídico-econômica no país. Até o último quartel do século, predomina uma tímida via norte-americana de transição. A segunda parte trata do chamado *Porfiriato* (1876-1911), período de modernização calcada principalmente na expansão ferroviária e num início de intervencionismo estatal, marcando uma via prussiana clássica. Por fim, a última parte aborda a fase pós-revolução de 1910, a qual rompe com os antigos latifundiários semifeudais e culmina nas reformas estruturais de Lázaro Cárdenas, que possibilitaram um período de grande intervenção estatal e desenvolvimento econômico vivido pelo México, o qual foi denominado nesse artigo de via prussiana com novo conteúdo de classe.

O SÉCULO XIX E A VIA NORTE-AMERICANA DE TRANSIÇÃO

Por ter sido centro administrativo durante e após o período colonial, todo o comércio exterior era canalizado pela Cidade do México, o que contribuiu para formar uma grande e poderosa oligarquia comercial que adquiriu, inclusive, poderes oligopsônicos de manipulação de preços. Esta oligarquia, a qual dava um caráter de cidade mercantil por excelência à Cidade do México, no entanto, tornava-se uma barreira ao desenvolvimento industrial, na medida em que promovia a importação de produtos industrializados que inibiam a produção interna. Além disso, a carência de um capital financeiro, a instabilidade política e a falta de infraestruturas tornavam a tarefa ainda mais difícil (GARZA, 1985).

A despeito das dificuldades impostas, um pequeno número de indústrias puderam se desenvolver na região central do país, concentradas nos estados do México e de Puebla, além de um número relevante em Veracruz, por sua localização estratégica de cidade portuária. A principal delas foi, sem dúvida, a indústria têxtil. Em 1843, o país possuía um total de 59 empresas têxteis, 2.609 teares mecânicos, uma produção de 161.654 quilos de fio e 6.535 peças de mantas (Tabela 1).

Tabela 1: Características principais das fábricas de fios e tecidos de algodão no México por estados 1843.

Estados	Habitantes (porcentagem)	Número de fábricas	Teares	<i>Quintales</i> de algodão ²	Quilos de fio	Peças de manta
Totais	100	59	2.609	2.038	161.654	6.535
Durango	2,3	5	140	139	400	778
Guanajuato	7,2	1	-	10	900	-
Jalisco	9,6	4	220	228	16.800	-
México	19,6	17	1.187	401	36.000	3.277
Puebla	9,7	21	530	691	61.719	1.290
Querétaro	1,7	2	112	137	10.000	400
Sonora	1,7	1	54	71	-	57
Veracruz	4,1	8	366	361	35.835	733

Fonte: GARZA, 1985.

Nota-se o acirramento entre as posições de Puebla e México, contando com 35,6 e 28,8 por cento, respectivamente, do total de fábricas do país. Enquanto Puebla ganha em quilos de fio e *quintales* de algodão, o estado do México fica na frente em relação ao número de teares e peças de manta produzidas. No entanto, tendo uma participação muito menor na porcentagem de habitantes, Puebla era inegavelmente mais industrializada, em termos relativos, que seu concorrente.

Entre 1943 e 1945, a indústria têxtil viveu seu auge, aumentando de 59 para 92 o número de fábricas. Seguindo este movimento, o estado do México aumentou de 17 para 24 o número de empresas, mas reduziu sua importância relativa de 28,8 para 26,1 por cento, enquanto que Puebla quase duplicou seu número de fábricas, de 21 a 41, chegando a 44,5% do total das empresas têxteis nacionais. Este auge, portanto, marcou também a hegemonia absoluta de Puebla na produção têxtil de meados do século XIX.

Ademais, algumas outras atividades de tipo fabril, manufatureiro ou artesanal floresceram a época, dentre eles: açúcar, aguardente, sabão, tabaco, pólvora, azeite, louças, talheres, papel, móveis, ourives, jóias e vidros. A indústria de papel foi, provavelmente, a que seguia em importância a têxtil, concentrada em mais da metade de suas fábricas na Cidade do

² Cada *quintal* corresponde a 46.02 quilogramas de algodão.

México e em quatro empresas (Belén, Loreto, Peña Pobre e Santa Teresa), com um capital somado de um milhão e meio de pesos. A indústria de tabaco, por sua vez, a despeito de ter seu início na Cidade do México, ainda no período colonial como um sistema de monopólio da coroa, passou por um processo de espraiamento, contando apenas com 11,1% de suas empresas localizadas na capital, em 1876 (GARZA, 1985).

Tabela 2: PIB *per capita* por setor 1800-1877.

	1800	1845	1860	1877
PIB <i>per capita</i> , em porcentagem (1800 = 100)	100,0	78,4	70,9	85,0
Agricultura	44,4	48,1	42,1	42,2
Mineração	8,2	6,2	9,7	10,4
Manufatura	22,3	18,3	21,6	16,2
Construção Civil	0,6	0,6	0,6	0,6
Transporte	2,5	2,5	2,5	2,5
Comércio	16,7	16,9	16,7	16,9
Governo	4,2	7,4	6,8	11,2
Outros	1,1	-	-	-

Fonte: Moreno-Brid e Ros, 2009.

Até a década de 1860 é inegável o predomínio da *pequena produção mercantil* na economia mexicana³, representando cerca de 90% do total das empresas do país. O restante apresentava características capitalistas fabris de produção. Este pequeno número de indústrias participavam com 25% do valor da produção anual (GARZA, 1985, p. 102). Como podemos perceber analisando a evolução do PIB *per capita* (Tabela 2), a maior parte do século XIX no México foi de uma longa estagnação, sendo a instabilidade política responsável em grande parte por isso. Começando pela guerra de independência, o México ainda passou pela

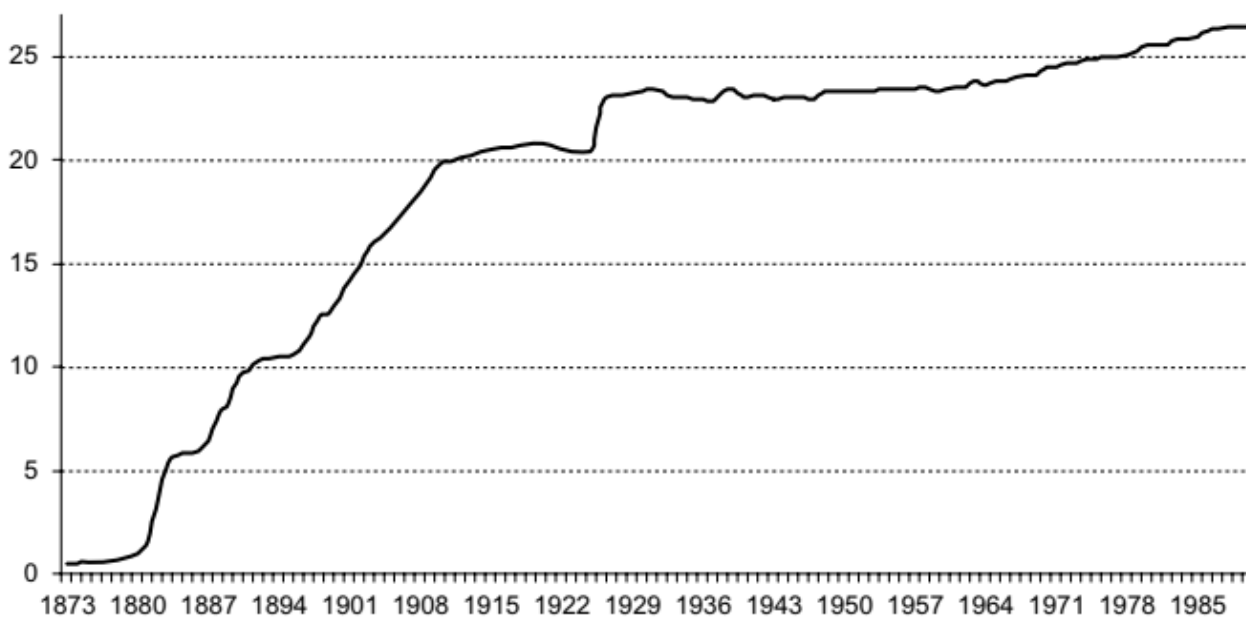
³ Segundo Monteverde: “La industria seguía debatiéndose entre los inconvenientes de una libertad comercial ruinosa y una protección arancelaria asfixiante; seguía girando principalmente en torno de las plantas de hilados y tejidos y de unas cuantas decenas de manufacturas ligeras; las unidades dominantes seguían siendo el taller artesanal y la pequeña empresa local, y el tránsito a la fábrica tropezaba con toda clase de obstáculos, y a la vez avanzaba penosamente, agudizando el proceso de descomposición del artesanato” (1968, p. 193).

Guerra Mexicano-Americana (1846-1848) e todos os conflitos e guerras civis que envolveram as Leis de Reforma e a nova Constituição de 1857.

O PORFIRIATO E A VIA PRUSSIANA CLÁSSICA

Com a chegada ao poder do general Porfirio Díaz e o início do período chamado *Porfiriato* (1876-1911), o México inicia importantes transformações. A primeira delas é a estabilidade política, após praticamente todo o século XIX ser marcado por intensos conflitos internos e externos. A segunda é a grande expansão ferroviária do período. Se até esse momento, o México se constituía por ilhas econômicas desconectadas entre si e, frequentemente, voltadas para o exterior, no período do *Porfiriato* fortalecem-se forças centrípetas de unificação nacional através da construção das ferrovias com capital majoritariamente estrangeiro (tabela 3). Os 640 km de ferrovias que o México tinha até então, transformaram-se em 20 mil km. No Gráfico 1, podemos perceber esta forte expansão do número de quilômetros de trilhos entre 1880 e 1908, durante o *Porfiriato*. E nos mapas 1 e 2, a distribuição espacial desta expansão.

Gráfico 1: Expansão da rede ferroviária durante os anos de 1873 e 1985 (em milhares de quilômetros).



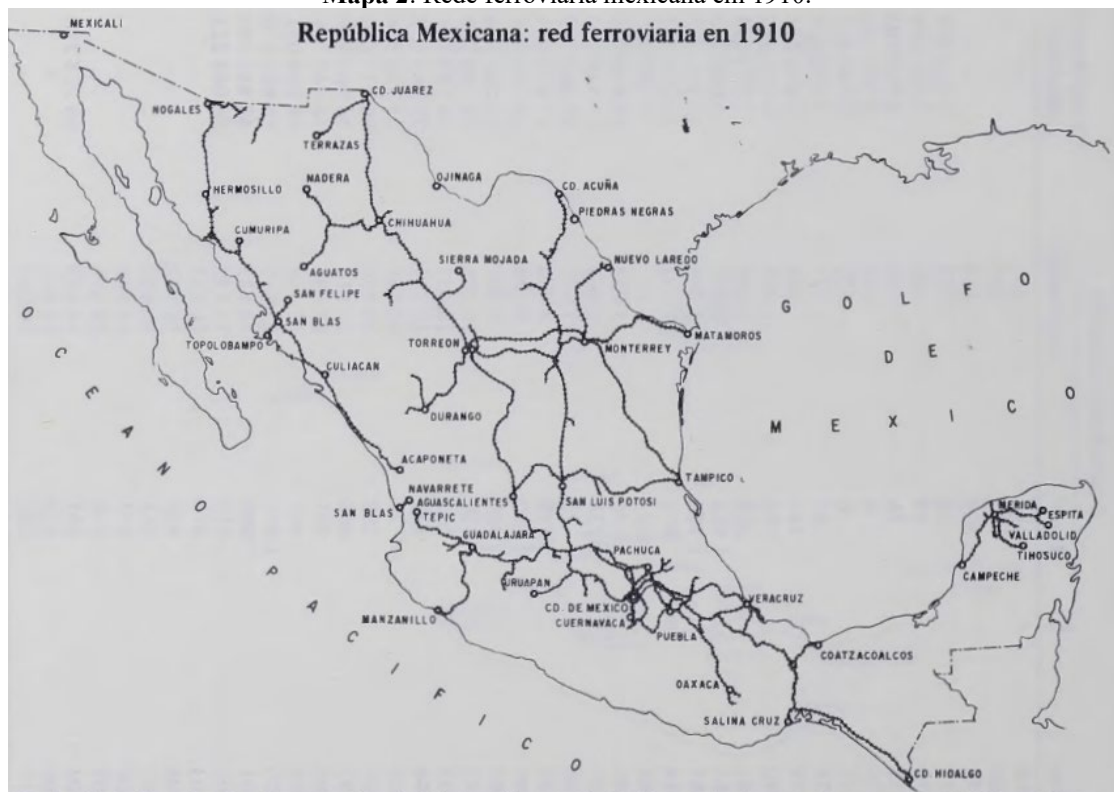
Fonte: Moreno-Brid, Ros, 2009.

Mapa 1: Rede ferroviária mexicana em 1873.



Fonte: GARZA, 1985.

Mapa 2: Rede ferroviária mexicana em 1910.



Fonte: GARZA, 1985.

As ferrovias faziam a ligação do principal porto exportador do país, em Veracruz, à capital e desta ao norte, chegando aos Estados Unidos. Até esta época, a recente potência

estadunidense competia com a Inglaterra como o principal comprador do México, o que mudou nos dez anos seguintes, quando as compras inglesas baixaram de 41,4% para 16,8% do total das exportações mexicanas, enquanto que as norte-americanas subiram de 40% para 73%. O México passava a gravitar em torno do gigante do norte (MONTEVERDE, 1968).

A configuração com a qual se estabeleceu a rede ferroviária favoreceu uma centralização ainda maior da Cidade do México no contexto nacional e propiciou um eclipsamento de Puebla, que gradativamente foi diminuindo sua importância econômica em relação à capital. A convergência dos fluxos propiciada pelas comunicações ferroviárias impulsionou a consolidação da Cidade do México como o centro comercial-administrativo mais importante da república.

A instalação das ferrovias reduziu exponencialmente o custo de transporte (cerca de um décimo em comparação ao custo via rodovia), o que fez com que as importações se tornassem mais baratas. Uma das indústrias que foram favorecidas foi a indústria têxtil, que já ganhava escala a época. As ferrovias, na verdade, foram muito mais uma condição para o aumento dos investimentos estrangeiros em setores já conhecidos por eles, isto é, a mineração e a agricultura, modernizando-os, além dos aportes financeiros na dívida pública mexicana (tabela 3). As exportações ganharam ainda mais força com o início da fase expansiva do terceiro ciclo de Kondratieff (1896-1921), tendo importante participação no aumento do comércio exterior do país⁴.

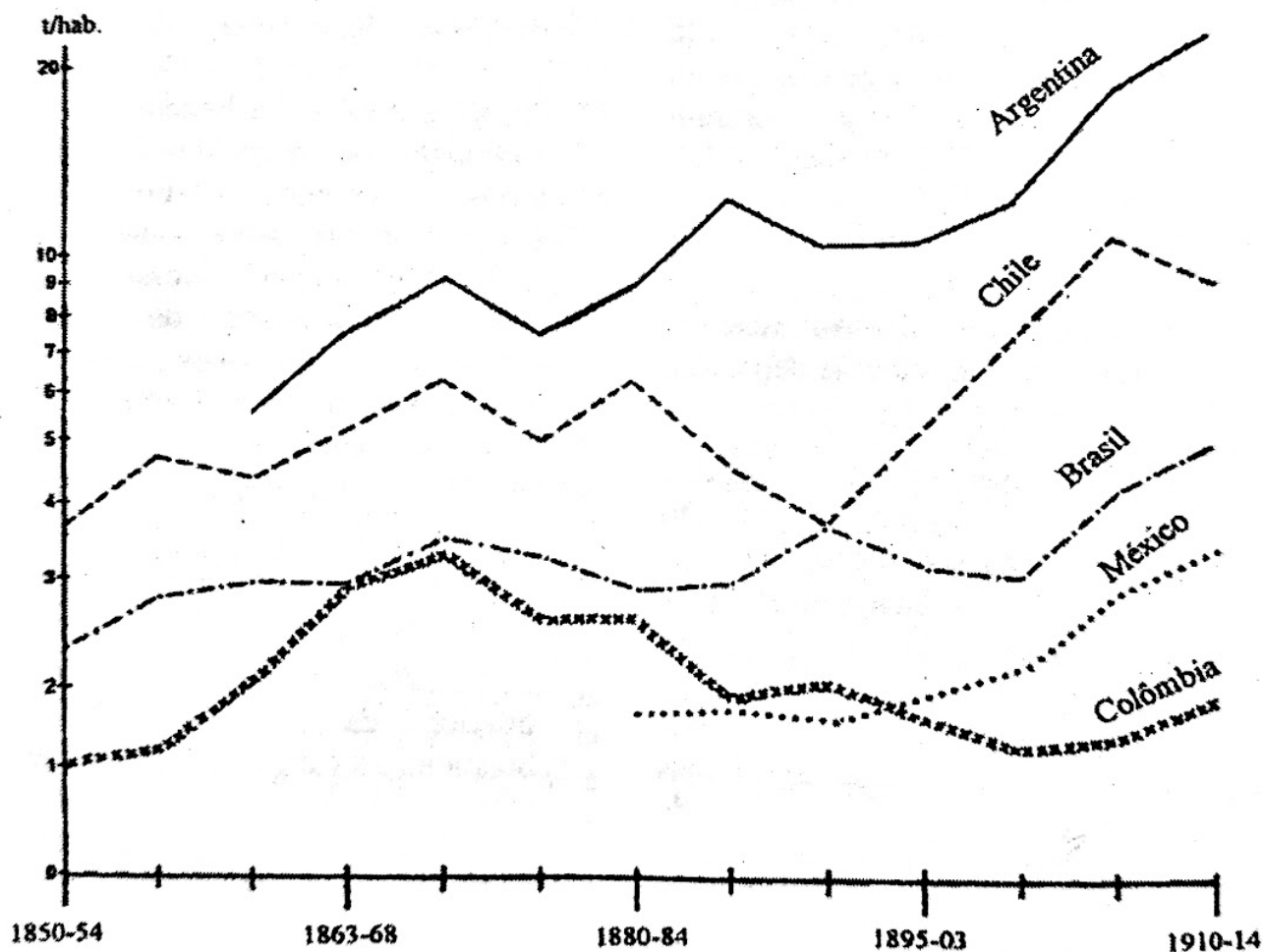
Tabela 3: Capital estrangeiro investido no México por setor, 1911 (% do total).

Setor	Porcentagem
Ferrovias	33,2
Mineração	27,1
Dívida Pública	14,6
Comércio e Bancos	8,5
Serviços Públicos	7,0
Explorações Agropecuárias	5,7
Indústrias de Transformação	3,9

Fonte: BRUIT, 1982.

⁴ Segundo Belluzzo, “Na passagem do Oitocentos para o Novecentos, o auge do comércio internacional expressou-se no crescimento espetacular do volume e do valor das exportações mundiais, bem como na diversificação das mercadorias envolvidas no intercâmbio ‘global’ e na incorporação de novas áreas periféricas, especializadas na produção de alimentos e matérias-primas. Esse auge foi impulsionado, no centro, por importantes inovações nos métodos de produção e pelo surgimento de novos produtos, acompanhados de significativas alterações nas escalas de produção” (1999, p. 92).

Gráfico 2: Comércio exterior de cinco países latino-americanos. Exportação + importação em libras por habitante (médias quinquenais).



Fonte: Bruit, 1982.

A região norte, por sua vez, viveu um surto industrial nesta época, muito influenciada pelo maior mercado nacional do mundo à época e líder da Segunda Revolução Industrial, os Estados Unidos da América. Com o desfecho da Guerra Mexicano-Americana e a expansão territorial estadunidense ao sul, a nova fronteira mexicana passou a sofrer grande influência do dinamismo industrial dos estados recém conquistados dos Estados Unidos, sobretudo do Texas, que conectou os nascentes núcleos empresariais do norte do México aos múltiplos segmentos do mercado mundial.

Em Monterrey, desde 1850 vinha se desenvolvendo a atividade comercial, ainda que de forma lenta devido à debilidade do mercado interno desprovido de comunicações. Os comerciantes que ali se formaram eram tanto mexicanos quanto de origem estrangeira. De

quatro dos grupos familiares mais proeminentes do período pré-fabril de Monterrey, um era de origem irlandesa (Patricio Milmo), um espanhol (os irmãos Hernández) e os outros dois mexicanos (Gregorio Sembrano e Evaristo Madero, avô do revolucionário de 1910)⁵. Além do comércio, este grupo de empresários acumulava fortunas através de atividades especulativas/usureiras e apropriaram-se de vastas extensões de terra para preservar seu capital (CERUTTI, 2006a).

Com a instalação das ferrovias, a integração territorial do país e a conexão com os Estados Unidos, o montante de capital comercial acumulado previamente se transferiu para a produção, causando um verdadeiro surto industrial na região. Não demorou a se multiplicarem os números de empresas fabris, explorações mineiras, companhias agropecuárias e bancos, dentre eles: *Compañia Minera, Fundidora y Afinadora Monterrey S. A. (1899)*, *Compañia Fundidora de Fierro y Acero de Monterrey S. A. (1900)*, *Banco Mercantil de Monterrey S. A. (1899)*, *Fábrica de Vidrios y Cristales de Monterrey S. A. (1904)*, *Banco de Nuevo León S. A. (1892)*, *Compañia Carbonífera de Monterrey S. A.*, *Fábrica de Cartón S. A. (1900)*, *Compañia Industrial de Monterrey S. A. (1897)*, *Cementos Hidalgo (1907)*⁶. O enquadramento jurídico das sociedades anônimas possibilitou a reunião de capitais em grandes proporções, montando indústrias sofisticadas e de grande escala (CERUTTI, 2006a).

⁵ Falando a nível nacional, no entanto, Moreno-Brid e Ross destacam a participação dos imigrantes no empresariado do país. Segundo eles, a maioria das plantas de produção têxtil tinha como sócios principais os franceses; as cervejarias, os alemães; e nas indústrias de papel, cimento e metal predominavam franceses, britânicos, estadunidenses ou espanhóis como sócios principais. Os capitais estadunidenses e britânicos controlavam a maioria das empresas ferroviárias e o setor de mineração. Comerciantes alemães, franceses e espanhóis dominavam o comércio atacadista e tiveram função principal na criação dos primeiros bancos (MORENO-BRID e ROS, 2009).

⁶ A sociedade Cementos Hidalgo, mais tarde, se fundiu com a Cementos Monterrey e, desta fusão, surgiu a CEMEX, hoje a terceira maior produtora de cimentos do mundo.

Em 1908, as fábricas e oficinas de Monterrey geraram valores aproximadamente nove vezes maiores que os do setor agrícola⁷. Em 1910, este último alcançou somente 19% dos valores gestados pela metalurgia pesada (mais voltada para o mercado estadunidense) e siderurgia (mais voltada para o mercado interno)⁸. Seguindo um padrão pouco frequente na América Latina, que iniciou sua industrialização pela indústria leve, Monterrey tornou-se um verdadeiro polo nacional metalúrgico e siderúrgico, contando com quase um quarto do total de metal e aço produzido no país, ainda muito dependente das importações.

A rede ferroviária também influenciou o desenvolvimento econômico de Chihuahua, que viu a exportação de gado, destinado principalmente ao Texas, aumentar exponencialmente. Por sua vez, esta mesma atividade estimulou o surgimento de inúmeros bancos, tornando Chihuahua a cidade com maior quantidade de bancos de todo o México. Estes bancos cumpriram papel fundamental no financiamento produtivo destinado às indústrias de Monterrey e à produção agrícola especializada da região da *comarca lagunera* (La Laguna), especialmente na cidade de Torreón (CERUTTI, 1994).

Na divisa dos estados de Durango e Coahuila, banhada pelos rios *Nazas* e *Aguanaval*, La Laguna iniciou uma rápida especialização produtiva, centrada na produção de algodão. Segundo Cerutti (1994), na década de 1890 La Laguna já representava 75% da produção total de algodão do México. Nesse processo de desenvolvimento algodoeiro, ganha destaque a família Madero, participando como: 1) financiadores de agricultores, que iam assentando-se na comarca lagunera; 2) comerciantes de algodão e 3) consumidores industriais da fibra, cujo destino era, em sua maioria, as indústrias têxteis de Monterrey.

Deste modo, impulsionado pela expansão da rede ferroviária pelo território mexicano e influenciado não por um, mas por dois mercados — o nacional, que se integrava internamente, e o estadunidense — forma-se durante o *Porfiriato* um *eixo empresarial no norte do país*, envolvendo Chihuahua, La Laguna e Monterrey. A divisão interna do trabalho constituía-se da

⁷ Até meados dos anos 1880, a produção rural dominava a economia de Nuevo León (estado que se localiza a cidade de Monterrey). No entanto, rapidamente esse cenário se inverte e, em 1896, Monterrey encabeçava o montante produzido pelo estado: 12.900.000; frente a 300.000 da agricultura.

⁸ Segundo Cerutti (2006a), em 1910, somente a metalurgia básica (duas grandes plantas) e a siderurgia (a *Compañía Fundidora de Fierro y Acero*) computavam 30.400.000 de pesos, enquanto que a agricultura chegou apenas a 5.700.000.

seguinte forma: Chihuahua desenvolvia a mineração, a atividade agropastoril e, sobretudo, seu capital bancário, que financiava a agricultura especializada e a agroindústria (óleo, sabão, etc.) da região de La Laguna, que por sua vez fornecia matérias-primas para o parque industrial de Monterrey. Este poderoso eixo empresarial atraía capitais de outros pontos do norte e, até mesmo, da Cidade do México.

As relações no campo também se modernizaram nesta região. Diferentemente do centro e do sul do país, onde se concentravam grandes contingentes populacionais de povos indígenas, no norte a mão de obra era escassa e sempre havia a possibilidade de migrar para o país vizinho. Além disso, a nascente indústria dessa região concorria para absorver a mão de obra disponível, o que obrigava os donos das *haciendas* a oferecerem incentivos aos trabalhadores a fim de atraí-los, fazendo elevar os salários. Os trabalhos forçados pela servidão por endividamento eram cada vez mais raros quanto mais próximos da fronteira, e mais comuns quanto mais longe dela. Eram mais frequentes, por exemplo, no estado de Durango, do que nos estados de Sonora, Chihuahua e Coahuila (KATZ, 2013).

Em contraste, a região sul do país viu um recrudescimento nos regimes de coerção do trabalho via servidão por endividamento. Com o grande aumento da demanda de produtos tropicais (borracha, café, tabaco, henequén, açúcar, etc.), por conta da expansão ferroviária, aumentou-se a procura por mão de obra, que existia em grande número devido às comunidades indígenas. Estas comunidades, por conseguinte, foram em grande parte expropriadas por conta da própria instalação das ferrovias — e suas concessões fundiárias às empresas responsáveis — e por conta da Lei das Terras Devolutas e Ociosas. Como não ocorreu o simultâneo desenvolvimento industrial na região, esta camada social acabou sendo obrigada a submeter-se ao trabalho servil nas *haciendas* (KATZ, 2013).

A região central é um caso intermediário em que é difícil dizer se aumentou ou diminuiu o trabalho coercitivo, na medida em que operavam forças contraditórias. Ao mesmo tempo em que aumentava o número de trabalhadores residentes, diminuía a necessidade do hacendado de prender o trabalhador à terra por meio das dívidas (KATZ, 2013).

Se a primeira metade do governo de Díaz teve uma forte carga liberal, a segunda metade foi certamente mais intervencionista, com forte influência positivista, na figura dos *científicos*⁹.

⁹ Os *científicos* eram um grupo de intelectuais e políticos que influenciaram em grande medida os últimos anos do governo de Porfírio Díaz.

Aumentou-se a participação estatal no setor ferroviário, culminando na nacionalização de algumas das principais linhas conectando México e EUA, com a criação do *Ferrocarriles Nacionales de México* (FNM), em 1908. Um segundo movimento importante foi a fusão, orquestrada pelo Estado, dos dois maiores bancos do país para criar o *Banco Nacional de México* (*Banamex*)¹⁰, ainda centrado em crédito de curto prazo¹¹. Além disso, aboliu-se as tarifas regionais (*alcabalas*) e promoveu-se programas de proteção tarifária (programa *industrias nuevas*) e desvalorização cambial. Entre 1877 e 1910, o PIB mexicano cresceu a uma taxa de 3,5% em números reais e de 2,5 em termos *per capita*. Durante o mesmo período, a produção manufatureira cresceu a uma taxa média anual de 3,6%. O país entrava em uma fase de produção em larga escala e tecnificação produtiva (MORENO-BRID e ROS, 2009).

O *Porfiriato* foi o primeiro período de modernização no país, conservando a superestrutura política oligárquica dos donos de terras e promovendo, assim, uma *via prussiana* clássica. O desenvolvimento desigual do território mexicano tornou o centro e, principalmente, o norte do país cada vez mais moderno, com grande crescimento da economia de mercado e da indústria, contrastando com o sul semifeudal¹².

¹⁰ O sistema bancário mexicano era altamente concentrado à época. Em 1911, *Banamex* e *Banco de Londres y México* detinham mais de 60% dos ativos bancários do mercado doméstico (MORENO-BRID e ROS, 2009).

¹¹ Segundo Moreno-Brid e Ros: “By 1897, no bank had legal authorization to give loans for a period longer than 1 year. By 1910, some banks were legally allowed to give such loans, but the great majority of them were provided for investments in real estate. Out of 47 banks in 1911, only 10 were legally allowed to lend for terms of more than 1 year” (MORENO-BRID E ROS, 2009, p. 66).

¹² Segundo Moreno-Brid e Ros: “In practice, during the Porfiriato, no norms or legal rulings were put in place to modernize labor market regulations. This allowed for the simultaneous coexistence of quasi-feudal labor relations in some regions and activities with capitalist relations in other, more modern areas” (MORENO-BRID E ROS, 2009, p. 56). Esse contraste regional guarda curiosas semelhanças com a análise gramsciana do desenvolvimento tardio do capitalismo italiano. Segundo o autor, em seu conhecido texto sobre *A Questão Meridional*: “A nova Itália encontrara em condições absolutamente antitéticas os dois troncos da península, meridional e setentrional, que se reuniam depois de mais de mil anos. A invasão longobarda rompera definitivamente a unidade criada por Roma; no Norte, as Comunas haviam dado um impulso especial à história, enquanto no Sul o reino dos Svevo, dos Angiò, da Espanha e dos Bourbon lhe deram um outro impulso. Em uma parte, a tradição de uma certa autonomia criara uma burguesia audaz e cheia de iniciativas; e existia uma organização econômica similar à dos outros Estados da Europa, propícia ao ulterior desenvolvimento do capitalismo e da indústria. Na outra, as administrações paternalistas da Espanha e dos Bourbon nada criara: a burguesia não existia, a agricultura era primitiva e não era sequer suficiente para abastecer o mercado local; não havia estradas, nem portos, nem portos, nem utilização das poucas águas que a região, pela sua especial conformação geológica, possuía” (GRAMSCI, 1987, p. 62).

CÁRDENAS E A NOVA “TRANSIÇÃO PELO ALTO”

Influenciado pela depressão econômica mundial que se iniciou em 1921 (fase recessiva do 3º Kondratieff) e se agravou profundamente com a crise de 1929, gerando uma conjuntura internacional propícia para novos processos de substituições de importações, Lázaro Cárdenas (1934-1940) ascende ao poder no México e realiza importantes reformas estruturais na economia do país.

Após quase vinte e cinco anos do início da Revolução Mexicana de 1910, o país já havia passado por intensos conflitos internos a partir da guerra civil que eclodiu com a destituição de Díaz e a luta pelo poder político, a qual consagrou nomes como Francisco I. Madero, Emiliano Zapata, Francisco Villa, Obregón, Carranza, entre outros, e que culminou na institucionalização da revolução durante o período do chamado *Maximato* (1920-1934), quando Plutarco Elías Calles governou direta e indiretamente o México, pondo fim ao período dos *caudillos* (caudilhos). Durante todos estes anos de guerra civil e de *Maximato*, porém, um dos elementos centrais responsáveis pela própria revolução ainda não tinha sido tocado, isto é, as grandes propriedades latifundiárias. É somente com a ascensão ao poder de Lázaro Cárdenas, rompendo com o *Maximato*, que a reforma agrária é posta em prática de forma radical e as terras são distribuídas em proporções nunca antes vistas no país, realizando 37% do total das distribuições agrárias. Essa distribuição de terra, na forma dos *ejidos*, teve um duplo aspecto: um quantitativo, pela proporção sem precedentes; e outro qualitativo, pela convergência de pelos menos três circunstâncias para a sua realização: a) que a terra expropriada fosse fértil e irrigada; b) que a produção da zona tivesse importância comercial; c) que já existissem organizações sindicais importantes requisitando a terra. E para que o sistema *ejidatario* não se dedicasse apenas ao cultivo de subsistência, criou-se o Banco Nacional de Crédito Ejidal, a fim de orientar grandes projetos de exploração comercial (CAMÍN e MEYER, 2000).

Através do *Plan Sexenal*, pela primeira vez um presidente mexicano apresentava um plano de ações e metas de investimento em agricultura, indústria e infraestrutura, bem como investimentos de tipo social (educação, saúde pública, etc.). Durante o período cardenista, em média, os gastos se dividiram em: 44% para despesas burocráticas; 38% para objetivos de desenvolvimento econômico (infraestrutura, crédito, etc.); e 18% em investimento de tipo social (CAMÍN e MEYER, 2000, p. 179). Se antes predominava o investimento de curto prazo, com Cárdenas iniciou-se a edificação de uma rede bancária que

impulsionaria o investimento de longo prazo¹³, centrada na atuação da *Nacional Financiera* (NAFINSA), criada um ano antes do governo cardenista, em 1933. Se, originalmente, a NAFINSA foi criada com o objetivo de administrar as propriedades que foram à falência com a crise econômica mundial, com Cárdenas ela adquire uma nova função: ser o principal banco de desenvolvimento do país. Ao final da década de 1930, havia sete instituições financeiras públicas (todas criadas entre 1925 e 1937) e 114 bancos privados. Dentre as públicas, destacam-se o *Banco Nacional de Crédito Ejidal* (1935) e o *Banco Nacional de Comercio Exterior* (1937). O governo partiu para uma política econômica claramente heterodoxa, sustentando déficits fiscais em função da socialização de investimento de caráter anticíclico (MORENO-BRID e ROS, 2009).

Além do claro apoio dos camponeses (na figura da Confederação Nacional Camponesa) à Cárdenas, por conta da realização da reforma agrária, o presidente também conquistou o apoio dos trabalhadores urbanos, organizados em torno da Confederação de Trabalhadores do México (CTM). Para tornar sólido este apoio, Cárdenas deixou claro que, em todo conflito operário-patronal em que a razão não estivesse claramente a favor do patrão, o governo se inclinaria para o lado do operariado. Deste modo, quando ocorreu uma grande greve na indústria petrolífera, em 1937, a Suprema Corte decidiu sobre a procedência do aumento salarial, decisão da qual as empresas se recusaram a obedecer. Assim sendo, em 1938, o governo mexicano decreta a nacionalização da indústria petrolífera, criando a Petróleos Mexicanos (PEMEX), uma ação decisiva no futuro do país¹⁴. Naquele mesmo ano, o México

¹³ Alexander Gerschenkron enfatiza o papel preponderante dos bancos de investimento de longo prazo no desenvolvimento de nações atrasadas. Segundo ele: “A industrialização da Inglaterra tinha avançado sem o apoio substancial dos bancos a investimentos de longo prazo. O caráter mais gradativo do processo de industrialização e a acumulação mais considerável de capital — a partir, primeiro, dos ganhos do comércio e da agricultura modernizada e, depois, da própria indústria — eliminaram a pressão para que se desenvolvesse qualquer dispositivo institucional especial voltado a fornecer capital de longo prazo à indústria. Em contraste, num país relativamente atrasado, o capital é escasso e disperso, a desconfiança em relação às atividades industriais é considerável e, por último, há maior pressão pela grandeza, por causa do alcance do movimento de industrialização, do maior tamanho médio das fábricas e da concentração dos processos de industrialização em ramos em que a relação capital/produto é relativamente alta” (GERSCHENKRON, 2015, p. 77).

¹⁴ O México aceitou pagar o que havia tomado, mas dentro de um prazo de dez anos estabelecido pelas leis nacionais, o que desagradou o governo estadunidense. No entanto, a conjuntura internacional não era propícia para grandes intervenções estrangeiras por parte dos EUA, tendo em vista a fragilidade econômica pós-crise e o risco cada vez maior do desencadeamento de uma guerra mundial, que se concretizaria um ano depois, exigindo fortes alianças políticas. Com isso, a conjuntura mundial e a política de boa vizinhança de Roosevelt jogaram a favor do México (CAMÍN e MEYER, 2000).

viveu uma crise no setor de petróleo, o que fez o setor se voltar para o mercado interno. A demanda externa, sendo menor, tornou também menor o poder dos países estrangeiros de exercerem alguma persuasão via retaliação econômica de compressão da demanda no setor (CAMÍN e MEYER, 2000).

Durante o governo Cárdenas, de modo geral, existiam diferentes estruturas econômico-sociais coexistindo em unidade de contrários na formação socioespacial mexicana, sendo elas:

Economia natural: Na figura da produção para subsistência, centrada agora no interior dos *ejidos* (quando antes era nas *haciendas*, na produção para o autoconsumo) e nas pequenas propriedades desligadas da economia de mercado. Esta estrutura predominava, sobretudo, no sul do país e nos pontos mais remotos do norte, apresentando-se em claro processo de decomposição;

Pequena produção mercantil: Representada pela produção orientada ao mercado dos *ejidos*, bem como dos demais pequenos produtores existentes em número maior na região norte. Leva-se em conta também os pequenos artesãos e produtores manufatureiros das cidades, principalmente na região central, na Cidade do México e Puebla. Vivia um processo rápido de diferenciação social, dividindo-se cada vez mais entre empresários e trabalhadores assalariados;

Capitalismo privado: Referente às empresas privadas, nacionais e estrangeiras, que predominavam na região central e norte do país. De 1940 a 1970, essas empresas aumentaram em número e tamanho.

Capitalismo de Estado¹⁵: Referente às empresas estatais e à rede capilarizada de bancos estatais que coordenam o processo de desenvolvimento econômico do país.

Como os governos posteriores à Cárdenas, via de regra, seguiram um viés desenvolvimentista de intervenção estatal, nos trinta anos que se seguiram o México viveu um

¹⁵ Ressaltamos que a diferenciação aqui feita entre capitalismo privado e de Estado é uma mera distinção metodológica entre as empresas privadas e estatais que compõem a economia mexicana. Estado e mercado, a rigor, não são dissociáveis em uma análise de conjunto da economia capitalista. O Estado é condição *sine qua non* para o funcionamento econômico e jurídico do capitalismo, conforme Gramsci: “Na realidade factual sociedade civil e Estado se identificam, deve-se considerar que também o liberalismo é uma ‘regulamentação’ de caráter estatal, introduzida e mantida por caminhos legislativos e coercitivos: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico. Portanto, o liberalismo é um programa político destinado a modificar, quando triunfa, os dirigentes de um Estado; isto é, modificar a distribuição de renda nacional” (GRAMSCI, 1989, p. 32). Para uma análise concreta da indissociabilidade entre Estado e mercado no desenvolvimento das nações, ver Chang (2004) e Mazzucato (2014).

intenso processo de industrialização. De 1940 a 1980, registrou um crescimento médio anual de 6,4% ao ano em termos reais e um aumento do produto interno *per capita* de 3,2% ao ano. A manufatura se tornou o motor do crescimento, com taxas de aumento da produção de 8,2% ao ano. A produção manufatureira subiu de 12,9% do PIB em 1930 para 22,5% em 1970, enquanto a agropecuária diminuiu de 18,8% para 11,5% (Tabela 4). O país saiu de uma condição agrária, quando somente 35% da população viviam nas cidades, para tornar-se majoritariamente urbano no final da década de 1960, quando 58% da população já se encontravam nas cidades. A taxa de investimento foi de 8,6% para 20% do PIB, em 1970, com o investimento privado representando 13,4% e o público os outros 6,6% (MORENO-BRID e ROS, 2009).

Tabela 4: Estrutura do PIB, 1930 - 1970 (porcentagem).

	1930	1940	1950	1960	1970
Agropecuária ^a	18,8	19,4	19,2	15,8	11,5
Mineração	6,0	3,7	2,1	1,5	1,0
Manufatura	12,9	15,4	17,1	19,0	22,5
Petróleo	3,2	2,7	3,0	3,4	4,2
Construção	2,6	2,5	3,6	4,0	4,5
Eletricidade	0,7	0,8	0,7	1,0	1,8
Serviços	21,6	22,1	19,4	21,2	19,9
Comércio	31,5	30,9	31,6	30,8	31,5

^a Inclui agricultura, pecuária, silvicultura e pesca.

Fonte: Garza, 1985.

A partir da década de 1950 generalizou-se a prática do protecionismo para estimular a substituição de importações. Através da imposição de licenças para importação, o governo frequentemente proibia a importação de produtos que já eram produzidos internamente, sendo permitido para os que ainda não eram. Proteção tarifária também foi um mecanismo utilizado para tornar proibitivas as importações. Além disso, o governo investiu em incentivos fiscais para novas indústrias em troca do comprometimento das empresas em relação aos preços, controle de qualidade e treinamento dos trabalhadores (MORENO-BRID e ROS, 2009).

O apaziguamento da revolução também possibilitou o aumento dos investimentos estrangeiros diretos (IEDs). Em 1940, estes representavam apenas 450 milhões de dólares, número que superou 1 bilhão em 1960 e chegando a 4,5 bilhões na segunda metade da década de 1960 e 10 bilhões nos anos oitenta. Grande parte destes investimentos tinha origem estadunidense (CAMÍN e MEYER, 2000).

De forma escalonada, a industrialização mexicana seguiu ciclos de acumulação internos. Por volta da década de 1960, a substituição de importações apresentava-se completa na maior parte das indústrias de bens de consumo não duráveis e bens intermediários leves. A partir daí, durante as décadas de 1960 e 1970, as políticas industriais e comerciais focaram na produção interna de bens de consumo duráveis, bens intermediários pesados e indústria de bens de capital.

Durante este processo, as disparidades regionais se exacerbaram. Somente a Cidade do México (região centro-sul), Monterrey (nordeste) e Guadalajara (centro-ocidente) contavam com 25% da população total e com mais de 60% da indústria de transformação, enquanto aproximadamente 40% da população moravam em cidades com menos de 2.500 habitantes, dependendo de uma baixa renda rural (MORENO-BRID e ROS, 2009). Nesta regionalização econômica (Mapa 3), merecem destaque três regiões, a começar pelo Golfo do México, pelo simples fato de que domina quase de forma absoluta a produção de petróleo e gás.

A região noroeste levou vantagem na produção agropecuária, transformando-se num importante polo agroindustrial no país. O começo da ascensão da região iniciou-se com a realização de grandes obras de irrigação pelos governos revolucionários e ganhou força com a criação, em 1955, do *Centro de Investigaciones Agrícolas del Noroeste* (CIANO), pioneiro em matéria de vinculação entre instituições governamentais, investigação científica e setor produtivo, contribuindo para a criação de novas tecnologias e o aumento de produtividade da agricultura. Nesta região, um conjunto de pequenos produtores mexicanos e imigrantes ascende economicamente puxado, em grande parte, pela atuação estatal, produzindo principalmente trigo e arroz. Ganha destaque nesta região a Cidade Obregón, uma verdadeira “agrocidade”, no sul do estado de Sonora (CERUTTI, 2006b).

Por fim, a região centro-sul estabeleceu-se como a mais importante do país, contando com maior densidade demográfica, maior PIB industrial e maior PIB de comércio e serviços. O crescimento pujante da região foi puxado, principalmente, pela Cidade do México, a qual se tornou o grande polo industrial do México. Segundo o valor agregado industrial, a cidade aumentou ininterruptamente sua participação no total nacional de 1930 a 1970: 27,2% em 1930; 32,8% em 1940; 40,4% em 1950; 47,1% em 1960; e 48,6% em 1970 (Tabela 5). Uma única cidade produzia quase a metade do valor industrial do país inteiro nos anos setenta. A cidade ainda fica acima dos 40% em relação ao pessoal ocupado, capital investido e produção bruta total. Desta forma, nota-se uma *super concentração territorial da indústria mexicana* durante o período (GARZA, 1985).

Tabela 5: Principais características da indústria de transformação no México, comparação Cidade do México/resto do país, 1930-1970 (porcentagem).

	Número de estabelecimentos	Pessoal ocupado	Capital investido	Produção bruta total	Valor agregado bruto
1930					
Cidade do México	6,8	19,0	22,6	28,5	27,2
Resto do país	93,2	81,0	77,4	71,5	72,8
1950					
Cidade do México	20,0	25,0	35,5	40,0	40,4
Resto do país	80,0	75,0	64,5	60,0	59,6
1970					
Cidade do México	27,9	41,9	42,5	46,8	48,6
Resto do país	72,1	58,1	57,5	53,2	51,4

Fonte: Garza, 1985.

Mapa 3: Regiões econômicas do México.



Fonte: Batalla, 1979.

Tabela 6: Importância econômica das grandes regiões em relação ao total nacional (porcentagem).

Grandes Regiões	Densidade demográfica hab/km ²	PIB Agropecuário	PIB Industrial	PIB Comércio e Serviços	Produção de Petróleo e gás	Extensão da via férrea
Noroeste	14,0	25,2	6,1	11,1	-	14,3
Norte	12,0	16,7	8,8	8,4	-	32,6
Nordeste	31,1	6,5	13,9	10,0	7,2	7,4
Centro-Occidente	64,0	15,7	9,0	8,6	-	13,2
Centro-Sul	230,6	9,6	49,4	53,0	-	15,6
Golfo do México	65,2	12,2	9,5	5,0	92,8	7,8
Pacífico Sul	29,1	10,3	2,1	2,6	-	5,2
Península de Yucatán	11,0	3,8	1,2	1,3	-	3,9
Total Nacional	34,2	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Batalla, 1979.

O México, portanto, a partir de 1910 rompe com a via prussiana clássica que era levada a cabo durante o *Porfiriato* e promove uma revolução social, que logrou destruir as grandes propriedades de terra, base econômica dos antigos senhores feudais ainda existentes. Essa via norte-americana (ou via revolucionária), no entanto, encara a realidade atrasada do país e a crise que atinge a economia mundial, o que obriga as forças revolucionárias a edificar um Estado desenvolvimentista para levar a cabo o desenvolvimento nacional. Através da rede bancária de longo prazo, das empresas estatais e das políticas industriais e macroeconômicas, o Estado possibilita e impulsiona o desenvolvimento dos pequenos produtores e empresários, centrados, sobretudo no centro e no norte do país. Conforme Gilly:

El resultado de la revolución se definió sobre todo al nivel del Estado. La revolución destruyó el viejo Estado de los terratenientes y la burguesía exportadora, el Estado sancionado en la Constitución liberal de 1857, y estableció un nuevo Estado burgués — la constitución de 1917 garantiza, ante todo, la propiedad privada —, pero amputado de la clase de los terratenientes, caso único en toda América Latina hasta la revolución boliviana de 1952. Se cortó la vía de transformación de los terratenientes en burguesía industrial (como en cambio ocurrió en Argentina, Uruguay, Chile y otros países de América Latina) y ésta tomó un nuevo origen, especialmente en la pequeñoburguesía capitalista que utilizó el aparato estatal como palanca de la acumulación de capital (combinándose, por supuesto, con los restos de la clase terrateniente)” (GILLY, 1979, p. 43).

Deste modo, a nova “transição pelo alto”, realizada pelo Estado desenvolvimentista, é produto da combinação original da via revolucionária, inaugurada com a Revolução Mexicana

de 1910, e da nova via prussiana, iniciada com Cárdenas — desta vez com um *novo conteúdo de classe*, pois rompe com a velha oligarquia semifeudal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do processo de industrialização do México, é possível notar um desenvolvimento regional marcado pela alternância de centros dinâmicos, ora na região central, ora na região norte do país. Durante o período que vigorou a via norte-americana de transição, a região central mostrou-se mais dinâmica, sobretudo nos estados de Puebla e México, com a indústria têxtil sendo privilegiada. Com o chamado *Porfiriato*, o México viu surgir um eixo industrial altamente dinâmico no norte do país, envolvendo principalmente Monterrey, La Laguna e Chihuahua, sendo influenciado pelo crescimento dos Estados Unidos que lideravam a Segunda Revolução Industrial. Posteriormente, a partir da chegada ao poder de Lázaro Cárdenas e a edificação de um poderoso Estado desenvolvimentista que logrou altas taxas de crescimento econômico durante boa parte do século XX, a região central voltou a ser palco do maior dinamismo do país, com a super concentração territorial da indústria na Cidade do México.

Cabe dizer que, se fossemos analisar a dinâmica do desenvolvimento econômico atual do país, calcada na industrialização orientada para a exportação na figura das *maquiladoras*, nota-se a volta da região norte tendo forte crescimento econômico, agora impulsionado pelos investimentos externos diretos, em sua maioria estadunidense, que aproveitam a mão de obra barata mexicana e os benefícios fiscais para a realização do processo de produção.

REFERÊNCIAS

BASTOS, José Messias; COELHO, João Vitor Sandri. Formação socioespacial: a antítese do circulacionismo e do pós-modernismo. **PerCursos**, Florianópolis, v. 23, n. 51, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/21072>>. Acesso em: 5 jul. 2022.

BATALLA, Angel Bassols. **Geografía, subdesarrollo y regionalización: México y el tercer mundo**. 5. ed. Editorial Nuestro Tiempo : México, 1979.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Finança global e ciclos de expansão. In: FIORI, José Luís (org). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. 3. ed. Vozes : Petrópolis, 1999.

BRUIT, Hector. **Acumulação Capitalista na América Latina**. São Paulo : Editora Brasiliense, 1982.

CAMÍN, Héctor Aguilar. MEYER, Lorenzo. **À Sombra da Revolução Mexicana: história mexicana contemporânea, 1910-1989.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

CERUTTI, Mario. Empresarios y sociedades empresariales en el norte de México (1870-1920). **Revista de Historia Industrial.** n° 6, 1994.

CERUTTI, Mario. **Burguesía y capitalismo en Monterrey (1850-1890).** Monterrey : Fondo Editorial de Nuevo León, 2006a.

CERUTTI, Mario. **La construcción de una agrociudad en el noroeste de México.** Ciudad Obregon (1925-1960). Secuencia. 64. enero-abril, 2006b.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

GARZA, Gustavo. **El proceso de industrialización en la Ciudad de México (1821-1970).** 1. ed. Ciudad de México: El Colegio de México, 1985.

GERSCHENKRON, Alexander. **O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios.** 1. ed. Rio de Janeiro : Editora Contraponto : Centro Internacional Celso Furtado, 2015.

GILLY, Adolfo. La guerra de clases en la revolución mexicana (Revolución permanente u auto-organización de las masas). In: GILLY, Adolfo *et. al.* **Interpretaciones de la revolución mexicana.** México : Editorial Nueva Imagen, 1979.

GRAMSCI, Antonio. **A Questão Meridional.** Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno.** Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1989.

KATZ, Friedrich. **La servidumbre agraria en México en la época porfiriana.** Edición digital. México D.F. : Ediciones Era, 2013.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Collected works: the development of capitalism in Russia.** 3 vol. 4 ed. Progress Publishers Moscow, 1977a. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/cw/pdf/lenin-cw-vol-03.pdf>>. Acesso em janeiro de 2021.

MAZZUCATO, Mariana. **O Estado Empreendedor: Desmascarando o mito do setor público vs. setor privado.** 1. ed. São Paulo : Portfolio-Penguin, 2014.

MONTEVERDE, Alonso Aguilar. **Dialéctica de la Economía Mexicana: del colonialismo al imperialismo.** 1. ed. Editorial Nuestro Tiempo : Cidade do México, 1968.

MORENO-BRID, Juan Carlos. ROS, Jaime. **Development and Growth in the Mexican Economy: a historical perspective.** New York : Oxford University Press, 2009.

CAPÍTULO 17

REINSERÇÃO TERRITORIAL DA PESSOA COM TRANSTORNO MENTAL EM CONFLITO COM A LEI NO PIAUÍ: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Francisca Maria Soares

RESUMO

Introdução: Com o objetivo de garantir o direito das pessoas privadas de liberdade ao acesso igualitário de saúde e de justiça, os Ministérios da Saúde e da Justiça instituíram a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional – PNAISP. O Ministério da Saúde, com o objetivo de estabelecer um novo paradigma para a atenção às pessoas com transtorno mental em conflito com a lei, instituiu os Serviços/Equipes de Avaliação e Acompanhamento de medidas terapêuticas aplicáveis a pessoa com transtorno mental em conflito com a lei (EAP). **Objetivo:** Descrever o processo de trabalho da EAP a partir dos resultados de atuação de uma equipe multiprofissional, tendo como integrante o assistente social. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa descritiva do tipo relato de experiência, desenvolvida a partir dos registros dos profissionais no período de 2015 a 2022. **Resultados:** A EAP destina-se a atender pessoa que, comprovada ou presumidamente, apresenta transtorno mental e esteja em conflito com a lei, atuando como dispositivo conector e articulador entre os órgãos do Sistema de Justiça Criminal, as Redes de Atenção à Saúde (RAS) e a rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O assistente social na EAP desenvolve ações de inclusão social, criando pontes dentro da rede dos mais diversos territórios no processo de desinternação progressiva.

PALAVRAS CHAVE: Serviço Social, Saúde Mental, Inclusão social.

INTRODUÇÃO

O presente relato resulta do cotidiano profissional em um hospital psiquiátrico no estado do Piauí. O objetivo de apresentar os diferentes espaços de atuação do profissional que foi se formatando e se consolidando ao longo dos anos dentro de um contexto institucional. Refletir sobre o Serviço Social enquanto profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho do contexto de um hospital psiquiátrico a partir da experiência do trabalho em rede, remete a uma reflexão sobre o processo da Reforma Psiquiátrica, a criação de serviços substitutivos, como também, o lugar que o trabalho articulado tem ocupado na efetivação desse processo, a partir da prática dos assistentes sociais. Destaca a importância da sistematização da trajetória profissional, bem como seus efeitos tanto para a instituição como para os sujeitos sociais beneficiados. Conclui-se que, apesar das dificuldades e desafios encontrados, principalmente, com o processo de inclusão social da pessoa com transtorno mental em conflito com a lei, é indispensável se apropriar das discussões, compreender o âmbito da totalidade das políticas

públicas, pois sem as quais inviabiliza o assistente social dirigir sua ação profissional às múltiplas expressões da questão social.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência vivenciada no período de 2006 a 2022, modalidade de pesquisa consistente em analisar e compreender variáveis importantes no desenvolvimento do cuidado dispensado ao indivíduo ou aos seus problemas.

Esse tipo de pesquisa descreve uma experiência, uma situação, um fenômeno ou até mesmo um processo nos mínimos detalhes e possui como objetivo a descrição das características de uma população, fenômeno ou de uma experiência (GIL,2008).

Para a fundamentação teórica nos apropriamos da Lei 8.080/90, legislação de Saúde Mental, Lei 10216/2001, dentre outras citadas nas referências e uma sistematização das atividades do cotidiano do Serviço Social em um hospital psiquiátrico.

Segundo Dyniewicz (2009), os relatos de experiência permitem observar os efeitos de ações e decisões, repetidas ou alternativas da rotina de trabalho.

ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL EM UM HOSPITAL PSIQUIÁTRICO NO CONTEXTO DA REFORMA PSIQUIÁTRICA

A atuação em um hospital psiquiátrico se dá em diversos setores como: ambulatório, unidades de internação, urgência e emergência, plantões diurnos e noturnos, em comissões necessárias a presença da assistente social e em equipes que objetivam a desinternação progressiva da pessoa com transtorno mental em conflito com a lei.

Observa-se que a diversidade de espaços para atuação do profissional de Serviço Social mencionadas aqui no relato apresenta um campo muito vasto de possibilidades que guardam especificidades que aprimoram o fazer profissional.

Com o advento da Lei 8.080 e da Lei 10.216/2001, e com as mudanças orientações pelo Ministério da Saúde, principalmente em relação às políticas de humanização no SUS e de Educação Permanente, aqui no hospital psiquiátrico não foi diferente, algumas comissões tipo “ Comissão da Política Nacional de Humanização”, “Comissão da Política Nacional de Educação Permanente”, dentre outras, além do que ainda naquele contexto, foi aberto a Ouvidoria deste hospital, onde para atuarmos tivemos capacitação no 3º Curso de Aperfeiçoamento em Ouvidorias Públicas promovido pela Ouvidoria-Geral da União, em 2008 e do Curso de Capacitação para Ouvidores do SUS/PI, promovido pela Secretária Estadual de

Saúde com o apoio da Secretária de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde, e que como resultado desta atuação tivemos a oportunidade de apresentar um pôster oral no Seminário Nacional de Humanização em 2009, mostrando como é possível dar voz aos usuários e familiares no ambiente hospitalocêntrico. Consideramos aquela fase como o primeiro passo para o entendimento de que é possível reinventar e intensificar práticas humanizadoras em hospital psiquiátrico

Ainda em relação a atuação na Ouvidoria do HAA, em 2010, participamos como autores do pôster: Serviço de Ouvidoria em um hospital psiquiátrico de Teresina-PI: Estimulando o exercício da cidadania, na XIV Jornada Nordestina de Psiquiatria VIII Jornada de Psiquiatria do Piauí.

Atualmente as assistentes sociais participam da Comissão de Óbito, Comissão de Residência Multidisciplinar em Saúde Mental do Hospital Areolino de Abreu (COREMU-HAA), e do Núcleo de Educação Permanente do Hospital Areolino de Abreu – NEPs-HAA.

O NEPS/HAA, desde a sua criação em 2021 tem promovido atividades e ciclos de atualização em saúde mental com diversas temáticas, resgatando assim as discussões e com boa participação dos servidores da instituição, dentre outros eventos.

Em relação à Comissão de Óbito, e de acordo com a orientação normativa n.03/2020, de 31 de março de 2020, que dispõe sobre ações de comunicação de boletins de saúde e óbitos por assistentes sociais (CFESS), orienta que a comunicação de óbito deve ser realizada por profissionais qualificados que tenham conhecimentos específicos da causa mortis dos/as usuários/as dos serviços de saúde, cabendo um trabalho em equipe(médico, enfermeiro/ a, psicólogo/a e/ou outros profissionais), atendendo à família e/ou responsáveis, sendo o/a assistente social responsável por informar a respeito dos benefícios referentes à situação, previstos no aparato normativo e legal vigente, tais como, os relacionados à previdência social, aos seguros sociais e outros que a situação requeira, bem como informações e encaminhamentos necessários, em articulação com a rede de serviços sobre sepultamento, traslado e demais providências concernentes.

Prosseguindo nossa trajetória no Serviço Social, no ano de 2008 surgiu a oportunidade de participarmos do Curso de Atualização para Assistentes Sociais supervisores de estágio pela Universidade Federal do Piauí - UFPI, sendo que três das quatorze plantonistas participaram.

A supervisão de campo foi e continua sendo quem contribui muito para o fazer profissional, ampliando o leque de possibilidades de atuação na instituição desde plantonistas, diaristas, na ouvidoria, nas comissões e na supervisão de estágio.

Em relação ao estágio supervisionado em Serviço Social, os primeiros certificados na função de supervisora de campo de estágio obrigatório vieram por voltas de 2011 e desde então não mais paramos.

Em relação ao estágio supervisionado em Serviço Social, este é entendido como:

uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir de inserção do aluno no espaço sócio-institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita, conjuntamente, por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio.(CNE/CSE, Nº M15 DE 13/3/2002).

A inserção e o interesse de nos envolvermos cada vez mais com os fazeres mencionados acima são fascinantes, uma vez que o desvendamento da realidade é uma dinâmica necessária no fazer profissional que abre um leque de possibilidades de intervenção. Conhecer para intervir.

E assim, fomos prosseguindo no cotidiano desafiador com o processo de reforma psiquiátrica avançando, era preciso se antenar com a abertura dos serviços abertos, extra hospitalares/comunitários, as residências terapêuticas e outros serviços. Era preciso ampliar o debate, participar das discussões e isso foi possível pelos conhecimentos adquiridos ao longo da jornada.

Em relação aos serviços extra hospitalares, é lançada a Portaria de nº 3.088 do Ministério da Saúde em 2011, que regulamenta a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e compreende a necessidade de pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental, conformando uma rede de serviços no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) para além do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, é foco dessa discussão em que se evidencia dentro dos eixos componentes da RAPS, o de Estratégias de desinstitucionalização, com os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT) e o Programa de Volta para Casa(PVC).

Lembro que no contexto dos anos 2010-2015 participamos de muitos debates na Universidade Federal do Piauí - UFPI e outras IES tematizando sobre reforma psiquiátrica e o fazer do assistente social em uma equipe multidisciplinar, onde citamos aqui o Simpósio de Serviço Social (2011), promovido pelo Centro Acadêmico de Serviço Social CASS/UFPI e sobre o “Projeto Ético Político Profissional e os Espaços Sócio-Ocupacionais do Assistente

Social”, durante a II Semana do Serviço Social(2011), evento organizado pela Coordenação de Serviço Social da Faculdade Santo Agostinho.

Não podemos deixar de registrar aqui a nossa participação como palestrantes na II Jornada de Psicologia da UFPI –Campus Parnaíba, compondo a mesa redonda sobre o tema Saúde mental: prática psicossocial e manicomial e seus efeitos na sociedade, em 2014. Momento ímpar, que suscitou muitos debates e discussões sobre o processo da reforma psiquiátrica e a urgência dos trabalhadores de saúde em se apropriar cada vez mais da temática para o desenvolvimento da Política de Saúde Mental.

Para além dos espaços citados acima onde o assistente social se fez necessário no HAA, a direção decidiu implantar mais um serviço denominado ”pacientes da justiça”, com o objetivo de acompanhar a parte processual e também articular o processo de desinstitucionalização/desospitalização dos pacientes da justiça, ou seja, pacientes que são encaminhados para tratamento através de determinação judicial, que conhecemos como internação compulsória

Sobre o conceito de desinstitucionalização, Amarante (1997, p.184) destaca:

Esta não é um método ou dogma, mas uma estratégia. Não se alcança a completa e perfeita desinstitucionalização pois trata-se de um processo permanente que diz respeito aos entendimentos culturais, sociais e técnicos no lidar com o sofrimento, com as situações de diferenças e diversidades. Adotar a desinstitucionalização significa superar a burocratização ou banalização nos novos projetos, das relações estabelecidas entre as pessoas envolvidas numa instituição. A desinstitucionalização não é sinônimo de desativação de leitos ou hospitais psiquiátricos [...] É um processo contínuo de invenção de novas formas sociais no lidar com a loucura, a diferença e o sofrimento humano. (AMARANTE, 1997, p.184)

Prosseguindo com o relato e retomando a discussão precisamos entender sobre internação compulsória? Mas o que é uma internação determinada pela Justiça? É o que conhecemos como internação compulsória, que independe da vontade do paciente, onde é retirado do seu meio e inserido em hospitais e por vezes submetidos a medida de segurança. A medida de segurança, que deveria ser cumprida em local especializado, que seriam uma terceira via frente ao hospital psiquiátrico e a prisão. A medida de segurança dá ao Juiz o direito de decidir se a pessoa que cometeu um delito e que sofre de transtorno mental, é capaz de reincidir e seu grau de periculosidade, determinando seu tempo de tratamento e conseqüentemente de reclusão. Mas, para isso necessita se respaldar de um laudo psiquiátrico, onde apresenta alguns quesitos a serem respondidos pelos peritos forenses.

E em relação a perícia médica, O Hospital Areolino de Abreu é o único estabelecimento do estado que possui peritos forenses que atendem toda a demanda do estado. Assim, toda

solicitação de exame de insanidade mental é encaminhado para aquele estabelecimento. O resultado do exame de insanidade mental de acordo com os quesitos solicitados subsidia o Juiz acerca do destino da pessoa com transtorno mental.

Em relação a pacientes admitidos para internação compulsória, estes são provenientes dos mais diversos municípios do estado e também das unidades prisionais.

Outrora, existia uma instituição para onde eram encaminhados pacientes com transtorno mental em conflito com a lei, conhecido como Hospital Penitenciário Walter Alencar, situado na BR 343 – estrada de Altos-PI, mas, em 2015, após visitas e relatórios realizados por uma equipe técnica, foi constatado que não tinha condições de funcionar diante de tantas vulnerabilidades encontradas, e assim, foi extinto.

Assim, gradativamente, os pacientes que lá se encontravam foram transferidos para o HAA. Mas logo depois naquele local passou a funcionar a UAP- Unidade de Apoio Prisional, para onde são encaminhados os internos de todas as Unidades prisionais do estado que necessitam de cuidados mais específicos, seja clínicos ou psiquiátricos.

Em relação a instituição fechada, também mencionamos aqui o Sanatório Meduna, que funcionava em Teresina desde os anos 40, e que foi fechado em 2010.

Nos anos 2010 a 2014 passamos pelo processo de acreditação (o que não conseguimos) hospitalar onde algumas exigências ditadas pelo Ministério da Saúde tiveram que ser atendidas e como foi importante fazer parte daquele momento, o hospital teve que se reinventar em questão estrutural com a criação de geriatria com acessibilidade, enfermaria de crise com permanência de até 48 horas com direto a acompanhante, unidade clínica para atender as necessidades clínicas, sala de estabilização, dentre outras exigências. Ressalta-se que já estávamos trabalhando com o total de 202 leitos e também com a chegada de profissionais concursados em diversas áreas, o que veio contribuir para qualidade do atendimento e tratamento das pessoas-internadas. A partir do ano de 2015 passamos a contar com 160 (cento e sessenta) leitos, destes, 30 (trinta) foram destinados a pacientes com internação compulsória em uma unidade específica.

Por que se fez necessária a implantação de tal unidade? Por que com o fechamento do antigo Hospital Penitenciário Walter Alencar e do Sanatório Meduna, intensificaram-se as internações compulsórias, até mesmo, em decorrência da criação da Política Nacional das pessoas Privadas de Liberdade – PNAISP (2014), que veio ampliar o leque de direitos das pessoas privadas de liberdade e concomitante a essa política, no mesmo ano, também foi criada

a Equipe de Avaliação e monitoramento das medidas terapêuticas aplicáveis à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei através da portaria GM/MS nº 94/2014 do Ministério da Saúde. O que veio ampliar os espaços de atuação do assistente social na saúde mental, e em especial no Serviço Social do Hospital Areolino de Abreu.

A EQUIPE DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DAS MEDIDAS TERAPÊUTICAS APLICÁVEIS A PESSOA COM TRANSTORNO MENTAL E O SERVIÇO SOCIAL

Entende-se que a EAP é um dispositivo da PNAISP, sendo responsável pelo redirecionamento do modelo de atenção da pessoa com transtorno mental em conflito com a lei ao território de cobertura.

O processo de trabalho da EAP é fundamentado nos pilares da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009), da Lei 10.216/2001, da Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão, da Lei nº 8.080/1990, do Decreto nº 7.508/2011, da Portaria nº 3.088/2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial, assim, portanto, na legislação do SUS vigente, bem como na Resolução nº 113/2010 do Conselho Nacional de Justiça, Portaria de Consolidação nº 02, de 28 de setembro de 2017 e Portaria 1.754/2020, ambas do Ministério da Saúde. (EAPS,2022).

Assim, em um momento único da história da saúde mental foi possível uma intervenção voltada especialmente para a pessoa com transtorno mental em conflito com a Lei.

Pois bem, com a criação das equipes, no caso, duas, a nível de estado do Piauí, foi possível as primeiras intervenções de acordo com os objetivos da EAP.

Ressalta-se que a EAP destina-se a atender pessoa que, comprovada ou presumidamente, apresenta transtorno mental e esteja em conflito com a lei, nas seguintes condições:

I – Esteja em qualquer fase do inquérito policial ou processo criminal, inclusive antes da instauração do incidente ou insanidade mental, estando sob custódia ou em liberdade;

II – Esteja cumprindo qualquer medida terapêutica em meio comunitário, aplicada em processo criminal ou em execução ou sob liberação condicional de medida de segurança.

III – Em quaisquer unidades prisionais, incluindo Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico e similares, mesmo que o transtorno mental sobrevenha ao cometimento do crime.

Para além do atendimento a um público alvo seletivo, a EAP ainda apresenta os seguintes objetivos:

I. Apoiar ações e serviços para atenção à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei considerando as Redes de Atenção à Saúde (RAS), no âmbito do SUS e os serviços SUAS.

II. Auxiliar na aplicação da Lei nº 10.216/2001 a todas as pessoas que sofrem devido aos transtornos mentais, independente de sua situação judicial ou estabelecimento prisional.

III. Realizar articulação intersetorial para subsidiar o estabelecimento e cumprimento de medidas terapêuticas definidas juridicamente, conforme a Portaria nº 96/2014. (EAP, 2014)

Interessante também mencionar aqui as principais atribuições da EAP que são:

a) Realização das avaliações biopsicossociais do sujeito, identificando a existência de transtorno mental ou dependência química e orientando quais serviços de saúde e assistência social deverão acompanhar a pessoa, de modo a subsidiar a tomada de decisão do Sistema de Justiça Criminal quanto a tomada de decisão a respeito da instauração de incidente de insanidade e mental em qualquer momento do processo criminal;

b) Identificação dos programas e serviços do SUS e SUAS para elaborar Plano de Acompanhamento Territorial (PAT) visando a garantia de sua efetividade.

c) Acompanhamento de execução da Medida Terapêutica cautelarou do cumprimento de Medida de Segurança até sua extinção.

d) Auxiliar os serviços de saúde mental na construção do Projeto Terapêutico Singular (PTS) das pessoas com transtorno mental em conflito com a lei, com vistas a acompanhamento integral, resolutivo e contínuo com respeito aos direitos humanos;

e) Contribuir para ampliação do acesso aos serviços e ações de saúde por esta população, em especial;

f) Favorecer a qualificação de profissionais de saúde, assistência social, sistema de justiça e sistema prisional de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Saúde Mental, Política Nacional de Saúde Prisional, direitos humanos e medidas terapêuticas aplicáveis à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei;

g) Atuação de forma articulada com o Poder Judiciário por meio do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário, (GMF), Defensoria Pública, Ministério Público, RAS e demais dispositivos do sistema de saúde, de justiça e direitos humanos.

h) Articular as instituições governamentais e não governamentais favorecendo a garantia de atenção integral em saúde à essa população. (EAP, 2014)

Dessa forma, uniu-se o útil ao agradável, ou seja, as primeiras intervenções favoreceram os internos que vieram do antigo HPWA. Aquele contexto com a metodologia de trabalho da EAP, onde cito aqui: atendimento individual com escuta, leitura do processo judicial, contato com a família, apreensão da história de vida, elaboração de PTS, articulação com a rede, visita domiciliar e institucional, contato telefônico com as instituições envolvidas, estudo de caso e acompanhamento no processo de desinternação progressiva.

O processo de intervenção da EAP ocorre através do seguinte fluxo: em parceira Saúde e Justiça e através do setor de humanização da Secretaria de Justiça –SEJUS, recebemos informações de pessoas com transtorno mental em conflito com a Lei em Unidades Prisionais, nos territórios de origem através dos CAPS , e até mesmo do próprio Hospital Areolino de Abreu. A equipe se desloca até aquela unidade solicitante e após avaliação multiprofissional sugere a transferência daquele interno do Sistema Prisional, ou de outro espaço, para a instituição de saúde competente – quando há indicação psiquiátrica- onde além de atendimento psiquiátrico específico, passa por avaliação multiprofissional.

Ressalta-se aqui a Lei nº 10.216/2001 – Lei da Reforma Psiquiátrica e o Provimento nº 09 de 28 de abril de 2016, da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí, que disciplina o procedimento para a execução, a avaliação e o acompanhamento das medidas terapêuticas cautelares, provisórias ou definitivas, aplicáveis judicialmente à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei no âmbito da rede de atenção psicossocial, vinculado ao Sistema Único de Saúde, alterando o Código de Normas da Corregedoria de Justiça.

O Provimento veio orientar no controle das internações compulsórias, que passaram a ser com recomendação médica dos territórios de origem e com orientação de chegar ao hospital especializado em horário comercial munido da documentação oficial, cartão do SUS, RG e contato dos familiares.

Outro aspecto importante diz respeito a qualificação da rede sobre o que a EAP faz, seus objetivos e atribuições. Foi necessário socializar com a rede e com isso fortalecer as parcerias. Algumas capacitações foram realizadas nos territórios piauienses de forma presencial, onde destacamos a da Planície Litorânea, e a Entre Rios, sendo as demais de forma online. Ressalto aqui o Seminário Estadual Integrado de Saúde Mental e Justiça Criminal (TJ-PI-2017) e no contexto da Pandemia da Covid-19 foram realizados Webinários com trabalhadores de saúde mental e do sistema de justiça, e recentemente, em março de 2022, participamos do I Fórum Nacional das EAPs em São Luis-MA, e também da I Semana de Enfermagem e Serviço Social no Hospital Areolino de Abreu (16 a 20 de maio/2022) com apresentação das experiências exitosas.

As primeiras intervenções(2015-2019) foram muito desafiadoras para o Serviço Social, pois naquele contexto os internos que chegaram ao HAA não possuíam documentação civil, laços familiares fragilizados ou rompidos totalmente e o mais agravante de todos era o fato de estarem há mais de vinte anos no sistema prisional em um processo denominado medida de segurança e outros desinternados judicialmente mas em situação de abandono.

O processo de desinternação progressiva se deu a partir de uma internação psiquiátrica, que defendemos, nesse relato como a porta de saída para a liberdade, baseado nos resultados exitosos ao longo dos sete anos de existência das equipes da EAP no estado do Piauí.

Entende-se por internação psiquiátrica a condição de prender para tratar, isso é fato, porém, ao desenvolvermos esse trabalho tentamos lançar um novo olhar, pois foi através da internação psiquiátrica no HAA e da vinda dos sujeitos aqui mencionados do antigo HPVA, e

de outros espaços como unidades prisionais, e dos mais diversos municípios do estado, que vimos que é possível a inclusão social e um novo lugar ao sol.

E assim seguimos adiante, trabalhando incansavelmente até colhermos os primeiros frutos, as primeiras desinternações, os primeiros retornos aos territórios de origem, as primeiras inserções da pessoa com transtorno mental em conflito com a lei em serviço residencial terapêutico.

Para o sujeito duplamente estigmatizado, loucura x delito, nunca na história da saúde mental piauiense se obteve tanto sucesso, ressaltando o ser invisível para a visibilidade, pois segundo Costa (2004), a invisibilidade é tão automatizada na sociedade que frequentemente nem mesmo o próprio ser invisível percebe sua situação. É justamente essa identidade, ocultada na percepção do outro, que se remete a invisibilidade social.

Mas todo um caminho teve que ser percorrido, começamos falando das primeiras avaliações, com a construção dos primeiros PTS, o receio de errar, de apostar todas as fichas naquele sujeito tão complexo, que trazia consigo toda uma história de violação de direitos, desde a privação de liberdade, a desassistência do estado, a ausência da família, o comprometimento da sua saúde clínica e mental, a privação do que é normal do além muros, a perda da juventude, perda do direito de conviver em família, de constituir família, de ter um trabalho digno, de usufruir de um benefício, dentre outros.

De acordo com o processo de trabalho da EAP, a elaboração do PTS é um momento único onde os técnicos: assistente social, profissional de educação física, psicólogo, enfermeiro e psiquiatra, se reúnem, com o paciente, e em momentos de escuta para conhecer a história de vida, levando em consideração a subjetividade e os desejos do internado, apropriação do processo judicial para entendimento dos fatos e das orientações da justiça.

Em relação ao Projeto Terapêutico Singular (PTS), pode ser definido como:

uma estratégia de cuidado que articula um conjunto de ações resultantes da discussão e da construção coletiva de uma equipe multidisciplinar e leva em conta as necessidades, as expectativas, as crenças e o contexto social da pessoa ou do coletivo para o qual está dirigido. A utilização do PTS como dispositivo de intervenção desafia a organização tradicional do processo de trabalho em saúde, pois pressupõe a necessidade de maior articulação interprofissional e a utilização das reuniões de equipe como um espaço coletivo sistemático de encontro, reflexão, discussão, compartilhamento e corresponsabilização das ações com a horizontalização dos poderes e conhecimentos.(BRASIL,2013)

A partir do elaborado partimos para a intervenção que logo de início seria a busca da cidadania desse interno, através da recuperação dos documentos civis, busca pela família, ou

de alguma referência indicada pelo próprio, articulação com o território e viabilização de benefícios, seja BPC LOAS, ou Programa de Volta para Casa.

BPC LOAS -Benefício da Prestação Continuada da Lei orgânica da Assistência Social(LOAS). É a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção, nem tê-la provida por sua família. (PNAS,2004)

O Programa de Volta para Casa, criado pelo Ministério da Saúde, é um programa de reintegração social de pessoas acometidas de transtornos mentais, egressos de longas internações, segundo critérios definidos pela lei nº 10.708, sancionada pelo presidente Lula em 31 de julho de 2003. Esta estratégia vem ao encontro de recomendações da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e da Organização Mundial da Saúde (OMS) para a área de saúde mental. O programa objetiva reverter gradativamente um modelo de atenção centrado na internação em hospitais psiquiátricos especializados por um modelo de atenção de base comunitária, consolidado em serviços territoriais e de atenção diária. (BRASIL.2003).

Interessante acrescentar que o Programa de Volta para Casa, o Programa de Redução de leitos hospitalares de Longa permanência e com os Serviços Residenciais Terapêuticos, constitui-se em um dos tripés do processo de desinstitucionalização e da Política Nacional de Saúde Mental. No Piauí, segundo Gerência de Saúde Mental(2022), temos 30(trinta) beneficiários do Programa de Volta para Casa, destes, 15(quinze) são desinternados em conflito com a lei e encontram-se inseridos em Serviço Residencial Terapêutico, acolhidos nas RTs Pirajá (03), Monte Castelo(02), São João (08) e Por enquanto (02).

Ressaltamos a importância de tecermos a rede com a pessoa ainda internada, pois não se faz rede para dentro. Assim, os encaminhamentos se dão de acordo com as particularidades do PTS. A lógica é defender o PTS, provar que é possível.

A construção de parcerias é essencial, cito aqui, a parceria com o Projeto Mente Cidadã, da Defensoria Pública do Piauí, que teve sua edição piloto no Hospital Areolino de Abreu em setembro de 2019, com atendimentos a usuários e familiares onde destacamos aqui os serviços ofertados da área da Assistência Social (CRAS), da Previdência Social (INSS), Defensoria Pública da União (DPU), SASC, INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO, dentre outros. Oportunidade para rever segunda via de documentos civis, inscrição no Cadastro Único - CADÚNICO.

Em relação ao CADÚNICO, ressalta-se que o formulário de impossibilidade se destina a pessoas com deficiência e que se encontram institucionalizadas há mais de dois anos. Expedido pelo Centro de Referência de Assistência Social- CRAS, é um importante documento solicitado pelo INSS para comprovação de composição familiar e renda per capita na solicitação do BPC LOAS.

A segunda edição foi realizada em janeiro de 2022. Dos resultados das duas edições afirmamos aqui que atualmente apenas dois internados no Areolino de Abreu aguardam a certidão de nascimento(processo em andamento), pois chegaram ao hospital sem referencias e foram admitidos como ignorados. Que em relação ao doente mental em conflito com a lei internados atualmente, todos possuem documentação civil.

A próxima etapa da desinternação progressiva se dá através de visitas domiciliares, nas mais longínquas localidades dos diversos municípios do estado, em busca de familiares. Conhecer a realidade da família in loco é essencial pois alguns detalhes não expressos no processo judicial auxiliam no processo tipo relação familiar, conhecimento a cerca do transtorno mental bem como as vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias em suas localidades.

Ressaltamos aqui a surpresa expressa por tantos familiares quando da realização de visita familiar, ao saber que o interno ainda estaria vivo e que atualmente encontrava-se em um hospital psiquiátrico, e não mais na cadeia.

Surpresa que logo se desfazia ao lembrar do ocorrido e do sofrimento que causou aos demais familiares. E ai, nesse momento começa o nosso desafio de tentar explicara importância da desinstitucionalização. De que a pessoa que sofre de transtorno mental precisa sim ser tratada em serviço especializado, mas teve a cessação de periculosidade confirmada e, agora estaria bem e em condições de conviver com os familiares, tendo retaguarda/suporte dos profissionais e serviços do território.

Em algumas situações não foi possível diálogo, pois no primeiro momento o posicionamento dos familiares não era nada flexível e o descrédito na possibilidade de convívio e retorno para o meio familiar ficava bem evidente. Observa-se que temos muito que avançar ainda em relação ao olhar que a sociedade possui em relação ao louco dito infrator. Mostrar que é possível o cuidado em liberdade garantindo o acesso aos direitos humanos expressos na Constituição Federal/1998.

Prosseguindo com o processo de desinternação progressiva e de acordo com o PTS, ressalta-se aqui o instrumental mais utilizado pelas equipes, que são as planilhas, onde são registradas todas as admissões bem como as desinternações, os registros de toda intervenção realizada, o que nos permite a qualquer momento obtermos dados do trabalho e das metas alcançadas.

Após as desinternações geralmente vem o monitoramento, que é o acompanhamento. Este se dá através de contatos com a família, com os CAPS de referência e de forma presencial através de visitas institucionais/ ou familiares.

O fluxo de desinternação/desinstitucionalização nos primeiros anos de atuação da EAP se dava através de audiências previamente agendadas na Segunda Vara de Execuções Penais de Teresina –sob comando/coordenação do Dr. Vidal de Freitas. Lá a intenção era entregar para o familiar o desinternado e repassar orientações de continuidade do tratamento no território de origem e cabe a EAP o acompanhamento das medidas. Assim, os desinternados recebiam o alvará de soltura.

Interessante acrescentar que antes da Audiência a EAP já havia informado ao Juiz, através do envio do PTS e laudo simplificado, sobre a evolução do tratamento do paciente e sua possibilidade de retornar para o território, bem como da possibilidade de retornar a conviver com a família. Já havia também realizado visita domiciliar e institucional para a rede do território de origem do desinternado. A ideia é dar segurança na continuidade do tratamento e na reinserção territorial.

Assim foram os primeiros anos de atuação da EAP. Porém, nem sempre a Audiência apresentava resultado positivo. Houve situações que apesar de todo o processo mencionado acima, a família recusava receber o paciente, pois mesmo observando o aspecto melhorado, a entrega se dava no Fórum, e o fato do paciente ser levado, escoltado e algemado, era um agravante aos olhos da família, que ficava receosa em acolher. O modus operandi foi um agravante nessa etapa.

Dentre as situações em que a família recusava receber o paciente, citamos aqui que por duas vezes, o mesmo paciente, foi recusado pela família pelo fato de ir para o Fórum algemado com escolta de policiais penais. Essa imagem impactava negativamente, fazendo a familiar negar o recebimento, no suposto de que ainda era um risco.

Um fato importante em relação a desinternação se deu no contexto da Covid-19(2020/2021), onde, as desinternações aconteceram de maneira remota e isso contribuiu muito para a aceitação da família e o interessante é que foi o período em que mais tivemos desinternações. Acrescenta-se que com a chegada da Pandemia em março de 2020, com a emissão de decretos estaduais e municipais em relação ao distanciamento, iniciaram-se as novas orientações, com mudanças na modalidade de atendimento considerando toda situação contextual.

Baseado na experiência de que sem a audiência presencial, onde o paciente mesmo desinternado era levado escoltado e algemado ao Fórum, se tinha mais sucesso, foi pensado em um termo de recebimento para ser utilizado aqui mesmo no HAA. Isso veio melhorar bastante no momento da família receber o internado de alta.

Assim, diante das situações mencionadas acima, se pensou em a família vir ao hospital de posse do alvará de soltura e em um ambiente mais acolhedor, receber as orientações devidas, e mais uma vez o Serviço Social inovou elaborando um instrumental denominado termo de recebimento.

Mas nem tudo são flores, pois das dezenas de pacientes avaliados e acompanhados pela EAP, em média 300(trezentos), no período de 2015 a 2022,há ainda os que não conseguiram retornar ao convívio familiar, sendo no momento total de 12(doze), que se encontram na condição de moradores(mais de dois anos institucionalizados), e para estes foi pensado também a inclusão em serviço residencial terapêutico. Porém, aguardando vagas.

Os Serviços Residenciais Terapêuticos, também conhecidos como Residências Terapêuticas, são casas, locais de moradia, destinadas a pessoas com transtornos mentais que permaneceram em longas internações psiquiátricas e impossibilitadas de retornar às suas famílias de origem. Foram instituídas pela Portaria/GM nº 106 de fevereiro de 2000 e são parte integrante da Política de Saúde Mental do Ministério da Saúde. Esses dispositivos, inseridos no âmbito do Sistema Único de Saúde/SUS, são centrais no processo de desinstitucionalização e reinserção social dos egressos dos hospitais psiquiátricos. Tais casas são mantidas com recursos financeiros anteriormente destinados aos leitos psiquiátricos. Assim, para cada morador de hospital psiquiátrico transferido para a residência terapêutica, um igual número de leitos psiquiátricos deve ser descredenciado do SUS e os recursos financeiros que os mantinham devem ser realocados para os fundos financeiros do estado ou do município para fins de manutenção dos Serviços Residenciais Terapêuticos.(BRASIL, 2000)

Acrescenta-se que em média 15 (quinze) dos desinternados em conflito com a lei estão em SRT.

Ainda em relação a inserção em SRT, apenas uma RT acolhe somente desinternados (08) do antigo HPWA, nas demais conseguimos mesclar com antigos moradores (07), o que podemos considerar como avanços.

Importante também ressaltar que dos que vieram do antigo HPWA, apenas 01 se encontra ainda no Areolino de Abreu, aguardando inserção em SRT.

Dos internados que foram inseridos em serviço residencial terapêutico alguns tinham como delito o matricídio ou parricídio o que se tornou um dos maiores desafios no processo de intervenção. Quando a vítima é do núcleo familiar a quebra de vínculos é total.É preciso

reconstruir os vínculos, mas no geral aparece algum familiar que compreende o processo, e se mostra cooperativo na intervenção, favorecendo assim, a reconstrução dos vínculos.

Foi observado durante o processo de desinternação progressiva a ligação muito forte de algumas pessoas em litígio com a lei, com a espiritualidade. Com as visitas de alguns grupos antes da pandemia favoreceu de certa forma a calma nos pacientes.

Outro aspecto importante foi a transição para a RT, em que os internados passavam a irem diariamente no horário de 8 às 17 horas, até que finalmente foram acolhidos. Essa é uma fase de readaptação, com o retorno da normalidade do que é possuir um lar e rodeado de cuidados e entes queridos, e com acompanhamento no CAPS mais próximo da residência.

Para pensar no fazer do Assistente Social na EAP é relevante considerar o objeto de intervenção do profissional, para Yamamoto (2004) compreendida questão social ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, estando materializada aqui, na pessoa com transtorno mental em conflito com a Lei. Dar conta das particularidades das múltiplas expressões da questão social na história da sociedade brasileira é explicar os processos sociais que as produzem e reproduzem e como são experimentadas pelos sujeitos sociais que as vivenciam em suas relações sociais cotidianas.

Para tanto, a profissional no enfrentamento a essa expressão necessita compreender as relações de desigualdade baseadas no aprisionamento e as situações em que elas ocorrem. Trata-se, portanto, de um momento pleno de desafios, com efeitos enormes em toda sociedade.

Ainda sob o olhar de Yamamoto (1988), o Serviço Social é uma profissão determinada na história brasileira e na divisão sociotécnica do trabalho. Assim, “pensar a profissão é também pensá-la como fruto dos sujeitos que a constroem e a vivenciam. Sujeitos que acumulam saberes, efetuam sistematizações de sua “prática” e contribuem na criação de uma cultura profissional, historicamente circunscrita” (p.58).

Concordando com Karam (2009) a subsistência da prisão, seja como pena, seja como medida de natureza processual, demonstra o quanto ainda é preciso avançar na construção de um mundo em que a liberdade e os demais direitos humanos fundamentais de todos os indivíduos sejam efetivamente concretizados e usufruídos, um mundo que, rompendo as grades das prisões e libertando-se do sistema penal, possa ser um lugar onde a dignidade de cada um dos indivíduos seja reconhecida sem diferenciações nem preconceitos de qualquer espécie.

Na busca do entendimento das relações de desigualdade baseadas no aprisionamento buscamos incessantemente respostas através da literatura existente e das histórias de vidas dos

assistidos pela EAPe sempre as encontro através das reflexões e de eventos que participo, onde os debates provocam a necessidade de aprender cada vez mais. Foi com toda essa necessidade que participei recentemente do curso de extensão “Práticas Psicossociais no Sistema “Prisional”, promovido pela UFRJ, no período de agosto de 2021 a janeiro de 2022, e também do Seminário “A loucura do direito: os encontros e desencontros entre os saberes da mente e da lei”, promovido pelo Tribunal de Justiça do Ceará, em agosto de 2021.

Por que citamos tudo isso? Porque apesar de todas as orientações, pratica profissional, fica sempre algo que não conseguimos fazer e essa busca por melhores resultados deve permanecer sempre.

Conforme Tedesco (2018),

é preciso avançar nas ações para reduzir o número de instituições asilares, pois a Reforma Psiquiátrica ainda não chegou em todos os HCTPs, e uma parcela considerável ainda não foi incluída, que vale observar que no caso específico do doente mental em conflito com a lei, a presença do delito faz a questão do tratamento da esfera da saúde mental para instalar-se na interface entre saúde e justiça. É nessa interface que precisa receber atenção especial de qualquer iniciativa que pretenda levar ações antimanicomiais aos pacientes judiciários. (TEDESCO, 2018)

Concordando com Tedesco (2018), de que realmente precisamos avançar, vejo com muito alegria e entusiasmo as discussões em torno dos direitos do doente mental em conflito com a Lei, não só nas instituições de saúde, mas também no judiciário.

CONCLUSÃO

A partir desse relato foi possível destacar demandas específicas ao Serviço Social na intervenção a pessoa com transtorno mental em conflito com a lei, no sentido de potencialização econômica, encaminhamentos, acolhimento em SRT, fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, este último se torna o maior desafio, bem como trabalho articulado em rede. Foi possível também identificar, que o assistente social, como membro da equipe, ocupa espaço importante dentro do processo de trabalho da EAP, pois o mesmo desenvolve ações extremamente importantes no processo de inclusão social.

No entanto, o que consideramos como maior desafio é desenvolver um trabalho com um público extremamente estigmatizado e que diante de cada ação com o objetivo de inclusão social, ainda é visto como algo pontual no processo de desinstitucionalização.

Pois, o trabalho com a pessoa com transtorno mental em conflito com a lei exige redirecionamento das leituras e perspectivas no contato diário com os diferentes atores e serviços da rede.

É preciso lançar um novo olhar e observar o muito que já foi realizado. Que o fechamento da porta de entrada seja sempre lembrado e que a internação em hospital psiquiátrico seja uma transição para a liberdade para a pessoa com transtorno mental em conflito com a lei.

Conclui-se portanto, que muitos avanços foram conseguidos a partir da implantação da Política Nacional das Pessoas Privadas de Liberdade e da criação das Equipes de Avaliação e Acompanhamento das Medidas Terapêutica Aplicáveis à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei, no entanto existem diversos desafios a ser enfrentados e superados para que a porta de entrada seja o caminho para várias saídas.

REFERENCIAS

AMARANTE, P. **Loucura, Cultura e Subjetividade; Conceitos e Estratégias, Percursos e Atores da Reforma Psiquiátrica Brasileira.** In; FLEURY, S. (Org.) Saúde e Democracia: a luta do CEBES. São Paulo; Lemos Editorial, 1997. P'63 – 186.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília-, DF: Senado Federal,1988.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social.** N.8.742, de 7 de setembro de 1993.

BRASIL. Lei nº20.216/2001. **Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.** Planalto. Brasília, 6 de abril de 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 10.708, de 31 de julho de 2003.**Programa de Volta para Casa.**

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social:** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,2004.

BRASIL. Portaria/GM nº 106 de fevereiro de 2000. Cria os serviços residenciais terapêuticos sendo revogada pela nº 3090/2011

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Residências Terapêuticas: o que são, para que servem.** Brasília: Ministério da Saúde,2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde,2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde Mental/Ministério da Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – Brasília; Ministério da Saúde, 2013. 176 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 34).

BRASIL. Portaria Interministerial nº1/2014. **Institui a Política Nacional de Atenção Integral a Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde(SUS)**. Ministério da Saúde. Brasília, 02 de janeiro de 2014.

BRASIL. Portaria GM/MS nº 94/2014. **Institui o Serviço de Avaliação e Acompanhamento de medidas terapêuticas aplicáveis à pessoas com transtorno mental em conflito com a Lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde(SUS)**. Ministério da Saúde. Brasília, 14 de janeiro de 2014.

BRASIL. Portaria nº 02/2017. **Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde**. Brasília, Ministério da Saúde, 2017.

CÉSAR B.ET AL. **A loucura do direito: encontros e desencontros entre os saberes da mente e da lei/organização**. Fortaleza; Tribunal de Justiça do Estado do Ceará,2021. 65p.;23 cm.

COSTA,F.B. **Homens Invisíveis. Relatos de uma Humilhação Social**. São Paulo: Editora Globo,2004.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Inspeções aos manicômios**. Relatório Brasil 2015/Brasília. 184p. Hospital Penitenciário Walter Alencar(HPWA), na cidade de Altos-PI. Hospital Areolino de Abreu.Os relatos por regionais.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Inspeções aos manicômios**. Relatório Brasil 2015/Conselho Federal de Psicologia – Brasília: CFP.2015. 184p. ISBN: 978-85-89208-72-7

DYNIEWICZ,A.M. **Metodologia da pesquisa em saúde para iniciantes**. 2. Ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2009.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: Atlas,2008.

IAMAMOTO,V.M. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez,1998.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. São Paulo, Cortez,2004.

KARAM,M.L. **Abolir as prisões: Por um mundo sem grades**. In: PIRES, G.M(org). Abolicionismos: vozes antipunitivas no Brasil e contribuições libertárias. Florianópolis: Habitus,2020.

MEC/CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social**. Resolução nº 15, de 13 de março de 2002. Disponível em: http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/legislação_diretrizes_cursos.pdf. Acessado em 12.06.2022.

QUINTILA.G.SANTOS.;SEGUNDO.M.S. **Medida de Segurança: (In)compatibilidade no contexto da Reforma Psiquiátrica**. Ver. SJRJ, Rio de Janeiro, v.21,n.40,p.245-267,ago.2014.

REISHOFFER, J.C.; BICALHO, P.P.G. **A circunscrição histórica das prisões e a crítica criminológica** In: Punição e Prisão: ensaios Críticos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, -. 13-26. Impresso, ISBN: 9788584402311

TEDESCO, S. **Repensando As Políticas Públicas na Interface entre Saúde, Justiça e Direitos. Questões sobre direitos humanos**. Vitória, ES, 2018. 1ª edição. Volume 3.

CAPÍTULO 18

DESAFIOS DA PANDEMIA NA VIDA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

Alessandra Gomes Conessa da Silva
Gisele Aparecida Bovolenta

RESUMO

Frutos de pesquisas e trabalhos vivenciados ao longo da graduação em Serviço Social, as reflexões apresentadas neste texto buscam dar visibilidade e fomentar o debate acerca de uma temática tão complexa, quanto desafiadora: a população em situação de rua, de modo específico, tecendo um olhar acerca da mulher, considerando o contexto pandêmico, que ainda atravessamos. Trata-se de uma revisão bibliográfica, legal e documental, cujo caminho percorrido permitiu a construção de análises e reflexões que merecem ser publicizadas, fortalecendo o campo do debate, da formação, do papel público-estatal, por meio do reconhecimento e implementação de políticas públicas, e do nosso compromisso na defesa dos direitos humanos e sociais.

PALAVRAS-CHAVES: população em situação de rua; mulheres em situação de rua; pandemia; gênero; machismo.

INTRODUÇÃO

As reflexões aqui apresentadas referem-se ao acúmulo construído durante a graduação em Serviço Social na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), campus Baixada Santista. Trata-se de uma revisão bibliográfica, legal e documental fruto de dois trabalhos realizados nos anos de 2019 e 2020: Iniciação Científica, abordando o tema mulheres em situação de rua e o acesso à política de saúde no município de Santos/SP e o Trabalho de Conclusão de Curso enfatizando a gestante em condição de rua. O caminho percorrido permitiu a construção de análises e reflexões que merecem ser publicizadas, dando visibilidade a uma temática tão complexa e desafiadora para as políticas públicas, sobretudo perante a pandemia que ainda atravessamos.

Desse modo, esse artigo se propõe a dar visibilidade ao cenário da população em situação, em particular a realidade enfrentada por mulheres em situação de rua no Brasil, sobretudo frente a realidade pandêmica vivenciada, o que levou a morte de mais de 600 mil pessoas no país até o momento. A propensão para não realizar um recorte territorial foi meticulosamente intencional, visto a necessidade de destacar a escolha dos órgãos governamentais em não considerar o público aqui referenciado nas pesquisas populacionais realizadas pelo IBGE, tornando custosa a existência de dados concretos que dariam embasamento para a ação/reordenação das políticas públicas a partir da realidade enfrentada

cotidianamente por essas pessoas. Por vezes, tais ações se dão de forma fragmentadas junto aos municípios sem considerar as pessoas em situação de rua em sua totalidade, enquanto uma questão que envolve a integralidade das políticas e das esferas municipais, estaduais e governamentais.

O último e único Censo sobre a população em situação de rua realizado a nível federal no Brasil, foi desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)¹ e publicado no ano de 2009, a partir da pesquisa realizada em 71 cidades, exceto São Paulo, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre². De acordo com os dados obtidos, foram identificadas 31.922 pessoas em condição de rua nas mais diversas condições. Desse número, 82% eram homens, o que contribui para justificar o recorte de gênero proposto nesse artigo, visto que o menor número de mulheres pressupõe um olhar especial frente às questões enfrentadas em decorrência da sociedade machista e patriarcal, na qual estamos inseridos.

Devido à falta de dados atualizados sobre a estimativa de pessoas em situação de rua, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) na autoria de Natalino, publicou em 2016 os resultados de uma pesquisa com 1.921 municípios que realizaram o Censo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Assim, estimou que existem 122.890 pessoas não domiciliadas vivendo de forma excludente e precária no Brasil. Considera-se que esse número tenha aumentado, especialmente em decorrência da pandemia de Covid-19, que extrapolou os índices de desemprego, baixa renda e violência doméstica³ levando à um número grandioso de pessoas para condição de rua.

Destaca-se o desejo em dar visibilidade aos desafios e as consequências do Coronavírus na vida de mulheres em situação de rua, visto que “[...] a pandemia atinge as famílias de

¹ Desde 2019, na gestão de Jair Bolsonaro, a pasta foi incorporada ao Ministério da Cidadania, juntamente com o Ministério do Esporte e da Cultura.

² As cidades citadas não foram consideradas para a realização do Censo, devido a pesquisas recentes concretizadas que apontaram o número de pessoas em situação de rua dos municípios.

³ A Fiocruz Brasília publicou no ano de 2020 o livro “Recomendações e orientações em saúde mental e atenção psicossocial na COVID-19” enquanto uma iniciativa para enfrentar a pandemia. Entre os aspectos abordados, aponta-se o aumento do número de violência doméstica, feminicídio e homicídio feminino durante o período de isolamento social vivenciado.

forma desigual, dependendo de marcadores sociais como gênero, cor da pele, etnia, faixa etária, renda e estrato social.” (MELO, LIMA, MORAES et. al, 2020, p. 125), prejudicando ainda mais uma população que vive na “invisibilidade”, marginalização e com acesso aos direitos sociais restritos, limitados ou inexistentes, especialmente se tratando de mulheres, já que estão mais expostas a crimes de violência física e sexual, feminicídio, lesbofobia e outros.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CONTEXTO SOCIAL E DADOS

Contextualizar esse grupo populacional é compreender que se trata de uma questão atemporal permeada na história, que perpassou por diferentes situações políticas até alcançar certo reconhecimento, por meio da garantia de direitos. Entretanto, o preconceito e a estigmatização permaneceram vinculados a imagem de homens e mulheres que utilizam a rua como espaço de moradia e trabalho, sendo popularmente denominados pelo senso comum de: vagabundos; mendigos; marginais; drogados; catadores de lixo entre outros, o que contribui para reforçar a “invisibilidade” e a criminalização da pobreza. Desse modo, como uma tentativa de desmistificar e romper com esses preceitos, a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (BRASIL, 2008) reconheceu que:

A população em situação de rua pode ser definida como um grupo populacional heterogêneo que tem em comum a pobreza, vínculos familiares quebrados ou interrompidos, vivência de um processo de desfiliação social pela ausência de trabalho assalariado e das proteções derivadas ou dependentes dessa forma de trabalho, sem moradia convencional regular e tendo a rua como o espaço de moradia e sustento. (BRASIL, 2008, p. 9).

Dentre os fatores que os influenciaram a encontrar nos logradouros públicos acalento e casa, pode-se destacar: pobreza extrema, perda de moradia, uso abusivo de álcool e outras drogas, diferentes tipos de violência, saúde mental fragilizada, rompimento de vínculos familiares, ausência e/ou perda de trabalho entre outros. É de suma importância destacar que o sistema capitalista é um dos principais responsáveis pela existência e manutenção dessa condição de vida, visto que é excludente e aprofunda as diversas expressões da questão social⁴.

⁴ De acordo com Netto (2001), é possível compreender a questão social enquanto uma condição paupérrima inerente ao sistema capitalista. Ela surge em um momento de crise da burguesia em que a classe trabalhadora inicia o processo de conscientização, reivindicando por melhores condições de trabalho e direitos. O autor define que essa expressão faz parte da relação entre capital x trabalho enquanto um mecanismo de exploração de uma classe sobre a outra. Desse modo se apresenta a partir de manifestações induzidas pelo desenvolvimento do capital: fome, desemprego, falta de moradia, desamparo, doenças ocasionadas por fatores sociais, desigualdade social e outras de caráter econômico, político e social. essa expressão faz parte da relação entre capital x trabalho enquanto um mecanismo de exploração de uma classe sobre a outra. Desse modo se apresenta a partir de manifestações induzidas pelo desenvolvimento do capital: fome, desemprego, falta de moradia, desamparo, doenças ocasionadas por fatores sociais, desigualdade social e outras de caráter econômico, político e social.

De acordo com a cartilha “Conhecer para lutar” (2010) do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR)⁵:

As pessoas vão para a rua porque a estrutura da nossa sociedade é desigual. E por vivermos em uma sociedade capitalista, a desigualdade é condição para que o capital possa se reproduzir e aumentar sempre o seu lucro. Como a riqueza da sociedade se acumula cada vez mais nas mãos de poucos e os recursos não são destinados para atender aos direitos básicos, como saúde e moradia, acaba se reforçando a divisão entre pobres e ricos. (MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA, 2010, p. 9).

A cronologia⁶ da população em situação de rua antes dos anos 2000 é difícil de ser pontuada, visto que esse grupo só passou a ter mais visibilidade na academia, na gestão pública e na sociedade posterior a esse período. Entretanto, dados coletados por ROSA (2005) apresentam a realidade vivenciada por esse grupo na cidade de São Paulo nos anos de 1972 a 2003. Os periódicos encontrados por ele identificaram 100 pessoas vivendo nos logradouros públicos no ano de 1970, dois anos depois esse número cresceu para 558, de 1989 até 1992 a prefeitura de São Paulo realizou uma pesquisa quantitativa com essa população e verificou a existência de 3.352 pessoas nessa condição, já nos anos 2000 foram encontradas 8.706 e por fim, 2003 contava com 10.399 pessoas vivendo nos logradouros públicos da cidade.

Compreendendo que o viver nas ruas é uma das expressões da pobreza e da miséria e que não havia dados oficiais sobre a população não domiciliada, o que prejudicava diretamente na efetivação de direitos sociais para esses sujeitos, foi a partir de 2005 que pesquisas com esse público foram ampliadas em outros municípios com o objetivo de elaborar e implementar políticas sociais de âmbito nacional. Esse resgate histórico permite um embasamento teórico para afirmar a necessidade de pesquisas atualizadas que contemplem a realidade desse público

⁵ O Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) foi criado em 2005 por iniciativa de grupos de São Paulo e de Belo Horizonte após a chacina que ocorreu na Praça da Sé na cidade de São Paulo em 2004, onde sete pessoas em situação de rua foram assassinadas e também motivados por outras violências que aconteceram em outras partes do país. Desde então o movimento se organizou para atuar em outros Estados Brasileiros reivindicando por direitos, efetivação de políticas públicas e condições dignas de vida para esse fenômeno.

⁶ Uma pesquisa realizada por FRAGA (2014) apresenta a construção da pobreza ao longo dos séculos, pontuando também a existência de pessoas em situação de rua e o controle exercido sobre suas vidas a partir da noção de mendicância e esmola. Apesar dos poucos dados, quantifica que em 1841 o Estado da Bahia continha 800 pessoas perambulando pelas ruas em condição de extrema vulnerabilidade social. Um período fortemente marcado pela criminalização da pobreza, e limpeza social em que as pessoas mais paupérrimas foram enviadas para lutar nas guerras como forma de eliminá-los.

populacional, visto o crescente número de pessoas nessa condição devido, entre outras coisas, a globalização e ao desenvolvimento capitalista, que cada vez mais as excluem da sociedade já que não são mais consideradas fonte de lucro, ou seja, “úteis” aos olhos de um sistema que as oprime e não garante o mínimo para sua sobrevivência.

O primeiro Censo da população em situação de rua realizado nacionalmente através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS) foi publicado em 2009 visando gerar dados que possibilitassem a implementação de políticas públicas. Obteve como resultado 31.922 pessoas não domiciliadas nas 71 cidades pesquisadas, sendo 48 municípios e 23 capitais. Demonstrou que 70% do grupo são pardos, pretos e amarelos em um cenário majoritariamente masculino. O total pesquisado apontou que 4.964 eram mulheres, equivalente a 18%, em um conjunto de 22.669 homens que representavam 82% daquele grupo populacional. A categoria trabalho é um importante dado que desmistifica o senso comum que generaliza as pessoas em situação de rua como vagabundas, pedintes e mendigas, pois caracteriza que 70,9% realizava alguma atividade remunerada, ainda que informal como recolhedores de material reciclável e que apenas 15,7% pediam dinheiro como forma de sobrevivência.

Um documento inovador que foi essencial para a luta do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR), em se tratando de garantia de direitos, foi o Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, que reconheceu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.

A Pesquisa Nacional não foi suficiente para compreender a demanda desse público e por ter sido realizada há anos atrás, o MDS contabilizou em um novo estudo levantamentos de dados em 2015 por município do Censo SUAS por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centros POP). Como resultado obteve 122.890 pessoas em condição de extrema vulnerabilidade social.

De acordo com a cartilha do MNPR (2010) esse público sempre teve seus direitos violados mesmo após a Constituição Federal de 1988, pois os mesmos não conseguem acessar com efetividade as políticas sociais. Além do mais sofrem outros tipos de violência vivendo nas ruas: preconceito, chacina, assassinato, tortura, espancamento, envenenamento, impedimento de acessar os serviços públicos como o de saúde, expulsão do local onde dormem e transitam, seus documentos são apreendidos e a criminalização da pobreza.

Essa população sofre de uma grande “invisibilidade” social e descaso público-estatal, isso fica evidente na falta de pesquisas e dados específicos e não contabilizados, além da implementação de políticas públicas, que atendam de fato essa demanda e suas necessidades. Soma-se a isso os indicadores sociais gênero e raça e obtém como resultado um aumento da dor e sofrimento manipulados por uma sociedade machista, patriarcal e racista, que normaliza a estigmatização e violência do corpo da mulher, principalmente se for preta. Desse modo, o próximo tópico se propõe a problematizar o que é ser mulher vivendo nas ruas, buscando elementos que auxiliem na análise do objeto proposto.

O COTIDIANO MACHISTA E PATRIARCAL NA VIDA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA: UM DEBATE DE GÊNERO

Estudos apontam que historicamente a mulher sempre foi tratada de forma desigual, sendo considerada inferior aos homens nos aspectos físicos, psicológicos e políticos. As crenças europeias prevaleceram forçadamente na cultura brasileira, visto a imposição colocada no período colonial de que a elas caberia o papel de dona do lar e submissa aos desejos do marido. Essa realidade não se aplicava a mulheres negras, já que as mesmas foram submetidas a longos anos de escravidão e por consequência tiveram seus corpos violados, sendo tratadas como uma posse dos senhores. As lutas do movimento feminista ao longo dos séculos foram primordiais para a garantia de direitos fundamentais, ainda que de forma tardia e com inúmeras ressalvas, já que os homens ainda não reconhecem as mulheres enquanto sujeitos de direitos semelhantes à eles, reproduzindo ações de cunho machista e excludente próprias da desigualdade de gênero⁷.

⁷ Alguns estudos auxiliam a definir e compreender o que é a desigualdade de gênero e suas expressões na sociedade. Ferreira (2014) o conceitua como: “[...] falar em gênero implica a priori discorrer sobre uma identidade de gênero, a qual diz respeito à percepção subjetiva de ser masculino ou feminino, conforme os atributos, comportamentos e papéis convencionalmente estabelecidos para homens e mulheres no contexto social.” (p. 67). Assim como Saffioti “[...] o gênero, a raça/etnicidade e as classes sociais constituem eixos estruturantes da sociedade.” (2011, p. 78), portanto compreende-se que, historicamente, dentro da sociedade machista e patriarcal que vivemos, homens e mulheres ocupam diferentes espaços sociais sendo que a elas está imposto, muitas vezes, papéis inferiores caracterizando assim a desigualdade de gênero.

A análise sobre a mulher em situação de rua requer um olhar cuidadoso e crítico capaz de auxiliar na produção de políticas públicas, visto que além de sofrerem com as violações que o estar na rua proporciona, também sentem em maior escala a opressão e características específicas da desigualdade de gênero, como estupro e coerção sexual.

Por se tratar de um grupo heterogêneo, considera-se que existam diferentes fatores que as levem a utilizar os logradouros públicos como local de moradia. Uma pesquisa realizada por Rosa e Brêtas (2015) definiu a violência doméstica⁸ como um importante fator para essa ida:

A partir do recorte gênero, depreendemos que homens e mulheres apresentaram diferenças substanciais nas formas que vivem e internalizam a situação de rua. [...] Já para algumas mulheres, representou uma solução inicial para situações de violências e insatisfações com o espaço doméstico. Não nutriam o desejo de voltar para o lar perdido ou abandonado, mas de construir outro. Enfim, a experiência de terem sido vitimizadas permitiu a elas conferir significados a sua experiência e constituir a si mesmas. (ROSA E BRÊTAS, 2015, p. 281)

Ainda sobre essa cartografia, os autores identificaram em São Paulo que mulheres em situação de rua sofreram com diversos tipos de violência durante a vida: física, sexual, psicológica, verbal e negligência, praticada, em sua grande maioria, pelo próprio parceiro. Apontaram ainda que não conseguiam independência financeira, não recebiam apoio familiar e institucional e sofriam ameaças de morte, prejudicando a saída dessa relação abusiva. Dessa forma utilizaram a rua como fuga, entretanto emergiram em um novo contexto de retirada de direitos sociais.

Outro importante fator encontrado foi o uso de substâncias psicoativas para algumas das entrevistadas irem morar nas ruas, pois o mesmo degradava suas vidas gerando o rompimento com os vínculos familiares, perda de responsabilidade (família, estudo, trabalho e filhos), tornando-as mais vulneráveis a serem vítimas da violência e de contraírem infecções sexualmente transmissíveis, além de uma gestação indesejada, se prostituírem e adentrarem a criminalidade. O uso abusivo de drogas fez com que muitas mães perdessem a guarda dos filhos, aumentando seu sofrimento e piorando a condição do vício.

⁸ Saffioti (2011) apresenta um importante dado que relaciona a violência doméstica com o desemprego, pois têm-se e um aumento do primeiro em decorrência do segundo. Isso pode ser explicado devido a cultura machista que hostiliza o homem que não consegue ser provedor do lar, fazendo-o se sentir impotente e como consequência, abusa física e psicologicamente da mulher.

Além disso, vivenciaram inúmeras situações de violência, tendo como fator comum o estupro cometido por homens, que também estavam em situação de rua, mas não só. O uso abusivo do crack se tornou um potencializador na perpetuação da violência por traficantes, usuários e policiais.

A realidade social vivenciada em outros países se assemelha com a brasileira na medida que aponta números expressivos de mulheres em situação de rua abusadas sexualmente acarretando sérios danos à sua saúde física e mental. O estudo de Rosa e Brêtas (2015) identificou que:

Os dados revelaram que essas mulheres, entre 18 e 44 anos de idade, têm entre oito e trinta vezes mais chances de morrer do que as mulheres da mesma faixa etária da população em geral. Para as mulheres com mais de 44 anos, este índice cai para, em média, 1,5 vezes mais chances de morrer. Essas mortes estão relacionadas a: doenças mentais, vício em drogas e overdose, infecção por HIV, tuberculose e traumas; e a uma maior dificuldade de acesso a atendimento e tratamento para a saúde de qualidade. [...] Relataram preocupações com doenças físicas, saúde mental, vícios e estresse. A vida nos albergues promoveu a propagação de doenças e falta de privacidade. A violência era premente em abrigos e nas ruas, levando ao medo constante. Houve sofrimento emocional sobre a exclusão social e despersonalização. Queriam trabalhar e serem alojadas em segurança. Sentiam-se presas em um sistema desumanizante. (ROSA E BRÊTAS, 2015, p. 276).

Os perigos proporcionados pela rua são devastadores e solicitam medidas cabíveis para defesa e proteção. Se a falta de feminilidade já é tida de forma preconceituosa na nossa sociedade, ela é ainda mais cruel e dramática para o público aqui tratado. São mulheres estigmatizadas e julgadas aos olhos da sociedade e de outros homens vivendo na mesma condição. Entretanto, as características “consideradas masculinas” são, por vezes, uma válvula de escape para enfrentar situações de violência, assim utilizam de comportamentos agressivos na tentativa de se igualarem as pessoas do sexo oposto para que não sofram os diversos tipos de violência. Lima (2019) narra o reflexo do cotidiano machista e os mecanismos utilizados para a sobrevivência:

Na rua, sendo mulher, tem muito estupro e agressão, porque não é todo mundo que bate assim igual eu, aí os caras se aproveitam. Na Cracolândia, por incrível que pareça, é onde eu me sinto mais refugiada. Essas coisas são, tanto de quem tá na rua, quanto dos policiais. Teve um dia que um policial falou ‘vamos lá pra minha casa’. Nessa hora, eu tava bêbada, aí eu corri atrás deles. Podia ter levado um tiro ou ter sido presa, mas fiquei muito brava. (LIMA, 2019, s/p.).

O Censo e Pesquisa Nacional de População em Situação de Rua de 2009 identificou 18% (4.964) do público pesquisado como mulheres, representando a supremacia masculina nas ruas. Apontou ainda, como reflexo da sociedade patriarcal, que coloca o peso da responsabilidade dos filhos em cima da mulher, que 20% delas eram as guardiãs de alguma criança ou adolescentes nos acolhimentos institucionais ou na rua. Como pontuamos no decorrer deste texto, é possível compreender que essa diferença exorbitante decorre da desigualdade gênero, que sempre oprimiu, responsabilizou, julgou e as pressionou para seguirem determinados padrões estéticos e maternais previamente definidos por homens brancos. Portanto, mantendo-as prisioneiras de uma relação extremamente tóxica e abusiva dentro e fora do espaço do núcleo familiar.

Tal pesquisa indicou que 35,94% se autodeclararam pardas, o que reafirma o sofrimento em cima de mulheres negras, naturalizado e minimizado como legado da situação vivida por seus antepassados. Preconceito racial materializado historicamente na sociedade, principalmente devido ao período escravocrata que ainda mantém suas raízes a partir da exploração de pessoas pertencentes à raça negra que, apesar da abolição, não criou condições dignas de trabalho e vida a elas refletindo, portanto, no número crescente da população em situação de rua.

Um dado de extrema relevância que impacta diretamente no teor desse artigo, é o fato de que o Censo analisou que 20,3% das mulheres pesquisadas apontaram que não conseguiam acessar algum tratamento de saúde, ou seja, mais um direito negado e violado. Tal apontamento reflete um Estado incapaz de cumprir com seus deveres, visto que não consegue garantir o básico para a sobrevivência desse grupo populacional marginalizado e que se torna “invisível”, já que tem seus corpos objetificados e expostos as mais cruéis violências.

A partir da trajetória de pesquisa exposta até aqui, o próximo tópico tem como objetivo identificar a dura realidade vivenciada por mulheres em situação de rua durante a pandemia da Covid-19 que afetou de forma mais intensa e violenta as pessoas em condição de extrema vulnerabilidade social.

SONHOS E VIDAS DESTRUÍDOS: A REALIDADE SOCIAL DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA NA PANDEMIA DA COVID-19

O vírus SARS-COV-2, popularmente conhecido como novo coronavírus, desde o seu aparecimento, no final de 2019, rapidamente se alastrou pelo mundo, tendo sido necessário realizar ações imediatas na tentativa de conter sua propagação. Pode-se considerar a contaminação em grande escala em decorrência da genética do vírus assim como de marcadores sociais da diferença, especialmente quando relacionado às questões de extrema vulnerabilidade social, vividas, não só, mas também, pela população em situação de rua. Dessa forma, a realidade pandêmica iniciada no ano de 2020 têm contribuído para o aumento progressivo e devastador da desigualdade social.

Os estudos apontam que a doença se iniciou na China, porém foi se alastrando a partir de viagens internacionais, atingindo o Brasil ainda no mês de fevereiro de 2020. De acordo com o Ministério da Saúde, um viajante vindo da Itália foi o primeiro caso confirmado no país. Notícias divulgadas em veículos da mídia, apontaram as empregadas domésticas como o grupo de maior risco de transmissão naquele momento, visto que se contaminavam após a chegada dos patrões vindos de outros países e se locomoviam em lugares públicos nas idas e vindas do trabalho. Esse é um importante dado que reflete as consequências do sistema capitalista na sociedade, pois mesmo em um período pandêmico com orientações mundiais para o isolamento social, trabalhadores que atuavam junto a classe média/alta, como empregadas domésticas e motoristas, não foram incluídos, o que pode ter contribuído para a propagação do vírus, contaminando muitas outras pessoas. Considerando ainda que majoritariamente essas pessoas são moradoras de regiões com maior índice de vulnerabilidade social, como comunidades periféricas, a doença cresceu de forma exponencial em um curto período de tempo.

O sistema capitalista sobrevive das expressões da questão social para manter a ordem e a acumulação do capital. O conservadorismo, o neoliberalismo e a necropolítica⁹ estão legitimados na sociedade brasileira com ações que visam o genocídio das classes subalternas, que é também composta majoritariamente pela população negra. As ações tomadas pelo governo de Jair Bolsonaro demonstram uma conduta negacionista quanto aos

⁹ De acordo com o ensaio proposto por Mbembe (2016), a necropolítica trata-se do poder soberano exercido para definir quem deve viver e morrer, podendo grupos inteiros serem dizimados pelo detentor máximo de poder, como por exemplo o Estado.

dados e estudos referentes ao vírus, propagando mentiras e desinformação para a população, portanto auxiliando na piora da disseminação e mortes. Os resultados contidos no relatório de investigação da CPI da Covid-19, imputou nove crimes ao presidente da República “prevaricação; charlatanismo; epidemia com resultado morte; infração a medidas sanitárias preventivas; emprego irregular de verba pública; incitação ao crime; falsificação de documentos particulares; crime de responsabilidade e crimes contra a humanidade.” (Agência Senado, 2021). Essa articulação genocida, destruiu sonhos e histórias de mais de 600 mil pessoas em menos de dois anos de pandemia no país:

Essa comissão colheu elementos de prova que demonstraram sobejamente que o governo federal foi omissivo e optou por agir de forma não técnica e desidiosa no enfrentamento da pandemia, expondo deliberadamente a população a risco concreto de infecção em massa. Comprovaram-se a existência de um gabinete paralelo, a intenção de imunizar a população por meio da contaminação natural, a priorização de um tratamento precoce sem amparo científico, o desestímulo ao uso de medidas não farmacológicas. Paralelamente, houve deliberado atraso na aquisição de imunizantes, em evidente descaso com a vida das pessoas — acusou Renan. (AGÊNCIA SENADO, 2021).

A pandemia afetou diversos setores entre eles a economia, o que aumentou o índice de desemprego no Brasil. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o 2º semestre de 2021 atingiu 14,4 milhões de desempregados. Esse índice propicia a análise da desigualdade social, pois entende-se que a Covid-19 afeta de forma especial pessoas em vulnerabilidade social que não conseguem cumprir com a quarentena quando moram dentro de um espaço dividido com mais de seis pessoas. Além do mais, muitos não contavam com a “opção” do *home office* e sua única forma de sobrevivência e sustento foi sair de casa para trabalhar, ainda que de maneira informal, colocando a si e toda sua família em risco.

Já a situação de quem utiliza as ruas como local de moradia é ainda mais dramática, pois além de não conseguirem realizar as medidas de proteção recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), não possuem condições financeiras de comprar álcool em gel, máscara e não ter onde lavar as mãos. Os resultados das pesquisas realizadas com mulheres em situação de rua na cidade de Santos (2020), apontaram a negação do acesso à saúde para com esse grupo populacional em decorrência do preconceito, estigma, criminalização da pobreza e por vezes do uso abusivo de álcool e outras drogas. Desse modo, a pandemia escandalizou ainda mais essa “invisibilidade” e violação de direitos sociais negligenciando esse atendimento quando a taxa de ocupação dos hospitais estava em exponencial crescimento.

O Censo 2020 realizado na cidade do Rio de Janeiro apresentou um aumento de 35% no número de mulheres em situação de rua. Foram encontradas 4.289 pessoas não domiciliadas,

dessas 20,4% afirmaram terem ficado nessa condição após o início da pandemia, sendo os motivos: 34% perda de trabalho; 19,3% perda de moradia; 11,4% perda de renda e 33,1% apontou outras razões. Um expressivo dado analisado é que 59,1% referiram não ter recebido nenhum apoio em decorrência da doença.

O relatório encomendado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Datafolha e com apoio da empresa Uber intitulado “Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil” (2021) apresenta importantes dados que apontam o crescimento da violência doméstica no país, sendo esse um dos fatores que levam as mulheres a utilizar os logradouros públicos como local de moradia. A quarentena forçou o convívio social em grande parte das famílias, sobrecarregando a pressão em cima das matriarcas socialmente consideradas responsáveis pela manutenção do lar e dos filhos, visto que com as crianças fora da escola, as mesmas requisitaram maior atenção e responsabilidade, muitas destas mulheres ainda ficaram trancafiadas 24h com os seus agressores. De acordo com a pesquisa:

[...] a literatura que foi se formando sobre o tema apresentava como principais causas para o aumento dos casos de violência doméstica as restrições às redes institucionais e familiares de apoio à mulher, a diminuição da renda familiar, a ampliação da manipulação do agressor sobre a vítima em razão do maior tempo de convivência, aumento dos níveis de estresse e aumento do consumo de álcool experimentados no período. (BUENO; MARTINS, PIMENTEL et. al, 2021, p. 7).

Foi identificado que 17 milhões de mulheres sofreram algum tipo de violência durante o período pandêmico vivenciado, sendo as principais de causa: física, sexual e psicológica. Ou seja, em uma amostra nacional 24,4% foram agredidas ou vítimas de alguma violência (1 a cada 4 mulheres). É de suma importância dar visibilidade a esses dados para que medidas efetivas sejam devidamente tratadas: a cada 1 minuto no Brasil, 8 mulheres estão apanhando durante a pandemia da Covid-19. A raça, enquanto marcador historicamente desigual, é também um dado relevante a se destacar, visto que 28,3% eram mulheres pretas, 24,6% pardas e 23,5% brancas denotando mais uma vez a forte presença do racismo estrutural na nossa sociedade. Foi constatado o local de residência como principal ponto da violência doméstica (48,8%) em contrapartida a 19,9% da violência ocorrida nas ruas.

De acordo com Gameiro (2021) estudiosos apontam que houve um aumento no número de população em situação de rua desde o início da pandemia, sendo que a estimativa nacional anterior era de 221 mil pessoas como apresentado pelo IPEA (2020). Além do fator violência, esse crescimento aconteceu devido ao grandioso número de perda de trabalho e renda deixando seis milhões de brasileiros desalentados (IBGE, 2021). Apesar de cartilhas e orientações divulgadas sobre o cuidado e recomendações para os profissionais voltados para o público aqui

proposto, o resultado na prática continua sendo de “invisibilização” e marginalização, já que muitas dificuldades e barreiras foram encontradas para o cuidado em saúde durante a pandemia. A falta de dados prejudica na atenção, prevenção e recuperação no nível do Sistema Único de Saúde (SUS), assim como no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): “[...] as maiores dificuldades encontradas foram na realização de testes de Covid-19 para identificar os infectados, falta de transparência e de acesso a dados.” (GAMEIRO, 2021, s/p.).

Por se tratar de um grupo em constante movimento, alguns municípios priorizaram a vacinação rápida dessa população como forma de conter a disseminação do vírus entre eles. Entretanto, considera-se que ainda há muitas falhas nesse atendimento devido, entre outras coisas, a falta de formação específica para o cuidado com pessoas em situação de rua, que leva ao preconceito por parte dos profissionais, os quais não desejam atendê-los em decorrência também da falta de banho, que leva ao mau odor, sujeira etc.

Pesquisas realizadas por Monteiro (2021) na cidade de São Paulo apresentam os principais desafios encontrados por mulheres e seus filhos em situação de rua durante a pandemia da Covid-19. De acordo com a jornalista, muitas se viram sem saída quando perderam o emprego e precisaram encontrar novas vias de sobrevivência, sendo a moradia nos logradouros públicos do município ou em albergues e centros de acolhida a alternativa mais próxima. Porém, há muitas dificuldades em ambos os espaços, pois na rua há o perigo de serem vítimas de todo tipo de violência, em especial a violência sexual, medo de perderem a guarda dos filhos, além da fome e do frio; já nos espaços de acolhimento se veem cerceadas por regras, estigmas, maus tratos, violência, roubos dos pertences pessoais etc.

Com a ausência ou insuficiência de políticas públicas para atender as necessidades dessa população, as mulheres contam com medidas, por vezes, assistencialistas, caritativas e também de serviços prestados por instituições do terceiro setor conveniadas, ou não, com a prefeitura, que fornecem o básico para subsistência: alimentação, banho, água, atendimento jurídico, social e atividades socioeducativas durante o dia. O auxílio emergencial¹⁰ não atingiu

¹⁰ De acordo com a Medida Provisória nº 1000, de 2 de setembro de 2020 “Institui o auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (**covid-19**) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a **Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.**” (BRASIL, 2020). Considerando a continuidade drástica da doença no ano seguinte e seus impactos diretos nos setores econômicos e sociais da população, foi estipulada a Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021 posteriormente prorrogada para o Decreto nº 10.740, de 25 de julho de 2021 que definiu o pagamento do benefício emergencial por mais três meses. Inicialmente o valor pago foi de quatro parcelas de R\$300,00 reais seguidos das concessões pré-estabelecidas na medida provisória. Posteriormente foi revogado, sendo que famílias monoparentais tendo a mulher como chefe receberam mensalmente R\$375,00 reais e família unipessoal recebeu R\$150,00 reais.

toda a população em situação de rua, e, como analisado por Monteiro (2021), quem recebeu afirma não ser suficiente para conseguir pagar um aluguel, alimentação e contas da casa. Esse mesmo estudo, relatou vivências de mulheres em situação de rua e uma das entrevistadas apontou ter ido às ruas para sair de um relacionamento abusivo em que era agredida fisicamente pelo ex companheiro, assim encontrou nos logradouros públicos uma nova família que a protegia dos perigos. Apontou ainda o medo de ir para os albergues e a constante procura por emprego fixo, porém reconhecendo que a dificuldade de ser contratada estaria no próprio preconceito da sociedade, que acredita que toda pessoa em situação de rua é usuária de drogas e vagabunda, caracterizando a estigmatização com esse público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

População em situação de rua é um grupo complexo e heterogêneo que requer atenção para a concretização de políticas públicas que respondem de fato as suas necessidades sociais.

Longe de esgotar o debate, mas buscando tensioná-lo para que a população em situação de rua seja reconhecida como cidadãos de direitos, em especial as mulheres que vivem nesta condição, ao reconhecer suas especificidades, buscamos compartilhar alguns dados e reflexões, frutos dos resultados obtidos em duas pesquisas realizadas no período da graduação.

A guinada da máquina pública pós-1990 aderiu aos preceitos neoliberais de execução de um Estado Mínimo, que prevê a redução dos direitos sociais conquistados. Algo que tem se intensificado na atual conjuntura, reforçando retrocessos e desmantelamento de políticas públicas. A crise sanitária advinda pelo Covid-19 escancarou essa política ultraliberal do governo Bolsonaro e seus aliados, reafirmando os desejos de sucateamento e privatização das áreas sociais, em especial do SUS; junto a isso adotando uma postura negacionista, contrária as recomendações da OMS. É nessa contramão neoliberal que se faz necessário a defesa intransigente das políticas públicas.

No âmbito de uma sociedade racista, machista e patriarcal, como a brasileira, a mulher historicamente sofreu na pele a desigualdade de gênero. Em se tratando das que utilizam a rua como local de moradia, a exposição as mais diversas formas de violência é de extrema inquietação e relevância visto que, majoritariamente, não possuem rede familiar de apoio.

Se antes da pandemia já encontravam dificuldades para acessar os serviços de saúde, a crise sanitária piorou tal condição com a negação de tratamento, escassez de testes de Covid e falta de dados concretos que estipulassem o real número de enfermos em situação de rua. Por vezes, os locais de acolhimento dos municípios, que deveriam proteger, expõem com medidas extremamente rigorosas e preconceituosas. Além do mais, por se tratar de um grupo em extrema vulnerabilidade social encontram obstáculos concretos para os cuidados essenciais: uso de máscara, álcool em gel e lavagem das mãos com sabonete, assim como de não conseguir realizar quarentena e distanciamento social.

Para além do acesso a política de saúde, é preciso que os profissionais e os serviços públicos defendam a dignidade da pessoa humana, de forma a garantir qualidade no serviço ofertado, preservando um espaço livre de julgamentos, preconceitos, punitivismo e criminalização em decorrência da vivência nas ruas e, eventualmente, do uso de álcool e outras drogas. Além da constante integralidade entre as políticas públicas para responder essa demanda de forma efetiva em sua totalidade, dada a sua complexidade.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Com nove crimes atribuídos a Bolsonaro, relatório da CPI é oficialmente apresentado.** 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/20/com-nove-crimes-atribuidos-a-bolsonaro-relatorio-da-cpi-e-oficialmente-apresentado>. Acesso em 30 out. 2021.

BRASIL. **Coronavírus Brasil.** Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/> Acesso em 19 out. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 10.740, de 5 de julho de 2021.** Prorroga o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), instituído pela Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021. Brasília: Presidência da República, 19 mar. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Decreto/D10740.htm. Acesso em 19 out. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009.** Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 23 dez. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%207053&text=DECRETO%20N%C2%BA%207.053%20DE%2023,que%20lhe%20confere%20o%20art.. Acesso em: 22 ago. 2019.

BRASIL. **Medida provisória nº 1.000, de 2 de setembro de 2020.** Institui o auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (**covid-19**) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Brasília: Presidência da República, 2 set. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.000-de-2-de-setembro-de-2020-275657334>. Acesso em 19 out. 2021.

BRASIL. **Medida provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021.** Institui o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (**covid-19**). Brasília: Presidência da República, 18 mar. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.039-de-18-de-marco-de-2021-309292254>. Acesso em 19 out. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social. **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de rua.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

BRASIL. Governo do Brasil. **Brasil confirma primeiro caso do novo coronavírus.** Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/02/brasil-confirma-primeiro-caso-do-novo-coronavirus>. Acesso em 15 out. 2021.

BUENO, S.; MARTINS, J.; PIMENTEL A.; LAGRECA A.; BARROS, B. & LIMA, S. **Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil - 3ª edição – 2021.** Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>. Acesso em 14 out. 2021.

FERREIRA, AJ. (Org.) **Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade: perspectivas contemporâneas** [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014, 182 p. ISBN 978-85-7798-210-3. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/btydh/pdf/ferreira-9788577982103.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2020.

FRAGA, W. Uma esmola “pelo amor de Deus”. A História da Pobreza. **História Viva**, São Paulo, ano XI, n. 131, set. 2014.

GAMEIRO, N. **População em situação de rua aumentou durante a pandemia.** Fiocruz Brasília: 8 jun. 2021. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/populacao-em-situacao-de-rua-aumentou-durante-a-pandemia/>. Acesso em 17 out. 2021.

IBGE. Desemprego. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em 24 out. 2021.

LIMA, V. Estupros, humilhações e agressões: a vida das mulheres em situação de rua. Bem Blogado, 29 nov. 2019. Disponível em: <https://bemblogado.com.br/site/estupros-humilhacoes-e-agressoes-a-vida-das-mulheres-em-situacao-de-rua/>. Acesso em: 18 mai. 2020.

MBEMBE, A. Necropolítica. Revista Arte e Ensaios. Nº 32, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em 24 out. 2021.

MELO, B.; LIMA, C.; MORAES, C.; ANDRADE, C. et. al. **Violência doméstica e familiar na COVID-19**. In: Recomendações e orientações em saúde mental e psicossocial na Covid-19. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2020. Disponível em: https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/10/livro_saude_mental_covid19_Fiocruz.pdf. Acesso em 23 out. 2021.

MONTEIRO, P. **Demissão na pandemia e brigas de famílias levam mulheres e crianças às ruas**. 19 jul. 2021. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/noticias/mulheres-criancas-situacao-de-rua/>. Acesso em 17 out. 2021.

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA. Conhecer para lutar. **Cartilha para formação política**. MNPR: outubro 2010. Disponível em: http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf. Acesso em: 18 mai. 2020.

NATALINO, M. **IPEA**. Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200612_nt_disoc_n_73.pdf. Acesso em 17 out. 2021.

NETTO, J. **Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”**. Revista Temporalis. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n. 3, 2001. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf. Acesso em 24 out. 2021.

RIO DE JANEIRO. **População em Situação de Rua do Rio de Janeiro – Censo 2020**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 20 jan. 2021. Disponível em: <https://psr2020-pcrj.hub.arcgis.com/pages/resultados>. Acesso em 15 out. 2021.

ROSA, C. **Vidas de rua**. São Paulo: Hucitec: Associação Rede Rua, 2005.

ROSA, A., BRÊTAS, A. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo. **Interface**, Botucatu, v. 19, n 53. Ab./jun. 2015, p. 275-85, 2015. Disponível em: https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1414-32832015000300275&script=sci_arttext#. Acesso em: 7 abr. 2019. <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0221>.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed.- São Paulo: Brasil Urgente, 2011.

VIEIRA, A. **Com nove crimes atribuídos a Bolsonaro, relatório da CPI é oficialmente apresentado**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/20/com-nove-crimes-atribuidos-a-bolsonaro-relatorio-da-cpi-e-oficialmente-apresentado>. Acesso em 16 out. 2021.

CAPÍTULO 19

OS MARCADORES DE RAÇA E GÊNERO EM PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: APONTAMENTOS PARA O DEBATE

Georgia Souza Matos
Gisele Aparecida Bovolenta

RESUMO

O presente texto tem como objetivo dar visibilidade aos marcadores sociais de raça e gênero em Programas de Transferência de Renda, tendo em vista a importância desse debate nas políticas públicas e no contexto sócio-histórico brasileiro. Utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, legal e documental; além da consulta e análise dos dados de realidade, tomando como exemplo o extinto Programa Bolsa Família, referente aos anos de 2019, 2020 e 2021 no Centro de Referência de Assistência Social Cidade Ademar II em São Paulo. Ressalta-se a importância e impacto de compreender esses marcadores em programas sociais, sobretudo para a sobrevivência das famílias compostas, majoritariamente, por mulheres negras e mães solo.

PALAVRAS-CHAVE: marcadores sociais; gênero; raça; Programas de Transferência de Renda.

INTRODUÇÃO

O sistema capitalista, em escala global e local, permanece sendo um gerador de desigualdades e abismos sociais para grande parte da população brasileira, ao mesmo tempo em que produz mais riquezas, lucros e acumulação para aqueles que detêm os meios de produção. Ao intervir neste “desequilíbrio social” o Estado, dentre outras tarefas, cumpre o papel de assegurar e garantir (ou ao menos deveria) um campo de proteção social na perspectiva da cidadania, foi o que ficou expresso na Constituição Federal de 1988.

Para além de uma ação focalizada, trata-se de assegurar condições dignas para todas e todos cidadãos e cidadãos do país, algo que ainda requer muita luta no sentido de seu reconhecimento, defesa e implementação; em especial priorizando aqueles que se encontram em situações de vulnerabilidades sociais decorrentes da precarização da vida, do mundo do trabalho ou ainda e mais grave de nossa dívida social, em particular com a população negra.

Os Programas de Transferência de Renda (PTRs) são parte desse campo de proteção social e cumprem um papel ímpar na vida das famílias beneficiárias, permitindo a elas o consumo de bens e produtos, acesso a rede de serviços públicos e o acompanhamento de suas necessidades sociais. Nosso exemplo mais exitoso refere-se ao extinto Programa Bolsa Família (PBF), substituído no final de 2021 pelo Auxílio Brasil, que garantia transferência monetária,

até aquele momento, a mais de 14 milhões de famílias sendo considerado o maior Programa de Transferência de Renda de âmbito nacional¹.

Dada sua importância e expressividade, ele será usado como referência para o debate que propomos fazer, em especial porque a pesquisa realizada fora feito em sua vigência e consideramos importante dar visibilidade aos dados analisados. Assim, questiona-se quem são os/as beneficiários/as destes programas, tendo em vista a marca histórica da pobreza que recai, em grande medida, junto as mulheres negras.

Ou seja, são as mulheres negras e pobres as mais afetadas pelas desigualdades existentes e pelos processos de precarização das políticas sociais levando em consideração a formação sócio-histórica brasileira com uma herança escravocrata, baseada no capitalismo dependente, no racismo e patriarcado. Em outros termos, a pobreza em nosso país tem cor/raça e gênero.

O debate presente nesse artigo visa expor questões estruturais desse país, visto que, o Brasil é o nono país mais desigual do mundo (IBGE, 2020), além disso, deseja-se dar visibilidade aos usuários e usuárias de Programas de Transferência de Renda, a título de exemplo tomando por base o maior PTR do Brasil – Programa Bolsa Família – em vigência no país por quase 18 anos, compreendendo que as e os beneficiárias/os desses programas são sujeitos políticos de direitos, que possuem particularidades, singularidades, autonomia e protagonismo, além do mais, buscar construir respostas, no âmbito das políticas públicas, que analisem as opressões presentes nessa sociedade, construindo formas efetivas de superá-las que atendam de fato as demandas existentes a partir da realidade dos sujeitos. De modo mais preciso a análise aqui proposta quer compreender como o extinto Programa Bolsa Família se articulava (ou não) com os marcadores sociais de raça e gênero, sendo uma amostra de como Programas de Transferência de Renda se comportam.

¹ Cabe salientar que o PBF foi substituído pelo Programa Auxílio Brasil – Lei nº 14.284 de 29 de dezembro de 2021 – no entanto, o Programa Auxílio Brasil ainda é permeado de muitas dúvidas e inconsistências, visto que não houve diálogo com a sociedade civil, com entidades ou movimentos sociais, sua implementação foi verticalizada e autoritária. Chamado de “novo” Bolsa Família, o Auxílio Brasil poderá reduzir o valor do benefício de mais de 5 milhões de famílias. Ainda há inconsistências em relação ao orçamento disponível; transfere-se a responsabilidade do Estado para o esforço individual de cada beneficiário; e não se pretende referenciar o Sistema Único de Assistência Social ao buscar seu acesso via aplicativo, desmontando os vínculos construídos (ou em construção) entre usuários e profissionais, debate que não conseguiremos aprofundar neste texto, mas sem dúvida requer atenção.

A luz do método da teoria social de Marx a análise possui base bibliográfica, legal e documental; e conta com a consulta de dados do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Cidade Ademar II, em São Paulo, a partir da construção de um levantamento próprio sobre os marcadores, visto que, não existem dados específicos com esse recorte. Desse modo, a fim de compreender como os marcadores de raça e gênero se expressam de modo concreto nos Programas de Transferência de Renda e mais especificamente no Programa Bolsa Família, utilizou-se por meio do método aleatório simples, a seleção de 100 usuários do CRAS do mês de maio de 2019, 2020 e 2021 para compreender o quantitativo de beneficiários do Programa Bolsa Família e analisar os indicadores de sexo, raça, composição familiar e renda per capita das e dos beneficiárias/os.

O texto divide-se em quatro seções, sendo a primeira sobre o papel dos Programas de Transferência de Renda e os desafios contemporâneos, apresentando ao leitor os embates que os Programas enfrentam, sobretudo com o avanço do neoliberalismo, além disso, apresenta-se algumas reflexões acerca da segurança de renda reconhecida pela Política Nacional de Assistência Social.

A segunda seção traz a compreensão dos marcadores sociais da diferença de raça e gênero com o racismo e patriarcado como formas de opressão estruturantes dessa sociedade que causam impactos importantes na vida da população. Na terceira seção apresenta-se a análise dos dados coletados no CRAS Cidade Ademar II e sua articulação com o Programa Bolsa Família, compreendendo quem são as e os beneficiárias/os que acessaram o programa. Por fim, a quarta seção destina-se às considerações finais acerca do debate aqui proposto.

PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Os Programas de Transferência de Renda são parte integrante do Sistema de Proteção Social brasileiro, sendo a segurança de renda² um direito assistencial garantido pela política de assistência social para quem dela necessitar.

² A Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) reconhece três tipos de seguranças socioassistenciais, primeira previne ou reduz riscos e vulnerabilidades sociais conhecida como segurança de sobrevivência, renda e autonomia; a segurança de acolhida possui como perspectiva o acolhimento aos usuários, a ética e respeito às diferenças; já a segurança de convívio familiar reconhece a importância de assegurar condições dignas de vínculos familiares e comunitários para o desenvolvimento humano.

[...] no que diz respeito ao eixo assistencial do Sistema Brasileiro de Proteção Social, em que situamos os Programas de Transferência de Renda, aqui entendidos como aqueles que atribuem uma transferência monetária a indivíduos ou a famílias, mas que também associam a essa transferência monetária, componente compensatório, outras medidas situadas principalmente no campo das políticas de educação, saúde e trabalho, representando, portanto, elementos estruturantes, fundamentais, para permitir o rompimento do ciclo vicioso que aprisiona grande parte da população brasileira nas amarras da reprodução da pobreza.” (SILVA, YAZBEK, DI GIOVANNI, 2004, p. 22).

Os Programas de Transferência de Renda tiveram sua expansão a partir de 2001, no entanto, o então senador Eduardo Suplicy já discutia a importância de garantir a Renda Mínima para que todos os cidadãos tenham o mínimo para uma sobrevivência digna. “Os Programas de Transferência de Renda são apontados por Suplicy como possibilidade concreta, simples e objetiva de garantia do direito mais elementar do ser humano, o direito à vida, mediante uma justa participação na riqueza socialmente produzida.” (SILVA; YAZBEK; DI GIOVANNI, 2004, p. 39)

No entanto, os Programas de Transferência de Renda brasileiros, ainda estão associados numa relação direta ao trabalho, reconhecido por Bruna Carnelossi (2019) como *Workfare State*, ou seja, um modelo de política social às custas do trabalho caracterizando-a como mais residual e restritiva. Nas palavras da autora, “[...] os atuais critérios de acesso aos benefícios socioassistenciais extremamente focalizados acabam por reproduzir a concepção de assistência social direcionada aos pobres e não à condição de cidadania.” (CARNELOSSI, 2018, p.11), fomentando a ideia de acesso pelo não acesso, ou seja, conta com a proteção social não contributiva, àqueles fora do mundo do trabalho formal e/ou informal.

Por se caracterizar como um Programa de Transferência de Renda de governo e não como uma política efetiva de Estado, o Programa Bolsa Família³, por exemplo, era objeto de permanente disputa, o que acarretou a sua extinção em 2021, no governo de Jair M. Bolsonaro, segundo Carnelossi (2019) isso contribui num constante ataque por parte dos governos neoliberais com a desfinanciização, precarização, variação no valor do orçamento para o Programa, entre outros.

³ O Programa Bolsa Família foi instituído em 2003 e regulamentado em 2004 por meio da Lei nº 10.836 e do decreto nº 5.209, no Governo de Luís Inácio Lula da Silva, com objetivo de superar a situação de vulnerabilidade e pobreza das famílias, ele é resultado da unificação de quatro programas de transferência de renda então existentes: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação.

Um dos principais desafios à segurança de renda no âmbito da política de assistência social refere-se à condição normativa do PBF, um programa de governo sem salvaguardas jurídicas. Diferente do BPC, que teve seus parâmetros previamente definidos no marco jurídico-legal como um direito social. Essa distinção normativa jurídica entre o PBF e o BPC acarreta diretamente na capacidade de cobertura dos programas aos segmentos populacionais que pretendem beneficiar. A fragilidade política e institucional do PBF também dá margem a projetos de políticos que querem mudar o nome do programa, a depender dos ventos eleitorais. (CARNELOSSI, 2018, p. 10)

Já Silva; Yazbek; Di Giovanni (2004) vislumbram as possibilidades de uma Política Pública de Transferência de Renda no Brasil enquanto direito, tendo em vista que o avanço dos projetos neoliberais acarreta a descentralização, privatização e a focalização das diversas formas de proteção social assegurados na Constituição Federal de 1988 e legislações subsequentes. Como exemplo, com o governo de Jair Bolsonaro o Programa Bolsa Família esteve sob constante ameaça, em 2019 o governo realizou o chamado “pente fino”, com cortes significativos no número de beneficiários, excluindo 1,15 milhão de pessoas em seis meses (MADEIRO, 2019), sem mencionar as inúmeras narrativas de ataque ao programa.

Outro desafio importante a se destacar no âmbito dos Programas de Transferência de Renda está relacionado às condicionalidade⁴ exigidas para acesso aos benefícios que, muitas vezes, se caracterizam mais como punições, do que contrapartidas, ocasionando maiores responsabilidades e culpabilização dos beneficiários, seu caráter punitivista traz consequências expressivas para as famílias que dependem desse benefício para sua subsistência, o descumprimento das condicionalidades acarretam bloqueio, suspensão e até cancelamento do benefício

[...] embora se esteja diante de um programa de imenso alcance social e reconhecimento internacional, vêm sendo adotadas medidas para provocar o desligamento sistemático de famílias beneficiárias pela prática de atos administrativos de cancelamentos e bloqueios sem avaliação social do impacto dessas medidas nas famílias. (CARNELOSSI, 2019, p. 171).

⁴ Como exemplo, as condicionalidades do Programa Bolsa Família eram exigências que as famílias assumiam nas áreas de educação (frequência mínima de 85% para crianças de 6 a 15 anos e de 75% para adolescentes de 16 e 17 anos nas instituições de ensino) e saúde (acompanhamento do pré-natal de mulheres gestantes e lactantes e acompanhamento da vacinação de crianças de 0 a 7 anos).

De acordo com Bruna Carnelossi (2018) as condicionalidades do Programa Bolsa Família trazem a vivência da pobreza para o plano moral, evidenciando um processo de estigmatização das famílias e responsabilizando o beneficiário por cumprir ou não às exigências. No entanto, para que as famílias cumpram as exigências é necessário, também, que o Estado assegure serviços de caráter universal e garanta o acesso às áreas da saúde e educação, por meio de políticas públicas efetivas.

Reside na presença das condicionalidades uma das principais barreiras em favor da incondicionalidade no acesso ao dinheiro dissociado do mercado de trabalho. As condicionalidades exercem o elo imaginário que associa o acesso ao dinheiro ao simbólico papel do trabalho, e por isso é tão cristalizada e legitimada pela sociedade brasileira. Desse modo, sob a alegação de desvio moral – preguiça, irresponsabilidade, indolência – no comportamento dos beneficiários, parte significativa de setores da sociedade questionam o papel dos programas de transferências de renda, desconsiderando seus impactos positivos no plano social e econômico. (CARNELOSSI, 2018, p.11-12)

Além disso, a garantia para acesso aos Programas de Transferência de Renda está associada ao vínculo de trabalho e ao valor da renda per capita declarada pela família, o que ocasiona determinada seletividade em seu acesso,

[...] entendemos que a Constituição brasileira ao estabelecer o direito à seguridade determina que não deve ser necessário a um brasileiro primeiro mostrar que não tem renda para depois ter acesso a um serviço público. Este modo de gestão do serviço público seria vexatório por exigir que ele se mostre como necessitado e assim, é negador da cidadania, ou do direito de todo brasileiro ser incluído no serviço a partir de sua necessidade. (SPOSATI, 2009, p.8)

Segundo o Ministério da Cidadania, em setembro de 2021, 14.655.264 de pessoas eram beneficiárias do Programa Bolsa Família, representando, aproximadamente, 20% da população brasileira. O valor médio pago às famílias, ainda em setembro de 2021, foi de R\$86,32, acarretando uma queda considerável quando comparado ao mês de janeiro de 2021 que foi de R\$190,57. Esta diminuição do valor do benefício representa um impacto significativo para as famílias beneficiárias do PBF, pois o benefício é de extrema importância por reduzir os impactos da pobreza e miséria garantindo o acesso à renda, gerando autonomia e poder de compra dos beneficiários.

Essa redução do valor, no contexto da pandemia de Covid-19, em que o país voltou a compor o mapa da fome, com o aumento da inflação que acarreta o aumento de produtos essenciais para a sobrevivência da população como alimentos, gás de cozinha, energia elétrica, reafirmam a necessidade e importância de Programas de Transferência de Renda e de pensá-los enquanto política pública para reduzir danos causados tanto pela pandemia quanto pelas desigualdades sociais já existentes no país.

Graças a políticas de valorização do salário mínimo e de distribuição de renda, como o Bolsa Família, o Brasil deixou o Mapa da Fome em 2014. Segundo o **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**, o Bolsa Família reduziu a pobreza em 15% e a extrema pobreza em 25% em uma década e meia. [...] O relatório mais recente da própria FAO apontou que 23,5% da população brasileira, entre 2018 e 2020, deixou de comer por falta de dinheiro ou precisou reduzir a quantidade e qualidade dos alimentos ingeridos. Os resultados evidenciam que, em 2020, a fome no Brasil retornou aos patamares de 2004. [...] Segundo estimativa da Rede Brasileira de Renda Básica, sem o auxílio emergencial e com aumento do custo de vida, o número de beneficiários [do auxílio Brasil] deveria ser ampliado em pelo menos 7 milhões para ter um impacto significativo. (STROPASOLAS; GIOVANAZ 2021, *grifos do autor*)

Ou seja, breves apontamentos que mostram a importância da renda na sociedade capitalista e a defendem como direito, assegurada enquanto política de Estado, longe da disputa político-partidária.

OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA SOB A PERSPECTIVA DOS MARCADORES SOCIAIS DE RAÇA E GÊNERO

Inicialmente, cabe salientar que marcadores sociais da diferença “[...] são sistemas de classificação que organizam a experiência ao identificar certos indivíduos com determinadas categorias sociais.” (ZAMBONI, 2014, p.13), são socialmente construídos dependendo do contexto histórico, do tempo e espaço em que estão inseridos, como exemplo de marcadores sociais da diferença, temos raça, gênero, sexualidade, classe, etc.

Alguns marcadores sociais se expressam de diferentes formas para os indivíduos, como é o caso dos marcadores de raça e gênero, os quais se ligam “[...] a relações de poder e sistemas de dominação mais amplos, sendo responsáveis pela produção e reprodução de desigualdades.” (ZAMBONI, 2014, p.15)

Em vista disso, compreender os marcadores de raça e gênero no âmbito dos Programas de Transferência de Renda se apresenta como mais um desafio, visto que os dados sobre os mesmos são escassos.

É preciso problematizar quem são as e os beneficiárias/os desses programas, cujo intuito seja assegurar políticas públicas que respondam a elas/eles, pois além de sua condição de classe,

entendendo que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza, esses beneficiários possuem uma raça e um gênero, tudo isso associado a estrutura sócio-histórica da sociedade brasileira.

Assim, para compreender o lugar em que a mulher está inserida nessa sociedade e entender por que são elas as que mais acessam os PTRs, é preciso analisar que o regime de dominação-exploração patriarcal e a sobrecarga sobre o gênero feminino se intensificou, ocasionando sua dupla ou tripla jornada de trabalho.

Para atender aos interesses do capital, a divisão sexual do trabalho ocasionou a naturalização dos papéis entendidos como femininos (CISNE, 2015), de acordo com o IBGE (2019) a taxa de realização das tarefas domésticas das mulheres era de 92,2% enquanto a dos homens 78,2%.

Sabendo que o Estado em questão é capitalista, percebe-se que a cultura de subordinação da mulher encontra-se diretamente relacionada com a manutenção e reprodução do capital. [...] O modo de produção capitalista, além de produzir desigualdades, apropria-se das anteriormente existentes ao seu sistema, como as decorrentes do patriarcado e do racismo. Com isso, “refuncionaliza”, por exemplo, as subordinações e desvalorizações das mulheres e da população negra para atingir maiores lucros com a superexploração das suas forças de trabalho, geralmente, precarizadas e mal remuneradas. (CISNE, 2015, p. 123-124)

Para Saffioti (2015), desde o surgimento do patriarcado, a mulher foi socializada para desenvolver comportamentos dóceis e sensíveis, enquanto os homens socializados para desenvolver condutas agressivas que expressam força e coragem.

Além disso, o trabalho doméstico como o cuidado do lar e dos filhos foi naturalizado pela sociedade sendo atribuído à figura da mulher, desse modo, a mulher está associada à esfera privada da vida social, enquanto o homem à esfera pública. Segundo IBGE (2019) as mulheres gastavam mais horas realizando afazeres ou cuidados domésticos que os homens

[...] as horas semanais gastas pelas mulheres (21,3 horas) nessas atividades eram, em média, quase o dobro das gastas pelos homens (10,9 horas). Mesmo em situações ocupacionais iguais, as mulheres dedicavam mais horas a afazeres domésticos e cuidado de pessoas do que os homens. Com isso, elas acabaram tendo menos tempo disponível para o trabalho remunerado. (IBGE, 2019)

O racismo, por sua vez, naturaliza e reproduz desigualdades, privilégios e práticas discriminatórias, sendo a raça um elemento essencialmente político utilizado para naturalizar as desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio (ALMEIDA, 2019).

A população negra⁵ representa, aproximadamente, 54% da população brasileira, no entanto, é a que possui as piores condições de trabalho, moradia, saúde e educação; é a população mais encarcerada e que mais sofre violência, consequências do racismo estrutural, institucional e individual⁶ presentes na sociedade brasileira.

A população negra é a que mais se encontra em situação de vulnerabilidade no Brasil, segundo o IPEA (2013), a participação da população negra entre os pobres e extremamente pobres é sempre maior que o dobro da participação da população branca.

Compreendendo o contexto de pandemia do novo coronavírus (Covid-19) e o acesso a saúde, a população negra foi a que mais morreu de Covid-19 com relação a branca, representando 55% de negros e 38% de brancos, além disso, a população negra representa a população que menos recebeu a vacina (OLIVEIRA; EVANGELISTA, 2021).

Desse modo, levando em consideração o patriarcado e o racismo fundantes dessa sociedade, a posição social que a mulher negra da classe trabalhadora ocupa é a de tripla opressão por sua condição de gênero, raça e classe.

O lugar que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. (GONZALEZ, 2020, p. 76, grifos da autora)

Todos esses dados circunscrevem o contexto em que a população negra e as mulheres estão inseridas que refletem no acesso a Programas de Transferência de Renda como o extinto Bolsa Família. De aproximadamente 13 milhões de beneficiários do Programa Bolsa Família, em 2019, 88,5% dos responsáveis familiares eram mulheres e 70,3% eram pessoas que se autodeclararam negras, revelando que são as mulheres e as pessoas negras as que mais acessam o programa e necessariamente se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza, junto a isso, as opressões de gênero e raça faz das mulheres negras o segmento mais oprimido da sociedade brasileira, o que implica maior condição de vulnerabilidade.

⁵ Compreende-se população negra como a soma de pretos e pardos, de acordo com a classificação do IBGE.

⁶ De acordo com Silvio de Almeida (2019) entende-se o racismo a partir de três concepções, sendo o racismo individual apresentado por meio de um caráter subjetivo do sujeito; o racismo institucional é resultado do funcionamento das instituições que conferem desvantagens e privilégios, ainda que indiretamente, com base na raça; e racismo estrutural é aquele inscrito na essência da sociedade, por meio dele que se reproduz as desigualdades e privilégios.

Decerto, é imprescindível concentrar estratégias de superação em um grupo social reconhecidamente mais afetado pela pobreza e atuar sobre as dimensões que mais precarizam as condições de vida desta população. Contudo, é igualmente demandado que o foco das políticas públicas direcione-se para a análise dos processos que contribuíram para este estado de coisas, remetendo à necessidade de inserir a perspectiva de raça e gênero nas políticas públicas, promovendo a realização da proposta da transversalidade, como ressignificação das políticas públicas. (IPEA, 2013, p. 129)

Portanto, compreender como os marcadores sociais de raça e gênero estão imersos na sociedade capitalista brasileira possibilita pensar ações e estratégias para seu enfrentamento, sobretudo no âmbito das políticas públicas, levando em consideração os Programas de Transferência de Renda como um dos caminhos que propiciam dar visibilidade para essa população.

Diante desse cenário, para maior compreensão e problematização da relação entre o extinto Programa Bolsa Família e os marcadores de raça e gênero, adentraremos a realidade do Programa Bolsa Família no território de abrangência do CRAS Cidade Ademar II⁷ em São Paulo.

UM OLHAR SOB A REALIDADE: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO CRAS CIDADE ADEMAR II EM SÃO PAULO

Para analisar o extinto Programa Bolsa Família e os marcadores de raça e gênero no território de abrangência do CRAS Cidade Ademar II, é preciso explicitar em que território ele está inserido, pois “[...] o território é também o terreno das políticas públicas, onde se concretizam as manifestações da questão social e se criam os tensionamentos e as possibilidades para seu enfrentamento.” (COUTO et al, 2017, p. 80).

Portanto, Cidade Ademar está localizado na zona sul do município de São Paulo, segundo o Mapa da Desigualdade de 2021 é o sexto distrito mais populoso da Cidade de São Paulo, com pouco mais de 285.000 pessoas. É, ainda, um dos distritos com maior número de população negra com um índice de 50% e se encontra na média da Cidade de São Paulo com relação à população feminina com 52,4%.

⁷ O CRAS Cidade Ademar II fica localizado na Zona Sul do município de São Paulo, pertencente à subprefeitura de Cidade Ademar.

Cidade Ademar é um distrito que apresenta alta vulnerabilidade social⁸, em vista disso, o território conta com três CRAS, um CREAS e 45 serviços de assistência social conveniados com a Prefeitura de São Paulo.

A Cidade de São Paulo registrou em setembro de 2021, 518.098 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, sendo 83% dos responsáveis familiares do sexo feminino. Os beneficiários do programa representavam, aproximadamente, 10% da população do município.

Já o distrito de Cidade Ademar, registrou em janeiro de 2021, 17.203 beneficiários do Programa Bolsa Família. Quando analisamos o território em que o CRAS Cidade Ademar II faz referência, nota-se que de 100 pessoas atendidas em um mês⁹, menos de 50% são beneficiários do programa, sendo 48, 44 e 47 pessoas, correspondendo respectivamente aos anos de 2019, 2020 e 2021.

Nos três anos analisados, o perfil do beneficiário que mais aparece em destaque representa mulheres negras sendo 80% em 2019; 70,5% em 2020 e 76,7% em 2021. Com relação à composição familiar, nos três anos analisados mães solo aparecem em destaque, sendo 64,5% em 2019; 61,3% em 2020 e 70,2% em 2021. Além disso, em 2019, 43,7% dos beneficiários declararam ter renda zero, ou seja, nenhuma forma de renda; em 2020 foram 77,2% dos beneficiários e em 2021 44,6%.

Tanto os dados de renda per capita, quanto os de composição familiar refletem no valor do benefício repassado para as famílias, assim, o valor médio do benefício repassado às famílias foi de R\$180 reais mensais, nos três anos analisados no CRAS Cidade Ademar II, já na Cidade de São Paulo o valor do benefício médio repassado para as famílias foi de R\$74,81 por família. De acordo com o Dieese (2021), em São Paulo, o valor da cesta básica de alimentos em novembro de 2021 foi de R\$692,27 representando a segunda capital com maior valor. O montante recebido, desse modo, está longe de permitir o acesso a uma cesta básica.

⁸ De acordo com o Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras do município de São Paulo de 2016.

⁹ Para compreensão dos dados específicos sobre o Programa Bolsa Família no CRAS Cidade Ademar II, foram selecionados todos os atendimentos do mês de maio dos anos de 2019, 2020 e 2021, onde foram registrados 2867 atendimentos de pessoas no CRAS Cidade Ademar II, em 2020 foram 401 atendimentos e em 2021 foram 1052 atendimentos. A partir disso, realizamos um recorte do total de atendimentos por meio do método aleatório simples, em que cada pessoa tem a mesma probabilidade de ser escolhida (TOLEDO; GONZAGA, 2011) e selecionamos aleatoriamente 100 pessoas de cada ano analisado.

O valor mensal recebido pela família varia conforme a composição familiar declarada e o valor de complemento da per capita, mas em janeiro de 2018 o valor médio nacional do benefício foi de R\$ 178,45, aproximadamente 18% do valor do salário mínimo. Ora, se o valor do salário mínimo brasileiro já é o mais baixo valor que um trabalhador brasileiro pode receber por sua força de trabalho, como pode o valor do benefício do PBF aos mais pobres ser 20% do que já definido como mínimo para sobrevivência material? (CARNELOSSI, 2018, p. 3-4)

Portanto, o programa que possuía como objetivo, de acordo com o Artigo 4 do Decreto nº 5.209/2004¹⁰, promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; combater a pobreza; e promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público, diante da realidade vivenciada observa-se que o valor repassado às famílias não é suficiente para suprir suas necessidades básicas de subsistência, delegando a mesma tal responsabilidade. Além disso, cabe salientar que superar a situação de miséria e pobreza não se dará unicamente por um Programa de Transferência de Renda, as quais são multifacetadas e seu enfrentamento não ocorre por uma única política social, como está inscrita na dinâmica capitalista, ao mesmo tempo, em que a sociedade gera riqueza, gera pobreza e desigualdade.

Assim, os dados de realidade revelam que são as mulheres, sobretudo negras, as principais beneficiárias do programa e conseqüentemente as responsáveis por manejar o recurso financeiro. Isso pode revelar por um lado, o que aponta o IPEA (2013) que

[...] apesar de não incorporar explicitamente uma perspectiva de gênero em seu desenho, no sentido de ter como objetivo a autonomia das mulheres, por exemplo, o PBF (ao dar preferência às mulheres na titularidade do cartão como forma de ampliar a eficácia do programa) embutiria e fortaleceria um viés de gênero. (IPEA, 2013, p. 12)

Mas pode, por outro, evidenciar essa naturalização dos papéis, um acúmulo de tarefas ao gênero feminino, o cuidado da casa, dos filhos e de outros membros da família como uma atribuição eminentemente da mulher, o que acarreta mais sobrecargas.

¹⁰ Decreto que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, revogado pelo Decreto nº 10.852 de 2021. O destaque se dá no sentido de dar visibilidade ao que se espera do Auxílio Brasil.

Conforme Cisne e Santos (2018, p. 124) não basta as mulheres serem as titulares dos benefícios, é preciso pensar programas e políticas em uma perspectiva feminista, ou seja, “[...] que não reforce a divisão sexual e racial do trabalho, a sobrecarga de responsabilidades ditas femininas e que possibilite o avanço da autonomia das mulheres, assegurando condições legais de trabalho.”

Além disso, os dados referentes a raça e o Programa Bolsa Família, revelam o legado desigual dos acessos oriundos da escravização e as diferentes formas de racismo que estão fincadas nessa sociedade, acarretando para a população negra ao longo da história os piores indicadores sociais; não à toa se destaca a necessidade de dar visibilidade a essa realidade e ainda que tardia, buscar reparar essa história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, conclui-se, por ora, que os Programas de Transferência de Renda apresentam grande impacto na vida das famílias atendidas por assegurar acesso a necessidades básicas de sobrevivência como à alimentação, saúde, educação e assistência social, possibilitando que famílias pobres e extremamente pobres tenham o acesso a segurança de sobrevivência e renda garantidos pela Política de Assistência Social.

A inserção destes programas na sociedade capitalista brasileira os coloca numa condição contraditória, na medida em que é essencial para a sobrevivência das famílias, compostas majoritariamente por mulheres negras e mães solo, garantindo uma relativa autonomia por meio do acesso a renda com a participação na provisão financeira do lar e poder de decisão, reforça e naturaliza o papel feminino de cuidado da casa e dos filhos com o aumento das tarefas domésticas, responsabilizando-as e punindo-as pelo não cumprimento das suas condicionalidades.

O Programa Bolsa Família, por exemplo, estava inserido no contexto neoliberal e sofreu diversos ataques por parte desses governos, acarretando a sua extinção. No entanto, “[...] consideramos que o PBF não foi pensado como uma forma de fortalecimento para autonomia das mulheres. Para nós, o seu fundamento está associado ao interesse de instrumentalização da mulher para gestão da pobreza à moda neoliberal e não para sua autonomia.” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 124). Ou seja, por estar inserido na lógica do capital, o Programa não buscou formas, efetivas e assertivas, de emancipação desses sujeitos, mas reforçou e naturalizou o lugar em que estão inseridos enquanto classe explorada.

As mulheres brasileiras, sobretudo as mulheres negras, estão inseridas no que Novellino (2014) apresenta como feminização da pobreza em que mostra, que ao longo do tempo, elas têm se tornado cada vez mais pobres do que os homens, especialmente em famílias chefiadas por mulheres. Por isso, é importante que os Programas de Transferência de Renda não se limitem apenas a transferência monetária, mas

[...] deveriam pensar em formas de tornar essas mulheres menos vulneráveis, o que significa estabelecer programas voltados para a formação de seu capital humano através de educação, treinamento bem como acesso a serviços que lhes permita reduzir o uso do tempo em funções reprodutivas. (NOVELLINO, 2014, p.11)

Assim, é necessário ressaltar a importância de pensar em políticas públicas que identifiquem e compreendam os marcadores sociais, buscando formas de respondê-los.

A construção do conhecimento da realidade brasileira para subsidiar a política social pública precisa entender a população e a demanda como agentes vivos, com capacidades e forças que interagem e vivem coletivamente em um dado território como expressão dinâmica de um espaço social. (SPOSATI, 2007, p. 445)

Políticas públicas que respondam de fato as necessidades sociais das demandas atendidas; não reforcem e nem naturalizem os “papéis” socialmente construídos e atribuídos aos gêneros; ao mesmo tempo que permitam fomentar a autonomia dos sujeitos, sobretudo mulheres negras no caso do extinto Programa Bolsa Família – aqui em destaque – alterando o curso da história de racismo e patriarcado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. Racismo Estrutural. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Sueli Carneiro; ed. Pólen, 2019.

BRASIL. **Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021**. Disponível em <<https://in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.061-de-9-de-agosto-de-2021-337251007#wrapper>> Acesso em 09/10/2021

_____. **DECRETO Nº 5.209 DE 17 DE SETEMBRO DE 2004**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Decreto/D5209compilado.htm> Acesso em 19/10/2021

_____. Ministério do desenvolvimento social e agrário. **Boletim Bolsa Família e Cadastro Único: acompanhamento e análise do programa bolsa família e do cadastro único para programas sociais**. Ano 4, número 51, setembro de 2019. Disponível em <http://www.mds.gov.br/webarquivos/sala_de_imprensa/boletins/boletim_senarc/2019/Boletim%20Senarc%20N%20%2051.pdf> Acesso em 10/10/2021

_____. Ministério da Cidadania. SENARC. **Bolsa Família e Cadastro Único no seu município**. Disponível em <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/relatorio-completo.html>> Acesso em 10/10/2021

_____. Ministério da Cidadania. **Valor médio pago às famílias por meio do Programa Bolsa Família.** Disponível em <[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q\[\]=r6JtY42rf7BtxKW25rV%2FfmdhhJFkl21kmK19Zm11ZXOmaX7Ksk7J0KjYoVud3bOTsrRvdOeurOplrQc8yjkS7vsZOiqaJmq2Juy3KTuM2mz3iZvufAmXeDm5vLrLkKJcqDMzq%2FAnp%2FM7W2h%2F%2FGZo%2BhZva%2BenHck091dmb7oEOGosZatmam8wFeavMqiiqGifcu%2Fo6O6lqfaWY%2B9o6C4gXnLqvYK57aVuLhw](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q[]=r6JtY42rf7BtxKW25rV%2FfmdhhJFkl21kmK19Zm11ZXOmaX7Ksk7J0KjYoVud3bOTsrRvdOeurOplrQc8yjkS7vsZOiqaJmq2Juy3KTuM2mz3iZvufAmXeDm5vLrLkKJcqDMzq%2FAnp%2FM7W2h%2F%2FGZo%2BhZva%2BenHck091dmb7oEOGosZatmam8wFeavMqiiqGifcu%2Fo6O6lqfaWY%2B9o6C4gXnLqvYK57aVuLhw)> Acesso em 16/10/2021

_____. Ministério da Cidadania. **CECAD 2.0.** Disponível em <<https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php>> Acesso em 15/10/2021

CARNELOSSI, B. **(In)segurança de renda e (des)proteção social no Brasil:** algumas notas para reflexão. ISSN 2238-9091, O Social em Questão - Ano XXII - nº 45 - Set a Dez/ 2019, pg 151-178.

_____. **Programa Bolsa Família e Assistência Social:** Contradições à segurança de renda como direito de proteção social. Anais do 6º Encontro Internacional de Política Social e 13º Encontro Nacional de Política Social, ISSN 2175-098X. Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018.

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social.** 2 ed. - São Paulo: Outras Expressões, 2015.

_____; SANTOS, S. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social.** Biblioteca Básica de Serviço Social, v.8, editora Cortez, São Paulo, 2018

COUTO, B; et al. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil:** uma realidade em movimento. Berenice Rojas Couto (Orgs.)... [et al]. - 5. ed. rev. e atual. - São Paulo: Cortez, 2017

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Em novembro, custo da cesta aumenta no Norte e no Nordeste.** Disponível em <<https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2021/202111cestabasica.pdf>> Acesso em 03/02/2021

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Org: Flávia Rios, Márcia Lima. - 1ªed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades Sociais por cor ou raça no Brasil. Rio de Janeiro:** informação demográfica e socioeconômica, nº 41, 2019.

_____. **Mulheres dedicam mais horas aos afazeres domésticos e cuidado de pessoas, mesmo em situações ocupacionais iguais a dos homens.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24266-mulheres-dedicam-mais-horas-aos-afazeres-domesticos-e-cuidado-de-pessoas-mesmo-em-situacoes-ocupacionais-iguais-a-dos-homens>> Acesso em 15/10/2021

IPEA. **Dossiê mulheres negras:** retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al].- Brasília : Ipea, 2013. 160 p.

_____. **Bolsa Família, Autonomia Feminina e Equidade de Gênero:** o que indicam as pesquisas nacionais?. Texto para discussão. Brasília: RJ, 2017.

MADEIRO, C. **Bolsa Família tira 1,15 milhão de benefícios e tem menor volume desde 2017.** UOL Notícias. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/11/20/em-6-meses-governo-exclui-115-milhao-do-bolsa-familia-e-programa.htm>> Acesso em 15/10/2021

NOVELLINO, M. **Os Estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres.** Trabalho apresentado no XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2004.

OLIVEIRA, C; EVANGELISTA, A. **Negros são os que mais morrem por covid-19 e os que menos recebem vacinas no Brasil.** Revista Brasil de Fato. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2021/04/21/negros-sao-os-que-mais-morrem-por-covid-19-e-os-que-menos-recebem-vacinas-no-brasil>> Acesso em 10/10/2021

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da desigualdade 2021.**

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência.** 2ª ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2015

SÃO PAULO. **Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras Quadro Analítico:** Cidade Ademar. 2016

SILVA, M.; YAZBEK, M.; DI GIOVANNI, G. **A Política Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSATI, A. **Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes.** 2009

_____. **Assistência Social: de ação individual a direito social.** Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC n. 10 – jul./dez. 2007

STROPASOLAS, P; GIOVANAZ, D. **Brasil com fome: pandemia e desmonte do Estado agravam drama dos trabalhadores.** Revista Brasil de Fato Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2021/08/11/brasil-com-fome-pandemia-e-desmonte-do-estado-agravam-drama-dos-trabalhadores>> Acesso em 15/10/2021

UOL. **Auxílio Brasil pode reduzir valor do Bolsa Família de 5,4 mi de pessoas.** Disponível em <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/10/13/auxilio-brasil-pode-reduzir-valor-do-bolsa-familia-de-54-mi-de-pessoas.htm>> Acesso em 15/10/2021

ZAMBONI, M. **Marcadores Sociais da Diferença.** Sociologia: grandes temas do conhecimento (Especial Desigualdades), São Paulo, v.1, p.14 - 18, 2014.

CAPÍTULO 20

A PROBLEMÁTICA DO ASSÉDIO SEXUAL COMO FORMA DE IMPEDIMENTO A MOBILIDADE URBANA DO GÊNERO FEMININO

Kevin Bezerra Ibiapina
Maria da conceição Araújo Pereira
José Rodrigo Alves de Lima
Caylanne Mendes de Souza

RESUMO

A violência contra o gênero feminino permeia pela sociedade e vem se enraizando de geração em geração, sendo tal violência presente nos meios de transportes e agride o direito a cidade de todo indivíduo, que engloba o direito de ir e vir presente na Constituição federal de 1988. O presente trabalho é focado na importunação sexual como um fator de impedimento que o gênero feminino exerça seu direito a cidade e possua acesso a mobilidade urbana, buscando-se verificar o direito à cidade e a relação entre a insegurança do transporte coletivo público e a mobilidade do gênero feminino. Por conseguinte, foi aplicado um formulário online, por meio da plataforma *google forms*, consistindo em uma pesquisa exploratória quantitativa sobre as condições de deslocabilidade relacionada com o assédio sexual, com ênfase no gênero feminino. Tendo isso em vista, os dados levantados nesta pesquisa servirão de base para que sejam tomadas novas decisões quanto a mobilidade do gênero feminino, garantido o seu direito à cidade.

PALAVRAS-CHAVE: assédio, mobilidade, direito, feminino.

INTRODUÇÃO

O direito à cidade é um direito humano e coletivo que defende a ideia que todos os cidadãos sintam-se pertencidos a cidade e possam desfrutar de uma vivência plena e segura do espaço público, este termo foi criado pelo sociólogo e filósofo Henri Lefebvre, durante uma onda de protestos contra as mudanças do sistema educacional na Paris de 1968, tal movimento, alimentado pela crescente reprovação das políticas trabalhista e educacional do governo De Gaulle resultou em uma greve geral e mobilizou toda a capital francesa. A verdade é que este movimento pode ser considerado o estopim para outros que o sucederam no mundo inteiro. lutas para defender as liberdades civis democráticas, a luta feminista, os direitos dos imigrantes, a luta contra o racismo, contra a homofobia entre outras lutas surgiram ao redor do mundo depois de maio de 1968.

Segundo Raquel Rolnik (2016), o estado não pode afirmar que as mulheres gozam do Direito à Cidade, uma vez que próprio estado não consegue garantir que as mulheres consigam se locomover, não apenas nas ruas, mas também nos transportes públicos, com o mínimo de

segurança. Todo o sistema de transporte que temos hoje em nossa sociedade, está sujeito a um efeito de segregação de pessoas, seja ela ocasionadas pela classe econômica, pelo gênero sexual, por incapacidades físicas, etc.

Destarte, o presente trabalho objetiva avaliar se os indivíduos usufruem do direito à cidade e verificar se existe relação entre o sentimento de insegurança no transporte coletivo público e a mobilidade do gênero feminino.

Tendo isso em vista, Haydée Svab (2016) relata que o gênero feminino utiliza mais transporte público coletivo, sendo o uso do ônibus o mais representativo, porém de acordo com os Instituto Locomotiva e Instituto Patrícia Galvão (2019), 46% das mulheres não se sentem seguras para utilizar transportes para se locomover, sendo o receio de ser assediada sexualmente a principal causa. Ainda, segundo eles, 97% das mulheres já foram assediadas em algum tipo de meio de transporte. No sistema de transporte de ônibus coletivo, 41% das entrevistadas já receberam olhares insistentes e imponentes e 35% afirmam já terem sido “encoxadas”, 51% dizem que o transporte público é o que as deixam com o sentimento de mais insegurança, se comparados ao transporte por aplicativo ou táxi.

Algumas medidas para proteção contra todos os tipos de abusos sexuais vem sido tomadas pelos governos de alguns estados brasileiros, mesmo que algumas destas medidas sejam um pouco questionáveis, por terem sido apresentadas como solução final para esse problema tão enraizado, como por exemplo, a Rio de Janeiro (2006) que criou um vagão especial de uso exclusivo para as mulheres, no sistema ferroviário e metroviário, tal determinação foi regulamentada segundo a Rio de Janeiro (2016), que alterou e adicionou algumas particularidades como obrigação: criação de campanhas publicitárias educativas, com o intuito de inibir o aumento de casos de assédio, a disponibilização da gravação de imagens das infrações e sempre que possível a identificação do infrator, e suspensão de horários específicos para o uso do vagão exclusivo, sendo assim de direito o uso de vagão exclusivo feminino o dia inteiro, sem interrupções; tal mudança impôs mais responsabilidades às empresas responsáveis pela administração do sistema ferroviário e metroviário.

Além do vagão exclusivo de uso feminino, outra solução tem chamado bastante atenção no combate a importunação sexual, é o chamado Botão do pânico contra assédio em ônibus de Belo Horizonte, sendo o dispositivo acionado pelo motorista sempre que houver queixa de qualquer passageiro de assédio, ao ser pressionado o botão emite um alerta para a guarda municipal e essa recebe em tempo real a localização do veículo e em seguida parte em direção

ao mesmo para tomar todas as medidas cabíveis (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2018). Junto com esse dispositivo a prefeitura distribuiu o uso de apitos para as passageiras e proporcionou treinamento para os motoristas e agentes da guarda municipal.

Raquel Rolnik (2016), aborda uma campanha de apoio as mulheres no metrô de São Paulo, tal ato teve como objetivo diminuir o número de assédio sexual sofrido pelo gênero feminino, porém a campanha, para a mesma, foi feita de forma inadequada e não era capaz de atender a seu propósito, uma vez que os rostos das propaganda eram 3 homens fortes, em posição de intimidação, com a frase “ Você não está sozinha” em caixa alta, a ideia de que as mulheres precisaram sempre de homens para protege-las vai na contra mão de todos os avanços e conquistas feministas. As mulheres lutam por uma sociedade em que não precisem de ninguém para defendê-las, mas para respeitá-las.

REFERENCIAL TEÓRICO

Em pleno século XXI o gênero feminino ainda batalha pela conquista da igualdade em meio a sociedade, uma vez que, o machismo ainda se mostra presente no dia a dia das mulheres de forma ostensiva. Dentre as diversas formas que esse preconceito se manifesta pode-se destacar os mais graves, que são a violência e o assédio sexual que assola o gênero feminino.

Pesquisas recentes mostram um panorama dessa situação. De acordo com FBSP (2020), os crimes de violência contra a mulher ainda se mostram de modo crescente, mesmo após ser promulgado no ano de 2009 a lei nº 12.015, que trata dos crimes contra a dignidade sexual. Segundo o FBSP (2020), após coleta de dados entre os anos de 2009 e 2018, foi registrado que os números de feminicídios tiveram um crescimento de 11,3%. Além disso, o FBSP (2020) ainda apresenta que dentre os casos registrados de violência sexual, 81,8% atingiram o gênero feminino, sendo que desse total 53,8% tinham idade igual ou inferior a 13 anos, o que revela tamanha crueldade. Dessa forma, fica evidente que o poder público tem que ser mais atuante para reduzir a quantidade de crimes que são praticados contra o gênero feminino, posto que, isso é um dos fatores principais a serem superados para garantir a equidade social entre os gêneros.

Outrossim, a violência que atinge as mulheres é manifestada em diversos locais, como no seu próprio lar ou em espaços públicos, podendo partir por parte do parceiro ou por terceiros. À vista disso, surge o questionamento de como se reflete as atividades diárias de uma mulher em relação a sua segurança, como o simples deslocamento de sua residência para um

determinado lugar, visto que elas foram e são tratadas de forma hostil em diversas ocasiões do seu dia a dia (RODRIGUES, 2020).

Por conseguinte, como mencionado anteriormente, a insegurança dificulta a mobilidade das mulheres em meio às cidades, fazendo com que algo que deveria ser simples, como o deslocamento a pé ou a utilização dos transportes coletivos, vire algo angustiante. Segundo Rodrigues (2020) é fácil de notar a falta de direito à cidade por parte da mulher, já que as mesmas, diferentemente dos homens, não possuem acesso seguro para transitar no ambiente público. Ela exemplifica tal situação, ao relatar que a falta de ruas iluminadas ou calçadas torna um percurso cada vez mais perigoso dependendo do horário de deslocamento, o que faz com que as mulheres deixem de utilizar esses locais da cidade em decorrência do medo e insegurança.

O medo ou receio, são sentimentos que estão presentes no dia a dia de uma mulher ao tentar se deslocar em meio aos centros urbanos. Isso fica mais claro, segundo o Datafolha (2018), foi relatado que 42% das mulheres brasileiras, com idade superior a 16 anos, já sofreram algum tipo de assédio sexual. Ainda segundo ele, também foi identificado que os casos de assédios predominam em meio às ruas e no transporte público, sendo registrado que 29% das mulheres adultas declaram que já sofreram assédio sexual nas ruas e 22% afirmaram ter sofrido assédio no transporte público.

Inclusive, de acordo com Datafolha (2018), foi relatado que os tipos de assédios variam de acordo com a ocasião, sendo que nas ruas predomina a forma verbal e no transporte público a maioria das ocorrências é o assédio físico. Certamente, esses tipos de importunação sexual prejudicam o direito de ir e vir por parte da mulher, fazendo com que essas, muitas vezes, deixem de utilizar os espaços públicos e de usufruir as oportunidades que a cidade pode oferecer como o acesso à educação, ao lazer e ao trabalho.

Segundo Silva (2018), diante do aumento de cargos ocupados por mulheres no mercado de trabalho, surge a necessidade de que medidas de proteção sejam oferecidas para esse gênero, objetivando que estas possam utilizar espaços públicos com maior segurança, visando coibir a impunidade de pessoas que utilizam o espaço público como escudo, já que nesses locais o agressor tem a ação facilitada diante da possibilidade de anonimato.

Temos a Brasil (2018), que trata sobre importunação Sexual, tornou crime qualquer ato de impertinência de cunho sexual, como a prática de atos libidinosos na presença de uma segunda pessoa sem o seu prévio consentimento, o que antes era considerado apenas

contravenção. Tendo isso em vista, a principal motivação para entrar em vigor foram abusos sofridos e denunciados por mulheres, sendo seus agressores liberados logo em seguida. Com isso, o estopim foi o caso de um homem que foi preso ao ejacular em uma passageira, segundo Rosa, Tomaz e Reis (2017), após ter sido liberado impune, o homem voltou a cometer importunação sexual ainda na mesma semana. Além disso, vale destacar que, o mesmo autor do crime já havia sido acusado em 17 situações de crime sexual, mas sendo liberado impune em todas elas, obtendo ainda uma decisão judicial que não legitimou o constrangimento da vítima.

Segundo Olga (2018?), o caso envolvendo Diego Novaes, homem que ejaculou no pescoço de uma mulher e se esfregou em outra dentro de um transporte público em São Paulo, foi o que alavancou para a promulgação da lei de importunação sexual. Ela reconhece que a aprovação dessa lei representa uma vitória para as mulheres, porém ela ainda alerta que:

Ainda assim, os desafios para garantir a efetividade da lei são diários. Este é, portanto, um convite para enxergar a Justiça pela lente das mulheres, com contextos e desigualdades diversas, mas todas ansiosas pelo mesmo futuro: o respeito ao seu corpo e à sua cidadania. (OLGA, 2018?, p.5)

Segundo Rodrigues (2020), a mobilidade feminina vive um momento de mudanças complexas, onde há uma evidente evolução da sociedade no que diz respeito às questões de gênero. Porém, ela ainda destaca que, atualmente, a segurança patrimonial e física das mulheres ainda é um impedimento para elas, sendo esse um fator prejudicial para o avanço na consolidação de sua autonomia.

Atualmente algumas medidas vêm sendo tomadas, visando a segurança das mulheres, como a separação de passageiros nos transportes públicos a partir do gênero, porém esse tipo de proposta não pode ser tratado como algo definitivo, mas sim, como uma política afirmativa de curto prazo. Além disso, vale destacar que a medida de separação é algo que recebe muitas críticas por parte da população, pois na visão desses críticos essa medida acaba naturalizando a prática do assédio (ALBUQUERQUE, 2020).

METODOLOGIA

Foi aplicado um formulário online, que obteve 146 indivíduos, sendo destinado ao público em geral com idade superior a 18 anos, sem restrição de localização. Além disso, a pesquisa se classifica como pesquisa exploratória para a obtenção dos dados, consistindo assim, em uma análise quantitativa visando obter números a respeito do tema abordado. Tendo em vista, Oliveira et al (2013) recomenda o uso de formulários devido a flexibilidade, a facilidade

na aquisição de participantes, e poder ser utilizado em qualquer segmento da população, por essas razões escolhido como método de obtenção de dados.

RESULTADOS

A pesquisa foi realizada por meio da plataforma *google forms*, entre os dias 29 de novembro e 01 de dezembro de 2020, o público-alvo da pesquisa eram indivíduos maiores de 18 anos, não houve restrição de cidade ou estado, ou respostas de pessoas com idade superior a 50 anos.

A amostra é composta de 146 indivíduos, sendo 67,81% destes do gênero feminino e 32,19% do gênero masculino. A tabela 1 mostra a relação do gênero e da cor/raça autodeclarada.

Tabela 1: Relação dos entrevistados quanto ao gênero e a cor/raça autodeclarada.

Gênero \ Cor/raça autodeclarada	Cor/raça autodeclarada				Total
	Amarela	Branca	Negra	Parda	
Feminino	1	54	9	35	99
Masculino	0	26	1	20	47

Fonte: Autoral (2020).

Cerca de 54,79% da amostra autodeclarou-se branca, 37,67% pardas, 6,85% negras e 0,69% amarelas. De acordo com os dados obtidos a maioria das respostas são de mulheres brancas.

A pergunta de número 5 do formulário: “Quais tipos de transporte público ou coletivo você já utilizou? (Pode marcar mais de uma alternativa)” tinham como alternativa os seguintes transportes: trem, ônibus e van. Como podiam marcar mais de uma alternativa, consideraremos para efeito de cálculo a soma das pessoas que responderam para cada tipo de transporte. Logo, temos que 33 mulheres que marcaram somente ônibus, 44 ônibus e van, 3 trem/metrô e metrô e ônibus e 18 trem/metrô, ônibus e van, logo, no total das 99 mulheres que responderam à pesquisa 98 já se locomoveram usando o ônibus como transporte. Seguindo esta lógica, 45 dos 47 homens também já utilizaram este tipo de modal.

As tabelas 2 e 3 ainda mostram a relação do tipo de modal com a cor/raça autodeclarada pelos entrevistados. Sobre esta pergunta conclui-se que 98,99% das mulheres e 95,74% dos homens, já utilizaram o ônibus. Mulheres com idade entre 18-24 anos são as que mais utilizaram o ônibus como tipo de transporte, chegando a 36,36 % do número total feminino. Mulheres brancas com idade entre 18-24 anos também são as que mais utilizaram ônibus.

Tabela 2: Relação dos meios de transportes públicos já utilizados pelos entrevistados (permitido a marcação de mais de uma opção).

Cor/Raça autodeclarada	Amarela			Branca			Negra			Parda		
	18-24	25-35	36-50	18-24	25-35	36-50	18-24	25-35	36-50	18-24	25-35	36-50
Ônibus	0	0	0	9	8	0	0	1	1	9	3	2
Ônibus, Van	1	0	0	17	1	1	4	2	0	12	4	2
Trem/Metrô, Ônibus	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0
Trem/Metrô, Ônibus, Van	0	0	0	8	4	2	1	0	0	0	3	0
Van	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Total Geral	1			54			9			35		

Fonte: Autoral (2020).

Tabela 3: Relação dos meios de transportes públicos já utilizados pelos entrevistados (permitido a marcação de mais de uma opção).

Masculino												
Cor/Raça autodeclarada	Amarela			Branca			Negra			Parda		
	18-24	25-35	36-50	18-24	25-35	36-50	18-24	25-35	36-50	18-24	25-35	36-50
Ônibus	0	0	0	2	0	1	0	0	0	3	4	3
Ônibus, Van	0	0	0	12	0	3	0	0	0	3	3	3
Trem/Metrô, Ônibus	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0
Trem/Metrô, Ônibus, Van	0	0	0	2	0	0	0	0	0	4	0	4
Van	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Total Geral	0			26			1			20		

Fonte: Autoral (2020).

Com o intuito de quantificar os assédios que ocorrem em locais públicos, foram inseridas no questionário duas perguntas: “Você já foi vítima de assédio sexual dentro do transporte público? (Opcional)”, “Você já foi vítima de assédio sexual durante um deslocamento a pé? (Opcional)” e “você já presenciou mulheres serem assediadas sexualmente dentro de ônibus, de vans ou ao realizar um deslocamento a pé em uma calçada?”, os resultados apresentados na tabela 4, 5 e 6. As respostas baseiam-se na experiência do assédio ter acontecido com o próprio entrevistado ou na presença dele.

Tabela 4: Relação de entrevistados que já foram ou não vítima de assédio sexual dentro do transporte público.

Respostas Cor/Raça Autodeclarada	Não		Sim	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Amarela	1	0	0	0
Branca	36	22	18	4
Negra	5	1	4	0
Parda	23	20	12	0
Total Geral	65	43	34	4

Fonte: Autoral (2020).

Tabela 5: Relação de entrevistados que já foram ou não vítima de assédio sexual durante um deslocamento a pé.

Respostas Cor/Raça Autodeclarada	Não		Sim	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Amarela	0	0	1	0
Branca	12	23	42	3
Negra	2	0	7	1
Parda	9	20	26	0
Total Geral	23	43	76	4

Fonte: Autoral (2020).

Tabela 6: Relação de entrevistados que já presenciou ou não mulheres serem assediadas sexualmente dentro de ônibus, de vans ou ao realizar um deslocamento a pé em uma calçada.

Respostas Cor/Raça Autodeclarada	Não		Sim		Talvez	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Amarela	0	0	1	0	1	0
Branca	20	16	34	10	54	26
Negra	3	0	6	1	9	1
Parda	11	9	24	11	35	20
Total Geral	34	25	65	22	99	47

Fonte: Autoral (2020).

Pelos dados obtidos 18,18%, 12,12%, 4% e 1% das mulheres brancas, pardas, negras e amarelas, respectivamente, responderam “sim” a pergunta sobre já terem sido assediadas em transporte público, enquanto que 42,42%, 26,26%, 7,1% e 1% das mulheres brancas, pardas, negras e amarelas respectivamente, disseram já ter sido vítima de assédio sexual em deslocamento a pé, o fato da pesquisa ter alcançado cidades interioranas e o transporte público

ser inexistente na maioria destas cidades é motivo da diferença ser mais que o dobro nos diferentes tipos de modais.

De maneira geral, dos 146 entrevistados, 38 responderam “sim”, para a pergunta sobre ter sido vítima de assédio sexual no transporte público e 80 para o deslocamento a pé.

Em percentual, as mulheres também foram as que mais sofreram assédio sexual nos dois tipos de modais questionados, no transporte público, 34,34% das mulheres já foram vítimas, enquanto apenas 10,81% dos homens responderam que “sim” para a mesma pergunta. Já no modal de pedestrianismo, 76,77% das mulheres responderam que “sim” enquanto os homens 10,81%.

O grande distanciamento do percentual de respostas “sim”, para ser vítimas de assédio sexual, em ambos os modais, mostra que as mulheres são as mais afetadas e as que mais sofrem com este problema.

A tabela 6, mostra que cerca de 59,59% dos entrevistados já presenciaram mulheres sendo assediadas nos modais de transporte público ou em deslocamento a pé, o que corrobora com os resultados obtido acima.

Para medir o nível satisfação e segurança ao utilizar o transporte público, os entrevistados responderam as seguintes perguntas: “Na sua visão, as passageiras mulheres possuem necessidades especiais de segurança ao utilizar o transporte público ou coletivo (ônibus, metrô, trem, van, etc.)? ” e “Na sua visão, as passageiras mulheres possuem necessidades especiais de segurança ao utilizar o transporte público ou coletivo (ônibus, metrô, trem, van, etc.)? ”, em ambas as alternativas de respostas eram “sim” ou “não” e alternativa “talvez” na pergunta sobre necessidade de um sistema de segurança especial para mulheres, nas tabelas 7 e 8 podemos observar as respostas obtidas, junto com uma análise por gênero e cor/raça autodeclarada.

Na tabela 7, 86,87% do total de mulheres, afirmam que as mulheres têm necessidades especiais no transporte público. A maioria dos homens (76,60%), também concordam com a afirmativa acima.

Na tabela 8 podemos observar que 93,15% dos entrevistados, concordam que o as plataformas de espera, ou pontos de ônibus devem ter sua segurança reforçada e com soluções que envolvam principalmente a seguridade feminina.

Tabela 7: Opinião dos entrevistados quanto as passageiras mulheres possuírem ou não necessidades especiais de segurança ao utilizar o transporte público ou coletivo (ônibus, metrô, trem, van, etc.).

Respostas Cor/Raça Autodeclarada	Não		Sim		Talvez	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Amarela	0	0	1	0	1	0
Branca	5	6	49	20	54	26
Negra	1	0	8	1	9	1
Parda	7	5	28	15	35	20
Total Geral	13	11	86	36	99	47

Fonte: Autoral (2020).

Tabela 8: Opinião dos entrevistados quanto a necessidade de haver ou não mudanças que visem a melhoria da segurança de mulheres em pontos de ônibus e plataformas de transportes públicos.

Respostas Cor/Raça Autodeclarada	Não		Sim		Talvez	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Amarela	0	0	1	0	0	0
Branca	0	0	53	23	1	3
Negra	0	0	8	1	1	0
Parda	2	0	33	17	0	3
Total Geral	2	0	95	41	2	6

Fonte: Autoral (2020).

Para medir a relação entre sentir-se seguro para denunciar um assédio sexual e acreditar ou não na justiça para punir os assediadores, foram feitas seguintes perguntas aos entrevistados: “Você se sente seguro (a) em denunciar um assédio?” e “Você acha que a justiça pune os assediadores?” as respostas as ambas as perguntas consistiam nas alternativas “sim”, “não” ou “talvez”.

As mulheres são as que se sentem mais inseguras para denunciar o crime de assédio, cerca de 49,49% não denunciariam, a pesquisa também chegou na conclusão de que mulheres negras ainda se sentem mais inseguras quando comparadas as que autodeclararam brancas, pardas ou amarelas. 7 de 8 mulheres (77,78%) negras não denunciariam, enquanto 38,88% das brancas, 60% das pardas não se sentem seguras para apontar um assédio. 47,68% dos homens sentem segurança para denunciar o crime, e 31,91% talvez denunciariam.

Já sobre a confiabilidade no sistema de justiça brasileiro, os dados obtidos na tabela 8, externam a extrema falta de confiança em tal sistema. Cerca de 81,51% dos entrevistados

acreditam que a justiça não pune os assediadores, 87,88% do total de mulheres não acredita na justiça para punir os crimes de assédio.

Os dados das tabelas 9 e 10 podem ser apontados como o motivo pelo qual casos de assédio ainda é um problema tão gritante em nossa sociedade. Se a vítima não confia no sistema para denunciar o agressor e não confia na justiça para punir o mesmo, fica inviável assumir que a vítima tem direito a cidade.

Tabela 9: Opinião dos entrevistados sobre o quanto eles se sentem seguros em realizar uma denúncia de assédio.

Respostas Cor/Raça Autodeclarada	Não		Sim		Talvez	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Amarela	0	0	0	0	1	0
Branca	21	8	10	12	23	6
Negra	7	0	1	0	1	1
Parda	21	3	6	9	8	8
Total Geral	49	11	17	21	33	15

Fonte: Autoral (2020).

Tabela 10: Relação dos entrevistados que acham que a justiça pune ou não os assediadores.

Respostas Cor/Raça Autodeclarada	Não		Sim		Talvez	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Amarela	1	0	0	0	0	0
Branca	49	17	0	0	5	9
Negra	6	1	1	0	2	0
Parda	31	14	2	2	2	4
Total Geral	87	32	3	2	9	13

Fonte: Autoral (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados em alguns aspectos ficaram aproximados com os que outras pesquisas de mesmo tema realizaram. Alguns pontos como a necessidade de implementação de medidas de segurança especiais no transporte público coletivo para as mulheres, receberam resposta positiva dos entrevistados, o que confirma a importância da mesma e revalida as medidas que vêm sendo tomadas por alguns governos estaduais e municipais de nosso país, como o vagão exclusivo no Rio de Janeiro e o botão de alerta de assédio em Belo Horizonte.

Através da pesquisa foi possível inferir que nem todos os indivíduos estão exercendo seu direito à cidade, detectando que independente do modal escolhido as mulheres estão susceptíveis ao assédio sexual nos transportes e vias públicas, desta forma tornar-se quase que insustentável a situação de locomoção feminina na cidade. O problema em questão está muito enraizado na nossa sociedade, e antes de qualquer medida que o governo possa tomar para aliviar os danos para as mulheres, é preciso educar a sociedade, lembrar os princípios como ter respeito pelo corpo e o espaço do outro.

A realidade do transporte público coletivo para as mulheres de fato é mais dura em todos os aspectos, o receio de ser violentada e assediada sexualmente é um dos principais pontos que prova que o direito à cidade não está garantido para elas. Outro fato que pode ser levado em consideração quanto a insegurança no sistema de transporte para o gênero feminino é a falta de apoio no sistema de denúncia que os estados propõem, muitas das vítimas são desacreditadas e julgadas ainda dentro do modal do abuso. Com isso, é possível verificar que o sentimento de insegurança no transporte público coletivo afeta diretamente a mobilidade do gênero feminino, considerando ainda, que a sociedade sempre tende a culpar a vítima e essa na maioria das vezes acaba não denunciando e calando-se diante do abuso sofrido.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. **De Quantos Caminhos Se Faz Um Direto? – Mobilidade E Gênero Nos Quadros De Cidade**. Mestrado em Direito. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2020.

BRASIL. Decreto-lei nº 13.718. de 24 de setembro de 2018. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder executivo, Brasília, DF, 25 set. 2018. Seção 1, p.1.

DATAFOLHA. **42% Das Mulheres Brasileiras Já Sofreram Assédio Sexual** - 11/01/2018. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2018/01/1949701-42-das-mulheres-ja-sofreram-assedio-sexual.shtml>. Acesso em: 3 dez. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA-FBSP. **Estatísticas** - Fórum Brasileiro De Segurança Pública. 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/estatisticas/>. Acesso em: 4 dez. 2020.

INSTITUTO LOCOMOTIVA e INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Segurança Das Mulheres No Transporte**. p.1-20, 2019. Disponível: https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/5/2019/06/IPG_Locomotiva_2019_Segurani_das_mulheres_no_transporte.pdf. Acesso em: 6 dez. 2020.

OLGA, O. T. **Tudo Sobre A Lei De Importunação Sexual**. 1 ed. p.3-5, 2018?. Disponível em: https://www.trf3.jus.br/lis/Cartilha_LIS.pdf. Acesso em 6 dez. 2020.

OLIVEIRA, J. et al. **O questionário, o formulário e a entrevista como instrumentos de coleta de dados:** vantagens e desvantagens do seu uso na pesquisa de campo em ciências humanas. III Congresso Nacional de Educação. Rio Grande do Norte. 2013.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Ônibus Serão Equipados Com Botão Do Pânico Para Denunciar Importunação Sexual.** 2018. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/onibus-coletivos-de-bh-terao-botao-do-panico-para-denunciar-importunacao-sexual>. Acesso em: 6 dez. 2020.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei nº 4.733, de 23 de março de 2006. **Dispõe sobre a destinação de espaços exclusivos para mulheres nos sistemas ferroviário e metroviário do estado do rio de janeiro**, Rio de Janeiro, RJ, mar 2006. Disponível em: <<https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/88243/lei-4733-06>>. Acesso em: 3 dez. 2020.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei nº 7.250, de 4 de abril de 2016. **Altera e acrescenta dispositivos à lei nº 4733, de 23 de março de 2006, que dispõe sobre a destinação de espaços exclusivos para mulheres nos sistemas ferroviário e metroviário do estado do rio de janeiro**, Rio de Janeiro, RJ, mar 2006. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/rj/lei-ordinaria-n-7250-2016-rio-de-janeiro-altera-e-acrescenta-dispositivos-a-lei-n-4733-de-23-de-marco-de-2006-que-dispoe-sobre-a-destinacao-de-espacos-exclusivos-para-mulheres-nos-sistemas-ferroviario-e-metroviario-do-estado-do-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

RODRIGUES, M. **O Vagão Rosa Em Foco:** A Mobilidade Feminina Como Questão De Gênero No Distrito Federal. Graduação em Direito. Centro Universitário de Brasília. 2020.

ROLNIK, R. **As Mulheres Também Têm Direito À Cidade?.** 2016. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/as-mulheres-tamb%C3%A9m-t%C3%A0-direito-%C3%A0-cidade-183729999.html>. Acesso em: 1 dez. 2020.

ROSA, A.; TOMAZ, K. e REIS, V. **Homem Solto Após Ejacular Em Mulher Em Ônibus É Preso De Novo Ao Atacar Outra Passageira.** G1. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/homem-e-presosuspeito-de-ato-obsceno-contra-mulher-em-onibus-3-caso-em-sp.ghtml>. Acesso em: 6 dez.2020.

SILVA, L. **Assédio Sexual Contra Mulheres Em Transporte Público:** Das Passageiras À Empresa. Mestrado em Psicologia. Universidade Federal de São Carlos. 2018.

CAPÍTULO 21

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: ATUAIS IMPACTOS ECONÔMICOS GERADOS PELA UNIPAMPA NO MUNICÍPIO DE BAGÉ

Leandro Blass
Guilherme Goergen
Anderson Luis Jeske Bihain
Claudio Sonaglio Albano

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo analisar os impactos econômicos gerados pela Universidade Federal do Pampa - Unipampa (Campus Bagé e Reitoria) no município de Bagé/RS. Foram utilizados dados econômicos do período de 2018 a 2020 e dados qualitativos, oriundos de entrevistas com representantes de diversos setores da economia local. Os resultados demonstram que o impacto no PIB através de salários, bolsas, atração de novos moradores, entre outros, do município é expressivo (cerca 2,1% para o ano de 2020). As entrevistas evidenciaram que a sociedade percebeu uma clara mudança de hábitos de consumo e uma perceptível dinamização da economia local. Finalmente, os resultados também indicam que as novas universidades, em especial as criadas pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), têm menor poder de atração de pessoas que as universidades tradicionais.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento regional, Impactos econômicos, Políticas públicas, Universidade pública, Economia regional.

INTRODUÇÃO

De acordo com dados do último censo disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018) o Rio Grande do Sul (RS) posiciona-se como a quarta maior economia brasileira, participando com cerca de 6,53% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro (R\$ 457.294 milhões). O estado possui um PIB per capita, anual, superior à média, brasileira, em torno de 40 mil reais ao ano (IBGE, 2018). Além disso, se destaca com alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sendo este em 2010 igual a 0,746. Este fato posiciona o RS como o 6º dentre os estados brasileiros, atrás apenas do Distrito Federal, São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Paraná (IBGE, 2010).

Apesar destes dados, econômicos e sociais positivos, o RS possui uma forte divisão entre a Metade Norte e Metade Sul (regiões geográficas). A primeira marcada por avanços em industrialização e competitividade, e a segunda por uma estagnação econômica (AREND; CARIO, 2010). A Metade Sul do RS possui 105 municípios (ante 392 da metade norte),

concentra-se em grandes propriedades rurais, tradicionalmente formou sua matriz econômica nas atividades de pecuária e produção de arroz, e mais recentemente na produção de soja, olivais e vitivinicultura. De acordo com Kuplich, Capoane, Costa (2018), somente no período compreendido entre os anos de 2000 a 2015 a área plantada com soja no RS aumentou 188,5%. A vitivinicultura é outra atividade que vem transformando a atividade rural na região, principalmente após o reconhecimento da Identificação Geográfica (IG) conhecida como paralelo 31, local conhecido para a produção de vinhos no mundo. Nunes e Karnopp (2013) destacam que, estas atividades econômicas, diferentemente do desenvolvimento das demais regiões do país, são voltadas para o mercado interno (brasileiro) e não agregam alto valor aos produtos. Este fato torna frágil a matriz econômica da maioria destes 105 municípios, e configura uma base econômica bastante dependente da agropecuária, em especial da produção de bovinos e da orizicultura (NUNES; KARNOPP, 2013).

Desta forma, governos e demais segmentos da sociedade demonstram preocupação com a estagnação da Metade Sul do RS. Segundo Coronel, Alves, Amaral (2007), algumas ações foram tomadas, como a inserção da região em programas específicos de desenvolvimento nacional como o Programa de Fomento e Reconversão Produtiva da Metade Sul do RS (RECONVERSUL) e o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (PROMESO).

Frente a este panorama, em 2006 foi implantada a Universidade Federal do Pampa - Unipampa, tendo como um dos objetivos, o desenvolvimento socioeconômico da Metade Sul do RS. Conforme a lei de criação da Unipampa (Lei nº 11.640, de 11 de janeiro de 2008), a intenção da instalação da universidade na Metade Sul do RS foi de ajudar no processo de alavancagem do desenvolvimento desta região. O artigo 2º da Lei expressa que: “A Unipampa terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do RS”.

Na literatura se encontram diversos estudos sobre o tema universidade e o desenvolvimento local e regional. Nunes (2019), fez uma análise do impacto do conhecimento gerado pela universidade na mudança de hábitos de pensamento necessários ao desenvolvimento regional. Como resultado foram apontados, principalmente, que ações de extensão promovem novas formas de pensar, houve maior disseminação do conhecimento e foi constatada mudança de hábitos de pensamento pré-estabelecidos. Os impactos da instalação das universidades ocorrem principalmente de forma local e regional, de forma direta, no período de

curto prazo, sinalizando aumento da demanda, emprego e renda; e indiretamente a longo prazo é perceptível um dinamismo de conhecimento (HOFF; SAN MARTIN; SOPENÃ, 2011; BAUMGARTNER, 2015; DUTELL; OLIVEIRA; MUNARETTO, 2019; OLIVEIRA; DEPONTI, 2016; NIQUITO; RIBEIRO; PORTUGAL, 2018).

Além de proporcionar a formação acadêmica, a universidade pode, e deve, contribuir para o desenvolvimento da economia regional, por intermédio da qualificação da mão-de-obra, desenvolvimento de pesquisas e da transferência de tecnologia. Assim, os trabalhos acima citados confirmam a importância do tema, ratificando a relevância deste trabalho, que apresenta como objetivo geral: identificar o impacto econômico (direto e indireto) gerado na economia da cidade de Bagé/RS, com a implantação da Unipampa. O trabalho faz parte do projeto de pesquisa Análise do perfil socioeconômico e de vulnerabilidade social do município de Bagé - RS: entendimento e projeções, registrado na Universidade Federal do Pampa, com o código de registro: 2022.PE.BG.1134.

REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico abordam-se conceitos, teorias e estudos que permitem maior contextualização do tema, bem como justificam o processo de coleta e análise dos dados. Desta forma, são tratados os temas: desenvolvimento regional e local gerados pela instalação de universidades e o contexto da cidade de Bagé/RS, cidade foco deste trabalho.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL GERADOS PELA INSTALAÇÃO DE UNIVERSIDADES

Nas décadas de 1950 e 1960 a busca pelo desenvolvimento econômico era suportada no crescimento impulsionado pelo progresso técnico. Assim, as universidades desempenhavam um papel na busca desse objetivo. A conexão entre a universidade e o processo de desenvolvimento regional era relacionada com a oferta da região, ou seja, consideravam-se os níveis de industrialização, mão de obra, insumos, entre outros fatores. No entanto, a região era responsável por definir se a universidade constituía relevância do ponto de vista do desenvolvimento. Assim, em regiões mais desenvolvidas as atividades das universidades teriam um impacto maior (FERNANDES, 2007; LV, 2017).

Este cenário sofreu alteração com o transcorrer do tempo. Barros, Bilessimo (2016) afirmam que o papel das universidades no desenvolvimento regional vem recebendo uma atenção crescente nos últimos anos, o entorno universitário apresenta vantagens, investimentos locais, sendo visado como fonte de pessoal qualificado, e a interação entre universidade e

empresa acontece em função da utilização dos recursos humanos qualificados, conhecimentos técnicos e infraestrutura ofertadas pelas universidades.

Chiarello (2015) afirma que a contribuição mais notória se dá quando há conexão entre as universidades, os governos e as empresas, denominado por ele como modelo da Tríplice Hélice. Da mesma forma Oliveira e Deponti (2016) confirmam a tese de Chiarello, que as universidades possuem uma grande capacidade transformadora da realidade social, porém sem a cooperação proposta pelo modelo da Tríplice Hélice, torna-se difícil as universidades sozinhas conseguirem solucionar os problemas sociais locais e regionais. Ainda destaca que, conseguir alinhar a Tríplice Hélice não é uma tarefa fácil, exige conversas e alinhamento, observando as particularidades normativas, que dificultam maior interação entre estes atores (OLIVEIRA; DEPONTI, 2016).

As universidades impactam de forma direta e indireta o desenvolvimento regional. Quando se trata da forma direta, refere-se aos impactos econômicos, ou seja, aumento da circulação financeira: salários de professores e funcionários, gastos de alunos, investimento na infraestrutura/obras. Esses fatores, quando somados, formam uma combinação que busca desempenhar um efeito econômico múltiplo e dinâmico na economia local (LIAO, 2019). De forma indireta, pode-se considerar a melhor qualificação de mão-de-obra, pesquisas desenvolvidas, atração de novos habitantes (estudantes e funcionários), entre outros.

A instalação das universidades, diversifica e dinamiza o conhecimento e oferece suporte ao desenvolvimento local e regional. Há uma relação importante entre a educação, o desenvolvimento e o crescimento econômico, ocasionado pelas instalações das universidades, sendo uma das principais contribuições a formação qualificada do profissional que irá ingressar no mercado de trabalho local, colaborando com mão de obra especializada (VALERO, 2019).

No mesmo sentido, Santos e Tavares (2016) afirmam a importância das instituições de ensino superior, principalmente no interior dos estados, em lugares de difícil acesso ao conhecimento. Sendo assim, destacam alguns pontos importantes: integração social, econômica e cultural de espaços regionais antes isolados; qualificação profissional; inclusão social; ensino, pesquisa e extensão orientados para a interação e integração das cidades e estados de referência. Neste mesmo contexto de instalações das universidades, com foco no interior dos estados, pode-se afirmar que, o processo de interiorização do ensino superior surge como forma de inclusão social por meio da democratização de acesso ao ensino, ou seja, da compreensão da importância do seu desenvolvimento, que diretamente impacta na melhoria na qualidade da educação

pública, gerando empregos em diversas áreas, pois, exige de qualificação técnica para a manutenção dos campi. Os movimentos sociais e econômicos nas cidades, ou seja, de profissionais e estudantes, contribuem para alavancar a economia por meio da procura por aluguéis, hotéis, casas, transportes etc, e o desenvolvimento local e regional se torna uma das consequências a partir da interiorização da universidade (SANTOS, 2017; CAMARGO; ARAÚJO, 2018; COSTA, 2017; TISCHER; ROCHA, 2017).

Já Baumgartner (2015) afirma que nas cidades onde há universidades instaladas, a contribuição vai além do desenvolvimento social, educacional e cultural e acabam se tornando grandes agentes econômicos e políticos. No caso das cidades médias e pequenas, acabam se tornando uma das maiores fontes de empregos locais e detêm, em algumas situações, orçamentos maiores que do próprio município. Em geral, a alocação dos recursos orçamentários e investimentos do governo federal é uma demanda política. Quando o investimento é em pesquisa e educação contribui para o desenvolvimento e o crescimento econômico e social. Estes investimentos, determinarão o papel que as Universidades e os Institutos Federais assumirão no futuro.

Por outro lado, é preciso atentar para os possíveis impactos econômicos negativos que a instalação da universidade pode causar, especialmente em relação ao aumento do custo de vida da população local. Baumgartner (2015) afirma que não são apenas pontos positivos que marcam a instalação das universidades. Geralmente, o objetivo da instalação das universidades em uma região é promover desenvolvimento e crescimento econômico da cidade e região depreciadas financeiramente, porém esses locais pouco desenvolvidos não possuem grandes diversificações econômicas, de trabalho e crédito, isso dificulta a abertura de novos serviços e comércios para atender as necessidades decorrentes da nova instituição e como consequência o recebimento parcial dos lucros do impacto econômico direto do campus.

Além de não dispor de recursos financeiros e tecnológicos, pode acontecer a deterioração do padrão de vida dos moradores que ali habitam Isso ocorre porque a chegada de pessoas mais capacitadas e com maior renda provoca um aumento no custo de vida desta comunidade através do aumento dos custos de moradia e alimentação. Além disso, empresas de fora podem ter interesse em ofertar novos serviços e comércios em busca de suprir o desenvolvimento da universidade e contratar a população local por baixos salários.

De frente ao assunto impactos indiretos, o estudo de Zavale e Macambo (2016) relacionando universidade-indústria concluiu que a universidade ainda não produziu impacto

no desenvolvimento moçambicano devido à natureza de sua economia, do perfil das empresas e potencial científico reduzido. Outras pesquisas confirmam a afirmação dos autores, ou seja, que o desenvolvimento dependerá da região, Di Nauta, Merola, Caputo, Evangelista (2018). Ainda sob o mesmo aspecto Lima, Lima, Pasqualetto (2015) afirmaram que as instituições de ensino superior têm seu crescimento prejudicado se permanecerem isoladas, e que as parcerias com empresas e governo se tornam um instrumento de criação de novos projetos e convênios, capaz de acelerar o impacto socioeconômico.

De forma sistemática, espera-se que a universidade contribua com o desenvolvimento regional em aspectos como: a) demanda pessoal, responsável por movimentar recursos financeiros através de salários de professores e servidores técnicos; b) investimentos em obras e equipamentos; c) movimentação financeira gerada através dos gastos dos alunos, principalmente os vindos de outras cidades; d) desenvolvimento e conhecimento através do ensino, da pesquisa e da extensão; e) modificação da infraestrutura local relacionada a habitação, transporte, lazer, serviços públicos, entre outras categorias de serviços demandados pelas pessoas envolvidas direta e indiretamente com a universidade; f) instalação de estabelecimentos de conveniência ao “redor” da universidade (empresas de fotocópia, livrarias, papelarias, lanchonetes, etc.); g) surgimento de um ambiente de inovação, através da disponibilização de suporte científico e tecnológico (SERRA ; ROLIM ; BASTOS, 2018).

A instalação de uma universidade, no contexto local e regional, é um importante agente econômico (HAMDAN, 2020). Ela afeta a economia considerando principalmente a geração de capital humano através da qualificação dos alunos e da demanda de mão de obra e consumo de materiais para tarefas educacionais e administrativas. Este último, induz importantes efeitos multiplicadores diretos e indiretos no ciclo econômico (NIQUITO; RIBEIRO; PORTUGAL, 2018; LIAO, 2019).

Além dos fatores acima citados, há que se considerar que as universidades contribuem regionalmente para inovação e desenvolvimento sustentável, especialmente por intermédio da abertura de novos empreendimentos (CASQUEIRO; IRFFI; SILVA, 2020; XIONG, 2020).

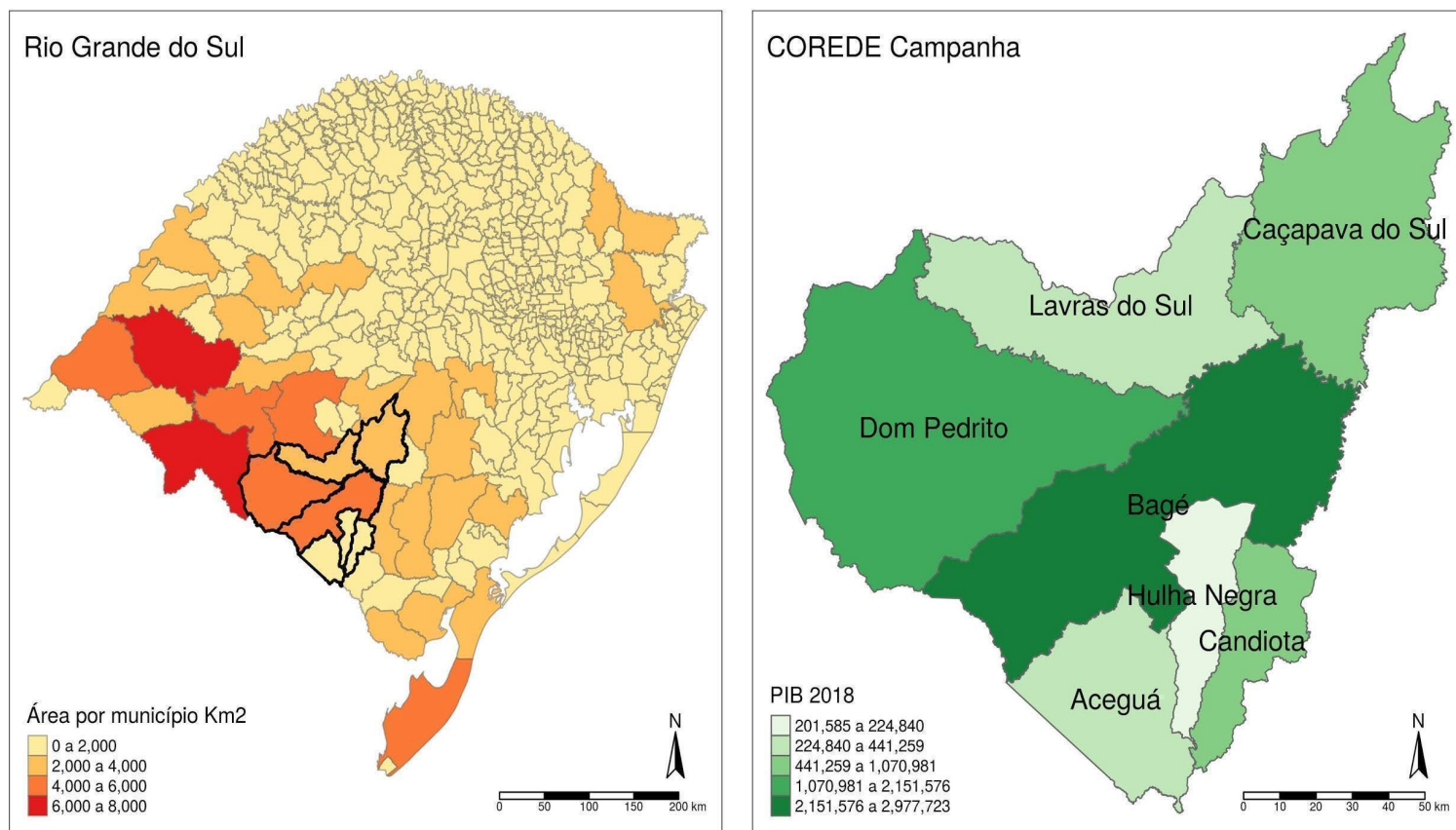
BAGÉ/RS, CONTEXTO ECONÔMICO, SOCIAL E A PROPOSTA DA INSTALAÇÃO DA UNIPAMPA

O município de Bagé pertence ao Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE), campanha e à Região Funcional de Planejamento 6, segundo a classificação da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado do RS (Figura 1). No contexto regional,

Bagé é considerada cidade polo dentre as cidades limítrofes (Aceguá, Caçapava do Sul, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra, Lavras do Sul e Pinheiro Machado), pois é cidade de maior porte (população estimada em 2020 de 121.335 pessoas), responsável por 46,2% do PIB da região da Campanha em 2018.

Bagé está localizada a cerca de 380 km da capital do estado (Porto Alegre) e apenas 60 km do Uruguai, país vizinho que faz fronteira com a cidade. Apesar desta proximidade com o país vizinho, não há grande cooperação econômica para o desenvolvimento da cidade. Indicadores sociais apontam que a cidade carece de infraestrutura e saneamento básico. O município ocupa posições intermediárias no ranking estadual do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), (302º lugar, em 2018) e do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), (155º lugar, em 2010).

Figura 1: Localização geográfica do município de Bagé no estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Autores do trabalho, 2022.

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (2019-2023), a Unipampa tem como papel promover a produção e compartilhamento de conhecimento interligados a pesquisa, ensino e extensão, com o objetivo de contribuir para a qualificação e mudança na vida das pessoas, possibilitando alternativas às demandas da sociedade PDI (2019-2023, pg.19).

Conforme o trabalho de Gentil (2017) a criação da Unipampa representou a abertura de condições para o desenvolvimento regional, trazendo possibilidades de uma realidade diferente da anterior da sua instalação, trazendo a oportunidade para os jovens e adultos de acesso à educação superior.

A região caracteriza-se por uma formação histórico-cultural fortemente influenciada pelas atividades agropecuárias. Em geral, a criação de gado, a indústria frigorífica e a produção de lã identificam as atividades que são desenvolvidas, em grande parte, em médias e grandes propriedades (PDE, 2011). Recentemente, a expansão agrícola tem ganhado espaço, especialmente pelo cultivo das culturas do arroz e da soja, fruticultura e vitivinicultura. Esses aspectos colaboraram, historicamente, para uma baixa ocupação de mão de obra e para estrutura urbana esparsa da região, com grandes vazios demográficos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste tópico estão descritos os procedimentos metodológicos utilizados para atender ao objetivo proposto. O trabalho é de natureza descritiva, visando analisar e correlacionar fatos ou fenômenos de determinada realidade, tentando descrevê-los sem manipulá-los (GIL, 2019). Para a coleta de dados foram utilizadas duas categorias: dados primários e secundários.

Dados primários, oriundos das entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram realizadas com representantes de diversos segmentos da sociedade (cidade de Bagé). Tiveram como objetivo descrever o impacto da implantação da universidade, conforme a percepção dos entrevistados, nos mais diversos segmentos da sociedade, que conforme a literatura (HOFF; SAN MARTIN; SOPENÃ, 2011; BAUMGARTNER, 2015; DUTELL; OLIVEIRA; MUNARETTO, 2019), podem ser impactados pela implantação de uma universidade.

Um segundo objetivo das entrevistas foi o de identificar os impactos indiretos na economia da cidade, tais como: gastos oriundos da renda pessoal dos alunos; gastos oriundos da renda com bolsas; gastos oriundos da renda advinda de projetos; entre outros.

Escolheram-se os seguintes segmentos para as entrevistas: imobiliárias, restaurantes, empresas da construção civil, material escolar/escritório/estudantes, lanches e diversões. Em cada segmento foi escolhida uma empresa que já existia antes da implantação da Universidade, e outra empresa que surgiu após a implantação da Universidade. Em todas as empresas foram entrevistados os gestores das mesmas, que em muitos casos também eram os proprietários. As questões procuraram investigar os seguintes aspectos: perfil da empresa; mudanças significativas na infraestrutura urbana (pavimentação, saneamento básico e empreendimentos

imobiliários) em decorrência da implantação da Universidade; impacto nas atividades econômicas com a implantação da Universidade; nível de interação da empresa com a Universidade; e o impacto da Universidade na formação/qualificação de mão-de-obra. Todos os entrevistados foram mantidos no anonimato, conforme acordo com os mesmos. Estes segmentos estão coerentes com o trabalho de (HOFF; SAN MARTIN; SOPENÁ, 2011; BAUMGARTNER, 2015; DUTELL; OLIVEIRA; MUNARETTO, 2019).

Quanto à análise dos dados das entrevistas, a técnica utilizada foi de análise de conteúdo. Conforme Franco (2018), esta compreende um procedimento sistemático e objetivo de descrição do conteúdo. As respostas foram categorizadas (extraíam-se das mesmas citações e termos que fazem referência aos possíveis impactos da implantação da Universidade).

Dados secundários, obtidos de diversas bases com os objetivos de identificar o impacto dos recursos (diretos e indiretos) oriundos da implantação da Universidade na economia da cidade e complementar as informações das entrevistas.

De modo a construir um retrato quantitativo e direto da situação econômica do município de Bagé, foram utilizados dados econômicos que são comumente empregados para esta finalidade e disponíveis para consulta pública. Dentre eles, foi avaliado o Produto Interno Bruto (PIB) do município e seus derivados (Valor Adicionado Bruto - VAB e PIB per capita), o Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e o Cadastro Municipal de Empresas (ISS). Além disso, dados sobre a população residente e população estimada foram obtidos a partir do IBGE. No Quadro 1 constam os dados utilizados e as respectivas justificativas.

Quadro 1: Dados utilizados e respectivas justificativas.

Dados	Justificativa e origem dos dados
PIB da cidade	Índice utilizado para mensurar o desempenho econômico de uma determinada região (IBGE, 2018).
População da cidade	A população de uma cidade pode ser utilizada para suporte a diversas análises, tais como: PIB per capita; movimentos demográficos; entre outros (IBGE, 2018).
Número (total) de alunos	Utilizado para suporte a outras análises, tais como: comparação com número de alunos de fora da cidade e possibilidade de impacto destes, na economia da cidade; percentual aplicado em bolsas; entre outros (LAI, 2011).
Número (total) de servidores	Salário per capita; comparação com servidores de fora da cidade; impactos na economia com possibilidade de geração de renda e emprego em outros setores (LAI, 2011).
Valor total dos salários pagos aos servidores e terceirizados	Salário médio per capita; impactos na economia com possibilidade de geração de renda e emprego em outros setores (LAI, 2011).

Valor total a título de bolsas (internas e externas) aos alunos	Geração de recursos indiretos (via alunos) e impactos na economia com possibilidade de geração de renda e emprego em outros setores (LAI, 2011).
Valor gasto com restaurante universitário, obras e custeio (água, esgoto, luz, entre outros).	Geração de recursos indiretos e impactos na economia com possibilidade de geração de renda e emprego em outros setores (LAI, 2011).

Fonte: Autores do trabalho, 2022.

Os dados secundários foram obtidos por intermédio de coleta de dados em documentos. A análise documental, é classificada por Gil (2019) como fonte secundária de dados não se limitando a apenas documentos escritos, mas qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno. Os dados analisados neste trabalho correspondem à média aritmética simples do período de 2018 a 2020. Cabe salientar que, para aproximar os valores líquidos efetivamente gastos em salários, foram reduzidos percentuais médios referentes à contribuição para Previdência Social e Imposto de Renda. Os dados foram obtidos por intermédio de um pedido usando a Lei de Acesso à Informação/LAI, junto a gestão da Unipampa. No Quadro 1, estes estão identificados com a origem (LAI, 2011).

RESULTADOS E RESPECTIVAS ANÁLISES

Os resultados quantitativos, e respectivas análises, foram organizados conforme o Quadro 1. Desta forma, são demonstrados os dados conforme a ordem neste quadro e realizadas as respectivas análises. Para as análises, os resultados são confrontados com os resultados das entrevistas, para confirmar os dados ou realizar o contraponto com estes. Esgotados os resultados sobre o Quadro 1, serão demonstrados os resultados das entrevistas.

IMPACTO DIRETO NA ECONOMIA DA CIDADE DE BAGÉ

Nesta seção, analisa-se o impacto direto na economia de Bagé, em especial dos salários pagos a servidores, terceirizados e o pagamento de bolsas para os alunos. Primeiramente, há que se destacar a importância econômica de Bagé no cenário regional. O PIB do município representa 46,2% do PIB da Campanha, muito acima do segundo maior PIB (Dom Pedrito, com 20,5%). Apesar disso, o PIB per capita de Bagé (R\$ 24.620,88) ocupa o penúltimo lugar dentre os municípios da região (Aceguá R\$ 51.069,07; Caçapava do Sul R\$ 24.228,03; Candiota R\$ 66.192,85, Dom Pedrito R\$ 34.347,33, Hulha Negra R\$ 30.024,62, Lavras do Sul R\$ 33.585,41).

No cenário estadual, a participação de Bagé é pouco expressiva. O PIB total gaúcho em 2018 foi de R\$ 457,294 bilhões (4º colocado no ranking nacional), sendo que a região da Campanha representava apenas 1,41% deste total e o município de Bagé apenas 0,65%. Esse

aspecto evidencia a importância de ações no sentido de alavancar a economia da cidade e da região. O PIB bruto bageense aumentou continuamente entre 2002 e 2018 (a menos do ano 2017), saltando de cerca de R\$ 612 mi em 2002 para quase R\$ 3 bi em 2018.

Uma estimativa da injeção de capital oriundo da universidade através de salários pagos de forma direta e indiretamente e através de bolsas pagas aos alunos é apresentada na Tabela 1. Conforme a tabela, no ano de 2020 foram pagos R\$ 2.486.828,00 em salários indiretos, R\$ 53.520.037,59 em salários diretos e R\$ 1.946.760,00 em bolsas aos alunos, totalizando cerca de 60 milhões de reais anuais injetados na economia da cidade.

Considerando que a participação percentual do PIB de Bagé em relação ao PIB gaúcho, entre 2002 e 2018, foi de 0,6%, projeta-se que o PIB de Bagé alcance a marca de 2,8 bilhões de reais no ano de 2020 (estimativa considerando o PIB gaúcho de R\$473,419 bilhões para 2020, conforme Nota Técnica nº 34 de 17 de março de 2021). Dessa forma, tendo em conta as bolsas e os salários pagos estima-se que a Unipampa tenha uma participação de cerca de 2,1% no PIB da cidade.

Ao comparar esse resultado com estudos correlatos, é possível comprovar a importância que a universidade tem no cenário econômico do município. Ferreira e Santos (2018), por exemplo, mostraram que a massa salarial dos docentes e servidores da Universidade Federal Fluminense em Volta Redonda corresponde a 0,18% do PIB da cidade. Hoff, Martin, Sopena (2011) projetaram que 0,25% do PIB da cidade de Sant’Ana do Livramento é oriunda de salários e bolsas pagas pela Unipampa.

Tabela 1: Valores em reais de salários (servidores e terceiros) e bolsas.

Salários e Bolsas	Categoria	Valor total - 2020
Salários pagos a terceiros	Vigilantes, limpeza, portaria, motorista, manutenção e almoxarifado	R\$ 2.486.828,00
Salários diretos	Servidores	R\$ 53.520.037,59
Bolsas (internas e externas)	Alunos	R\$1.946.760,00
Total		R\$ 59.866.462,32

Fonte: Autores do trabalho, 2022.

Cabe destacar que nos valores de salários estão descontados os valores médios referentes a imposto de renda retido na fonte e seguridade social (contribuição para aposentadoria). Adicionalmente, há que se considerar outros gastos que a universidade possui anualmente e movimentam direta ou indiretamente a economia municipal. Entre eles pode-se citar gastos médios anuais entre 2018 e 2020 em serviços de energia elétrica, água e esgoto (R\$

674.350,85), o total de valores pagos ao Restaurante Universitário do Campus Bagé (R\$ 632.144,30) e os gastos com infraestrutura (R\$ 1.634.753,85), totalizando R\$ 2.941.249,00.

Ressalta-se que não foram contabilizadas eventuais bolsas de estudo e outros adicionais pagos aos servidores da instituição, bem como financiamentos recebidos por agências de fomento (FAPERGS, CAPES, CNPQ, entre outras). Esses valores são extremamente variáveis e não tem regularidade anual, logo fogem do escopo deste trabalho.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

A população de Bagé, segundo o censo demográfico de 2010 atingiu 116.794 habitantes, representando uma redução de 1.973 habitantes em relação ao censo de 2000. Esse movimento vai à contramão do crescimento populacional brasileiro, que apresentou taxa média de crescimento anual de 1,17% no período 2000 – 2010, embora a taxa de fecundidade esteja em declínio nas últimas décadas.

A distribuição etária da população bageense apresentou sensíveis mudanças nos últimos anos. Observou-se um estreitamento da base da pirâmide etária e um alargamento das faixas intermediárias (IBGE, 2018). Entre 2000 e 2010 também se pode notar um acentuado aumento do número de idosos, essa tendência de crescimento é constatada também no âmbito nacional, em que, entre 2010 e 2050, há previsão de que o grupo populacional de 60 anos e mais de idade triplique em termos absolutos.

A estimativa populacional realizada pelo IBGE, indica que Bagé atingiu 121.335 habitantes em 2020, representando um acréscimo estimado de 4.541 pessoas em relação ao censo de 2010. Foi considerado a pirâmide etária do município, sob a expectativa de certo crescimento e impactos no mercado de trabalho, especialmente em relação à parcela da população em idade ativa (jovens e adultos). Nesse ponto, a universidade pode colaborar para a formação de mão de obra qualificada e para a geração de novos empreendimentos na cidade.

Com relação ao aspecto demográfico, uma universidade (ou instituição de ensino superior), consegue atrair pessoas (quer sejam funcionários/servidores e/ou alunos), para a cidade, de forma a desenvolver suas atividades junto à instituição (BAUMGARTNER, 2015; NUNES, 2019). Neste sentido, é interessante comparar a capacidade de impacto da atração de servidores (instituição pública) e alunos da Unipampa, especificamente na cidade de Bagé. Para isto foram utilizados dados de outras universidades federais, com características semelhantes à Unipampa (Tabela 2). Com relação às características, as instituições utilizadas para a comparação têm no mínimo três características comuns/semelhantes à Unipampa, considerando

os seguintes critérios: cidade do interior; campus principal; criada pelo REUNI e/ou ser do mesmo estado da Unipampa. Dessa forma, tem-se: Instituição ano de criação (IC), População Estimada 2020 (IBGE) (PE), Número Servidores e percentual da população (NS), Número Alunos e percentual da população (NA).

Tabela 2: Aspectos demográficos comparados com algumas universidades públicas.

Cidade	IC	PE	NS	NA	Características Comuns
Bagé	Unipampa (2006)	121.335	573 0,47%	1.534 1,26%	Campus principal; Cidade Interior; Criada REUNI; Estado/RS
Santa Maria	UFSM (1960)	283.677	4.256 1,59%	23.039 8,12%	Campus principal; Cidade Interior; Estado/RS
Pelotas	UFPEL (1969)	343.132	2.600 0,75%	18.400 5,36%	Campus principal; Cidade Interior; Estado/RS
Petrolina	UNIVASF (2002)	354.317	488 0,13%	2.350 0,66%	Campus principal; Cidade Interior; Criada REUNI; Estado/PE
Chapecó	UFFS (2009)	224.013	598 0,26%	3.207 1,43%	Campus principal; Cidade Interior; Criada REUNI; Estado/SC

Fonte: Autores do trabalho, 2022.

Pelos dados da Tabela 2 pode-se verificar que as instituições criadas pelo advento do REUNI, possuem uma capacidade menor de atrair novos moradores (servidores e alunos) para as cidades de seus campus sede. Possivelmente este fato se deve porque estas instituições foram criadas com a estrutura de multi-campi. Com esta estrutura acontece uma distribuição dos cursos entre os mais diversos campus, desta forma tanto servidores como alunos ficam distribuídos em diversas cidades.

Outro fator que pode justificar esta capacidade menor de atratividade, especialmente com relação aos alunos, é que o REUNI proporcionou a oferta de diversos cursos no período noturno. Este fato possibilitou que alunos da região do município que alocam campi de Universidades Federais, possam cursar uma graduação sem mudar sua residência para estas cidades. Este fato pode ser comprovado no Campus Bagé, da Unipampa. Entre seus alunos existem centenas de alunos das cidades de: Aceguá; Hulha Negra; Candiota; Pinheiro Machado; Dom Pedrito e Lavras do Sul, cidades próximas e permitem o deslocamento diário dos alunos para a frequência dos cursos, em especial os noturnos.

Outra característica em comum é, naturalmente, o tempo de vida das universidades. As universidades mais jovens ainda não se consolidaram no cenário acadêmico, portanto, ainda não têm o poder de atração de alunos, como as tradicionais. Esta afirmação pode ser sustentada pelo *ranking* segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) das Instituições de Ensino Superior, em que as novas universidades, criadas pelo REUNI, não ocupam as primeiras posições.

Um fato importante que se destaca é que desde a criação da Unipampa em 2006, no campus Bagé houve o acréscimo de apenas um novo curso de graduação (Licenciatura em Música em 2012). Este fato é um dos possíveis motivos para o número de discentes permanecer praticamente estável desde a implementação do Campus.

RESULTADO DAS ENTREVISTAS

Quanto às empresas que já existiam antes da implantação da Universidade, todas reconhecem um grande impacto da Universidade em seus segmentos de atuação. Destaca-se que muitas empresas criadas após a implantação da Universidade, relataram que a vinda da Unipampa não teve influência em sua decisão de implementar o negócio.

Todos os entrevistados relatam o impacto positivo da Universidade em seu ramo de atuação, ocasionando maior movimentação econômica em seu segmento. De outra parte reconhecem, também, que a Universidade gerou mais movimento econômico na cidade, aumentando o consumo de bens e serviços. Alguns segmentos foram os mais impactados, tais como: construção civil (a construção de imóveis, prédios, condomínios, casas para hospedar estudantes e moradias familiares), alimentação, posto de combustível, setor imobiliário (quem não possui imóvel próprio necessita de alocar um imóvel) e serviços gerais.

Com relação à geração de novos empreendimentos, com perfil diferente dos anteriores (antes da Universidade), alguns entrevistados reconhecem que após a implantação da Universidade houve uma demanda diferenciada pelo novo perfil de consumidores. Algumas iniciativas de novos empreendimentos, fora do eixo econômico tradicional da cidade e região, foram citadas, sendo estas, iniciativas de egressos da Universidade. Outros citam a instalação de novos empreendimentos ao redor da universidade que, no entender destes, ocorreram por melhor qualificação da mão-de-obra, advinda de profissionais formados na instituição. Como empreendimentos de egressos da universidade, foram citados exemplos na área de Engenharia Química e relacionados com a área de Engenharia de Produção. Outro fato a destacar é que um egresso da Unipampa, foi um respondente da pesquisa, como proprietário de uma empresa, criada após sua graduação, portanto após a implementação da universidade.

Praticamente todos os entrevistados afirmam que têm pouca interação com a Universidade (palestras, projetos, etc), mas reconhecem que a Universidade tem potencial para realizar esta interação e promover eventos e projetos que visem melhorar o crescimento econômico da cidade e região. Entretanto, alguns mantêm contato com projetos e outras formas de interação, tais como: consultoria com empresas júnior. Alguns entrevistados citaram o fato

da Universidade proporcionar o acesso ao ensino superior a uma parcela da população, que por motivos econômicos, não teria esse acesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os impactos causados pela implementação de uma universidade em uma cidade e/ou região, são diversos, além dos econômicos. Entretanto, neste trabalho o objetivo principal foi o de identificar o impacto econômico (direto e indireto) gerado na economia da cidade de Bagé/RS, com a implantação da Unipampa.

Conforme os resultados da pesquisa, a implementação da universidade causou e ainda causa, um considerável impacto econômico na cidade. Este impacto pode ser explicado quer seja pela injeção de recursos diretos e/ou indiretos na economia da mesma, haja visto que somente em salários pagos ocorre um impacto de mais de 2% no PIB da cidade. Vale lembrar, que a reitoria da Universidade está instalada em Bagé e contribui para aumentar o impacto econômico.

Outro impacto é com relação à atração de pessoas, quer sejam estudantes e/ou servidores, embora em potencial menor que as instituições tradicionais. A atração de novos moradores para uma cidade, é certamente outra forma de impacto econômico, pois estes devem movimentar diversos segmentos, tais como: mobiliário, vestuário, alimentação, entre outros.

Por intermédio das entrevistas foi possível constatar uma maior demanda por imóveis, setor de alimentação e prestação de serviços para estudantes. Este fato reforça o impacto positivo da Universidade. Alguns entrevistados relatam que a Universidade gerou maior movimento econômico na cidade. Ocorreram a construção de novos empreendimentos, com perfil diferente dos anteriores (antes da Universidade), com uma demanda diferenciada pelo novo perfil de consumidores. Outro fator destacado é a oportunidade de acesso ao ensino superior gratuito, o que na maioria das vezes não aconteceria a parcela da população de baixa renda.

Destaca-se como limitações do trabalho, algumas dificuldades na busca de dados, em especial dados históricos (pela falta de atualização) e de alguns dados do ano de 2020, bastante impactado pela pandemia. Como sugestão para trabalhos futuros, cita-se que tanto o Campus Bagé, como a reitoria estão em fase de expansão. Assim, existem investimentos planejados, que devem trazer novos impactos econômicos (positivos) nos próximos anos. Desta forma, seria pertinente outro trabalho em dois ou três anos, devido a: consolidação desses investimentos e retorno das atividades após a pandemia, quando novos cenários deverão ser estabelecidos.

REFERÊNCIAS

AREND, M.; CARIO, S. A. F. Desenvolvimento e desequilíbrio industrial no Rio Grande do Sul: uma análise secular evolucionária. **Economia e Sociedade**, v. 19, p. 381-420, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182010000200007&script=sci_arttext. Acesso em 13 de jul. de 2022.

BARROS, A. F. F.; BILESSIMO, S. M. S. A universidade e o desenvolvimento regional: O caso da Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista Espacios**, v. 38, n°2, p. 1-12, 2016. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a17v38n02/17380217.html>>. Acesso em 11 de jul. de 2022.

BAUMGARTNER, W. H. Universidades públicas como agentes de desenvolvimento urbano e regional de cidades médias e pequenas: uma discussão teórica, metodológica e empírica. **GeoTextos**, [S. l.], v. 11, n. 1, 2015. DOI: 10.9771/1984-5537geo.v11i1.12013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/12013>. Acesso em: 13 jul. 2022.

CASQUEIRO, M. L.; IRFFI, G.; SILVA, C. C. A expansão das Universidades Federais e os seus efeitos de curto prazo sobre os Indicadores Municipais. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 25, n. 1, p. 155-177, Apr. 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772020000100155&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 jul. 2022.

CHIARELLO, I. S. A universidade e seu papel no desenvolvimento regional: contribuições do proesde. **Extensão em Foco**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 240-257, 2015. Disponível em: <<https://45.238.172.12/index.php/extensao/article/view/795>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

CAMARGO, A. M. M. DE; ARAÚJO, I. M. Expansão e interiorização das universidades federais no período de 2003 a 2014: perspectivas governamentais em debate. **Acta Scientiarum. Education**, v. 40, n. 1, p. e37659, 2 fev. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/37659>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

COSTA, M. R. S. da. Contextualizando expansão e interiorização no campo da educação brasileira. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 250-276, 2017. DOI: 10.24065/2237-9460.2017v7n3ID356. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/356>. Acesso em: 29 nov. 2021. Acesso em: 10 jul. 2022.

DI NAUTA, P.; MEROLA, B.; CAPUTO, F.; EVANGELISTA, F. Reflexões sobre o papel da universidade para enfrentar os desafios da sociedade do conhecimento para o desenvolvimento econômico local. **Jornal da Economia do Conhecimento**, v. 9, n. 1, pág. 180-198, 2018. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s13132-015-0333-9>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

DUTELL, D. G.; OLIVEIRA, A. T.; MUNARETTO, L. F. Desenvolvimento econômico local e regional: estudo do valor agregado pelos alunos do campus da Universidade Federal De Santa Maria - UFSM. In: **8º FÓRUM INTERNACIONAL**, 2019.

FERNANDES, R. G. T. **Impactos Locais e Regionais da Universidade do Porto**. 2007. 137f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade do Porto, Porto, 2007. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/7560>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

FERREIRA, A.; SANTOS, E. A. Expansão da universidade pública e o seu impacto na economia local: microevidências da ampliação dos campi da uff em volta redonda. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S.l.], v. 14, n. 1, p. 87-109, fev. 2018. Disponível em: <<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/3469/642>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de Conteúdo**. 5.Ed. São Paulo: Autores Associados, (1 janeiro 2018).

GENTIL, V. K. **Expansão, interiorização e democratização de acesso a educação superior pública: o caso da Unipampa**. 2017. 287.p. Tese de Doutorado - PUCRS, 2017. Disponível em: <<https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7215>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HAMDAN, A.; SAREA, A.; KHAMIS, R.; ANASWEH, M. A causality analysis of the link between higher education and economic development: empirical evidence. **Heliyon**. 6(6), e04046. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2020.e04046>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

HOFF, D. N.; SAN MARTIN, A. S.; SOPENÃ, M. B. Universidades e desenvolvimento regional: impactos quantitativos da Unipampa em Sant'ana do Livramento. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, p. 157-183, set./dez. 2011. Disponível em:<<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/1699>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

IBGE. **Estatísticas do cadastro central de empresas 2018**. Rio de Janeiro: 2020. 106 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101720>>. Acesso em: abr. 2021.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Disponível: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>>. Acesso em 15 mar. 2021.

KUPLICH, T. M.; CAPOANE, V.; COSTA, L. F. F. O avanço da soja no bioma Pampa. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 31, p. 83-100, jun. 2018. Disponível em: <<https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/boletim-geografico-rs/article/view/4102/3978>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

LEI de criação da Universidade Federal do Pampa. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11640.htm>. Acesso em: 14 Mar. 2021.

LAI. Lei de Acesso à Informação. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em setembro de 2021.

LIAO, L.; DU, M.; WANG, B.; YU, Y. The Impact of Educational Investment on Sustainable Economic Growth in Guangdong, China: A Cointegration and Causality Analysis.

Sustainability 2019, *11*, 766. Disponível em: < <https://doi.org/10.3390/su11030766>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

LIMA, K. K.; LIMA, T. C. M. P.; PASQUALETTO, A. Desenvolvimento regional: as instituições de ensino superior (ies) e a interação com o distrito agroindustrial de anápolis (daia). **Baru**, Goiânia, v.1, n. 1, p. 37-55, 2015. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/4461>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

LV, K.; YU, A.; GONG, S.; WU, M; XU, X. Impacts of educational factors on economic growth in regions of China: a spatial econometric approach, **Technological and Economic Development of Economy**, 23, 6, 2017, Taylor & Francis. Disponível em: <<https://doi.org/10.3846/20294913.2015.1071296>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

NIQUITO, T. W.; RIBEIRO, F. G.; PORTUGAL, M. S. Impacto da criação das novas universidades federais sobre as economias locais. **Planejamento e Políticas Públicas**, [S. l.], n. 51, 2021. Disponível em: //www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/839. Acesso em: 26 nov. 2021. Acesso em: 01 jul. 2022.

NUNES, O. M.; KARNOPP, E. Os aspectos históricos do desenvolvimento econômico da metade sul do estado do rio grande de sul. IN: **VI seminário internacional sobre Desenvolvimento regional, Rio Grande Do sul**. Crises do Capitalismo, Estado e Desenvolvimento Regional Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 4 a 6 de setembro de 2013. Disponível em: < <https://www.unisc.br/site/sidr/2013/Textos/320.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

NUNES, A. A. M. **Universidade e desenvolvimento: o transbordamento de conhecimento como indutor da mudança institucional**. 2019. 171f. Dissertação de mestrado em Administração – Universidade Federal do Pampa – Unipampa, Campus Sant’Ana do Livramento/ RS, 2019. Disponível em: < <https://dspace.unipampa.edu.br/handle/rii/3959>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

OLIVEIRA, V. G. de.; DEPONTI, C. M. A contribuição das universidades para o desenvolvimento regional: um estudo a partir da visão schumpeteriana de inovação e de desenvolvimento econômico. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 13, n. 1, p. 75-88, 2016. Disponível em: < <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/380>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

PLANO de Desenvolvimento Institucional - PDI (2019-2023). Disponível em: <<https://sites.unipampa.edu.br/proplan/files/2019/09/pdi-2019-2023-publicacao.pdf>>. Acesso em 09 de abr. 2021.

PLANO de Desenvolvimento Econômico - PDE. Prefeitura Municipal de Bagé. Secretaria de desenvolvimento e turismo. Bagé, 2011. ISBN: 978-85-63570-030-1.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. Nota Técnica nº 34 de 17 de março de 2021. Porto Alegre: DEE, 2021.

SANTOS, E.; TAVARES, M. Desafios históricos da inclusão: características institucionais de duas novas universidades federais brasileiras. **Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 24, p. 1-19, 2016. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/pdf/2750/275043450062.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

SANTOS, P. H. L. A Expansão e Interiorização do Ensino Superior na Bahia: o caso da UFOB. In: **XVI Congresso Internacional FoMerco–Integração regional em tempos de crise: desafios políticos e dilemas teóricos**. 2017. Disponível em: <http://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1505927940_ARQUIVO_AExpansaoeInteriorizacaoedoEnsinoSuperiornaBahia,OcasodaUFOB.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2022.

SERRA, M.; ROLIM, C.; BASTOS, A. P. **Universidades e Desenvolvimento regional: as bases para a inovação competitiva**. Rio de Janeiro: Ideia D, 412p., 2018.

TISCHER, W.; OLIVEIRA, R. I. Das Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional às Universidades Federais–A Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS na MESOMERCOSUL. **Anais ENANPUR**, v. 17, n. 1, São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/ojs/index.php/anaisenanpur/article/view/1739>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

VALERO, A.; REENEN, J. V. The economic impact of universities: Evidence from across the globe. **Economics of Education Review**. Volume 68, Pages 53-67, ISSN 0272-7757, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.econedurev.2018.09.001>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

XIONG, W.; MOK, K. H. Sustainability Practices of Higher Education Institutions in Hong Kong: A Case Study of a Sustainable Campus Consortium. **Sustainability**. 12(2), 452. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/su12020452>>. Acesso em: 13 jul. 2022.

ZAVALE, N. C.; MACAMO, E. How and what knowledge do universities and academics transfer to industry in African low-income countries? Evidence from the stage of university-industry linkages in Mozambique. **International Journal of Educational Development**, v. 49, p. 247-261, 2016. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0738059316300384>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

CAPÍTULO 22

COLETIVOS DE JORNALISTAS CULTURAIS E O SENTIDO DE COMUNIDADE

Mariana Reis

RESUMO

O artigo é fruto de investigação de Doutorado em Comunicação (PPGCOM/UFPE) que buscou, a partir de pesquisa qualitativa e exploratória, verificar novas formas de organização de trabalho dos jornalistas culturais que atuam em mídia independente, nos estados de Pernambuco e da Bahia. A partir de entrevistas semiestruturadas e em profundidade com integrantes de grupos jornalísticos culturais nos dois estados, foi possível aferir a criação de novos postos de trabalho na área; a percepção do profissional também como gestor da comunicação; o papel de políticas públicas para a sustentabilidade desses grupos e a articulação de parcerias com ONGs, universidades e outros grupos de mídia independente, permitindo atuação em rede, um dos indicadores do desenvolvimento local.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo cultural; comunidades; desenvolvimento local; ONGs.

APRESENTAÇÃO

Este artigo é fruto de tese de estudo doutoral que nos permitiu compreender algumas das novas formas de organização de trabalho dos jornalistas culturais que atuam em mídia independente, nos estados de Pernambuco e da Bahia, na Região Nordeste do Brasil. O que nos moveu, nesta investigação, foram as pistas de profundas transformações [no mundo do trabalho do jornalista contemporâneo, refletindo-se não só nas práticas, mas na autonomia, na sustentabilidade, nas relações de comunicação e nas condições de produção. Foram analisados três revistas culturais digitais (Revista Outros Críticos, Revista O Grito! e Revista Gambiarra) e três portais de Internet (Portal Iteia, Portal Correio Nagô e Portal SoteroPreta), perfazendo ambos os estados.

Foi possível verificar a hipótese de que, muitas vezes, há a precariedade das condições de produção (FIGARO, 2018), mas também foi possível perceber a criação na área; a percepção do jornalista também como gestor da comunicação; a sustentabilidade desses grupos e a articulação de parcerias com ONGs, universidades e outros grupos de mídia independente, permitindo atuação em rede, um dos indicadores do desenvolvimento local.

Dentre as novas funções desempenhadas estão, em especial nestes grupos estudados, o papel de produtor cultural – escrevendo, gestando e gerindo projetos, produzindo livros, lançamentos, eventos e festivais – e o de gestor da comunicação, uma vez

que se faz preciso *aprender a empreender*, a liderar equipes, a gerir com autonomia o seu próprio tempo de trabalho, a lidar com as finanças e com a contabilidade, a planejar em curto, médio e longo prazo a viabilidade para que aquele grupo permaneça existindo.

JORNALISMO CULTURAL, COOPERAÇÃO E SENTIDO DE COMUNIDADE

A partir da análise dos seis grupos descobrimos que, mais do que jornalismo, compete a esse jornalista dominar também o campo da gestão em comunicação. Ao mesmo tempo, são revelados, nos discursos desses jornalistas, os limites e as possibilidades técnicas e éticas de se gestar e dar materialidade a um jornalismo no qual acreditam, a partir de seus princípios, crenças e valores (MORETZSOHN, 2007).

Interessante ressaltar aqui que trabalhamos com o conceito de jornalismo cultural a partir de Piza (2003), no entendimento em que é um ramo do jornalismo voltado para análise crítica cultural em áreas como música, teatro, dança, artes visuais e outras expressões artísticas em geral, bem como matérias de cobertura jornalística, entrevistas, perfis de artistas e reportagens em profundidade, no tocante aos principais gêneros jornalísticos abordados por esse ramo jornalístico.

Nesse sentido, trata-se de um tipo de jornalismo que se afasta das chamadas *hard news*, notícias *duras*, *quentes*, do cotidiano geral das ruas, ao mesmo tempo em que permite um trato mais acurado e mais tempo de desenvolver as pautas. Isso coaduna com muitas das práticas jornalísticas dos grupos produtivos, voltados para produção jornalística com mais tempo de pesquisa e apuração, na proposta de experimentação e inovação das narrativas e práxis do jornalismo independente realizado nos moldes contemporâneos (TRAQUINA, 2005; 2016).

Todos os grupos estudados na pesquisa se intitulam veículos de jornalismo cultural, exceto o Portal Correio Nagô, que trabalha uma gama de temáticas mais ampla dentro do espectro das pautas de mídia étnica, porém com ênfase nas pautas culturais:

O slogan do Correio Nagô é “Informação do seu jeito”. A gente quer realmente levar informação mais próxima possível da comunidade negra, das pessoas que para a gente são as mais violadas no direito à comunicação... que interesse a essa comunidade, que elas entendam e que se apropriem dessa informação. Então, *a gente fala do seu jeito porque pode ser produzido pela própria comunidade ou que chegue para ela de uma forma que ela entenda, usufrua, se empodere dessas informações*. Então é essa temática nossa... a gente tenta englobar os vários temas sociais, políticos, interacionais, mas trazendo para o nosso olhar, para o nosso diálogo.

A gente faz muita pauta de cultura, dos artistas. Antes do Rap está aí tocando e sendo trilha de novela, a gente já pautava os artistas do Rap, Hip Hop, Bloco Afro, Samba. Nossas pautas são essas. Obviamente, a gente fica muito feliz quando nossos artistas entram no *mainstream*, na cultura de massa, e a gente vai fazer sobre eles, sim. O novo

disco de Beyoncé, o novo clipe de Jay-Z, mas a gente também está muito interessado nesses artistas ainda independentes, ainda da cena chamada alternativa, mas que têm uma relevância muito importante para as causas sociais, para a política

A gente tem muita pauta reivindicatória, de crítica, de denúncia do racismo, dos casos de violação. (...) A gente tem pautas como essas reivindicatórias, mas a gente tenta também fazer as pautas positivas. *A área cultural é muito rica em pautas que elevam a nossa autoestima, que eleva o nosso orgulho, a nossa consciência* (**depoimento extraído de entrevista concedida à pesquisadora em 11 de janeiro de 2019, grifos nossos**).

A ênfase na cobertura – porém não factual – de temáticas ligadas a jornalismo cultural também está evidenciada no discurso da informante do Portal SoteroPreta:

A gente só publica conteúdos relacionados à cultura negra em Salvador e Região Metropolitana. Nós temos várias categorias: religião, gastronomia, música, artes visuais, audiovisual, teatro, dança, várias categorias na área da cultura. Todas as matérias giram em torno desses gêneros apenas. Eu não faço matéria de cunho social, nem de factual. Só relacionado à cultura mesmo (**depoimento extraído de entrevista concedida à pesquisadora em 17 de abril de 2019**).

Os discursos dos informantes também revelam tensões quanto ao termo *empreendedorismo*, pela relação direta a um conceito ligado ao *stablishment*, ou seja, à manutenção das estruturas de poder. No entanto, embora o termo seja rejeitado pela maioria – apenas uma das entrevistadas utiliza o mesmo de forma mais habitual –, ele é utilizado mais comumente não como um sinônimo de ser um negócio ou empresa, mas como diversas formas de produzir, de fazer projetos e produtos que viabilizem a sustentação e a sobrevivência dos grupos em si.

Mesmo não-sindicalizado – caso de cinco entre seis de nossos entrevistados – o jornalista se organiza em redes, *co-working*, parcerias (como intercâmbios, premiações e projetos coletivos), novas formas de trabalho colaborativo e, até mesmo, em cooperativas, que é a experiência do Portal Itéia a partir da plataforma Eita.

Assim, esse ambiente de *cooperação* entre os pares pode apresentar, menos concorrência, uma exigência do capital, e mais um *sentido de comunidade*. E aqui, podemos recuperar o sentido de comunidade (BAUMAN, 2003; PAIVA, 2003) em que técnicas, tecnologias e habilidades dos diferentes participantes dos grupos possam ser realocadas para que todos possam melhor trabalhar e viver, fortalecendo os grupos como um todo e gerando uma cadeia produtiva.

PARCERIAS COM UNIVERSIDADES, ACESSO À FORMAÇÃO E EXPERIMENTAÇÃO

Além das colaborações entre os pares, apontam-se, neste estudo, as parcerias com as universidades como estímulo tanto para o surgimento (a partir de grêmios estudantis, diretórios,

disciplinas, projetos de extensão e de iniciação científica, laboratórios de redação e de criação, intercâmbios), quanto para o aprofundamento na compreensão do fenômeno, a partir das pesquisas, ações que tanto auxiliam na sustentação dos grupos quanto retroalimentam a criação de novos, a partir de proporcionar ser a universidade o espaço propício para a experimentação de *modos de fazer* para estudantes e novos jornalistas.

Com isso, os grupos não dependem da universidade para existir e produzir, mas, a partir do acesso a esse espaço de produção de saberes, pode permutar conhecimentos e também se fortalecer. A universidade e os cursos de jornalismo também podem aprender muito com essas experiências que vêm sendo feitas *nas ruas e nas redes*, vide disciplinas, projetos experimentais, laboratórios e estágios realizados em conjunto entre os grupos e as citadas universidades UFPE, Unicap, UFBA, Unijorge, Unime, Uneb, Uesb, UFRB.

Além disso, em todos os casos, o acesso à universidade parece ter sido crucial para que esses trabalhadores se identificassem como jornalistas e que definissem a produção que fazem nos meios digitais. Para isso, políticas públicas de ascensão para o Ensino Superior, como o ProUni, demonstraram ser pontos de virada na história de vida de pelo menos um dos entrevistados dos grupos que revelou que, sem esse acesso, não teria cursado nível universitário, segundo seu depoimento.

Ainda em relação às universidades, o discurso dos entrevistados evidenciou que, na maioria das vezes, o conhecimento técnico e as habilidades apreendidas para ser um jornalista inovador/empreendedor não foi contemplado pela grade curricular dos cursos de jornalismo – sejam nas universidades públicas ou privadas, o que pode evidenciar a importância de se revisar os currículos dos cursos, uma vez que a formação universitária visa formar para a vida e para o mundo do trabalho.

Outro ponto positivo apresentado na fala dos entrevistados foi o crescimento, entre 2002 e 2014, do número de universidades públicas e de novos *campi* de universidades já existentes, garantindo, no que diz respeito à formação em comunicação, a interiorização e a criação de novos cursos e, assim, proporcionando a formação de novos profissionais que possam atuar também mais diretamente em seus territórios, além de gerar novos postos de trabalho na área.

Este foi o caso, apontado por dois informantes a respeito da chegada do curso de Rádio e TV em Feira de Santana, que acabou por atender a demandas do próprio movimento de comunicação local, muito forte na atuação com rádios comunitárias. E também foi o caso

da chegada do curso de Jornalismo e outros cursos de comunicação com a criação da Uesb em Vitória da Conquista que proporcionou, inclusive, a formação acadêmica dos jornalistas fundadores da Revista Gambiarra, além de parcerias deste grupo com a própria universidade, *a posteriori*.

Assim, a relação entre as universidades e os grupos jornalísticos revela *tensões* (*precariedade* na formação dos jornalistas; *precariedade* nas relações de trabalho com os estagiários), mas também acesso para formação, através de políticas públicas, além de possibilidades de experimentação e de retroalimentação dos conhecimentos.

ARTICULAÇÃO EM REDE E O PAPEL DAS ONGS

Foi possível perceber maiores características de jornalismo colaborativo e em rede nos grupos que se organizam de uma forma mais livre e orgânica, como o Portal Iteia e a Revista Outros Críticos. É interessante ressaltar que ambos são grupos criados por não-jornalistas de formação. Ambos os grupos também foram os únicos que manifestaram uma preocupação em realizar um trabalho que represente *produção de memória*. Este é o caso do acervo/biblioteca digital do Iteia e o caso da produção impressa da Revista Outros Críticos, cujo informante afirma ser o impresso como *permanência* e de *mais valia* em relação ao digital, além de trazer, em seu relato, a dimensão do afeto no cuidado e armazenamento dos materiais impressos.

Outro achado de pesquisa foi o do papel das organizações não-governamentais para estimular a criação desses grupos, por meio de oficinas de formação; fortalecê-los a partir de projetos, parcerias, pesquisas e ações e, muitas vezes, ser um braço jurídico para que o mesmo possa ser viabilizado, caso dos grupos que, produzindo mídia independente de modo *informal* (sem formalização), organizam-se como fundações ou organizações sem fins lucrativos para poder acessar recursos de editais públicos, de empresas e de fundos internacionais, como pessoa jurídica. A relação anterior com ONGs, movimentos sociais e espaços de experimentação nas universidades assim, aparecem como condicionantes do surgimento dos grupos, mas não enquanto estruturantes para sua continuidade.

As ONGs surgidas entre os anos 1970 (caso do Centro de Cultura Luiz Freire, em Olinda-PE) e início dos anos 2000 (Cipó, Auçuba, MOC, Steve Biko, dentre outras entidades baianas, lembradas ao longo das falas dos declarantes), sobretudo as ligadas à luta antirracista, à defesa dos direitos humanos, que atuam/atuavam com educomunicação e na luta pela democratização da comunicação, também parecem ter sido fundamentais como espaço

organizativo dos movimentos sociais, proporcionando terreno fértil para o aparecimento de fóruns como o Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC) e o Coletivo Intervezes, em nível nacional, e Fórum Pernambucano de Comunicação (Fopecom), em nível estadual, no caso de Pernambuco.

Além disso, tais ONGs demonstraram ser importantes articuladoras de ações que permitiram o surgimento e o fortalecimento de grupos como o próprio Instituto de Mídia Étnica (IME), que ancora as ações do Portal Correio Nagô. Como fiscalizadoras de políticas públicas, essas ONGs também contribuíram para que a sociedade civil alcançasse espaço de participação em grupos de trabalho (GTs) e conselhos de comunicação social – caso do Conselho Gestor da Sociedade Civil, da TV Pernambuco, e do Conselho de Comunicação Social do Governo da Bahia.

Vale ressaltar que o fato de tanto o Portal Iteia quanto a Revista Outros Críticos não contarem com a contribuição de estagiários em suas práticas diz muito a respeito da natureza do grupo. Ambos são sites colaborativos, cuja razão de existir é possível a partir de muitos autores, dessa *pluralidade de vozes*.

No caso da Outros Críticos, por exemplo, o informante enfatiza essa não-hierarquia no escoamento de conteúdos. Embora muitas das contribuições sejam de autores, acadêmicos, jornalistas e artistas convidados – especialmente, em relação às revistas impressas e livros –, recebem muito material por e-mail para publicar no site. E publicam. Isso não significa que não há critérios editoriais de seleção dessas produções. Mas tudo é gerido de forma mais orgânica. Tanto em um, quanto em outro grupo. Estariam, em ambos, os sentidos de um jornalismo, de fato, feito em rede, como aponta informante da Revista Outros Críticos:

Eu, nessa minha trajetória, criei um hábito: todos os dias, há muito tempo, tinha um acesso online aos jornais. Há dez anos, todos os dias, eu abro os três jornais daqui e passo e vejo os segundos cadernos⁵, leio algumas coisas, mas todos os dias eu vejo tudo o que é publicado nos segundos cadernos. Todas as páginas, eu vi, nos últimos dez anos. É um tempo gigante. Algumas coisas eu leio, outras, a maioria, não. Mas botei o olho em tudo o que foi lançado. O que aconteceu com Outros Críticos? Se você abrir uma de nossas revistas, vai ver lá: tanto o estagiário que está lá na redação, nesses grandes jornais, quanto o professor da pós-graduação da comunicação. *A gente não faz diferença. A gente quer é gente contando história, gente escrevendo, gente refletindo* (**depoimento extraído de entrevista concedida à pesquisadora em 13 de abril de 2019, grifos nossos**).

O Portal Iteia foi o único dos grupos estudados que apontou de forma espontânea, em seu discurso, a sua autocompreensão enquanto grupo produtivo local: “Iteia é uma rede autogestionária, ninguém é chefe de ninguém, nem no Intercidadania, não temos diretoria,

presidência, vice-presidência. Por uma mera formalidade, somos uma oscip” (depoimento extraído de entrevista concedida à pesquisadora em 20 de janeiro de 2019).

De acordo com informante do grupo jornalístico citado:

O Iteia foi contratado dentro da Produtora Colaborativa PE. *É um grupo produtivo local de pontos de cultura, um dos pontos de cultura que integra esse grupo é o Iteia.* Então, o Intercidadania foi contratado através do Iteia, *através desse grupo, assinamos um contrato com uma ONG de Nova Canaã, aqui na Bahia, para fazer cobertura audiovisual, edição de vídeo, registro fotográfico...* Então, esse dinheiro entrou, pagou pessoas que são da equipe, gerou conteúdo pro Iteia, divulgação, formou novos usuários nessas cidades... Como é que o Iteia acontece? Acontece através de prestação de serviço, de *crowdfunding*, apoio, organizações parceiras, trabalhos voluntários. Tudo isso está envolvido para a gente estar há dez anos, como a gente está hoje. O Iteia foi lançado em 2007, a gente está em 2019. Tem 12 anos que o projeto está no ar.

Sim, o que fazemos é jornalismo, é um trabalho de curadoria, de produção autoral, principalmente de conteúdo multimídia, têm muitas fotos e vídeos que foram publicados por integrantes do Iteia mesmo. A gente tem uma coisa muito forte: Iteia não é um site como o YouTube, que a gente publica conteúdo de qualquer pessoa. Você não vai chegar lá e subir uma música de Roberto Carlos. Se Roberto Carlos não te autorizou a subir esse conteúdo, você pode ser processado. Roberto Carlos tem, pelo direito autoral brasileiro, toda a liberdade de te processar. Porque você não tem autorização de subir a música de Roberto Carlos. Então, no termo de uso do Iteia diz assim: “O Iteia, o Instituto Intercidadania, no CNPJ tal, não se responsabiliza por nenhum conteúdo publicado em nosso servidor” (depoimentos extraídos de entrevista concedida à pesquisadora em 20 de janeiro de 2019, grifos nossos).

APROXIMAÇÕES DAS EXPERIÊNCIAS COM O CAMPO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Em linhas gerais, pode-se explicar o desenvolvimento local como um processo no qual a comunidade identifica e reconhece os seus potenciais endógenos e utiliza os recursos humanos e materiais locais para produção, articulando parcerias públicas e privadas e promovendo ações educativas e inclusivas que permitam a participação dos seus próprios membros em diversos níveis, independentemente de gênero e idade (BUARQUE, 1999; JARA, 2001; TAUKE SANTOS, 2002).

Além disso, de acordo com os mesmos autores, as ações realizadas em processos de desenvolvimento local devem considerar, ainda, a sustentabilidade em longo prazo, o que significa dizer que esta não é só pensada num nível econômico, mas também sob o ponto de vista da preservação dos recursos ambientais, do repasse de conhecimentos técnicos de geração em geração e da conservação de valores locais (REIS, 2018).

Em linhas gerais, observa-se que fatores de desenvolvimento local em muitos dos novos grupos jornalísticos de base comunitária, especialmente, aqueles que se encontram nas periferias dos grandes centros urbanos, pautando-se no cotidiano que está *à margem* do

acontece nas metrópoles, usando de recursos escassos, muitas vezes mesmo *improvisados*, e utilizando-se de inovação e criatividade para os modos de produzir comunicação e jornalismo.

Também é interessante ressaltar que tanto no discurso trazido pela Revista Outros Críticos quanto no trazido pelo Portal Iteia – experiências que, em nosso entendimento, trouxeram mais fortemente os requisitos de colaboração e senso de redes – aparece a dimensão *da produção de uma memória do que é feito*. Isso tanto apareceu no planejamento de seus produtos – caso da revista impressa dos Outros Críticos – como na concepção da estrutura do grupo em si, caso do Portal Iteia. no entendimento do portal.

O informante do Portal Iteia traz o entendimento do seu grupo como um inventário das mais diversas produções elaboradas pelos coletivos de cultura, em especial, dos pontos de cultura, responsáveis ainda hoje por cerca de 40% do total das publicações. Em suas palavras, o Iteia:

“Serve de memória, de banco de dados, *de acervo multimídia do que um dia foi e não é mais*. É uma forma de manter vivo também, porque, lá na frente, podem se dar conta de que estamos andando na direção errada” **(depoimento extraído de entrevista concedida à pesquisadora em 20 de janeiro de 2019, grifos nossos)**.

O informante da Revista Outros Críticos apresenta essa inquietação sobre a finitude dos processos e a importância de registrar e sistematizar o trabalho realizado ao falar sobre o livro publicado por ocasião da edição comemorativa de dez anos da revista:

A gente reuniu textos representativos dos dez anos do Outros Críticos, então tem coisa do blog e do site e tem alguns textos, mas poucos, das revistas (*impressas*). Como a revista tem o formato impresso, a gente focou em outros textos. Coisas mais do site. *Como o site um dia vai cair, vai sumir, a gente confia mais no impresso, tenta sempre trabalhar o impresso*. A gente tem uma visão: muito do que está na internet vai ficar para sempre. *O impresso dura mais do que o da internet, na visão da gente*. *Vai ter uma hora que eu vou morrer, Fernanda vai morrer e pode ser que não tenha ninguém que se interesse por Outros Críticos...* o site vai cair, ninguém vai pagar provedor, ou mesmo a gente não queira continuar a pagar o provedor, aí o site uma hora vai cair, todo o conteúdo que está lá vai cair. Então, a gente teve a ideia de pegar o que a gente acha mais representativo e colocar no impresso **(depoimentos extraídos de entrevista concedida à pesquisadora em 13 de abril de 2019, grifos nossos)**.

A importância de produzir uma memória física, para o entrevistado, também tem a ver com uma questão de afeto:

A gente sempre se preocupou com o formato impresso, tanto a questão de qualidade, quanto *uma questão meio de afeto*. *A pessoa pegar aquele objeto, tem meio que uma afeição sobre ele*. *Na internet, é uma coisa mais passageira*. A gente tenta usar os dois. O que a internet pode nos dar, a gente usou muito. E no impresso, a gente usa

outras coisas. Aí tenta fazer com que essas coisas se casem. *A gente tenta trabalhar esses dois lugares. Tem uma memória física que a gente gosta de ter* (**depoimento extraído de entrevista concedida à pesquisadora em 13 de abril de 2019, grifos nossos**).

CONCLUSÕES

Conclui-se que, direta ou indiretamente, as organizações não-governamentais proporcionaram que os novos grupos pudessem hoje ocupar grades de programação da radiodifusão pública e ser apoiados em projetos culturais por fomentos como o Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (Funcultura), fundamentais na sustentabilidade de seu trabalho dos novos grupos. Em Pernambuco, por exemplo, verificamos que todos os grupos estudados acessam tal fomento como forma de sustentação financeira. A política pública dos pontos de cultura e as premiações de Ponto de Mídia Livre, em nível nacional, aparecem também nos discursos dos entrevistados como parte importante de suas trajetórias, para além do fomento – como um reconhecimento da relevância do trabalho por eles realizados.

Também constatamos que, além de se retroalimentar num movimento que envolve outros grupos, setor público (especialmente como fomento), ONGs, escolas e universidades, esses grupos estão em constante transformação. No caso dos *novos* grupos aqui estudados, são experiências exitosas e consideradas inovadoras mesmo em circulação há mais de dez anos, maioria dos casos de nossa pesquisa. O êxito pode estar, justamente, na capacidade da *reinvenção* ao longo do tempo: ora blog, depois site, produtora ou ONG, reorganizando-se de formas criativas para se manter vivo ao longo do tempo – e acompanhando as necessidades do seu tempo, no que diz respeito ao trabalho com comunicação e jornalismo cultural.

De toda forma, o que acreditamos é que, para se pensar o futuro do trabalho do jornalista é preciso se olhar para frente, guiando-se pelos passos dos que vieram antes. Se o trabalho do jornalista mudou, o que podemos aprender com as experiências de outros coletivos e grupos de trabalhadores, mesmo de não-jornalistas, e que podemos aplicar em nossas práticas? O que nos ensinam as experiências de outros agrupamentos de mídia independente que sempre existiram no Brasil, mesmo desde antes da imprensa oficial – produzindo conteúdo jornalístico a despeito de ciclos históricos democráticos ou autoritários?

Mais do que técnicas e tecnologias – que *caducam, enferrujam* e precisam ser trocadas ao longo do tempo – o que os resultados da pesquisa nos indicam é que a principal mudança a ser feita talvez seja nos modos de se *relacionar* com os outros – sejam seus pares, seus parceiros, suas equipes ou seus públicos.

A percepção de que tais agrupamentos de trabalho de jornalistas também podem ser entendidos como trocas solidárias, experiências de rede, trabalho colaborativo – não necessariamente remunerado – se afina com o entendimento de autores que trabalham na perspectiva do desenvolvimento local. Tais estudiosos apontam em geral para a articulação de redes sociais como chave para promover o bem-estar das comunidades e para se construir possibilidades de desenvolvimento.

Para esses pesquisadores, a articulação em rede torna-se um elemento imprescindível para a formação cidadã de determinada população, uma vez que é pressuposta uma relação horizontal, de troca. E essa possibilidade é articulada por tais grupos em seus territórios, organizando-se da melhor forma possível para continuar existindo, produzindo e se reinventando.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.

FIGARO, R. **As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às grandes corporações de mídia**. São Paulo: CPCT, 2018.

GROHMANN, R. Cooperativismo de plataforma e suas contradições: análise de iniciativas da área de comunicação no Platform.Coop. **Liinc em Revista**. V. 14, n. 1, 2018.

JARA, C. J. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. São Luís: IICA, 2001.

MORETZSOHN, S. **Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano, do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

PAIVA, R. **O Espírito Comum: comunidade, mídia e globalismo**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

PIZA, D. **Jornalismo Cultural**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

REIS, M. F. **Comunicação, Cultura e Mobilização Comunitária**. Curitiba: Appris, 2018.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo: Porque as notícias são como são**. Volume 1. Florianópolis: Insular, 2005.

_____. **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Florianópolis: Insular, 2016.

CAPÍTULO 23

A GEOPOLÍTICA NA CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO A PARTIR DAS DRAG QUEENS E DA COMUNIDADE LGBTQIA+

Matheus Soares Ferreira

RESUMO

Embora possa acontecer em diversos corpos, independente de orientação sexual ou identidade de gênero, a cultura drag queen sempre esteve relacionada à comunidade LGBTQIA+¹. Dito isso, partindo da problemática que gira em torno de como a vivência de corpos marginalizados na cidade se revelam como um aspecto geopolítico, o objetivo deste trabalho é explorar a forma que o espaço urbano aparece como ponto de interseção entre a cultura drag e a comunidade LGBTQIA+. Para tanto, observou-se fatos marcantes para a conquista dos direitos dessa comunidade, juntamente à relatos em documentários e pesquisas bibliográficas que, de algum modo, traduzia o que aquele fenômeno estava pondo em sua narrativa. Com isso, este trabalho apresenta uma capacidade de compreender a geopolítica nas cidades como uma reguladora dos corpos e do espaço, através do discurso. Além disso, se mostra como uma oportunidade de ampliarmos o debate em relação a como as subjetividades contribuem para uma construção de uma geopolítica.

PALAVRAS-CHAVE: Drag queen. LGBTQIA+. Cidade. Corpo. Geopolítica.

INTRODUÇÃO

A ideia de poder vem muito da ideia de controle. O Estado como controlador das práticas espaciais, também se torna controlador das práticas sociais e dos corpos, que acabam resultando em um espaço de ação socioespacial. Esse controle, está conectado ao discurso que, por muito tempo, está baseado nos ideais de uma determinado pensamento.

Os corpos, assim, são constituídos dentro de uma constelação de relações de objetos (como a família, o Estado, a arte, a nação e assim por diante). Os corpos não são espaços passivos sobre os quais o poder de outros espaços se realiza. Pelo contrário, os corpos também produzem espaço, seus próprios mapas de desejo, gosto, prazer, dor, amor e ódio. Os corpos em permanente processo de negociação com outros espaços ajusta suas posições no mundo, sendo também eles lugares de aglutinação de negociações externas e internas do poder (SILVA e ORNAT, 2020).

Assim, cada corpo – indivíduo – se relaciona com parte da sociedade, sendo atuante nela e, conseqüentemente, no espaço geográfico. Dessa forma, o corpo do indivíduo passa a ser um

¹ Sigla utilizada para representar a diversidade de gênero e orientação sexual. Significa Lésbicas, Gays, Bissexual, Trans e Travestis, Queers, Intersexuais, Assexuais, e demais pessoas da bandeira e a pluralidade de orientações sexuais e variações de gênero.

recorte dessa sociedade/espço, onde a ele é atribuído deveres, responsabilidades, maneiras de agir... Então, com esses atributos, o corpo passa a se relacionar com os demais corpos, formando uma rede em que uns têm funções e lugares diferentes de outros, contribuindo assim para a configuração do todo e para uma ideia de geopolítica que atravessa as particularidades que constroem um indivíduo.

“a principal tarefa da Geopolítica é descobrir essa intencionalidade, esta deve recorrer a uma perspectiva pluridisciplinar, baseada essencialmente nos ensinamentos da História e da Psicologia Social e em menor grau da Psicanálise. Nesta abordagem geopolítica os chamados “conflitos de identidade” surgem como uma das temáticas centrais, cuja análise consiste em traçar as diferentes “representações” que os povos ou coletividades fazem de si próprios e dos outros” (FERNANDES, 2002, p. 18).

Segundo Butler (2003, p. 196) a performance drag brinca com a distinção entre a anatomia do performista e o gênero que está sendo performado, o que pode causar estranhezas que impactam no espaço e na estrutura social que se constitui-se em regras que estão subtendidas de como os corpos devem agir. Dito isso, os demais agentes sociais que também se sentem dessa forma, não pertencentes as “regras subtendidas” baseadas em uma heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2003), veem na drag queen um símbolo de representação, o constitui em coletividades socioespaciais.

Assim, a partir da drag, o que é visto, como informa Butler (2003, p. 197), é “o sexo e o gênero desnaturalizado por meio de uma performance que confessa sua distinção e dramatiza a unidade cultural fabricada”. Dessa forma, a imagem da drag revela não apenas uma expressão de identidades, de sentimentos e vontades, mas sim, as normas sociais postas em xeque, onde, por vezes, a identidade de gênero daquela pessoa que está de drag é questionada, contudo drag não é identidade de gênero, é um fazer artístico.

A drag queen precisa de um espaço para mostrar sua expressão, mesmo aquelas que se montam para suas redes sociais na internet – nesses casos, elas precisam mostrar para o público através desse espaço virtual o seu “eu” artístico –, precisa de alguém que as vejam. Portanto, é percebido que a drag utiliza o corpo como primeiro território e, por conseguinte, os espaços (públicos ou não, reais ou virtuais), como extensão da sua mente, dos seus desejos, de suas identidades. Por isso, a arte drag se torna uma arte do cotidiano, uma arte da cidade, temos a vivência drag na rua, no espaço citadino.

Esse trabalho revela então o quanto aspectos mais sensíveis são importantes para a geopolítica, e como os aspectos geopolíticos estão submetidos à vivências espaciais na cidade, sobretudo em indivíduos marginalizados. Dito isso, partindo da problemática que gira em torno de como a vivência de corpos marginalizado na cidade se revelam como um aspecto

geopolítico, o objetivo deste trabalho é explorar a forma que o espaço urbano aparece como ponto de interseção entre a cultura drag e a comunidade LGBTQIA+.

Para tanto, observou-se fatos marcantes para a conquista dos direitos dessa comunidade, juntamente à relatos em documentários e pesquisas bibliográfica que, de algum modo, traduzia o que aquele fenômeno estava pondo em sua narrativa. Com isso, este trabalho apresenta uma capacidade de compreender a geopolítica nas cidades, como uma reguladora dos corpos e do espaço, através do discurso. Além disso, se mostra como uma oportunidade de ampliar o debate em relação à como as subjetividades contribuem para uma construção de uma geopolítica.

QUE HISTÓRIA É ESSA?

Para entender esse fenômeno revelado através da drag queen e da comunidade LGBTQIA+, é necessário compreender o contexto que envolve a história de luta dessa comunidade. O grande ato que marcou a luta pelos direitos dessa população foi a revolta de Stonewall nos Estados Unidos da América no ano de 1969. Ainda na década de 1960 atos homossexuais eram ilegais e proibidos em todo o Estados Unidos da América (com exceção do Estado de Illinois), como informa o documentário “A Revolta de Stonewall” produzido por Kate Davis e David Heilbroner (2010), disponível no *youtube* através do canal “Coletivo MOOCA LGBT e Classista”. E na TV norte-americana era comum propagandas que estimulavam o ódio contra a população desviante da norma padrão heterossexual e cisgênero².

Além do forte apelo propagandístico que era propagado acerca da “política anti-LGBT”, a comunidade ainda tinha que lidar com o fato de que muitas autoridades médicas consideravam a homossexualidade um distúrbio mental, ou até mesmo um tipo de psicopatia. Inclusive, era comum tratar a condição homossexual como “homossexualismo”, onde o sufixo “ismo” é muito usado para denominar doenças. Assim a homossexualidade era considerada uma desordem mental, tanto pela Associação Americana de Psiquiatria, quanto pela OMS – Organização Mundial da Saúde.

O documentário supracitado mostra a fala de um psicanalista da época, o dr. Charles Socarides, onde considerava que a homossexualidade tinha alcançada proporções epidemiológicas. Baseada nessa ideia, se repercutia no país o imaginário de que ninguém nascia

² Cisgênero é a pessoa que identifica com a identidade de gênero atribuída à ela em seu nascimento.

homossexual, mas se tornava em algum momento da vida. Por isso as autoridades e a sociedade deviam reagir e punir quem “escolhesse” seguir por esse caminho.

As punições eram diversas, na marinha, por exemplo, dispensava-se os homossexuais com a justificativa de “dispensa desonrosa”, e no mercado de trabalho não se conseguia emprego. Dessa forma, as pessoas LGBTQIA+ deviam performar as ações relacionadas ao gênero que lhe foi atribuído.

Percebe-se então que a existência dessas pessoas incomodava bastante a sociedade heteronormativa. No documentário de Davis e Heilbroner (2010), é explicitado um material na qual o apresentador informa que, na época, “dois terços dos americanos olham para os homossexuais com nojo, mal-estar ou medo” e que “uma pesquisa de opinião pública indica que as pessoas são contra a permissão de relações homossexuais entre adultos sem punição legal” (A REVOLTA, 2010).

Sendo assim, parecia mais que necessário que houvesse punições legais para esses indivíduos desviantes das normas. Dessa forma, a homoafetividade passou a ser considerada um crime, identificado como prática de “comportamento obsceno ou imoral”, caso fosse abordado pela polícia em atos homoafetivos. O discurso LGBTfóbico era tão efervescente que é tramado uma espécie de “caça aos gays”³.

Era comum policiais estarem disfarçados com perucas e vestidos tentando parecer uma drag queen em banheiros e nos parques para prender homens que tentassem alguma relação naqueles espaços que eles sabiam que eram os únicos espaços, além dos bares, que os homossexuais viviam sua sexualidade. Martin Boyce, que frequentava os espaços da cidade, em um relato traduzido e publicado por Bernardo Falcão no site O Globo em 2019, informa que às vezes, no parque, se você fosse gay e estivesse lá, não havia nada que você pudesse fazer se a polícia cruzasse seu caminho e perguntasse o que você estava fazendo, você seria interrogado, seria culpado e levado por eles.

³ Um senhor que viveu a época, Martin Boyce, relata que “‘caçar os gays’ era um esporte da cidade. Não tenha dúvidas disso. Nós éramos odiados da mesma maneira que o comunismo era odiado na época. Ninguém pensava sobre o que significava ser gay. Nós éramos os malvados. Ou, então, os potencialmente malvados. As pessoas eram contra a gente não importasse os motivos. Era um ódio cego, eles não pensavam. Ninguém parava para raciocinar”.

Esse frequentador ainda relata que todas as pessoas LGBTQIA+ da época sabiam de histórias de amigos que foram espancados, mutilados, expulsos de casa e delatados pelos policiais por serem gays. Willian Eskride, professor de direito da Yale Law School, para o documentário de Davis e Heilbroner (2010) informa que no auge das apreensões, até 500 pessoas eram presas, por ano, por crimes contra a natureza, e de 3 a 5 mil pessoas, por ano, eram presas por prostituição e vadiagem. Todos os anos em Nova York. Dessa forma, revela-se que “O rigor da punição (para relação homossexual) varia de estado para estado. Os homossexuais, cientes da rejeição, reagem se escondendo. Frequentam seus próprios bares, boates e cafés, fugindo do olhar de reprovação da sociedade” (THE HOMOSEXUALS, 1967, apud BOWERY BOYS, 2015).

O corpo passa a ser então um território fundamental de controle do Estado, através de leis, para o desenvolvimento do poder e do discurso defendido por ele. E assim, revela no discurso, “o uso do conhecimento psicológico como poder político e controle social” (NASCIMENTO, 2022, p. 3). Onde, nesse controle social define-se o que Nascimento (2022) identifica como “guerra psicológica”, onde a repressão, influencia nas opiniões, emoções, atitudes e comportamento dos grupos.

A cidade de Nova York aparece como lugar central da discussão, pois, como relata uma entrevistada para o documentário A Revolta de Stonewall (2010), num lugar como Nova York havia a chance de se relacionar e conhecer pessoas que não ligavam se você fosse homossexual. Martin Boyce informa que Nova York “abrigava gays de todos os lugares possíveis do mundo, ser homossexual em Nova York era como um filme noir: muito empolgante, mas também muito perigoso” (FALCÃO, 2019, online).

Esse ideia do lugar ideal para a homossexualidade era, inclusive, informado nos tabloides, como diz um dos entrevistado para o supracitado documentário, “sempre saíam artigos na revista ‘life’ sobre como o Village (um bairro de Nova York) era liberal e frequentado por homossexuais” (A REVOLTA, 2010).

Aqueles que procuravam a liberdade de serem quem eram, sabiam onde ir, pois os detentores dos bons costumes, a exemplo do padres da época, sempre anunciavam os “lugares proibidos”. Dessa forma, evidenciava os espaços onde a cultura LGBTQIA+ predominava, sendo o bairro Village um desses territórios. Um entrevistado informa que no bairro havia várias drag queens na rua, e “gente alucinada” (A REVOLTA, 2010).

Uma rua que chamava atenção por atrair, sobretudo os gays, era a Christopher Street. Entrevistados em A Revolta (2010) relatam que as músicas, os cafés e as cafeterias eram ótimos, e na Christopher “era possível sentar e conversar com outros gays, além de só fazer sexo”, e isso é justificado porque “os gays ‘assumidos’ que se reuniam nas ruas eram aqueles que não tinham nada a perder (...) muitos tinham sido rejeitados pela família” por isso via-se afetos sendo demonstrado em público, e expressões drags nas calçadas.

Contudo, Nova York aparece como grande ponto de interesse para as drags antes mesmo da Christopher Street ser um atrativo para elas e para a população LGBTQIA+ como um todo. Bullock (2017) informa que, em 1869, já existia bares “Gay-friendly” em Nova York, bares que aceitavam a frequência de pessoas LGBTQIA+ em seus espaços. Inclusive, esses bares deixavam diversas pessoas horrorizadas.

Um exemplo desse horror causado é a publicação de um jornal da época, o The New York Evening World, referente a um dos mais frequentados bares, onde dizia que “Londres, Paris ou Berlim, com todas as suas iniquidades, não têm nada que se compare a esse tanque de vício e depravação”⁴, como informa o site Bowery boys (2015, online), isso porque, segundo o site, o espaço era frequentado por prostitutas, era praticado sexo selvagem, os homens se vestiam de drag para deleite dos clientes e tudo isso regado à bebidas baratas.

Embora fosse comum as afetividades homossexuais nesses espaços, o que parece chamar a atenção mesmo são os “homens vestidos de mulher”, as drags. Tais drags são dadas como atração de um dos locais pelo jornal, e enfatizada em suas linhas. Ele informa que

as ‘atrações’ no Excise Exchange não são as mulheres, mas uma classe de homem que frequenta o espaço. Eles imitam as roupas e os modos das mulheres - pintam o rosto e as sobrancelhas, descoloram o cabelo, usam pulseiras e se dirigem uns aos outros com nomes femininos⁵ (BOWERY BOYS, 2015, online).

Dessa forma, nota-se que já no século XVIII tinha-se a cultura de desviantes da norma padrão onde o “homem se vestia de mulher” e frequentava espaços da cidade que era considerado como promíscuo e sujo por parte da sociedade tradicional. Mas é na década de 1920 que o ato de se montar ganha popularidade.

⁴ tradução nossa.

⁵ O jornal usa a palavra “atração” entre aspas como forma de ironizar as montações, não as reconhecendo como uma atração de fato. Tradução nossa.

É na década de 1920 que o Greenwich Village (bairro na qual a já citada Christopher Street se localiza) começa a ganhar os arranjos que atraiu a população para lá. Como Bullock (2017) informa, a década de 1920 viu um aumento no número de enclaves boêmios em áreas degradadas, como o Greenwich Village. Pintores, poetas e performers foram atraídos pelos aluguéis baratos e por um estilo de vida cada vez mais selvagem e sem lei. Parte desses novos habitantes do bairro eram homossexuais, o que fez com pessoas LGBTQIA+ migrassem para lá, tanto pela vida noturna, quanto pela capacidade de se conectar com outras pessoas (BULLOCK, 2017).

Esse movimento fomentou a cultura LGBTQIA+ naquele espaço. Junto com essa cultura estavam as drag queens, que faziam performances em diversos espaços. Mas cerca de 10 anos depois passou a ser uma cultura participante de um contexto comercial com o Pansy Craze. Pansy Craze foi o período onde as pessoas da comunidade LGBTQIA passaram a se apresentar como drags em palcos dos clubes de diversas cidades alcançando o *mainstream*.

Contudo, logo o movimento foi enfraquecido, pois, além de sofrer com preconceito por parte da sociedade (mesmo com a aceitação de alguns), o Código de produção cinematográfica (ou Código Hays) de 1933 que especificava o que era conteúdo aceitável e inaceitável para filmes produzidos para uma audiência pública nos Estados Unidos, atingiu os espetáculos das artistas performáticas nos clubes que precisaram fechar as portas já que se tinha policiais nas portas das casas noturnas barrando as imitadoras femininas.

“Com o Código Hays efetivamente banindo Hollywood de retratar personagens homossexuais (ou "tentando manter os meninos e lésbicas do sexo duplo fora dos filmes", como disse a Variety), e a guerra na Europa no horizonte, os artistas LGBT que dominaram a vida noturna por mais de uma década foram levados de volta à clandestinidade” (BULLOCK, 2017, online).

A clandestinidade era subsidiada pelas máfias da cidade, sobretudo com a Lei Seca em evidencia, pois como a proibição forçou bares legítimos a fecharem suas lojas, os clandestinos dirigidos por máfias surgiram em seu lugar, desrespeitando a lei abertamente (BULLOCK, 2017). Então durante esse período diversas leis estavam em vigor nos Estados Unidos e nenhuma delas favoreciam a vivência LGBTQIA+ na cidade. Muito pelo contrário, a comunidade passou a ser perseguida mais e mais (como observamos em parágrafos anteriores), sobretudo com a Lei de Máscaras de 1845 que passou, mais tarde, a considerar o ato de se montar/transvestir, um crime.

A lei criada em 1845, inicialmente pretendia punir agricultores rurais que se vestiam como nativos americanos para combater os cobradores de impostos. Contudo, com o discurso

efervescente de que a homossexualidade era uma doença e que infligia as normas padrão dos costumes sociais, rapidamente a polícia adaptou essa lei para poder prender as pessoas que se vestiam de acordo com o gênero oposto. Martin Boyce informa que “a vida de um homem que se vestia de mulher, por exemplo, era terrível” (FALCÃO, 2019).

Algumas drags da época em entrevista para o supracitado documentário, informam que se você fosse pego, deveria ter, pelo menos, 3 roupas correspondentes ao seu gênero, ou você estaria infligindo a lei, pois você devia parecer por fora, com suas roupas, o que o seu gênero representava, caso não, você iria preso. Por isso, era constante a prisões de pessoas, como evidenciou o professor Willian Eskride em *A Revolta de Stonewall* (2010).

Boyce diz que elas precisavam se esconder, ir para lugares que achavam seguros quando acaba o festejo do Halloween. Ele ainda relata “Era uma expressão artística, sabe? Faziam aquilo por lazer e diversão. O medo da polícia não as impedia. Mas vê-las correndo para se esconder após a meia noite era triste” (FALCÃO, 2019).

Todo esse cenário revela que há muito tempo já existia a vivência drag na cidade, e desde esses tempos os que não seguiam os costumes padrões da sociedade eram punidos. Mas as expressões artísticas na cidade elas precisam de um espaço para poder existir, seja em um museu, em um teatro em uma galeria, nos muros da cidade, ou nas ruas. No caso da drag, os espaços (para além do seu corpo) que ficaram reservados para essa arte existir foram os espaços reservados para outras pessoas que também não se encaixavam no padrão social heteronormativo, os LGBTQIA+, que eram os espaços de socialização, de pegação, sobretudo os bares, como é o caso do Stonewall Inn.

UM MONTE DE DRAG QUEENS DANÇANDO COMO AS ROCKETTES

Os bares voltados para essa população ficavam geralmente em ruas escondidas, em bairros que ninguém frequentava. As janelas ficavam sempre cobertas, como relata um frequentador dos bares da época para o documentário *A Revolta de Stonewall* (2010). É relatado também que o órgão regulador de bebidas alcóolicas tinha estabelecido que um homossexual assumido, ou seja, os “afeminados”, sobretudo, as drag queens, perturbavam a ordem de um estabelecimento licenciado, que podia funcionar legalmente. Devido a isso, nenhum proprietário abria um bar para essa população na época, por medo de a polícia fechar.

Contudo, como é possível observar, existia uma vivência LGBTQIA+ na cidade, e isso era uma oportunidade perfeita para que a máfia lucrasse com o que é conhecido como “a máfia dos bares gays” pois “eles podiam” (A REVOLTA, 2010). Dessa forma, a máfia lucrava com

essa vivência e mantinham lugares com estruturas duvidosas, bebidas batizadas e superfaturadas, para que a comunidade pudesse se reunir e consumir os produtos ofertados por eles, como por exemplo, as jukebox, que para tocar músicas você devia colocar um dinheiro nela.

Um desses lugares localizava-se na Christopher Street, e como já evidenciado era um dos únicos lugares na cidade que a comunidade LGBTQIA+ sentia uma certa liberdade, como relata um entrevistado para o documentário *A Revolta de Stonewall* (2010), “era o nosso único quarteirão. Era o nosso mundo”. Esse lugar dá nome ao documentário e ao ato que também intitula a produção. Stonewall Inn, o único lugar onde se podia dançar música lenta com outro homem, sentir um carinho que não podia demonstrar na rua.

Como o bar Stonewall Inn não tinha licença para vender bebidas, era comum que a polícia realizasse batidas no local. A venda de bebidas não era o único motivo para que essas batidas acontecessem. Como informado no documentário, o bar de Stonewall era um refúgio temporário para que os participantes da comunidade LGBTQIA+ saíssem das ruas temporariamente, sendo assim, o espaço perfeito para as emboscadas policiais.

O bar, como refúgio, era frequentado por diversas pessoas da comunidade, e dentro do próprio estabelecimento tinham-se zonas, informa um ex frequentador (*A REVOLTA*, 2010). Na parte da frente ficavam os gays “masculinos” que não se montavam e em outra sala, ao redor da máquina de música (Jukebox), as drag queens. Martin Boyce (*FALCÃO*, 2019), relembra e relata aquele espaço como um “espaço mágico”, ele diz que “Era mágico. As drag queens controlavam a jukebox. As pessoas discutiam entre si sobre quais músicas seriam as próximas”, ainda acrescenta que eram tocadas músicas ótimas, “uma excelente pista de dança”.

Percebe-se então que aquele bar era importante não só para arranjar alguém para transar, mas para se sentir vivo. Inclusive, o bar foi escolhido por uma drag da época para ser o local de sua montagem em comemoração aos seus 18 anos de idade. Ela informa que, antes desse dia, de estar montada utilizando as roupas de sua mãe, nunca tinha se sentido tão bonita (*A REVOLTA*, 2010). E Stonewall, afirma Martin Boyce, ensinou as pessoas da comunidade LGBTQIA+ a se respeitarem, “até porque todo mundo queria ir. Era o único lugar para dançar. Aprendemos a tolerar uns aos outros lá dentro” (*FALCÃO*, 2019, online), relata.

O Stonewall Inn proporciona uma leitura geográfica importante para a discussão. O bar que era mantido por mafiosos em condições precárias, evidencia a necessidade que a comunidade LGBTQIA+ tem de poder se expressar, mostra que é preciso ter espaços nas

idades para que essas expressões aconteçam. Ainda sobre suas lembranças da época em que ia para o bar, Martin Boyce relembra que “o bar em si era um lixo”, mas “a paixão das pessoas dali o fez mágico e o transformaram em algo muito especial, em um lugar que dizia às pessoas: sejam vocês mesmos”, e ele julga que, finalmente a comunidade LGBTQIA+ tinha “um lugar para chamar de nosso, onde podíamos estar seguros” (FALCÃO, 2019, online).

A segurança acontecia mesmo em meio as opressões vividas, inclusive nos bares onde os policiais faziam as batidas afim de prender de forma violenta os indivíduos “fora da lei”, como no Stonewall Inn. Dessa forma, a cidade apresenta locais de controles de poder com as mais diversas intenções, como podemos notar em relação à máfia querer lucrar com a necessidade de um espaço para a cultura LGBTQIA+.

Contudo, depois de muita opressão e ameaças de acabarem com os seus espaços, as pessoas que frequentavam esses espaços se cansaram, foram capazes de gerar uma revolução. Como informa um entrevistado para o já citado documentário: A polícia não nos deixava dançar. Se há um lugar onde você pode dançar, se sentir uma pessoa plena, e alguém ameaça tirá-lo de você, isso te incita a lutar. Martin Boyce relata:

Lá estavam eles, no centro da cidade, fazendo mais uma batida policial, acreditando que o público ao redor iria apoiá-los, e normalmente era isso mesmo que acontecia. Mas daquela vez foi diferente. Era demais. Eles estavam invadindo o nosso principal lazer, sem o menor pudor. Eram tempos difíceis, uma época em que a polícia nos queria na cadeia, o poder público nos queria em instituições psiquiátricas e os religiosos nos queriam no inferno (FALCÃO, 2019, online).

E é assim que é marcado o movimento de lutas por direitos LGBTQIA+. Na noite de 29 de junho de 1969, as pessoas que estavam no Stonewall reagiram a uma batida policial e, pela primeira vez, tiveram forças para enfrentar a polícia de Nova York, fazendo com que eles não os prendessem. O ato foi um marco. A polícia ficou acuada com a proporção que a revolta tomou. Ainda sobre suas lembranças daquela noite de 29 de junho de 1969, Martin Boyce relata que

Logo que cheguei deu para ver a polícia de Nova York, na verdade um policial em particular, levando uma drag queen para dentro de uma van. Ela chutava e revidava a ação do policial. Foi nesse momento que eu percebi que as coisas não seriam como nas outras noites. Ela o chutou, sabe? Se você não chuta um policial hoje em dia, imagina o que poderia acontecer com alguém naquela época? Ainda mais com uma drag queen...

Ele virou de costas, a colocou no veículo e bateu a porta. Dava pra ouvir o policial a espancando. Dava para ouvi-la gemendo de dor. Do lado de fora, nos olhávamos e não sabíamos o que fazer. Naquela época, se você presenciasse batidas policiais nos bares gays, você simplesmente assistia. Apenas "assistia ao show", como falavam. Naquele momento, éramos dezenas de pessoas olhando o que acontecia. De repente, o policial sai do carro, vira pra gente e grita: "Ok, vocês já viram o show. Agora, saiam daqui!". E ele virou de costas completamente confiante de que não iríamos fazer nada,

como sempre acontecia, em que apenas escutávamos e íamos embora, evitando problemas maiores. Mas naquela noite foi diferente (FALCÃO, 2019, online).

É relatado no documentário *A revolta de Stonewall* (2010) que um dos grupos que liderou a revolta de Stonewall foram as drag queens, “não havia como conter a Miss Nova Orleans”, relata um frequentador que estava presente, “ela estava descontrolada, não conseguia se erguer sozinha, então as outras drag queens, como a Mulher Congo, ajudaram e golpearam a porta”. Relata-se também que quando chegaram mais policiais para conter a revolta, “a Miss Nova Orleans, e o povo ao redor, começaram a marchar e a polícia começou a recuar”.

Nesse mesmo movimento as drag queens no local protestava também em forma de manifestação artística. Uma dessas que estava presente relata “arranjei um espaço, agarrei dois amigos e começamos a cantar e a dançar canção”, a cantoria como forma de afronte aos policiais era “somos as meninas do Village, temos cabelos cacheado, dobramos o macacão por cima dos joelhos”. Outro frequentador e drag queen, informa que “o batalhão de choque estava acostumado com revoltas, não com um monte de drag queens dançando como as Rockettes, e mostrando o dedo do meio para eles” (A REVOLTA, 2010).

Após o ato iniciou-se uma onda de protesto nas ruas que culminou na primeira parada do orgulho LGBTQIA+ em 1970 e, posteriormente, resultou em direitos para a população LGBTQIA+ nas quais são gozados até a atualidade em várias partes do mundo, mesmo com o preconceito ainda presente na sociedade normativa. Assim, é possível pensar que é por esses fatos relatados que as drag queens trazem consigo a comunidade LGBTQIA+ em seu corpo. Elas quem apareceram como grandes ícones das manifestações.

É importante salientar, ainda, que as drag queens acabavam sofrendo ainda mais por expressarem sua arte pois, além de (a maioria) enquadrarem nas leis contra atos homoafetivos, ainda tinha a lei de máscaras para reprimir sua expressão, como já informado. E as abordagens policiais eram muito agressivas. Outras pessoas que viveram a época relatam que os policiais levavam as drag queens e as pessoas trans⁶ para um canto do bar para checar a genitália delas e ver se correspondia com a expressão de gênero que ela estava performando, de forma totalmente invasiva (A REVOLTA, 2010).

Então parece evidente o motivo das drag queens serem um ícone da comunidade LGBTQIA+ mesmo sendo possível de ser vivenciada em outros corpos, ambos eram reprimidos

⁶ Pessoas trans são pessoas que não se identificam com a identidade de gênero atribuída à ela no nascimento.

pelas as mesmas ideologias. Contudo, ressalta-se que, no momento em que se é relatado que um quarteirão de um bairro representa o seu mundo, o que se revela é uma microterritorialidade diante de uma resposta ao controle do Estado sobre seus corpos e suas vivências.

AS MICROTERRITORIALIDADES/MICROTERRITÓRIOS COMO SUPORTE PARA AS MANIFESTAÇÕES NA CIDADE

Stonewall Inn é um em diversos exemplos de espaços de sociabilidade LGBTQIA+ dentro das cidades. O que aconteceu a partir de um evento no bar é evidenciado devido a sua importância para a comunidade mundial, mas espaços de sociabilidade voltados para esse público existiam e ainda existem em diversos lugares. Embora atualmente a arte drag tenha ganhado espaço na mídia com drag queens em capas de revistas, nas rádios, em programas de TV e com milhões de seguidores na internet, esses espaços na cidade ainda parecem ser o espaço mais confortável de uma drag queen se abrigar e se expressar.

Dessa forma, é feito então o exercício de pensar que os espaços como boate, bares, pubs, dentre outros espaços de socialização, como sendo o refúgio da arte drag na cidade a partir de dois cenários; Primeiro pensa em um cenário que o ramo do entretenimento midiático, por algum motivo, pare de existir. Quais seriam os locais que as drag queens iriam garantir sua sobrevivência? Esses espaços dentro da cidade. O que direciona ao segundo cenário. É nesses espaços que está a sua comunidade. Nos “espaço de sociabilidade LGBTQIA+” é onde as pessoas desviantes da norma padrão se sentem livres para viver sua sexualidade (tal como em Stonewall Inn), formando assim uma comunidade, um espaço na qual eles compartilham de um mesmo fator, sendo esse um dos motivos por se configurarem como “específicos”.

Por se configurarem como específicos, tais espaços apresentam uma configuração em sua composição diferente da que se é observada nos demais espaços da cidade voltado para a sociabilidade heteronormativa. Um exemplo é a presença de drag queens como atrações, ou como frequentadoras, além de tocar músicas de certo gênero que não se ouve com constância nos demais espaços. Essas características residem na configuração socioespacial desses espaços que em conjunto revela-se como uma microterritorialidade

Sendo assim, a microterritorialidade (como parte do espaço social) é uma “aparição” (um fenômeno social) “em si” (remete a uma suposta estabilidade/inércia identitária), assim, assume uma forma específica e um conteúdo específico: um espaço “gay” ou “LGBT” onde pessoas “gays” ou “LGBT’ s” estão socializando, de diferentes maneiras, vinculado à construção dessa identidade – configura uma representação social sobre um espaço de sociabilidade LGBT no qual a sociedade “deixa espaço” para estes acontecimentos e relações (COSTA, 2020, p. 588).

Assim, as microterritorialidades são “pedaços” de espaço, que apresentam formas que se referem aos encontros de pessoas vinculadas a construções objetivas “em si”, nas quais são remetidas as perspectivas de identidade (objetividade compartilhada na circunstância) Satre (1997 apud COSTA, 2020, p. 586), assim como também pode remeter a perspectiva da singularidade, como sugere Costa (2020, p. 589), estando voltada para como essas microterritorialidades são “sentidas” individualmente.

Dessa forma, a microterritorialidade vai ser composta por um denominador em comum representado pela identidade, sendo essa identidade assentada no fato de poder ser o seu “eu verdadeiro” nesses (micro) territórios sem os entraves sociais, assim como vai ser composta pela dimensão mais íntima do indivíduo, já que o ato de frequentar tais espaços vai ter um sentido único para cada um, subsidiando, dessa forma, a singularidade que cada indivíduo traz consigo a partir de suas vivências cotidianas, ou de seus desejos subjetivos. Conforme informa Costa (2020, p. 590), em uma microterritorialidade, supostamente produzida por valores de identidade (grupos de pessoas identificadas socialmente em uma parte do espaço), há produções múltiplas de singularidades conduzidas por diferentes devires minoritários.

Esse “devir minoritário” representa a capacidade da singularidade que o ser carrega em si. Essa relação singular, em certa instância, pode se cruzar e por isso a identidade se apresenta como “algo” que faz parte das microterritorialidades. Como no caso de Stonewall In, por exemplo, reunia-se em um mesmo ambiente os gays que não se montavam e nem mesmo cogitava a ideia de fazê-lo, repudiava, inclusive, a forma de ser tratado por “ela”, e as drag queens que colocava salto, vestidos, perucas, cílios postiços e se tratavam no feminino.

Assim, o bar aparece como um ponto de encontro entre “as linhas” das subjetividades dos sujeitos, e como informa Costa (2020, p. 592), as microterritorialidades passam a se constituir como espaços privilegiados a estes processos, pois são nelas que as diferenças contrapõem o corpo e retornam para ele, em variadas intensidades e em múltiplas sensações, com contradições referentes à relação entre a interioridade (sensações, desejos, emoções...) e as exterioridades múltiplas (a forma que o espaço se apresenta) sentidas na microterritorialidade.

Observa-se então que dentro desses microterritórios impressos no espaço geográfico, o corpo passa a ser um papel fundamental para a gerencia das microterritorialidades. Costa (2020, p. 592) informa que o indivíduo, a partir de seu corpo, sendo esse um corpo-político, indo além do amontoado de células, é uma “agência” nas quais cultura e identidade são postas “para si”,

e os sentidos das experiências em microterritorialidades são “dados para o corpo e entre os corpos” (COSTA, 2020, p. 594).

Os (micro) territórios vão ser vividos, sentidos, identificados, a partir desse corpo singular. Essa singularidade, segundo Costa (2020, p. 592) “define o indivíduo”, isso porque ele reage à cultura e a identidade, como dispositivos que socialmente forçam representações sobre seu corpo. É também a partir dessa observação que utilizamos a arte drag queen como um possível diálogo com a Geografia e a geopolítica.

Afinal, corpo? gênero? Tudo isso é fabricado na performance drag. Com isso um jogo social e espacial conduz a investigação dessa manifestação no espaço, pois uma vez que a estrutura social se construiu na divisão dos gêneros e, por conseguinte, a estrutura espacial, onde é o lugar de um indivíduo que não está “sendo mulher” nem “sendo homem”?

Esse diálogo, além de ser feito da forma como foi exposto a partir da singularidade que faz parte da microterritorialidade, evidencia que o corpo drag por si só é um território, pois antes de ocupar/“territorializar” um determinado espaço da cidade, a pessoa que dá vida à outra persona que compõe a artista, ocupa o seu corpo através de símbolos que não lhes cabem, segundo a sociedade. A propósito, a normatização do corpo faz parte da normatização do espaço.

Então, assim como o território que se é discutido na concepção clássica a partir da dimensão da extensão do globo, fixo, homogêneo, legitimado pelo poder público e controlado pelo Estado-Nação, através de normas que os regem, o corpo também detém dessas normas sociais. E a partir do momento em que essas normas são quebradas, o indivíduo está se apropriando do seu corpo, lhe dando significados e tomando o poder dele, “desterritorializando” das normas sociais padrão e “reterritorializando” com suas identidades.

Essa articulação entre corpo e território, como informa Haesbaert (2020), permite abordar o território em múltiplas escalas, ressaltando a importância da “escala mais micro, mais íntima, que é o corpo”, “primeiro território de luta”. E como identificada Miranda (2017), definir o corpo como “corpo-território”,

propicia ao indivíduo entender o que está ao seu redor a partir do seu próprio corpo, de si mesmo, sua posse sobre o seu corpo, assim como uma territorialidade em constante movimento que para onde se desloca carrega consigo toda a bagagem cultural construída ao longo das suas trajetórias. O corpo é o lugar zero do campo perceptivo, é um limite a partir do qual se define o outro, seja coisa ou pessoa. (MIRANDA, 2014, p. 69-70).

Dessa forma, a drag queen usa seu corpo como o território responsável pela mediação da sua subjetividade, subjetividade essa que vem de dentro, mas que se relaciona com o espaço geográfico, com o coletivo. Então, como defende Miranda (2014), é necessário perceber o espaço, o território, as paisagens e lugares de convivência perpassam pelo elemento corpo, pois é ele quem representa os símbolos e os signos responsáveis pela constituição dos territórios.

Assim, o corpo da drag, além de compor as microterritorialidades que se expressam no espaço geográfico, vai ser também, a extensão dos espaços em que se tem referências como espaços LGBTQIA+, uma vez que sua performance representa as ações daquele microterritório e a comunidade que o ocupa, por isso pode ser lida através da ideia de corpo-território. E essa questão é comum de ser ver, sobretudo, nas Paradas do Orgulho LGBTQIA+ de diversos países, onde a figura das drag queens é carimbada como suas atrações, pois elas representam a luta e a transgressão da comunidade, tornando-se assim um elemento cultural para se discutir a geopolítica espacial nas cidades que envolve a vivência desses atores marginalizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um esquema simples é possível informar que identidade mais singularidade é igual à microterritorialidade. Costa (2020) informa que essa singularidade é expressa sobretudo através do corpo. Mas o que nos cabe ressaltar é que a drag queen quanto um corpo artístico e um corpo político subverte esse esquema, pois ao observá-la, duas situações se revelam: a drag queen pode ser a identidade de um (micro) território, assim como também pode caber na singularidade.

Então, como, em tese, a drag queen carrega em seu corpo a comunidade LGBTQIA+, a presença da sua imagem como atração de um lugar, ou até mesmo a presença de seu corpo em determinado lugar pode definir o público daquele local, o que se pode esperar por quem deseja aproveitar aquele espaço e, se aquele lugar conforta pessoas “queers⁷” ou não, e por vezes, o estilo de música que será tocado naquele espaço, já que as drag queens são conhecidas por gostarem e tocarem música pop.

Já no que se refere à drag queen como parte da singularidade de um microterritorialidade, é perceptível no decorrer deste trabalho. A singularidade parte do

⁷ A etimologia da palavra queer faz referência ao que é estranho. Dessa forma, Queer é aquele que se narra ou é narrado fora das normas.

princípio da motivação de o indivíduo fazer parte de um determinado (micro) território. A drag pode ser motivada pela questão de fazer drag ser seu trabalho, na qual utiliza a arte para ganhar dinheiro, como no caso das drags do estudo da Vecanato (2002), dessa forma indo ao espaço para fazer shows para o público, assim como ela pode ser motivada apenas para dar close⁸, como no caso de diversas drags na cidade, na qual vão aos espaços montadas para performar sua feminilidade/androgenia e que encontram nesses espaços o única possibilidade de fazê-la.

Essa ideia está assentada no ideal do “para si” que Costa (2020) desenvolve ao que se refere a composição da microterritorialidades. Para o autor, nas microterritorialidades os “para si” são instáveis e fluídos, nos quais os processos de produção de subjetividades e as formas “de se por” (ecceidades) no espaço de convivência é diverso (COSTA, 2020, p. 588). Então, a partir do que a drag quer “para si” naquele dia, ela pode frequentar o seu espaço montada ou não.

Nessa cidade, os espaços específicos (microterritorialidades) são gerados por os indivíduos usarem o momento para “esquecer da realidade” e aproveitar a vida, não querendo desempenhar papéis que rompem com o desejo do seu eu verdadeiro, não por uma determinada regra que define como seu corpo deve agir no cotidiano da cidade.

Assim, essa geopolítica que surge dos papéis que devem ser seguidos ficam mais visíveis, sobretudo para as drag queens. As representações dos papéis sociais pelos atores são formadas por “aparências” e “maneiras”. A aparência informa o status social do ator, dessa forma mais rígido e condizente com um conjunto de maneiras esperadas que se referem determinado status (COSTA, 2007, online). No caso drag, seu status de homem é consolidado e sua expressão de gênero é referente aos elementos que compõe o universo masculino o que nos leva às “maneiras”. As maneiras expressam a situação “aqui e agora” da interação e os caminhos possíveis de condutas condizentes a relação entre a aparência e a especificidade da interação (COSTA, 2007, online).

Os papéis definidos por esse conjunto de normas perpetuam espaços normativos que impedem o rompimento dos papéis. Dessa forma, como informa Costa (2007), O controle

⁸ “Dar close” diz respeito a “se mostrar”, curtir, geralmente refere-se ao ato de querer todas as atenções para si, aparecer...

escalonado que define os enquadramentos⁹ é situacional no tempo e no espaço, constituindo cenários específicos e que segregam auditórios nos quais o ator deve se apresentar e representar.

“além da exterioridade naturalizada das instituições e cenários sociais, o homem-particular ou ator se fragmenta em atuações para diferentes auditórios que se apresentam segregados. A segregação, assim, torna possível e é inerente a divisão de trabalho em sociedades modernas capitalistas que mobiliza porções de atores ou homens-particulares ao desempenho de tarefas especializadas. O ator social se envolve em múltiplos cenários de interação que apresentam múltiplas exterioridades referentes a papéis sociais (múltiplas aparências e maneiras) que deve desempenhar” (COSTA, 2007, online).

Dessa forma, a partir das vivências dos corpos na cidade, nota-se as complexidades que se revelam como diversas ilhas que têm em si suas identidades bem definidas criadas a partir de como deve se comportar e ser em determinados ambientes, fruto de uma geopolítica fomentada por governos, instituições e conceitos pré-estabelecidos acerca dos corpos.

REFERÊNCIAS

A REVOLTA de Stonewall. Direção: Kate Davis e David Heilbroner. 2010 [produção]. In.: Coletivo MOOCA LGBT e Classista. **Youtube**. 2014. 1h20min21s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cxSBW79yxjQ>>. Acesso em 15 set. 2019.

BULLOCK, Dumrryl W. Pansy Craze: the wild 1930s drag parties that kickstarted gay nightlife. **The Guardian**, 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/music/2017/sep/14/pansy-craze-the-wild-1930s-drag-parties-that-kickstarted-gay-nightlife>. Acesso em: 03 abr. 2021.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade** / Judith Butler; tradução, Renato Aguiar. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. PDF.

COSTA, Benhur Pinhós da. ALÉM DA SOCIEDADE - OS DRAMAS E OS CONFLITOS DO ESPAÇO SOCIAL: O EXEMPLO DAS MICROTERRITORIALIZAÇÕES HOMOERÓTICAS. IX Coloquio Internacional de Geocrítica. **Anais**. Porto Alegre, 28 de maio - 1 de junho de 2007. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

COSTA, Benhur Pinós da. As Microterritorialidades Além das Identidades: contextos de emergências de singularidades e suas possibilidades de pesquisas e narrativas. In: REGO, Nelson; KOZEL, Salette (org.). **NARRATIVAS, GEOGRAFIAS & CARTOGRAFIAS: para viver, é preciso espaço e tempo**. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2020. p. 1-666.

FALCÃO, Bernardo. Foi um grito de quem não aguentava mais se esconder: Ativista relata protesto que deu origem a Dia do Orgulho Gay, há 50 anos. **OGLobo**, 2019. Disponível em:

⁹ Se referem a contextos interacionais que abarcam um conjunto de atores sociais desempenhando papéis que instituem regras a serem seguidas (COSTA, 2007).

<https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/dava-para-ouvir-o-policial-espancando-drag-queen-dentro-da-van-um-relato-dos-protestos-que-deram-origem-ao-dia-do-orgulho-gay-ha-50-anos.html>. Acesso em: 27 ago 2021.

FERNANDES, José Pedro Teixeira. **Da Geopolítica clássica à Geopolítica pós-moderna: entre a ruptura e a continuidade.** Disponível em: <<http://www.uel.br/pessoal/jneto/gradua/historia/recdida/gepoliticasPessJNeto.pdf>> Acesso em: 11 de jul. 2022.

HAESBAERT, Rogério. **DO CORPO-TERRITÓRIO AO TERRITÓRIO-CORPO (DA TERRA): CONTRIBUIÇÕES DECOLONIAIS.** GEOgraphia Niterói, Universidade Federal Fluminense ISSN 15177793 (eletrônico) GEOgraphia, vol: 22, n.48, 2020.

MIRANDA, Eduardo Oliveira. **“O negro do Pomba quando sai da Rua Nova, ele traz na cinta uma cobra coral”:** os desenhos dos corpos-territórios evidenciados pelo Afoxé Pomba de Malê. Feira de Santana, 2014. 168 f.: il.

NASCIMENTO, Rodson Ricardo Souza do. **DOMINANDO CORAÇÕES E MENTES: uma abordagem psicossocial da geopolítica.** *Revista de Geopolítica*, v. 13, nº 2, p. 1-15, abr./jun. 2022.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. **O CORPO COMO ESCALA ESPACIAL.** *Revista Desassossegos: Absurdemos a vida, de leste a oeste*, v. 4, n. 1, p. 11-16, Publicação Semestral. 2020. Disponível em: <https://issuu.com/revistadesassossegos/docs/desassossegos_vol_4/s/10543914>. Acesso em: 25 mar. 2021.

THE SLIDE and the Excise: NYC’s Most Notorious 19th Century Gay Bars. **Bowery Boys**, 2015. Disponível em: <https://www.boweryboyshistory.com/2015/06/the-slide-19th-century-most-notorious-gay-bar.html>. Acesso em: 03 abr. 2021.

VENCATO, Anna Paula. **“Fervendo com as drags”:** corporalidades e performances de drag queens em territórios gays da Ilha de Santa Catarina. Dissertação de mestrado (mestrado em antropologia social) UFSC, 2002.

CAPÍTULO 24

O PROCESSO DE DESDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA E A (DES)MATERIALIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Priscilla Silva
Fernanda Rodrigues
Nina Trícia Disconzi Rodrigues

RESUMO

O Brasil, inserido em um panorama internacional de crise do neoliberalismo e de representação política, foi mais um dos países afetados por uma onda de desdemocratização. Assim, considerando que os direitos humanos estão interligados à democracia, questiona-se: o processo de desdemocratização, desenvolvido por Charles Tilly, reduz a concretude dos direitos e garantias fundamentais expostos na Constituição Federal de 1988? Para tanto, utilizou-se método de abordagem fenomenológico-hermenêutico, o método de procedimento monográfico e a bibliográfica e documental como técnicas de pesquisa. Ao final, foi possível concluir que o Brasil, pautado em uma política neoliberal, encontra-se em um processo de desdemocratização, sendo que isso afeta diretamente à materialização dos direitos fundamentais que, inclusive, nunca foi plenamente efetivada.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Fundamentais. Constituição Federal de 1988. Desdemocratização.

INTRODUÇÃO

Pós-Segunda Guerra, a democracia liberal encontrava-se no seu ápice, sendo uma alternativa viável à ameaça comunista. Entretanto, essa democracia, desde o seu nascimento, esteve fadada ao insucesso. Isso porque há uma incongruência entre capitalismo e democracia, pois, na medida em que o capitalismo visa assegurar os direitos de uma minoria, a consolidação da democracia exige a participação de uma maioria, bem como a proteção de seus direitos fundamentais.

Assim, por outro lado, entende-se que democracia e direitos humanos coexistem, sendo dependente um do outro. Partindo desse viés, a Constituição Federal de 1988 alicerçou-se no Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, estabelecendo um amplo rol exemplificativo de direitos e garantias fundamentais. Essa Constituição representou uma ruptura com o passado colonial e autoritário, visto que se pautou em um Estado Democrático de Direito.

Ocorre que essa ruptura se limitou a via formal, pois a democracia de fato nunca existiu para as comunidades periféricas. Além disso, com o advento e fortalecimento do neoliberalismo, a democracia se enfraqueceu, atingindo inclusive aqueles setores sociais

anteriormente protegidos. Isso porque o sistema neoliberal, na medida em que realiza uma política de exclusão social em relação às pessoas que não conseguem se incluir, também transforma indivíduos em empreendedores, não se preocupando com o bem-estares deles.

Com pouco mais de 30 anos, a Carta Magna do país ainda está na sua infância - o que não a tem poupado de um sentimento mundial de crise de representação política. Assim, a finalidade do presente trabalho é de responder à seguinte indagação: o processo de desdemocratização, desenvolvido por Charles Tilly, reduz a concretude dos direitos e garantias fundamentais expostos na Constituição Federal de 1988?

Para responder a esse questionamento, utilizou-se o método de abordagem fenomenológico-hermenêutico, pois a pesquisa partiu de uma análise transdisciplinar, a fim de averiguar os acontecimentos e comportamentos dos sujeitos em suas vivências, que se movem e se alteram conforme a realidade. No que condiz ao procedimento, este trabalho utilizou o método monográfico, realizando leituras, fichamentos e relatórios de diferentes construções teóricas relacionadas à temática, tendo como técnicas de pesquisa a bibliográfica e a documental.

Primeiramente, este trabalho discorreu sobre o surgimento da democracia liberal e a sua incompatibilidade com um Estado Democrático de Direito. Assim, aprofundou-se no estudo do advento do neoliberalismo que, ao retirar direitos, contribuiu para a crise de representação política. Por fim, o trabalho adentrou na análise do contexto brasileiro, versando sobre os impactos do neoliberalismo no país.

Após, discorreu-se sobre os processos de democratização e de desdemocratização, ambos conceituados por Charles Tilly. Inicialmente, houve o estudo da Carta Magna, fazendo-se uma distinção entre a teoria e a prática, visto que, por ter sido originada em um país desigual e colonial, dificilmente houve a materialização dos seus direitos. Após, este trabalho retornou à análise do sistema neoliberal que, na medida em que se mostra em dissonância com um Estado Democrático de Direito, corrobora para o processo de desdemocratização brasileira.

NEOLIBERALISMO E A (IN)EFICAZ “REPRESENTAÇÃO” POLÍTICA: DEMOCRACIA LIBERAL BRASILEIRA EM CRISE

No período pós-Segunda Guerra Mundial, o capitalismo necessitava consolidar-se mundialmente, haja vista uma ameaça comunista. Nesse sentido, a democracia liberal poderia, aliada ao neoliberalismo, garantir a liberdade econômica e política, assegurando os interesses da elite econômica e capitalista e garantindo um desenvolvimento que propiciaria melhores

condições de vida à população. Assim, pós-Guerra Fria, a democracia liberal encontrava-se no seu ápice, propiciando o crescimento econômico de diversos países, o que transmitia confiabilidade à maioria dos cidadãos (MOUNK, 2019, p. 15).

De acordo com Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo acarreta na universalização da concorrência que faz com que o Estado promova a empresa a um modelo de subjetivação: “cada indivíduo é uma empresa que deve se gerir e um capital que deve se fazer frutificar” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 378). Em razão disso, o neoliberalismo limitou-se, em grande parte, somente a garantir a acumulação de bens da elite econômica em detrimento do restante da população, havendo um desprezo em relação às pessoas que não conseguiram se incluir no sistema (BORGES, 2017, p. 133). Para Juliana Borges (2017), aliás, na medida em que neoliberalismo propiciou um reordenamento social, operando-se “pelo extermínio dos grupos que não têm lugar algum no sistema”, a coexistência de democracia e capitalismo tornou-se inexistente (BORGES, 2017, p. 133).

Além disso, o neoliberalismo tem orientado as escolhas individuais dos cidadãos ao ponto de que cada indivíduo se tornou “responsável pelo empreendimento de sua própria vida” (CUSTÓDIO, 2019, p. 127). Esse mesmo sistema desmantelou o estado de bem-estar social imposto há trinta e três anos e outros direitos sociais conquistados no século XX, fazendo com que os indivíduos sejam “livres para construir suas vidas, mas sem condições básicas para tal” (CUSTÓDIO, 2019, p. 127).

Considerando a inviabilidade dessa coexistência, segundo Yascha Mounk (2019), o zelo à democracia liberal era muito mais oriundo da paz e do crescimento econômico, do que por “um comprometimento profundo com seus princípios mais fundamentais” (MOUNK, 2019, p. 160). Assim, tão logo sobreveio a crise econômica de 2008, a confiabilidade no regime sofreu o seu mais forte abalo pós-Segunda Guerra.

Nas palavras de Castells (2018), porém, a crise da democracia liberal resultou de uma confluência de fatores. Para o autor, “a globalização da economia e da comunicação solapou e desestruturou as economias nacionais e limitou a capacidade do Estado-nação de responder em seu âmbito a problemas que são globais, tais como as crises financeiras, a violação aos direitos humanos (...)” (CASTELLS, 2018, p. 18), dentre outros.

Todavia, quanto mais o Estado-nação se aproxima de uma rede de relações supranacional, mais ele acaba se distanciando da nação que diz representar, o que gera a “crise de legitimidade na mente de muitos cidadãos, mantidos à margem de decisões essenciais para

sua vida, tomadas para além das instituições de representação direta” (CASTELLS, 2018, p. 19). Para além de uma afirmação genérica de que somente há, hoje, uma crise de representação política, Luis Felipe Miguel (2014) apresenta três conjuntos de evidências para esse cenário.

Assim, segundo o autor, elas são relativas: “(1) ao declínio do comparecimento eleitoral; (2) à ampliação da desconfiança em relação às instituições, medida por *surveys*; e (3) ao esvaziamento dos partidos políticos” (MIGUEL, 2014, p. 98). Luis Felipe (2014) ressalta que é justamente por isso que nas últimas décadas surgiram propostas para a revitalização das instituições representativas - proposta estas que, acertadamente, culpam a diminuição da confiança popular na política não por uma suposta “alienação ou falta de compromisso com a democracia” (MIGUEL, 2014, p. 102).

Pelo contrário,

o descontentamento com o desempenho das instituições democráticas se alia a uma firme adesão aos princípios da democracia, que se funda na constatação sensata de que as instituições atualmente existentes privilegiam interesses especiais e concedem pouco espaço para a participação do cidadão comum, cuja influência na condução dos negócios públicos é quase nula. Em suma, de que as promessas da democracia representativa não são realizadas (MIGUEL, 2014, p. 102-103).

Porém, a esse respeito, “em democracias consolidadas, a baixa confiança institucional pode agir como um ativador natural potencial da capacidade de renovação e resiliência das instituições e lideranças políticas” (SANTOS; HOFFMANN; DUARTE, 2020, p. 180). A baixa confiança institucional “age mais como um agente que desestabiliza e trava o processo decisório, além de minar, conseqüentemente, a legitimidade institucional, contaminando, dessa forma, o avanço da qualidade do regime” (SANTOS; HOFFMAN; DUARTE, 2020).

Para Pinheiro-Machado, por sua vez, a crise da democracia liberal refere-se ao sistema econômico neoliberal que sequestra os direitos políticos e as liberdades civis em prol dos “interesses das grandes corporações” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 20), que atuam como “uma máquina de moer coletividades” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 49). Há, nas democracias liberais, um conflito distributivo: “por um lado, a pulsão para a acumulação e a concentração da riqueza por parte dos capitalistas e, por outro, a reivindicação da redistribuição da riqueza criada em boa parte pelos trabalhadores e suas famílias” (SANTOS, 2016, p. 191).

Para Boaventura de Souza Santos (2016, p. 191), enquanto a democracia é o governo da maioria hipossuficiente, o capitalismo sente-se seguro se governado pela burguesia que se identifica com as suas necessidades. Assim, a democracia liberal teria sido concebida tão somente para garantir os privilégios destinados à elite, sendo que, “sempre que a democracia se

mostrou disfuncional, manteve-se aberta a possibilidade do recurso à ditadura” (SANTOS, 2016, p. 191).

É por isso que Castells (2018) aduz que na essência da crise de legitimidade política está também uma crise financeira, que é a mesma que causou o caos econômico na Europa e Estados Unidos em 2008 (CASTELLS, 2018, p. 20). De acordo com o autor, o que ocorreu foi a crise do capitalismo “financeiro global, baseado na interdependência dos mercados mundiais e na utilização de tecnologias digitais para o desenvolvimento de capital virtual especulativo (...)” (CASTELLS, 2018, p. 20).

No Brasil, a crise de 2008 pegou o país em seu ápice econômico, “quando completava uma sequência de seis trimestres de crescimento em aceleração” (FREITAS, 2009, p. 8), todavia ainda permitiu ao governo da época a conquista de alguns marcos. Com efeito, além da redução da fome e da miséria (BRANDÃO, 2017, p. 205), o governo petista propiciou o crescimento do PIB brasileiro que, no ano de 2010, alcançava o percentual de 7,5% (VIZEU, 2019, p. 305).

Da mesma forma, ainda possibilitou a criação do ProUni (Programa Universidade para Todos), permitindo a concessão de bolsas de estudo à população hipossuficiente e a capacidade de consumo da população aumentou. Isso se deu em razão do crescimento econômico no setor das *commodities* e da especulação de capital, o que ensejou na regressão das forças produtivas (BOMFIM, 2017, p. 83).

Por outro lado, porém, a gestão presidencial do Partido dos Trabalhadores não conseguiu alterar a estrutura social exploratória e seletiva. Mesmo com políticas públicas que retiraram milhares de pessoas debaixo da linha da pobreza, “foi sob governos de esquerda que a população carcerária do País cresceu 267% e que mais da metade das pessoas presas no Brasil são negras” (MARIE, 2017, p. 101). Nesse viés, considerando a precarização do trabalho, privatização, encarceramento em massa e crescimento da violência, existiu o “fantasma do desenvolvimento” (ACOSTA, 2016) que serviu tão somente como justificativa para a consolidação da política neoliberal.

Nessa linha, o Brasil, mesmo durante governos progressistas, teve a sua democracia limitada, na medida em que interesses privados prevaleceram ante os interesses coletivos. Isso porque, mediante uma política neodesenvolvimentista e neoliberal, houve um aprimoramento do modelo extrativista e uma concentração de poder no chefe do executivo nacional (LANG, 2016, p. 34). Assim, não obstante tenha havido investimentos sociais durante esses governos,

tais investimentos advieram do agravamento da degradação ambiental e do desmantelamento dos movimentos sociais (MARTÍNEZ et al., 2016, p. 400).

Em países com histórico de política autoritária, a crise possibilita relembrar histórias de “desrespeito às leis, descrença nas instituições e que sinalizam saídas dogmáticas e que se apresentam como as ‘salvadoras da pátria’” (SCHWARCZ, 2019, p. 232). Assim, apesar de estarem muitas vezes revestidos de instrumentos da própria democracia para tomar atitudes antidemocráticas, abre-se espaço para governos que propiciam o desmantelamento sistemático do regime de governo da democracia (no caso, liberal).

Nessa perspectiva, não obstante o Brasil tenha tido avanços democráticos, sobretudo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a herança colonial resistiu e, aliada ao neoliberalismo, sempre apresentou impasses ao aperfeiçoamento democrático (SCHWARCZ, 2019, p. 61). No ponto, importante destacar inclusive que a democracia no Brasil foi imposta por países centrais, que se constituem “uma gramática societária e estatal de exclusão” (SANTOS; AVRITZER, 2003, p. 12).

Em razão disso, é pacífico afirmar que o processo de desdemocratização sempre esteve no horizonte do país, tendo se intensificado nos últimos anos ao acompanhar a crise democrática internacional. Nesse sentido, desde 2013, a população se vê descrente e não se sente representada pelos governantes, apresentando aversão à política tradicional, o que tem dado espaço para *outsiders* (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018) crescerem por meio de *fake news* e da crescente polarização social.

Portanto, democracia e capitalismo se enfrentam ao invés de se complementarem, sendo ambos uma contradição (SANTOS, 2016). Por isso, a crise das democracias liberais tem posto em xeque um sistema que, desde o seu início, encontrava-se fadado ao insucesso. Nesse viés, tem-se que a desdemocratização é um projeto capitalista e, devido a isso, não se tem como possível a construção “de um projeto democrático sem sanar a profunda desigualdade social e radicalizar a autonomia coletiva” (FREIXO; PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 20). Isto é, sem construir pontes alicerçadas nos direitos humanos.

A DESDEMOCRATIZAÇÃO E A (IN)DEFESA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

O termo “desdemocratização” foi um termo cunhado por Charles Tilly (2010) no livro *Democracy*, para referir-se às crises democráticas. Para o autor da obra, a democratização e a

desdemocratização são processos contínuos e que se revezam na medida em que há o aumento ou a redução das liberdades civis e dos direitos políticos dos cidadãos e cidadãs.

Antes de analisar esses processos, porém, é preciso destacar que, para Charles, “um regime é democrático na medida em que as relações políticas entre o Estado e seus cidadãos são demonstradas por consultas mutuamente vinculativas, amplas, iguais e protegidas” (TILLY, 2010, tradução nossa). Nesse sentido, a amplitude e a igualdade dizem respeito à inclusão política da população, a fim de que todos e todas as cidadãs sejam beneficiados dos direitos políticos e das liberdades civis. A proteção e a consulta mutuamente vinculantes são relativas, respectivamente, à força do Estado em tutelar os direitos dos cidadãos e das cidadãs, bem como a comunicação existente entre governantes e governados, por intermédio das eleições, por exemplo.

Assim, segundo Charles (2010), há quatro tipos de definições clássicas da democracia, quais sejam: constitucional, substantiva, procedimental e processual. Ao passo que a constitucional se refere ao teor das leis e da própria Constituição e a procedimental refere-se às eleições, a substantiva é relativa às condições de vida das pessoas que integram o Estado em análise, ou seja, aos seus bem-estares e também se as pessoas gozam de direitos políticos e de liberdades civis, mesmo que não haja norma legal que preveja isso.

Quanto às abordagens processuais de democracia, Charles Tilly (2010) citou os cinco critérios abordados por Robert Dahl para definição de uma democracia, quais sejam: participação efetiva, igualdade de voto, compreensão clara acerca de políticas alternativas e suas consequências, controle de agenda por parte dos deputados e, por fim, inclusão de todos os cidadãos e cidadãs adultos na política. Quanto a estes últimos, salienta-se que historicamente nem todos foram incluídos, tendo como clássico exemplo a Grécia Antiga, que excluía escravos, estrangeiros e mulheres.

Todavia, há especificidades ocorridas em todos os países que transpassam os critérios pré-definidos acerca de democracia, não havendo eficácia na sua classificação binária (país democrático ou não democrático). Além disso, os critérios defendidos por Dahl operam “dentro de limites significativos, atrás dos quais alguns colidem uns com os outros” (TILLY, 2010, tradução nossa) e na interferência do Estado “em conflitos sérios: por exemplo, entre liberdade de expressão e autonomia associativa” (TILLY, 2010, tradução nossa). Para Charles Tilly, portanto, os processos de desdemocratização ou democratização são mais complexos e

dinâmicos, havendo inclusive níveis de democratização correlacionadas com a capacidade estatal, liberdades civis e direitos políticos.

Assim, quando há o processo de democratização, existem esforços e discussões acerca das “virtudes da democracia, e aqueles em posições de autoridade proclamam suas intenções democráticas” (TILLY, 2010, tradução nossa). Mas, durante o processo de desdemocratização, os governos transformam-se “por formas consideradas profundamente antidemocráticas, os movimentos sociais proclamam sua intenção de descartar a democracia e os notáveis governos expressam orgulhosamente sua hostilidade à democracia” (TILLY, 2010, tradução nossa).

Nessa senda, o autor destaca que certos grupos da sociedade detêm o poder de influenciar positiva ou negativamente nesses processos. As elites, por exemplo, contribuem economicamente com o Estado e, assim, os processos de desdemocratização ocorrem (e são mais céleres) geralmente quando há os seus descontentamentos (TILLY, 2010). Isso porque, de acordo com o escritor, elas têm meios de subverter acordos democráticos. As pessoas comuns, de outra sorte, raramente conseguem criar centros autônomos de poder coercitivos, inserir desigualdades de categoria nas políticas públicas ou separar suas redes de confiança das políticas públicas.

Por outro lado, os movimentos sociais e das pessoas comuns influenciam nos processos de democratização, sendo que, para averiguar o grau de democracia de um Estado, faz-se necessário analisar se “o Estado se comporta de acordo com as demandas expressas por seus cidadãos” (TILLY, 2010, tradução nossa). Importante pontuar também que Charles Tilly, ao analisar a democratização em diferentes países, explana três questões cruciais para a ascensão da democracia, quais sejam: ampliação das redes de confiança, diminuição das desigualdades de categorias e dos centros autônomos de poder coercitivos.

Salienta-se que, por exemplo, as redes de confiança são importantes até na consolidação da consulta mútua vinculante. Quanto a desigualdades de categorias, o autor versa que a democratização se tornará impossível se tais desigualdades forem traduzidas diretamente em diferenças de direitos e deveres políticos. Por fim, no pertinente aos centros autônomos, Tilly (2010) observa a necessidade de que o Estado seja capaz de impor decisões que obriguem a todos, não havendo sobreposição de poderes.

Dito isso, se formos analisar minuciosamente a situação atual do Brasil, veríamos que o país seria classificado democrático tão somente por meio do critério constitucional e procedimental. Mesmo que a Constituição Federal de 1988 tenha tutelado princípios a respeito

dos direitos fundamentais da pessoa humana, notório que substantivamente o Brasil não se encontra em uma democracia plena, pois boa parte da população tem seus direitos negados de forma sistêmica.

Homens e mulheres negros e negras, que compõem mais de 50% dos cidadãos brasileiros, sofrem com um racismo estrutural que, “*como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática*” (ALMEIDA, 2018, p. 39, grifos do autor). O exemplo mais claro é que esse grupo sofre diretamente com a política de encarceramento em massa do Estado, uma vez que o

sistema de justiça criminal tem profunda conexão com o racismo, sendo o funcionamento de suas engrenagens mais do que perpassados por essa estrutura de opressão, mas o aparato reordenado para garantir a manutenção do racismo e, portanto, das desigualdades baseadas na hierarquização racial. (...) Tanto o cárcere quanto o pós-encarceramento significam a morte social desses indivíduos negros e negras que, dificilmente, por conta do estigma social, terão restituído o seu status, já maculado pela opressão racial em todos os campos da vida, de cidadania ou possibilidade de alcançá-la (BORGES, 2018, p. 16).

A seletividade penal, aliada a outros instrumentos, como o racismo ambiental, demonstram que para boa parte da população a democracia nunca foi plenamente implementada. Carentes de direitos básicos, como garantia de um sistema de saúde e de educação públicos e de qualidade, a cidadania nunca pôde ser implementada de forma igualitária a todos os grupos sociais.

No ponto, Charles Tilly (2010) narrou que a capacidade do Estado de proteger os cidadãos e as cidadãs pode variar de muito alta a muito baixa, alternando, portanto, no grau de democracia existente no local. Dessa forma, no Brasil, existem liberdades civis, movimentações sociais e eleições regulares, o que personificaria um país democrático. Contudo, a capacidade do Estado é baixa na medida em que os direitos das pessoas, principalmente, pobres e pretas, são violados sistematicamente, sendo que, em diversas situações, o agente violador é o próprio Estado.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2018, entre 2017 e 2018, ocorreram 7.952 registros de intervenções policiais com resultado morte. Dessas, 75,4% são negros, o que significa que “a cor da pele da vítima, quando negra, fez aumentar em 8% a probabilidade de vitimização por homicídio” (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2018) pela polícia. Isso representa, portanto, não somente a incapacidade do Estado brasileiro de proteger seus cidadãos, como a sua responsabilidade direta no ataque a uma parcela específica da população.

Para Tilly (2010), nos regimes democráticos de baixa capacidade, os

movimentos sociais frequentes, atividades de grupos de interesse e mobilizações de partidos políticos; consultas mais formais (incluindo eleições competitivas) como fortes momentos de atividade política; porém, monitoramento estatal menos eficaz e maior envolvimento de atores semi-legais e ilegais nas políticas públicas, bem como *níveis substancialmente mais altos de violência letal nas políticas públicas* (TILLY, 2010, tradução nossa, grifo nosso).

Além disso, não se pode deixar de mencionar que o período de escravidão no Brasil e o período ditatorial do século XX são pequenas amostras de interregnos de clara e notória desdemocratização no país. Na contramão da onda de democratização pós-Segunda Guerra mundial, o Brasil enfrentou a partir de 1964 um regime ditatorial, que só veio a ceder com a mais recente onda de democratização, que tem durado até os dias atuais - ou seja, que representa pouquíssimo tempo perto de outras democracias liberais.

A Constituição Federal de 1988, portanto, representou um marco de ruptura com o passado colonial e autoritário, sendo a personificação do processo de democratização brasileira. Isso porque a Carta Magna, ao instituir direitos e garantias fundamentais, representou um “processo revolucionário de rompimento com o passado opressivo e de transformação progressiva do *status quo*” (MATOS; REBOUÇAS, 2016, p. 222). Entretanto, em que pese o percurso de trinta e três anos da promulgação da Carta Maior, o Brasil ainda se encontra enraizado com injustiças e desigualdades sociais, cujas quais impossibilitam a concretude do ideal democrático ali disposto.

De acordo com Matos e Rebouças (2016, p. 240),

basta citar, a título ilustrativo, que, conforme aferições periodicamente empreendidas por observadores e analistas das Nações Unidas (ONU) e divulgadas em relatórios de mensuração do desenvolvimento humano, o Brasil é, de fato, um dos países de piores coeficientes de distribuição de renda e de desigualdade social no mundo; a despeito de despontar com um dos maiores PIB's, figurando entre as grandes potências econômicas do planeta (MATOS; REBOUÇAS, 2016, p. 240).

Com o advento da norma maior, o Estado brasileiro transmutou-se de um Estado autoritário, originário na Ditadura Militar, para um Estado Democrático de Direito, fundado no princípio da dignidade da pessoa humana. Em razão disso, a legitimidade jurídica e democrática desse Estado pauta-se na promoção dos direitos fundamentais (MATOS; REBOUÇAS, 2016).

Há, no artigo 5 da Constituição Federal, uma ampliação dos direitos fundamentais, sendo que inclusive o §1º da norma supracitada prevê a aplicabilidade imediata desses direitos (BRASIL, 1988), enquanto o §2º afirma que o artigo em comento não é taxativo, pois os “direitos e garantias expressos neste Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais” (BRASIL, 1988) em que o

Brasil seja parte. O §3º do mesmo diploma legal ainda estabelece que os tratados internacionais, cujos quais forem aprovados em ambas as casas do Congresso Nacional, mediante dois turnos e por três quintos dos votos dos respectivos membros, terão força de emendas constitucionais (BRASIL, 1988).

Ademais, o inciso IV, do §4º do artigo 60 da Constituição conceitua os direitos e garantias individuais como cláusulas pétreas (BRASIL, 1988). Portanto, o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, alicerçada nos direitos fundamentais, assumiu um papel importante na Constituição Federal de 1988, estando expresso no inciso III do artigo 1º dela. No ponto, o princípio da dignidade da pessoa humana nos mostra que “não há Estado democrático de direito sem direitos fundamentais, assim como não existem direitos fundamentais sem democracia” (ROCHA, 2016, p. 301).

Quanto aos direitos fundamentais, Álisson Melo (2016, p. 198) discorreu que há cinco gerações conceituadas por Paulo Bonavides. De acordo com o escritor, a primeira geração se refere à liberdade; a segunda, à igualdade; a terceira, ao direito ao desenvolvimento; à quarta, a democracia; e, por fim, a quinta geração se refere à paz (MELO, 2016, p. 198). No ponto, Rocha (2016, p. 299) descreveu que a primeira geração adveio dos governos liberais, persistindo nas normas constitucionais democráticas dos séculos XIX e XX, ao passo que a segunda geração impulsionou a “conversão do Estado liberal em Estado democrático social” (ROCHA, 2016, p. 299).

Na prática, no entanto, há entraves à concretização das normas constitucionais. Conforme discorrido anteriormente com base na leitura de Charles Tilly, o Brasil teve processos de democratização e de desdemocratização ao longo do tempo. No entanto, mesmo durante os processos de democratização, os direitos fundamentais foram ameaçados constantemente, existindo um baixo grau de democracia (TILLY, 2010) brasileira.

A dificuldade de materialização das normas constitucionais, sobretudo as que se referem aos direitos fundamentais, encontra respaldo na “sala de máquinas da Constituição” (GARGARELLA; PÁDUA; GUEDES, 2016, p. 39). As constituições latino-americanas historicamente, devido à organização voltada à concentração do poder e à herança colonial, “mantêm fechadas as portas da ‘sala de máquinas’ da Constituição” (GARGARELLA; PÁDUA; GUEDES, 2016, p. 39). Assim, não obstante haja normas constitucionais voltadas aos direitos humanos que possuem, em tese, eficácia imediata, há uma escassa projeção dos meios em que tais direitos serão concretizados.

No ponto, conforme discorrido anteriormente, o neoliberalismo tem enfraquecido ainda mais a materialização dos direitos fundamentais expostos na Constituição Federal. Isso porque há uma “prevalência da econômica de mercado, a qual não está preocupada com a promoção do homem, com seu bem-estar material e espiritual” (ROCHA, 2016, p. 309). O fenômeno do neoliberalismo tem contribuído para a derrocada dos países periféricos, impulsionando a concentração de renda e a exclusão social e enfraquecendo as instituições democráticas. Esse sistema econômico visa à perpetuação dos grupos dominantes, tendo como estratégia de futuro o “proveito das hegemonias supranacionais” (BONAVIDES, 2008, p. 571).

Não obstante o implemento da Constituição Federal de 1988 tenha significado a existência de um processo democrático, desde o início dos anos 2000, a ampliação do neoliberalismo tem posto o processo de democratização em xeque. Assim, consequentemente, os direitos fundamentais têm sido fortemente atingidos.

Isso porque esse sistema econômico, na medida em que contribuiu para o processo de desdemocratização, operou mediante uma lógica de violentar e desumanizar “de que uns sejam protegidos enquanto outros sejam descartáveis” (CUSTÓDIO, 2019, p. 123). À título de exemplificação, há uma constante e crescente violência policial nas comunidades periféricas brasileiras, que opera dentro da lógica da “moralização da pobreza: o processo de violência e controle sobre aqueles corpos, aqueles sujeitos, responde a uma premissa de que aqueles falharam, e, portanto, devem ser contidos, controlados, e alguns eliminados” (CUSTÓDIO, 2019, p. 129). Não há, portanto, respeito à dignidade da pessoa humana, consagrado no inciso III do artigo 1º da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Luis Felipe Miguel (2019), ao discorrer sobre a incompatibilidade entre democracia e capitalismo, ressaltou que, em 1988, “uma ordem formalmente democrática se instalava sobre uma sociedade marcada por padrões aberrantes e desiguais” (MIGUEL, 2019, p. 103). Essa desigualdade social brasileira não comporta um regime democrático, acarretando na inserção do Brasil no “processo global de desdemocratização” (MIGUEL, 2019, p. 100).

Assim, não obstante a promulgação da Constituição Federal de 1988 tenha sido um marco importante e definidor da consolidação de um Estado Democrático de Direito, os direitos fundamentais nunca foram plenamente efetivados no Brasil. E a ampliação do sistema neoliberal, aliado à desigualdade social e à violência brasileira, oriundas de um país colonizado, tem acarretado e aprofundado o processo de desdemocratização. Nesse sentido, para fins de saída da crise atual, Avritzer (2020) nos mostra a importância da consolidação de uma

democracia, cuja qual vise de fato à materialização e o respeito aos direitos preconizados pela Constituição Federal de 1988.

CONCLUSÃO

A solidificação da democracia requer uma tarefa compartilhada, a ser realizada mediante consultas e debates de âmbito populacional, isto é, com a plena participação consciente do povo. Quando a democracia se limita à escolha de representantes, o seu grau de eficácia acaba sendo afetado, reduzido. Nessa perspectiva, este trabalho investigou, primeiramente, o entrelaçamento existente entre a democracia liberal, a representação política e o neoliberalismo, cujos quais, ao serem somados, propiciaram o início da desdemocratização brasileira.

A democracia liberal, ao ser oriunda da união entre capitalismo e democracia, não raras vezes visou ao interesse de uma pequena minoria, a fim de proteger o seu patrimônio. Em vista disso, os representantes tendem a objetivar a proteção dos interesses de uma minoria ao invés do restante da população, acarretando em uma crise de representação política. Aliado a isso, soma-se o fortalecimento do neoliberalismo, que, em busca de altos lucros, transformou os seres humanos em empresas, que devem gerir e produzir capital.

Nesse contexto, o advento do neoliberalismo, ao impulsionar a proteção do capital em detrimento dos direitos individuais, contribuiu para o processo de desdemocratização. Afinal, a democracia é aliada aos direitos fundamentais, necessitando do respeito a eles para existir.

O presente trabalho, então, ao adentrar na análise da Constituição Federal de 1988, identificou que há um amplo rol exemplificativo de direitos fundamentais, sendo que esses inclusive possuem eficácia imediata. Contudo, o desnude dessa “promessa democrática” (FLAUZINA, 2019, p. 67) nos possibilita ver os incessantes desrespeitos a esses direitos, sobretudo em face da população negra e periférica.

Assim, a bem da verdade, considerando todo o seu histórico de negação de direitos básicos e constitucionalmente fundamentais a boa parcela da população, com um Estado muitas vezes mais violento do que garantidor, o Brasil sempre esteve no limiar entre a democratização (para alguns) e desdemocratização (para outros). Todavia, a diferença é que o processo mais recente tem se mostrado de forma mais escancarada e capaz de atingir pessoas de outros grupos, além daqueles historicamente vitimizados.

Com efeito, o presente trabalho permitiu demonstrar que o Brasil está passando novamente por um processo de desdemocratização, conforme o conceito desenvolvido por

Charles Tilly. E esse processo tem atingido diretamente os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988. Isso porque tanto a democratização quanto a desdemocratização são processos contínuos e que se revezam na medida em que há o aumento ou a redução das liberdades civis e dos direitos políticos dos cidadãos e cidadãs (TILLY, 2010).

De toda forma, a visualização do cenário brasileiro pelas lentes de Tilly também oferece a esperança do retorno de uma onda de democratização. De fato, o processo democrático em si exige o respeito à pluralidade de posicionamentos políticos e a história recente do país o trouxe até a crise atual. Nesse viés, exige-se que se abrem as portas da sala Máquina da Constituição (GARGARELLA; PÁDUA; GUEDES, 2016), a fim de que os direitos fundamentais previstos na Carta Magna sejam respeitados e materializados, não se limitando à eficácia somente da via formal.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

AVRITZER, Leonardo. **Política e antipolítica: a crise do governo Bolsonaro**. 1ª edição. São Paulo: Todavia, 2020.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

BOMFIM, Sâmia. Uma saída radical para tempos dramáticos. In: BUENO, Winnie et al (org.). **Tem saída?: ensaios críticos sobre o Brasil**. 1ª edição. Porto Alegre: Zouk, 2017.

BORGES, Juliana. Feminismo negro: Resistência anticapitalista e radicalização democrática. In: BUENO, Winnie et al (org.). **Tem saída?: ensaios críticos sobre o Brasil**. 1ª edição. Porto Alegre: Zouk, 2017.

BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BUENO, Winnie. Umas poucas linhas sobre racismo ambiental. **Justificando**, 23 de novembro de 2017. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/11/23/umas-poucas-linhas-sobre-racismo-ambiental/>. Acesso em: 04 set. 2020.

BRANDÃO, Catarina. O longo caminho de volta. In: BUENO, Winnie et al (org.). **Tem saída?: ensaios críticos sobre o Brasil**. 1ª edição. Porto Alegre: Zouk, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 jan. 2021.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CUSTÓDIO, Tulio. Ninguém viu, ninguém vê: comentários sobre o estado da violência na atual democracia (de poucos). In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano (org). **Brasil em transe: Bolsonaroismo, Nova direita e Desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1ª edição. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018. Disponível em: https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/09/FBSP_ABSP_edicao_especial_estados_faccoes_2018.pdf. Acesso em: 30 set. 2021.

FLAUZINA, Ana Lúzia Pinheiro. Democracia genocida. In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano (org). **Brasil em transe: Bolsonaroismo, Nova direita e Desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

FREITAS, Maria Cristina Penido de. Os efeitos da crise global no Brasil: aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito. **Estudos Avançados**, 23(66), p. 125-145, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10415>. Acesso em 14 set. 2020.

FREIXO, Adriano de; PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Dias de um futuro (quase) esquecido: um país em transe, a democracia em colapso. In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano (org). **Brasil em transe: Bolsonaroismo, Nova direita e Desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

GARGARELLA, Roberto; PÁDUA, Thiago; GUEDES, Jefferson. Constitucionalismo latino-americano: direitos sociais e a “sala de máquinas” da Constituição. **Universitas JUS**, v. 27, n. 2, p. 33-41, 2016.

LANG, Miriam. Introdução. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. [E-book].

MATOS, Ana Carolina Barbosa Pereira; REBOUÇAS, Marcus Vinícius Parente. Um horizonte humanista na caminhada constitucional brasileira. In: LINHARES, Emanuel Andrade et al (org.). **Democracia e direitos fundamentais: uma homenagem aos 90 anos do professor Paulo Bonavides**. 1ª edição. São Paulo: Atlas, 2016.

MARTÍNEZ, Alexandra et al. O Estado como instrumento, o Estado como impedimento. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

MELO, Álisson José Maia. Revisitando as gerações dos direitos fundamentais: uma abordagem epistemológica do direito constitucional. In: LINHARES, Emanuel Andrade et al (org.).

Democracia e direitos fundamentais: uma homenagem aos 90 anos do professor Paulo Bonavides. 1ª edição. São Paulo: Atlas, 2016.

MARIE, Fhoutine. Game of Thrones, política e resistências. In: BUENO, Winnie et al (org.). **Tem saída?:** ensaios críticos sobre o Brasil. 1ª edição. Porto Alegre: Zouk, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação:** territórios em disputa. 1ª edição. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. Há solução sem uma revolução? In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano (org.). **Brasil em transe:** Bolsonarismo, Nova direita e Desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia:** por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior:** o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

ROCHA, Fernando Luiz Ximenes. A dignidade humana como fundamento do estado brasileiro. In: LINHARES, Emanuel Andrade et al (org.). **Democracia e direitos fundamentais:** uma homenagem aos 90 anos do professor Paulo Bonavides. 1ª edição. São Paulo: Atlas, 2016.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A difícil democracia:** reinventar as esquerdas. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, Boaventura de Souza; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. **Revista Crítica das Ciências Sociais**, 2003.

SANTOS, Everton Rodrigo; HOFFMANN, Fábio; DUARTE, Scarleth. A (des)confiança dos brasileiros na democracia. **Revista Opinião Jurídica**, Fortaleza, ano 18, n. 27, p 170-191, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/opiniaojuridica/article/view/2455/1082>. Acesso em: 14 set. 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

TILLY, Charles. **Democracy.** Madrid: Ediciones Akal, S.A., 2010.

VIZEU, Rodrigo. **Os presidentes:** a história dos que mandaram e desmandaram no Brasil, de Deodoro a Bolsonaro. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2019.

CAPÍTULO 25

ENTRAVES PARA UMA COOPERAÇÃO MILITAR ENTRE NAÇÕES EMERGENTES DA AMÉRICA DO SUL: DA IMPORTÂNCIA AOS IMPEDIMENTOS

Willian Borges Vieira

RESUMO

Todos os países da América Latina estão de alguma forma comprometidos e/ou em estado de dependência com alguma grande nação, no entanto, em meio a divergências entre lideranças até mesmo no próprio continente Americano, uma cooperação militar não é apenas algo importante, ela é interpretada como necessária no contexto atual de países minimamente armados, todavia, uma cooperação militar eficaz envolvendo o Brasil não ocorre. Portanto, o presente estudo teve como objetivo, entender as causas e/ou os entraves que impossibilitam uma aliança militar entre o Brasil e outros países Sul-Americanos que beneficiariam tais nações comumente, e para tal, utilizou-se a pesquisa bibliográfica de forma a analisar as tentativas falhas de cooperação propostas para chegar à conclusão de que é necessário antes de se implantar qualquer programa e/ou acordos internacionais, resolver problemas ideológicos políticos entre chefes de Estado, visto que, os materiais bélicos para cooperação militar existem e são suficientes, o problema está na orientação política das lideranças que impossibilitam a união entre as nações.

PALAVRAS-CHAVE: Cooperação militar; América do Sul; Geopolítica.

INTRODUÇÃO

A presente reflexão, aborda um eixo temático que tem ganhado espaço no cerne geopolítico do Brasil e também de demais países tidos como emergentes no contexto sul-americano. Em âmbito de América do Sul, enquanto porção que aguarita Estados independentes em sua maioria, também há nações cujo material bélico voltado a proteção de suas unidades federativas, é ainda dependente de Estados localizados fora da porção do continente, é necessário, portanto, uma cooperação duradoura e que seja atuante, afim de diminuir a dependência externa, pois, observa-se que os gastos no setor de defesa foram severamente contingenciados (em especial no Brasil), nas últimas décadas, e com base nisto, observando a situação política atual dos países uma possibilidade real/favorável a existência de uma união de interesses existe (é possível e essencial), no entanto, fracassa constantemente (ALBUQUERQUE, 2010, p. 58).

Uma cooperação poderia se dar de diferentes formas, bilateral ou multilateral, com foco na economia ou segurança, no entanto, ela (a cooperação) tendo Estados como gestores, conforme aponta Aranha (1994, p. 19) não pode jamais ser vista como apenas atividade (como

está sendo feita, representando um dos fatores limitantes ao seu sucesso), o autor aponta dizendo que:

A Cooperação não pode ser uma tarefa exclusiva dos Governos, embora deva ser por estes estimulada como elemento essencial da dita política externa global. Tem de ser um esforço coletivo que envolve pessoas singulares e agentes económicos, organismos estatais e não governamentais. Todavia, não podendo ser identificada apenas como ajuda, não poderá ser jamais vista como um simples negócio (ARANHA, 1994, p.19).

Este compromisso apresentado é válido, pois, observa-se (principalmente no mundo pós-guerra fria, uma emergência em haver países cooperados em prol da segurança mutua frente a um eventual inimigo, conforme explica Dantas e Faria (2012, p. 334), que dispõem:

[...] o Pós Guerra Fria impulsiona a criação de uma agenda internacional sobre questões de Segurança. Procura-se estabelecer políticas cooperativas que visem minimizar a crescente ameaça à ordem nacional dos Estados (crime organizado, terrorismo, desrespeito aos direitos humanos, entre outros). Assim, pode-se verificar que, a partir de uma demanda internacional, houve a contribuição para aumentar o debate de temas sobre Segurança Internacional e Defesa dos Estados. Em contrapartida, no âmbito interno, com a retirada do regime autoritário, criam-se mecanismos que viabilizam a participação da opinião pública em assuntos ligados à segurança do país, bem como o alargamento do controle civil das forças armadas (DANTAS e FARIA, 2012, p. 334).

Em paralelo a isto, a influência externa de outros Estados consolidados e as relações de atritos entre nações emergentes Sul-Americanas preexistentes, a cooperação entre elas (caso ocorra) pode representar tanto uma forma de aproximação amistosa quanto provocar um aumento das tensões dispostas pelo dilema da segurança, visto que, para um Estado se armar gera a sensação de insegurança entre terceiros. Notoriamente um conflito armado é improvável, mas um maior afastamento das relações (como é observado em desastrosas tentativas de cooperação) é plausível de transcorrer. Torna-se necessário, portanto, entender o que impede a cooperação militar na América do Sul entre as nações emergentes desta porção (MENDES e REZENDE, 2020, p. 15).

METODOLOGIA

O presente estudo é o resultado de uma análise teórica. Isto é, fruto de revisão bibliográfica. Por meio dela de forma exclusiva, foi possível analisar a possibilidade de uma cooperação ao nível de América sob a ótica de diferentes autores, o que possibilitou uma avaliação mais detalhada da temática capaz de criar condições para o estabelecimento de propostas para elucidar as questões que impedem a compreensão da não existência de uma ação conjunta entre países na América do Sul. Desta forma, as informações obtidas da forma supracitada podem ser descritas como suficientes para fornecer ao pesquisador a compreensão

da temática, pois, diferentes olhares sobre o mesmo objeto além da múltipla constatação, fornece base teórica segura (GIL, 2002, p. 63).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

AÇÃO GEOESTRATÉGICA: A IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO MILITAR NA AMÉRICA DO SUL

A priori, deve-se considerar os Estados como soberanos, contudo, nenhum país se encontra numa situação de verdadeira independência, pois, de uma forma ou de outra, as nações encontram-se dependentes seja no campo econômico, político e/ou militar. Neste sentido, uma cooperação em prol do desenvolvimento, progresso e segurança é uma necessidade, e deveria ser encarada como questão prioritária na política interna dos países, pois, além de beneficiar o campo militar, a cooperação pode criar condições para diminuir as desigualdades internas fomentando o Produto Interno Bruto (e investimentos no cerne social) além criar um relacionamento pacífico entre os Estados envolvidos, no caso de nações emergentes com passados conturbados, por exemplo (ARANHA, 1994, p.19).

Contudo, em casos de cooperação envolvendo nações emergentes, caso ocorram, existe a possibilidade ainda de transferência de tecnologia, conforme o autor supramencionado apresenta, dizendo que:

Cooperar é, pois, uma forma de solidariedade internacional, levando os países mais ricos e privilegiados a transferir parte dos seus recursos materiais, financeiros, humanos e tecnológicos, a sua experiência e conhecimentos, para os países menos desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento (ARANHA, 1994, p.18).

Esta transferência de material (que pode se concretizar até por vias de comércio) reforçaria as relações de cooperação notoriamente, conforme confirma Padula (2010, p.118) defendendo que:

O comércio exterior dos países da região com o país “locomotiva” – que exerce o papel de pivô comercial da integração - se torna fundamental para o crescimento e estabilidade de cada país e da região como um todo, ao diminuir a vulnerabilidade externa dos países (PADULA, 2010, p.118).

Portanto, sabendo que há uma dependência entre as nações, uma aproximação diplomática com uma das potências mundiais é uma necessidade, porém, não de forma submissa, pois, se alinhar uma potência mundial é inevitável, afinal, de que outra forma seria possível obter vantagens tecnológicas para o setor de defesa, por exemplo? Notoriamente criar tecnologias nacionais é uma possibilidade, no entanto, distante da maioria dos países sul-americanos por vezes por interesses das próprias nações hegemônicas. Retóricas a parte, o

citado se faz necessário pelo fato destas nações serem detentoras de aparatos tecnológicos que numa eventual aproximação podem ser negociados e fornecidos, onde estes, no caso da América do Sul representaria um ponto positivo para fortificar (com aparatos) uma eventual cooperação (CORREIA, 2012, p.233).

Neste contexto, os beneficiados (países da América Latina) ao cooperar, seriam “protegidos” por materiais que sozinhos, sua aquisição seria inviável, pois, quando comparados a outras nações, países da América do Sul podem ser definidos como países “pacíficos”, em maioria não se envolvem diretamente em conflitos de diferentes naturezas em outros Estados, nem como participantes e/ou coadjuvantes. Este fato pode ser compreendido como justificativa para seus orçamentos voltados a segurança não representar altos gastos na aquisição de material bélico visando a proteção da soberania dos Estados, portanto, dispor de uma quantia de renovação bélica significativa estouraria seus eventuais orçamentos. Notoriamente, o não investimento massivo neste setor além, do necessário para “folha de pagamentos” está fora de cogitação pela questão econômica de alguns Estados. Deste modo, uma cooperação não implicaria num distanciamento de alguma potência militar do mundo atual (ARANHA, 1994, p.50).

Portanto, a situação de ausência de conflito, e necessidade de renovação de aparatos militar somado a subalternidade de países Sul-Americanos, pode representar um paradoxo, conforme explica Medeiros Filho (2010, p. 67) que aponta:

Do ponto de vista teórico, de forma geral, a América do Sul constitui um regime de segurança marcado por um paradoxo: ausência de guerras e elevados índices de violência social. Como foi visto, porém, essas condições não se apresentam de forma homogênea no espaço sul-americano. Enquanto algumas áreas são marcadas pela instabilidade regional, não só no que diz respeito às antigas desconfianças territoriais, mas a fortes vulnerabilidades sociais que colocam em risco a própria manutenção do estado de direito, como é o caso de países andinos, outras porções do subcontinente têm apresentado transformações radicais nas suas relações externas e se configuram candidatas à formação de uma comunidade de segurança pluralística, como é o caso dos países do Cone Sul (MEDEIROS FILHO, 2010, p. 67).

No entanto, mesmo que não haja interação direta em conflitos e/ou participação frequente em coalizões internacionais, tem-se que levar em consideração que a segurança nacional dos países não deve ser levada em conta apenas em situação de necessidade, portanto, pensar em defesa é essencial para garantir a existência dos Estados enquanto soberanos, sobretudo no caso brasileiro, onde se verifica um extenso território que possui recursos naturais consideráveis, é necessário deste modo garantir a segurança destes e dos que no território vivem, e garantir esta segurança só será possível em uma situação onde as forças armadas possuem instrumentos para tal (REZENDE, 2015, p. 8).

E no caso do Brasil, a falta de recursos neste setor (além do destinado para administração da força) representa um problema, conforme explica Dantas e Faria (2012, p. 337), que explicam:

O fato é que a insuficiência de recursos que se destinem ao reaparelhamento e a aquisição de novas tecnologias acaba por degradar as Forças Armadas criando um problema em longo prazo. Acredita-se que a atual política brasileira em adquirir equipamentos militares sucateados tende a ser mais onerosa para o Estado tendo em vista o alto e contínuo gastos com manutenção. Outro aspecto relevante que se refere à obtenção de tecnologias de outros Estados. Além de contribuir para a defasagem dos estudos científicos do Brasil, favorece a vulnerabilidade da Defesa Nacional (DANTAS e FARIA, 2012, p. 337).

Sendo assim, verifica-se que a cooperação entre nações emergentes na América do sul, a priori se caracterizaria como estratégica, nesta reflexão debatida como uma ação geoestratégica, que Correia (2012, p.238) dispõe, que neste contexto dentro da geopolítica pode ser debatido como:

[...] Estudo das constantes e das variáveis do espaço que, ao objetivar-se na construção de modelos de avaliação e emprego de formas de coação, projeta o conhecimento geográfico na atividade estratégica (CORREIA, 2012, p.238).

Portanto, para a implantação de uma cooperação militar efetiva na América Latina, conforme o autor supracitado aponta, é necessário (no caso do Brasil) que as consequências disto sejam avaliadas para só então propor tal ação. A estratégia seria válida, para definir como condicionante a cooperação, no entanto, observar a questão da geoestratégia no contexto de uma ligação militar entre nações emergentes a torna mais adequada, visto que, enquanto a estratégia apesar de adotar uma postura que contempla os detalhes do “teatro” das interações internacionais, esta foca em espaços mais restritos. No caso da geoestratégia, existe o predomínio da análise de terreno de forma mais ampla, considerando a rigor os acidentes geográficos, por exemplo, que os casos das nações (onde se inclui o Brasil) o valor político do território poderia ser levado em consideração verificando seus atributos naturais, e ainda, cabe a geoestratégia, a análise da função e objetivos das lideranças ao nível de Estados utilizando isto para benefício próprio (MARTINS, 1996, p. 29).

Notoriamente, utilizar-se da geoestratégia caberia ao Brasil quando se considera a possível cooperação militar entre os países Sul-Americanos, pois, conforme explica Martins (1996, p. 36) “a Geoestratégia preocupa-se em especial com o que se refere ao exercício da coação”. Portanto, existe campo e necessidade para criação de um conselho de segurança na América do Sul, um que seja atuante e eficaz, conforme explica Battaglini (2009, p. 81), expondo que:

[...] atuar como uma organização que administre as crises no plano da defesa, um espaço capaz de responder rapidamente ao que parece ser uma multiplicação de crises regionais provocadas pela tensão na região andina e pela renovada presença dos EUA. A segunda função é contribuir para a construção de um pensamento regional para os temas de defesa. Este é um objetivo central para a tentativa de reverter o estancamento em que se encontra o processo de cooperação em matéria de defesa e segurança. A ideia de estabelecer bases comuns é um elemento essencial para aprofundar a cooperação e avançar na área mais sensível da integração. Finalmente, [...] favorecer o desenvolvimento de uma indústria regional de defesa. Este é um objetivo relacionado à crescente distância tecnológica que separa a América do Sul dos países mais avançados no tocante à produção de armamentos. Por meio da cooperação, procura-se ampliar a autonomia da região com relação às fontes externas de abastecimento de armamento e tecnologia (BATTAGLINO, 2009, p. 81).

Portanto, o que seria necessário para existir uma cooperação militar na América do Sul está baseado em diálogo (entre lideranças), no entanto, num continente de diferentes vertentes e orientações políticas encabeçando as lideranças dos Estados, este diálogo também representa a limitação.

O MEDO DE FANTASMAS: AGENTES QUE IMPEDEM A COOPERAÇÃO

A princípio, deve-se considerar a “utilização” das relações internacionais com ferramenta que tem como finalidade algo que busque alcançar propósitos de diferentes naturezas, seja para questões voltadas a reverter quadros de instabilidades, rivalidades, parcerias e até alianças, isto é, as relações entre os Estados que fazem parte do jogo diplomático das nações (CORREIA, 2012, p.239).

Todavia, a cooperação militar entre os países sul-americanos não seria fácil de ser estabelecida, em primeiro plano seria fundamental injetar capital em acordos/aquisições de material para suprir as lacunas existentes no que corresponde ao déficit existente não de forma única, mas de forma contínua. Além disto, deve-se levar em consideração que, seria necessário um alinhamento com alguma potência militar contemporânea como supramencionado, para desta forma incrementar o poderio de defesa, no entanto, a priori, uma cooperação militar seguida de um alinhamento comercial de artefatos de uma potência como EUA ou Rússia, poderia gerar um atrito com relação à potência oposta. Pois, em caso de cooperação militar sem o alinhamento com uma grande nação oriental e/ou ocidental, representaria um risco ruptura operacional da ação conjunta em virtude de grandes nações (que se encontram cooperadas com outras, formando assim grandes alianças) que, dificilmente veriam “com bons olhos” a cooperação dos países na América do Sul, que eventualmente comprariam artefatos bélicos do país A e B, isto é, para as grandes nações, não é interessante uma cooperação militar ao nível no continente sul-americano (em especial para os EUA que se impõem no mundo globalizado como nação dominante), pois, isto representaria uma independência militar. Portanto, uma

cooperação militar seria interpretada como uma não aceitação a submissão (CORREIA, 2012, p.241).

E, em contrapartida, no caso de uma única nação se alinhar fortemente a uma potência, esta ação também poderia culminar num clima de tensão, conforme aponta Battaglino (2009, p. 80) dizendo que:

Nos últimos anos, a América do Sul experimentou mudanças significativas no âmbito da defesa. Os Estados Unidos militarizaram sua agenda de segurança para a região, uma tendência que se manifesta, por exemplo, no fortalecimento do Comando Sul, no Plano Colômbia, na reativação da IV Frota e no envio de tropas e equipamentos militares a bases colombianas. A implementação destas medidas gerou apreensão e desconfiança entre os países sul-americanos, e o efeito de transbordamento do conflito colombiano aumentou a tensão com os países vizinhos, especialmente Equador e Venezuela (BATTAGLINO, 2009, p. 80).

Portanto, é necessária uma cooperação, e além disto, a adoção de uma política internacional que facilite o intercâmbio de aparatos bélicos, pois, os entraves e dificuldades na troca de material seria um entrave a relação cooperativa, conforme explica Battaglino (2009, p. 82), dizendo que:

A América do Sul enfrenta, no início deste novo milênio, um mercado mundial de armas caracterizado por um elevado nível de restrições formais e informais. A análise de documentos oficiais de países como Brasil e Argentina sugere a existência de uma percepção negativa com respeito às restrições à importação de armamento. Esta situação é definida como uma ameaça à defesa nacional porque estabelece uma crescente distância tecnológica que torna improvável e inútil qualquer resistência militar efetiva. Embora outros países possam prover armamentos, seu custo elevado dificulta a incorporação. As restrições provocaram três tipos de resposta: um processo de reconstrução das indústrias de defesa; a diversificação da compra de armas e a assinatura de acordos de cooperação tecnológica entre países da região e Rússia, França e China; e o incentivo à cooperação regional na indústria da defesa (BATTAGLINO, 2009, p. 88).

Outro ponto a se destacar, que representa um obstáculo ao processo de cooperação militar, é a própria política interna dos países, pois, pensar em cooperação é pensar na confiabilidade enquanto a dissuasão/ divergência que se baseia e se expande na desconfiança (MEDEIROS, 2010, p. 249).

Portanto, conforme explica Medeiros (2008, p.234), tal cooperação já é debatida, uma aproximação com uma grande potência contemporânea além de possibilidade é uma situação inevitável que já foi discutida. O caso do Brasil, o país já se encontra nas mãos dos interesses estadunidenses, ou seja, o próprio Estado Unidos representam um entrave a cooperação entre o Brasil e países sul-americanos cabe ao país nesse sentido, tornar a “fraqueza” uma força, se aproveitando do que lhe é oferecido para fomentar os laços de cooperação no continente Sul-Americano, e para tal, é necessário confiar na capacidade dos Estados em concordar, e fortificar

essa “aliança”, no entanto, esta não será tarefa simples considerando o cenário político que se desenrola na última década, é observado a mudança de poder entre vertentes diferentes inteiramente, o controle dos países variando entre governos de esquerda e direita tornam as práticas eventuais, portanto, na situação da América do Sul isto representa um risco a continuidade da cooperação, visto que é observado que posicionamentos ideológicos partidários se sobrepõem aos interesses que visam o bem comum entre as nações Latinas. Deste modo, não basta unicamente propor cooperação internacional entre países circunvizinhos, é necessário além de uma geoestratégia eficaz, uma alteração interna baseada na aceitação.

Ou seja, para existência de uma cooperação é necessário ainda cautela, pois, verifica-se nas diferenças (econômicas, sociais, militares e/ou aliado hegemônico potencial) um desequilíbrio bilateral devido à ausência de mecanismos regionais que sejam, equivalentes e/ou compensatórios, fomentando novos entraves ao processo de cooperação (PADULA, 2010, p.486).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, conclui-se que os entraves externos ligados a relações com outros países fora da América do Sul representam um ponto a se considerar pensando uma cooperação entre as nações latinas da América, no entanto, a própria política interna dos países deve ser revista a fim de criar facilidade e possibilidade para que a cooperação militar exista, isto é, aos moldes atuais, a própria política interna dos países (considerando as variações de vertentes políticas) representam entraves, é necessário que as nações em primeiro lugar, antes de uma cooperação, sejam parceiras além do viés político.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Gonçalves. **Cooperação Técnico-Militar**: uma das vertentes externas da Política de Defesa Nacional. *Revista Nação e Defesa*, ano XIX, nº 72, outubro-dezembro de 1994, p.14-69.

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. A (Geo)Política de Defesa Brasileira. *Revista de Geopolítica*, Ponta Grossa, v. 1, n. 1, p.46-59, jan. 2010. Semestral. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/3/5>. Acesso em: 29 set. 2021.

BATTAGLINO, Jorge. O Brasil e a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano: uma convergência de vantagens. *Revista Nueva Sociedad especial em português*. dezembro de 2009. p. 79-89. Disponível em: http://www.nuso.org/upload/articulos/p7-6_1.pdf. Acesso em 30 de setembro de 2021.

CORREIA, Pedro Pezarat. Geopolítica e geoestratégia. *Revista Nação e Defesa*. n.º 131 – 5.^a Série, Lisboa: IDN, 2012. p. 229-246.

DANTAS, Aline Ananda Marques.; FARIA, Debora. Políticas de Investimento na Defesa Nacional. In: Anuário do Encontro Estudantil Regional de Relações Internacionais. v.1, n. 1. 2012. **Anais...** Santana do Livramento: UNIPAMPA, 2013. p. 334 – 338.

FILHO, Oscar Medeiros. **Entre a cooperação e a dissuasão: políticas de defesa e as percepções militares na América do Sul**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Raúl François. Geopolítica e Geoestratégia: o que são e para que servem. *Revista Nação e Defesa*. n.º 78, abr/jun. 1996, p. 23-78.

MENDES, Flávio Pedroso.; REZENDE, Lucas. **O dilema da segurança como realidade fundamental da política internacional**: debate teórico e implicações para a América do Sul. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*. v. 7, n.º 1, jan./jun. 2020, p. 13-42.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. Os Dilemas da Integração Sul-Americana. In: *Cadernos do desenvolvimento*, v. 3, dezembro de 2008. Rio de Janeiro, CICEF, 2008.

PADULA, Raphael. **Integração Regional de infraestrutura e Comércio na América do Sul nos Anos 2000**: Uma Análise Político-Estratégica. Tese de Doutorado, COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

REZENDE, Lucas Pereira. **Sobe e Desce**: explicando a cooperação em defesa na América do Sul. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

CAPÍTULO 26

GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA ASPIRANTE DA UNESCO: ALGUNS APONTAMENTOS

Luciana De Aguilar Belizio
Leonice Aparecida De Fátima Alves Pereira Mourad

RESUMO

O presente artigo de revisão bibliográfica tem como objetivo apresentar a temática dos Geoparques Globais da UNESCO, como expressão da conservação e proteção do ambiente, da paisagem e da bio-sociodiversidade, em consonância com a denominada Declaração de Arouca que estabeleceu que os territórios devam desenvolver o geoturismo, pautado não apenas no ambiente e no patrimônio geológico, mas também nos valores culturais, históricos e cênicos. Nesse sentido apresentamos o processo de constituição de do Geoparque da Quarta Colônia localizada no Centro Oriental do Rio Grande do Sul, que nesse momento encontra-se na fase de Aspirante a Geoparque. Ainda que esse processo esteja em fase de construção cumpre referir o impacto para a região, da proposta de Geoparque, o que efetivamente viabilizará o desenvolvimento sustentável da região do mesmo.

PALAVRAS CHAVE: Aspirante a Geoparque; Quarta Colônia/RS; Geoturismo.

INTRODUÇÃO

Os Geoparques Globais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura- UNESCO são uma das suas iniciativas de conservação e proteção do meio ambiente, da paisagem e da natureza. Esses espaços estão localizados em 46 países, e recentemente, o território da Quarta Colônia, localizado na região Centro Oriental do Rio Grande do Sul, ganhou o título de Geoparque da Quarta Colônia Aspirante da UNESCO.

Para a UNESCO (2006) o geoparque é um território grande e com limites definidos, que serve de apoio ao desenvolvimento socioeconômico local e possui um determinado número de sítios geológicos relevantes ou um mosaico de aspectos geológicos de especial importância científica, raridade beleza, além de representar uma região e sua história geológica ligada à ecologia, arqueologia, história e cultura.

Essas ações para preservar o ambiente e a paisagem natural se iniciaram pela ação da UNESCO como sendo uma concepção de proteção, não apenas, de uma paisagem natural específica, e sim de sua totalidade no território dos geoparques, incluindo, as pessoas que vivem nesses territórios. Para Artur Sá, docente do Departamento de Geologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – UTAD em Portugal, esse processo demorou alguns anos por *ser um objetivo complexo baseado no Programa Internacional de Geociências, criado em 1972,*

que visava olhar para o planeta Terra e perceber como as formações geológicas podiam contar a história e evolução do planeta.

Destaca-se que este programa estava perdendo credibilidade no âmbito internacional e na UNESCO, implicando, em 2004, na formação da Rede Mundial de Geoparques (Global Geoparks Network – GGN) e posteriormente, em 2015, durante a 38ª Conferência Geral, foi denominado um novo título para este projeto mundial, qual seja, os Geoparques Mundiais da UNESCO. O objetivo da UNESCO, com os Geoparques Mundiais, foi de constituir-los pelo mundo com intuito de fornecer, por meio de seus princípios balizadores, o diálogo intercultural pela proteção do patrimônio e a valorização da diversidade cultural e natural.

Assim, a UNESCO concedeu a noção de Patrimônio Mundial para os Geoparques com o intuito de proteger os sítios que possuem denominação de valor universal excepcional. Desta forma, um Geoparque Mundial deve utilizar o seu patrimônio geológico visando à preservação do patrimônio natural e cultural da área do geoparque. No entanto, para que isso aconteça, se torna essencial ações para sensibilizar e aumentar a consciência e a compreensão da sociedade sobre o seu legado natural e cultural mundialmente, e também, como utilizar esse espaço de forma sustentável.

Logo, os Geoparques Mundiais da UNESCO existem para preservar o patrimônio natural e ensinar como a população residente e de visitantes devem preservar e respeitar a história, a cultural e a paisagem natural de cada Geoparque.

Os Geoparques do Brasil não fogem desse objetivo, pois, todos os geoparques da UNESCO possuem o mesmo objetivo. Entretanto, a comunidade local, as intuições de ensino e a ação turística de cada região devem manter ações que visem o mesmo objetivo da UNESCO e seu Geoparques nacionais.

Nesse contexto a disponibilização de informação deverá ser acessível e inteligível para o público em geral, sintetizada em poucos conceitos básicos e apresentados de forma elucidativa.

Encorajamos os territórios a desenvolver o geoturismo, focado não apenas no ambiente e no patrimônio geológico, mas também nos valores culturais, históricos e cénicos. Neste sentido, incentivamos o envolvimento efetivo entre cidadãos locais e visitantes, para que estes não se restrinjam ao papel de turistas espectadores, ajudando assim a construir uma identidade local, promovendo aquilo que é autêntico e único no território. Desta forma conseguiremos que o território e os seus habitantes obtenham integridade ambiental, justiça social e desenvolvimento econômico sustentado (AUROCA, 2011, p 1).

A partir da Declaração de Auroca (2011) e o princípio da UNESCO de apoiar os países no desenvolvimento e na expansão de atividades educacionais relacionadas a questões de sustentabilidade, como: a mudança climática ou a biodiversidade ou a redução de riscos e desastres ou temas relacionados a água, ou a diversidade cultural ou estilos de vida sustentáveis, traz os Geoparques como espaço central dessa ação. Os Geoparques Globais devem capacitar comunidades locais dando a elas a oportunidade de desenvolver parcerias coesas com o objetivo comum de promover os processos geológicos, os temas históricos ligados a geologia ou a beleza geológica excepcional.

Os requisitos e análises são rigorosos porque um geoparque, a partir do conceito da UNESCO e do Serviço Geológico do Brasil, deve: preservar o patrimônio geológico para as futuras gerações (geoconservação); educar e ensinar o grande público sobre temas de geológicos e ambientais e promover meios de pesquisa para as geociências; assegurar o desenvolvimento sustentável através do geoturismo, reforçando a identidade da população e o respeito ao meio ambiente; e gerar novas fontes de renda para a população local e atrair capital privado. Percebe-se a importância de um geoparque para uma localidade, já que estimula o território de forma holística, porque possui

APRESENTANDO O ASPIRANTE A GEOPARQUE DA QUARTA COLÔNIA-RS

A Quarta Colônia foi o quarto centro de colonização italiana e o primeiro fora da Serra Gaúcha. Está localizada no Centro Oriental Rio-grandense sendo uma região conhecida por sua cultura, as belezas naturais e históricas. Tem uma expressão forte na gastronomia, religiosidade, arquitetura italiana e alemã típicas da colonização, memórias e histórias marcam esse lugar.

Quem chega à região central do estado do Rio Grande do Sul é envolvido pelo verdesplandecente das florestas que cobrem encostas e vales, trazendo encantamento e bem-estar ao visitante. Essa é a região da Quarta Colônia de Imigração, conhecida por elementos que representam a história de seu território fortemente influenciada pela paisagem. Essa paisagem conta a trajetória dos imigrantes entrelaçada pela fauna e florada Mata Atlântica (MARCUIZZI, 2021, p. 33)

No ano 2008, o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (CONDESUS), órgão responsável por mediar as relações entre os nove municípios da Quarta Colônia, solicitou que o Serviço Geológico do Brasil – Companhia de Pesquisas em Recursos Minerais (CPRM), realizasse a elaboração de um inventário técnico do geopatrimônio existente.

Desde 2018 a Universidade Federal de Santa Maria - UFSM por reconhecer a diversidade histórica cultural e natural dessa região que é composta pelos municípios de Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, São

João do Polêsine e Silveira Martins, vem desenvolvendo um conjunto de ações e articulações no sentido de demandar a condição de Geoparque Global.

Destaca-se que no inventário realizado pelo CPRM identificamos vinte geosítios inventariados que têm feições variadas, tais como: afloramentos fossilíferos, belvederes, morros, cascatas, grutas e escarpas alagadas. Salienta-se que alguns destes pontos ainda não apresentam infraestrutura para a visitação, todavia, caso esta for implantada pode resultar em um bom aproveitamento dos locais.

A Quarta Colônia, além da beleza natural das suas paisagens, da abundância de água de seus rios e de suas cascatas tem também um importante patrimônio paleontológico já tendo sido identificado uma raridade dos fósseis.

Enfatiza-se a atuação do Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica (CAPPa) no município de São João do Polêsine, Quarta Colônia, em razão da riqueza do Patrimônio Paleontológico caracterizado pelo afloramento de rochas do Triássico, abundantes em vertebrados, invertebrados, plantas e icnofósseis. Fósseis, etc. . No ano de 2010, o CAPPa passou a fazer parte da Universidade Federal de Santa Maria, e foi inaugurado em 2013, quando começou a funcionar efetivamente como órgão suplementar do Centro de Ciências Exatas Naturais e (CCNE). O CAPPa/UFSM tem a missão de mapear novos sítios fossilíferos, monitorar os locais já conhecidos, coletar e salvaguardar fósseis de vertebrados e plantas; além dar apoio ao desenvolvimento da pesquisa nas áreas de paleontologia e geologia, bem como áreas relacionadas interessadas em atuar nos sítios fossilíferos da Quarta Colônia.

Figura 1: Potencial turístico dos geossítios.

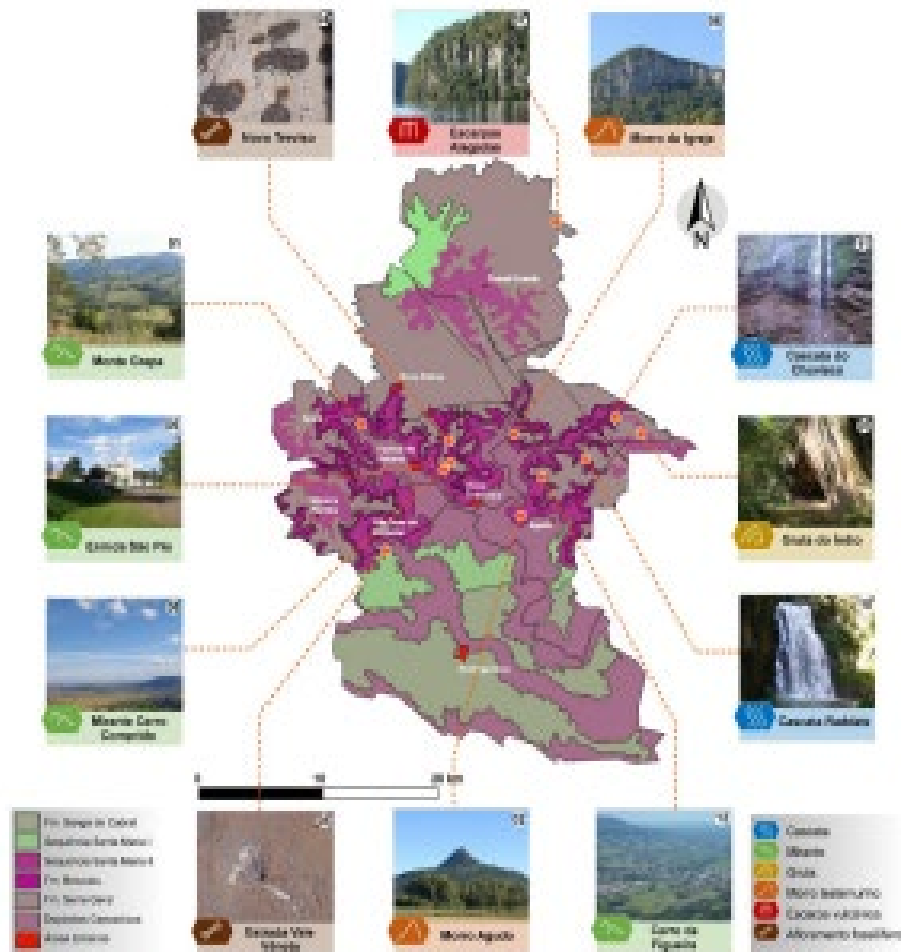


Figura 1: Localização dos geossítios com potencial geoturístico da região da Quarta Colônia/RS, com litologia e representações.
Fonte: Ziemann (2015).

Fonte: Acervo UFSM- PRE, 2021.

Com o apoio dos municípios a UFSM, por meio do Projeto Estratégico Geoparque Quarta Colônia, sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), deu início a efetivação da proposta, por causa da singularidade geológica que a região possui que é pré-requisito indispensável para o pleito. Essa região já possui uma estrutura para receber visitantes, em razão dos seus atrativos turísticos naturais e culturais, cabendo destacar que proposta geoparque no território da Quarta Colônia irá intensificar mais a economia regional, de forma sustentável, por meio da conservação do patrimônio natural e cultural, da educação para o meio ambiente, incentivo à geração de renda através de parcerias público privadas, bem como ao turismo local.

Porém, o processo de constituição junto a UNESCO para fazer parte da lista de Geoparques Mundiais é bastante complexa sendo necessário atender vários requisitos. Para a UNESCO (2006) o geoparque é um território grande e com limites definidos, que serve de

apoio ao desenvolvimento socioeconômico local e possui um determinado número de sítios geológicos relevantes ou um mosaico de aspectos geológicos de especial importância científica, raridade e beleza, além de, representar uma região e sua história geológica com ligado à ecologia, arqueologia, história e cultura.

O Geoparque da Quarta Colônia conseguiu passar pelas primeiras etapas e hoje tem o título *Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO*, cabendo destacar a rica documentação comprobatória da condição local, cabendo destacar o Dossiê que apresenta todas as informações que são solicitadas para análise e decisão do Conselho Executivo da UNESCO. Conforme o Dossiê da Quarta Colônia (FIGUEIRÓ, 2022) a área é de 2.923 km²; tem como principais destaques o território que demarca a transição entre o Planalto Meridional brasileiro e a Depressão Periférica Sul-Riograndense; tem uma formação geomorfológica de arenito-basáltico da Serra Geral; está na transição entre dois grandes biomas brasileiros: a Mata Atlântica e o Pampa; é caracterizada pela enorme biodiversidade abrangendo florestas e pastagens. Na questão do patrimônio em si,

[...] o patrimônio tem uma função central, pois ele marca o território, ajuda á sua apropriação coletiva e é um referente, um invariante, que testemunha a diversidade dos comportamentos humanos do passado. Para que seja útil, é importante que esse patrimônio abrace as memórias ainda vivas nas sociedades, mas é fundamental que vá além delas, construindo na base da história e dos seus métodos uma visão convergente e rigorosa do passado, pois esta é uma pré-condição para uma visão convergente e criativa do futuro (PADOIN, FIGUEIRÓ E CRUZ, 2021, p.9).

Dessa forma, os Geoparques Mundiais da UNESCO existem para preservar o patrimônio natural geológico e ensinar como a população residente e de visitantes devem preservar e respeitar a história, a cultural e a paisagem natural, seja por meio de outros patrimônios com destaque ao *patrimônio paleontológico*, pois a paleontologia é a área de estudo dos organismos que viveram no passado do planeta Terra, preservados sob forma de fósseis (CARVALHO, 2010); o *patrimônio cultural* que se caracteriza pela história, memória e a identidade de um povo que se constituem por valores, objetos, práticas culturais. Nesse contexto verificamos é importante valorizar e preservar o patrimônio cultural e promover ações para proteger o patrimônio histórico e artístico cultural de uma localidade ou comunidade. Assim, a ação de preservar o *patrimônio natural* passa a ser uma atividade necessária em conjunto com a preservação da história e da cultural, já que o território natural é compartilhamento entre pessoas em um período específico de tempo nesse território.

Para se tornar um Geoparque oficializado pela UNESCO (2006), a candidatura precisa passar por três fases, são elas:

- ✓ Projeto - primeira fase do processo. É quando o geoparque é apenas uma proposta, com pequenas iniciativas e articulações.
- ✓ Aspirante - segunda fase do processo. O projeto de Geoparque é enviado pelo Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores do Brasil) para a UNESCO, a qual fica ciente da existência, das propostas e intenções daquele Projeto de Geoparque, que após esta etapa, recebe o reconhecimento de Aspirante a Geoparque e;
- ✓ Selo Geoparque - terceira e última fase. Nesse contexto é elaborado um dossiê de candidatura do geoparque à UNESCO, ocorrendo à avaliação sendo então, realizada uma visita do avaliador da UNESCO para certificação ou não do Geoparque através do recebimento da Carta Verde ou negativa da UNESCO.

Dessa forma o território é definido como o espaço ocupado por pessoas, que acomoda a experiência social, sua existência e sua manifestação cultural, designando as características de um determinado grupo social- identidade (MARTINS, 2003). Já o *patrimônio natural* compreende áreas de importância preservacionista e a histórica, beleza, cênica, enfim, áreas que transmitem à população a importância do ambiente natural para que se lembre de quem é; o que faz; de onde veio e, por consequência, como será.

Também precisa ser informadas as atividades educacionais, ecoturismo, desenvolvimento sustentável, além de outros argumentos para que a Quarta Colônia seja um Geoparque Global da Unesco. Nesses quesitos a Quarta Colônia sempre teve ações que se configuram, conforme o Serviço Geológico do Brasil, como patrimônio geológico sendo identificado especificamente como aquele que possui necessidade de conservação, principalmente se ameaçado por atividades humanas, para evitar a danificação ou até a perda desse patrimônio, os países começaram a desenvolver iniciativas para reconhecer importantes sítios geológicos dentro de suas fronteiras nacionais.

Nesse contexto, as justificativas de conteúdo do dossiê têm como ponto de partida para a defesa da Quarta Colônia a geodiversidade, o patrimônio geológico-geomorfológico e o papel do geoturismo como um novo segmento do turismo sustentável para a região, e por fim, a importância da geoconservação seja na escala global ou local, como um novo paradigma voltado à sustentabilidade (JORGE E GUERRA, 2016).

Assim, o patrimônio cultural e natural é conservado, preservado e divulgado, sendo que a UNESCO (2022) acredita que de vital importância a preservação dos elementos naturais de um território e o contato diário da comunidade com esses elementos. Quando se propõe uma ação educacional através de uma ação de educação patrimonial se objetiva constituir uma

estrutura para que os educandos tenham a oportunidade de adquirir e difundir uma percepção de valorização e cuidado com patrimônio cultural e meio-ambiente através dos registros geológicos de um geoparque.

A proposta do turismo com a educação patrimonial também pode ser utilizada como ferramenta didática com o intuito de explicar e expandir o conceito de patrimônio geológico e pode ser incorporado junto com o conteúdo de diferentes disciplinas do currículo escolar, seja da educação básica seja do ensino superior. Horta (1999) assevera que a educação patrimonial pode propiciar as crianças e adultos um processo ativo de conhecimento, com a e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens.

O processo de análise pela UNESCO para aprovação do Geoparque da Quarta Colônia com o selo de Geoparque Mundial ainda está em processo, no entanto a iniciativa de ser candidato a Geoparque Mundial da UNESCO já articula o poder público, terceiro setor, empresas, educação, Universidades, entidades de pesquisa e comunidade em geral para a promoção de um desenvolvimento endógeno regional através de ações que promovam um turismo sustentável.

Sabe-se que ter o título de aspirante já traz uma destaque para a região que forma a Quarta Colônia, cabendo destacar que se a mesma conseguir o título de Geoparque Mundial da UNESCO, carregará essa nomenclatura por quatro anos e depois será reavaliada novamente pela UNESCO, sendo que em caso de descumprimento de algum critério terá até dois anos para correção.

Figura 2: Logomarca do Geoparque.



Fonte: Acervo UFSM- PRE, 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Quarta Colônia é conhecida na região e no estado do Rio Grande do Sula pela sua cultura, história e turismo. A comunidade local, junto com a UFSM e outras instituições de ensino sempre promoveram atividades e pesquisas para o desenvolvimento social, econômico e turístico com o mesmo propósito apresentado no Dossiê de candidatura para ser um Geoparque, que é conservar o patrimônio geológico, com o intuito de investigar soluções para

os problemas que desafiam as sociedades, atuando em áreas como Educação, Ciências Naturais, Ciências Humanas e Sociais, além da Cultura, da Comunicação e da Informação, porque, a proteção e a promoção do patrimônio geológico e do desenvolvimento sustentável no âmbito global expõe que os recursos naturais são essenciais para a sociedade e para o crescimento econômico.

Essa região sempre teve atividades, pesquisas, empresários e comunidade local visando esse objetivo, porém, não tinha a força que um selo da UNESCO pode dá para impulsionar a localidade com o título de patrimônio mundial que preserva o patrimônio cultural, o natural e outros que são importantes quanto esses para identidade local, social e história no ambiente natural, bem como no cultural.

Acredita-se que estruturar esse Dossiê e propor uma candidatura para ser aspirante de um Geoparque na UNESCO mobilizou a sociedade da Quarta Colônia como conectou pesquisadores, estudantes e empresários que possuem a mesma visão que a UNESCO. A região está pronta para o título e o Geoparque da Quarta Colônia possui espaços e atrativos para área educacional, turística, social e econômica, de sorte a conservar esse bem precioso que é a paisagem natural e a história natural da região.

Entretanto, a UNESCO deve visitar o Geoparque Quarta Colônia em agosto deste ano (2022). Conforme informação retirada do Jornal Diário de Santa Maria, representantes da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), agência especializada das Nações Unidas (ONU), devem vir para a Região Central para uma visita ao Geoparque Quarta Colônia. Este é a última fase do processo de recebimento do Selo Geoparque, quando ocorre a avaliação da candidatura da Quarta Colônia e é emitida uma Carta Verde ou negativa da UNESCO.

Percebe-se que a proposta do geoparque, agregou todas as potencialidades da região em um só documento em busca da titulação, destacando-se que no Estado e no país, a Quarta Colônia é um importante atrativo, como um expressivo potencial turístico, com seus roteiros e infraestrutura, bem como os geossítios, arquitetura, história, cultura e natureza. Nesse contexto o título de Geoparque Mundial só irá reforçar todo o empenho e dedicação a esse patrimônio cultural e natural do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, E. L. S. **Geoturismo: conceitualização, implementação e exemplo de aplicação no Vale do Rio Douro no setor Porto Pinhão**. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) Escola de Ciências da Universidade do Minho, Portugal, 2005.
- ARRUDA, K. E. C. **Patrimônio geológico**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Geologia, 2008. Geodiversidade do Município de Araripina-PE, Nordeste do Brasil. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal de Pernambuco- Programa de Pós-Graduação em Geociências, 2013.
- BRANDÃO, C. R. O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação. Rio de Janeiro: IPHAN/ DEPRON, 1996.
- BRASIL. **Ministério do Turismo. Ecoturismo: orientações básicas**. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- CARVALHO, I. (ed.). 2010. **Paleontologia** – Volume 1. Editora Interciência, 756pp. 3ª edição.
- DUBET, F. **Mutações cruzadas: a cidadania e a escola**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, 2011.
- FIGUEIRÓ, A. **Patrimônio Natural e Educação para Paisagem no Geoparque da Quarta Colônia: Um território de Descobertas**. Educação patrimonial em territórios geoparques: uma visão interdisciplinar na Quarta Colônia. [recurso eletrônico] / organizadores Maria Medianeira Padoin, Adriano Figueiró, Jorge Alberto Soares Cruz. – Santa Maria, RS : FACOS-UFSM, 2021. 1 e-book
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro, RJ: DR & A, 2005.
- HORTA, M. L. P. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial, 1999.
- JORGE, M. C. O. ; GUERRA, A. J. T. **Geodiversidade, Geoturismo e Geoconservação: Conceitos, Teorias e Métodos**. Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, V. 6, N.1, 2016.
- LIBANEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2008.
- MARCUZZI, S. B. **BICHO DO MATO DA COLÔNIA: SOMOS TODOS MATA ATLÂNTICA** *Suzane Bevilacqua Marcuzzo*). Educação patrimonial em territórios geoparques: uma visão interdisciplinar na Quarta Colônia. [recurso eletrônico] / organizadores. – Santa Maria, RS : FACOS-UFSM, 2021. 1 e-book : il.
- MORAES, J. V. ; CASTELLAR, S. M. V. **Metodologias ativas para o ensino de Geografia: um estudo centrado em jogos**. Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias Vol. 17, Nº 2, (2018).
- MOREIRA, J. C. **Patrimônio geológico em Unidades de Conservação: atividades interpretativas, educativas e geoturísticas**. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

NASCIMENTO, M. A. L. do; RUCHKYS, U. A.; MANTESSO-NETO, V. **Geodiversidade, Geoconservação e Geoturismo**: trinômio importante para a proteção do patrimônio geológico. São Paulo: Sociedade Brasileira de Geologia, 2008.

PADOIN, M. M.; FIGUEIRÓ, A.; CRUZ, J. A. S. C. (organizadores). **Educação patrimonial em territórios geoparques**: uma visão interdisciplinar na Quarta Colônia. [recurso eletrônico] / organizadores. – Santa Maria, RS : FACOS-UFSM, 2021. 1 e-book : il.

PRETTO, F. A. **Antes da História**: A Quarta Colônia no Tempo Profundo. Educação patrimonial em territórios geoparques: uma visão interdisciplinar na Quarta Colônia. [recurso eletrônico]/ organizadores Maria Medianeira Padoin, Adriano Figueiró, Jorge Alberto Soares Cruz. – Santa Maria, RS : FACOS-UFSM, 2021. 1 e-book .Quarta Colônia aspiring geopark [recurso eletrônico] :territory and heritage / Adriano Severo Figueiró ... [et al.]. – 1st ed. – Santa Maria, RS : UFSM, Pró-Reitoria de Extensão, 2022. 1 e-book : il. – (Série Extensão)

ROCHA, L. C.; FERREIRA, A. C.; FIGUEIREDO, M. A. **A Rede Global de Geoparques e os desafios da integração dos Geoparques Brasileiros Caderno de Geografia**. vol. 27, núm. 2. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais Belo Horizonte, Brasil, 2017.

SCHOBENHAUS, C. ;SILVA, C. R. **O papel do Serviço Geológico do Brasil na criação de geoparques e na conservação do patrimônio geológico**. Produção institucional do Serviço Geológico do Brasil. Editora: CPRM, 2012.

SHARPLES, C. **Concepts and Principles of Geoconservation**. Tasmanian Parks & Wildlife Service, 2002.

STANLEY, M. **Geodiversity**. Earth Heritage, v. 14, p.15-18, 2000.

UNESCO. **The criteria for selection**. 2006. Disponível em: < <https://whc.unesco.org/en/criteria/>>. Acesso em: 29 de junho de 2022.

ZIEMANN, D. R. Estratégias de geoconservação para a proposta do Geoparque Quarta Colônia RS. Dissertação de mestrado (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2016.

www.editorapublicar.com.br
contato@editorapublicar.com.br
@epublicar
facebook.com.br/epublicar

Geopolítica e Debates emergentes em política, economia, religião e cultura **2**

Adilson Tadeu Basquerote Silva
Andréa Cristina Marques de Araújo
Roger Goulart Mello
Organizadores



2022

www.editorapublicar.com.br
contato@editorapublicar.com.br
@epublicar
facebook.com.br/epublicar

Geopolítica e Debates emergentes em política, economia, religião e cultura **2**

Adilson Tadeu Basquerote Silva
Andréa Cristina Marques de Araújo
Roger Goulart Mello
Organizadores



2022